

António José Fernandes Heitor

A Pré-História Recente
no Douro Sul
(Concelhos de S. João da
Pesqueira e Tabuaço)
-Um Ensaio de Arqueologia
Espacial-

Universidade do Porto
Faculdade de Letras
2002

Fosse a tua vida três mil anos e até mesmo dez mil (...) não é o passado ou o futuro que perdemos; como poderia alguém arrebatá-nos o que não temos?

Marco Aurélio

Este trabalho foi realizado no âmbito da dissertação do Mestrado em Arqueologia, orientado pela Professora Doutora Maria de Jesus Sanches.

Índice

	Pág.
Índice	3
Agradecimentos	7
0 – Introdução e Objectivos do Trabalho	8
1 – Metodologia Aplicada	10
1.1 – Vantagens e Desvantagens da Metodologia Aplicada	13
2 – Definição da Região em Estudo	15
3 – Caracterização Geomorfológica e Climática	17
3.1 – Breves Comentários Sobre a Geologia	20
4 – Povoamento dos VI^o/V^o/IV^o Milénios AC	22
4.1 – Fraga d' Aia	22
4.1.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	25
4.1.2 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	26
4.2 – Núcleo Megalítico de Areita	26
<i>Dólmen 1 de Areita</i>	26
<i>Dólmen 2 de Areita</i>	32
<i>Dólmen 3 de Areita</i>	33
<i>Dólmen 4 de Areita</i>	33
<i>Dólmen 5 de Areita</i>	34
4.2.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	34
4.2.2 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	35
4.3 – “Núcleo” Megalítico da Sr ^a do Vencimento	35
<i>Mamoas 1 da Sr^a do Vencimento</i>	36
<i>Mamoas 2 da Sr^a do Vencimento</i>	36
<i>Mamoas 3 da Sr^a do Vencimento</i>	36
4.3.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	36
4.3.2 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	37
4.4 – Núcleo Megalítico de S. Domingos	37
<i>Dólmen 1 de S. Domingos</i>	37
<i>Mamoas 2 de S. Domingos</i>	37
<i>Mamoas 3 de S. Domingos</i>	37
<i>Mamoas 4 de S. Domingos</i>	38
4.4.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	38
4.4.2 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	38
4.5 – Vila Chã	38
4.5.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	39
4.5.2 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	39
4.6 – Povoado da Porqueira	39
4.6.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	40
4.6.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	41
4.6.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	41
4.7 – S. Salvador do Mundo	41
4.7.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	42
4.7.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	42

4.7.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	43
4.8 – Integração dos Sítios Arqueológicos Noutros Territórios Teóricos de Exploração	43
5 – A Visibilidade Como Critério de Análise Espacial	45
5.1 – A Visibilidade Dentro dos Núcleos Megalíticos	47
5.1.1 – <i>Núcleo Megalítico de Areita</i>	47
5.1.2 – <i>“Núcleo” Megalítico da Sr^a do Vencimento</i>	50
5.1.3 – <i>Núcleo Megalítico de S. Domingos</i>	51
6 – Conclusões Sobre o Povoamento dos VI^o/V^o/IV^o Milénios AC	54
7 – Povoamento do III^o Milénio AC	58
7.1 – Vila Chã	59
7.2 – Povoado da Porqueira	59
7.3 – S. Salvador do Mundo	60
7.4 – Castelinhos	60
7.4.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	61
7.4.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	62
7.4.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	62
7.5 – Chã do Murganho	62
7.5.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	63
7.5.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	64
7.5.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	64
7.6 – Castelos Velhos de Trevões	64
7.6.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	65
7.6.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	66
7.6.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	66
7.7 – Cabeço de S. João	66
7.7.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	67
7.7.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	68
7.7.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	68
7.8 – Graíl	68
7.8.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	68
7.8.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	69
7.8.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	69
7.9 – N ^a Sr ^a de Lurdes	69
7.9.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	70
7.9.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	71
7.9.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	71
7.10 – Alto da Escrita	72
7.11 – Cabeço das Pombas	73
7.12 – Integração dos Sítios Arqueológicos Noutros Territórios Teóricos de Exploração	74
8 – Conclusões Acerca do Povoamento do III^o Milénio AC	78
9 – Povoamento dos II^o/I^o Milénios AC	86
9.1 – S. Salvador do Mundo	86
9.2 – Castelinhos	86
9.2.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	87

9.3 – Chã do Murganho	87
9.3.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	87
9.4 – Castelos Velhos de Trevões	88
9.4.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	88
9.5 – Cabeço de S. João	88
9.5.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	88
9.6 – N ^a Sr ^a de Lurdes	88
9.6.1 – <i>Recursos Geológicos</i>	89
9.7 – N ^a Sr ^a da Assunção	89
9.7.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	89
9.7.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	90
9.7.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	90
9.8 – Reboledo	90
9.8.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	91
9.8.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	91
9.8.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	92
9.9 – S. Mamede	92
9.9.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	92
9.9.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	93
9.9.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	93
9.10 – Quinta dos Pinheiros	94
9.10.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	94
9.10.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	95
9.10.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	95
9.11 – Citânia de Longa	95
9.11.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	96
9.11.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	97
9.11.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	97
9.12 – Castro do Sabroso	97
9.12.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	97
9.12.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	98
9.12.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	98
9.13 – Quinta da Abelheira	99
9.13.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	99
9.13.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	99
9.13.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	100
9.14 – Cocheira	100
9.14.1 – <i>Aptidões Agro-Pastoris</i>	100
9.14.2 – <i>Recursos Geológicos</i>	100
9.14.3 – <i>Recursos Hidrológicos</i>	101
9.15 – Cabeço das Pombas e Alto da Escrita	101
9.16 – Núcleo Megalítico de S. Domingos	101
9.17 – Integração dos Sítios Arqueológicos Noutros Territórios Teóricos de Exploração	101
10 – Conclusões Acerca do Povoamento dos II^o/I^o Milénios AC	105

11 – Conclusões Finais	108
Bibliografia	113
Anexos	

Agradecimentos

Cumpre-nos aqui agradecer a colaboração de algumas pessoas sem as quais este trabalho, senão impossível, teria sido pelo menos muito mais difícil de realizar.

Assim, em primeiro lugar queremos agradecer a prestimosa colaboração da empresa ARQUEOHOJE Lda nas pessoas do Dr. Luís Filipe Gomes e do Dr. Pedro Sobral, que nos facultaram o uso de alguns materiais provenientes das prospecções de superfície realizadas em S. João da Pesqueira, bem como a consulta de um trabalho em fase de publicação sobre este mesmo concelho.

Agradecemos igualmente ao Arquitecto Fernando Teixeira, sua esposa, bem como ao colega e amigo Pedro Taveira que nos acompanharam nas visitas realizadas aos sítios que constam do trabalho.

Igualmente queremos agradecer as facilidades concedidas pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao facilitar o uso do Planímetro Digital, propriedade desta instituição.

Não poderemos terminar estes agradecimentos, sem destacarmos o papel imprescindível desempenhado pelas pessoas que nos estão mais próximas na realização deste trabalho, fazendo críticas construtivas e apoiando-nos nos momentos de desânimo.

Uma última palavra de reconhecimento para a orientadora deste trabalho, a Professora Doutora Maria de Jesus Sanches, que com as suas acertadas sugestões, com as facilidades que nos concedeu no uso de alguma bibliografia mais difícil de obter, bem como no empréstimo de alguma cartografia e ainda na leitura das diversas versões deste trabalho contribuiu assim para levar a bom porto esta tarefa a que nos propusemos.

A todos o nosso bem haja.

0 - Introdução e Objectivos do Trabalho

O que se pretende com este trabalho, é fazer um estudo do povoamento da área dos concelhos de S. João da Pesqueira e de Tabuaço durante a Pré-História Recente do ponto de vista da denominada **Arqueologia Espacial**. Esta análise basear-se-á essencialmente no traçar de *territórios pedestres* a partir de pontos arqueológicos definidos nos trabalhos monográficos realizados nestes concelhos pela empresa ARQUEOHOJE Lda e na análise de todas as valências desses mesmos territórios. Pretende-se com este estudo definir a partir dos *Territórios Teóricos de Exploração* pautas de comportamento populacional das comunidades que viveram nesta região entre os finais do VIº e os meados do Iº Milénio AC.

Cada vez mais se acentua uma tendência para elaborar estudos regionais em áreas bem estabelecidas cronológica e espacialmente.

Pensamos que a metodologia que vamos utilizar neste trabalho é a ideal para analisar uma área desta extensão, quer espacial, quer temporal.

Existem vantagens e desvantagens nesta metodologia, que têm sido postas em evidência, ao longo dos anos por vários investigadores.

No que concerne ao trabalho que aqui nos ocupa, algumas limitações podem influenciar o resultado final.

Primeiro que tudo, e na área de estudo, os trabalhos em que nos apoiamos limitam-se quase exclusivamente a recolhas de superfície o que pode de certa forma limitar as conclusões finais, porque não existem cronologias absolutas para os sítios arqueológicos em apreço (salvo raras excepções). Como forma de tentar colmatar essas lacunas fizemos observações *in situ* de todos os locais adiante tratados.

Em segundo lugar, a quase total inexistência de estudos de paleo-paisagem limita a nossa análise às características físicas que o território possui na actualidade. Aqui há que fazer uma ressalva, consideraremos tal como o fazem outros autores, o território similar ao actual na ausência de indicadores específicos das suas características passadas (SANCHES, 1992, 60). É o denominado “princípio da desuniformidade relativa” (CRIADO BOADO, 1986, 15).

A utilização de uma metodologia de análise baseada na definição de territórios pedestres, tem que levar em linha de conta uma série de aspectos relacionados com a cartografia que se utiliza, normalmente expressa a escalas muito diferentes, o que pode trazer distorções à análise das áreas em apreço.

Em cada um dos territórios traçados iremos analisar os recursos geológicos, hidrológicos, assim como a capacidade de uso dos solos de forma a compreender o porquê da localização dos povoados e dos monumentos megalíticos (para os quais utilizaremos uma metodologia específica) nos respectivos sítios.

Dividimos o trabalho em três períodos cronológicos: Povoamento do VIº/Vº/ IVº Milénios AC; Povoamento do IIIº Milénio AC e Povoamento dos IIº/Iº Milénios AC. O primeiro dos períodos é extremamente alargado visto que nos é impossível estabelecer cronologias finas adentro deste longo período, pelo que optámos por uma compartimentação cronológica mais abrangente.

Ao longo deste período (VIº - IIº Milénios) parafraseando Susana Oliveira Jorge observa-se um “*continuum cultural de difícil sincopagem (...) qualquer intenção de assinalar “rupturas” ou “descontinuidades” tem de recorrer, inevitavelmente a marcadores arbitrários (...) mas “construir rupturas” obriga-nos num exercício intelectual não*

isento de perigos, a “domesticar” a fluidez do tempo, ou seja a dividi-lo em etapas. Como porém “domesticar” o tempo sem introduzir periodizações arbitrárias, ou seja, sem alienar a capacidade explicativa do devir histórico?” (JORGE, 1999, 125-126).

De início era nossa intenção calcular o número aproximado de habitantes em cada povoado, no entanto, optámos por não o fazer uma vez que o cálculo da capacidade de sustentação dos solos, baseado no cálculo do número de cabeças de gado e da produção cerealífera, nos proporcionar números muito discrepantes, em qualquer dos cálculos, visto pecarem uns por excesso e outros por defeito.

1 – Metodologia Aplicada

É com a Nova Arqueologia que os estudos de Arqueologia Espacial ganham protagonismo. São também os processualistas que dão ênfase aos estudos regionais, mais do que ao das estações isoladas (ALARCÃO, 1996, 14). Os estudos de Arqueologia Espacial baseiam-se sobretudo na aplicação de métodos “herdados” dos geógrafos, como é o caso de Von Thünen, Chisholm e Thiessen entre outros, e foram aplicados à Arqueologia por autores como Jarman, Vita-Finzi e Higgs, nos anos 70.

Nos últimos anos a Arqueologia Espacial tem sofrido algumas reformulações teóricas e reorganização nos seus objectivos, protagonizada a nível da Península Ibérica por Criado Boado e o seu grupo de trabalho (CRIADO BOADO *et alii*, 1991) na região da Galiza. Esta reorientação metodológica fundamenta-se no enfatizar dos aspectos ecológicos, que conduzem à chamada **Arqueologia da Paisagem**, onde se assume que existe mais do que uma **Arqueologia Espacial**, e mais do que um **espaço**.

Este autor afirma que se reconheceu desde sempre que não há uma única Arqueologia Espacial e que também se começa a perceber que não há um único espaço (CRIADO BOADO *et alii*, 1991, 28).

Pode-se, segundo o mesmo autor, considerar o espaço como uma realidade fundamentalmente social podendo-se falar de espaços diferentes, apesar de se conservar um mesmo espaço formal (*idem*).

Criado Boado afirma ainda que o espaço é sobretudo uma categoria cultural, um conceito específico de cada sociedade, ou de cada grupo de poder ou de resistência dentro de uma dada sociedade, e que neste ponto se pode substituir a categoria abstracta de espa-

ço pela categoria mais contextual de paisagem (*ibidem*, 29).

A Arqueologia tem procurado nas últimas décadas interpretar o todo numa perspectiva sistémica, perspectiva esta introduzida por Binford na década de 60, ou seja pela “Nova Arqueologia”.

Este sistema é feito de partes (os sub-sistemas da demografia, produção, ambiente, habitat, religião, etc.) que interagem e se influenciam, se ligam e se relacionam mutuamente. Está assim ultrapassada a fase da Arqueologia dita “Histórico-Culturalista”, que fazia apenas uma descrição e inventariação de materiais.

Nas décadas de 70 e 80, os arqueólogos desenvolveram a análise espacial, numa tentativa de compreender as condições económico-sociais de um determinado povoado.

Esta análise procura dar respostas e compreender as relações entre grupos humanos e os espaços geográficos que ocuparam. Procura responder a questões como, os motivos que levaram determinado grupo humano a ocupar determinado sítio; que lugares ocuparam e porquê; procura-se saber se existiriam relações com outros grupos humanos, próximos ou longínquos.

Esta análise tem duas vertentes: a análise do território de exploração (SET - site exploitation territory), ou seja, a “*área que era acessível à exploração habitual dos ocupantes de um povoado*” (FERNANDÉZ MARTÍNEZ e RUIZ ZAPATERO, 1984, 59) ou a “*área que rodeia um povoado e que é explorada habitualmente*” (MIRANDA *et alii*, 1986, 201), que está baseada em considerações teóricas sobre o tamanho da área circundante de um povoado que seria habitualmente explorado pelos habitantes do mesmo, geralmente relacionado com a valoração do potencial de recursos alimentícios do “território de exploração” dos povoados (DAVIDSON e BAILEY, 1984, 28). A definição de “territórios de exploração” é também

importante porque permite verificar a relação entre recursos disponíveis e os que realmente se exploravam (*idem*). Nesta vertente inserem-se os recursos minerais, hidrológicos, etc. e a sua importância na economia do habitat, o que nos permite imaginar os motivos conducentes à instalação de um grupo humano num determinado local, em dada altura.

A segunda vertente é a análise dos materiais achados no local, que permite revelar o conjunto de relações estabelecidas pelo povoado, quer próximas quer longínquas, podendo obter-se assim um aspecto da área de influência (SCA- site catchment area) que pode definir-se como a “*área geográfica ou porção de espaço da qual procedem na totalidade ou em parte os materiais achados num sítio*” (MIRANDA *et alii*, 1986, 201). A análise das áreas de influência inclui o descortinar de relações entre dois ou mais povoados ou grupos de povoados (DAVIDSON e BAILEY, 1984, 28). Miranda, Meseguer e Ramírez, (MIRANDA *et alii*, 1986, 202), previnemos, no entanto, que o aparecimento de produtos tidos como “exóticos”, podem levar à extensão desta área até limites insuspeitáveis.

Enquanto que a SET se limita às relações do Homem com o meio, “homem/terra” (*idem*, 199), essencialmente económicas, a análise da SCA permite inferir relações “homem-homem”, revelando informações sobre interações sociais e económicas a longa distância (DAVIDSON e BAILEY, 1984, 28; MIRANDA *et alii*, 1986, 199).

A análise territorial é um método que parte da definição de uma variável arqueológica que é o território de exploração (SET) que permite, quando relacionada com outras variáveis, elaborar diferentes hipóteses, como sejam a população e os tipos de exploração económica (FERNANDÉZ MARTÍNEZ e RUIZ ZAPATERO, 1984, 55-57).

O território de exploração é a área acessível à exploração habitual dos ocupantes de um povoado, pressupondo-se que o território explorado se organiza radialmente à volta do lugar central (o povoado) de modo a permitir o máximo acesso aos recursos (*idem*, 58-59). Este modelo foi aperfeiçoado por Davidson e Bailey de modo a relacionar o factor tempo-distância com a topografia da zona em estudo, assim como o tipo de economia praticada. O território deve, portanto, ser definido a partir do ponto central, tendo sempre em conta as limitações topográficas do terreno (DAVIDSON e BAILEY, 1984, 30). No entanto os mesmos autores reconhecem a possibilidade da existência de outros impedimentos, tais como a natureza da superfície do terreno, as condições climáticas ou a vegetação (*idem*, 31).

Neste trabalho iremos utilizar como metodologia o traçar de territórios teóricos dos povoados sobre Cartas Militares de Portugal na escala 1: 25 000, pondo em relevo aquela que nos parece ser a condicionante, como o refere, Maria de Jesus Sanches, que parece ter sofrido menos alterações – a topografia (SANCHES, 1992, 61). Partiremos do pressuposto de que foi este factor que menos se alterou ao longo dos últimos milénios (se excluirmos as recentes obras levadas a cabo, já no século XX – como sejam barragens, estradas, etc.). Consideramos igualmente que as referidas barreiras topográficas, sendo condicionantes visuais para os *tumuli* podem também funcionar para os povoados (*idem*, 60-61), como reais “barreiras” visuais ou territoriais.

Evidentemente que matizaremos esta análise, que parece ser tão mecanicista, com factores ecológicos e geográficos, sendo os primeiros analisados na medida do possível, ou seja dos poucos dados disponíveis. Quanto aos segundos poderão ser analisados de forma mais profunda.

Voltando à metodologia adotada utilizaremos para as curvas de nível, o tempo de 1 minuto, para as ultrapassar; para as linhas de água será usado o mesmo tempo. Para as ribeiras será de 5 minutos, para um rio médio de 15 minutos e de 30 para um rio grande. Será igualmente acrescentado um tempo de 3 minutos por cada centímetro percorrido no mapa.

Após a redução para a escala 1: 50 000 dos territórios pedestres, estes serão aplicados sobre a Carta Geológica, por forma a avaliar as potencialidades geológicas dos territórios, sempre que tal pareça relevante.

Por fim reduziremos os territórios pedestres para a escala 1: 100 000, aplicando-os sobre as Cartas de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Land Suitability Map), de modo a podermos analisar as potencialidades - agrícola-pastoris e florestais - dos sítios arqueológicos da região em apreço. A medição dos territórios de 30, 60 e 120 minutos, bem como do tipo (aptidão) de solos foi feita através do uso do Planímetro Digital.

Utilizamos na nossa análise dos tipos de solos a mesma escala utilizada por AGROCONSULTORES e COBA, que classificam os territórios segundo três tipos genéricos de utilização (TGU): Aptidão Agrícola, Aptidão para Pastagem Melhorada e Aptidão Florestal / Pastagem Natural. Dentro destas, os mesmos autores, fazem ainda a divisão em cinco níveis de aptidão: 1- aptidão elevada; 2- aptidão moderada; 3- aptidão marginal; 4-aptidão condicionada e 0- sem aptidão.

Devido ao elevado número de combinações possíveis que resultam da conjugação das classes de aptidão dos solos, com os tipos genéricos de utilização (TGU) dos mesmos, optámos por reduzir tal como M. J. Sanches (SANCHES, 1997b, 189-191) as referidas combinatórias a 6 categorias.

Assim sendo temos:

-a categoria **A** que inclui os solos de tipo 111, com aptidão elevada para a agricultura, pastagem melhorada e exploração florestal/pastagem natural; os solos de tipo 112, em que as aptidões são elevadas para a agricultura e pastagem melhorada e moderada para uso florestal/pastagem natural e ainda os solos 211 em que a aptidão agrícola é moderada, ao passo que as aptidões como pastagem melhorada e exploração florestal/pastagem natural são elevadas;

-na categoria **B** incluíram-se os solos com aptidão moderada para a agricultura pastagem melhorada e exploração florestal/pastagem natural (combinatórias 212, 221, 222 e 223);

-quanto à categoria **C**, os solos são do tipo 232, ou seja com aptidão moderada para a agricultura, marginal para pastagem melhorada e moderada para uso florestal/pastagem natural; incluem-se também nesta categoria os solos 321 e 322, tendo o primeiro aptidão marginal para a agricultura, moderada para a pastagem melhorada e elevada para exploração florestal/pastagem natural. No segundo tipo o uso para exploração florestal/pastagem natural é apenas moderado (sendo os dois primeiros parâmetros iguais aos do solo 321); incluíram-se ainda nesta categoria os solos de tipo 332 (aptidão marginal para agricultura e pastagem melhorada e aptidão moderada para exploração florestal/pastagem natural) e 333 com aptidão marginal para todos os parâmetros;

-a categoria **D** inclui os solos 032 e 033, ou seja solos sem aptidão agrícola e com aptidão marginal para pastagem melhorada, sendo moderada para exploração florestal/pastagem natural no primeiro tipo e marginal no segundo;

-no que concerne à categoria **E**, incluem-se os solos sem aptidão quer agrícola, quer como pastagem melhorada, e moderada para uso florestal / pastagem natural em 002 e marginal em 003. Incluem-se ainda as diversas

combinatórias dos solos de tipo 4, ou seja com aptidão condicionada para a agricultura (432, 433 e 403);

-finalmente na categoria **F** incluem-se os solos 000, o mesmo é dizer sem aptidão de nenhum tipo.

Convém desde já fazermos uma ressalva. Não possuímos em nenhum dos territórios aptidões elevadas para a agricultura, o que nos levou a destacar, na nossa análise, aqueles tipos de solos que nos parecem mais aptos para as diversas actividades.

Teremos no entanto em atenção que os solos, sofreram, nomeadamente na zona do Douro, para o plantio da vinha, fortes acções antrópicas. Acções essas a que se têm de juntar a utilização cada vez mais comum, de máquinas agrícolas, com os efeitos preversos em termos arqueológicos (nomeadamente as actividades de lavra profunda ou surriba) e geológicos que esta tem sobre os solos, alterando-lhes as características, tornando solos que seriam aptos para a agricultura, para a pastorícia ou para usos florestais em terras com aptidões diversas das que tinham primitivamente. Outra chamada de atenção deve ser feita para o facto de as classes de capacidade de utilização do solo obedecerem às recomendações da FAO isto é, aos padrões actuais ou recomendáveis de utilização da terra. Parafraseando Maria de Jesus Sanches “*as comunidades, desde a Pré-história (...) desconheciam as recomendações da FAO*” (SANCHES, 1997b, 189).

Utilizaremos no que diz respeito aos megálitos, os já referidos “territórios visuais”, que mais uma vez, e que como nos territórios pedestres, valorizam a componente topográfica como elemento limitador para as sociedades que construíram estes monumentos. Esta metodologia poder-nos-á permitir, talvez, inferir relações hierárquicas e quiçá, simbólicas entre monumentos, que porventura poderão ter implicações na construção “cenográfica” da paisagem.

Assim sendo, utilizando a Carta Militar de Portugal 1: 25 000 traçar-se-ão “territórios visuais” que serão limitados (ou não) pelos acidentes topográficos (posteriormente verificados no terreno), o que nos permitirá divisar os territórios visualmente privilegiados a partir dos *tumuli*. Como os monumentos megalíticos que possuímos se agrupam em núcleos, procuraremos verificar se os “territórios visuais” dos mesmos se abrem para os mesmos locais ou para zonas diferentes e, se dentro dos “territórios visuais” de cada monumento se vêem algum/alguns, ou até todos, os megálito(s) dos referidos núcleos. Distinguiremos dois tipos de territórios visuais, os **territórios de visibilidade limitada** e os **territórios de visibilidade ilimitada**, conceitos estes que especificaremos mais adiante.

1.1 – *Vantagens e Desvantagens da Metodologia Aplicada*

O que se pretende com este trabalho não é dar respostas a questões que há muito têm vindo a ser discutidas sobre a evolução da “paisagem cultural arqueológica” no nosso território, nem tão pouco ser inovador ao nível das metodologias utilizadas, (que aliás nada têm de inovador), mas tão só ser um ensaio que permita lançar pontes que nos possam fazer compreender a ocupação humana do espaço ao longo da Pré-História Recente na zona que nos propusemos estudar.

Os dados que existem, podem ser manipulados das mais diversas formas, quer se opte por teses de carácter autoctonista, ou teses de carácter difusionista.

A metodologia adoptada prende-se com a óbvia **necessidade** de compreender a ocupação humana da paisagem numa zona de tão grandes dimensões, como a que aqui está em causa e num período de tempo tão alargado. É por isso que não perderemos muito tempo a

discutir as possibilidades e limitações da Arqueologia Espacial que tem fervorosos apoiantes e igualmente fervorosos opositores - e inclusive aqueles que da primeira situação passaram à segunda - como é o caso de Hodder que passou a adoptar teses de recusa total da Arqueologia Espacial (CRIADO BOADO *et alii*, 1991, 28).

As desvantagens são muitíssimas, podemos começar pela sua “excessiva especialização economicista” (VILAÇA, 1995, 380). Evidentemente que o estudo de que nos ocupamos, parte de uma série de apriorismos, falíveis, de interpretações que não se baseiam em escavações suficientemente representativas. Os apriorismos de que falamos são os de que as comunidades, tinham uma base essencialmente agro-pastoril, completada em maior ou menor grau com a caça, a pesca e a recollecção, e que se relacionavam primordialmente com um determinado território, independentemente do seu maior ou menor grau de sedentarização.

O Homem não é como salienta Dennel, citado por Fernández Martínez e Ruiz Zapatero um “*estômago bípede*” que ingeria qualquer coisa comestível no raio de uma hora do seu povoado (FERNÁNDEZ MARTÍNEZ e RUIZ ZAPATERO, 1984, 63-64). E se o podemos pensar, estamos a partir de pressupostos completamente errados.

O espaço não é uma abstracção topológica homogénea (BUTZER, 1989, 206). Os espaços que marcamos aqui, para os sítios de habitat, são espaços teóricos evidente e basicamente apoiados em pressupostos económicos (estes pressupostos económicos são de importância variável consoante o período a que nos reportemos). Para os monumentos são espaços marcados pela experiência do olhar que “constrói”, com a genealogia, a simbologia/comunicação destes espaços que são múltiplos, sociais, políticos, sagrados, etc.

2 - Definição da Região em Estudo

A área de estudo é constituída por dois concelhos: S. João da Pesqueira e Tabuaço, respectivamente com 15 e 17 freguesias. Situados no distrito de Viseu, na ex-província de Trás-os-Montes e Alto Douro (Fig.1 dos Anexos), estes concelhos fazem fronteira a Norte com o Rio Douro, a Sul com os concelhos de Moimenta da Beira, Sernancelhe e Penedono, a Este com Vila Nova de Foz Côa e a Oeste com Armamar.

A região no seu conjunto não constitui uma unidade natural, se tivermos em conta os aspectos climáticos, litológicos, morfológicos, da vegetação e do uso da terra.

Não vamos entrar em muito pormenor nas polémicas acerca das regiões naturais em que podemos inserir a região em estudo. No entanto, alguma análise nos merece a bibliografia que a este propósito se tem vindo a publicar.

Assim na obra clássica de Amorim Girão (GIRÃO, 1933) a região é integrada no Alto Douro e abarca ao Sul do Douro os concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira. Segundo o mesmo autor esta região pode-se dividir em duas: o Alto Corgo (ou Cima-Corgo) e Baixo Corgo (divisão esta que se faz pela foz do Rio Corgo). A nossa região situa-se precisamente na primeira destas zonas, ou seja, Alto Corgo (*idem*, 64).

Curiosamente uma obra recente, considera uma sub-região, dentro de uma das regiões naturais em que iremos mais tarde integrar a área em estudo, com o mesmo nome, ou seja Cima-Corgo, (AGROCONSULTORES e COBA, 1991, 35).

Também Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach (RIBEIRO, LAUTENSACH e DAVEAU, 1987a, 1987b, 1988) se vão pronunciar acerca desta questão.

Esta região corresponde grosso modo às regiões naturais definidas por Agroconsultores e Coba como grandes unidades de paisagem que integra aspectos fisiográficos, climáticos e de vegetação muito afins, os quais, por sua vez, estão em estreita correlação com a altitude e com o grau de influência atlântica (AGROCONSULTORES e COBA, 1991, 27). Assim sendo, a região que estudamos, localiza-se em duas zonas designadas por Beira Douro (N) e Douro (D) (veja-se Fig.2 dos Anexos).

Já um outro autor, falando especificamente do concelho de Tabuaço, havia notado a existência do ponto de vista ecológico e fitogeográfico de duas zonas distintas ou de características bem diferenciadas: a duriense a norte, e a beirã, a sul (MONTEIRO, 1991, 20). Ainda o mesmo autor, citando um trabalho realizado na zona pela Secretaria de Estado da Agricultura Sobre a Utilização dos Solos em Portugal, distingue geomorfologicamente as duas regiões. Os terrenos da Zona Duriense inseridos nas cotas dos 100 aos 500 metros são formados, regra geral, por encostas abruptas e por encostas a pique viradas para o emaranhado das linhas de água que despejam no Rio Douro e no que se refere à Zona Beirã, desenvolvendo-se nas cotas entre os 300 a 900 metros, as suas características geomorfológicas são diferentes, encontrando-se os terrenos ondulados nos planaltos, ou levemente inclinados nos vales que aqui se apresentam mais largos (*idem*, 21). A mesma situação se apresenta no vizinho concelho de S. João da Pesqueira (Fig.3 dos Anexos).

Um outro autor distingue claramente numa obra sobre os Planaltos e Montanhas da Beira Alta a zona dos Planaltos Centrais da zona dos Níveis do Douro (FERREIRA, 1978, 87-130). A esta distinção geomorfológica corresponde também um substrato litológico diferente, que corresponde a um domí-

nio xistente nos Níveis do Douro e granítico nos Planaltos Centrais.

3 - Caracterização Geomorfológica e Climática

A caracterização geomorfológica e climática apoiar-se-á basicamente na descrição realizada em Agroconsultores e Coba (AGROCONSULTORES e COBA, 1991), das duas regiões naturais em que se integra a zona em estudo.

Assim e quanto ao clima, a região em estudo tem um clima de tipo subatlântico e subcontinental quer na zona da Beira Douro (N), quer na do Douro (D), embora na primeira domine a “*Terra Fria Planáltica (F₁, F₂, F₃, F₄) circunscrevendo-se os grandes vales à Terra de Transição (T₂, T₃, T₄)*” (*idem*, 31) na segunda repartem-se “*por situações climáticas de Terra Quente (Q₁, Q₂, Q₃, Q₄, Q₅) em correspondência com os vales e outras formas encaixadas, e de Terras de Transição (T₁, T₂, T₃, T₄, T₅) no inerente às plataformas acima dos 400/500m de altitude*” (*ibidem*, 35), (Fig.2 dos Anexos).

Ainda na primeira das regiões naturais, a temperatura média é de 11-12°C, a temperatura máxima é de 14-17°C, enquanto que a mínima é de 5-6°C (*ibidem*, 31).

Quanto à precipitação, esta situa-se entre os 800-1200 mm., a humidade relativa média anual é de 70-80%, a insolação média anual é de 50-55% (*ibidem*).

O clima é, de um modo geral, húmido ou muito húmido (*ibidem*, 11). Relacionado com este clima o índice hidrico de Thornthwaite varia entre os 20 e os 80 (*ibidem*, 31).

Quanto à geada, o número de dias no ano é de 60 a 80 e a última ocorre entre o 2º decêndio do mês de Abril e o 1º do mês de Maio (*ibidem*).

Fisiograficamente e continuando a seguir a mesma obra, esta região “*corresponde sensivelmente à grande mancha granítica que se estende desde os planaltos culminantes da Lapa, Leo-*

mil e Santa Helena até às formações do Complexo Xisto-Grauváquico da região do Douro” (*ibidem*). A mesma obra define duas situações morfológicas principais, uma que corresponde à “*plataforma altiplânica, muito perfeita a altitudes dos 900/1050 m. (sub-região montanhosa)*” (*ibidem*) e outra que diz respeito “*à sucessão de formas acidentadas, de interflúvios e vales que se interpõem entre a plataforma altiplânica e o Douro*” (*ibidem*).

Refira-se ainda que “a rede hidrográfica principal, que é tributária do Douro é um aspecto saliente, nomeadamente os rios Torto, Távora e Tedo (localizados na área em estudo) “*que entalhando a superfície primitiva conduziu a toda uma movimentação do relevo*” (*ibidem*) (veja-se Fig.2). Destaque-se que esta rede hidrográfica se adapta à rede de fracturas com uma “*impressionante rigidez e paralelismo*”, no entanto ao “*penetrarem em terreno xistento os cursos de água parecem libertar-se do constrangimento que as fracturas lhes impõem nas áreas graníticas*” (FERREIRA, 1978, 129-130).

Como vinhamos a dizer, nesta movimentação de relevo destacam-se os interflúvios que culminam em plataformas residuais do nível primitivo (900 /1000 m.) e os vales bem encaixados que nos troços iniciais são largos e de intensa ocupação agrícola, para depois entalharem profundamente, resolvendo-se em características formas de perfil em V (AGROCONSULTORES e COBA, 1991, 31).

Geologicamente dominam os granitos alcalinos e calco-alcalinos assinalando-se algumas manchas de xistos metamorfisados do Complexo Xisto-Grauváquico (*idem*). Mais adiante o substrato geológico será analisado mais aprofundadamente.

Evidentemente, a este clima corresponde uma vegetação climática própria, dominada pelos carvalhos, sobretudo o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*),

que se associa ao carvalho roble (*Quercus robur*) e à azinheira (*Quercus rotundifolia*); verifica-se uma grande disseminação do castanheiro (*Castanea sativa*) nas altitudes intermédias e do sobreiro (*Quercus suber*) nas mais baixas, além de vidoeiros (*Bétula celtiberica*) no topo planáltico do maciço montanhoso; matos de carqueja (*Chamaespartium tridentatum*), urze (*Erica australis*) e tojo (*Ulex europaeus* e *Ulex minor*), com sargaço (*Halimium allysoydes*), codeço (*Adenocarpus compliatus*), medronheiro (*Arbutus unedo*), carrapateiro (*Craetaegus monogyna*), torga (*Calluna vulgaris*) e sanganho (*Cistus psilosepalus*) também estão presentes (*ibidem*, 32).

Nesta zona e na escavação do Abrigo de Fraga d'Aia, foram exumados carvões de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), bem como restos de pinha, que provavelmente terão servido para acender a fogueira onde foram encontrados (FIGUEIRAL, 1988, 233). Ainda no mesmo Abrigo foi também encontrado um nódulo lenhoso de uma espécie já referida anteriormente, o sobreiro (*Quercus suber*) (SILVA, 1988, 229).

Não muito distante, no Dólmen 1 de Areita, foram também localizados restos vegetais de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e de pinheiro manso (*Pinus pinea-pinaster*) (GOMES, 1998, 91).

Quanto à fauna piscícola os rios da região, principalmente o Távora, são ricos em trutas (*Trutta trutta*), bogas (*Chondrostoma toxostoma*), enguias (*Anguilla anguilla*) e barbos (*Barbus comiza*) (MONTEIRO, 1991, 44).

No que concerne à utilização actual da terra, esta tem como base o prado/fornagem (na alguns casos centeio) no Inverno e ciclo cultural diversificado no Verão (milho, batata e hortícolas), na maioria dos casos sob regadio (AGROCONSULTORES e COBA, 1991, 32). Na pecuária domina o gado bovino mas também caprino/ovino nos lameiros e pastagens da zona de altitude, onde a

actividade agrícola se reduz ao centeio invernal e à batata estival. Nas áreas não aproveitadas agricolamente, a florestação é feita à base de pinheiro bravo (*idem*).

A segunda zona natural em que se integra o território que estudamos, é a zona do Douro (D), segundo a classificação da obra que nos tem vindo a servir de base. Esta refere que aqui “se conjugam factores de carácter climático, geológico e edáfico, que determinam um condicionalismo ambiental próprio” (*ibidem*, 35)

A mesma obra distingue morfologicamente duas zonas que se separam pela confluência do Corgo. A zona que estudamos integra-se na segunda zona que o referido trabalho define como Cima-Corgo. Esta distingue-se porque o vale do Douro muito encaixado, contrasta com a plataforma que lhe fica sobranceira e que se desenvolve mais expressivamente para oriente do curso do Távora (*ibidem*).

No que concerne à geologia e à litologia da zona existe uma larga dominância de xistos e grauvaques do Complexo Xisto-Grauváquico (Precâmbrico/Câmbrico), e ainda granitos e manchas localizadas e afloramentos de quartzitos num ou noutro local (*ibidem*).

Já referimos atrás que o clima é de tipo sub-atlântico e subcontinental, repartindo-se por situações climáticas de Terra Quente e de Terras de Transição. Desta forma os parâmetros climáticos variam quanto à temperatura média entre os 12 e os 15 °C, a temperatura máxima entre os 19 e os 22 °C e a mínima entre os 8 e os 10 °C (*ibidem*).

A precipitação da zona cifra-se em termos médios entre os 200 e os 1100 mm., a humidade relativa média anual é de 70 a 80% (*ibidem*).

A insolação média anual tem valores que oscilam entre os 50-55%. O índice hídrico de Thornthwaite é de -20/-40. A geada existe durante 40-60 dias por ano, ocorrendo as últimas por volta do 3º

decêndio de Março e o 2º de Abril (*ibidem*, 36).

Com este tipo de clima a vegetação típica da zona tem caracteres diferentes da primeira zona que caracterizámos. Assim e em comum, com a primeira, verifica-se o domínio dos carvalhos, nas suas variedades roble (*Quercus robur*) e negral (*Quercus pyrenaica*), sendo este último incidente na parte jusante do vale do Douro e até aos 400-500 m. de altitude (*ibidem*). Refira-se igualmente a larga disseminação do sobreiro (*Quercus suber*) e da azinheira (*Quercus rotundifolia*), esta na parte montante (*ibidem*).

Quanto às matas destacam-se diversas cistáceas como o sanganho (*Cistus salvifolius*), o estevão (*Cistus populifolius*) e a esteva (*Cistus ladanifer*), o trovisco (*Daphne gnidium*), o lentisco (*Phyllirea augustifolia*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), a madressilva (*Lonicera peryclimenum*), o espargo bravo (*Asparagus acutifolius*) e o lodão bastardo (*Celtis australis*) nas orlas ribeirinhas e linhas de água (*ibidem*). Continuando a seguir a mesma obra, esta refere que na parte montante já com características subcontinentais surge o zimbro (*Juniperus oxiderus*) pelas encostas do Douro, bem como o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) (*ibidem*).

Na utilização actual da terra domina a vinha. Nas plataformas sobranceiras ao Douro verifica-se uma certa diversificação e intensificação culturais sob regadio. As zonas que não são ocupadas pela agricultura são-no por matorrais e o pinhal ocupa extensões apreciáveis (*ibidem*).

A existência de água é sem dúvida um factor determinante na vida das populações de qualquer época. O acesso à mesma é pois importante e um factor condicionante (e limitativo) da circulação das pessoas quer seja em ambientes selvagens quer em economias agro-pastoris. Os territórios com acesso à

água são importantes para os caçadores-recolectores, pois os meios aquáticos proporcionam uma alimentação abundante (recursos estritamente piscícolas, recolha de bivalves, etc.) e variada, pois os animais selvagens deslocam-se para essas zonas para beberem, e ainda nestas zonas a renovação florística é muito mais rápida, algo que numa sociedade basicamente predadora tem uma importância vital.

Para as sociedades agrícola-pastoris também a proximidade do precioso líquido pode condicionar a sua fixação (se as entendermos já como comunidades sedentárias) ou circulação (se pensarmos num sistema de povoamento rotativo) por zonas onde os agricultores possam irrigar as culturas, e os pastores possam descedentar os seus animais.

No período a que nos reportamos, pensamos que a irrigação das culturas não seria o princípio basilar para a ocupação de zonas ricas em água. A economia que vigorava seria provavelmente de tipo misto, pastoril, recolectora, com recurso ainda à caça e (se existisse) uma agricultura rudimentar, talvez, itinerante sobre queimada.

Ora, na zona em que nos encontramos os cursos de água são abundantes, quer os rios afluentes da margem esquerda do Douro (Tedo, Távora e Torto), quer as ribeiras e cursos de água, mais ou menos temporários que despejam nos rios atrás referidos. É um facto que os ditos rios, apresentam nas zonas graníticas uma rígida adaptação à rede de fracturas e que ao penetrarem nos xistos se parecem libertar dos constrangimentos impostos pelos granitos (FERREIRA, 1978, 130). Isto é, durante uma boa parte dos seus percursos os rios a que nos vimos a referir são profundamente entalhados, atingindo em certas zonas abruptos de altura verdadeiramente espectacular (como por exemplo junto à povoação de Cabris onde o Távora “cai” de uma altura de 430 m. para 110 m. de altitude), para

nas zonas mais próximas do Douro voltar a acelerar o seu declive, pois este rio corre abaixo das altitudes dos rios seus afluentes, que os mesmos não conseguem acompanhar pelos estrangimentos atrás aduzidos.

3.1 – *Breves Comentários Sobre a Geologia*

Numa primeira análise e em termos de relevo, a região em estudo poder-se-ia considerar fortemente contrastante (uma região planáltica e outra bastante acidentada). De facto existem duas regiões planálticas, uma que faz parte do Planalto Beirão e outra mais próxima do Rio Douro (“relevos do Douro”), embora em substratos litológicos completamente díspares (Fig.4 dos Anexos).

Assim, na mancha xistenta, desenha-se uma superfície mais ou menos aplanada fossilizada por pequenos plainos e que se situa entre as cotas dos 600-650 m. (SOUSA e SEQUEIRA, 1989, 9). No entanto esta região aparenta, à primeira vista, ter um relevo muito movimentado, o que resulta do facto de nesta zona se fazer a incisão profunda de vales apertados de que se salientam as principais linhas de água – Douro, Távora e Têdo (“relevos do Douro”) (*idem*). Os mesmos autores, referem que sobranceira à superfície referida anteriormente se desenha na área envolvente uma outra planura, às cotas de 900-950 m. (Planalto Beirão), correspondente aos afloramentos de rochas graníticas. Referem ainda que a transição entre estas duas superfícies se faz de maneira brusca e nítida com um abrupto da ordem dos 300 m. (*ibidem*, 9-10).

Já referimos a existência de dois substratos litológicos diferentes: os xistos por um lado e os granitos por outro. Domingos Cruz afirma que apesar de sem importância em tempos históricos, terá significado nos períodos pré e proto-históricos quer nas rochas

xistentas, quer nos granitos, ou nos filões, a ocorrência de rochas e minerais que poderão ter sido utilizados como matéria-prima naqueles períodos: corneanas, micaxistos luzentes, turmalinitos, silimanite, pórfiro, anfíbolito, por vezes em associação com pórfiro dacítico, dolerito, calcários cristalinos (mármore), turmalina, fluorite e topázio (CRUZ, 1998, 152).

Podem-se aferir estas realidades através da leitura das notícias explicativas das Cartas Geológicas, 14-B – Moimenta da Beira (FERREIRA e SOUSA, 1994), 10-D - Alijó (SOUSA e SEQUEIRA, 1989), 15-A - Vila Nova de Foz Côa (SILVA e RIBEIRO, 1991) e 11-C - Torre de Moncorvo (SILVA *et alii*, 1989).

Ambos os concelhos têm, como já dissemos, litologias xistentas e graníticas. No entanto num dos concelhos - Tabuaço - predominam os granitos, sobretudo o granito de grão médio biotítico-moscovítico (denominado Granito de Sendim), o granito de grão médio a fino biotítico-moscovítico com tendência porfiróide (Granito de Ariceira) e ainda granito de grão médio a fino moscovítico com turmalina e fosfatos (Granito de Tabuaço). Surgem ainda pequenas manchas, na zona sul de ambos os concelhos, de granito biotítico-moscovítico de grão médio (Granito de Leomil e Vale de Frade). Na zona sul de Tabuaço surgem pequeníssimas manchas de granito de grão médio (Granito da Senhora da Graça). Surgem, no entanto, no seio dos granitos algumas intrusões limitadas de xistos metamorfizados indiferenciados.

Quanto ao outro concelho - S. J. da Pesqueira - dominam os xistos, com orientação ONO - ESE, com excepções na freguesia de Paredes da Beira, onde se localiza uma grande mancha de granito de grão médio essencialmente moscovítico com scorzalite e trífilita, que adopta precisamente o nome da freguesia (Granito de Paredes da Beira)

e, no canto NE do concelho onde se localiza uma pequena mancha, na zona de S. Salvador do Mundo, que é o prolongamento para sul do Douro do chamado Granito de Sabrosa, um granito de grão fino a médio, porfiróide, moscovítico-biotítico.

Os xistos da zona pertencem a diversas Formações, quer alóctones, quer autóctones como é o caso a nível das alóctones das Formações de S. Domingos (formada por conglomerados, metaquartzarenitos e metaquartzovaques), da Desejosa (constituída por filitos listrados com intercalações de metagrauvaques, de Pinhão (filitos cloríticos, quartzo-cloríticos e metaquartzovaques com magnetite), de Rio Pinhão (metagrauvaques) com intercalações de filitos listrados e microconglomerados). No que diz respeito às Formações autóctones destacam-se as de Ervedosa do Douro (constituída por filitos cloríticos, quartzo-cloríticos e metaquartzovaques com magnetite) e a de Bateiras (alternância de xistos listrados com metaquartzovaques e intercalações de calcários, xistos negros e grauvaques e microconglomerados, podendo nalgumas zonas ser constituída por metagrauvaques e filitos cinzentos com calcários e/ou conglomerados de matriz calcária e filitos negros).

Surgem nesta zona filões e massas de quartzo, dolerito, aplitos, pegmatitos, aplopegmatitos, anfibolitos e pórfiro dacítico.

Quanto a recursos metálicos, com interesse para as épocas em estudo, temos a presença de estanho, prata, ouro, ocorrendo o cobre em zonas limítrofes, já a norte do Douro, no concelho de Sabrosa.

Referiremos sempre as mineralizações de volfrâmio, pois como é do conhecimento geral o volfrâmio não surge na natureza no seu estado nativo, mas em combinação com estanho, aliás todos os minerais de estanho contêm volfrâmio.

O facto de as minas (de estanho) que possuímos terem sido exploradas e abandonadas nos meados/finais do século XX, não significará necessariamente que não possa ter havido uma exploração destas jazidas minerais em períodos anteriores.

Esta é, em traços gerais, a caracterização geológica da zona de estudo. O tratamento geológico pormenorizado de cada estação arqueológica, será feito ao longo do texto e sempre que tal se justifique.

4 - Povoamento dos VI^o/V^o/IV^o Milénios AC.

Os vestígios mais antigos de presença humana na zona em estudo (se esquecermos as gravuras paleolíticas de Vila Nova de Foz Côa, concelho contíguo ao de S. João da Pesqueira, já fora da área em estudo) localizam-se no Abrigo pintado da Fraga d'Aia.

4.1 - *Fraga d'Aia*

Descoberto em 1982 e dado a conhecer à comunidade científica em Setembro de 1988, no Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular e posteriormente em vários artigos (JORGE *et alii*, 1988a; JORGE *et alii*, 1988b), a que se têm vindo a seguir vários outros, sobre aspectos particulares do referido Abrigo, sendo referência quase obrigatória em artigos sobre a Pré-História Recente não só em Portugal como também na vizinha Espanha.

Este Abrigo granítico, situado na freguesia de Paredes da Beira (Fig.5 dos Anexos), ostenta pinturas em vários tons de vermelho, que vão do vermelho vinhoso ao vermelho sanguíneo (JORGE *et alii*, 1988a, 202; JORGE *et alii*, 1988b, 120).

Estas distribuem-se em dois grupos pictóricos estilística e espacialmente distintos (JORGE *et alii*, 1988b, 121). Quer as tintas utilizadas, quer a dissociação espacial dos motivos pintados, sugerem que estes terão sido elaborados em fases diferentes. Quanto às técnicas, estas não revelaram tintas de preparação prévia, nem delimitações não pictóricas dos motivos. Apenas num dos frisos, localizado mais à direita do Abrigo, as figuras que o formam foram pintadas sobre uma superfície previamente apainelada (afeiçoada e alisada através de martelagem) (*idem*, 120).

Os dois painéis foram incluídos em duas fases (A e B), sendo a primeira delas a que contem uma cena de caça ao cervídeo, representado por um antropomorfo armado com um arco, sem que sejam visíveis setas. O cervídeo ostenta longas hastes, representadas numa perspectiva distorcida. O estilo aproxima-se do subnaturalismo, mas quer o dinamismo do personagem armado quer a torção dos membros do animal, afastam-no do clássico estilo subnaturalista, pelas características de movimento que ostenta (Fig.6 dos Anexos).

Esta cena pertencerá à primeira fase decorativa e poderá, segundo os autores dos trabalhos arqueológicos nesta estação, ter um carácter mitográfico e não meramente narrativo. Nesta mesma fase se devem colocar os restos de antropomorfos esquemáticos aparentemente não ligados a esta cena (JORGE *et alii*, 1988a, 202-203).

Maria de Jesus Sanches lembra-nos que a cena de caça a cervídeos, presente no Dólmen de Juncais nos remete intuitivamente para a "cena de caça" de Fraga d'Aia, embora as figuras sejam estilisticamente distintas. A mesma autora refere igualmente que o porte de algumas figuras antropomórficas da Fase A de Fraga d'Aia é muito similar às de alguns Dólmenes (Juncais; Lubagueira 4; Arquinha da Moura) (SANCHES, 1997 b, 159-160).

Quanto aos motivos da segunda fase (Fase B), surgem representados vários motivos antropomórficos, agrupados ou não entre si, dois deles associados a um quadrúpede. As personagens aqui representadas são umas mais naturalistas (onde se destaca a finura plástica e delicadeza de representação de alguns pés e pernas) (JORGE *et alii*, 1988b, 121) e outras mais estilizado-dinâmicas (JORGE *et alii*, 1988a, 203). Neste friso podem isolar-se sete figuras antropomórficas, uma das quais montada em pé sobre um pequeno zoomorfo de espécie não identificada, puxado por uma possi-

vel rédea por outro personagem de maiores dimensões. Igualmente surge ainda um outro zoomorfo (um bovídeo) e restos de outro (parte do tronco e dos membros posteriores). Finalmente uma outra figura antropomórfica parece presidir a este friso de figuras todas orientadas para a direita (excepto a que segura o pequeno zoomorfo), enquanto que este oitavo antropomorfo se encontra orientado para a esquerda do observador. Esta figura, está pintada numa reentrância da rocha olhando de frente todas as outras (JORGE *et alii*, 1988b, 122-123) (Fig. 7 dos Anexos).

Possuímos já um número considerável de datações para Fraga d'Aia, datações essas que apontam para a ocupação do Abrigo no VIIIº Milénio AC (8600 ± 80 BP [7980-7490 cal AC]; 8600 ± 60 BP [7860-7500 cal AC] e 8190 ± 90 BP [7470-6820 cal AC]). No entanto, Maria de Jesus Sanches, refere que a valorização ou desvalorização destas datas em termos de início da ocupação do Abrigo só poderá ser feita quando se dispuser de documentação complementar a nível regional (SANCHES, 1997b, 150). Efectivamente dados da estação arqueológica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), que fica relativamente próximo do Abrigo de Fraga d'Aia, parecem datar do Mesolítico, poderão vir a confirmar a possibilidade de uma ocupação, ainda que esporádica, do Abrigo durante o período que tradicionalmente designamos por Mesolítico. Aliás, Sérgio Rodrigues refere, baseado numa data da 2ª metade do VIIº Milénio cal. AC, que esta datação conjugada com a inexistência de cerâmica e de materiais polidos poderão remeter esta estação (Prazo) para o Mesolítico (MONTEIRO – RODRIGUES, 2000, 160). O mesmo autor afirma ainda que, tendo em conta as datações da base da camada 3 da Fraga d'Aia (já referidas anteriormente), se poderá começar a levantar a hipótese da existência de um *mesolítico interior*

pelo menos no Alto Douro português (*idem*).

No que concerne às datações do VIº Milénio AC, provenientes da Lareira 2 do Abrigo de Fraga d'Aia, estas indicam uma ocupação da 2ª metade deste milénio (6490 ± 60 BP [5560-5280 cal AC] e 6290 ± 50 BP [5320-5080 cal AC]). Ora estas datas, conjugadas com as que referimos para o VIIIº Milénio AC e as que referiremos de seguida para os Vº e IVº Milénios AC, traduzem uma ocupação "intermitente" deste Abrigo.

Quanto às datações do Vº Milénio AC, estas provêm, também, da Lareira 2 do Abrigo de Fraga d'Aia, assim temos as seguintes datas: GIF 7891 - 5750 ± 70 BP [4780-4460 cal AC] (JORGE e DELIBRIAS, 1988, 231) e GIF 8079 - 5690 ± 70 BP [4720-4360 cal AC] (JORGE, 1991, 182; SANCHES, 1997b, 150, nota 286). As datas calibradas são-no para 2 sigma e da responsabilidade de Maria de Jesus Sanches.

Ora, estas datas são concordantes e abarcam as que nos são dadas por Luís Filipe Gomes (para o Dólmen de Areita): CSIC: 5629 ± 38 BP [4530-4363 cal AC] e CSIC: 5699 ± 31 BP [4664-4462 cal AC] (GOMES, *et alii*, 1998, 82-83) (as amostras provêm de restos carbonizados de pinheiro bravo e manso que, segundo os autores, fariam parte de um emaranhado de troncos que serviam de apoio às estruturas megalíticas. Estes mesmos troncos estão imediatamente subjacentes à camada arenosa coberta de ocre, nunca a perturbando e que a equipa da Arqueohoje identificou como sendo o primitivo piso deposicional funerário). Mas será assim?

A coincidência das datas, que referimos atrás, implica que as duas estações (Fraga d'Aia e Dólmen 1 de Areita) sejam contemporâneas. No entanto Domingos Cruz não considera por ora a possibilidade da contemporaneidade de Fraga d'Aia com o Dólmen de Areita, visto considerar as datações disponíveis para Areita algo díspares relativamente

ao estado de conhecimento actual sobre o megalitismo do Centro e Norte de Portugal (CRUZ, 1998, 150). Efectivamente, segundo o mesmo autor, as construções de cariz verdadeiramente megalítico, onde inclui os dólmenes de corredor, serão datáveis de finais do Vº Milénio e 1ª metade do IVº Milénio AC (*idem*, 156), centrando-se especialmente no último quartel do Vº Milénio e 1º quartel do IVº Milénio AC (*ibidem*).

Temo-nos vindo a referir ao Abrigo de Fraga d'Aia como sendo datado do Vº e 1ª metade do IVº Milénios AC, podendo eventualmente recuar-se até à passagem do VIº para o Vº Milénio AC (SANCHES, 1997b, 149; SANCHES, 2000b, 182; SANCHES, 2002, 149). No entanto nem sempre foi essa a cronologia proposta para o mesmo. De facto numa 1ª fase, Fraga d'Aia foi datada dos fins do IIIº Milénio/inícios do IIº Milénio a.C. (JORGE *et alii*, 1988 b,127), ou como afirma Vítor Oliveira Jorge, numa outra obra, “*continuamos a pensar que estamos perante uma fase situável entre a 2ª metade do IIIº e a 1ª metade do IIº milénios a.C.*”, pelo que, afirma o mesmo autor, “*a data de 3 800 a.C. (datas em anos de radiocarbono) seria demasiado recuada*” (JORGE e DELIBIRIAS, 1988, 231-232).

As primeiras datações que apresentámos para o Abrigo tratam-se de uma reinterpretação, da responsabilidade de Maria de Jesus Sanches, que resulta dos dados das datas absolutas obtidas e da reanálise do espólio proveniente de Fraga d'Aia (essencialmente do espólio cerâmico), que a mesma autora afirma ser paralelizável com outras estações entretanto estudadas, como é o caso do Abrigo do Buraco da Pala (em Trás-os-Montes Oriental) e o povoado de ar livre da Lavra (Soalhães - Marco de Canaveses) (SANCHES, 1997b, 150-151).

Teremos que nos demorar um pouco sobre o espólio de Fraga d'Aia.

Os itens que constituem o seu espólio são: 46 peças de pedra lascada (JORGE *et alii*, 1988a, 205), de que se distinguem um micrólito geométrico em sílex (Fig.8, 1), uma ponta de seta fragmentada em sílex (Fig.8, 2), uma lamela retocada na mesma matéria-prima (Fig. 8, 3), outra sem retoques, com possíveis sinais de uso marginais (Fig.8, 4) além de numerosas lascas com retoques. Em pedra polida, foram encontradas 3 enxós, uma em anfíbolito (Fig.8, 5), outra em silimanite (Fig.8, 6) e a terceira em anfíbolito profundamente alterado (Fig. 8, 7). Existem ainda 16 elementos de moinhos manuais móveis normalmente mostrando um uso pouco prolongado, todos em granito e 2 elementos fixos, também em granito (um dos quais fragmentado). Saliente-se que estes moinhos podem ter servido como “moedores” das matérias colorantes utilizadas nas pinturas. Registe-se, também, a presença de 9 seixos rolados, em diversas matérias-primas (quartzito, xisto, quartzo leitoso e turmalinito xistento) (JORGE *et alii*, 1988b, 125-126).

A distribuição por camadas é a seguinte:

C.1 - 7 artefactos;

C.2a - 29 artefactos, além de 1 no contacto com a C.2b;

C.2b - 20 artefactos;

C.3 - 24 artefactos;

Noutras situações encontraram-se C.1/2b (mistura, à superfície) - 2 artefactos;

Lareira 2 - 2 artefactos (note-se, porém, que 1 deles é um simples fragmento de ocre);

Terras revolvidas -1 artefacto (JORGE *et alii*, 1988a, 204).

Quanto aos materiais cerâmicos, como já referimos, em conjunto com as datas absolutas, permitiram a reinterpretação do Abrigo, pelos paralelos existentes noutras estações, foram exumados cerca de 300 fragmentos de cerâmica manual sendo que a maior parte da

cerâmica é lisa (JORGE *et alii*, 1988b, 127) (Fig.9 e 10 dos Anexos).

No que concerne a esta, todas as formas exumadas - 14 recipientes - (JORGE *et alii*, 1988a, 213) em Fraga d'Aia são paralelizáveis com as que estão presentes no abrigo de Buraco da Pala IV, exceptuando as formas 4 e 6, que estão presentes - relembra-nos Maria de Jesus Sanches - em contextos tumulares. O mesmo se passa com as técnicas e organizações decorativas que serão similares a outras presentes quer em contextos funerários, quer habitacionais. Assim, e especificando um pouco mais, as decorações dos recipientes cerâmicos de Fraga d'Aia podem ostentar motivos tais como: uma matriz semelhante a um pente, formando sob o bordo filas de impressões penteadas arrastadas; para além destas existem outras organizações decorativas como sejam puncionamentos sobre o bordo ou sobre o lábio e incisões paralelas entre si, etc. (SANCHES, 1997b, 151) (Fig. 11, 1-7 dos Anexos).

Deste modo este Abrigo teria sido frequentado, sazonalmente (ou periodicamente) de modo contínuo ou descontínuo, durante o V.º e a primeira metade do IV.º Milénios AC (não se excluindo a hipótese de o ter sido na passagem do VI.º para o V.º Milénio AC). Ou seja, este Abrigo teria vestígios datáveis do Neolítico antigo evolucionado peninsular ou melhor, do Neolítico Inicial Regional (*idem*, 150-152).

Segundo Luís Filipe Gomes não é de descartar a hipótese de uma eventual filiação da necrópole megalítica de Areita com o Abrigo de Fraga d'Aia (GOMES *et alii*, 1998, 39).

Admitindo esta hipótese (note-se que a Distância Real de Fraga d'Aia, em relação à mais próxima Anta da aludida necrópole não ultrapassa os 2,375 m., em linha recta, o que corresponde em Distância Tempo a cerca de 1 hora e 4 minutos de distância pedestre; ao passo

que em relação à mais longínqua não dista mais do que 2,750 Km., ou seja 1 hora e 14 minutos de distância pedestre) (Fig.12 dos Anexos) parecer-nos-ia, pois, provável a contemporaneidade (e eventualmente simultaneidade?) dos dois sítios, embora em períodos subsequentes à ocupação inicial de Fraga d'Aia. Esta simultaneidade e/ou contemporaneidade, a ter ocorrido, seria no momento de erecção do Dólmen.

Não nos parece assim, uma distância tão grande e tão difícil de percorrer por grupos humanos que são ainda (como discutiremos em seguida) largamente móveis.

Curiosamente estes dois sítios - Areita e Fraga d'Aia - são os dois únicos contextos escavados na área em estudo. Devemos referir também que, e ao contrário do que é comum em muitas regiões, os locais com vestígios neolíticos não se cingem exclusivamente a contextos funerários, mas também habitacionais, de que falaremos mais adiante.

4.1.1 - Recursos Geológicos

Geologicamente, Fraga d'Aia, localiza-se sobre terrenos graníticos denominados granito de Ariceira e Dacotim, que se integra nos granitos de Paredes da Beira - Tabuaço, que por sua vez fazem parte do maciço granítico de Tabuaço. Este granito (Ariceira e Dacotim) é de grão fino a médio moscovítico-biotítico, cuja composição mineralógica é constituída por quartzo e por vezes plagioclase (FERREIRA e SOUSA, 1994, 24). Fraga d'Aia, localizando-se neste tipo de granitos está porém muito próximo de granito de Sendim, um granito de grão médio moscovítico-biotítico de tendência porfiróide. A sua composição mineralógica é constituída por quartzo em agregados cristalinos, formando mosaico e contendo agulhas de silimanite, ocorrendo por vezes turmalina (*idem*, 23).

Próximo do sítio, para além dos granitos já referidos, surgem intercalações de xistos metamorizados indiferenciados, com direcção dominante NO-SE. De igual modo, a Sul de Fraga d'Aia, embora um pouco mais longe (a cerca de 1 a 2 horas de distância pedestre), localiza-se uma mancha dos mesmos xistos, agora com uma orientação O-E.

Ainda granitos de outro tipo, o denominado granito de Paredes da Beira, surge desta vez a Norte do sítio a cerca de 60/120 minutos de distância pedestre. Este granito é de grão médio, escassamente porfiróide, moscovítico com rara biotite e turmalina (*ibidem*, 21). É este granito que faz o contacto Norte com o Complexo Xisto-Grauváquico.

Para além disso surgem próximo de Fraga d'Aia pequenas e limitadas intercalações de massas e filões, ou seja aplitos e quartzos.

No âmbito do chamado SCA (site catchment area), que é, como já dissemos, a análise da área ou porção de espaço de que procedem parte ou a totalidade dos materiais exumados num habitat (MIRANDA *et alii*, 1986, 201), temos que referir a enxó em silimanite recolhida em Fraga d'Aia, que pode muito bem provir das já referidas agulhas de silimanite existentes no granito de Sendim.

Quanto aos materiais em sílex, tanto podem ser resultado de trocas com outras comunidades ou obtida esta matéria-prima pelos próprios frequentadores em zonas mais ou menos distantes do Abrigo. Não se exclui terminantemente a recolha de sílex em zonas próximas, onde ele exista, sem que no entanto sejam representadas nas Cartas Geológicas.

No que respeita aos materiais em quartzo, estes podem provir das imediações do Abrigo, visto, que como já referimos, existem granitos que o contêm, bem como filões desta matéria-prima.

Os 9 seixos rolados, já mencionados, podem também, e com muita probabilidade, resultar de recolhas nas imediações de Fraga d'Aia (xistos, turmalinito xistento, etc.).

4.1.2 – *Recursos Hidrológicos*

Quanto aos recursos hidrológicos de Fraga d'Aia, estes são fortemente influenciados pela presença do Rio Távora (ao qual Fraga d'Aia é sobranceiro) e dos seus afluentes.

Se tivermos em conta que num raio de 2 horas de distância pedestre se encontram 15 nascentes de água, podemos concluir que Fraga d'Aia possui água em abundância.

No que respeita ao povoamento do Vº e IVº Milénios AC convém referir para já a continuidade da frequência do sítio de Fraga d'Aia.

Neste período possuímos ainda quer vestígios habitacionais, quer tumulares, como são o caso dos núcleos megalíticos de Areita, da Sr.^a do Vencimento e de S. Domingos.

4.2 – *Núcleo Megalítico de Areita*

Dólmen 1 de Areita

O Dólmen 1 de Areita faz parte de uma necrópole megalítica de mais quatro monumentos (Fig.13 dos Anexos).

O Dólmen 1 de Areita, também conhecido por “Anta da Bouça da Senhora Berta”, situa-se, tal como Fraga d'Aia, na freguesia de Paredes da Beira (S. J. da Pesqueira). Localiza-se numa zona aplanada com a cota de 723 m. de altitude (Fig.14 dos Anexos).

Trata-se de um monumento de grandes dimensões, de tipo “clássico” (Fot.1) nas palavras dos autores dos trabalhos de escavação (GOMES *et alii*, 1998, 42; CARVALHO *et alii*, no prelo). Possui uma câmara poligonal alargada (medindo 3,70 m. de comprimento, 4,40 m. de largura - entre os

esteios 5 e 9 - e 3,70 m. no vão de entrada; foram colocados calços ao nível da base, por vezes de dimensões consideráveis, assentando os esteios em pequenas depressões abertas no solo antigo que cobria o substrato rochoso); corredor médio (medindo 4,16 m. de comprimento; a altura vai aumentando à medida que se avança para o interior - 1,50-2,00 m.; a largura à entrada é de 2,00 m., a meio de 2,50 m. e junto à câmara de 3,14 m.), bem diferenciado, quer em alçado (o desnível entre a altura da câmara e do corredor é de 1,60 m.) (Fig.15 dos Anexos) quer em planta. Conserva ainda ao todo onze (11) esteios em granito (Fig.16).

Da cobertura conservaram-se a laje de cobertura da câmara e uma do corredor e ainda uma laje de "cutelo" que fecharia o espaço da câmara por cima do corredor.

Adossada interiormente ao esteio 5 encontrou-se uma estrutura de tipo "caixa" em granito (Fot.2), composta por duas lajes delgadas, verticais, apoiadas na face maior e encostada a outra disposta horizontalmente na base. Ligeiramente inclinada para o centro da câmara, encontrava-se aberta e possuía um espaço interno trapezoidal, aumentando de altura no sentido da abertura - 0,73/0,96 metros. A altura variava entre os 0,46 e os 0,61 metros. A funcionalidade desta estrutura será discutida mais adiante.

Em todo o espaço da câmara, ao nível superior dos calços internos, observou-se uma camada arenosa coberta de ocre que apresentava uma espessura média de 4 centímetros. Subjacente a este piso encontraram-se vários troncos carbonizados nunca perturbando o piso original. Segundo os autores dos trabalhos de escavação, uma hipótese é a de estes troncos se relacionarem com um "emaranhado" de troncos utilizados como apoio da estrutura megalítica, que foram posteriormente e antes de colocada a camada arenosa queimados pelo

fogo. As bases destes troncos conservavam-se *in situ*, embora também carbonizadas. Os autores admitem também a possibilidade de tais troncos terem feito parte de uma estrutura pré-existente, que intencionalmente ou não terá sido consumida pelas chamas. No entanto, consideram essa hipótese muito remota. (GOMES *et alii*, 1998, 45-46). Esta hipótese parece-nos tão válida como a anterior, sendo inclusivamente corroborada pelas datas.

Curiosamente, foi destes troncos carbonizados que foram feitas as análises de que resultaram as datações que já referimos anteriormente no nosso trabalho, que discutiremos mais adiante.

O montículo artificial envolvente do Dólmen 1 de Areita é tendencialmente subcircular com cerca de 24 m. no sentido N-S e 22 no sentido O-E, atingindo uma espessura máxima de 1,70 metros. A estrutura de contrafortagem não se limitava a contornar a construção dolménica, terminando junto aos primeiros esteios do corredor. Sobrepondo-se a esta encontravam-se as terras compactas da mamoa (24 cm. de espessura máxima).

O acesso ao interior do sepulcro fazia-se através de dois espaços diferenciados, mas contíguos, um possível "átrio", ligeiramente descentrado relativamente ao eixo longitudinal do sepulcro e de um corredor intratumular (*idem*, 48-51).

Foram exumados alguns fragmentos cerâmicos cujas descrições fazemos de seguida.

Em Areita as organizações decorativas cingem-se a duas bandas horizontais de linhas incisas, num recipiente (Fig. 17,3).

As formas reconstituíveis serão 8 prováveis recipientes, de corpo tendencialmente ovóide e semiesféricos (Fig. 17, 1-2, 4-5). De realçar que os recipientes não foram exumados na área da câmara, mas sim em situação estratigrá-

fica não definida no corredor, e que os autores admitem tratar-se de deposições contemporâneas do período de funcionamento do monumento, ou então de terras transportadas das proximidades do habitat dos construtores do megálito (*ibidem*, 78). Não podemos deixar passar em claro a presença de uma peça cilíndrica em argila compacta amassada e seca ao sol (Fig.17, 6), que se assemelha segundo os autores da escavação do Dólmen de Areita, com duas outras peças exumadas em Fraga d'Aia (Fig.11, 8-9) (*ibidem*), estas últimas são também em argila compacta e pouco espessas (JORGE *et alii*, 1988b, 127). Aliás são cada vez mais comuns os achados de objectos deste tipo, especialmente em contextos tumulares. Referiremos apenas como curiosidade o achado de 2 elementos de forma ovóide em barro cozido no interior da sepultura do Dólmen 1 da Lameira de Cima (Penedono) e ainda de 2 “bolas” de terra amassada e seca ao sol no mesmo monumento. Também no Dólmen do Carvalho (Penela da Beira, Penedono) foram localizadas 80 diminutas “bolas” do género (GOMES, 1996, 169-170). Igualmente na Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa) foi assinalada a presença de 1 “bola” de barro cozido (GONÇALVES e CRUZ, 1994, 207). É difícil preconizar uma função para estes objectos, terão tido eventualmente um carácter simbólico (*idem*, 209). No mesmo âmbito se poderão incluir os achados de esferóides em granito.

No que diz respeito ao restante espólio de Areita, este é constituído por artefactos de pedra lascada, sendo 37 micrólitos em sílex e 5 em quartzo hialino (Fig.18; 19 e 20, 1-4) - 26 deles *in situ* - 23 na câmara e 3 no corredor; 3 lâminas em sílex, completas, pouco espessas, não retocadas e de secção trapezoidal (Fig.20, 5-7); uma vez que não observámos os materiais em sílex, não podemos afirmar taxativamente que sejam feitos nessa matéria-prima, aliás

Maria de Jesus Sanches prestou-nos a informação (que agradecemos reconhecidamente) de que alguns micrólitos que julgava serem em sílex, afinal eram opalas e afins. De pedra polida, 2 machados (Fig.20, 8-9), uma goiva (Fig.21, 2), uma enxó em silimanite (Fig.21, 1) e um possível percutor em quartzito; elementos de adorno cerca de 3000 contas discoidais em xisto, 13 em variscite - 12 cilíndricas e uma trapezoidal - e uma globular em fluorite (Fig.21, 3-16). Registaram-se ainda 4 elementos de moinhos manuais em granito, que foram reaproveitados como material de construção. Foram ainda exumados 2 seixos rolados, um em quartzo e outro em quartzo leitoso. Devemos salientar que entre os micrólitos geométricos, 33 deles são trapézios, 2 segmentos e 2 triângulos.

As peças de pedra polida não ostentavam vestígios de uso. Os autores do trabalho sobre Areita aventaram a hipótese de a goiva representar um “fabrico” simbólico (GOMES *et alii*, 1998, 67-78). Num interessante trabalho, Delibes de Castro, fala-nos da possibilidade de as oferendas representarem um caso de especialização funcional, ou seja de peças fabricadas especificamente para o ritual e não de ferramentas que pudessem pertencer ao defunto (DELIBES DE CASTRO, 1995, 74). Aliás, pensamos que o carácter, muitas vezes aludido de uma cultura material de carácter arcaizante, presente nos monumentos funerários (o que se verifica também no Dólmen a que nos vimos a referir), resultará porventura, deste fabrico especializado, que terá assim uma pervivência bastante longa. Como sabemos, as estruturas mentais evoluem muito lentamente e sobretudo no que às atitudes perante a morte diz respeito, como refere Philippe Ariès: “*Comme beaucoup de faits qui se situent dans la longue durée, l'attitude devant la mort paraît presque immobile à travers de très longues périodes de temps. Elle*

apparaît comme achronique (ARIES, 1975, 21). É por isso ilusória (em alguns casos) a tentativa de fazer extrapolações para contextos habitacionais de artefactos que são algumas vezes exclusivamente funerários.

Funerário é igualmente um aspecto particular do Dólmen 1 de Areita, os vestígios osteológicos. Detectou-se neste Dólmen um apreciável conjunto de materiais osteológicos, que embora danificados pela queda de alguns monólitos, pelo seu estado fragmentário e pelo seu adiantado estado de desagregação permitem no entanto extrair alguns dados interessantes. Faremos pois uma sintética análise deste espólio.

Assim sendo, o estudo efectuado dos restos humanos conservados permitiu, com base nos crânios detectados, definir a presença de pelo menos 6 indivíduos inumados. Os restos ósseos, foram todos (o sublinhado é nosso) encontrados na câmara. Estes apresentavam-se em desconexão anatómica, dispostos de forma desordenada, sob a forma de ossário. Igualmente não se detectou nenhum cuidado particular na arrumação dos ossos por categorias.

Não foi detectado nenhum enterramento individualizado, o que no entender dos autores do trabalho sobre Areita, não significa que se tratasse de enterramentos secundários, até pela presença de uma grande diversidade de ossos preservados. Esses ossos dispersam-se essencialmente junto aos esteios da câmara, o que levou a que se entendesse que as deposições eram feitas de preferência nos cantos da mesma, dando-se por isso um grande destaque à área da cabeceira. Verifica-se igualmente uma quase total inexistência de vestígios ósseos na área central da câmara (GOMES *et alii*, 1998, 79). Somos da opinião de que esta concentração de ossos junto dos cantos da câmara poderá resultar apenas da arrumação dos restos ósseos nessas zonas, aquando da deposição de novo(s) corpo(s). Tal facto poderá resul-

tar, igualmente, da necessidade de utilizar essa área como ponto fulcral de determinadas cerimónias (cujo sentido exacto nos escapa) sendo então necessária a libertação dessa área central, para facilitar a circulação no interior da câmara.

É aliás dentro dessa lógica, que se poderá inscrever a presença de ocre em toda a área sepulcral da câmara, que poderá ter sido destinado ao polvilhar do(s) inumado(s), mas que se alargou também ao ossário acumulado e que se interpretou como “um periódico ritual de purificação/sacralização de algo já perturbado e arredado” (*idem*). Uma chamada de atenção sobre a presença dos ocres, é-nos feita por Delibes de Castro, que critica a posição adoptada, muitas vezes simplista, do ocre como representação da devolução aos ossos da cor do sangue e de certa forma como um símbolo da própria vida.

O ocre poderá ter uma função bem mais prática e que tem a ver com as propriedades preservantes dos ocres. O mesmo autor argumenta, que uma vez que se desconhece, com rigor a proximidade ou afastamento dos habitats dos grupos megalíticos, em relação aos seus túmulos, poderiam ter funcionado, quer como forma de preservação do cadáver, quer como forma de atenuar o odor de putrefacção do mesmo. Igualmente as denominadas “cerimónias de fogo” podem ter tido uma intenção semelhante (DELIBES DE CASTRO, 1995, 70-72). Cerimónias essas aparentemente também presentes em Areita. Convém fazer aqui um pequeno parêntesis sobre o uso em alguns túmulos (La Velilla de Osorno-Palência) de um outro composto, que por vezes se associa à presença do ocre, o cinábrio (sulfureto de mercúrio) com um duplo efeito preservante e preventivo de possíveis incidências epidemiológicas (evitando a actividade dos microorganismos destrutivos), que por vezes é obtido a mais de centena e meia de Km. dos locais onde é utilizado

(o que denuncia a sua importância) (*idem*).

Ainda quanto ao Dólmen 1 de Areita não podemos esquecer as manifestações artísticas. Assim neste Dólmen, nos esteios 4 e 7 (E.4, E.7) identificaram-se vários motivos gravados. Destaque especial merece o esteio 7 (laje de cabeceira) (Fig.22; Fot.3), que é o mais profusamente gravado.

Trata-se de um painel ostentando 4 motivos sub-rectangulares segmentados, enquadrados por linhas em ziguezague, delimitados na base por uma linha horizontal contínua, havendo um dos motivos sub-rectangulares que a ultrapassa prolongando-se para baixo dela. Será, segundo os responsáveis pela escavação, coevo da utilização do sepulcro, talvez executado num todo. Ainda segundo os mesmos terá uma conotação religiosa, representando objectos de carácter idoliforme (GOMES, 1998, 64). A técnica de execução terá sido a martelagem e/ou fricção formando sulcos pouco profundos. Poderá eventualmente ter sido pintado. Eximimo-nos de entrar em muitos pormenores sobre os motivos representados (Fig.23) destacamos apenas a existência dentro de um dos motivos sub-rectangulares de um “esteliforme” com seis raios. O quarto motivo sub-rectangular (31,5 x 17 cm.) é lateralmente encimado por duas pequenas protuberâncias, ostentando no interior, ao nível do topo, dois círculos simétricos dispostos lado a lado, seguindo-se um pequeno sulco vertical, a meio uma linha horizontal em ziguezague, na parte inferior, duas covinhas simétricas dispostas em cada lado. Aliás esta representação assemelha-se vagamente a algumas placas de xisto alentejanas. Os autores apontam uma simbologia eventualmente “idoliforme”, ou mesmo de figurações antropomórficas abstractas para os motivos sub-rectangulares. Interpretam ainda os

duplos círculos e covinhas como podem-do pertencer à temática oculada.

No esteio 4 gravou-se um motivo em forma de U.

Possivelmente relacionado com a execução das gravuras de Areita (e talvez de outros motivos artísticos presentes em monumentos funerários) pode estar o uso de substâncias com propriedades psicotrópicas, que para além do seu uso medicinal podem ter sido aproveitadas na realização de cerimónias e também, como defendem Fábregas Valcarce e Ruíz-Galvez Priego, na realização de certas imagens (círculos, reticulados), presentes por exemplo nas sepulturas e a que se têm vinculado estados de transe (FÁBREGAS VALCARCE e RUÍZ-GALVEZ PRIEGO, 1997, 197). Neste âmbito é de realçar o aparecimento de um considerável número de sementes de *Papaver Somniferum* L. (papoila de ópio), no nível I do Abrigo de Buraco da Pala (no 1º quartel do IIIº Milénio AC), não muito distante da área que estamos a apreciar. Não descartamos portanto, a possibilidade do uso desta substância num período um pouco mais recuado (com os fins já mencionados), nem o seu uso para fins culinários ou para extracção de óleo (para iluminação), como defende a autora da escavação do referido Abrigo (SANCHES, 1997b, 79).

Já referimos que as figuras de Fraga d’Aia se assemelham às de alguns (poucos) dólmenes, no entanto em Areita as figurações são completamente distintas (não nos parece verosímil que os construtores do Dólmen 1 de Areita - se admitirmos a contemporaneidade com Fraga d’Aia - não conhecessem, pelo menos, as pinturas deste Abrigo).

Embora as origens do povoamento neolítico nas Beiras sejam ainda mal conhecidas (*idem*, 152), conhecem-se já alguns locais (embora se trate de contextos tumulares) com datações radiocarbónicas, que nos permitem levantar a ponta do véu sobre este período.

Conhecemos, assim para este período, contextos tumulares como os da já aludida necrópole megalítica de Areita, cujas datações obtidas 4530-4363 cal AC; 4664-4462 cal AC (GOMES, *et alii*, 1998, 82-83), permitem (se não admitíssemos uma cronologia anterior para Fraga d'Aia) colocar o início da ocupação Neolítica nesta região por volta de meados do Vº Milénio AC.

No entanto há que fazer uma ressalva, parece-nos pouco provável (para não dizer impossível) colocar este Dólmen em meados do Vº Milénio AC, ou seja uma cronologia demasiado recuada para ser verosímil. Pensamos que, no máximo, se situará na passagem do Vº para o IVº Milénio AC, ou talvez até um pouco mais recente.

As datas tão recuadas para o Dólmen 1 de Areita podem resultar da existência de madeira carbonizada ou corresponderem a vestígios do uso do local antes da construção do Dólmen, quer tenha havido “memória” entre esta ocupação e o Dólmen, quer não.

A estes monumentos podemos juntar outros, também de cariz megalítico, localizados no concelho de Penedono (que faz fronteira com o de S. João da Pesqueira) nomeadamente os contextos da Necrópole da Lameira de Cima e do Dólmen 3 de Nossa Senhora do Monte (que se integra num conjunto megalítico que dista cerca de 3 Km. NO de Areita (*idem*, 35). As datações (para os limites superiores da construção) da Lameira de Cima situam-se entre 4340-4010 AC e 3970-3460 AC (respectivamente para os Dólmenes 1 e 2) sendo esta última data coincidente com o período de utilização final do Dólmen 2. No entanto advertimos Domingos Cruz que os Dólmenes 1 e 2 podem ter sido construídos posteriormente à data “real” contida entre aqueles limites, utilizados e encerrados definitivamente entre 3940 e 3710 AC, correspondendo portanto a um período de utilização curto. Seguindo ainda o mesmo autor, quanto ao Dólmen 3 de Nossa

Senhora do Monte, o encerramento definitivo do sepulcro terá ocorrido pouco depois da sua construção, tendo estes acontecimentos ocorrido entre 4040-3660 AC (CRUZ, 1995, 100-101).

Seguindo as teses funcionalistas de Renfrew que se definem por associar directamente a monumentalização da paisagem a sociedades de cariz agrícola, estes monumentos de há 5000 ou 6000 anos servem de indicadores de grupos de agricultores (RENFREW, 1984b, 75).

Ora, os megálitos que temos na região podem perfeitamente corresponder a marcas de delimitação do território destas sociedades segmentárias, mas noutra âmbito. Qual? O da circulação de animais domesticados. Tal como Domingos Cruz defende, “estes povos relacionam-se intimamente com as terras altas, que conhecem bem. Trata-se de terras propícias à pastorícia (...)”. O mesmo autor defende igualmente que as sociedades construtoras de megálitos serão sobretudo comunidades de pastoreio e criadores de gado, certamente praticando também a agricultura, de cariz rudimentar, nas terras baixas e adjacentes aos lameiros, a par de outras actividades, como a recolocção e a caça, cuja importância seria grande (CRUZ, 1998, 159). Ainda o mesmo autor afirma que estes monumentos são a afirmação da identidade da comunidade e posse do território, sucessivamente renovada, com evidente sentido simbólico e sócio-económico (*idem*). Esta sucessiva renovação pode ser comprovada pela construção de outros megálitos nas proximidades de um primeiro, que pode não ser o Dólmen 1, pois desconhecemos a cronologia dos restantes.

Ora, o Dólmen 1 de Areita localiza-se precisamente (bem como os outros monumentos do núcleo que descreveremos em seguida) perto de zonas de lameiros e de zonas de altitude que se situam bem próximo, como a Serra de Reboledo (a pouco mais de 1 500 m.)

ou a Serra de Sampaio (a cerca de 3 500 m.), zonas, aliás, que são perfeitamente visíveis e que delimitam inclusive o território visual da necrópole para Este (que iremos analisar mais pormenorizadamente adiante).

Esta hipótese não nos choca até devido ao aparecimento, numa zona *relativamente* próxima da área em estudo de provas directas do cultivo de cereais, nomeadamente do trigo, da cevada e da fava, num período que se principia na primeira metade do V.º Milénio, prolonga-se no entanto até ao 3º quartel do IV.º Milénio AC (SANCHES, 1997b, 138). A grande amplitude cronológica da fase IV do Abrigo de Buraco da Pala (concelho de Mirandela), não nos deixa no entanto perfeitamente seguros quanto à tese que apresentámos acima de uma associação quase matemática de comunidades que praticariam a agricultura e utilizariam megálitos. Bem mais perto temos provas de domesticação de animais (em Fraga d'Aia).

Ressalvando a nossa posição, podemos dizer que o aparecimento de *índices* relacionáveis com práticas agrícolas e pastoris não significa evidentemente que essas práticas se tenham dado de modo continuado ou que signifiquem a adopção em períodos tão recuados de uma economia produtora *strictu sensu*.

Voltando às datações do Dólmen 1 de Areita, elas revelam-se de facto, como já afirmámos, díspares em relação aos conhecimentos que se possuem sobre o Megalitismo desta região. As datas apresentadas remetem-nos para os meados do Vº Milénio AC. Ora, essas datas foram obtidas a partir de fragmentos carbonizados de pinheiros que suportariam as lajes do monumento.

Logo após a apresentação da comunicação sobre este monumento no Congresso de Pré-História na Beira Interior (Tondela, 21-23 de Novembro de 1997)

o Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge levantou a hipótese de esse emaranhado de troncos poder fazer parte de uma possível estrutura de carácter sagrado anterior à edificação do monumento.

Não nos parece inverosímil tal explicação se atentarmos numa afirmação de Domingos Cruz: “*são de considerar (...) (...) vestígios os indícios e vestígios que apontam para a existência de construções anexas aos túmulos de construções integradas no próprio monumento ou implantadas na sua proximidade (...) de cariz ritual, ou/e religioso*” (CRUZ, 1988, 23).

Poderíamos ir mais longe embora não possuamos dados suficientes para o afirmar com certeza absoluta. Será que este emaranhado de troncos poderá corresponder a vestígios de um habitat (ou de qualquer outra estrutura) anterior à construção do monumento? Vítor Oliveira Jorge tem interpretado o solo enterrado sob o *tumulus* da Mamoia da Mina do Simão como integrando um possível habitat. No entanto neste solo exumou-se bastante espólio (SANCHES, 1997b, 151).

Referimos anteriormente que iríamos discutir a funcionalidade da estrutura de tipo “caixa” que se encontra no interior do Dólmen que vimos a descrever. Uma vez que se encontrava vazia, não sabemos se em algum momento conteve algo que não se conservou. Assim, se admitirmos que nunca possuiu nada, é-nos permitido pensar que se tratava, por exemplo, de um espaço para a realização de cerimónias ou de um cenário de práticas intermédias; mas se por outro lado admitirmos que alguma vez conteve ossos (apesar de não o podermos provar), estes poderiam ter circulado em diversos contextos que não os exclusivamente sepulcrais, como defende Susana Oliveira Jorge (JORGE, 1999, 65).

Dólmen 2 de Areita

Possuímos na área que estamos a estudar outros vestígios megalíticos no-

meadamente na necrópole a que vimos aludindo.

Assim e distando cerca de 200 m. do Dólmen 1 de Areita localiza-se o Dólmen n.º 2 de Areita (Fig.24), infelizmente destruído nos inícios da década de 80. Possuía ainda em 1978, (FERREIRA, 1990, 221) quatro (4) esteios da câmara em granito, dispostos de forma imbricada. Destes, três (3) apresentavam-se total ou parcialmente completos. Apesar de destruída, os monólitos desta anta jazem em redor da mamoa (Fot.4-7). Esta possui dimensões medianas e apresenta-se muito compactada. Quanto à altura dos esteios estes variam entre os 2,05 m. e os 2,60 m. por 1,05 m. e 1,25 m. de largura máxima (FERREIRA, 1990, 221; GOMES *et alii*, 1998, 38; CARVALHO *et alii*, no prelo). Mau grado a destruição do monumento possuímos a planta do mesmo, realizada por Agostinho Campos Ferreira, bem como a actual disposição dos monólitos (Fig.25) (FERREIRA, 1990).

Ignora-se se possuiria ou não corredor. No âmbito da Carta Arqueológica do concelho de S. João da Pesqueira, foi recolhido, por elementos da Arqueohoje (empresa responsável pela mesma), na periferia do montículo artificial, um esferóide em granito com vestígios de percussão (Fig.26) (CARVALHO *et alii*, no prelo). Visto já nos termos pronunciado acerca deste tipo de achados, vamos abster-nos de tecer mais comentários sobre estes objectos.

Uma nota curiosa é o facto de, segundo informações locais recolhidas pelos autores da escavação do Dólmen 1 de Areita, se localizarem a cerca de 100 m. SSO do Dólmen (Dólmen 1), dois montículos com esteios visíveis e separados entre si por escassas dezenas de metros, arrasados por uma retroescavadora, verificando-se nessa zona uma grande concentração de elementos pétreos em granito. De igual forma registou-se um fragmento de laje que ostentava um sulco longitudinal bem afeiçoa-

do, sugerindo os autores deste trabalho a possibilidade de se tratar de uma gravura pré-histórica patente num hipotético esteio de outro dólmen (GOMES *et alii*, 1998, nota 18, 38). Tal facto poderia indiciar um processo de maior monumentalização deste espaço tendo em conta a existência de outros três dólmenes.

Dólmen 3 de Areita

Distanciado cerca de 250 m. do Dólmen 2 de Areita, surge o Dólmen n.º3 (Fig.27). Localiza-se num terreno baldio (lameiro - Lameira de Pereiras ou Pereiras de Lameiras, segundo Agostinho Campos Ferreira) propriedade da Junta de Freguesia. Conhecido popularmente por "Imbigo", encontra-se em bom estado de conservação e sem indícios de grandes remeximentos, apesar do desaparecimento da laje de cobertura. Possui uma mamoa com cerca de 16 m. (GOMES *et alii*, 1998, 38; CARVALHO *et alii*, no prelo), constituída por uma grande quantidade de pedras de pequenas dimensões, misturadas com terra, tendo cerca de 1,50 m. de altura (GOMES *et alii*, 1998, 38; CARVALHO *et alii*, no prelo).

Na sua parte central, junto a um amontoado de pedra solta, que apresenta um contorno circular, de cerca de 2 m. de diâmetro (zona da câmara), surge a parte superior de dois (2) esteios de granito (Fig.28).

Poderá possuir corredor de acesso (*idem*).

Nota-se de facto neste local o crescimento espontâneo de vegetação consumível pelo gado, a que não será alheia a passagem de uma pequena linha de água afluente da Ribeira de Galegos. A inexistência da prática agrícola com alfaias agrícolas modernas terá contribuído para a conservação deste dólmen.

Dólmen 4 de Areita

Na encosta sobranceira ao lameiro anteriormente referido e a 150 m. SO do

Dólmen 3, existia um outro Dólmen (Fig.29), destruído no primeiro lustro dos anos 40, estando já nessa altura alguns monólitos tombados, e do qual não restam vestígios à superfície. O Dólmen 4 seria de grandes dimensões e estruturalmente semelhante ao Dólmen 1. Os ortostatos bem como as lajes de cobertura, depois de cortados e talhados, foram empregues na construção de uma eira. Alguns anos depois o local onde se implantava o monumento foi alvo de exploração por curiosos, tendo sido exumados diversos “guilhos de pedra” (possíveis machados), entre outros objectos, desconhecendo-se o seu paradeiro (FERREIRA, 1990, 220-221; GOMES *et alii*, 1998, 38; CARVALHO *et alii*, no prelo). Compartilha com o Dólmen 3 o mesmo tipo de vegetação espontânea, embora neste local a utilização de alfaias agrícolas modernas seja evidente.

Dólmen 5 de Areita

Por fim, a cerca de 300 m. SSE do Dólmen n.º3, localiza-se um outro Dólmen, o Dólmen n.º5 (Fig.30). Este encontra-se parcialmente mutilado do lado Norte, devido à abertura de um caminho rural. Do montículo artificial em terra e pedras, conservam-se ainda alguns restos, medindo o mesmo cerca de 15 m. de diâmetro por 0,50 m. de altura. Na sua parte central verifica-se uma grande concentração de elementos líticos, que poderiam ser restos do contraforte. O caminho é delimitado por um muro de pedra seca onde se conservam fragmentos do que podem ser eventuais esteios (GOMES *et alii*, 1998, 38; CARVALHO *et alii*, no prelo). Estes autores consideram que este monumento se poderá tratar do monumento 5 de Agostinho Campos Ferreira, que este último terá considerado totalmente destruído, e portanto erroneamente localizado no seu esquema. O mesmo autor afirma ter colhido informações de que no lugar de Fornos, existia um conjunto

de 4 pedras colocadas ao alto, destruído em 1962 e posteriormente utilizadas como tranqueiro da porta de uma casa vizinha. Afirma ainda que este conjunto de pedras tinha uma configuração semelhante ao Dólmen n.º2 (FERREIRA, 1990, 222). Citando o Padre Manuel Gonçalves da Costa (GOMES *et alii*, 1998, nota 18, 38), os autores da escavação do Dólmen 1 de Areita referem que este último menciona a destruição de um monumento no sítio das “Escáduas” e posterior utilização dos seus esteios na construção de uma vivenda. Não sabemos se se trata de confusão com a destruição daqueles vestígios que referimos aquando do tratamento do Dólmen n.º2 (montículos com esteios visíveis) e/ou do que se erguia no lugar de “Fornos”, ou se se tratará de uma outra sepultura megalítica.

Em jeito de conclusão podemos referir que a maioria dos dólmenes deste núcleo seriam abertos (portanto com corredor). Ignoramos se os monumentos n.º 2 e 5 possuiriam ou não corredor. Quanto ao n.º 2, e pelas dimensões dos monólitos conservados e sua disposição antes do derrube, parece-nos que poderá ter sido um monumento aberto.

4.2.1 – Recursos Geológicos

Os substratos geológicos em que se localizam os monumentos megalíticos do Núcleo de Areita, parecem-nos ser um factor de importância capital. Quer para a obtenção das matérias-primas de que são construídos, quer para a obtenção de outros itens geológicos. Saliêntes desde já que todos os elementos que constituem a estrutura destes monumentos são em granito. Este (granito) é de fácil obtenção nas imediações de cada um dos monumentos, embora tenham características algo diferentes (Fig.4).

Começando pelo Dólmen 1, este localiza-se num granito de grão fino a médio de tendência porfiróide, o que

facilitou de sobremaneira a execução das gravuras que ostenta. Os esteios, bem como todos os restantes elementos constitutivos do Dólmen, são deste tipo de granito.

Já os Dólmenes 2 e 3 localizam-se sobre granitos de grão médio respectivamente, biotíticos (mica preta), moscovíticos (mica branca), podendo conter alguma silimanite.

Destaquemos que a silimanite, tal como já referimos para Fraga d'Aia, é a matéria-prima de suporte de uma enxó presente no espólio do Dólmen 1 de Areita.

Como dissemos, para o Dólmen 1, também os Dólmenes 2 e 3 são construídos nos granitos sobre os quais assentam. Sendo aliás notório no Dólmen 2 alguns grânulos de mica preta.

Quanto ao Dólmen 4 sabemos apenas genericamente que os seus esteios seriam em granito, o que aponta, com grande probabilidade, a sua construção com granitos do mesmo tipo do Dólmen 3.

Finalmente, o Dólmen 5 assenta no denominado granito de Paredes da Beira, um granito de grão médio, essencialmente moscovítico, com scorzalite e trífilita, onde aparecem por vezes manchas de cor verde ou verde-amarelada. Os prováveis restos de esteios presentes no muro ao lado da Mamoa são do tipo de granito descrito anteriormente.

Será que as contas de fluorite e variscite exumadas no Dólmen 1 de Areita são provenientes das imediações do Dólmen 5? Como sabemos a fluorite ocorre normalmente em gangas de filões metalíferos com minerais de zinco, chumbo e prata. Ora, possuímos na zona em estudo, e a apenas a 2,5 Km., em linha recta, as minas da Várzea de Trevões de onde se extraíam esses minérios. Pode também ocorrer com calcários que existem precisamente na mesma zona.

Igualmente no Dólmen 1 foram exumadas algumas peças em quartzo. Note-

se que perto deste Núcleo se localizam alguns filões de quartzo de que poderão ter sido extraídas as aludidas peças.

Quanto ao sílex presente no Dólmen 1, bem como em Fraga d'Aia, ignoramos a sua proveniência. Não querendo fazer de imediato extrapolações, que podem ser abusivas, podemos talvez supor que estes itens geológicos resultem de contactos com outras comunidades, ou então sejam provenientes de algum "depósito" de pequenas dimensões que não esteja representado na Carta Geológica.

4.2.2 – *Recursos Hidrológicos*

Para além do Rio Távora, situado a sensivelmente 4 Km. (em linha recta) a Oeste, verifica-se a passagem perto deste Núcleo, a cerca de 2 Km., da Ribeira de Tabarelas.

Já referimos que a zona de Areita possui lameiros, ou seja é uma zona rica em água, o que poderá resultar do facto de nascerem algumas linhas de água nesta zona, linhas de água estas que são afluentes da Ribeira de Galegos.

Para além da Necrópole de Areita possuímos na área que estamos a estudar mais dois núcleos megalíticos. O "núcleo" de Mamoas da Sr.^a do Vencimento (Fig.31), localizada a 13 Km. NNE de Areita e o núcleo de S. Domingos, localizado a 11 Km. NO de Areita.

4.3 – *"Núcleo" Megalítico da Sr.^a do Vencimento*

Quanto ao primeiro dos núcleos, este é constituído por um conjunto de três (3) Mamoas.

Destas três (3) Mamoas, duas (2) delas são intervisíveis, situando-se numa zona aplanada que oscila entre os 700 e os 900 m. (Fig.3). A outra Mamoa (Mamoa 1) localiza-se no extremo de uma curva de nível, num patamar de cerca de 690 m., não avistando nenhu-

ma das outras Mamoas (Fig.3). Por facilidade de exposição manteremos a designação de Núcleo Megalítico para as três (3) Mamoas da Sr^a do Vencimento. No entanto fazemos desde já uma ressalva, visto que as três (3) Mamoas não fazem parte do mesmo Território Visual e a Mamoa 1 distar 1 Km. das restantes, poder-se-á considerar este monumento como uma Mamoa isolada.

De referir que o primeiro patamar citado é limitado no sentido N-S e desenvolve-se no sentido E-O, situando-se ambas as Mamoas nos pontos mais altos deste pequeno maciço, de onde avistam amplas panorâmicas que referiremos mais adiante.

Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento

A Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento (Fig.32), também conhecida por Sr^a do Monte, não foi avistada por nós visto se encontrar totalmente destruída, fruto das profundas lavras mecânicas ocorridas no local. No entanto, segundo os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira (CARVALHO *et alii*, no prelo) tratava-se de uma Mamoa com cerca de 10 m. de diâmetro por 80 cm. de altura e era formada por blocos de xisto e de quartzo. Continha, mau grado o muito mau estado de conservação, o que parecia ser um dólmen de câmara simples, onde aflorava na depressão central o topo de dois (2) esteios em xisto.

Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento

Quanto à Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento (Fig.33), que se situa a cerca de 1 000 m. NNE da Mamoa 1 e a uma cota de 752 m., é de formato oval e mede 15 m. no eixo E-O e cerca de 12,5 m. no eixo N-S, encontrando-se destruída no lado Oeste (Fot.8) tem cerca de 1 m. de altura e é composta por lajes de xisto e de quartzo. É possível observar-se, ainda à superfície, um conjunto de oito (8) esteios em xisto, três (3) deles ainda na sua posição original, aparentando dois

(2) deles estarem imbricados. Os restantes apresentam-se tombados. Pela posição dos monólitos e pela sua dimensão, parece tratar-se de um dólmen de câmara simples (Fot.9).

Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento

A Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento (Fig.34) situa-se a escassos 100 m. da Mamoa 2 (Fot.10). Localiza-se no culminar da plataforma dos 700 m., que temos vindo a referir, a uma cota de 774 metros.

A Mamoa apresenta um formato oval (o que nos poderá remeter para um monumento de corredor) com 10,5 m. de diâmetro no eixo N-S e 13,5 m. no eixo E-O. É, tal como a anterior, composta por blocos de xisto e de quartzo, atingindo cerca de 1 m. de altura. Os limites da Mamoa estão truncados no lado Norte pela estrada de terra batida e pelos trabalhos agrícolas de produção de centeio. Apresenta, também, uma depressão central onde são visíveis três (3) esteios em xisto que podem corresponder à primitiva câmara do monumento e, ainda, já fora da depressão central, o topo de um quarto esteio, igualmente em xisto, que será do provável corredor (Fot.11 e 12).

4.3.1 – Recursos Geológicos

Geologicamente a necrópole da Sr^a do Vencimento situa-se em terrenos xistosos da denominada Formação do Pinhão (Mamoas 2 e 3) e da Formação de Ervedosa do Douro (Mamoa 1), que são formadas respectivamente por filitos cloríticos, quartzo-cloríticos, metagrauvaques e, filitos cloríticos, quartzo-cloríticos e metagrauvaques com magmatite e microconglomerados (Fig.4).

Os elementos desta necrópole são construídos precisamente por xistos destas Formações.

Com interesse para o período em apreço, as duas Formações apresentam quartzo, que pode ter sido utilizado como matéria-prima de suporte do even-

tual espólio contido nas Mamoas. Destaque-se também que a Formação do Pinhão apresenta níveis quartzíticos, que por vezes se mostram carbonatados, e que evoluem para corneanas calcosilicatadas quartzíticas, com anfíbolos.

Ainda quanto ao hipotético espólio das Mamoas, refira-se a existência, a sensivelmente 2,5 Km. para Norte (em linha recta) do núcleo, de veios de dimensão considerável de anfíbolito, que como sabemos era utilizado para o fabrico de diversos instrumentos.

Saliente-se que os solos onde assentam as Mamoas são espessos ocorrendo na actualidade o plantio de centeio e pomares de maçãs.

4.3.2 – Recursos Hidrológicos

A zona onde se situa o núcleo não é muito rica em termos hidrológicos, existindo apenas algumas linhas de água temporárias, que se apresentam completamente secas durante o Verão.

4.4 – Núcleo Megalítico de S. Domingos

O núcleo de S. Domingos (Fig.35) apresenta monumentos de características e cronologias muito dispare.

Espacialmente implantado numa zona aplanada que oscila entre os 500 e os 700 m. (Fig.3), no interflúvio Torto-Távora, cada um dos monumentos ocupa pequenas elevações xistentas com cotas sempre superiores aos 700 m., o que lhes permite, à excepção do Dólmen 1 que se localiza no sopé de uma elevação de 730 m., um amplo panorama sobre a paisagem envolvente, até aos vales dos rios atrás referidos. De facto a necrópole de S. Domingos ocupa a linha de fecho que separa as bacias hidrográficas dos Rios Torto e Távora.

Dólmen 1 de S. Domingos

Assim, o Dólmen n.º1 de S. Domingos localiza-se numa pequena platafor-

ma no sopé da vertente E. do monte do mesmo nome, a uma cota de 705 m. (Fig.36).

Trata-se de um dólmen clássico, em xisto, com câmara poligonal alargada de sete (7) esteios e corredor curto bem diferenciado (Fig. 37).

A mamoa, de forma ovalada, em pedras de xisto e quartzo leitoso, apresenta-se em bom estado de conservação, com as seguintes dimensões: 8,45 m. (Este-Oeste) por 7,30 m. (Norte-Sul).

A câmara tem 1,40 m. de comprimento por 1,90 m. de largura. O esteio de cabeceira tem 1,80 m. de altura (à superfície) por 1,30 m. de largura e 0,20 m. de espessura. Os esteios restantes encontram-se truncados.

Do corredor conservam-se três (3) esteios do lado Sul e é possível ver-se o que será o topo de dois (2) esteios do lado Norte. O corredor possui 1,50 m. de comprimento por 0,90 m. de largura.

Na zona fronteira do monumento observam-se três blocos graníticos, que parecem ser esteios. Serão tampas do corredor entretanto retiradas ou estruturas relacionadas com o átrio do monumento?

Mamoa 2 de S. Domingos

No vizinho concelho de S. João da Pesqueira e no monte localizado a apenas 200 m. SE do monumento anterior pode observar-se a Mamoa 2 de S. Domingos, implantada numa superfície aplanada de 710 m. de altitude absoluta (Fig.38). A pequena Mamoa é circular com 10,5 m. de diâmetro, não sendo visível qualquer esteio. A mesma é constituída por blocos de pequenas e médias dimensões de xisto. Segundo Pedro Sobral cronologicamente esta Mamoa localizar-se-á no Neolítico/Bronze, encontrando-se em mau estado de conservação (CARVALHO *et alii*, no prelo).

Mamoa 3 de S. Domingos

A 250 m. SE da Mamoa 2 localiza-se a Mamoa 3. Implantada numa platafor-

ma de onde domina visualmente a bacia do Rio Torto, com uma cota de 715 m. de altitude absoluta (Fig.39).

É uma pequena Mamoa de tipo “cairn”, circular, com sensivelmente 7,60 m. de diâmetro e 0,50 m. de altura, constituída por blocos de xisto de pequenas e médias dimensões. Na zona central pode observar-se, em xisto, um monólito fincado no solo.

Cronologicamente também esta Mamoa poderá oscilar num período que se pode estender desde o Neolítico/Calcolítico ao Bronze (*idem*).

Mamoa 4 de S. Domingos

Tal como a Mamoa 3 é de tipo “cairn” e localiza-se numa plataforma de 714 m. de altitude, a 250 m. SO da Mamoa 3 (Fig.40). A mamoa desenha uma forma sensivelmente oval, tendo entre 14,50 e 12,40 m. de diâmetro (respectivamente no eixo maior e menor). Não se identificam nenhuns esteios à superfície. Os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira referem que esta será provavelmente a mais importante das mamoas do conjunto megalítico a que nos vimos a referir (*ibidem*). A localização da Mamoa 4 domina mesmo (pela sua altitude) quer a Este quer a Oeste as bacias hidrográficas dos dois rios.

4.4.1 – Recursos Geológicos

A necrópole de S. Domingos situa-se em terrenos xistosos. Os xistos sobre os quais assenta têm curiosamente o seu nome, ou seja Formação de S. Domingos, que é uma formação limitada que se dispõe concordantemente com a Formação da Desejosa (Fig.4). A primeira é formada essencialmente por uma composição de conglomerados (formada por clastos de quartzo – quase sempre policristalinos – calcários cinzentos, etc.). Quanto à segunda formação, é formada por metaquartzarenitos e metagrauvaques com alguma plagiocla-

se (SOUSA e SEQUEIRA, 1989, 28-30).

A observação superficial do terreno permite verificar a existência de grandes bancadas de lâminas sobrepostas em xisto com espessuras variáveis entre os 5 e os 10 cm. de espessura e com cerca de 20 cm. de comprimento. Esta laminação geológica, se impede por um lado a utilização agrícola (actual e antiga) do solo, permite por outro lado a obtenção da matéria-prima de que são feitos os elementos deste núcleo megalítico, nomeadamente nos “cairns”.

De facto, em termos florísticos, apenas se conseguem observar tojos, carrapateiros e giestas.

4.4.2 – Recursos Hidrológicos

Nas imediações de S. Domingos nascem diversas linhas de água, afluentes quer do Rio Távora quer do Rio Torto.

Do núcleo é possível observar-se os cursos dos Rios Torto e Távora, respectivamente a Este e a Oeste.

4.5 – Vila Chã

Este sítio localiza-se numa zona onde os autores da Carta Arqueológica de Tabuaço localizaram para além deste possível povoado Neo/Calcolítico um habitat romano. O sítio de Vila Chã localiza-se então num vale com 536 m. de altitude (Fig.41), dominando a Oeste o curso do Rio Têdo e a Este o vale do Távora.

Assim neste local, que os aludidos autores afirmam ser Neolítico, apenas apuraram a existência de vários moventes de moinho, um machado em anfibolito (na posse do pároco da freguesia de Barcos) e ainda como soleira da porta desta Quinta (Vila Chã) um bloco de granito, com um motivo de linhas incisvas formando uma espinha (Fot.13), pelo que os autores supõem a existência de um habitat pré-histórico, ou de um monumento megalítico, do qual fizesse

parte o referido bloco granítico (PERPÉTUO *et alii*, 1999, 75-76). O local está profundamente alterado fruto das profundas lavras mecânicas aí realizadas para o plantio de vinha e de oliveira.

A exiguidade de vestígios associados a este monólito, leva-nos a acreditar que se trate de um esteio de uma anta (embora não o possamos afirmar com absoluta certeza) e não de um povoado Neo/Calcolítico. Poderá ainda ser outro tipo de sítio pré-histórico, cujo sentido exacto nos escapa.

4.5.1 – *Recursos Geológicos*

O sítio onde se localiza o monólito de Vila Chã integra-se na Formação xistosa de Pinhão (Fig.4), constituída por filitos cloríticos, quartzo-cloríticos e meta-quartzovaques com alguma biotite. No entanto o bloco granítico pode ter sido obtido a sensivelmente 1 750 m. para Sul (em linha recta) nos denominados granitos de Tabuaço (granito de grão médio a fino moscovítico com turmalina e fosfatos).

4.5.2 – *Recursos Hidrológicos*

Quanto à hidrologia deste sítio, é fortemente condicionada pela proximidade do Douro a cerca de 2 Km. a Norte (em linha recta), e pelos Rios Têdo e Távora que se situam a 3,5 Km. Oeste e a 2 Km. Este respectivamente. Alcança-se o Távora num percurso de pouco mais de 30 minutos. Nascerem perto do sítio linhas de água que são afluentes destes dois rios.

4.6 – *Povoado da Porqueira*

Localiza-se numa pequena plataforma de 580 m. de altura (Fig.42), na margem esquerda do Rio Távora. Esta plataforma é constituída pelo espaço que medeia entre dois afloramentos rochosos. Para além disso existem várias cavidades, que constituem autênticos abrigos naturais.

Os autores a que nos vimos a referir, identificaram cinco (5) destes abrigos, que poderão ter sido ocupados como espaço habitacional, tendo os mesmos fornecido vários materiais cerâmicos à superfície, ostentando um deles uma superfície granítica, no chão, com quase 4 m. de comprimento, onde foram gravadas 61 “cavinhas” (Fig.43). Os diâmetros das referidas “cavinhas” oscilam entre os 0,5 e os 1,1 centímetros. Como sabemos, a amplitude cronológica destas manifestações artísticas é muito ampla, podendo ir do Neolítico à Idade do Ferro, pelo que não deixando de ser interessante não constitui um indício claro de datação deste sítio.

Foram recolhidos pelos signatários da Carta Arqueológica de Tabuaço vários fragmentos cerâmicos decorados (Fig.44, 1-5), que serão objecto de tratamento mais aprofundado quando falarmos do povoamento do III^o Milénio AC.

Para além destes fragmentos decorados que se inserem nas temáticas calcolíticas, existem outros não decorados (Fig.44, 6-8) de forma tendencialmente esférica, com fundos igualmente esféricos, que poderão, segundo os referidos autores, indiciar um substrato Neolítico. Para além disso apareceu a extremidade de uma colher em cerâmica (Fig. 44, 8) (PERPÉTUO *et alii*, 1999, 112-116). O facto de estas cerâmicas serem tendencialmente esféricas não significa necessariamente que tenha existido uma ocupação Neolítica do sítio, pois existe uma longa pervivência da cultura material, sendo que nalgumas regiões a maioria das cerâmicas calcolíticas são lisas.

Será que a extremidade distal de uma colher em cerâmica se poderá associar a novos hábitos alimentares, como refere M^a de Jesus Sanches, embora para outros contextos – Serra de Passos/Bacia de Mirandela? Ou associar-se a consumos sociais e ritualizados de certos produtos (SANCHES, 2000, 187-

188)? Relacionar-se-á essa colher com as manifestações artísticas presentes no local?

A implantação peculiar do Povoado da Porqueira remete-nos intuitivamente para os povoados de ar livre do Prazo e de Quinta da Torrinha que, como refere M^a de Jesus Sanches, inauguram um novo padrão de implantação em plataformas descendo em degrau pela encosta e largamente sustentados por grandes penedos graníticos (SANCHES, 2002, no prelo). Apesar do que referimos, a Porqueira será mais recente, embora siga a lógica “inaugurada” pelos dois povoados atrás referidos, ou seja datável do IV^o/III^o Milénios AC. Tal como no Prazo a encosta coincide com a passagem de um rio, neste caso o Távora, que nesta zona descreve uma curva permitindo o acesso e o domínio visual sobre terras mais baixas, a cotas inferiores a 300 m., onde se poderiam realizar já algumas tarefas agrícolas?

4.6.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Embora não acreditemos num aproveitamento agrícola intensivo do território do Povoado da Porqueira num período tão recuado, pensamos que merecem uma análise cuidada as aptidões dos solos (ressalvamos sempre que estas aptidões foram avaliadas para padrões actuais de uso do solo). Isto é, as eventuais práticas agrícolas e/ou pastoris podendo ter-se realizado nas proximidades do habitat, não excluem que as mesmas, a terem-se verificado, podem ter sido em áreas mais longínquas do que aquelas que são abarcadas pelos 120' do Território Teórico de Exploração. Cremos mesmo que o Povoado da Porqueira, terá sido ocupado de forma mais intensiva durante o Calcolítico, o que implica que durante os V^o e IV^o Milénios AC a Porqueira tenha sido ocupada durante um espaço de tempo consideravelmente curto, no âmbito de um povoamento ainda amplamente móvel.

Queremos com isto dizer que os primeiros ocupantes da Porqueira praticariam, provavelmente, um tipo de agricultura itinerante sobre queimada, o que implica um uso extensivo de vastas áreas. O mesmo se pode aplicar, ainda com mais propriedade à pastorícia, provavelmente transumante, para regiões montanhosas mais ou menos longínquas.

O que pretendemos sugerir é que as práticas agrícolas e pastoris, a terem-se dado, no IV^o e com muita mais probabilidade no V^o Milénio AC, seriam não subsistenciais, mas meramente complementares de uma economia amplamente baseada na caça-recolocção, e eventual aproveitamento piscícola do Rio Távora.

Poderemos pensar, igualmente, em sistemas de rotatividade como os defendidos por Maria de Jesus Sanches para Trás-os-Montes (SANCHES, 2000a, 124-137).

Analisemos, posto isto, e salvaguardando o que dissemos anteriormente, os solos da Porqueira, que apresentamos no Quadro seguinte e na Fig. 46:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	27,5	85	702,5	815
D	52,5	167	850	1069,5
E	27,5	27,5	1107,5	1162,5
F	60	180	212,5	452,5
Total (ha)	167,5	459,5	2872,5	3499,5

Quadro 1

O que verificamos é que para padrões actuais de uso do solo as aptidões deste povoado são fracas. No entanto, no passado, e como já referimos, os solos seriam mais profundos e o grau de humidade igualmente maior. Aliás, a encosta onde se localiza a Porqueira foi alvo, em épocas não muito recuadas, de práticas agrícolas (centeio), o que pode

indiciar que no passado as mesmas se tenham verificado.

Parece-nos que neste povoado a utilização dos solos terá sido – apesar do que diremos adiante – basicamente mista, portanto agro-pastoril.

A maior percentagem de solos são os do tipo **E** ou seja, sem grande aptidão agrícola actualmente (no entanto terão sido dos mais aproveitados no passado, para eventuais práticas agrícolas, pela facilidade de amanho das mesmas, com técnicas rudimentares). De notar que os solos de tipo **F** se localizam precisamente na zona por onde passa o Rio Távora, que corre aqui bastante encaixado, o que não significa que no passado não pudesse ter tido um uso agrícola ou mais provavelmente pastoril de ovi-caprinos.

Os melhores solos, e voltamos a reforçar, para o uso actual, dentro dos Territórios da Porqueira são os do tipo **C**, que encontramos logo no Território de 30' e na encosta que desce para o Távora, que apesar de se apresentar bastante erosionada, tendo em conta o que dissemos anteriormente sobre a profundidade dos solos, poderiam ter sido no passado aptos para as práticas agrícola e pastoril.

Uma última nota merece o facto de não encontrarmos solos de tipo **A** e **B**, que se existiram terão desaparecido devido à forte erosão que se pode observar no sítio da Porqueira. Mesmo que tenham existido solos deste tipo estes não seriam trabalhados devido à falta de tecnologia necessária para os arrotar, sendo então utilizados para a prática do pastoreio.

Embora um pouco limitado a Este, pela encosta declivosa do Távora, as actividades agrícolas poder-se-iam ter dado mais para Oeste. O Povoado da Porqueira possui duas nascentes de água no Território de 30' a SO, uma no Território de 60' a Sul e no de 120' possui quatro a Oeste, três a Sul, uma a Este, duas a NE e uma a NO. Estas nascentes

situam-se essencialmente sobre solos de tipo **D** em zonas de declive pouco acentuado, em áreas de Terra de Transição de tipo T₃, entre os 800 e os 1 000 m., embora quase na fronteira com a Terra Quente de tipo Q₅ (Fig.2). Pensamos que os solos **C**, **D** e **E** (e com mais probabilidade estes dois últimos) podem ter suportado no passado alguma agricultura ainda que rudimentar, e provavelmente alguma pastorícia. A exploração florestal pode ter tido também alguma importância, sendo ainda na actualidade uma zona densamente florestada.

4.6.2 – *Recursos Geológicos*

Quanto ao Povoado da Porqueira, geologicamente, localiza-se sobre os granitos de Sendim (Fig.4) (que já foram anteriormente descritos). Dentro do Território Teórico de Exploração da Porqueira podemos observar vários contextos geológicos distintos, quer graníticos quer xistosos (embora estes últimos muito limitados), surgindo ainda várias intercalações de quartzos e aplitos.

4.6.3 – *Recursos Hidrológicos*

No que concerne aos recursos hidrológicos o Távora superintende toda a malha hidrológica desta zona. Verifica-se, de facto, a existência de vários pequenos cursos de água, que desaguam no Rio Távora e que atravessam todos os Territórios de Exploração deste povoado (Fig.45).

4.7 – *S. Salvador do Mundo*

Por fim devemos fazer referência a um sítio arqueológico, que segundo os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira, possui vestígios que recobrem todos os períodos entre o Neolítico e a Idade Média (ou seja, Neolítico; Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano e Idade Mé-

dia), o que indicará a grande importância geo-estratégica deste local.

Trata-se do sítio de S. Salvador do Mundo, situado a uma cota de 502 m., que se apresenta sobranceiro ao Rio Douro (Fig.48; Fot.14). seguindo os mesmos autores, estes referem que de entre os vestígios arqueológicos mais antigos, alguns cacos (*sic*) apresentam uma decoração que indicia uma origem neolítica (no entanto não referem de que decorações se trata). Esses fragmentos cerâmicos foram recolhidos na vertente Sul do mesmo monte, em locais onde associados a pequenas plataformas surgem abrigos rochosos, que podem ter sido ocupados durante o período em estudo (CARVALHO *et alii*, no prelo). Não nos espanta, de facto, a existência de vestígios arqueológicos neolíticos nesta zona, pois para além da já referida importância geo-estratégica deste local, de frente do monte de S. Salvador do Mundo existia o Cachão da Valeira, local que para além de tornar difícil a navegação neste troço do rio, impedia que a fauna piscícola conseguisse subir o mesmo, concentrando-se aí uma grande quantidade de peixes, dando origem a uma pesqueira (daí aliás provém o nome de S. João da Pesqueira). Estes poderiam ter sido um recurso de obtenção relativamente fácil com uma tecnologia rudimentar, para além de constituir um foco de atracção para outros animais que se alimentavam destes mesmos recursos. Este Cachão foi destruído em 1807 (RIBEIRO, LAUTENSACH e DAVEAU, 1987b, 1249).

4.7.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Para parâmetros actuais, as aptidões dos solos são ainda mais fracas que as da Porqueira, verificando-se inclusive, que de todos os solos presentes nos Territórios Teóricos de Exploração os melhores (categoria C) se encontram apenas nos Territórios de 60' e em maior quantidade no de 120'.

Igualmente, como referimos para a Porqueira, os solos que hoje apresentam aptidões agrícolas fracas podem não o ter sido no passado. Sabemos que mesmo os solos fracos são aproveitados para actividades agrícolas. Uma maior profundidade destes solos e um maior grau de humidade, pode “transformar” solos fracos em solos melhores.

Cremos, tal como na Porqueira, que a orientação económica deste povoado foi de tipo misto agro-pastoril (executada a agricultura em solos de tipo E), praticada complementarmente a actividades de caça, recolocção e sobretudo pesca.

Em S. Salvador do Mundo, e dentro dos três Territórios Teóricos de Exploração, apenas possuímos duas nascentes de água, a Sul, já no Território de 120'. Estas surgem em solos de tipo E numa zona que pode ter propiciado a prática agrícola, situando-se bem perto do Território de 60'.

S. Salvador do Mundo situa-se em termos climáticos em zonas de tipo Q₅ (Fig.2).

Para uma melhor avaliação do que acabámos de referir, observe-se o Quadro 2 e a Fig.50:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C		75	710	785
D				
E	45	192,5	790	1027,5
F	52,5	67,5	335	455
Total (ha)	97,5	335	1835	2267,5

Quadro 2

4.7.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente o sítio de S. Salvador do Mundo localiza-se sobre uma intrusão (limitada) nos xistos do chamado granito de Sabrosa, um granito de grão fino a médio, porfiróide, moscovítico-biotítico (Fig.4). No entanto a maior parte dos seus Territórios de 30 e 60 mi-

nutos situam-se a Sul do Douro, sobre xistos de várias Formações (Pinhão, Rio Pinhão, Ervedosa do Douro, Bateiras e Desejosa). É de referir a existência de anfibolito a NO de S. Salvador do Mundo, junto do Douro a cerca de 3 Km. em linha recta deste povoado. É natural que esta matéria-prima tenha sido utilizada pelas comunidades que usaram como habitat S. Salvador do Mundo.

Refira-se que estes veios de anfibolito ocorrem paralelamente a pórfiros dácíticos, por vezes no mesmo veio, geralmente com xistos anfibólicos associados. Estes anfibolitos aparecem frequentemente em grandes blocos soltos (SOUSA e SEQUEIRA, 1989, 41), o que facilita sobremaneira a sua extração (Fig.4).

4.7.3 – Recursos Hidrológicos

Hidrologicamente S. Salvador do Mundo é muito condicionado pelo Douro, sobre o qual este povoado é aliás sobranceiro. Fruto desta localização cruzam os vários Territórios diversas linhas de água que desembocam no Douro (Fig.49), o que contrastando com a inexistência de nascentes pode ter potenciado práticas agrícolas (rudimentares) ou o uso como pasto natural.

4.8 – Integração dos Sítios Arqueológicos Noutros Territórios Teóricos de Exploração

O sítio de **Fraga d’Aia** é abrangido pelo Território Teórico de Exploração de 120’ do Povoado da Porqueira (Fig. 54). Podemos concluir desta sobreposição que o Abrigo de Fraga d’Aia poderia ter sido frequentado pelos habitantes do sítio atrás referido, sem excluir evidentemente a frequência do mesmo por outras comunidades vinculadas a territórios mais distantes. O carácter sagrado do sítio, pode torná-lo polarizador de contactos de populações mais ou menos distantes, que podem produzir resulta-

dos não exclusivamente sagrados, mas também de “negociações” de “trocas” de vários aspectos sócio-económico-culturais.

Quanto à integração do núcleo megalítico de **Areita**, este não se encontra incluído nos Territórios Teóricos de Exploração de nenhum povoado (neste período), localizando-se a cerca de 500 m. SE do limite do Território Teórico de Exploração de 120’ do Povoado da Porqueira (Fig.54).

Esta situação não será estranha se atentarmos numa afirmação de Maria de Jesus Sanches, onde afirma que as comunidades que construíram grandes monumentos usaram os monumentos situados fora dos seus territórios de subsistência como lugar ritual de encontro e de negociação política por excelência (SANCHES, 2000a, 135-136). Pensamos que o mesmo pode ter acontecido com Fraga d’Aia.

No que diz respeito ao “núcleo” megalítico da **Sr^a do Vencimento**, este não se encontra inserido em nenhum dos Territórios Teóricos de Exploração de nenhum povoado, no entanto devemos realçar que se encontra apenas a cerca de 3 Km. Oeste (em linha recta) do limite do Território Teórico de Exploração de 120’ de S. Salvador do Mundo (Fig.54).

No que concerne ao núcleo de **S. Domingos**, este e à semelhança dos anteriores, não se integra em qualquer Território Teórico de Exploração de nenhum dos sítios arqueológicos (Fig.54) da área em estudo durante este período.

O sítio de **Vila Chã** não se integra em nenhum Território Teórico de Exploração de qualquer dos sítios arqueológicos da área estudada.

Para o período cronológico que estamos a estudar, neste capítulo, o **Povoado da Porqueira** não está inserido em

nenhum Território Teórico de Exploração de qualquer povoado. No entanto, integra no seu Território Teórico de Exploração de 120' a SE, o sítio de Fraga d'Aia (Fig.47 e 54). Não estamos, com esta constatação, a querer afirmar peremptoriamente que os ocupantes da Porqueira tenham frequentado o sítio de Fraga d'Aia.

Convém referenciar a equidistância do sítio do Povoado da Porqueira em relação às necrópoles de S. Domingos (a 8 Km. em linha recta) e de Areita (a 4 Km. em linha recta), conforme se pode aferir na Fig.53.

Durante o período em apreço o sítio de **S. Salvador do Mundo** não se insere em nenhum Território Teórico de Exploração de qualquer outro sítio, nem contém nos seus Territórios nenhum outro sítio arqueológico (Fig.54). Porém, devemos referir a sua proximidade relativamente ao "núcleo" megalítico da Sr^a do Vencimento (sensivelmente a 6 Km. Este).

5 – A Visibilidade Como Critério de Análise Espacial

Iremos ao longo deste trabalho utilizar distintas técnicas de análise espacial. Uma dessas técnicas é a análise dos denominados territórios de visibilidade. A visibilidade ou invisibilidade, é como sabemos uma das características fundamentais, quer dos habitats quer de outras estruturas humanamente construídas, se excluirmos os locais naturais, que podem ter assumido um papel importante para as populações que utilizavam um pensamento, que já se tem denominado *pensamento selvagem* (as sociedades caçadoras-recolectoras).

Essa vontade de visibilidade parece-nos mais clara, no âmbito dos vestígios, tradicionalmente designados de monumentos megalíticos.

A visibilidade é uma marca óbvia e desde cedo destacada por diversos autores, mesmo nos alvares da ciência pré-histórica.

É por isso que iremos destacar este aspecto, ao longo do trabalho que estamos a desenvolver.

Os monumentos megalíticos são visíveis na paisagem, mas que paisagens, espaços, ou territórios são visualizáveis (ou controláveis?) a partir dos mesmos? Quais são os contextos ecológicos e paisagísticos em que estes se implantam?

Como já referimos, Colin Renfrew associa de uma forma quase automática a monumentalização da paisagem (por intermédio dos monumentos megalíticos) a sociedades de cariz agrícola, ou seja monumentos megalíticos significam a existência de sociedades produtoras. Esta associação, é o que (recentemente) Susana Oliveira Jorge designou de “*mito da marcação monumental de paisagens cultivadas*” durante o Vº-IVº Milénios AC (JORGE, 1999, 9). Estas interpretações, têm vindo a ser postas em causa, por diversos autores como é o caso da autora anteriormente

citada e de Richard Bradley, entre outros.

Assim este último autor, crê que alguns monumentos megalíticos podem ter sido construídos sem a adopção de qualquer economia agrícola. Bradley entende mesmo que o oposto se pode ter verificado, ou seja a nova noção de tempo e de espaço introduzida pelos monumentos megalíticos é que pode ter facilitado o aparecimento de modos de vida produtores (BRADLEY, 1993, 21). A agricultura não levou à criação de monumentos, mas sim, os megálitos de forma inconsciente tornaram a agricultura mais fácil de imaginar e de executar (*idem*). O autor que temos vindo a referir, fala ainda de uma divisão entre túmulos fechados e abertos, a que corresponderam tipos de rituais diferenciados, bem como cronologias igualmente distintas. Assim os primeiros (os fechados) pertenceriam a um primeiro momento em que se realizavam apenas sepulturas individuais, que corresponderiam a rituais de enterramento. Neste período os sepulcros denunciariam ténues laços entre vivos e mortos. Num segundo momento possuímos os rituais de antepassados (BRADLEY, citado por JORGE, 1999, 64-65), os quais se podem associar aos sepulcros abertos, com corredor e átrio. Estes últimos pertenceriam já a um período em que o sistema produtor e a sedentarização seriam se não completa, pelo menos parcialmente, dados adquiridos. Os laços entre vivos e mortos são agora mais fortes e poderão intuir-se, talvez, laços de posse da terra, ou dos recursos legitimados pela presença de restos (reliquias) dos antepassados, nesses locais.

Possuímos na zona que estamos a estudar um dólmen escavado (o já várias vezes referido Dólmen 1 de Areita), que poderá corresponder ao segundo dos tipos de túmulos (e de rituais associados) referidos por Bradley. De facto este túmulo possui uma complexa estrutura de acesso, de tipo átrio, que

separaria um espaço interior, mais “sagrado”, reservado a um número restrito de “oficiantes”, de um espaço exterior menos exclusivo. Ou seja, há um constrangimento, conscientemente imposto à livre circulação de pessoas na área do monumento. É neste âmbito que convém lembrar a existência de uma estrutura de tipo “caixa” (Fig.16; Fot.2) no interior da câmara megalítica, que apesar de se encontrar vazia, poderia corresponder a rituais ligados à manipulação dos corpos ou já e apenas dos próprios restos ósseos dos antepassados.

No entanto convém lembrar que este monumento não terá tido uma “vida” longa, mas terá sido encerrado, pouco depois de construído, admitindo os autores da escavação uma utilização que se cinge a 2 ou 3 gerações (ou seja sensivelmente entre 60 e 100 anos). Terá sido nesta altura que a estrutura de tipo “caixa”, foi despojada dos ossos que eventualmente possuísse? E que esses restos tivessem funcionado como relíquias, circulando noutros contextos? Ou mesmo servido (recorrendo um pouco à imaginação) de restos “fundacionais” de um outro sepulcro, na mesma ou noutra necrópole? E essa deslocação poderá significar uma transferência simbólica dos significados (sagrados, sociais ou económicos que o Dólmen inicial pudesse ter?

Assim procurámos ensaiar um método que nos permitisse vislumbrar quais são as relações que as construções dolméticas estabeleciam com o meio (a paisagem ou o território) que as envolve. Tratámos de forma individualizada cada um dos monumentos megalíticos, e isto apesar dos mesmos não nos surgirem isolados mas sim integrados em necrópoles. Assim na Carta Militar de Portugal (1: 25 000) traçámos territórios de visibilidade, posteriormente reduzidos para a escala 1:50 000, que depois foram sobrepostos à Carta Corográfica de Portugal, para uma melhor visualiza-

ção dos territórios, que se baseiam essencialmente em duas premissas: a topografia limita o acesso visual do megalito em relação à sua envolvente; a distância visual relaciona-se com a distância real e deste ponto de vista todos os territórios seriam sempre limitados. Assim valorizámos os pontos do relevo mais altos em relação ao monumento. Estabelecemos assim o que denominámos de **territórios de visibilidade limitada**, o que não implica obrigatoriamente que este espaço seja de pequenas dimensões. Pensamos necessário fazer aqui uma pequena ressalva. Ignorámos igualmente a vegetação actual que recobre a envolvente do monumento. Estes territórios de visibilidade limitada, foram apenas traçados quando existem vários pontos, que coerentemente podem limitar o acesso visual. Dando um exemplo: imaginemos que o monumento se localiza a 700 metros de altitude, considerámos que os pontos localizados em altitudes superiores à referida cota limitam visualmente o território, traçámos então linhas que delimitam esse território, acompanhando sempre que possível as curvas de nível, de altitudes superiores à do monumento. Considerámos **territórios de visibilidade ilimitada** os territórios em que a visibilidade, não é limitada por acidentes topográficos importantes, pelo que o território será ilimitado até à linha do horizonte, dependendo é claro da acuidade visual de cada um. Estes territórios foram posteriormente verificados e corrigidos, quando necessário, nos locais de implantação dos monumentos.

Numa análise muito sumária podemos referir quais são os pontos cardeais para onde se viram preferencialmente as visibilidades dos núcleos megalíticos a que nos vimos a referir. Assim, os Territórios de Visibilidade Ilimitada de Areita orientam-se preponderantemente para Oeste. A esta orientação não será estranha a presença de um dos grandes rios da região (o Távora) e dos sítios de

Fraga d'Aia e da Porqueira (ambos com substrato Neolítico). Também o seu Território de Visibilidade Limitada é de dimensões consideráveis sobretudo para Nascente.

Quanto ao “núcleo” da Sr^a do Vencimento, temos uma situação diferente, pois a Mamoa 1 não tem quase visibilidade para Norte, ao passo que as outras duas têm visibilidade muito limitada para Sul (Mamoas 2) e Sudeste (Mamoas 3).

Quanto à necrópole de S. Domingos esta tem uma visibilidade que parece ser marcada pelo controlo de dois rios, o Távora a Oeste e o Torto a NE. Efectivamente é para esses dois pontos cardiais que as visibilidades se viram preponderantemente. No entanto, e devido à altura a que se situa este núcleo, a sua visibilidade é bastante grande para quase todos os lados para onde se vire o observador.

5.1 – A Visibilidade Dentro dos Núcleos Megalíticos

Estabelecidos assim os parâmetros pelos quais vamos conduzir a nossa análise, convém analisarmos a implantação específica de cada monumento megalítico e a relação de visibilidade espacial entre cada um dos monumentos constituintes de cada um dos núcleos (intervisibilidade).

5.1.1 – Núcleo Megalítico de Areita

O que salta à vista quando observamos os limites de visibilidade do núcleo de Areita é que a todos os monumentos se impõe claramente, sensivelmente a Este, a Serra de Reboledo e um pouco mais a NE a Serra de Sampaio (Ilus. I-IV).

É também notório que o Dólmen 1, e talvez por se situar a uma altitude superior à dos restantes monumentos, visibiliza também uma grande porção de território até ao vale do Távora (Ilus. I).

Quanto aos monumentos 2, 3 e 4 a sua visibilidade para o vale do Távora é relativamente mais limitada (Ilus. II-IV), enquanto que o Dólmen 5 praticamente não tem visibilidade para essa zona (Ilus. V).

Estas visibilidades individuais de cada um dos monumentos tentam-nos admitir que estes seriam marcas territoriais de comunidades dedicadas à pastorícia, que recorreriam à Serra para alimentar os seus gados durante o Verão.

Note-se que todos os monumentos são intervisíveis entre si. Assim o Dólmen 1 visibiliza dentro do seu Território de Visibilidade Limitada os Dólmenes 2, 3 e 4, ao passo que o nº5 é visível no Território de Visibilidade Ilimitada (isto é, nas zonas em que a visibilidade apenas é limitada pela linha do horizonte).

Quanto ao Dólmen 2 todos os restantes monumentos são visíveis dentro dos Territórios de Visibilidade Limitada. O mesmo acontecendo com o Dólmen 3.

Já o Dólmen 4 visibiliza dentro dos seus Territórios de Visibilidade Limitada apenas o Dólmen 5, enquanto que os restantes se encontram nos Territórios de Visibilidade Ilimitada.

Finalmente o Dólmen 5 domina os restantes monumentos dentro do que designamos Territórios de Visibilidade Limitada (conforme Ilus. XIII-XVII).

É-nos difícil estabelecer precedências cronológicas para este núcleo, visto que (enquanto não houver a escavação completa do mesmo) desconhecemos as soluções arquitectónicas específicas de cada monumento, bem como, como é óbvio, não possuímos cronologias absolutas para os monumentos, à excepção do Dólmen 1. Aliás, e para o Dólmen 1, já pusemos em causa essas datações.

Efectivamente e enquanto não possuímos dados concretos acerca das plantas dos outros Dólmenes, apenas podemos dizer que esta necrópole constitui um todo cenográfico, que terá sido

construído ao longo do tempo, incorporando-se sucessivamente novas construções que implicariam reinterpretações deste espaço.

Embora iminentemente sagrado, pensamos que os territórios e as paisagens que se visibilizam e/ou dominam a partir de Areita, podem permitir divisar algumas orientações de carácter sócio-económico.

Pensamos que dentro destas orientações é fundamental o “peso” da água em termos ecológicos. Perto deste núcleo passam diversas linhas de água que vão desembocar na Ribeira de Tabarelas, localizada a cerca de 2 Km. a Sul deste núcleo, nascendo mesmo junto de uma das antas (nº5) uma pequena linha de água que vai formar a Ribeira de Galegos (afluente da Ribeira da Carriça, que por sua vez é afluente do Rio Torto). A abundância de água torna, como é do senso comum, mais fácil a renovação florística destas zonas.

Não queremos sugerir que esta abundância de água signifique que as comunidades que tumularam em Areita aproveitassem agricolamente a zona em torno das antas. Aliás, e uma observação cuidada dos solos em que se implantam os monumentos revelam-nos que a abundância de água, tratada atrás, torna os terrenos extremamente pesados (uma das antas implanta-se mesmo num lameiro – Dólmen 3). Ora, estes terrenos que em termos de rentabilidade actual são óptimos para a prática agrícola, não o eram no passado, pois instrumentos rudimentares não facilitavam o arroteamento dessas terras. Mas se observarmos os solos em que se implanta o Dólmen 1, verificamos que são solos quase esqueléticos, em que (hoje em dia) a drenagem de águas provenientes da chuva é muito difícil. Ou seja, num pequeno espaço de pouco mais de 300 m. temos solos bem diferentes. No passado, com um maior grau de humidade, e provavelmente mais intensamente florestada, a fixação da terra seria

maior, os solos mais profundos e, a prática agrícola (rudimentar), se existisse, possível.

Se sobrepusermos os Territórios de Visibilidade de todos os Dólmenes verificamos que, à excepção do Dólmen 1 (que se abre também para Oeste), a Serra é omnipresente. Queremos com isto dizer que existe neste núcleo a vontade de marcar um vasto leque de recursos ecologicamente distintos. Por um lado as terras planálticas que conduzem ao Rio Távora (Rio este que se situa a apenas 1h. e 17min. de distância pedestre), por outro as faldas das Serras de Reboledo e Sampaio (situando-se o ponto mais alto da Serra de Reboledo a apenas 56 min. de distância pedestre).

Concluimos pois que em termos económicos, e assente num padrão de povoamento ainda amplamente móvel, a variedade de soluções de aproveitamento da paisagem seria bastante “interessante”. A Serra poderia ser mais florestada do que actualmente, nomeadamente com pinheiro (atestado no Dólmen 1), que Isabel Figueiral defende terá tido uma implantação precoce no nosso território (FIGUEIRAL, 1994, 440-441). Igualmente nas zonas mais baixas, porventura perto dos Dólmenes, poderiam surgir o sobreiro (*Quercus suber*) atestado na Lameira de Cima, na selagem do átrio (GOMES, 1996, 75) e em Fraga d’Aia (FIGUEIRAL, 1994, 440), podendo talvez surgir igualmente o carvalho.

Temos pois a possibilidade da prática da pastorícia em direcção, provavelmente (em períodos de escassez), à Serra, que não excluimos que possa ter sido praticada também nas zonas baixas. Quanto à agricultura primitiva, feita com instrumentos rudimentares, pode igualmente ter sido um facto em clareiras abertas, nos patamares inferiores da Serra, onde apesar de mais pedregosa, o amanhã da terra não é tão

condicionado pelo “peso” da mesma, ou nas zonas planálticas em direcção ao Rio Távora. Igualmente o achado de moinhos reaproveitados na construção da mamoa do Dólmen 1 de Areita, bem como de machados, enxós e de uma goiva, podem indiciar a prática da agricultura. Quanto aos primeiros, estes podem corresponder não apenas à moagem de cereais cultivados nas imediações dos Dólmenes, mas tão só à moagem de bolotas ou outros frutos colectados nas mesmas imediações.

Pensamos, tal como D. Cruz, “que as sociedades construtoras de megálitos serão sobretudo comunidades de pastores e criadores de gado, certamente praticando também a agricultura de cariz rudimentar, nas terras baixas e adjacentes aos lameiros, a par de outras actividades, como a recollecção e a caça, cuja importância seria ainda grande” (CRUZ, 1998, 159).

Acreditamos igualmente que a recollecção e a caça seriam bases fundamentais e comporiam a base da dieta alimentar das comunidades que aqui tumularam.

Poderíamos sugerir que pode existir aproveitamento da riqueza ecológica desta zona, de três formas: o pastoreio de gado ovino e caprino na Serra; a agricultura nas áreas adjacentes dos lameiros (mas não nos próprios lameiros); e o aproveitamento florestal, quer como combustível, quer para a recolha de frutos.

Concluindo, temos uma grande variedade ecológica que permite uma grande abrangência de recursos mobilizáveis, de forma continuada, ou mais provavelmente, de forma sazonal ou pontual. Será esta riqueza e variedade ecológica a explicação económica para a localização do núcleo megalítico de Areita? Se o é, como explicaríamos a localização da necrópole da Sr^a do Monte, a cerca de 3 Km. SE, precisamente no cimo da Serra? Será que podemos supor outra comunidade? Ou, mais

provavelmente, a mesma comunidade marcou a Serra com monumentos porque se alteraram as estratégias de ocupação do território? Não cremos que se trate de outra comunidade, pois isso implicaria um sobrepovoamento da região em épocas tão recuadas. Igualmente não acreditamos na mudança de estratégias de aproveitamento da paisagem, o que apenas poderia ser explicado por uma intensificação e menor extensividade de aproveitamento ecológico motivado por um incremento populacional. Mais credível será, provavelmente, a necrópole da Sr^a do Monte ser mais tardia ou não exactamente da mesma época de Areita.

Em termos sociais pensamos que as comunidades seriam de pequenas dimensões e que frequentariam periodicamente outros locais, nomeadamente a Serra, que marcariam pela erecção de novos monumentos. A presença de seis (6) indivíduos no Dólmen 1 de Areita abona em favor de uma selecção dos que eram sepultados.

Uma pergunta se impõe: Quais seriam as comunidades que tumularam em Areita durante a 2^a metade do V^o e o IV^o Milénios AC?

O núcleo de Areita pode ser entendido como um local de reunião de várias comunidades mais ou menos dispersas pela região em estudo. Convém, no entanto, salientar a proximidade do sítio da Porqueira, a apenas pouco mais de 2 horas de distância pedestre, que tem um substrato neolítico (como já foi referido). No que respeita a períodos posteriores, nomeadamente para o Calcolítico, não possuímos indicadores directos da frequência deste núcleo por comunidades deste período, o que não significa que não o tenha sido. Oportunamente referiremos a inclusão, ou não, do núcleo de Areita nos Territórios Teóricos de Exploração dos diversos povoados Calcolíticos.

5.1.2 – “Núcleo” Megalítico da Sr^a do Vencimento

No que diz respeito a este “núcleo” podemos distinguir duas situações e dois tipos de visibilidade distintos. Assim, a Mamoa 1 situava-se no sopé do monte da Sr^a do Vencimento (que quando a visitámos se encontrava totalmente destruída), conteria, segundo os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira, um dólmen de câmara simples. Quanto à sua visibilidade, esta é muito limitada para Norte pela colina onde se ergue hoje em dia a capela da Sr^a do Vencimento. Para Sul a sua visibilidade é limitada pela Serra do Ervilhaio, que é o ponto mais alto da paisagem envolvente, se exceptuarmos o monte da Sr^a do Vencimento. Quer para Este quer para Oeste esta Mamoa tem uma visibilidade ilimitada (Ilus. VI).

Assim, a Mamoa 1 dispõe de uma ampla panorâmica sobre as zonas de vale formados pelos pendentes Oeste e Este da Serra do Ervilhaio, que se atinge em cerca de 37 min. de distância pedestre. Quer do alto desta Serra quer do próprio local de implantação da Mamoa 1, divisa-se claramente o vale do Rio Torto.

Temos pois, em termos ecológicos, uma variedade de paisagem claramente marcada pela Serra do Ervilhaio, que pode ter sido alvo de um aproveitamento quer agrícola rudimentar, quer pastoril.

Convém desde já dizer que esta Mamoa não tem intervisibilidade com as restantes duas Mamoas do “núcleo” (Ilus. XVIII), situando-se estas no “plateaux” superior do morro da Sr^a do Vencimento, as quais, por sua vez, sendo intervisíveis entre si (Ilus. XIX-XX) também não visibilizam a Mamoa 1.

Apesar da exposição que se segue, convém talvez referenciar que a Mamoa 1 poderá, talvez, não se integrar no “núcleo” e ser, outrossim, uma Mamoa isolada.

Estas duas últimas que referimos não distam uma da outra mais do que 100 m., mas apresentam visibilidades distintas. Deste modo, a Mamoa 2, que se encontra localizada no mesmo patamar da Mamoa 3, encontra-se já na vertente Norte desse mesmo patamar, o que lhe impede a visibilidade para Sul dispondo, no entanto, de uma ampla panorâmica sobre os vales que se estendem até ao Douro.

Quanto à Mamoa 3, localizada no extremo do maciço a que nos temos vindo a referir, apenas é limitada visualmente a SO pela colina, já referida, da ermida da Sr^a do Vencimento (Ilus. VIII), incluindo, no entanto, no seu Território de Visibilidade Limitada a Mamoa 2 (Ilus. XX).

De todo o “núcleo” esta é a Mamoa que dispõe de um mais amplo Território de Visibilidade Ilimitada, espraiando-se a sua visibilidade sobretudo para Norte, para zonas onde existem várias linhas de água que terminam no Douro, 5 Km. a Norte (em linha recta).

Visto que não possuímos dados cronológicos que nos permitam identificar qual o primeiro monumento a ser construído, apenas podemos supor que podendo ser contemporâneos (em termos arqueológicos) nos parece haver mais do que uma oposição em termos de ocupação do espaço, uma complementaridade na visibilização de diferentes espaços ecologicamente distintos, que possibilitariam a “aquisição” de diferentes paisagens aproveitadas também de diferentes formas.

No entanto, parece-nos existir uma relação hierárquica, que poderá ter também eventualmente um significado cronológico, entre os vários elementos de todo o conjunto. Assim sendo, e admitindo uma evolução do simples para o complexo, o mais antigo dos monumentos será o contido na Mamoa n.º1 (um dólmen simples). Efectivamente tem-se admitido que estes dólmenes corresponderão à emergência das pri-

meiras construções funerárias megalíticas, pelo menos na Beira Alta (CRUZ, 1998, 156). Também S. O. Jorge aponta para a passagem de monumentos de câmara simples de pequenas dimensões para outros de corredor e maior tamanho, podendo este polimorfismo arquitectónico resultar de uma diferenciação social a despontar em comunidades ainda igualitárias. Ou seja uma evolução estrutural destas sociedades (JORGE, 1990a, 136).

Dá-se assim uma nítida tentativa, dentro de uma lógica integradora, de construir um todo espacial, enriquecendo o espaço simbólico e apropriando-se intencionalmente das significações sociais, mágico-religiosas ou económicas de cada um. É pois evidente neste “núcleo” o que Criado Boado designa de *vontade de visibilidade* (CRIADO BOADO, 1993, 43), procurada neste caso de forma intencional.

Podemos no entanto desconstruir o texto que fizemos anteriormente se imaginarmos que o monumento nº2 será o mais antigo, e que o nº1 foi construído posteriormente ao nº2, por forma a alargar o leque de recursos mobilizáveis e controláveis pelas comunidades que circulavam nesta área.

Quanto à Mamoa 3, que nos parece ser a mais recente, pode não o ser, pois se se sabe actualmente que os dólmenes de corredor são mais tardios que os dólmenes simples, estes continuaram a coexistir e mesmo a construir-se ao mesmo tempo que aqueles.

Ao fim e ao cabo o que pretendemos dizer com tudo isto?

Apenas com escavações arqueológicas do conjunto destes monumentos poderemos aceder a uma compreensão total do “funcionamento” deste “núcleo”.

Apenas uma evidência nos falta referir, é a circulação, ainda hoje em dia, de gado ovi-caprino na zona onde se construíram os monumentos 2 e 3.

Quanto às comunidades que poderiam ter frequentado e utilizado o “nú-

cleo”, como marcador simbólico-económico da paisagem poderiam ter sido, e voltamos a frisar, não possuindo dados concretos sobre isso, as comunidades que ocuparam o sítio de S. Salvador do Mundo durante o Neolítico e o Calcolítico, que se situa, em termos de distância pedestre, a 3 horas e 13 min., e/ou as que ocuparam N^a Sr^a de Lurdes durante o Calcolítico, que se encontra a 2 horas e 34 min. de distância pedestre deste “núcleo”.

Não excluimos a frequência e utilização do mesmo por outras comunidades mais distanciadas no espaço.

5.1.3 – Núcleo Megalítico de S. Domingos

Sensivelmente a 7,5 Km. SSO do núcleo da S.^a do Vencimento, temos um outro conjunto monumental, embora com características algo diferentes, pois engloba monumentos de tipos e cronologias distintas. Trata-se da necrópole de S. Domingos. Os monumentos desta necrópole situam-se em altitudes muito próximas oscilando entre os 700/715 metros.

Quanto às visibilidades específicas de cada um dos monumentos estas são bastante vastas, implantando-se em pequenas plataformas a cotas muito superiores à paisagem envolvente.

O Dólmen 1, implantado a 705 m. de altitude, apresenta uma visibilidade muito limitada para Sul, visto encontrar-se no sopé do monte de S. Domingos, sendo também a Norte limitada por uma colina de 714 m. (Ilus. IX).

A Mamoa 2 tem uma visibilidade limitada para Sul, para NNO e Oeste, sendo ilimitado o seu território visual para Este (Ilus.X). O mesmo se passa com a Mamoa 3 (Ilus. XI).

Quanto à Mamoa 4 esta tem visibilidades limitadas para Norte e para NNO (Ilus.XII), sendo a restante paisagem perfeitamente visível a partir do monumento.

Quanto à intervisibilidade o Dólmen 1 (um dólmen de corredor curto, bem diferenciado), domina visualmente todas as Mamoas do núcleo (Ilus. XXI). Estas constituem aliás o seu limite de visibilidade limitada.

Quanto às Mamoas 2, 3 e 4 são intervisíveis, formando os limites de visibilidade limitada umas das outras e contendo no seu Território de Visibilidade Ilimitada o Dólmen 1, à excepção da Mamoa 2 que inclui este monumento no seu Território de Visibilidade Limitada (Ilus. XXII-XXIV).

Que conclusões podemos extrair destas intervisibilidades?

O Dólmen 1 poderá ter sido o primeiro a ser construído, ou então o último como forma de aglutinar memórias.

As outras Mamoas, integram-se num momento cultural e cronologicamente já algo distanciado - o mundo dos "cairns" - que segundo D. J. da Cruz datam de finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze. Efectivamente trata-se de estruturas exclusivamente construídas em pedra pouco relevadas no terreno. Ignoramos, no entanto, a planta das estruturas integradas nestas três Mamoas, apenas numa delas (Mamoa 3) se encontra fincado no chão um monólito em xisto.

Pensamos que o Dólmen 1 de S. Domingos funcionou como elemento polarizador deste núcleo, ou como memória vaga, havendo uma preocupação notória dos monumentos posteriores de se fazerem visíveis a partir do Dólmen 1 e de o visualizar a partir do seu ponto específico de implantação. Temos assim a apropriação e integração de um monumento anterior num mesmo espaço simbólico, reinterpretando-o e reatualizando-lhe o significado. Isto é, uma reorganização simbólica do espaço já há muito ritualizado, resultando assim numa paisagem de longa elaboração, em que os monumentos anteriores são readaptados e tornados "contemporâ-

neos". Ou seja constrói-se mentalmente uma noção de intemporalidade.

O núcleo, no seu conjunto, e apesar de cronologias diferentes, tem uma implantação geo-estratégica deveras interessante. De facto numa zona que oscila entre os 500-700 m. os monumentos localizam-se em pontos que dominam amplas parcelas de paisagem. O Dólmen 1, apesar de limitado a Norte por um relevo de altitude superior, domina a Este o curso do Rio Torto a 3, 75 Km. (em linha recta) e a Oeste o Rio Távora a 3 Km. (em linha recta).

Na actualidade os solos apresentam-se bastante erosionados, no entanto, sabemos, que junto aos rios, nesta zona menos constrangidos pela tectónica e, portanto, menos encaixados, são cultivadas algumas parcelas alternadamente com milho no Verão e prados no Inverno (campos-prado). Por outro lado, no sítio de implantação do núcleo de S. Domingos, verifica-se que é dos poucos locais onde se consegue fazer a transição da zona relativamente acidentada do Douro para as zonas planálticas de 300-500 m., aliás, é nesta zona que as curvas de nível começam a apresentar uma malha mais larga. Portanto um espaço privilegiado para a circulação e deslocação transumante dos gados. É também nesta zona que essa transição se faz de forma menos abrupta ou seja, ecologicamente dominam-se simultaneamente os vales baixos dos rios e zonas de circulação de gados.

Desta linha de festo partem vários pequenos cursos de água que vão desembocar nos dois rios acima referidos. Existindo neste núcleo monumentos de finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze ("cairns"), época em que as elites locais teriam já começado a afirmar-se e a intervir em actividades de troca, estabelecendo estes espaços sagrados como pontos de marcação simbólica da paisagem, constrangendo, ou pelo menos, controlando a circulação dos indivíduos e dos itens que fluíam

por estas vias, demonstrando assim a preocupação de controlo dos cursos de água (Torto e Távora) e das importantes vias de circulação de pessoas e bens a estes associados.

Durante o Neolítico e Calcolítico os povoados situam-se relativamente distantes do núcleo de S. Domingos, o que pressupõe, pensamos, um aproveitamento relativamente extensivo do território.

Durante a Idade do Bronze pensamos que a marcação económica da paisagem será a explicação para a equidistância dos povoados relativamente a S. Domingos, que perderá a função congregadora das comunidades, pelo menos nos termos em que ocorriam no Neolítico Médio e Final. Ou seja, agora o cerimonial é mais diversificado, transferindo-se, provavelmente, os simbolismos anteriormente excessivamente concentrados nos dólmenes para outros sítios, exclusivamente de carácter ritual, ou cumulativamente com outras funcionalidades e significados (CRUZ, 1998, 160-161; CRUZ, 2000, 376).

6 – Conclusões Sobre o Povoamento dos VI^o/V^o/IV^o Milénios AC

Quanto ao povoamento da zona em estudo, neste período, podemos desde já extrair algumas conclusões.

Temos que os primeiros vestígios de povoamento desta zona remontam ao período tradicionalmente denominado de Neolítico Inicial. Contudo M^a de Jesus Sanches admite a interpretação do Abrigo de Fraga d'Aia como um local ocupado sazonal ou periodicamente num período que percorre a 2^a metade do VI^o, o V^o e o início do IV^o Milénios AC (SANCHES, 2002, 11). A mesma autora acredita que o sítio de Fraga d'Aia tem uma ocupação de carácter cultural, que integra o consumo (ritualizado?) de alimentos (*idem*). Os alimentos consumidos podiam ter sido vegetais (selvagens? domésticos?) triturados, para o que aponta a grande quantidade de moinhos manuais presentes no Abrigo (SANCHES, 2000b, 185).

Também nós pensamos que não é plausível a utilização exclusiva dos moinhos manuais para a trituração de matérias corantes para a realização das pinturas.

Terão também sido consumidos em Fraga d'Aia animais, eventualmente domésticos (cabra? carneiro?) (ANTUNES, 1988, 227-228).

A representação de uma cena de caça ao cervídeo pode levar-nos a intuir o consumo de alimentos provenientes também da caça, quer no Mesolítico (a crer nas datações do VIII^o Milénio AC), quer no Neolítico. Porém, a inexistência de materiais associáveis ao Mesolítico, faz-nos crer que a representação da referida cena esteja antes associada ao Neolítico Inicial Regional. Embora não existam vestígios é provável o consumo (ritualizado?) de peixes provenientes do Rio Távora sobre o qual se implanta o Abrigo.

Efectivamente, do Abrigo de Fraga d'Aia dominam-se territórios mais baixos do vale do Távora (Fraga d'Aia localiza-se na encosta) e também se acede rapidamente aos ecossistemas dos planaltos e “plateaux” superiores (SANCHES, 2002, 10).

A interpretação do Abrigo como um local de consumo ritualizado (e eventualmente da realização de outras “performances”?) leva-nos a acreditar na recolocação de alguns alimentos nas imediações do Abrigo. Nestas imediações a capacidade de renovação florística era provavelmente superior à actual, e para além da proximidade de cursos de água, os solos seriam também mais profundos, solos esses que se apresentavam actualmente muito erosionados.

De facto começa-se a tornar claro que a região que estamos a estudar não seria erma durante o Neolítico Inicial Regional (nem tão pouco, talvez, no Mesolítico?) mas sim ocupada, embora de forma descontínua, e com um grau de sedentarização muitíssimo limitado. Fraga d'Aia seria provavelmente um local de encontro sacralizado de comunidades mais ou menos dispersas, de que pode ser um exemplo as comunidades que ocupavam o Prazo (a aproximadamente 22 Km.), ou talvez já no Neolítico Médio e Final, as que edificaram monumentos megalíticos na zona de Areija.

As cronologias da 1^a metade do V^o Milénio AC, provenientes do Abrigo de Fraga d'Aia, são como já referimos anteriormente, concordantes com as datações provenientes do Dólmen 1 de Areita (1^a metade, transição para a 2^a metade do V^o Milénio AC). Esta contemporaneidade entre Areita e Fraga d'Aia não é no entanto admitida por alguns autores (nem por nós próprios) como D. J. da Cruz, pois considera as datações radiocarbónicas de Areita díspares em relação aos conhecimentos actuais, mas admite que Fraga d'Aia possa ter uma

cronologia mais recente que se situe em finais do V^o, inícios do IV^o Milénio AC (CRUZ, 1998, 154), portanto contemporâneas das primeiras construções megalíticas da região, que não é o caso de Areita, pois trata-se de um dólmen de grandes dimensões.

Pensamos que pode ter existido contemporaneidade entre Fraga d'Aia e Areita apenas no IV^o Milénio AC (se atendermos às datas da 1^a metade do IV^o Milénio AC de Fraga d'Aia), tendo a necrópole de Areita também uma história de progressiva monumentalização do espaço. Isto é, quando foi construída esta necrópole já o Abrigo de Fraga d'Aia tinha uma longa história de uso sazonal, como "santuário".

Voltando a Areita, não acreditamos que todos os monumentos funcionassem simultaneamente, embora possa ter acontecido a utilização simultânea de dois ou mais monumentos e do Abrigo de Fraga d'Aia. O Dólmen 1 de Areita foi utilizado e encerrado "pouco depois" de construído, pensamos que o mesmo poderá ter acontecido com os restantes monumentos da necrópole. A acreditarmos num funcionamento de cerca de 100 anos (GOMES *et alii*, 1998, 67) e, se pensarmos numa hipotética, embora pouco provável, sequência de construção de um túmulo após o encerramento de outro, teríamos um período de ocupação de pouco mais de 5 séculos.

Quanto à função social dos monumentos megalíticos muito se tem dito, mas parece-nos que não é possível uma resposta unívoca, e tal como S. O. Jorge recentemente sublinhou, não é possível generalizar a "função social" destes monumentos aos territórios onde eles ocorrem e que possam ter servido os mesmos desideratos sociais (JORGE, 1999, 52). Apesar desta afirmação, talvez consigamos extrair algumas ilações dos dados que possuímos. Parece claro que os Dólmenes de Areita funcionaram como efectivos "marcadores" da paisagem, dominando o vale do Távora

(Dólmen 1 de Areita) e sobretudo as Serras de Reboledo e de Sampaio.

Reflectindo acerca das teorias de Richard Bradley (nomeadamente sobre a adopção de monumentos antes da existência de uma economia agro-pastoril), somos de opinião que temos aqui uma solução que se pode encaixar no arquétipo de Bradley. Túmulos fechados que significam sociedades sem adopção de qualquer economia agrícola vs. túmulos abertos que remetem já para rituais de antepassados, ou seja, rituais associados a comunidades que já têm uma noção diferente de tempo, i.e., uma economia agrícola.

O Dólmen 1 de Areita é um túmulo aberto e encerrado após um período curto de utilização e manteve-se aberto durante pelo menos três gerações logo, podem tratar-se já de comunidades produtoras. Desta forma, com mais razoabilidade, se reforça a proposta de uma cronologia para Areita maximamente na passagem do V^o para o IV^o Milénio AC. Na sequência do que vimos dizendo, após o encerramento definitivo do túmulo (não queremos com isto dizer que o Dólmen 1 de Areita é o mais antigo da necrópole), poderão ter-se construído e entrado em funcionamento os outros sepulcros da necrópole, o que a verificar-se apontará também para a vinculação dos construtores destes monumentos com uma economia agro-pastoril.

Quanto a Fraga d'Aia, qual o seu papel neste esquema? Centro sagrado, embora de outra natureza, julgamos que sim, embora a noção de territorialidade seja neste mais difusa.

Nestes dois contextos, da necrópole de Areita e do "templo" de Fraga d'Aia está presente um item alógeno. A análise desta ocorrência terá que se integrar na lógica do S.C.A. (site catchment area) ou seja, a área donde procedem os materiais achados nos sítios. Esse item é o sílex. Este encontra-se presente quer em Fraga d'Aia, quer em Areita. Esta presença pode

apontar para “influências” diversas. Esta hipótese apresenta-se bastante verosímil se atentarmos na reflexão realizada por Senna-Martinez, sobre o denominado Horizonte Carapito-Prame-las, em que afirma uma origem estre-menha, quer para o sílex, quer para o próprio megalitismo da Beira Alta (SENNA-MARTINEZ, 1994, 17).

De facto o sílex existe nos contextos a que nos estamos a referir; essa existência dever-se-á à “importação” de sílex, tendo como contrapartida os mi-nerais de anfíbolito e mesmo variscites e outras “rochas verdes” utilizadas como adornos (*idem*).

Embora o sílex que possuímos nestes dois contextos possa ter uma origem estremenha (Estremadura portuguesa) não excluimos a hipótese do mesmo ser proveniente de outras regiões mais ou menos distantes.

Será neste contexto que poderemos integrar a localização de uma necrópole megalítica – Sr.^a do Vencimento – situada bem próximo de afloramentos de anfíbolito (Fig.4)?

Será que a necrópole da Sr.^a do Ven-cimento “marca” matérias-primas? Não o cremos. Afigura-se-nos, dentro da ló-gica mercantilista de Senna-Martínez, mais provável a localização de tal “en-treposto comercial” no sítio de S. Sal-vador do Mundo.

Pensamos que de facto estas “tran-sacções” podem ter ocorrido, embora não sejamos da opinião do autor ante-riormente citado, que mergulha as ori-gens do megalitismo da Beira Alta nos contextos estremenhos. Afirma igual-mente que o “transporte” dos ovinos terá sido feito, pelos construtores dos megálitos da Beira Alta, incluídos no pacote neolítico que os mesmos terão trazido (*ibidem*, 18).

Como contraposição a esta teoria difusionista, parece-nos útil (e mesmo mais crível) lembrar a hipótese susci-tada por S. O. Jorge, de uma origem beirã do megalitismo de que vimos a

falar. Efectivamente esta autora aponta a Beira Alta como um dos focos de origem do megalitismo do território português. Esta hipótese é apoiada pelo sincronismo na emergência dos grandes dólmenes, quer no Sul, quer na Beira Alta (JORGE, 1990a, 138-139).

É compatível uma origem beirã do megalitismo com a circulação limitada de materiais exógenos. Aliás, esses ma-teriais podem corresponder a um pro-cesso de afirmação (ainda embrionário) de algumas elites locais, em que se inse-re também um aspecto singular do me-galitismo beirão, que é a arte megalítica (presente em Areita).

É igualmente nesta lógica mercanti-lista que podemos integrar o conjunto de monumentos de S. Domingos, embo-ra estes desempenhem esse papel em épocas diferentes das do IV^o Milénio AC.

Ecologicamente não existe um pa-drão único para a implantação dos mo-numentos megalíticos. Efectivamente os monumentos que possuímos na região em estudo controlam ou dominam um vasto leque de recursos, que podem, ou não, ter sido utilizados de forma pontual ou sazonal.

Quanto aos sítios de habitat, estes são um aspecto muito particular no âm-bito da região em estudo. Efectivamente não é comum, lobrigarem-se sítios conectáveis, pelo menos aparentemente, com o fenómeno megalítico. É comum, em vários artigos e autores, a assunção de uma proximidade espacial entre mo-numentos e habitats “megalíticos”. Este aspecto resulta da presença, extrema-mente comum de índices relacionáveis com actividades ditas domésticas, como são os moinhos manuais e a cerâmica. Na área que estudamos, possuímos também esses índices, embora em nú-mero reduzido, encontrando-se nomea-damente em Areita, contudo não foram detectados vestígios de estruturas habi-tacionais nas suas proximidades.

Lembremos que, e tal como se verifica em Fraga d'Aia (que é, reforçamos, um local de consumo, ritual) a possibilidade dos moinhos manuais poderem ter sido utilizados para moer substâncias corantes, para a pintura das gravuras (de que no entanto não verificamos restos), quer para a pintura dos corpos dos officiantes (que nos parece poderá ter sido realizada).

O carácter de santuário atribuído a Fraga d'Aia, faz-nos deslocar o nosso eixo de análise para outros locais – o Povoado da Porqueira e S. Salvador do Mundo. No primeiro destes sítios, foram detectadas marcas de povoamento, bem como de arte (“cavinhas”).

Em comum estes dois sítios têm a implantação sobre dois rios de caudal permanente (Távora e Douro respectivamente).

Pela sua localização central em relação a outros povoados, parece-nos que o Povoado da Porqueira e S. Salvador do Mundo terão desempenhado um papel importante no período em apreço, com extensões para outros períodos. De que forma exerciam eles esse papel?

Seriam estes povoados ocupados residencialmente de modo contínuo e conviveriam com outras comunidades, cuja mobilidade residencial e logística seria maior? (SANCHES, 2000a, 134)

Parece-nos curioso o afastamento da “morte” dos locais pretensamente domésticos (Povoado da Porqueira e S. Salvador do Mundo). Poderá este facto estar relacionado com o carácter iminentemente móvel dos seus habitantes? Será que os diversos núcleos megalíticos correspondem a mais do que uma comunidade “megalítica”? Ou será que todos pertencem aos mesmos indivíduos? Ou serão de momentos cronológicos diferentes?

Corresponderá este afastamento à existência de referências comunitárias em instâncias não relacionadas directamente com o povoado, ou seja as referências identitárias estariam ligadas

com espaços de apropriação de recursos situados fora do povoado.

Verifica-se deste modo, uma ocupação durante os Vº/IVº Milénios AC relativamente extensiva do território, e que pensamos corresponder a pequenas comunidades ainda amplamente móveis, mas que progressivamente vão desenvolvendo laços mais fortes com os territórios que exploram.

Reflexo disso será a “explosão” de povoados que poderemos observar no IIIº Milénio AC, fruto talvez de uma maior fixação das comunidades a territórios que exploram agora de forma mais intensiva, que pode implicar também um aumento populacional.

Pensamos que mais do que uma ruptura, existe uma continuidade de povoamento entre os Vº/IVº e o IIIº Milénios AC, que se pode reflectir na reocupação de sítios usados nos Vº/IVº Milénios AC, como é o caso do Povoado da Porqueira e de S. Salvador do Mundo.

7 - Povoamento do IIIº Milénio AC

Neste período que designamos usualmente por Calcolítico (sensivelmente entre 3 000 e 2 000 AC), assistimos na região que estamos a estudar a uma “explosão” de povoados. Assim e para além de povoados com substratos do período anterior (Povoado da Porqueira e S. Salvador do Mundo), que se prolongam para o Calcolítico, vimos surgir outros locais com vestígios conectáveis com este momento cronológico.

De facto e seguindo o raciocínio de Susana Oliveira Jorge, surgem em todo o território português, comunidades no seio das quais emergem novos comportamentos de relação entre as elites e as populações que elas lideram. Neste período surge também um movimento generalizado de intensificação socio-económica de alargamento das relações e intercâmbios supra-regionais e de uma sobrevalorização do habitat, como pólo aglutinador de uma identidade cultural nascente (JORGE, 1990c, 163). Ou seja surgem paisagens agro-pastoris, aglutinadas não já somente por monumentos megalíticos, mas também por habitats que se expandem em direcção a zonas mais propícias para a prática da agricultura e da pastorícia.

No Norte de Portugal, neste período os habitats são geralmente de altura e situam-se perto de importantes cursos de água, ocupando frequentemente colinas ou plataformas em esporão, dispondo de boas condições naturais de defesa (SILVA *et alii*, 1993, 212; JORGE, 1990c, 200). Dá-se uma aproximação dos rios que para além do evidente papel que desempenham na economia produtora, são potenciadores de contactos supra-regionais.

Esta movimentação denuncia uma paulatina intensificação socio-económica que concomitantemente gerará uma complexificação socio-cultural das co-

munidades deste período. Aliado a este processo de desenvolvimento, parece clara a existência de um aumento demográfico, patente no maior número de sítios conectáveis com este período. É óbvio que nem todos os povoados serão contemporâneos podendo, como veremos mais adiante, conter ocupações de outros períodos, ou funcionarem de forma rotativa.

Associada a esta movimentação, e a esta visibilidade dos povoados, surgirá provavelmente uma diminuição das áreas de captação de recursos, agora já mais ligadas às práticas agrícolas, que serão ainda, contudo, bastante vastas. Quer pela continuidade de aproveitamento de recursos “selvagens” quer pelas práticas de transumância.

Fala-se inclusive da existência neste período de uma certa fragmentação dos grupos humanos do Neolítico Final, que poderá estar relacionada com a alteração dos padrões demográficos, anteriormente referidos, produzindo-se uma maior autonomização destas comunidades agora em maior número. Essa autonomização poderá explicar-se por duas ordens de factores, que são a incapacidade dos solos, em que se situam estas comunidades suportarem indefinidamente situações de pressão demográfica e o surgimento de proto modelos de diferenciação social geradores de conflitos sanáveis com o recurso a uma fragmentação desses grupos.

Os grupos humanos que ocupam esses locais aumentam a sua dependência em relação à área próxima do povoado, essa situação e a existência de outras comunidades relativamente próximas explicam a escolha de espaços privilegiados em termos topográficos, que lhes proporcionam um controlo privilegiado sobre os recursos que exploram e sobre as movimentações das comunidades suas vizinhas.

Vimos também surgir outras manifestações monumentais de carácter não megalítico, que se expressam em pene-

dos insculturados e em estelas antropomórficas.

Quanto às manifestações megalíticas, embora não possuamos dados concretos, não excluimos a possibilidade dos monumentos, que temos vindo a referir, terem sido ocupados durante o Calcolítico.

Já nos referimos no capítulo dedicado ao povoamento dos VI^o/V^o/IV^o Milénios AC aos sítios com substratos Neolíticos. Esses povoados no entanto, têm ocupações de outros períodos.

7.1 – Vila Chã

É o caso de Vila Chã, cuja classificação como povoado reputámos de duvidosa, uma vez que o único espólio exumado foram alguns moinhos e um machado de anfíbolito. Realce-se no entanto a sua localização sobre uma plataforma com 536 m. de altura, o que lhe permite visibilizar parte do curso de três dos rios mais importantes da região: o Douro a Norte, o Têdo a Oeste e o Távora a Este.

7.2 – Povoado da Porqueira

Menos dúvidas oferece o Povoado da Porqueira que forneceu, para além de um piso com “covinhas”, num dos abrigos, e cerâmicas manuais lisas com formas esféricas que poderão ser conectáveis com o Neolítico, cerâmicas decoradas (Fig.44, 1-5) que apresentam organizações decorativas típicas do Calcolítico.

Temos assim decorações organizadas em três bandas puncionadas (Fig.44, 1), encontrando bons paralelos nas cerâmicas do Abrigo do Buraco da Pala (SANCHES, 1997b, Estampa XX, 38). Existem fragmentos com linhas incisadas paralelas ao bordo (Fig.44, 4), igualmente se exumou um fragmento cuja

decoreção consiste em linhas quebradas horizontais, que são divididas por uma linha incisa disposta transversalmente, que faz lembrar uma espinha de peixe (Fig.44, 5) e um bordo com linhas horizontais quebradas dispostas sob o bordo, interrompidas por outras linhas dispostas transversalmente e cortando as primeiras (Fig.44, 2).

Este povoado cujas potencialidades geológicas, hidrográficas e do uso da terra, já referimos anteriormente, estará muito provavelmente integrado no universo dos povoados Calcolíticos desta região.

Em termos mineralógicos, embora provavelmente sem importância neste período, verifica-se a localização a SE, no limite do Território Teórico de Exploração de 60 min., de uma mina de ouro explorada e abandonada durante o Séc. XX, o que não significa que não fosse do conhecimento da comunidade que frequentou o habitat durante o III^o Milénio AC.

Em termos económicos, para além da exploração agrícola e pastoril nas zonas próximas do Távora, poderíamos falar da circulação do cobre, existente em zonas já a Norte do Douro, e do controlo da circulação desse metal pelo vale do Távora. No entanto estaríamos aqui a falar do que Susana Oliveira Jorge denomina de “*ilusão da correlação entre circulação de metal e acumulação de riqueza de supostos chefes de elites locais*” (JORGE, 1999, 10). Não nos parece de facto que nesta fase a circulação do metal fosse o factor determinante para a fixação do povoado neste local. Aliás, e como refere a mesma autora, mesmo durante o Bronze Inicial as trocas de metal eram sempre em pequena escala, e apenas após os finais do II^o Milénio AC essa circulação poderá ser de facto importante.

Pensamos pois que o que acontece neste povoado durante o III^o Milénio AC será uma estabilização do sistema

agro-pastoril, aproveitando a riqueza de ecossistemas variados proporcionados pela proximidade do Távora.

7.3 – *S. Salvador do Mundo*

Já nos referimos a S. Salvador do Mundo, aquando do tratamento do povoamento dos VI^o/V^o/IV^o Milénios AC.

Assim e para além do substrato Neolítico de S. Salvador do Mundo, este povoado sobranceiro ao Douro, possui vestígios correlacionáveis com o Calcolítico. Deste período possuímos alguns materiais cerâmicos com organizações decorativas típicas do Calcolítico como sejam as fiadas triplas de puncionamentos e as bandas onduladas de cerâmica penteada (Fig.51) para as quais encontramos paralelos respectivamente no Povoado da Porqueira (Fig.44, 1) e em Castelinhos – de que falaremos mais adiante – (Fig.58). Para além destas organizações decorativas, existem outras às quais não tivemos acesso, nem tão pouco possuímos os desenhos, mas que os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira classificaram segundo as tipologias enunciadas por Susana Oliveira Jorge para os povoados do Norte de Portugal e por Iva Botelho para as cerâmicas do Castelo Velho de Freixo de Numão (CARVALHO *et alii*, no prelo). Essas cerâmicas pertencem às organizações I2 (constituída por uma organização metopada com recurso exclusivo à técnica de impressão penteada, consistindo na sequência horizontal de bandas verticais enquadradas por bandas horizontais e alternadas com espaços sem decoração); I3 (sequência horizontal incisa que conjuga um registo de linhas singulares ou múltiplas dispostas paralelas ao bordo com linhas quebradas horizontais criando segundo registo, linhas que tanto podem desenvolver-se paralelamente, formando um padrão repetitivo, como podem desencontrar-se criando losangos lisos); I4 (sequência

horizontal incisa que conjuga um registo de linha singular disposta paralelamente ao bordo com linhas quebradas verticais abaixo daquele, desenvolvendo um segundo registo) e II (sequência horizontal de triângulos incisos preenchidos com puncionamentos simples ou arrastados e a “boquique” – ou a incisão, triângulos estes geralmente dispostos invertidamente).

Das cerâmicas que possuímos temos a organização decorativa III (sequência horizontal aditiva de bandas incisas, puncionadas ou impressas, bandas essas contínuas ou interrompidas (Fig.51, 1 e 3) e a organização V3 - sequência aditiva horizontal de bandas penteadas (Fig.51, 4).

Já referimos que as aptidões dos solos de S. Salvador do Mundo são algo fracas. De facto, parece-nos que este povoado, muito provavelmente aberto durante o Calcolítico, impondo-se pela sua altura e pela sua posição geoestratégica, teria por “missão” controlar o curso do Rio Douro. Esse amplo domínio sobre o Douro permitir-lhe-ia controlar toda a espécie de recursos que naturalmente fluiriam por esse rio.

Praticar-se-ia já, provavelmente, neste local a metalurgia de que é testemunho o achado de um molde de fundição em cerâmica (Fig.52). Não queremos com isto dizer que tal facto seja indiciador de uma adopção de uma “economia metalúrgica”, pois essa actividade pode ter-se desenvolvido apenas na Idade do Bronze, período do qual S. Salvador do Mundo possui também vestígios.

7.4 - *Castelinhos*

Implantado num típico esporão rochoso, com 486 m. de altitude (Fig.3), encontramos o sítio de Castelinhos, junto a uma curva em U (do Rio Távora) muito pronunciada (Fig.55).

Este povoado dispõe-se numa pequena plataforma de 50 metros de comprimento por 30 de largura, acessível pelo seu lado Este. O local possui uma muralha, que protege precisamente a zona mais acessível do povoado bem próximo do seu local de implantação (Fig.56). Esta muralha rudimentar tem uma espessura considerável e é composta por blocos de granito, que ocupam os espaços livres entre os afloramentos rochosos, não sendo visíveis nem a face interna nem a externa (tratar-se-á de um talude?). Foram incluídos na muralha alguns elementos de mós de rolo (CARVALHO *et alii*, no prelo). Os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira, exumaram vários fragmentos cerâmicos, de que se destaca um fragmento de um vaso esférico com decoração penteada (Fig.58) e 3 bordos lisos (Fig.57). Os mesmos autores recolheram outros fragmentos cerâmicos que poderão pertencer à Idade do Bronze. Mas, e citando Pedro Sobral de Carvalho, “a ocupação deste povoado na Idade do Bronze não está totalmente comprovada” (*idem*).

Indubitável é a localização privilegiada sobre o Rio Távora, controlando boa parte do seu curso. Este facto poderá estar relacionado com o controlo da circulação de pessoas e bens que se faria por este rio.

Voltando à muralha esta tanto poderá ser do Calcolítico como da Idade do Bronze, ou seja, ignoramos se este povoado seria durante o Calcolítico um povoado aberto e a muralha teria sido construída somente na Idade do Bronze ou, se já no Calcolítico essa muralha existia, admitindo-se a possibilidade do povoado e da respectiva muralha terem sofrido aumentos ou contracções na sua dimensão.

7.4.1 – Aptidões Agro-Pastoris

No que ao uso da terra diz respeito, as aptidões deste Território podem ser

apreciadas na Fig.60 e no Quadro que a seguir se apresenta:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C		90	935	1025
D	65	512,5	657,5	1235
E			1537,5	1537,5
F	45	62,5	312,5	420
Total (ha)	110	665	3442,5	4217,5

Quadro 3

Começemos por dizer que não existem em nenhum dos Territórios Teóricos de Exploração solos de tipo A e B que são considerados na actualidade os mais aptos para a agricultura. No entanto possuímos, já no Território de 60', embora na margem esquerda do Távora, solos de tipo C, que puderam talvez sustentar alguma actividade agrícola.

Na encosta declivosa que vai dar ao Távora, que se atinge em cerca de 10 min., pensamos que a actividade agrícola foi praticamente impossível, mas não excluimos de forma alguma a hipótese de uso pastoril, principalmente de gado caprino, nesta pendente.

Nos Territórios de 30 e 60', e para Este do Távora, parece-nos mais credível a prática da agricultura quer em solos C, quer em solos D. No entanto, a utilização de solos de tipo C, D e E a Norte de Castelinhos implicaria talvez, necessariamente, “negociações” sobre a posse da terra com o povoado de Chã do Murganho (que será objecto de análise mais adiante) que se situa nas proximidades. Quanto aos solos de tipo F (que estão presentes em todos os Territórios) terão tido aptidão como pastos de Primavera.

Quanto a nascentes de água possuímos quatro nascentes no Território de 60', uma a Norte, outra a NO, outra a Oeste e uma a SO, situando-se, no entanto, estas últimas três na margem esquerda do Távora. No Território de 120'

encontramos três nascentes a Norte, bem perto de Chã do Murganho, quatro a Este (junto a Areita), duas a SO (já para lá do Távora), uma a Oeste e duas a NO, também já para lá do Távora.

Esta abundância de nascentes pode ter favorecido as práticas agrícolas, embora alguns dos solos se tornem muito pesados (solos C).

Tal como a Porqueira, situa-se em Terrenos de Transição de tipo T₃.

7.4.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente este povoado situa-se sobre os granitos de grão médio, denominado Granito de Sendim (já anteriormente descrito) (Fig.4).

No que respeita a mineralizações podemos referir a presença de duas minas de ouro abandonadas, uma a SE e outra a SO do povoado. Não queremos dizer que os habitantes deste sítio conhecessem a sua existência, nem sequer que as tenham explorado.

7.4.3 – Recursos Hidrológicos

No que concerne aos recursos hídricos eles são por demais evidentes, pela presença do Távora e seus afluentes, que percorrem todos os territórios pedestres. Neste rio ainda hoje se pode pescar abundantemente, o que pode constituir um recurso essencial para a sobrevivência dos habitantes deste zona, especialmente em períodos de escassez. Menção especial merece a Ribeira da Gravata, que corre no Território de 30' a Norte do povoado. Trata-se de uma ribeira de caudal permanente, mesmo em pleno estio (Fig.59).

A concentração de povoados num tão curto espaço implicaria constantes “negociações” entre as elites emergentes no seio destes povoados. Pensamos no entanto que essas “negociações” seriam mais necessárias entre os povoados da margem direita do Távora isto é, Castelinhos, Chã do Murganho e Castelos Velhos de Trevões. É evidente que

não sabemos se os povoados são simultâneos, ou se apenas contemporâneos em termos arqueológicos, o que significa que tais “negociações”, podem não ter sido de facto necessárias, caso se verificasse um afastamento, temporal significativo entre estes povoados.

7.5 – Chã do Murganho

Trata-se de um povoado com vestígios do Calcolítico e do Bronze Final. Este povoado localizado numa plataforma de 676 metros de altitude, possui a NO um pequeno relevo de 684 metros (Fig.62). Este último encontra-se cortado por uma linha de muralha, medindo sensivelmente 100 metros, com orientação Sul-Norte (Fig.63). A função desta muralha no local onde se encontra, cortando o relevo mais alto, parece-nos meramente ostentatória, de uma elite que afirma assim o seu poder (tornando-o visível), já no Bronze Final. Existem zonas mais acessíveis do povoado que não estão protegidas por qualquer estrutura defensiva, o que reforça o carácter “exibicionista” desta estrutura e da elite que através dela se afirma.

Pensamos que assim sendo, durante o Calcolítico, este povoado tal como outros da zona em estudo, seria um povoado aberto.

Temos que referir alguns materiais exumados neste local, assim destacamos 3 fragmentos de moventes de moinhos manuais em granito (Fot.16; Fot.17), um fragmento de um machado de anfibolito (Fig.64, 3) e um machado em calcário (Fig.65, 4; Fot.15), que provavelmente será um fabrico simbólico, visto que em termos funcionais o machado não seria utilizável.

Foram igualmente exumados vários fragmentos cerâmicos lisos (Fig.64, 1-2; Fig.66, 8-12; Fig.67, 13-20), de que podemos destacar os fragmentos 8, 12 e 15 que constituem pequenas taças globulares de pouca espessura.

Quanto aos fragmentos decorados (Fig.66, 5-7) apresentam as seguintes decorações: sequência horizontal de bandas puncionadas ou impressas com punção de extremidade múltipla podendo ser contínuas ou interrompidas, ou poderá constituir uma sequência de triângulos incisivos invertidos preenchidos com puncionamentos arrastados (Fig.66, 5). Trata-se da organização decorativa II de Susana Oliveira Jorge, citada por Pedro Sobral (CARVALHO *et alii*, no prelo), outro é um fragmento de pança que ostenta um único puncionamento simples arrastado (Fig.66, 6), o terceiro fragmento decorado é igualmente de pança e possui três incisões horizontais delimitadas por uma quarta linha incisa oblíqua (Fig.66, 7).

7.5.1 – Aptidões Agro-Pastoris

No que diz respeito às aptidões dos solos deste povoado, verifica-se em primeiro lugar a ausência de solos de tipo **A** e **B**, mas possuímos uma grande quantidade de solos de tipo **D** e **E** nos vários Territórios Teóricos de Exploração (especialmente no de 30'). Ou seja, procura-se que o povoado se situe o mais perto possível de bons terrenos agrícolas. Também a actividade pastoril teria provavelmente um grande peso (sobretudo nos solos de tipo **C**, existentes também no Território de 30').

Não podemos descurar alguns aspectos óbvios. Os indivíduos que habitavam nos povoados não dispunham de métodos que lhes permitissem fazer uma escolha racional (em termos actuais) dos solos que possuíam, nem os solos seriam iguais aos que hoje temos. Aliás ainda actualmente é comum o uso de terrenos sem aptidão agrícola para esses fins, embora existam métodos artificiais de melhorar essas condições. Temos assim que nos ater ao que pensamos ser uma utilização racional dos solos que esses indivíduos possuíam. Isto é, cremos que a economia praticada pelos habitantes deste povoado seria de ti-

po misto, agro-pastoril. Não esqueçamos no entanto a possibilidade de se utilizarem outros recursos que não os de uma economia de tipo produtor.

Podemos aferir as aptidões dos solos na Fig.69 e no Quadro 4:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	2,5	117,5	752,5	872,5
D	127,5	110	527,5	765
E	62,5	352,5	1507,5	1922,5
F	12,5	135	682,5	830
Total (ha)	205	715	3470	4390

Quadro 4

Quanto a nascentes possuímos no Território de 30' a Este uma nascente de água que se dispõe sobre solos de tipo **D** numa zona aplanada entre dois picos graníticos, onde curiosamente nascem outras duas linhas de água, o que de facto pode proporcionar aqui alguma prática agrícola ou pastoril. No Território de 60' possuímos, igualmente a Este, uma nascente de água, sobre solos de tipo **D**, a Sul uma outra que se situa numa plataforma de 600 m. por onde passa também uma linha de água, igualmente em solos de tipo **D**, finalmente no Território de 120' possuímos duas nascentes a SO (já para lá do Távora) em solos de tipo **D**, três a SE (perto de Areita) sobre solos de tipo **E** e **C**, uma outra a Este sobre solos de tipo **C** e finalmente a NE uma nascente também sobre solos de tipo **C**, bem próximo do limite do Território de 60'.

Em termos climáticos Chã do Murganho situa-se no cruzamento de três zonas climáticas: F₃, T₄ e Q₅. Curiosamente Chã do Murganho localiza-se na zona de transição entre duas zonas climáticas homogéneas, a D (Douro) e a N (Beira Douro), o que proporciona em termos ecológicos uma extraordinária variedade de recursos potencialmente utilizáveis.

7.5.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente este povoado situa-se sobre os granitos de Paredes da Beira, que são granitos de grão médio essencialmente moscovíticos com scorzalite e trifilite (Fig.4). Quanto a recursos mineralógicos serão tratados mais aprofundadamente quando falarmos do Povoamento dos IIº/Tº Milénios AC. Com importância para o período em apreço apenas devemos referir a existência de uma mina abandonada de ouro (próximo de Areita) no Território de 120' a SE do povoado.

No canto NE do Território de 120' localizam-se as importantes minas de zinco, chumbo e prata da Várzea de Trevões, que possuem associados minérios de cobre (FERREIRA e SOUSA, 1994, 40).

Quanto aos materiais provenientes de Chã do Murganho devemos referir a presença de calcários (dos quais pode ter sido oriundo o machado de calcário) a cerca de 4 Km. do povoado, a Norte de Castelos Velhos de Trevões.

7.5.3 – Recursos Hidrológicos

Hidrologicamente (Fig.68) este povoado é servido por várias linhas de água que desembocam no Rio Távora, que atravessa os Territórios de 30 e 60'. O que associando-se às características específicas dos solos em que se localiza Chã do Murganho, ainda mais reforçam a mais que provável vocação agropastoril deste sítio

7.6 – Castelos Velhos de Trevões

A cerca de 2 Km. Este (em linha recta) de Chã do Murganho localiza-se um outro povoado que com este partilha a mesma cronologia. Trata-se do povoado de Castelos Velhos de Trevões. Que como o próprio nome indica se trata de um conjunto de picos graníticos, que variam entre os 690 e os 730 metros, lo-

calizados na vertente NO da Serra de Sampaio (Fig.71).

No espaço entre os picos rochosos desenham-se plataformas de pendor suave, estabelecendo-se a jazida numa dessas plataformas (delineada pelos picos dos 730-720 metros) distribuindo-se os vestígios por esta plataforma e pela encosta NE da mesma onde se localiza um vale encaixado, onde nasce uma linha de água, que não aparece representada na Fig.77, visto que se trata de um curso de água caduco, que não é considerado na Carta Corográfica de Portugal (escala 1:50 000).

Continuando com a descrição do povoado existem, como sugerem os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira, duas zonas de ocupação preferenciais, a plataforma e a zona do vale encaixado (mas não será que os vestígios exumados nesta zona não resultam de escorrências da plataforma superior?). Na primeira os materiais exumados são maioritariamente do Bronze Final, na segunda zona o espólio é exclusivamente Calcolítico, constituído por machados de pedra polida (Fig.72), elementos moventes e dormentes de moinhos manuais (Fot.18) e cerâmicas de que se destaca um fragmento de vaso com puncionamentos e 2 orifícios para suspensão (?), organização decorativa III de Susana Oliveira Jorge (CARVALHO *et alii*, no prelo) (Fig.74, 3) e penteados arrastados, organização decorativa V₃ (*idem*), (Fig.74, 6-7) e triângulos preenchidos com incisões horizontais, organização decorativa II de Susana Oliveira Jorge (*ibidem*) (Fig.74, 4) e ainda pequeníssimos fragmentos com fiadas de puncionamentos (Fig.75, 10-11) e um fragmento com uma linha incisa horizontal (Fig.75, 9).

Quanto aos fragmentos lisos destacamos pequeníssimas taças de perfil globular (Fig.73, 2; Fig.75, 12 e 17), ostentando uma delas uma canelura (Fig. 75, 12).

Finalmente convém referir a existência de um bloco de granito, que os autores já referidos detectaram, apresentando uma das faces preparada por picotagem, tendo sido aproveitado como elemento dormente de mó onde mais tarde foram gravadas dez (10) “cavinhas” (Fig. 74, 8). Este monólito estaria originalmente na posição vertical tendo sido arrastado aquando da abertura de um caminho de terra batida, que desce a encosta NE (*ibidem*).

Na plataforma superior os materiais do Bronze Final não são exclusivos, surgindo também materiais conectáveis com o Calcolítico.

A Este e Norte situam-se duas estruturas que podem ser interpretadas como fazendo parte de uma hipotética muralha constituída por pedras de pequenas e médias dimensões, que aproveitam os afloramentos rochosos para se encostarem, formando uma cintura em volta da plataforma (Fig. 76). Segundo os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira, um estradão rompeu não só esta muralha mas também uma outra estrutura constituída por um muro de pedras que atravessa transversalmente a encosta sobranceira ao vale (atrás referido), associando-se a este muro fragmentos de cerâmica Calcolítica e dormentes de mós, utilizadas na sua construção. Os mesmos autores não consideram provável a interpretação deste muro como uma muralha, “*visto que se encontra a meio da encosta o que faria com que apenas protegesse a zona superior do povoado, ficando o vale encaixado sem protecção*” (já referimos as nossas dúvidas quanto à localização de uma zona de ocupação no vale encaixado). No entanto propõem que tal facto se pode ter dado devido ao aumento do tamanho do povoado, que se poderia ter estendido para fora da suposta muralha (CARVALHO *et alii*, no prelo).

Ainda segundo estes autores teríamos um povoado inicial Neolítico, refe-

rindo-se ao achado de alguns fragmentos cerâmicos que indiciam um substrato indígena, pelo arcaísmo das suas decorações (desconhecemos que decorações são essas), com continuação da ocupação no Calcolítico na plataforma superior estendendo-se pela encosta, denotando preocupações defensivas evidenciadas pela suposta muralha de que falámos atrás. Num segundo momento este povoado ter-se-á estendido até ao vale encaixado, tornando-se num povoado aberto (*idem*).

Ou na nossa opinião, pode-se ter verificado a mudança de estratégias de implantação ao longo do tempo de vida deste sítio, isto é, contracções e alargamentos do espaço habitacional (como verificaremos noutros sítios), ou no caso de se aceitar uma ocupação no vale encaixado de um povoado Calcolítico, que em determinada altura (difícilmente precisável) terá “subido” por forma a conseguir uma mais eficaz defesa.

Parece-nos plausível a existência destes fluxos e refluxos do povoado, o que é uma constante na evolução do Calcolítico para o Bronze Final (e mesmo dentro destes períodos), correspondendo estes movimentos a estímulos (sobretudo económicos) diferenciados consoante os períodos.

7.6.1 – *Aptidões Agro-Pastoris*

Quanto às aptidões agro-pastoris possuímos grandes manchas de solos de tipo C, muito provavelmente utilizáveis em termos pastoris, que se situam na base Norte da plataforma onde se ergue o povoado. Não possuímos, mais uma vez, solos de tipo A e B, nem tão pouco F. Supomos que os solos D e E foram aproveitados para práticas agrícolas, pastoris e para uso florestal. No entanto estes solos, sobretudo no lado Este, estariam sujeitos a alguma competição com o povoado de Chã do Murganho.

Não podemos esquecer a enorme potencialidade pastoril proporcionada pela proximidade das Serras de Reboledo e

sobretudo da de Sampaio, nas faldas da qual se situa o povoado de Castelos Velhos de Trevões.

Podem-se avaliar estas aptidões na Fig.78 e no seguinte Quadro:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	32,5	480	1832,5	2345
D	22,5	132,5	760	915
E	247,5	490	2180	2917,5
F				
Total (ha)	302,5	1102,5	4772,5	6177,5

Quadro 5

Climaticamente o povoado implanta-se em áreas de Terra Fria (F₃) e de Terras de Transição (T₄) e, tal como Chã do Murganho, localiza-se na transição de duas zonas climáticas homogéneas (na classificação de Agroconsultores e Coba) que são as zonas do Douro (D) e as da Beira Douro (N).

Quanto a nascentes de água verificamos a sua presença no Território de 60', uma a Este, outra a NO, que se encontra sobre solos de tipo C e duas a Sul. No Território de 2 horas possuímos dezasete nascentes que se distribuem um pouco por todo o Território, o que potenciaria, por certo, a prática de actividades de tipo produtor.

7.6.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente Castelos Velhos de Trevões localiza-se sobre o granito de Paredes da Beira (Fig.4) já descrito. No entanto, cerca de 50% do seu Território (parte Norte) é composto por xistos de várias Formações, nomeadamente Bateiras que é uma Formação que se caracteriza por metagrauques e filitos cinzentos com calcários e/ou conglomerados de matriz calcária e filitos negros. Inclui igualmente xistos da Formação de Ervedosa do Douro, que contém filitos cloríticos, quartzo-cloríticos e metagrauques com magnetite, e pequenís-

simas manchas dos xistos da Formação da Desejosa e da Formação do Rio Pinhão. Quanto aos granitos, para além dos já referidos granitos de Paredes da Beira, incluem-se no seu Território os granitos de Sendim e os de grão fino a médio biotítico-moscovíticos de tendência porfiróide de Ariceira e Dacotim, contém ainda pequenas manchas do granito de grão médio de Leomil-Vale de Frade, alcançando também uma pequena mancha de aplitos-pegmatitos situados sobre a povoação de Póvoa de Penela.

Quanto a mineralizações apenas possuímos no Território de 120' a SO, junto a Areita, uma mina abandonada de ouro e a NO a importante mina da Várzea de Trevões, onde ocorrem, como já dissemos, mineralizações de cobre associadas às de chumbo, prata e zinco.

Ocorrem também a Norte deste povoado filões de calcário, os quais podem ser a origem do machado em calcário encontrado em Chã do Murganho, o que uma vez mais poderia provar os contactos entre estes dois sítios (ou talvez a prática da rotatividade entre estes dois povoados).

7.6.3 – Recursos Hidrológicos

Hidrologicamente o Território é percorrido por várias linhas de água (uma das quais corre na base do povoado), sendo os recursos hídricos condicionados pela passagem na zona Oeste do povoado (no Território de 30 minutos) da Ribeira dos Galegos, que despeja na Ribeira da Carriça que por sua vez é afluente do Rio Torto, que passa a Este do povoado sensivelmente a 4,5/5 Km. (Fig.77).

7.7 – Cabeço de S. João

Na freguesia de Sendim localiza-se uma elevação granítica, com cerca de 812 metros de altitude, denominada Cabeço de S. João (Fig.80; Fot.19).

No local de difícil acesso (devido à densa vegetação que o recobre) identificaram-se diversos abrigos rochosos, com dimensões consideráveis (alguns com mais de 2 metros de altura por cinco de comprimento e outros tantos de largura) que facilmente poderiam abrigar um número considerável de indivíduos (Fot.20; Fot.21). Estes abrigos (cerca de 10) concentram-se sobretudo na vertente Este do morro, virados para terrenos de cultivo (na actualidade) de produtos hortícolas, propiciados por terrenos de tipo lameiro.

O morro, que como já dissemos é de difícil acesso, não possui quaisquer vestígios de muralhas ou outra estrutura defensiva. A ocupação humana está atestada pelo achado de diversos materiais cerâmicos de que se destacam dois fragmentos cerâmicos integráveis no Bronze Final (Fig.81; Fig.82). A não existência de qualquer estrutura defensiva e o achado de diversos fragmentos cerâmicos manuais de pastas grosseiras, extremamente rolados, poderá indiciar a presença de algum tipo de povoamento no Calcolítico, integrando-se assim na vasta rede de povoados (abertos) que temos na região. No entanto a inexistência de fragmentos cerâmicos cujas gramáticas decorativas permitam a integração neste período, leva-nos a integrar sob reserva este local no Calcolítico. Aliás Maria de Jesus Sanches considera que pelo desenho dos materiais este sítio pode ter uma cronologia mais recente (Idade do Ferro).

7.7.1 – Aptidões Agro-Pastoris

No que concerne às aptidões dos solos do Cabeço de S. João, verificamos que a par da inexistência de solos de tipo A e B, possuímos amplas manchas de solos de tipo C, que no Território de 30' é claramente dominante a par dos solos de tipo E. Curiosamente o local onde se localizam os solos de tipo C é percorrido por pequenas linhas de água, o que proporciona o aparecimento de

terrenos de tipo lameiro, hipoteticamente utilizáveis no passado para o pasto de bovinos, que como sabemos exigem pastos sempre frescos e que normalmente não são sujeitos a grandes deslocções, pastando nas imediações dos povoados. No entanto, se pensarmos em termos agrícolas a utilização destes solos é problemática devido à extrema concentração de água, que os torna difíceis de arrotear.

Climaticamente o Cabeço de S. João situa-se na fronteira entre zonas climáticas de tipo F₃ e T₃.

Por outro lado possuímos, também, amplas manchas de solos de tipo D e E (especialmente estes últimos de que existe uma grande quantidade no Território de 30') que podem perfeitamente ter suportado práticas agrícolas de forma continuada, algo que ainda hoje se verifica, embora com a correcção, em termos químicos, desses solos. Cumulativamente, estes terrenos podem também ter sido utilizados como pastagens. Também na zona NO do povoado existem amplas zonas aplanadas que podiam proporcionar quer práticas agrícolas, sobre terrenos planos, quer pastagens para gado ovino, que a presença de água obviamente potencia. Pensamos que a zona seria bem mais florestada do que na actualidade, pelo que não descuamos a possibilidade de se explorarem os recursos florestais e da caça a eles associáveis.

Podemos avaliar as potencialidades dos solos deste povoado na Fig.84 e no Quadro 6:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	197,5	282,5	1085	1565
D	17,5	695	1582,5	2295
E	142,5	390	1530	2062,5
F			372,5	372,5
Total (ha)	357,5	1367,5	4570	6295

Quadro 6

Quanto a nascentes de água possuímos no Território de 30' uma nascente a SE, localizada em solos de tipo **D**; no de 60' temos sete nascentes, duas a NO, uma a Este (em solos de tipo **D**), duas a Norte e uma a NE assentes em solos de tipo **D** e **E** e uma outra nascente a SE em solos de tipo **E**. Também no Território de 120' encontramos sete nascentes situadas primordialmente a Sul (cinco) e a Norte (duas), estando as primeiras assentes em solos de tipo **D** e as outras em solos de tipo **E**; esta abundância de água pode sustentar a hipótese de estes solos serem usados em termos agrícolas.

7.7.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente este local situa-se sobre os granitos de Sendim (já descritos), abrangendo nos Territórios de 60 e 120 minutos algumas manchas de xistos metamorizados indiferenciados, podendo-se identificar, quer nos xistos quer nos granitos algumas intercalações de quartzos e aplitos (Fig.4).

Em termos de explorações mineiras abandonadas existe uma mina de ouro no Território de 60', a Este do povoado.

7.7.3 – Recursos Hidrológicos

Em termos hidrológicos (Fig.83), a rede hidrográfica que serve o Cabeço de S. João é condicionada pelos cursos de água que servem o Távora (incluído no seu Território de Exploração de 120 minutos), nascendo inclusive perto do povoado algumas ribeiras tributárias deste rio. Todos os Territórios Teóricos são percorridos por diversas linhas de água permanentes e temporárias, sendo menos notória a presença desses cursos de água na área NO do Território Teórico de Exploração de 120'.

7.8 – Graíl

O sítio de Graíl é um povoado de meia encosta num monte com 767 m. de

cota máxima. Este povoado aproveita pequenas plataformas e abrigos naturais sobre rocha (Fig.86; Fot.22).

Este sítio foi descoberto aquando da abertura de um caminho florestal, revelando um interessante conjunto de cerâmicas penteadas puncionamentos arrastados, impressões com matriz, etc. (Fig. 87). Os paralelos mais próximos encontram-se em S. Salvador do Mundo, Castelos Velhos de Trevões e N^a Sr^a de Lurdes (que descreveremos mais adiante). Iguamente o Povoado da Porqueira tem organizações decorativas semelhantes e uma implantação topográfica idêntica (a meia encosta). Em termos cronológicos talvez possamos recuar um pouco (através da análise das cerâmicas) o sítio de Graíl até ao Neolítico Final.

7.8.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Quanto às aptidões dos solos dos Territórios Teóricos de Exploração de Graíl, estes são talvez, no presente, dos melhores solos da região. De facto surgem-nos a Oeste do povoado, já no limite dos 120', solos de tipo **B**, que são solos de excelente qualidade para actividades agrícolas, na actualidade. No entanto os solos destas classes de aptidão foram na sua maioria arroteados nos últimos 100 anos. Pelo que o aproveitamento agrícola dos solos em que se implanta Graíl seria em solos tecnicamente (no presente) menos aptos para a agricultura. Não possuímos dados que nos indiquem que estes solos são substancialmente diferentes dos do passado. Assim não é de descurar, e parece-nos muito plausível, a utilização dos solos de tipo **D** e mesmo **E**. Inclusive os solos de tipo **F**, que se situam nas margens do Rio Tedo, podem ter sido alvo de utilização. Aliás, de todos os rios da região, este é o que corre menos encaixado. Cremos na utilização continuada destes solos (**D** e **E**) com a prática de pousios mais ou menos alargados, utilizando também, provavelmente, a rotação de culturas.

Graíl encontra-se implantado em zonas climáticas de tipo T₃.

A utilização florestal foi provavelmente um recurso utilizado em termos de recollecção de alguns frutos (bolotas) e de aproveitamento em termos cinegéticos.

A pastorícia foi um recurso certo e amplamente explorado, aliás é comum ainda vislumbrarem-se grandes rebanhos de gado ovi-caprino.

Não podemos descurar, igualmente, a hipotética utilização em termos piscícolas do Rio Tedo.

Ou seja, os habitantes de Graíl possuíam um vasto leque de recursos mobilizáveis, fruto da localização privilegiada, em termos ecológicos, do seu sítio de implantação.

O que notamos aqui é um movimento de expansão para terras férteis, em termos agrícolas, ou, parafraseando Susana Oliveira Jorge, a “*colonização de novos territórios*” (JORGE, 1990a, 162). O que aliás é uma das tónicas dominantes dos povoados do III^o Milénio AC.

Para uma melhor avaliação do que acabámos de referir observe-se o Quadro que se segue e a Fig. 89:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B			40	40
C	25	227,5	697,5	950
D	37,5	17,5	630	685
E	140	512,5	1730	2382,5
F	45	185	1055	1285
Total (há)	247,5	942,5	4152,5	5342,5

Quadro 7

No que diz respeito à ocorrência de nascentes de água nos Territórios de Graíl, esta apenas se verifica no de 120'. As nascentes situam-se predominantemente a Este, assentando todas (num total de cinco) em solos de tipo D e E.

7.8.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente este povoado implanta-se sobre os granitos de grão fino a médio biotítico-moscovítico de tendência porfiróide de Ariceira-Dacotim, integrando-se no seu Território os granitos de Sendim e intercalações de xistos metamorfizados indiferenciados e, na parte Norte uma pequena mancha dos granitos de Paredes da Beira (Fig.4).

Em termos mineralógicos não possuímos minas abandonadas, mas tão somente no Território de 60 minutos (a Sul) duas ocorrências minerais de arsenopirite (perto da povoação de Longa) e no de 120 minutos a SO uma outra ocorrência de arsenopirite.

7.8.3 – Recursos Hidrológicos

Hidrologicamente verificamos nos Territórios de 60 e 120 minutos a passagem do Rio Tedo que corre no sentido SE-NO. A rede hidrológica é constituída pelos afluentes deste Rio de que se destaca a importante Ribeira de Leomil, que correndo de SO para NE, desagua neste Rio, já no Território de 60' de Graíl (Fig.88) e por afluentes do Távora que passa a 7,5 Km. a Este deste povoado.

7.9 – N^a Sr^a de Lurdes

O sítio arqueológico de N^a Sr^a de Lurdes localiza-se num morro granítico sobranceiro ao Douro. Este une-se a um outro pico rochoso através de uma plataforma, sendo os dois rodeados, como é comum, (nos povoados que temos vindo a tratar) de abrigos rochosos (Fig.91; Fot.23).

A Norte o acesso é difícil, para não dizer impossível, visto que deste lado o povoado termina em escarpa. A Sul a encosta é mais suave e acessível ostentando uma linha de muralha que se prolonga até ao topo do maciço localizado a Este.

Este sítio apresenta vestígios de, pelo menos, duas fases de ocupação: Calcolítico e Bronze Final. No entanto, os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira admitem que podem existir fragmentos cerâmicos que indiquem uma ocupação de um período intermédio da Idade do Bronze, o que, segundo os mesmos, provaria o substrato indígena dos povoados do Bronze Final (CARVALHO *et alii*, no prelo).

O espólio exumado corresponde a várias centenas de fragmentos cerâmicos Calcolíticos, quer lisos (Fig.93, 13-14; Fig.94, 19-20; Fig.95, 24, 28, 30; Fig.96, 37; Fig.97, 41, 45) quer decorados, de formas maioritariamente fechadas, sendo as formas dominantes as esféricas e as calotes de esfera.

A gramática decorativa é variada registando-se cerâmicas incisas, impressas, penteadas simples e arrastadas, punçionamentos simples e arrastados e decoração plástica. Os motivos decorativos consistem em fiadas de triângulos incisos sob o bordo, fiadas de linhas horizontais e verticais executadas com punção arrastado, linhas horizontais de punçionamentos e especial incidência em recipientes decorados com linhas penteadas formando ou não bandas (Fig.92, 2, 8; Fig.99; Fig.100, 63-64).

Quanto a outros fragmentos cerâmicos decorados, para além de alguns do Bronze que descreveremos oportunamente, possuímos um fragmento (Fig.92, 3) com duas linhas incisas, uma horizontal e outra diagonal, que não se tocam; um outro fragmento com uma linha incisa diagonal sob o bordo (Fig.92, 4); um fragmento com duas linhas incisas paralelas (Fig.92, 5); um fragmento com decoração penteada (Fig.92, 6); um bordo com três linhas incisas horizontais e cinco linhas diagonais cortadas por uma sexta igualmente diagonal (Fig.93, 9); um fragmento que ostenta duas linhas horizontais (Fig.93, 10) e um outro fragmento que ostenta três linhas penteadas (Fig.93, 11). Os autores da

Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira referem a presença em vários fragmentos das seguintes organizações decorativas: I₃, I₄, II, III, V₁, V₂, V₃ e V₄.

Os autores atrás referidos citam como paralelos, cerâmicas do Buraco da Pala (Mirandela), do Cunho (Mogadouro) e outros da zona em estudo, S. Salvador do Mundo e Castelos Velhos de Trevões.

Detectaram-se ainda neste povoado fragmentos de barro de cabana. Associados às cerâmicas foram exumados um conjunto de três (3) machados em anfibolito (Fig.100, 65; Fig.102, 69), uma enxó também em anfibolito (Fig.102, 70), todos de secção rectangular e ainda dois fragmentos de machados em granito (Fig.101, 67-68).

Foram encontradas duas (2) contas discoidais em variscite.

Recolheram-se, igualmente, vários fragmentos de moventes e dormentes de moinhos manuais, que segundo os autores da prospecção podem também pertencer à Idade do Bronze (Fot.24, 27-28).

Estes materiais cronologicamente atribuíveis ao Calcolítico dispersam-se essencialmente pela encosta Sul do povoado e em alguns dos abrigos rochosos aí existentes.

De referir ainda o achado de um peso de tear, que poderá atestar o "fabrico" de tecidos (Fig.100, 66) ou de redes de que também se encontrou um peso (Fig.102, 71), o que reflecte, a utilização de recursos piscícolas (neste caso no Douro).

De referir ainda a exumação de dois polidores (Fot.25-26) e um percutor (Fot.25).

7.9.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Em termos de aptidões dos solos N^a Sr^a de Lurdes é pouco diversificada, conforme se pode constatar na Fig.104 e no Quadro 8:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C			212,5	212,5
D				
E	95	385	967,5	1447,5
F	87,5	105	347,5	540
Total (ha)	182,5	490	1527,5	2200

Quadro 8

N^a Sr^a de Lurdes possui solos que se revelam, em condições actuais, fracos à excepção de uma mancha de solos de tipo E, que podiam certamente suportar alguma agricultura.

No passado, provavelmente, os solos dos Territórios de N^a Sr^a de Lurdes seriam mais profundos, e portanto menos erosionados do que se apresentam na actualidade, podendo suportar quer as práticas agrícolas, quer as pastoris e, igualmente, o aproveitamento da floresta que devia, pensamos, ser muito mais densa.

Intimamente relacionada com as práticas agrícolas estará a localização de N^a Sr^a de Lurdes em áreas Q₅. No entanto o grau de humidade no passado deveria ser maior e não podemos esquecer a humidade proveniente do Douro.

Não se registam nascentes de água em nenhum dos Territórios Teóricos de Exploração.

Pensamos que a vocação essencial deste povoado seria o controlo do fluxo de pessoas e bens que circulariam ao longo do Rio Douro.

A enorme quantidade de materiais exumados neste povoado serão reflexo, certamente, de um certo grau de desenvolvimento social, que implicaria talvez já um sistema de trocas bastante desenvolvido. Pensamos que este processo se terá desenvolvido já durante o Calcolítico, em que o posicionamento estratégico de N^a Sr^a de Lurdes terá jogado um papel fundamental. Esta posição poderá aliás ter permitido o contacto com novi-

dades e produtos de origem supra-regional. Mas que tem N^a Sr^a de Lurdes para oferecer? Apenas o anfibolito (Fig.4), (de que falaremos mais adiante), nos parece poder ter funcionado como moeda de troca. Ou será que os chefes locais já se integram num sistema “*proto-tributário*”, parafraseando Susana Oliveira Jorge (JORGE, 1999, 115), tendo N^a Sr^a de Lurdes funcionado como uma instância de conflito supra local para o qual seria exportado o sobreproduto económico? (SILVA *et alii*, 1993, 219).

7.9.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente N^a Sr^a de Lurdes situa-se sobre uma intercalação a Sul do Douro dos designados granitos de grão fino a médio porfiróide, moscovítico-biotítico de Sabrosa. No entanto a maior parte dos Territórios Teóricos de Exploração de N^a Sr^a de Lurdes situam-se sobre xistos de diversas Formações como a de Pinhão, da Desejosa e de Rio Pinhão.

Em termos de ocorrências minerais e minas abandonadas, não registamos nenhuma mina nem ocorrências minerais, mas possuímos vários filões, bastante extensos, de anfibolitos (lembramos os machados e a enxó). Destaque-mos a presença de uma ocorrência desta rocha no limite do Território de 30 minutos e uma com cerca de 1,5 Km. de extensão a Oeste do povoado já no Território de 60 minutos, e outras mais pequenas nos Territórios de 60 e 120 minutos (Fig.4).

7.9.3 – Recursos Hidrológicos

A influência do Douro em termos hidrológicos, é óbvia sobre este povoado (Fig.103). O Rio Douro situa-se a cerca de 500 m., o que permite o aproveitamento dos recursos piscícolas, aliás provados pela existência no povoado de pesos de rede (Fig.102, 71).

Pensamos aliás que um dos mais importantes recursos, em termos de subsistência, dos habitantes deste sítio seria

precisamente a pesca, localizando-se N^a Sr^a de Lurdes num sítio onde o Douro descreve uma curva apertada, e onde se estreita para depois novamente se alargar, o que permite a fácil captura de peixe. Lembremos, ainda, que não muito distante se situa o Cachão da Rapa, local onde naturalmente os peixes afluem em grande quantidade

Passam pelos Territórios do povoado várias linhas de água afluentes do Douro, no entanto no Território de 30 minutos as linhas de água estão quase ausentes devido ao substrato geológico dessa zona, constituído por granitos, passando assim as linhas de água preferencialmente nos xistos.

Na área em estudo possuímos dois sítios conotáveis com o período que temos vindo a tratar. Referimo-nos à Estátua-menir do Alto da Escrita e ao penedo insculturado de Cabeço das Pombas.

7.10 – *Alto da Escrita*

No Concelho de Tabuaço foi feita uma das mais sensacionais descobertas da zona em estudo. No sítio (curiosamente designado de Alto da Escrita (Fig. 106 e Fot. 29), jazia sobre um muro delimitador de um caminho vicinal, uma Estátua-menir que se pode inserir no quadro das comumente designadas estelas antropomórficas.

Trata-se de uma peça em granito com um 1,66 m. de comprimento máximo, por 0,44 m. de largura máxima na zona média da peça. Ambas as faces foram preparadas por picotagem, excepto a parte inferior (que estaria enterrada), sendo os principais motivos gravados com a mesma técnica, por vezes seguida de polimento, originando sulcos em U. Na parte superior (anverso) representou-se o que parece ser um colar concêntrico de 6 fiadas. Na zona média da peça figura um cinturão que envolve toda a

estela (incluindo o reverso) com 12 orifícios no anverso e mais quatro do lado direito da peça (Fig. 107 e Fot. 30). Na zona do cinturão foi gravado (pouco profundamente), o que parece ser uma arma, que se prolonga até à zona do colar (Fig. 108).

Esta peça poderá estar relacionada com a ascensão de elites vinculadas a um mais efectivo desenvolvimento do sistema agro-pastoril e/ou com o controlo de zonas de passagem de pessoas e bens, e com (eventuais) rotas de transumância de animais.

Devemos referir que o local onde se encontrou esta peça é uma zona de confluência de vários caminhos rurais e vicinais, precisamente numa zona onde se localizam vários picos graníticos, sendo o sítio onde se encontram os diversos caminhos, o único onde lógica e facilmente se pode fazer o trânsito quer de pessoas quer de animais. É também um local situado no interflúvio Tedo-Távora (situados respectivamente a cerca de 3,5 Km. Oeste e 5 Km. Este, em linha recta), numa zona onde menos se faz sentir a apertada malha de curvas de nível que conduzem aos dois Rios. É comum, ainda na actualidade, verificar-se a passagem de gado nesta zona.

Segundo Susana Oliveira Jorge (JORGE, 1990c, 208) estas estátuas poderiam estar relacionadas eventualmente com corredores de passagem de matérias-primas raras.

Dentro desta lógica esta estela poderia estar relacionada com o controlo simultâneo de três rios situados proximalmente, o Tedo a Oeste, o Távora a Leste e o Douro a Norte (a cerca de 5,6 Km.). Através destes Rios, sobretudo pelo Douro, fluiriam naturalmente produtos, pessoas e itens de prestígio (por exemplo o cobre?).

Os autores da Carta Arqueológica de Tabuaço colocam esta peça “num período de transição do III^o para o II^o Milénios a.C.” (PERPÉTUO *et alii*, 1999, 279).

Poderá então esta peça estar relacionada com o povoado de Graíl, também deste período, que se localiza a 4,25 Km. (em linha recta)? Lembremos que esta peça foi exumada num local que se situa no limite (Norte) de 120 minutos do Território Teórico de Exploração de Graíl (Fig.90).

Será que a Estátua-menir do Alto da Escrita constitui uma real marca delimitatória de um Território de Exploração, onde ocorreriam os referidos intercâmbios de itens raros?

Ou poderá este achado inserir-se no mundo dos povoados da Idade do Bronze – situados proximamente – Citânia de Longa (a 3,75 Km. a Sul) e Sabroso (a cerca de 3 Km. NE)? A ser assim pensamos que esta peça poderia ter desempenhado funções múltiplas: marco delimitador de Territórios de Exploração (e daí a iconografia guerreira representada pela arma), local cerimonial de duas comunidades que compartilhavam os mesmos espaços económicos (e simbólicos), local onde se estabeleceriam intercâmbios entre comunidades, etc.

Na opinião de Maria de Jesus Sanches esta Estátua-menir pode ser anterior, ou seja do início do IIIº Milénio AC, pois afirma que não contem nenhum atributo para ser considerada exclusivamente tardia. Efectivamente, nós, após a observação atenta e cuidada da peça, não conseguimos divisar nada que se assemelhasse a uma arma, no entanto não queremos afirmar taxativamente que a mesma não possa existir, mas apenas que não a conseguimos observar.

7.11 – *Cabeço das Pombas*

No sítio de Cabeço das Pombas (Fig.109) localizado a uma cota máxima de 650 metros encontra-se um afloramento granítico insculturado, constitui-

do por um conjunto de vários motivos que se sucedem no tempo.

Assim e ao centro do penedo surge um círculo radiado ou esteliforme prolongado por uma haste, onde no interior, provavelmente numa fase posterior, foi gravada uma cara (Fig.110; Fot.31-32). À direita desta figura encontra-se um conjunto de símbolos em que se destaca um “tridente” e um conjunto de dez (10) linhas dispostas paralelamente com um centro comum (Fig.110; Fot.31 e 33). Ladeando o “tridente” (do lado esquerdo) encontra-se uma cara, sobre esta um pequeno círculo e lateralmente um motivo em U invertido. Debaixo destes motivos uma linha constituída por pequenos sulcos formando uma linha recta. Ainda integrada neste conjunto regista-se a sigla IPRM (de época histórica). Na parte superior destes motivos existe um “esteliforme” de 12 raios (Fig.110). Num local mais afastado do penedo, e do seu lado esquerdo, existe um conjunto de figuras compostas por linhas e círculos, um deles gravado mais abaixo assemelhando-se a uma chave. Igualmente do lado esquerdo dispõe-se um conjunto de sulcos que parecem formar letras (Fig. 110).

Os autores da Carta Arqueológica de Tabuaço atribuem-lhe uma cronologia do Calcolítico/Bronze Inicial (PERPÉ-TUO *et alii*, 1999, 163).

Será importante a associação e vinculação de Cabeço das Pombas e da Estátua-menir do Alto da Escrita ao povoado de Graíl, situado aproximadamente a 2 horas e 10 min. SE de distância pedestre (Fig.90).

Sem dúvida a sua localização pode funcionar como marcos que delimitam os recursos, os acessos, os percursos e as fronteiras que surgem em ordem a uma maior afirmação de “chefes” locais nos finais do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze.

Sabendo que este tipo de monumentos possuem uma vasta amplitude cro-

nológica, também não podemos colocar de parte a inserção deste sítio nos Territórios Teóricos de Exploração da Citânia de Longa e do Castro do Sabroso, já da Idade do Bronze. Por isso trataremos esta inserção aquando do Povoamento dos IIº/Iº Milénios AC.

O que se verifica neste local é uma rica iconografia progressivamente acrescentada e reinterpretada por populações diversas, cronologicamente falando.

Em suma, uma longa pervivência de um sítio que marca indelevelmente a paisagem e que se assume como local religioso/cerimonial/simbólico que, para além das conotações sagradas, pode ter um papel de marcador económico da paisagem, apropriada por elites cada vez mais poderosas que assim cimentam o seu ascendente sobre as populações, congregando sob a sua alçada provavelmente mais do que um único território, ordenando e controlando a teia de relações cada vez mais apertada que surgem a longa distância.

Somos tentados, apesar do carácter simbólico do sítio, a verificar nele uma profunda simbologia cósmica, em que poderemos destacar três (3) motivos: o círculo radiado ou esteliforme prolongado por uma haste, o motivo em “cabeleira” e o “esteliforme”. É tentadora a hipótese de pensarmos, sobretudo no motivo em “cabeleira”, num fenómeno meteórico.

É evidente que estas asserções e a tentativa de ver ou imaginar aqui uma cena do tipo atrás referido é, sem dúvida, forçar um pouco a imaginação e extrair conclusões, precipitadas, de aspectos mágico-religiosos, que pelo seu inato carácter simbólico, podem integrar-se em representações públicas de cariz bem mais complicado, cujo sentido exacto e o alcance religioso nos escapa por completo, que só os “actores” que o viveram e experienciaram poderiam explicar.

Destaque-se, em suma, o facto de o sítio se tratar de um morro que integra no seu seio um afloramento granítico aplanado, cuja pequena inclinação proporciona uma enorme visibilidade solar dos motivos.

7.12 – *Integração dos Sítios Arqueológicos Noutros Territórios Teóricos de Exploração*

Já durante o Calcolítico, e para além da proximidade de Fraga d’Aia e do Povoado da Porqueira, o núcleo megalítico de **Areita** incluí-se nos Territórios Teóricos de Exploração de 120’ de Castelos Velhos de Trevões, Castelinhos e no limite do de Chã do Murganho (Fig. 112-113).

Não possuímos evidências directas da frequência de Areita pelas comunidades atrás referidas, parece-nos no entanto difícil que não tenham conhecido a necrópole. Não excluimos, de modo algum, o uso da mesma por comunidades mais distantes.

No Calcolítico, e para além da posição em relação a S. Salvador do Mundo, o “núcleo” de **Sr^a do Vencimento** situa-se no limite de 120’ do Território Teórico de Exploração de N^a Sr^a de Lurdes (Fig.113).

Igualmente para este “núcleo” não possuímos evidências de frequência destes monumentos durante este período (nem para o período anterior). Não excluimos assim a possibilidade da sua frequência nesta época, pelas comunidades que usavam como habitat S. Salvador do Mundo e N^a Sr^a de Lurdes, bem como de outras mais ou menos distantes.

O núcleo megalítico de **S. Domingos** não se encontra incluído em nenhum Território Teórico de Exploração de nenhum povoado durante o Calcolítico (Fig.112-113).

Efectivamente desconhecemos quais as comunidades que o teriam frequentado, neste período, bem como no período anterior. Tal como referimos para o “núcleo” da Sr^a do Vencimento, terá sido frequentado por comunidades mais ou menos distanciadas deste local.

Tal como os núcleos megalíticos da Sr^a do Vencimento e S. Domingos, o sítio de **Vila Chã** não se insere em nenhum Território Teórico de Exploração de qualquer dos povoados conectáveis com o III^o Milénio AC.

Durante o III^o Milénio AC verificamos a presença no Território Teórico de Exploração do **Povoado da Porqueira** de três (3) outros sítios integráveis neste período cronológico (Fig.47A). Todos se localizam no Território Teórico de Exploração de 120', uns mais distantes outros mais próximos, como é o caso de Castelinhos a apenas 1 300 m. SSE (em linha recta). Um pouco mais distante e a SO encontramos o Cabeço de S. João, que em termos de distância em linha recta se situa a cerca de 3 Km., finalmente Chã do Murganho que se situa a sensivelmente 1 750 m. NE da Porqueira. Em termos de distância pedestre, Castelinhos situa-se a 1 hora e 15 min., Cabeço de S. João a 1 hora e 17 min. e Chã do Murganho a 1 hora e 41 minutos.

O Povoado da Porqueira está integrado nos Territórios Teóricos de Exploração de Castelinhos, Cabeço de S. João e Chã do Murganho (Fig.112-113).

Durante o Calcolítico, e tal como para o Neolítico, **S. Salvador do Mundo** não se insere em nenhum Território Teórico de Exploração nem é abrangido por nenhum (Fig.112-113).

Antes de falarmos sobre os povoados que se integram nos Territórios de **Castelinhos** e naqueles em que este povoado se integra não podemos esquecer a

presença de Fraga d'Aia, a cerca de 20 min. de distância pedestre. Não excluímos, e parece-nos quase impossível, que os habitantes de Castelinhos não conhecessem o Abrigo de Fraga d'Aia, e até que o tivessem frequentado.

Quanto aos povoados integrados nos Territórios Teóricos de Exploração, estes são-no apenas no Território de 120'. Assim sendo, possuímos a NNO e a cerca de 1 hora e 14 min. de distância pedestre o Povoado da Porqueira, a Oeste e a cerca de 1 hora e 55 min. de distância pedestre, o Cabeço de S. João e a Norte Chã do Murganho sensivelmente à mesma distância e, o núcleo de Areita encontra-se a SE e a 1 hora e 20 min. de distância pedestre (Fig.61).

Areita poderá ter funcionado como local de tumulação desta comunidade (embora não possuamos provas desse facto).

Por sua vez, Castelinhos integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração de Chã do Murganho, Porqueira e Cabeço de S. João. Apesar de não estar contido no Território Teórico de Exploração de Castelos Velhos de Trevões, Castelinhos localiza-se perto do seu limite de 120' (Fig.112-113).

São dois os povoados integrados no Território Teórico de Exploração de **Chã do Murganho** (Fig.70): Porqueira a SO, na margem esquerda do Rio Távora e a 1 hora e 41 min. de distância pedestre e, Castelinhos a Sul, sensivelmente a 1 hora e 55 min. de distância pedestre.

Também o núcleo de Areita se inclui neste mesmo Território (no limite SE). Tal como dissemos para outros povoados, admitimos a utilização de Areita como local de tumulação para este povoado.

Apesar de se localizar fora do Território Teórico de Exploração de 120', Castelos Velhos de Trevões encontra-se bastante perto desse limite.

Por sua vez, Chã do Murganho integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração de Castelinhos e Porqueira (Fig.112-113).

Mais uma vez a proximidade destes sítios entre si e da partilha de áreas dos respectivos Territórios Teóricos de Exploração implicaria a existência de “negociações” entre as elites destes locais ou, a não existirem ainda essas elites, a uma rede de relações que por ora são de difícil compreensão e cujo exacto carácter se nos escapa.

Dentro dos Territórios Teóricos de Exploração de **Castelos Velhos de Trevões** apenas encontramos o núcleo megalítico de Areita, a SO e apenas a cerca de 1 hora e 21 min. de distância pedestre (Fig.79).

Será que os habitantes deste povoado tumulariam em Areita? Esta hipótese é provável (embora ainda não se tenham detectado vestígios dessa situação). Tal facto poderá igualmente supor-se para outros povoados do Calcolítico que contêm Areita nos seus limites, não excluindo de forma alguma outros povoados mais longínquos.

Não podemos terminar a análise da integração de outros sítios arqueológicos no Território Teórico de Exploração de Castelos Velhos de Trevões sem referirmos a proximidade do Dólmen do Carvalhal, a SE, a cerca de 2 horas e 15 min. de distância pedestre e nas proximidades deste Dólmen, da necrópole da Sr^a do Monte. O que queremos dizer é que não nos custa a crer na utilização destes últimos monumentos pelos habitantes de Castelos Velhos de Trevões, embora não possuamos materiais cronológicos associáveis ao Calcolítico nestas necrópoles.

Em termos de povoados possuímos proximamente o sítio de Chã do Murganho, que partilha com Castelos Velhos de Trevões alguns Territórios, embora não esteja incluído no Território de Exploração deste.

Castelos Velhos de Trevões não se insere em nenhum Território Teórico de Exploração de nenhum povoado (Fig. 112-113).

Integrado no Território de 120' do **Cabeço de S. João** e na margem esquerda do Rio Távora encontramos o Povoado da Porqueira que se localiza a NE e a cerca de 1 hora e 17 min. de distância pedestre. Já na margem direita do mesmo Rio temos o povoado de Castelinhos, a Este, e a cerca de 1 hora e 20 min. de distância pedestre (Fig.85).

Já fora do Território Teórico de Exploração de 2 horas, mas bem próximo deste e sensivelmente a NO, situa-se o sítio de Graíl.

O Cabeço de S. João integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração do Povoado da Porqueira e do povoado de Castelinhos (Fig.112-113).

Devemos referir que não possuímos povoados contemporâneos de **Graíl** dentro dos Territórios Teóricos de Exploração deste povoado. No entanto, bem perto, a SE, do Território de 120' lobrigamos o sítio do Cabeço de S. João.

Dentro do Território Teórico de 120' possuímos o sítio de Alto da Escrita. E, ainda fora deste Território, mas quase o tocando, o sítio do Cabeço das Pombas (Fig.90).

Qualquer um destes dois sítios podem ser conectáveis com o povoado de Graíl, devido às características intrínsecas destes locais e à sua grande amplitude cronológica. Note-se que se localizam na fronteira Norte deste povoado.

Não podemos esquecer, sobranceiro ao sítio de Graíl, a importante estação arqueológica da Citânia de Longa, já do Bronze Final. Analisaremos aprofundadamente esta proximidade no capítulo relativo ao povoamento dos II^o/I^o Milénios AC.

Graíl não se encontra inserido em nenhum Território Teórico de Explora-

ção de nenhum povoado coevo (Fig. 112-113).

Dentro dos Territórios Teóricos de Exploração de N^a Sr^a de Lurdes apenas se instala um povoado, que possui para além do mais arte. Trata-se do sítio do Cachão da Rapa (Fig.105; Fig.113), localizado numa zona de encosta sobranceira ao Rio Douro, situado em termos de distância pedestre a cerca de 1 hora e 20 minutos. Este sítio poderá ser contemporâneo de N^a Sr^a de Lurdes, pois segundo M. J. Sanches, cronologicamente insere-se na 1^a metade (2^o quartel/meados) do III^o Milénio AC (SANCHES, 1997b, 282). Possuindo para além do mais segundo a mesma autora cerâmicas com organizações decorativas tipo I₃; V₁-c; V₂-a; V₃-b; V₃ (*idem*), ou seja paralelizáveis com as de Sr^a de Lurdes.

Qual a relação que se poderá ter estabelecido entre estes dois sítios? Ignoramo-lo. No entanto não esqueçamos a curiosa implantação destes dois sítios sobranceiros ao Douro, praticamente em frente um do outro, controlando o fluxo de pessoas e bens que se fazia naturalmente por este Rio.

N^a Sr^a de Lurdes não se insere em nenhum Território Teórico de Exploração da margem Sul do Douro. É provável que se insira nalgum dos Territórios de Cachão da Rapa.

Embora sem se inserir no Território Teórico de Exploração de N^a Sr^a de Lurdes, convém referir a proximidade do “núcleo” de monumentos da Sr^a do Vencimento a pouco mais de 2 horas de distância pedestre. Será que esta comunidade tumularia ainda neste “núcleo” megalítico? Ou serviria este como “marca” delimitatória de um território de influência ou de exploração ocasional ou alternativo em períodos de escassez?

O sítio do **Alto da Escrita** insere-se quase no limite Norte do Território Teó-

rico de Exploração de 120' de Graíl (Fig.112). Pelas suas características próprias, este sítio poderá ter funcionado como “marca” delimitatória (?) de um Território de Exploração do sítio de Graíl.

Embora não integrado no Território Teórico de Graíl, mas quase o tocando (Fig.112), o sítio do **Cabeço das Pombas**, pode, tal como o Alto da Escrita, ter exercido funções similares ou como local público de reunião de comunidades ou, ainda, simultaneamente ou não, como local de realização de “performances” rituais dos habitantes de Graíl e/ou de outras comunidades.

8 - Conclusões Acerca do Povoamento do IIIº Milénio AC

Possuímos na área em estudo vinte e três (23) sítios conectáveis com o Calcolítico. No entanto parece não haver um padrão único no estabelecimento destes sítios. Destes, oito (8) são povoados, doze (12) são monumentos megalíticos, um é uma Estátua-menir, outro é um penedo insculturado e finalmente Vila Chã, que ignoramos que tipo de sítio pré-histórico será.

É natural que não exista um padrão, visto que se trata de locais com funções bem distintas.

Quanto aos monumentos megalíticos, voltamos a sublinhar, não possuímos dados concretos que nos permitam afirmar, com certeza absoluta, a sua frequência durante o Calcolítico, mas parece-nos que se não funcionaram como sepulcros podem ter sido marcadores simbólicos de parcelas de paisagem, utilizáveis agora de forma menos extensiva.

Quanto aos povoados, alguns deles podem ter ocupações ainda do IVº Milénio AC, é o caso do Povoado da Porqueira e de S. Salvador do Mundo, e, eventualmente, Castelinhos.

Já referimos as nossas reticências quanto à filiação de Castelinhos no Neolítico, de facto não nos parece que a proximidade de Fraga d'Aia (única e simplesmente) seja um critério válido para afirmar uma cronologia Neolítica (como fazem os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira – CARVALHO *et alii*, no prelo). A existência de cerâmicas claramente Calcolíticas (fragmento cerâmico “penteado” num vaso de forma esférica) coloca-nos portanto este povoado no âmbito dos povoados Calcolíticos. De facto e no âmbito do processo de intensificação económica os habitats tendem a ocupar colinas ou esporões dispendo de boas

condições naturais de defesa e de domínio dos campos, normalmente junto de zonas mais propícias para a agricultura e pastorícia. Castelinhos conjuga esses dois factores: solos propícios para agricultura e para a pastorícia (disponibilidade de água), como já referimos em 7.4, e situa-se num esporão com boas condições naturais de defesa, a que se soma uma muralha e o domínio de boa parte do curso do Távora, que terá sido, talvez o factor determinante para escolha da implantação de um povoado neste local no IIIº Milénio AC. No entanto, se atentarmos na Fig.113 verificamos que os Territórios Teóricos de Exploração de Castelinhos, sobretudo os de 30 e 60 min., são abrangidos pelos de Chã do Murganho, que situando-se proximalmente não domina o curso do Távora.

É difícil calcular o período de duração de cada povoado em períodos inferiores a 500-400 anos. Assim, é-nos difícil conseguir discernir as relações que poderiam existir entre estes povoados. Também é difícil dizer se alguns destes povoados correspondem a uma única ocupação ou a várias, quer haja ou não memória dessa frequência.

De facto, o que verificamos em Castelinhos é que parte do seu Território se situa na margem esquerda do Távora, que supomos, ter mais caudal nesta época do que na actualidade (visto que no presente o Rio possui uma barragem a Sul que lhe limita o caudal) e portanto se tornava numa real “barreira”, que para além do mais colidia com os Territórios Teóricos de Exploração da Porqueira.

Pensamos no entanto que a muralha terá sido uma construção da Idade do Bronze (a provar-se a sua ocupação neste período) sendo no IIIº Milénio AC um povoado aberto, que se estenderia para Este em direcção a algumas plataformas que poderiam propiciar uma agricultura já com alguma importância, não descurando o controlo visual do Rio Távora, que no entanto cremos ter sido

um factor mais determinante no período seguinte.

O Abrigo de Fraga d'Aia, sito a 300 m. a Oeste de Castelinhos e situado a uma cota superior à de Castelinhos (cerca de 100 m.) limita o território visual deste segundo sítio nessa direcção. Será que os habitantes de Castelinhos foram os responsáveis por algumas das pinturas de Fraga d'Aia? Esta é uma resposta que talvez só possa ser dada com a escavação de Castelinhos. Uma evidência é, quase, certa: os habitantes de Castelinhos conheciam (provavelmente o Abrigo de Fraga d'Aia. Será que o frequentavam assiduamente e teriam aí lugar performances sagradas/ religiosas desenvolvidas pelos grupos humanos de Castelinhos? Ignoramo-lo.

Será que os habitantes de Castelinhos seriam também frequentadores e utilizadores da necrópole de Areita?

Já na margem esquerda do Rio Távora possuímos um povoado (Povoado da Porqueira) que terá, talvez, também um fundo Neolítico, mas cujas gramáticas decorativas das cerâmicas aí exumadas se inserem no mundo do III^o Milénio AC. Trata-se de um povoado aberto disposto numa plataforma de pendor suave, igualmente com domínio visual sobre o curso do Távora. Neste povoado foi localizado num dos abrigos que foram ocupados (donde se exumaram alguns dos vestígios cerâmicos) um piso com um conjunto de "cavinhas", que devido à amplitude cronológica desta manifestação artística, nos pode remeter para períodos que vão desde o IV^o Milénio AC à Idade do Ferro.

Portanto, pelas cerâmicas, este povoado terá sido ocupado no III^o Milénio AC com toda a certeza, podendo as "cavinhas" terem sido executadas nesse período. Ter-se-ia desenvolvido aí uma economia agro-pastoril que utilizaria as disponibilidades de água que os Territórios Teóricos de Exploração possuem.

Se observarmos os tipos de solos presentes na Porqueira, verificamos que

nos Territórios de 30 e de 60 minutos temos solos de tipo **D** e **E** que teoricamente poderiam ser utilizáveis em termos agrícolas, no entanto esses solos descem, de forma nítida, em direcção ao Rio Távora, o que se os torna em termos actuais aptos para a agricultura, não o seriam no passado, uma vez que obrigaria à correcção da vertente declivosa por meio de socacos, que não acreditamos que tenha sido feita neste período.

Pensamos, pois, que se utilizariam os solos de tipo **D**, usando portanto solos que se esgotam de forma mais rápida, o que, sem termos a certeza absoluta, pode explicar a inexistência de vestígios posteriores ao Calcolítico.

Também verificamos, tal como em Castelinhos, que parte do Território de 120' do Povoado da Porqueira se situa na área do Território Teórico de Exploração de 30' do Cabeço de S. João, o que implicaria, se acreditarmos numa cronologia calcolítica para o Cabeço de S. João, uma "negociação" para uso desses mesmos Territórios. Poderíamos chegar mesmo mais longe supondo a transferência (hipotética) da população, ou de parte da população, da Porqueira para o Cabeço de S. João, quer durante o Calcolítico ou já na passagem para o II^o Milénio AC, para o qual possuímos provas directas da frequência do Cabeço de S. João.

O que estamos a sugerir é, por um lado o esgotamento dos solos da Porqueira, ou mais provavelmente um incremento populacional, que não seria já sustentável num povoado com as características da Porqueira. No entanto, é arriscado sugerirmos tal hipótese, visto que não cremos nesta época, numa tão estrita dependência de recursos agrícolas. Acreditamos numa economia baseada na criação de gado, no aproveitamento piscícola do Rio Távora, que ainda hoje em dia possui este recurso em abundância, complementado com uma agricultura ainda de bases rudimentares.

Igualmente com vestígios hipoteticamente conectáveis com o Neolítico possuímos o sítio de Vila Chã. No entanto a não existência de cerâmicas datáveis de qualquer dos períodos propostos para a sua ocupação não nos autoriza a arriscar datações que o integrem no período em análise. De referir que se a pedra gravada (em forma de “espinha”) fizesse parte de um monumento megalítico, este seria mais um sítio sepulcral que poderia ter uma longa cronologia. Ora, como sabemos, muitos monumentos megalíticos foram ainda utilizados durante o Calcolítico. Seria este o caso?

Tal como os restantes sítios que temos vindo a referir S. Salvador do Mundo poderá ter alguns vestígios que poderão datar do Neolítico. Desconhecemos os materiais (e as decorações) que os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira referem como podendo ter uma origem Neolítica. Evidente é a presença de cerâmicas Calcolíticas. A posição geo-estratégica de S. Salvador do Mundo pode explicar a sua ocupação no III^o Milénio AC. Efectivamente deste monte avista-se uma grande porção do Rio Douro, o que terá contribuído certamente para a presença de grupos humanos neste local até à Idade Média.

Em termos de aproveitamento económico pensamos que a localização de S. Salvador do Mundo em zonas de Terra Quente, proporcionaria uma grande capacidade de renovação florística, o que potenciaría a utilização das zonas próximas do povoado em termos pastoris, sem esquecermos que quase 50% do seu Território se situa em Terras de Transição (T₄), que conjugadas com solos de tipo E, poderiam proporcionar algum tipo de aproveitamento agrícola. Não descuroamos, evidentemente, o aproveitamento dos óptimos recursos piscícolas proporcionados pelo Rio Douro que, aliás pensamos, constituiría o grosso da dieta alimentar dos habitantes de S. Salvador do Mundo, comple-

mentada com alguma agricultura de sequeiro, visto que as disponibilidades de água, nessa zona (T₄), exceptuando o Douro, não são muito grandes.

A sua localização sobre o Douro poderá ter potenciado contactos e intercâmbios supra-regionais, pelo controlo que exerce sobre o fluxo de pessoas e bens que circulavam pelo Douro. A sua colocação sobre um promontório quase inacessível proporcionaria um sítio óptimo em termos de defesas naturais, com alguns abrigos rochosos que poderão ter sido também ocupados neste período.

Quanto ao sítio de Castelos Velhos de Trevões este terá sido durante o III^o Milénio AC um povoado, que usava o vale encaixado onde passa uma linha de água, que poderá ter proporcionado a utilização desses terrenos com fins agrícolas. No entanto a existência de fragmentos cerâmicos calcolíticos na plataforma superior poderá indiciar dois períodos de ocupação em que as estratégias são diferentes. Um momento em que se aproveitam as disponibilidades agrícolas do vale encaixado e um outro em que o povoado “sobe” edificando-se uma muralha. Podendo corresponder a um período em que o controlo de determinados espaços terá sido fortemente disputado, não esqueçamos a proximidade de outros sítios com ocupações coevas como Chã do Murganho e Castelinhos e, ainda outros já da Idade do Bronze como N^a Sr^a da Assunção e Reboledo (que trataremos mais adiante), exigindo o esforço de construção de estruturas defensivas. Uma hipótese alternativa é a ocupação da acrópole (única zona defendida) pelos mesmos indivíduos que usavam o vale encaixado. No entanto a muralha pode ter sido só construída na Idade do Bronze, sendo portanto Castelos Velhos de Trevões um povoado aberto com condições naturais de defesa.

Castelos Velhos de Trevões, apesar de ter povoados contemporâneos a Sul e a Oeste e situando-se numa zona de

fronteira entre Terras de Transição de tipo T₄ e Terras Frias (F₃), possui também para Norte alguns locais, já próximo do Rio Torto, de tipo Q₄ (com alguma capacidade de renovação florística), que se incluem já no Território de 60' e que poderiam proporcionar um espaço de exploração agrícola dos solos de tipo **D**, não inviabilizando de modo algum o aproveitamento de toda a zona Norte, que é percorrida por bastantes linhas de água que desaguam no Torto.

Situado a cerca de 5,5 Km. NO do povoado de S. Salvador do Mundo, localiza-se N^a Sr^a de Lurdes, um outro sítio arqueológico com algumas características comuns ao primeiro. Assim, tal como S. Salvador do Mundo, é um morro granítico alcantilado sobre o Rio Douro, visualizando uma boa porção do seu curso. A encosta Norte é inacessível, tendo a encosta Sul um pendor mais suave (localizando-se nesta vários abrigos rochosos). Ostenta uma muralha que protege esta zona mais acessível. As decorações das cerâmicas do Calcolítico são semelhantes às de outras estações da região e mesmo de zonas mais distantes como o Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela).

Defendemos para N^a Sr^a de Lurdes uma função semelhante à de S. Salvador do Mundo, ou seja o controlo de uma excelente via de penetração (o Douro), podendo funcionar como zona de troca de produtos e ideias. A presença de contas de colar em variscite (matéria-prima alógena) pode indiciar a efectiva existência desses contactos. Geologicamente Sr^a de Lurdes possui veios de anfíbolito que podem funcionar como "moeda de troca" e ponto de abastecimento de grupos Calcolíticos da Estremadura (?) como defende Senna-Martinez (SENNA-MARTINEZ, 1994, 22-23). Será que o cobre circularia já nesta altura pelas mesmas vias?, ou a penetração far-se-ia pelo interior? A existência de cobre não está comprovada neste povoado, no entanto é provável que

pelo menos nos finais do III^o/inícios do II^o Milénios AC, esse material fosse já utilizado como elemento distintivo de elites que começavam a assumir paulatinamente formas embrionárias de hierarquização social no âmbito de grupos humanos ainda tendencialmente igualitários. A essa circulação poder-se-á aliar a penetração eventual se não dos objectos, pelo menos de modelos de filiação mediterrânica que indiciariam uma malha de contactos supra-regionais mais apertada.

Localizam-se já neste povoado vestígios da chamada "Revolução dos Produtos Secundários" (um peso de tear) que poderá indiciar o uso de teares para o "fabrico" de tecidos de lã (ou de redes?).

Em termos de aproveitamento económico, o sítio de N^a Sr^a de Lurdes possui, para além dos já referidos veios de anfíbolito (Fig.4), solos de classes **E** e **F**. Pensamos que o aproveitamento agrícola e pastoril, do primeiro tipo de solos (**E**) seria possível. Quanto aos solos de tipo **C** que se situam já no Território de 120', e localizados apenas em patamares altimétricos entre os 500 e os 700 m. teriam um aproveitamento essencialmente pastoril, podendo indiciar um regime de transumância no Verão, de que não excluimos evidentemente a possível prática agrícola, que poderia fazer-se também para zonas entre os 700 e os 900 m., onde curiosamente se localiza o "núcleo" megalítico da Sr^a do Vencimento, que se implanta fora do Território Teórico de 120' mas quase o tocando, o que podendo ser um marcador espacial de outras comunidades, o pode ser também desta.

Note-se que os solos de tipo **E** têm a vantagem de se situarem entre os 300 e 500 m., sobre zonas com uma razoável capacidade de renovação florística ao passo que os de tipo **C** se apresentam mais expostos sobretudo aos ventos, numa zona de planalto contrastando com as altitudes que os envolvem.

Climaticamente os solos de tipo C localizam-se em Terras de Transição de tipo T₄, contrastando com os Territórios de 30 e 60 min. que se localizam exclusivamente sobre zonas climáticas de tipo Q₅.

Não podemos esquecer, já na margem Norte do Rio Douro, o sítio do Cachão da Rapa, que poderia, pensamos, desempenhar um papel semelhante ao de Sr^a de Lurdes, controlando também o Rio Douro, implicando relações de solidariedade e de partilha de recursos comuns, actuando como “controladores” dos fluxos de pessoas e bens que inevitavelmente circulariam pelo Rio Douro.

Chã do Murganho é mais um povoado com vestígios Calcolíticos, que se situa numa plataforma irregular à cota de 676 m., existindo a Noroeste um pequeno relevo a 684 m. de altitude média.

Os achados de superfície permitiram aos autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira (CARVALHO *et alii*, no prelo) colocar o início do povoamento deste morro no Calcolítico, aproveitando talvez (e uma vez mais) também os abrigos rochosos para além da plataforma. A zona em que se implanta este povoado é pejada de linhas de água, que em consonância com solos agrícolas relativamente bons podem indicar uma intensificação económica, baseada numa economia agro-pastoril.

Para além disso, Chã do Murganho localiza-se numa zona de transição entre Terras Frias (F₃), Terras de Transição (T₃ e T₄) e Terra Quente (Q₄ e Q₅) ou seja, uma variedade ecossistémica e climática que pode perfeitamente explicar a localização deste sítio.

Quanto aos solos agricolamente mais aptos (tipo D e E) localizam-se no Território de 30', perfazendo mais de 50% dos solos do Território Teórico de Exploração de 30'; os de tipo E, localizam-se na zona Norte sobre plataformas entre os 300 e 500 m. e na zona Oeste

em zonas entre os 700 e os 900 m., atingindo mesmo na parte SE as faldas da Serra de Reboledo, para onde se poderiam deslocar provavelmente os gados durante o Verão, se não o fossem para a zona Oeste onde se situam as plataformas dos 700-900 m. que se incluem nos Territórios de 30, 60 e 120 minutos. Pensamos, no entanto, que em termos agrícolas e da intensificação económica de que se falou acima, teriam sido os solos de tipo D os privilegiados para uma utilização deste tipo, que se localizam em grande parte do Território de 30' e também nos restantes Territórios.

Pensamos que Chã do Murganho, pelas características ecossistémicas variadas, aduzidas atrás, é bem o paradigma da deslocação no III^o Milénio AC do povoamento para zonas mais férteis, que permitem um vasto leque de exploração de recursos que podem alternar conforme existam, ou não, períodos de escassez, isto é, uma alargada panóplia de territórios mobilizáveis em termos económicos neste período.

Não podemos esquecer a importância determinante que as minas do Ameal (estanho) podem ter tido na continuação da ocupação deste sítio na Idade do Bronze. Será também nesta época que se terá construído a enigmática muralha que se situa no pequeno relevo (supracitado de 684 m.), que deixa de fora as zonas mais acessíveis do povoado, cortando o topo deste relevo, e que poderá, muito provavelmente, ter a ver com a necessidade de afirmação das elites locais. A localização de Chã de Murganho sugere que poderá ter havido uma intensa teia de relações entre povoados contemporâneos nesta região do vale do Távora.

Atrai-nos a ideia de pensar em Chã do Murganho quase como um “lugar central” (já na Idade do Bronze), ou alternativamente como um sítio complexo do III^o Milénio AC, devido à sua privilegiada localização. Será nesse

âmbito que se integrará o machado de calcário, que em termos funcionais é claramente ineficaz? Reflectirá um fabrico simbólico?

Possuímos ainda um povoado de meia encosta, Graíl, onde se exumaram fragmentos cerâmicos Calcolíticos. A área de dispersão dos materiais é de cerca de meio hectare. Trata-se de um povoado com uma clara vocação agrícola.

Neste sítio a par da localização em zonas climáticas de Terra de Transição (T₃ e T₄) e de Terra Fria (F₃ e F₄), temos ainda perto do Rio Tedo uma pequena zona de tipo Q₄. Os solos são predominantemente de tipo E, embora no Território de 30' possuamos, também, solos de tipo D e C.

É o único local onde detectamos também solos de tipo B (que, como sabemos, não teriam sido utilizados no período em apreço). A clara vocação agrícola deste local parece-nos tão mais surpreendente ao verificarmos que na Idade do Bronze as populações que aqui habitavam terão subido para a Citânia de Longa, privilegiando, a par de uma localização mais alcantilada, o domínio destes territórios agrícolas.

A par da utilização agrícola, possuímos vastas zonas de terrenos entre os 700 e os 900 m. e ainda, já nos Territórios de 60 e 120 min., mas bem perto do de 30', patamares de altitudes superiores aos 900 m., que podem proporcionar abundantes pastos durante o Verão, isto é, temos neste povoado a súpula de terrenos propícios para a agricultura, zonas utilizáveis como pasto e ainda a possibilidade da aquisição de recursos piscícolas do Rio Tedo, sem esquecermos zonas florestadas que seriam bem mais abundantes do que hoje em dia.

Este povoado, já afastado do Távora, poderá corresponder à "colonização" de novos territórios em ordem a um melhor aproveitamento agro-pastoril de terrenos mais férteis. Embora afastado do Távora, fica perto de um outro rio, o Te-

do. Este povoado não possui vestígios de qualquer estrutura defensiva.

Falta-nos referir a Estátua-menir do Alto da Escrita e o sítio do Cabeço das Pombas. Quanto ao primeiro situa-se na fronteira (de 120 minutos) do povoado de Graíl. Tratar-se-á provavelmente de um "marco" limitador do Território de Exploração deste povoado. Será também um marcador da paisagem de uma via de passagem (de pessoas e bens?), entre as bacias dos Rios Távora e Tedo? É provável que o motivo pouco profundo, que aparenta ser uma arma possa ter sido acrescentado já durante a Idade do Bronze. De facto a hipotética arma não perturba os traços do cinturão, não se sobrepondo a estes, o que poderá indiciar um "acrescento" desta arma num período avançado do Calcolítico, ou mesmo já na Idade do Bronze. Não esqueçamos que equidistantes da Estátua se encontram dois importantes povoados da Idade do Bronze: a Citânia de Longa e o povoado do Castro do Sabroso.

Aliás não é estranho esse fenómeno de acrescentamento e provável reinterpretação de significados. Esse processo, embora num âmbito diferente, o da integração de menires em monumentos megalíticos é descrito por Richard Bradley para a Pré-História inglesa (BRADLEY, 1993, 38).

Quanto ao sítio do Cabeço das Pombas, este marca também indelevelmente a paisagem e, pode ter actuado como "marcador", embora de características diferentes, dos Territórios Teóricos de Exploração de Graíl, apesar de nos sentirmos mais inclinados a entendê-lo como um local público de reunião e encontro de populações, que para além de possíveis performances rituais, simbólicas ou sagradas, estabeleceriam (estamos certos) relações de âmbito económico.

Por fim quanto às tumulações deste período é difícil precisar a sua localização, poderão ter sido eventualmente

utilizadas as necrópoles megalíticas de Areita, Sr^a do Vencimento ou de S. Domingos.

Com mais probabilidade parece-nos que talvez a necrópole de S. Domingos possa ter desempenhado esse papel. De facto trata-se de uma necrópole em que a par de um dólmen clássico (Dólmen 1 de S. Domingos) se divisam outros três (3) monumentos de tipo “cairn” pouco relevados no terreno, a que Domingos Cruz atribui, embora noutros contextos (CRUZ, 1995, 84), uma cronologia de finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze, referindo que os “cairns” podem ter sido construídos em meados da Idade do Bronze. Apenas a escavação destes monumentos nos poderá eventualmente elucidar sobre o período em que foram construídos. Aliás é de realçar a sua posição geo-estratégica entre os rios Távora e Torto.

Quanto à necrópole de Areita localizada perto de alguns povoados Calcolíticos, pode eventualmente ter sido utilizada nesta altura, bem como Sr^a do Vencimento localizada a pouca distância de N^a Sr^a de Lurdes e de S. Salvador do Mundo.

Fábregas Valcarce refere que no NO peninsular, no espaço que medeia entre os finais do IV^o e o último terço do III^o Milénios AC, se produz um vazio de informação de tipo funerário, que este considera surpreendente a par do desenvolvimento do âmbito doméstico. Este autor não crê que a disparidade do registo cerâmico nos ambientes doméstico e funerário durante o Calcolítico pré-campaniforme se deva a uma divergência cronológica ou cultural, mas sim a razões de ordem simbólica, que prescrevem a ausência de itens cerâmicos decorados nas sepulturas. Concluindo afirma que teria havido, não só a reutilização dos monumentos anteriores, mas também a construção de outros de novo cunho (FÁBREGAS VALCARCE, 1995, 100).

Na zona que estamos a estudar referimos que não parece haver um padrão único na implantação de povoados, no entanto parece-nos que alguns povoados têm características comuns, como já referimos para S. Salvador do Mundo e N^a Sr^a de Lurdes, em que se dá a aproximação e apropriação do controlo do Rio Douro como via de penetração de pessoas, bens e ideias.

Noutra zona, a do Távora, existe uma grande concentração de comunidades deste período, na sequência já de ocupações de épocas anteriores. De facto o Távora assume-se como um dos pólos aglutinadores das populações deste período, o que pode corresponder ao aproveitamento de solos propícios à realização de uma agricultura mais produtiva facilitada pelas linhas de água que afluem ao Távora e, pelo controlo dessa via de penetração interior de influências porventura provenientes do grande rio da região – o Douro. Algumas similitudes podem também ser encontradas na implantação de alguns povoados, como por exemplo Graíl e o Povoado da Porqueira, localizados em zonas de meia encosta, que podem indiciar o tal movimento de intensificação sócio-económica que se dá no III^o Milénio AC.

Por outro lado existem alguns povoados que se implantam em pontos estratégicos do planalto, alguns deles já afastados do núcleo polarizador que é o Távora, que poderão corresponder a um movimento generalizado de autonomização e movimentação para terras mais propícias para a agricultura. Esse processo de intensificação económica vai ser o gérmen de algumas formações do Bronze, que se vão implantar em zonas onde existem já ocupações do Calcolítico.

O padrão de implantação é pois diversificado podendo existir parâmetros heterogéneos de desenvolvimento. Uma diferenciação que pode corresponder a facetas distintas e processos económicos igualmente diversificados, uns pri-

vilegiando determinadas componentes económicas e sociais e, outros, componentes de cariz diferente, isto é, uns com uma vocação mais clara agro-pastoril e outros com maior vocação para o controlo de zonas de fluxo de pessoas e bens.

Poderá este processo ser semelhante ao observado pelos autores de escavações na área da bacia do Médio e Alto Mondego. A existência de um modelo de comunidades estáveis, sedentárias adentro das quais existiriam segmentos transumantes, responsáveis pela presença, no registo arqueológico, de sítios de habitat mais precários, parece-nos um cenário plausível e defensável com base nos trabalhos destes autores (VALERA, 1994, 158). Ou seja, pastores transumantes que espalhariam pelos sítios onde passavam traços da cultura material Calcolítica.

Também nos parece defensável a teoria de uma evolução local de formações com um fundo Neolítico, para comunidades Calcolíticas. Cremos que terá sido o processo que se deu na zona que estudamos, pois alguns povoados Calcolíticos têm aparentemente traços do IV^o Milénio AC, que sob o estímulo de uma pressão demográfica provocada pela intensificação económica se tenham dispersado para novas zonas da paisagem, onde estabeleceriam contactos que podem eventualmente ter determinado alterações na sua cultura material.

Voltando aos autores anteriormente referidos, estes defendem que a existência de um quadro diversificado das sociedades pré-calcolíticas poderá ter originado uma diversificação de estratégias de implantação e de organização do espaço, os povoados alcantilados fortificados, os povoados abertos sem defesas naturais, abrigos entre penedos, que corresponderão a sistemas de exploração dos recursos e estratégias adaptativas distintas, geradora de ritmos e graus de complexificação dissemelhantes (*idem*,

164). Este parece-nos um processo plausível aplicável para o quadro multifacetado de povoados que temos na zona dos concelhos de S. João da Pesqueira e Tabuaço.

Voltando a seguir o mesmo autor este sugere a integração da zona da bacia do Médio e Alto Mondego numa área mais vasta, pelo aparecimento por vezes dominante nesta zona de cerâmicas incisas penteadas, que pode ser a área da bacia do Douro (Norte de Portugal e Meseta Norte). A sua inserção nesta zona pode ser entendida “*como resultado da existência de circuitos transregionais de ideias e concepções (com provável origem mediterrânica) que deverá ser entendida num quadro de mudança cultural onde operam os fenómenos de evolução e difusão, esta última entendida como um processo cumulativo e não de substituição*” (*ibidem*, 166).

Segundo este autor, no III^o Milénio AC na Beira Alta como em toda a Península Ibérica assiste-se ao intensificar de contactos transregionais, em que a presença de itens alógenos não pode fazer obscurecer um certo conservadorismo que estas comunidades evidenciam face aos grandes focos Calcolíticos peninsulares (*ibidem*, 167), como já evidenciaram outros investigadores, como por exemplo Susana Oliveira Jorge (JORGE, 1990c, 193-212), que diz que “*enfrentamos (...) na sua maioria, comunidades relativamente conservadoras (...)*” (*idem*, 210).

Finalmente um dos ex-libris do Calcolítico, a circulação de cobre, terá uma dispersão restrita e tardia em contextos Calcolíticos como acentuam diversos autores (VALERA, 1994; JORGE, 1999; SANCHES, 1997b).

9 - Povoamento dos IIº/Iº Milénios AC

Possuímos na área de estudo dezaneve (19) sítios conectáveis com a Idade do Bronze. No entanto esses vestígios limitam-se apenas à fase final desse período.

Diz-se que o IIº Milénio AC é pouco visível. Mas segundo Susana Oliveira Jorge isto não é rigorosamente verdade (JORGE, 1999, 122-123). O povoamento do Bronze Antigo e Médio sofre algumas descontinuidades interessantes. Segundo a mesma autora estamos perante paisagens cujas lacunas de povoamento são progressivamente ocupadas, quer através da permanência de antigos povoados, mantendo-se muitos habitats Calcolíticos, quer através da edificação de outros (*idem*, 112).

De facto o que se observa na nossa região de estudo é que muitos povoados do Calcolítico continuam a ser ocupados no Bronze, mas existe um factor curioso, ou seja, povoados do Calcolítico são reocupados apenas (aparentemente) no Bronze Final.

Utilizaremos os métodos que temos vindo a usar na análise dos povoados dos IVº e IIIº Milénios AC, ou seja, as aptidões agro-pastoris, recursos geológicos e recursos hidrológicos.

Começaremos a nossa análise pelos povoados que têm vestígios do IIIº Milénio AC mas que mantêm uma ocupação no período seguinte.

9.1 – S. Salvador do Mundo

Já nos referimos várias vezes ao povoado de S. Salvador do Mundo. Este sítio possui, segundo os autores do trabalho sobre S. João da Pesqueira, cerâmicas que se podem integrar (pela análise das pastas) no Bronze Final (CARVALHO *et alii*, no prelo). No entanto

os materiais encontram-se misturados com vestígios de outros períodos (fragmentos cerâmicos Calcolíticos, materiais medievais e até telhas modernas) o que não permite avaliar com clareza alguns dos vestígios conectados com este período.

Não analisaremos aqui as aptidões agro-pastoris, nem os recursos geológicos e os hidrológicos uma vez que já foram alvo de análise detalhada aquando do estudo do povoamento do IIIº Milénio AC.

Não podemos esquecer a exumação de um molde cerâmico (Fig.52) neste sítio. Sem o afirmarmos com certeza, devido à já referida mistura de materiais, este molde poderá corresponder à efectiva prática da metalurgia neste povoado (S. Salvador do Mundo) durante este período, provavelmente no âmbito do fabrico de materiais em bronze.

A não existência de filões metálicos nos Territórios Teóricos de Exploração (o que não quer dizer que não existam pequenas manchas) poderá indiciar a obtenção dos mesmos através de contactos com outras comunidades ou resultantes do contacto com os fluxos de pessoas e bens que fluíam pelo Douro. Pensamos que em termos de aproveitamento económico as estratégias de aproveitamento dos Territórios não terão variado muito relativamente ao Calcolítico, apenas o controlo mais efectivo do Rio Douro.

9.2 - Castelinhos

Tomando como referência o que já dissemos acerca deste povoado (Castelinhos) quando nos referimos aos habitats do IIIº Milénio AC, os vestígios exumados deste povoado não possibilitam a inclusão, sem reservas, deste sítio no âmbito da rede de povoamento da Idade do Bronze. Mas a sua localização privilegiada no controlo do Rio Távora,

situando-se sobranceiro a uma das curvas que o rio descreve nesta zona faz-nos apontar Castelinhos como um posto de controlo do Rio Távora.

Eximimo-nos de entrar em detalhes sobre as aptidões agro-pastoris e os recursos hidrológicos visto que já os focámos aquando do tratamento do IIIº Milénio AC.

9.2.1 – *Recursos Geológicos*

Já descrevemos geologicamente as Formações sob as quais assenta o sítio de Castelinhos. No entanto acreditamos, com reservas, em Castelinhos, como um sítio que pudesse controlar a circulação de metais (sobretudo do estanho) dos quais se encontram várias ocorrências e minas abandonadas, que circulassem pelo Távora.

Possuímos no Território de 60' uma mina abandonada de estanho, sensivelmente a SE, e outra, também abandonada, de volfrâmio (referiremos sempre as minas de volfrâmio pois contêm minérios de estanho) a NE. Já no Território de 120' temos a Oeste duas outras minas abandonadas de volfrâmio, a Norte outra de estanho (as minas do Ameal) e uma de volfrâmio (ambas abandonadas) e finalmente a Este outra mina abandonada de volfrâmio.

Parece-nos fundamental a existência de várias minas de estanho na zona, que não podemos provar que tenham sido exploradas, mas igualmente não podemos provar o contrário. Se Castelinhos tiver de facto uma ocupação na Idade do Bronze, o controlo do Távora implicaria o domínio da (hipotética) circulação de estanho, que com toda a probabilidade se faria ao longo do curso do Távora e que poderia constituir um dos recursos explorados pelos habitantes deste povoado.

No entanto os outros povoados, que se incluem na Idade do Bronze situados nas proximidades de Castelinhos, também possuem essa acessibilidade aos metais, muito embora não possuam o

controlo do Rio. A existência de uma muralha faz-nos suspeitar de uma possível missão “proto-militar” deste povoado.

9.3 – *Chã do Murganho*

Tal como nos povoados anteriores, não nos referiremos às aptidões agro-pastoris e hidrológicas de Chã do Murganho que já foram tratadas anteriormente.

Situado num ponto proeminente da paisagem e muito perto de pontos de extracção de minérios de estanho (minas abandonadas), este sítio poderá ter estado incluído na teia de relações socio-económicas e político-religiosas com povoados situados nas suas imediações, como Castelos Velhos de Trevões (de que falaremos a seguir), Castelinhos (que já referimos) e outros não muito distantes como Reboledo, S. Mamede e Nª Srª da Assunção.

9.3.1 – *Recursos Geológicos*

No Território de 30' encontram-se minas abandonadas de volfrâmio a SO e de estanho a NE (já no contacto com o Território de 60'). Esta última mina relaciona-se com as já referidas minas do Ameal.

No Território de 60' possuímos a SE uma mina abandonada de volfrâmio e a NE (também perto das minas do Ameal) uma exploração abandonada de estanho. Ainda a Norte possuímos uma ocorrência mineral de volfrâmio.

Quanto ao Território de 120' possuímos a NO, junto ao Rio Távora, duas minas abandonadas de estanho (minas da Quinta da Aveleira), ainda junto ao Távora, e na sua margem esquerda, a Oeste uma mina abandonada de volfrâmio, a Sul uma mina abandonada de estanho, a SE outra mina abandonada de volfrâmio e, finalmente, a NE as importantes minas de chumbo, prata e zinco da Várzea de Trevões.

Pensamos que a sua principal componente económica terá sido o controlo ou, mesmo, a exploração de estanho que se encontra no seu raio de acção, para além da exploração de recursos agrícolas e pastoris (que já referimos no ponto 7.5.1).

9.4 – *Castelos Velhos de Trevões*

Perto deste último sítio encontra-se outro povoado com vestígios datáveis do Calcolítico mas também do Bronze Final (Castelos Velhos de Trevões).

Nesta época (Bronze Final) o povoado estaria protegido por uma linha de muralhas que rodeia a plataforma superior deste morro.

9.4.1 – *Recursos Geológicos*

Já nos referimos à possibilidade de a economia deste povoado ser de tipo misto agro-pastoril, mas convém não esquecermos a presença de jazidas minerais que podem ter constituído um vector importante senão fundamental na economia deste povoado.

Assim, no Território de 60' possuímos a SO uma mina abandonada de volfrâmio. No de 120' possuímos, e também a SO, uma mina abandonada de estanho, sensivelmente a Oeste uma mina abandonada de volfrâmio, a NO, embora já fora do Território, as minas do Ameal, com as quais se relacionam duas outras minas abandonadas de estanho. Também fora do Território de 120' e a SE, as minas abandonadas de estanho de Judeu. Não podemos esquecer as importantíssimas minas de chumbo, prata e zinco da Várzea de Trevões, localizadas a NO no Território de 120'.

9.5 – *Cabeço de S. João*

Já tratámos atrás o povoado do Cabeço de S. João. De facto o material mais representativo deste local é um

fragmento cerâmico com uma decoração constituída por uma banda de incisões oblíquas que se poderá talvez inserir no Bronze Final (Fig.81). De notar que este cabeço não tem vestígios de estruturas defensivas. A sua localização poderá indiciar (como já referimos anteriormente) um aproveitamento das terras que se situam proximamente (na base do monte) para a agricultura e alguma pastorícia.

9.5.1 – *Recursos Geológicos*

Em termos de recursos geológicos o Cabeço de S. João possui no seu Território de 30' a Norte uma mina abandonada de volfrâmio. No de 60' uma outra de volfrâmio também a Norte. Na actualidade explorou-se, a céu aberto, no local de Monte Verde volfrâmio. No de 120' a SE uma outra mina abandonada de volfrâmio. Já fora do Território de 120', mas bem perto, localiza-se, a NE, uma mina abandonada de volfrâmio, a Este uma de estanho e a SE uma outra de volfrâmio.

Não podemos esquecer a exumação no local de um pingo de fundição de volframite, que como sabemos pode eventualmente conter traços de estanho.

9.6 – *N^a Sr^a de Lurdes*

Finalmente com vestígios da ocupação do Calcolítico e do Bronze Final falta-nos referir o sítio de N^a Sr^a de Lurdes.

Os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira admitem que para além da existência de fragmentos cerâmicos da fase final da Idade do Bronze, alguns possam pertencer ao Bronze Médio. Este povoado possui uma muralha que será provavelmente da última fase da ocupação do monte (Bronze Final). Ligar-se-á este povoado a um outro hipotético sítio implantado num local denominado Cocheira, onde se exumaram alguns fragmentos de ce-

râmica manual (talvez?) do Bronze Final? Indubitavelmente Sr^a de Lurdes controlava a circulação pelo vale do Rio Douro. A presença de inúmeros fragmentos de talhas de armazenagem (Fig. 98, 48) e de taças de superfícies polidas e pastas depuradas poderá indiciar a grande importância deste sítio no controlo geo-estratégico que já referimos. Existiriam ligações de algum tipo aos outros sítios localizados no vale do Douro (S. Salvador do Mundo, Quinta da Abelheira) localizados a não mais de 5 Km.? Ignoramos, mas pensamos que essa é uma possibilidade não muito remota.

9.6.1 – Recursos Geológicos

Não se registam quaisquer mineralizações metálicas no sítio de N^a Sr^a de Lurdes, apenas se registando os já várias vezes referidos filões de anfíbolito.

9.7 – N^a Sr^a da Assunção

Situado perto da povoação de Paredes da Beira encontramos o povoado de N^a Sr^a da Assunção (Fig.114; Fot.34). Este povoado possui vestígios integráveis no Bronze Final, Idade do Ferro e Idade Média. Esta longa cronologia explica em parte a existência no morro de estruturas habitacionais circulares e de uma potente muralha com cerca de 3 m. de espessura, que possui face interna e externa. Provavelmente esta muralha será da Idade do Ferro (Fig.115), no entanto foram exumados fragmentos feitos à mão que pertencerão, provavelmente, à Idade do Bronze (Fig.116-117).

9.7.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Em termos agro-pastoris é de destacar a existência de uma grande quantidade de solos de tipo C, nomeadamente no Território de 30', a Sul do povoado. Também os solos de tipo E são bastante abundantes nomeadamente nos Territórios de 60 e 120', ou seja, podemos

pressupor um bom aproveitamento agrícola dos solos nas proximidades do habitat.

Para uma melhor apreciação destas aptidões observe-se a Fig.119 e o Quadro que se segue:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	175	380	1007,5	1562,5
D		340	732,5	1072,5
E	270	582,5	2417,5	3270
F			202	202
Total (ha)	445	1302,5	4359,5	6107

Quadro 9

Provavelmente há também o uso, em termos pastoris, dos solos deste povoado que se situam em plataformas que oscilam entre os 700 e os 900 m. e que atingem, na parte SE do Território, as Serras de Reboledo e de Sampaio acima dos 900 metros.

Em termos climáticos N^a Sr^a da Assunção situa-se na Terra Fria tipo F₃, embora nos Territórios de 60 e 120' alcance zonas climáticas de tipo T₃, T₄, Q₄ e Q₅, o que nos faz pensar no aproveitamento privilegiado destas zonas, com um maior poder de renovação florística, para uso agrícola. Destaque-se também que estas zonas são mais agrestes e mais baixas do que as zonas onde se situa N^a Sr^a da Assunção.

No que respeita a nascentes de água possuímos no Território de 30' uma nascente a Sul sobre solos de tipo E; no de 60', a Norte, sobre solos igualmente de tipo E duas nascentes, a Oeste sobre solos de tipo D outra nascente, a SE três nascentes assentes sobre solos de tipo C; no Território de 120' temos duas a Norte sobre solos de tipo E e C, uma a NO sobre solos de tipo D, a Sul três nascentes sobre solos de tipo E, a SE três nascentes em solos de tipo C e a Este uma sobre solos de tipo E. Esta riqueza de água pode proporcionar algu-

ma irrigação, rudimentar, de algumas culturas agrícolas.

9.7.2 – *Recursos Geológicos*

Geologicamente (Fig.4) o povoado está implantado sobre granitos de grão médio, essencialmente moscovítico, com scorzalite e trífilita, o denominado granito de Paredes da Beira. No seu Território localizam-se também grandes porções do denominado granito de Ariceira-Dacotim e pequenas manchas do granito de grão médio de Sendim, e ainda algumas porções de granito biotítico-moscovítico de grão médio denominado granito de Leomil-Vale de Frade. Quanto a xistos, encontramos algumas manchas de xistos metamorfizados indiferenciados.

No que se refere a recursos minerais possuímos várias minas abandonadas, bem como ocorrências minerais. Assim no Território de 60 minutos a SE encontram-se minas abandonadas de volfrâmio, a Oeste outras minas, igualmente, abandonadas de volfrâmio, a SO minas de estanho também abandonadas e nas proximidades do núcleo megalítico de Areita minas abandonadas de ouro. No Território de 120 minutos destacam-se as minas abandonadas de chumbo, prata e zinco da Várzea de Trevões, a Norte; a NO possuímos duas (2) minas abandonadas de estanho e bem perto uma ocorrência mineral de volfrâmio. Finalmente sensivelmente a Oeste, uma mina abandonada de volfrâmio.

Pensamos que a utilização (que não podemos provar) destas ocorrências minerais teria de ser alvo de “negociações” com os vários povoados que existem nas imediações de N^a Sr^a da Assunção, nomeadamente Chã do Murganho, Reboledo e Castelos Velhos de Trevões.

9.7.3 – *Recursos Hidrológicos*

Quanto à rede hidrológica de N^a Sr^a da Assunção (Fig.118), no Território de 30 minutos nascem doze (12) linhas de água, facto talvez condicionante da

localização actual da povoação de Paredes da Beira. De resto todos os Territórios são percorridos por uma infinidade de linhas de água, algumas das quais afluentes do Rio Távora que corre a Oeste do povoado, como por exemplo a importante Ribeira de Tabarelas.

9.8 - *Reboledo*

O povoado de Reboledo ocupa uma plataforma de 973 m. de altura (Fig. 121), sendo limitado por 2 picos graníticos às cotas de 995 e 985 m. sendo aberto a Norte e a Sul. É precisamente nessa última zona que possui uma muralha. No entanto a área mais elevada deste maciço possui igualmente vestígios de ocupação humana. A muralha do lado Sul foi destruída nos meados dos anos 80, tendo-se recolhido aí bastantes fragmentos cerâmicos manuais que formam motivos em triângulos e losangos (incisões profundas), tendo-se igualmente recolhido fragmentos de taças de pastas depuradas e fragmentos de grandes potes de armazenagem.

Na plataforma dos 985 m. que é defendida a Norte e a Sul por uma muralha foi recolhido um fragmento cerâmico com decoração tipo “Baiões-Santa Luzia” (Fig.122) e um pendente de xorca em bronze (Fig.123). Igualmente foi encontrada uma agulha em bronze e vários fragmentos cerâmicos manuais com ornatos brunidos que formam um motivo triangular. Também a plataforma superior (995 m.) apresenta uma linha de muralhas com cerca de 2 metros de espessura que a envolve completamente. Nem a muralha da plataforma superior nem a da inferior apresentam face externa. A plataforma inferior tem uma área estimada em 2,5 ha. embora seja pejada de uma grande quantidade de blocos graníticos, o que obviamente limita o espaço ocupável. A plataforma superior possui uma área de 0,68 ha.

Existem pois duas zonas principais de ocupação, que temos vindo a referir como plataforma inferior e superior, possuindo cada uma delas muralhas (Fig. 124). A localização a cotas tão elevadas permite dominar vastas áreas, sendo a visibilidade muito boa para qualquer dos lados que se vire o observador. A extraordinária profusão de elementos cerâmicos de carácter excepcional e os materiais em bronze, podem eventualmente apontar este povoado como um potencial lugar central, de que seriam tributários outros povoados localizados no seu Território Teórico de Exploração.

9.8.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Em termos de aptidões agro-pastoris Reboledo abrange dentro dos seus Territórios sobretudo zonas de grandes altitudes, como a Serra de Reboledo (em que se implanta) e a Serra de Sampaio, situando-se grande parte dos seus Territórios em altitudes que oscilam entre os 700 e os 900 metros.

Igualmente Reboledo se situa em Terras tipo F₃ e apenas nalgumas franjas, a Norte e a Oeste, já no Território de 120', alcança zonas de tipo T₃ e T₄.

Pelo que acabámos de dizer, parece-nos que a vocação deste povoado seria de tipo agro-pastoril, mas nalgumas franjas do Território de 60 min. alcançam-se algumas manchas de solos de tipo C, curiosamente localizadas na zona onde se situa Areita e também, a Norte do povoado, numa zona de vale com altitudes a oscilarem entre os 500 e os 700 m., entalhados entre zonas que variam entre os 700 e os 900 metros.

Para além destes solos de tipo C, supomos que os de tipo E tenham sido os mais utilizados.

Talvez a localização num ponto tão acentuado possa abonar em favor da hipótese de Reboledo ser um local central, de que seriam tributários outros povoados, que mitigariam assim “algumas” das limitações em termos agro-

pastoris de Reboledo. No entanto a profusão de linhas de água no Território de Reboledo, leva-nos a acreditar que a hipotética falta de terras aproveitáveis agrícola-mente em termos actuais, são mais ilusórias do que seriam na realidade, ou seja, essas linhas de água contribuiriam para o uso agrícola de solos aparentemente pouco aptos.

Para uma melhor avaliação dessas realidades observe-se a Fig.126 e o Quadro 10:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C		347,5	1390	1737,5
D			1400	1400
E	297,5	970	3250	4517,5
F				
Total (ha)	297,5	1317,5	6040	7655

Quadro 10

Em termos de nascentes de água, para além das várias linhas de água que nascem no Território de 30', possuímos uma nascente de água a SO; no de 60' temos quatro nascentes a Norte, duas a Este e uma a Sul; no Território de 120' possuímos um total de três a NO, três a NE, quatro a Este, duas a SE, onze a Sul e uma a SO.

Ou seja, uma grande quantidade de nascentes, o que deve ter contribuído para rentabilizar o uso da terra nestes Territórios quer em termos agrícolas, quer em termos florestais e pastoris.

9.8.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente (Fig.4), este povoado assenta sobre os denominados granitos de Paredes da Beira, possuindo no seu Território outros granitos como os de grão grosseiro denominados granitos da Laboreira, os granitos de grão médio de Leomil e Vale de Frade, os de Ariceira-Dacotim e o granito de grão médio da Sr^a da Graça. Igualmente se podem encontrar xistos metamorfizados indife-

renciados. Quanto a filões e massas ocorrem vários veios de quartzo, aplitos e aplito-pegmatitos.

No que respeita a recursos metálicos encontramos várias minas abandonadas exclusivamente no Território de 120 minutos. Assim possuímos a NO uma mina de volfrâmio; a SE três minas de ouro; na mesma direcção (próxima da anterior, embora já fora do limite territorial visibiliza-se uma outra de ouro, ainda na mesma direcção pode-se verificar a existência de uma ocorrência mineral de arsénopirite, a SSE, próximo de Laboreira, duas outras minas de ouro; a Oeste encontra-se uma outra mina de ouro (que fica nas proximidades de Areita) e finalmente também a Oeste uma mina de estanho.

A incrível quantidade de minas de ouro (5) abandonadas ainda reforça mais a possibilidade teórica, que apresentámos, de este ser um povoado central. Não queremos com isto dizer que essas minas que temos (abandonadas) fossem exploradas nesta altura, mas não é menos verdade que são poucas as possibilidades de que os habitantes de Reboledo, não tivessem tomado contacto com o metal amarelo, que ainda para mais se situa nas proximidades de veios de quartzo de extensão apreciável, que seriam provavelmente também explorados

9.8.3 – *Recursos Hidrológicos.*

Em termos hidrológicos (Fig.125) e no Território de 30 minutos nascem quatro (4) cursos de água (um deles na base do povoado). A proximidade dos Rios Távora e Torto, fazem com que muitos dos pequenos cursos de água que percorrem os Territórios desemboquem nesses Rios, situados respectivamente a 4,2 Km. Oeste e 5 Km. Este.

Não podemos esquecer a passagem a Sul de um importante afluente do Rio Távora – a Ribeira de Tabarelas.

Se atentarmos na Fig.125 reparamos que todos os Territórios são profusa-

mente cruzados por vários cursos de água que, reforçados, podem ter propiciado a prática de algumas actividades agrícolas, nomeadamente nas proximidades da Ribeira de Tabarelas, onde à sua passagem se alia uma teia menos apertada de curvas de nível, e onde se descreve uma zona aplanada.

9.9 – *S. Mamede*

O povoado de S. Mamede localiza-se numa pequena plataforma granítica encaixada entre 2 afloramentos graníticos ocupando uma área de pouco mais de 0,25 ha (Fig.128; Fot.35). O local é extremamente acidentado sendo difícil o acesso ao mesmo, sobretudo na vertente Este, num local sobranceiro ao Távora.

Possui uma muralha sem grande monumentalidade, constituída (como é habitual nesta zona) por pedras de pequenas e médias dimensões. Esta muralha deverá ter uma função meramente simbólica (devido à localização do próprio povoado, praticamente inexpugnável). Neste sítio recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos manuais que os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira afirmam datar do Bronze Final (CARVALHO *et alii*, no prelo).

9.9.1 – *Aptidões Agro-Pastoris*

Verificamos nos Territórios Teóricos de Exploração deste povoado a existência de solos de tipo C nas proximidades do povoado ou seja, no seu Território Teórico de Exploração de 30'. Tratam-se de solos, que ainda hoje são utilizados para a actividade agrícola, sobretudo o cultivo de centeio em regime de sequeiro. Para além disso existem ainda solos deste tipo de dimensões apreciáveis no Território de 120'.

Admitimos que a proximidade do Rio Távora e as pequenas linhas de água que a ele afluem possam ter potenciado a utilização de solos de tipo E e F

para a prática da pastorícia e da agricultura.

Quanto aos solos de tipo **D**, estes apenas se apresentam com dimensões razoáveis no Território de 120', o que não impediria, todavia, a prática de alguma agricultura ou somente pastorícia, ou ambas em conjunto neste tipo de solos.

Não é dispiciendo lembrar o potencial aproveitamento florestal de algumas zonas menos propícias em termos agropastoris para o aproveitamento de recursos relacionáveis com floresta.

Esta categorização dos solos pode ser observada no Quadro 11 e na Fig. 130:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	5,5	30	642,5	678
D		37,5	786	823,5
E	37,5	385	1504,5	1927
F	137,5	157,5	291	586
Total (ha)	180,5	610	3224	4014,5

Quadro 11

Em termos climáticos o povoado de S. Mamede situa-se em zonas de tipo T₃, embora os seus Territórios Teóricos de Exploração (exceptuando o de 30') abranjam situações de Terra Fria (F₄ e F₃) e ainda zonas de tipo Q₅, já na Região Natural do Douro (D) (Fig.2).

Intimamente relacionado com a actividade agrícola e pastoril estão as nascentes de água, que se podem encontrar, se exceptuarmos uma pequena linha de água que nasce no Território de 30', apenas nos Territórios de 60 e 120 minutos. Assim, no de 60' encontramos duas nascentes, uma a NO e outra a SO do povoado. Não podemos olvidar neste Território o curso do Rio Távora, na proximidade do contacto dos granitos com os xistos, o que nesta zona provoca um menor encaixe do Rio que o é de

forma mais marcada nas zonas graníticas.

Já no Território de 120' encontramos dez nascentes de água implantadas sobretudo em solos de tipo **D**, o que pode potenciar a utilização dos mesmos, como já dissemos atrás.

9.9.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente (Fig.4) este sítio está implantado nos denominados granitos de Paredes da Beira, embora grande parte do Território seja abrangido pelos granitos de Sendim, possuindo ainda uma mancha dos granitos de Ariceira-Dacotim e a NO intersecta 3 Formações xistentas: Bateiras, Pinhão e Rio Pinhão, ora é precisamente nestas zonas que possuímos boa parte das mineralizações que podem ter sido utilizadas neste período, nomeadamente na margem esquerda do Távora, uma mina abandonada de volfrâmio, que reforçamos mais uma vez, podem conter em associação minérios de estanho, no contacto do Território de 30 com o de 60 minutos. Na mesma margem temos, a SO, desta feita nos granitos, e já no Território de 120', mais duas minas abandonadas do mesmo minério. A Sul verifica-se também a existência de uma mina abandonada de ouro.

Já na margem direita do Rio Távora possuímos a Este uma mina abandonada de volfrâmio, as minas do Ameal (estanho) e duas minas abandonadas de estanho e ainda uma ocorrência mineral de volfrâmio. A NE, próximo do Território de 60', localizam-se duas minas abandonadas de estanho.

Pensamos que o controlo da extracção e/ou passagem do estanho seria uma das funções primordiais, se não a principal, deste povoado.

9.9.3 – Recursos Hidrológicos

Quanto aos recursos hidrológicos, cruzam os Territórios Teóricos de Exploração vários cursos de água que desaguardam no Rio Távora (Fig.129), no en-

tanto a malha de linhas de água é muito menos apertada do que nos povoados que temos vindo até aqui a tratar. É na margem direita do Rio Távora que se verifica uma mais densa rede hidrográfica subsidiária deste Rio. Aliás, a imagem que nos salta à vista quando visitamos S. Mamede ou os seus Territórios Teóricos de Exploração na margem esquerda do Távora é a de uma secura quase “esmagadora”.

Merece uma nota de destaque a localização de Chã do Murganho, que se situa a Este de S. Mamede, o que permite a ambos o controlo dos recursos minerais em que a zona do Távora é privilegiada. Ou seja, ambos controlam dentro dos seus Territórios quer os recursos minerais, quer o fluxo de pessoas e bens que circulariam por este Rio, embora um (S. Mamede) o exerça fortemente sobre a margem esquerda e o outro (Chã do Murganho) preponderantemente sobre a margem direita.

9.10 – *Quinta dos Pinheiros*

O sítio da Quinta dos Pinheiros encontra-se localizado numa plataforma escarpada sobranceira ao Rio Távora (Fig.132; Fot.36-37). A plataforma encontra-se encaixada entre 2 afloramentos graníticos e possui aproximadamente 1,5 hectares. Não possui vestígios de qualquer estrutura defensiva, mas a sua posição geo-estratégica permite-lhe ter uma vasta panorâmica sobre o Távora.

Não foram exumados quaisquer vestígios cerâmicos decorados mas os fragmentos lisos aparentam ser muito idênticos a outros exumados noutros povoados da região datáveis do Bronze Final.

9.10.1 – *Aptidões Agro-Pastoris*

No que concerne às aptidões agro-pastoris deste povoado, verificamos a existência de uma grande quantidade de solos de tipo **C** e **D**, sendo exclusivos

no Território de 30'. Aliás, no local onde se implanta o povoado, ainda hoje se pratica a produção de cereais em regime de sequeiro, o que prova a boa aptidão quer dos solos **C** quer dos solos **D**.

Nos restantes Territórios possui igualmente boas manchas de solos de tipo **C** e **D**, sendo os que ocupam a maioria do espaço no Território de 60'. Ou seja, verificamos neste povoado a existência de condições muito razoáveis para a prática da agricultura, que seria certamente complementada com a criação de gado ovino e caprino e, talvez já, também, bovino (este último nas proximidades do povoado).

Certamente que a pesca no Rio Távora poderia ter sido praticada, sendo muito provavelmente um complemento da dieta alimentar das comunidades que habitavam o sítio da Quinta dos Pinheiros.

Note-se que os solos **F** são uma constante nos cursos dos rios que percorrem a região, sobretudo quando assentam em granitos, curiosamente nos Territórios Teóricos de Exploração da Quinta dos Pinheiros tal situação verifica-se a montante do povoado, onde o substrato geológico é granítico, enquanto que a jusante o substrato xistoso permite que o Rio se liberte dos constrangimentos impostos pelos granitos e propicie solos com aptidões bastante ricas, nomeadamente solos de tipo **C** e **D**.

Por forma a avaliar estas aptidões observe-se o Quadro 12 e a Fig.134:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C	52,5	220	885	1157,5
D	195	375	1365	1935
E		90	1242,5	1332,5
F		62,5	217,5	280
Total (ha)	247,5	747,5	3710	4705

Quadro 12

Climaticamente Quinta dos Pinheiros e os seus Territórios Teóricos de Exploração implantam-se sobre zonas de clima de Transição de tipo T₃ (sendo que os Territórios de 30 e 60 min. se instalam exclusivamente sobre esta zona climática). Já o Território de 120' possui uma boa parte do seu Território sobre zonas climáticas semelhantes à anterior, embora a Oeste e Este se localize em zonas F₃. Existem ainda algumas pequenas manchas em zonas T₄ e Q₅. Os Territórios localizam-se exclusivamente na zona Beira Douro (N), cujas características já descrevemos no início deste trabalho.

No que concerne a nascentes de água possuímos uma no Território de 30', curiosamente em solos de tipo C, que como já referimos atrás poderia propiciar a prática do pastoreio de gado bovino. No Território de 60' temos quatro nascentes, todas elas localizadas a Oeste do povoado e também sobre solos C e D. Curiosamente estas nascentes de água localizam-se em zonas em que a rede de curvas de nível é relativamente larga, portanto em zonas aplanadas. No Território de 120' possuímos um total de dez nascentes localizadas sobretudo, uma vez mais, a Oeste do povoado.

9.10.2 – *Recursos Geológicos*

Geologicamente (Fig.4) Quinta dos Pinheiros implanta-se sobre os granitos de grão médio de Sendim possuindo algumas manchas de granitos de Ariceira – Dacotim e dos designados granitos de Paredes da Beira. Possui ainda algumas manchas de xistos metamorfizados indiferenciados.

Quanto a minas abandonadas possui no Território de 60 minutos, bem próximo do de 30 e a SO, uma mina abandonada de ouro. Já no seu Território de 2 horas, a NE, uma mina de volfrâmio, uma outra a NE do mesmo minério, a Este uma mina de estanho, a SE uma de ouro, a SO uma outra mina de volfrâmio e aproximadamente a NO duas

minas de volfrâmio, igualmente abandonadas. Ou seja, mais uma vez uma grande quantidade de minas, que como temos vindo a verificar, é uma característica comum em todos os povoados deste período.

9.10.3 – *Recursos Hidrológicos*

Em termos hidrológicos (Fig.133), a rede de linhas de água está submetida ao domínio do Rio Távora, uma vez que atravessa todo o Território no sentido S-N. Aliás, pensamos que a razão fundamental da localização deste povoado é mesmo o domínio do Rio e do fluxo de pessoas e bens que por ele circulariam, que se na zona de xistos poderiam circular nas proximidades do Rio, na zona de granitos, onde se implanta o sítio da Quinta dos Pinheiros, apenas o poderiam fazer passando nas proximidades do povoado, visto que o Rio aqui corre numa garganta em V formando meandros e impedindo praticamente a circulação nesta zona (pelo Rio).

É curiosa a localização de Castelinhos bem próximo da Quinta dos Pinheiros, embora na margem oposta. Será talvez abusiva, mas tentadora, a hipótese de se pensar numa complementaridade de funções entre estes dois sítios. No entanto não possuímos dados que nos possam garantir a existência de uma ocupação do Bronze no sítio de Castelinhos, pelo que nos abstermos de tecer mais comentários acerca desta hipótese, que a provar-se uma ocupação de Castelinhos na Idade do Bronze, nos parece bastante plausível.

9.11. – *Citânia de Longa*

No topo de um monte à cota máxima de 918 m. (Fig.136; Fot.38) desenvolve-se um imponente povoado cronologicamente do Bronze Final/Ferro Inicial – a Citânia de Longa. Este morro escarpado em todas as direcções per-

mite no entanto um fácil acesso pelo lado NE, onde se apresenta uma potente muralha, recentemente restaurada pela empresa ARQUEOHOJE Lda. Esta muralha tem um comprimento de 250 m. e protege a zona mais acessível do povoado. Mais próximo do povoado surge uma outra linha de muralhas, de pequenas proporções, que contorna a acrópole habitacional. Os autores do restauro adiantam que provavelmente esta “muralha interior” será mais antiga, com um carácter não defensivo mas simbólico (PERPÉTUO *et alii*, 1999, 131-132).

Os mesmos autores exumaram à superfície vários fragmentos cerâmicos manuais lisos que inseriram no Bronze Final, adiantando que eventualmente se possa recuar essa datação um pouco ou situá-los na Idade do Ferro Inicial.

Convém destacar dois (2) fragmentos cerâmicos decorados, um dos quais de tipo “Baiões/Stª Luzia” cuja gramática decorativa é formada por uma fiada horizontal de zigzagues. Esta decoração pertence a uma pequena tacinha de cerâmica fina muito depurada, cujas incisões foram feitas após cozedura. O outro fragmento decorado, cuja forma se desconhece, bastante erudido, permite observar uma fiada horizontal de incisões oblíquas. Exumaram-se igualmente neste sítio vários elementos de mós, quer dormentes quer moventes, alguns dos quais utilizados na construção da muralha exterior. Foi também recolhido um machado em anfibólito de pedra polida (Fig.137).

Destaque-se a proximidade espacial entre o povoado Calcolítico de Graíl e a Citânia de Longa. Efectivamente o povoado de Graíl situa-se na encosta do local de implantação da Citânia de Longa (Fot.39), o que nos autoriza a pensar numa alteração de estratégias de implantação no Calcolítico Final, se pensarmos que o sítio da Citânia de Longa pode ter tido uma ocupação do Bronze Médio. Pensamos efectivamente que as comunidades que habitaram este

povoado podem ter sido as mesmas que ocuparam Graíl, o que não obsta que as mesmas ocupassem simultaneamente os dois locais durante o Calcolítico, de que seria testemunho a muralha interior.

9.11.1 – Aptidões Agro-Pastoris

O que verificamos quanto às aptidões agro-pastoris da Citânia de Longa é que a par da inexistência de solos de tipo A e B, existem solos de tipo C, D e E no Território de 30’ do povoado ou seja, zonas com boas aptidões agrícolas em que se intersectam solos de tipo C e D, curiosamente no local onde se implanta Graíl.

Para além disso, também no Território de 60’ existe uma boa porção de solos de tipo C quer a Norte, quer a Este e a Sul, que podem perfeitamente ter suportado uma agricultura de sequeiro. Os solos de tipo D e E do Território de 60’ podem ter sido alvo de exploração agrícola e pastoril.

Também no Território de 120’ surgem solos de tipo C, embora os de tipo E sejam maioritários, que, pensamos, terão sido aproveitados em termos pastoris. Refira-se a existência, a Este do povoado, de algumas plataformas com altitudes superiores a 900 m. para os quais se pode ter dirigido o gado ovi-caprino, sobretudo durante o Verão. Finalmente, e ainda neste Território, possuímos a Oeste uma boa porção de solos de tipo F, que resultam da passagem do Rio Tedo.

Estas características podem ser avaliadas no Quadro 13 e na Fig.139:

Solos	30’	60’	120’	Total (ha)
A				
B				
C	17,5	212,5	767,5	997,5
D	15	40	657,5	712,5
E	157,5	500	1795	2452,5
F	17,5	100	1055	1172,5
Total (ha)	207,5	852,5	4275	5335

Quadro 13

Em termos climáticos a Citânia de Longa localiza-se em Terras Frias tipo F₃, abrangendo também as de tipo F₄. No entanto os solos de tipo C e D, que referimos acima (situados nas imediações de Graíl), localizam-se já em Terras de Transição tipo T₃. Os Territórios Teóricos de Exploração abrangem ainda Terras de Transição tipo T₄ e Terra Quente (Q₄) na zona do Rio Tedo. Todos os Territórios de Longa se localizam na Região Natural da Beira Douro (N).

No que respeita a nascentes de água, encontramos-as apenas no Território de 120', num total de quatro, situadas a SE e a NE, sobre solos de tipo D e E respectivamente. Não podemos esquecer, no entanto, que no Território de 30 min. nasce uma linha de água, afluente do Rio Tedo, e no de 60' nascem quatro outras linhas de água.

9.11.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente (Fig.4) este sítio situa-se sobre os denominados granitos de Ariceira-Dacotim, registando-se também, numa grande parte do Território, granitos de Sendim. Verifica-se ainda uma pequena mancha dos denominados granitos de Paredes da Beira.

Em termos de recursos minerais este povoado não possui dentro do seu Território minas abandonadas, surgindo apenas duas ocorrências minerais a Sul, uma no Território de 60' e outra nas proximidades desta embora já no Território de 120' de arsénopirite. Idêntica ocorrência mineral verifica-se neste mesmo Território a SO.

9.11.3 – Recursos Hidrológicos

Hidrologicamente este povoado contem no seu Território de 120' o Rio Tedo (Fig.138) que comanda a rede hidrográfica deste povoado, que no entanto não é muito vasta, possuindo comparativamente com outros povoados poucos recursos hídricos. Existe, no entanto, uma ribeira (a Ribeira de Leomil)

que afluí no Tedo dentro do Território de 120 minutos. Registemos que na confluência desta Ribeira com o Tedo a malha de curvas de nível é larga, surgindo nessa zona terrenos aluvionares que podem ter sido aproveitados agricolamente, embora se trate de terrenos pesados.

9.12 – Castro do Sabroso

A cerca de 5,5 Km. NO da Citânia de Longa encontra-se o Castro do Sabroso que se localiza numa pequena plataforma de 683 m. de cota máxima (Fig.141; Fot.40), que mede pouco mais de 0,4 ha., sendo pontuada por vários afloramentos graníticos que reduzem substancialmente o espaço ocupável, podendo ter sido ocupados algum /alguns dos numerosos abrigos graníticos (Fot.42) existentes por toda a encosta. Os autores da Carta Arqueológica de Tabuaço atribuem-lhe uma cronologia do Bronze Final.

Possui duas linhas de muralhas, muito arruinadas, constituídas por pedras de pequenas e médias dimensões, uma das quais rodeia a acrópole superior (Fot. 41).

A outra linha de muralha foi edificada sensivelmente a Norte no sopé do monte. Esta última mede pouco mais de 50 m. e ergue-se entre dois afloramentos graníticos.

9.12.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Em termos de aptidões agro-pastoris os solos do Castro do Sabroso são relativamente fracos, se esquecermos as grandes percentagens de solos de tipo C que se situam nos Territórios de 60 e 120'. Efectivamente o solo de tipo C, que se localiza no Território de 60' fica, extremamente perto do Território de 30' de Castro do Sabroso. Também a Sul, no Território de 120', existe uma pequena mancha deste tipo de solo, mas esta mancha teria que ser "dividida" com a

Citânia de Longa cujo Território de 60' o abrange.

Não descuramos a hipótese dos solos de tipo E e F terem sido aproveitados em termos agrícolas, pois a profusão de linhas de água que percorrem estes solos permite a prática da agricultura com a utilização de sistemas de irrigação ainda rudimentares, sobretudo na parte Norte do povoado e no limite do Território de 60'.

Existem nas proximidades do Castro do Sabroso manchas com altitudes entre os 700 e os 900 m. e mesmo superiores a 900 m., o que provavelmente permitiria a prática da pastorícia.

Podem-se observar as aptidões agropastoris do sítio a partir da análise do Quadro 14 e da Fig. 143:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C		112,5	1032,5	1145,5
D				
E	70	235	1082,5	1387,5
F	157,5	330	887,5	1375
Total (ha)	227,5	675,5	3002,5	3907,5

Quadro 14

Climaticamente os Territórios de Castro do Sabroso localizam-se sobre duas zonas climáticas homogéneas – D (Douro) e N (Beira Douro). Estes Territórios abrangem zonas de tipo T₃, T₄, Q₄, Q₅ e F₄, o que permite o aproveitamento de uma grande variedade de tipos climáticos.

Quanto a nascentes de água não se registam em nenhum dos Territórios Teóricos de Exploração. De referir, no entanto, o facto de nascerem, no Território de 30', duas linhas de água.

9.12.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente este sítio localiza-se sobre os denominados granitos de Paredes da Beira contendo nos seus limites vários fácies graníticos como o de Ari-

ceira-Dacotim e o de Sendim e, várias Formações xistentas como as de Bateiras, de Ervedosa do Douro, Pinhão, Rio Pinhão e Desejosa (Fig. 4).

Em termos de recursos minerais podem-se encontrar dentro do seu Território de 30' respectivamente a Norte e a Este ocorrências minerais de arsenopirite, pirite e volfrâmio. Já no Território de 60' sensivelmente a Este encontramos uma ocorrência mineral de chumbo e uma mina abandonada de volfrâmio. No Território de 2 horas e a Norte encontramos três minas abandonadas de chumbo e a NO uma ocorrência mineral de volfrâmio. De notar que, em linha recta, possuímos a cerca de 7,5 Km. minas abandonadas de cobre, já na margem direita do Rio Douro e, nas proximidades destas últimas, minas abandonadas de estanho (a cerca de 3 Km. em linha recta). Não queremos com isto dizer que tenham sido exploradas ou sequer conhecidas pelos habitantes de Castro do Sabroso.

9.12.3 – Recursos Hidrológicos

A rede hidrográfica do Castro de Sabroso é fortemente condicionada pela passagem a Este (a cerca de 1 Km.) do Rio Tedo (Fig. 142) onde afluem algumas das linhas de água presentes no Território, correndo outras para Norte, para o Douro, situado a cerca de 4,5 Quilómetros.

Pensamos que esta abundância de água pode eventualmente ter potenciado, como já referimos, algumas práticas de índole agrícola e pastoril. No entanto somos da opinião que a actividade primordial deste povoado tenha sido o controlo do Rio Tedo, que domina visualmente e, que precisamente nesta zona, se liberta dos constrangimentos impostos pelos granitos para alargar substancialmente o seu vale, já em terrenos xistosos, o que mais uma vez pode potenciar a prática agrícola.

9.13 – Quinta da Abelheira

Bem perto de S. Salvador do Mundo situa-se o povoado de Quinta da Abelheira (Fig.145; Fot.43), a cerca de 1 Km. SE. Neste sítio registou-se o achado de vários fragmentos cerâmicos manuais, para além de um fragmento de machado de pedra polida e a parte movente de um moinho manual em granito. O mais interessante fragmento cerâmico é uma cerâmica com decoração incisa composta por fiadas de linhas oblíquas em direcções opostas, usualmente denominado motivo em “espinha”. Este motivo é comum em povoados Calcolíticos podendo surgir também em espólios das fases de reutilização de monumentos megalíticos (CARVALHO *et alii*, no prelo).

Este sítio apresenta uma muralha na vertente Oeste, circundando o topo do monte, que tem uma área de sensivelmente 0,75 hectares.

Os mesmos autores adiantam a hipótese deste sítio ter tido uma ocupação Calcolítica e do Bronze Final (já com muralhas), podendo o período de transição entre o Calcolítico e o Bronze Final estar também representado (*idem*).

9.13.1 – Aptidões Agro-Pastoris

As aptidões dos solos da Quinta da Abelheira apresentam-se relativamente fracas, no entanto, cremos que no passado os solos seriam mais profundos do que se apresentam na actualidade fruto da erosão que os mesmos terão sofrido. Assim, e partindo dos dados que possuímos, pensamos que as bases subsistenciais deste povoado seriam uma agricultura relativamente pouco produtiva, realizada em solos de tipo E e F que apresentam grandes extensões nos Territórios de 30 e 60 minutos. No entanto as reduzidas dimensões do povoado fazem-nos pensar que a produção agrícola seria suficiente para o número de habitantes que comportava. Apenas no Território de 120’ nos surgem solos

de tipo C, que no entanto para serem utilizáveis, e partindo do pressuposto de uma contemporaneidade com S. Salvador do Mundo, teriam que ser fruto de uma “negociação” com os habitantes deste último sítio.

Acreditamos na probabilidade de uma das grandes fontes de subsistência deste sítio serem as actividades pastoris.

Não esqueçamos a possibilidade e, mais que provável, utilização dos recursos piscícolas do Rio Douro.

O que acima referimos pode ser verificado no Quadro 15 e na Fig.147:

Solos	30’	60’	120’	Total (ha)
A				
B				
C			220	220
D				
E	80	220	1172,5	1472,5
F	32,5	97,5	582,5	712,5
Total (ha)	112,5	317,5	1975	2405

Quadro 15

Climaticamente Quinta da Abelheira localiza-se em zonas tipo Q₅, abrangendo também, os seus Territórios zonas de tipo Q₄ e T₄, localizando-se nestas últimas solos da categoria C. Localiza-se na Região Natural D (Douro).

Quanto a nascentes de água, existem três no Território de 120’, duas delas a SO, bem próximas do Território de 60’, e uma a NO, já no limite do Território de 120’. Para além disso existe uma pequena linha de água que nasce no Território de 30’.

9.13.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente (Fig.4) este sítio situa-se sobre o granito de grão fino a médio, porfiróide, moscovítico-biotítico de Sabrosa que abrange grande parte do Território Teórico de Exploração do povoado situado a Norte do Douro. Quanto à parte Sul do povoado, implanta-se sobre xistos de várias Formações: Rio

Pinhão, Pinhão, Bateiras e Ervedosa do Douro.

Na área do povoado não se registam ocorrências minerais nem tão pouco minas abandonadas, ocorrendo apenas alguns veios de anfíbolito.

9.13.3 – Recursos Hidrológicos

Os recursos hídricos da Quinta da Abelheira são muito limitados (Fig.146) e os que existem, quer na parte Norte quer na Sul, são afluentes do Rio Douro. Aliás, este povoado é fortemente condicionado pela presença deste Rio sobre o qual, pensamos, exerceria um papel de controlo em conjunto com S. Salvador do Mundo.

Pensamos que a existência de um povoado quer do Calcolítico quer da Idade do Bronze estaria sempre condicionado pela presença de S. Salvador do Mundo, que podem não ter rivalizado mas sim complementado o controlo de boas porções do Rio Douro, um para Norte e Oeste e outro para Este.

9.14 - Cocheira

Os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira exumaram alguns cacos cerâmicos manuais lisos no sítio da Cocheira, que segundo eles se poderiam integrar no Bronze Final. De facto este sítio implanta-se sobre um monte com uma cota de 689 m. (Fig.149). Será que se pode presumir a existência de um povoado com tão pequeno número de evidências? De facto não se verificam nem estruturas defensivas nem outros vestígios conectáveis com este período que não os poucos fragmentos cerâmicos recolhidos pelos autores já referidos (CARVALHO *et alii*, no prelo).

9.14.1 – Aptidões Agro-Pastoris

Em termos de aptidões agrícolas e pastoris este sítio é quase totalmente recoberto por solos de tipo E, que podem

ter sido aproveitados em termos agrícolas. Possui, no entanto, também, no limite do Território de 120 min. algumas franjas de solos de tipo C.

Os solos de tipo E, que referimos atrás, para além do provável aproveitamento agrícola potenciado pela grande profusão de linhas de água que percorrem os seus Territórios, podem também ter sido aproveitados em termos de exploração de gado, na direcção Sul para a zona onde se situa a necrópole da Sr^a do Vencimento, zonas altas e relativamente aplanadas que proporcionariam pastos abundantes.

No Quadro que se segue e na Fig. 151 podem-se avaliar as características atrás aduzidas:

Solos	30'	60'	120'	Total (ha)
A				
B				
C			237,5	237,5
D				
E	210	652,5	2180	3062,5
F			97,5	97,5
Total (ha)	210	652,5	2515	3377,5

Quadro 16

O sítio da Cocheira situa-se na Região Natural do Douro (D), assentando os seus Territórios Teóricos de Exploração sobre zonas T₄ e Q₅.

Exite uma nascente de água no Território de 30' a Oeste do povoado (?), nascendo também neste Território quatro linhas de água, que acabam por ir desaguar no Douro. No Território de 120' existem mais três nascentes de água, sensivelmente a Sul, uma das quais no limite do Território de 60', e uma outra a SO.

9.14.2 – Recursos Geológicos

Geologicamente (Fig.4) este sítio implanta-se sobre terrenos xistosos de várias Formações: Desejosa, Pinhão e Rio Pinhão, abrangendo uma pequenís-

sima mancha, junto de N^a Sr^a de Lurdes, do denominado granito de Sabroso.

Não se registam quaisquer ocorrências minerais em nenhum dos Territórios se exceptuarmos alguns veios de anfibolito.

9.14.3 – *Recursos Hidrológicos*

A rede hidrográfica (Fig.150) é condicionada pelo Rio Douro, situado a 2,5 Km. NO do sítio. Perpassam todos os Territórios uma infinidade de linhas de água que são quase na sua totalidade afluentes do Rio Douro.

Devemos referir, a finalizar, que a exiguidade dos vestígios exumados não nos permite a classificação segura deste sítio como um povoado deste período.

9.15 – *Cabeço das Pombas e Alto da Escrita*

Será importante a associação e vinculação de Cabeço das Pombas e da Estátua-menir do Alto da Escrita aos povoados da Citânia de Longa e Castro do Sabroso, em cujos Territórios ambas se integram (Fig.140; 144).

Tal como referimos para o Calcolítico, pensamos que estes dois locais, que poderão ter funcionado como marcos delimitatórios de territórios, com mais propriedade o serão durante a Idade do Bronze, em que as elites se assumem mais fortemente e daí, provavelmente, o acréscimo da arma na Estátua-menir nesta época.

9.16 – *Núcleo Megalítico de S. Domingos*

Não podemos esquecer o papel de controlo que terão assumido os monumentos 2, 3 e 4 do núcleo de S. Domingos, que na Idade do Bronze controlariam o fluxo de pessoas e bens que circulariam entre os Rios Torto e Távora,

nomeadamente a circulação de estanho, matéria-prima indispensável para o fabrico do bronze, em especial a circulação desta matéria-prima de Sul em direcção à via de comunicação natural (que é o Rio Douro), visto que as evidências de estanho se localizam precisamente (e principalmente) no interflúvio Torto-Távora a Sul do núcleo megalítico de S. Domingos.

É clara a vinculação destes três monumentos a um desejo de controlo por parte das elites da Idade do Bronze da circulação do estanho em direcção ao Rio Douro, porque, reforçamos, este será o único local onde a passagem se faz de forma mais facilitada.

9.17 – *Integração dos Sítios Arqueológicos Noutros Territórios Teóricos de Exploração*

Durante os II^o/I^o Milénios AC apenas o povoado da Quinta da Abelheira se integra no Território Teórico de Exploração, de 120' a SE, de **S. Salvador do Mundo**, a cerca de 1 hora e 13 min. de distância pedestre.

Por sua vez S. Salvador do Mundo apenas se inclui no Território Teórico de Exploração, de 120', da Quinta da Abelheira (Fig.153-154).

Este último sítio que referimos (Quinta da Abelheira) é um povoado de altura, muralhado, onde no ponto mais alto do morro se exumaram alguns vestígios da Idade do Bronze.

A proximidade deste dois povoados indicará uma mesma comunidade repartida por dois pontos de vigilância e controlo do Rio Douro?

No Território de 30' de **Castelinhos** encontra-se o sítio da Quinta dos Pinheiros a cerca de 30 min. de distância pedestre, a Oeste.

Já no Território de 120' encontramos a Norte e a cerca de 1 hora e 30 min. Chã do Murganho (junto às minas do

Ameal), a Oeste e à mesma distância o sítio do Cabeço de S. João e, a NE o povoado de N^a Sr^a da Assunção a cerca de 1 hora e 21 min. de distância pedestre (Fig. 61A).

Castelinhos está integrado nos Territórios Teóricos de Exploração de 30' da Quinta dos Pinheiros e nos de 120' de Cabeço de S. João, N^a Sr^a da Assunção e Chã do Murganho (Fig. 153-154). Encontra-se já fora dos Territórios Teóricos de Exploração, mas quase os tocando, de Reboledo e S. Mamede.

Quanto a **Chã do Murganho**, apenas no Território de 120' encontramos outros povoados: Castelinhos a Sul a cerca de 1 hora e 30 min.; Quinta dos Pinheiros, também a Sul; já no limite do Território, S. Mamede a Oeste e a cerca de 1 hora e 50 min. de distância pedestre e, ainda N^a Sr^a da Assunção a SE a cerca de 1 hora e 10 min. de distância pedestre (Fig. 70A).

Por sua vez Chã do Murganho está incluído nos Territórios Teóricos de Exploração de Castelinhos, S. Mamede e N^a Sr^a da Assunção (Fig. 153-154). Chã do Murganho encontra-se fora do Território Teórico de Exploração de 120' da Quinta dos Pinheiros, embora quase encostado a esse limite.

No Território de 120' de **Castelos Velhos de Trevões** integram-se N^a Sr^a da Assunção a Oeste a cerca de 1 hora e 10 min. de distância pedestre e, o povoado de Reboledo a Sul a cerca de 1 hora e 26 min. de distância pedestre (Fig. 79A).

Castelos Velhos de Trevões integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração de Reboledo e de N^a Sr^a da Assunção (Fig. 153-154).

No que diz respeito ao **Cabeço de S. João**, no Território de 120' integram-se os sítios de Castelinhos a Este a cerca de 1 hora e 30 min. de distância pedestre; Quinta dos Pinheiros, na mesma

direcção a cerca de 1 hora e 10 min. de distância pedestre e ainda o sítio de S. Mamede a NE a pouco menos de 2 horas de distância pedestre (Fig. 85A).

O Cabeço de S. João está integrado nos Territórios Teóricos de Exploração de Castelinhos, Quinta dos Pinheiros e de S. Mamede (Fig. 153-154).

Apenas o sítio da Cocheira se integra no Território Teórico de Exploração, de 120', de N^a Sr^a de Lurdes, a SO e a cerca de 1 hora e 40 min. de distância pedestre (Fig. 105A).

N^a Sr^a de Lurdes apenas se integra no Território Teórico de Exploração da Cocheira (Fig. 153-154).

No Território de 120' de N^a Sr^a da Assunção assentam cinco (5) povoados coevos. São eles Chã do Murganho a NO a cerca de 1 hora e 10 min. de distância pedestre, Castelinhos a SO e a 1 hora e 21 min. de distância pedestre, Quinta dos Pinheiros a SO a cerca de 1 hora e 50 min., Castelos Velhos de Trevões a Este e a 1 hora e 10 min. de distância pedestre e finalmente Reboledo a SE a cerca de 1 hora e 30 min. de distância pedestre (Fig. 120).

A grande concentração de povoados nesta zona implicaria "negociações" constantes entre estes sítios pela posse dos recursos que os mesmos compartilhariam.

Por sua vez N^a Sr^a da Assunção integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração de Chã do Murganho, Castelos Velhos de Trevões, Castelinhos, Quinta dos Pinheiros e Reboledo (Fig. 153-154).

Apenas no Território Teórico de Exploração de 120' encontramos dois povoados contemporâneos (teoricamente) de **Reboledo**: Castelos Velhos de Trevões a Norte e a 1 hora e 26 min. de distância pedestre e N^a Sr^a da Assunção a NO e a cerca de 1 hora e 30 min. de distância pedestre (Fig. 127). Perto do

Território de 120' de Reboledo (mas fora) situam-se Chã do Murganho e Castelinhos.

Por sua vez Reboledo apenas se integra nos Territórios Teóricos de Exploração de N^a Sr^a da Assunção e de Castelos Velhos de Trevões, embora os limites dos Territórios de 120' de Chã do Murganho e de Castelinhos lhe passem perto (Fig.153-154).

S. Mamede integra, apenas, no Território Teórico de Exploração de 120', três outros povoados, genericamente seus contemporâneos: Chã do Murganho, a Este e a cerca de 1 hora e 50 min. de distância pedestre; Quinta dos Pinheiros a SE e a pouco menos de 2 horas de distância pedestre, sensivelmente à mesma distância, mas a SO o Cabeço de S. João (Fig.131).

Por sua vez S. Mamede integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração de Chã do Murganho e Cabeço de S. João (Fig.153-154).

No Território Teórico de Exploração de 30' da **Quinta dos Pinheiros** (no seu limite) integra-se o sítio de Castelinhos, a Este. Já no Território Teórico de Exploração de 120' encontram-se os sítios de Cabeço de S. João, a Oeste a cerca de 1 hora e 10 min. de distância pedestre e N^a Sr^a da Assunção a NE a cerca de 1 hora e 50 min. de distância pedestre (Fig.135).

O sítio da Quinta dos Pinheiros integra-se nos Territórios Teóricos de Exploração de S. Mamede, Chã do Murganho, Castelinhos, Cabeço de S. João e de N^a Sr^a da Assunção (Fig.153-154).

Estas interpenetrações territoriais e a inclusão da Quinta dos Pinheiros em tantos Territórios Teóricos de Exploração faz-nos crer que teria que haver uma partilha, necessariamente "negociada", dos recursos entre as elites "nascentes" nesta zona.

Dentro dos Territórios Teóricos de Exploração da **Citânia de Longa** não se localiza qualquer povoado contemporâneo deste (Fig.140).

No entanto, não podemos deixar passar em claro a localização fora do Território de 2 horas, mas bem perto desse limite, a NO o povoado de Sabroso, do mesmo período.

Igualmente fora do Território, mas a SE, encontra-se o sítio de Cabeço de S. João, mas mais importante do que tudo é a existência, na fronteira NO do Território de 120', de um conjunto de gravuras rupestres ao ar livre, no sítio denominado Cabeço das Pombas, que poderão ter uma cronologia da Idade do Bronze, o que a provar-se constituirá um importante factor simbólico/ religioso delimitador do Território Teórico de Exploração da Citânia de Longa.

Igualmente a Norte se encontrou a já descrita Estátua-menir do Alto da Escrita, quase no limite deste mesmo Território.

A provar-se que a arma (a existir) que ostenta foi gravada numa época posterior à dos restantes motivos insculturados, tratar-se-á igualmente de um "marco" delimitador do Território Teórico de Exploração deste povoado?

Serão estes motivos, de qualquer forma, símbolos de prestígio e poder que demonstrem já uma hierarquização social? Parece-nos muito provável.

Estarão relacionados mesmo com os habitantes da Citânia de Longa?

Ou com os de Castro de Sabroso?

Ou, mais provavelmente, com ambos?

A Citânia de Longa não se insere em nenhum Território Teórico de Exploração de outros povoados (Fig.153-154).

Dentro dos Territórios Teóricos de Exploração de **Castro do Sabroso** não se localizam nenhuns outros povoados seus contemporâneos (Fig.144). No entanto, notemos que já fora do Território de 2 horas, embora bem perto do seu li-

mite, se localiza a importante estação da Citânia de Longa, que com este partilha vastas áreas dos seus Territórios Teóricos de Exploração.

Castro do Sabroso também não se inclui em nenhum Território Teórico de Exploração de outros povoados seus contemporâneos (Fig.153-154).

Não podemos esquecer a localização das gravuras rupestres de Cabeço das Pombas, a Sul, e integrada no Território de 60'. Já mais distante, integrada no Território de 2 horas, a cerca de 3 Km. em linha recta, temos o local onde foi recolhida a Estátua-menir do Alto da Escrita.

Tal como referimos para a Citânia de Longa, pensamos que estes sítios podem ter conotações de tipo fronteiriço, e de demarcação ritual, simbólica e económica das zonas exploradas ou exploráveis por estes dois povoados, embora acreditemos que Cabeço das Pombas funcionasse como um local público onde pudessem ocorrer contactos entre comunidades.

Nos Territórios Teóricos de Exploração de **Quinta da Abelheira** apenas se integra o sítio de S. Salvador do Mundo a NO e a cerca de 1 hora e 13 min. de distância pedestre (Fig.148).

Por sua vez a Quinta da Abelheira apenas é abrangida pelo Território Teórico de Exploração do sítio anteriormente referido (Fig.153-154).

Nos Territórios Teóricos de Exploração do sítio da **Cocheira** apenas se integra o povoado de N^a Sr^a de Lurdes a NE e a cerca de 1 hora e 40 min. de distância pedestre (Fig.152), que por sua vez integra também no seu Território o sítio da Cocheira (Fig.153-154).

No que concerne aos sítios de **Cabeço das Pombas e Alto da Escrita**, o primeiro está inserido no Território Teórico de Exploração de 60' de Castro do Sabroso e no limite do de 120' da

Citânia de Longa, enquanto que o segundo se encontra nos Territórios Teóricos de Exploração de 120' de Castro do Sabroso e da Citânia de Longa.

Quanto ao núcleo megalítico de **S. Domingos**, este não se integra em nenhum Território Teórico de Exploração de qualquer povoado do período em apreço.

10 - Conclusões Acerca do Povoamento dos IIº/Iº Milénios AC

Na região que temos vindo a analisar, nota-se claramente um hiato cronológico entre os finais do Calcolítico e o Bronze Final. Fábregas Valcarce e Richard Bradley utilizam inclusive a expressão uma “*Idade das Trevas que teria tido lugar no NW da Península Ibérica por volta de 1600 a.C. (em datas de calendário)*” expressão essa que, segundo os mesmos autores, se baseia nas escassas evidências funerárias e domésticas deste período (FÁBREGAS VALCARCE e BRADLEY, 1995, 153).

Nestes primeiros períodos da Idade do Bronze é comum falar-se do decréscimo dos lugares de habitat em relação ao período anterior, facto que se tem explicado pelo recurso ao uso de indicações de “ruptura populacional” derivada de uma crise demográfica, causada pela deterioração das condições climáticas (SILVA *et alii*, 1993, 250). Devemos referir, no entanto, que em Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) existe continuidade entre o Calcolítico e o Bronze Inicial.

No entanto, e voltando aos primeiros autores, estes referem que a alegada redução de sítios será mais aparente do que real. De facto estes autores explicam esta “invisibilidade” das comunidades deste período através da mudança nas estratégias de subsistência ao longo do IIº Milénio AC, que se baseia numa maior ênfase dada à criação de gado, na redução do tamanho das unidades sociais e numa redução da circulação de objectos de prestígio (FÁBREGAS VALCARCE e BRADLEY, 1995, 157). Um dos autores anteriormente citado formula uma hipótese interessante: “*a fragmentação do habitat (...) pode corresponder a um período de maior estabilidade em que a concentração ou a disposição defensiva do habitat não fosse*

necessária e até em última instância, antieconómica” (FÁBREGAS VALCARCE, 1995, 109-110).

O que verificamos ao observar o registo arqueológico da zona em estudo é que não se detectaram (por ora) vestígios das comunidades do Bronze Inicial e Médio, ao passo que se detectaram vestígios das comunidades da fase final da Idade do Bronze.

Pensamos que os indícios que registamos de fluxo e refluxos, avanços e recuos nos povoados (por exemplo nas muralhas), pode bem indiciar a continuação da operacionalidade de muitos sítios do IIIº Milénio AC durante as etapas iniciais do IIº Milénio AC, embora com deslocações. Existem de facto, como afirma Susana Oliveira Jorge, mudanças locativas (JORGE, 1999, 112), pelo aparecimento de novos povoados, embora a mesma autora afirme a permanência de antigos povoados Calcolíticos (*idem*).

Pensamos que nestas fases iniciais da Idade do Bronze, no Douro Sul, se aperta a malha de povoamento com a expansão para zonas diferentes em resposta a estímulos económicos distintos. Vislumbramos aliás já no Calcolítico um sistema de deslocação para zonas não ocupadas anteriormente, por povoados abertos de clara vocação agro-pastoril (Grail). O estabelecimento nessas zonas será possivelmente potenciador da evolução subsequente de alguns povoados da Idade do Bronze.

Quando analisamos as aptidões dos solos dos povoados verificamos que essas aptidões são mais claramente pastoris do que agrícolas, o que poderia apoiar o padrão económico baseado numa economia basicamente pastoril de cariz transumante, característico, segundo Fábregas Valcarce e Ruíz-Galvez Priego, das fases iniciais da Idade do Bronze (FÁBREGAS VALCARCE e RUÍZ-GALVEZ PRIEGO, 1997, 204), que se apoiam nas evidências da bacia do Médio e Alto Mondego.

Não excluimos de modo algum essa possibilidade. No entanto assinalamos que alguns dos sítios do Bronze Final, da zona em análise, podem eventualmente conter ocupações das fases intermédias do Bronze, como é o caso de N^a Sr^a de Lurdes (também com vestígios do Calcolítico) encastada sobre o Douro, o povoado aberto do Cabeço de S. João (que denuncia o aproveitamento de terrenos agrícolas) e a Citânia de Longa, onde o povoado do Bronze Final poderá ter vestígios de uma fase intermédia do Bronze, e ainda outro local situado igualmente sobre o Douro, Quinta da Abelheira, que poderá ter vestígios do Bronze Médio. Ou seja temos alguns sítios, implantados em locais estratégicos, uns sobre o Douro, que desde sempre deve ter potenciado contactos a nível supra-regional (Quinta da Abelheira, S. Salvador do Mundo e N^a Sr^a de Lurdes) e, outros que pela sua posição estratégica em locais proeminentes na paisagem, desde cedo, podem ter controlado a passagem e o fluxo de bens e pessoas por essas áreas.

No entanto, convém desde já, frisar, bem, a posição de Susana Oliveira Jorge que afirma, e passamos a citar, que *“Ao contrário do que alguns autores crêem estes povoados da Idade do Bronze não estão sistematicamente ligados a grupos itinerantes cuja economia assentasse preferencialmente no pastoreio.”* (JORGE, 1999, 112). Ou seja, uma posição que contraria a afirmação referida atrás de Fábregas Valcarce e Ruíz-Galvez Priego.

Também as sepulturas parecem revelar algumas permanências e transformações. Quer pela possível (mas não provada) reutilização dos sepulcros megalíticos que vêm do IV^o Milénio AC, como a necrópole de Areita, situada dentro dos Territórios Teóricos de alguns povoados: Castelinhos (?); Castelos Velhos de Trevões; N^a Sr^a da Assunção; Reboledo; Quinta dos Pinheiros e Coc-

heira, que domina a necrópole da Sr^a do Vencimento.

Embora no único dólmen de Areita escavado (Dólmen 1) não existam vestígios de deposições funerárias do Bronze, não significa que elas não tenham tido lugar nos outros.

Na margem direita do Douro, não muito distante da área em estudo, devemos fazer referência ao Dólmen 1 de Madorras, onde se registam reutilizações em momentos já adiantados do Calcolítico ou princípios da Idade do Bronze (GONÇALVES e CRUZ, 1994, 212).

Falámos de transformações, de facto possuímos no interflúvio, Torto/Távora monumentos que poderão (como já referimos) ser atribuíveis ao Calcolítico/Bronze. Trata-se do núcleo de S. Domingos, em que ao lado de um dólmen clássico surgem outros de pequenas dimensões e pouco relevados no terreno, a que Domingos Cruz (embora não especificamente para estes) atribui uma cronologia de finais do Calcolítico, inícios da Idade do Bronze, embora o mesmo autor afirme que os “cairns” possam ter sido construídos em meados da Idade do Bronze (CRUZ, 1995, 84).

Estes monumentos poderão corresponder a um controlo dos rios Torto e Távora, por onde circulariam itens de várias proveniências (por exemplo itens metálicos), que por sua vez eram controlados por determinadas comunidades. Desconhecemos se de facto estas sepulturas, que pela sua dimensão sugerem inumações individuais, são Calcolíticas ou da Idade do Bronze, embora a sua posição entre estes dois rios possa fazer-nos afirmar essa possibilidade, de que no entanto não temos dados suficientes para o afirmar com certezas.

No que concerne aos povoados parece que no Bronze Antigo e Médio e devido à circulação insistente de metais (JORGE, 1999, 107), se vão desenvolvendo fermentos de uma maior estratificação social que conduzirá ao apareci-

mento de hierarquias que manipulam por exemplo cerâmicas de características excepcionais tipo “Baiões-St^a Luzia” e objectos em bronze, igualmente excepcionais (por exemplo o pendente de xorca exumado em Reboledo) que denuncia o paulatino desenvolvimento de povoados centrais como parecem ser Reboledo, Chã do Murganho, Castelos Velhos de Trevões, S. Salvador do Mundo e talvez N^a Sr^a de Lurdes. Também a Citânia de Longa o é, provavelmente, “marcando”, mesmo este último, os seus Territórios através de estátuas (armadas) e santuários de Arte Rupestre - Cabeço das Pombas.

11 - Conclusões Finais

Localizados nas margens do Douro, os concelhos de Tabuaço e S. João da Pesqueira, ocupam uma posição charneira entre as áreas da Beira Alta e de Trás-os-Montes.

Tratámos estes dois concelhos como um todo, do ponto de vista da chamada Arqueologia Espacial.

Analisámos pois o período de tempo correspondente à Pré-História Recente entre os finais do VI^o Milénio AC e os meados do I^o Milénio AC.

Sendo os vestígios mais antigos desta área os recolhidos no Abrigo de Fraga d'Aia, começámos por analisar esta estação que, embora sem o afirmarmos claramente, pensamos que pode corresponder a uma fase de evolução das comunidades mesolíticas locais para as pautas ditas neolíticas.

Um Neolítico (Médio e Final) que se caracteriza pela erecção de grandes túmulos (como os da necrópole de Areita), que assumimos poderem ter sido contemporâneos do Abrigo de Fraga d'Aia, embora, e marquemos aqui bem a nossa posição, não dos primeiros momentos de ocupação do mesmo.

Nesta região, como vínhamos dizendo, mantiveram-se desde cedo relações com outras áreas peninsulares. Estamos a referir nomeadamente ao aparecimento de sílex (material exógeno) quer em Areita quer em Fraga d'Aia. Não queremos com isto dizer que essas relações fossem constantes e de larga escala mas sim, intermitentes e de pequena monta.

Parcialmente contemporâneos das necrópoles megalíticas (Areita, S. Domingos e Sr^a do Vencimento) poderão ser ainda os sítios do Povoado da Porqueira, Vila Chã e os vestígios de S. Salvador do Mundo.

Ensaíamos noções de visibilidade em todos os monumentos megalíticos, entendendo a visibilidade como um pro-

cesso complexo, em que como afirma Criado Boado a *“descrição e análise das estratégias de visibilização existentes dentro da acção social, podem ser um recurso para interpretar o registo arqueológico e aceder através dos seus elementos ao estudo de diferentes racionalidades que os geraram”* (CRIADO BOADO, 1993, 39). Um facto irrefutável, como diz o mesmo autor, é que o megalitismo é um fenómeno de *“ineludível dimensão espacial”* (*idem*, 78). O Homem transforma o meio pela *“espacialização”* do mesmo através de marcas, mais do que puramente paisagísticas, marcas que são a expressão social, económica, cultural, religiosa, etc., de um pensamento cada vez mais domesticado.

Procurámos interpretar essa vontade de visibilidade de um ponto de vista de relação e intervisibilidade dos monumentos entre si, no âmbito de uma longa construção da paisagem. Um tempo longo em que as comunidades ensaiam diferentes estratégias adaptativas. Marcando simbolicamente o espaço, transformando-o, domesticando-o, como sugere Susana Oliveira Jorge com o título do seu livro *“Domesticar a Terra”*. Domesticar a terra mas também domesticar o tempo dando-lhe uma noção de intemporalidade, pelo culto dos antepassados, um tempo quase imóvel, mas que vai progressivamente levar a novas noções de apropriação do espaço. Um espaço construído, progressivamente num lento e moroso processo de adição que vai conduzir a paisagens agrícola-pastoris que se tornaram, a pouco e pouco, em factores de impossibilidade de retorno a um modelo de vida *“selvagem”* em que, no entanto, ainda se baseiam estas primeiras sociedades, pelo aproveitamento dos recursos da envolvente.

Um processo de mudança e racionalização do espaço gerador de novas relações, de novas construções mentais, de novos *“tempos”* sociais e económicos, de novas conflitualidades, também,

durante o período que costumamos definir de Calcolítico.

Um processo que vai levar simultaneamente a um processo de “alargamento” do espaço e de um “fechar” do espaço. A malha de povoados alarga-se, aumenta o número de espaços ocupados neste período. Espaços esses em que se inserem comunidades ainda largamente igualitárias, que tendem a fechar os “recursos” pela apropriação de um “espaço” seu, mas que ainda é largamente partilhado com outras comunidades segmentárias, em diferentes fases de evolução.

Todos estes espaços são marcados pelos rios, mas sobretudo por um – o Rio Távora, à volta do qual se estabelecem quer as primeiras comunidades Neolíticas, quer as Calcolíticas, quer ainda, em grande medida, as comunidades do Bronze.

Há claramente um processo de escolha de locais estrategicamente bem localizados, próximo de vales bem drenados, onde se pratica já uma agricultura ainda em pequena escala, complementada com a criação de gado. Uma economia em que os recursos agrícolas ainda são minoritários, utilizando-se em larga escala a caça e pesca como aspectos complementares destas economias. Economias que vão progressivamente tornando-se mais dependentes num processo de evolução para o aproveitamento de recursos derivados, da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”, o leite, a lã, etc.

Começa nesta altura (Calcolítico) o aproveitamento mais intensivo dos solos, e o intercâmbio mais marcado de produtos não subsistenciais, que já eram (como dissemos) “transaccionados” em épocas anteriores. Só que agora a escala de troca aumenta, lentamente o cobre (nas fases finais do Calcolítico) começa a fazer parte do “pacote” de intercâmbios, primeiro com áreas limítrofes, como Trás-os-Montes e talvez a bacia do

Médio e Alto Mondego por onde aliás, já teriam circulado os primeiros objectos de sílex.

A malha vai-se progressivamente apertando, no seio dos povoados começam-se a afirmar alguns indivíduos, que são a base das verdadeiras elites que se afirmam claramente no Bronze pela sua importância crescente no controlo das vias de distribuição e exploração dos recursos, também o ouro seria (talvez) já explorado e circularia nestes circuitos de intercâmbios em escala já supra-regional.

Traçamos um quadro muito vago e genérico da nossa região de estudo. Convém agora especificarmos um pouco mais.

Quanto aos monumentos megalíticos do núcleo de Areita já dissemos que actuaram como “marcadores” da paisagem. Essa marcação de espaços pode traduzir-se na sua localização privilegiada, no entanto pensamos que essa zona seria talvez apropriada espacialmente para um uso, provavelmente, sazonal em alturas de escassez, pois os principais habitats conectáveis deste período localizavam-se nas margens do Távora, embora não muito distanciados de Areita.

O Dólmen 1 de Areita tem em comum com outros monumentos da região da Beira Alta o facto de ser um túmulo aberto e fechado após um curto período de utilização.

Provavelmente a Beira Alta terá sido um dos focos de origem do megalitismo no nosso território (JORGE, 1990a, 138).

Outro aspecto importante do núcleo de Areita é o surgimento da arte megalítica nos esteios do Dólmen 1.

Um pouco anterior é o Abrigo de Fraga d’Aia, onde uma aparente cena de caça demonstra um dos principais aspectos da economia da zona, a caça.

O sítio de Fraga d'Aia é um espaço ritual que terá uma história longa.

Os outros dois núcleos megalíticos, Sr^a do Vencimento e S. Domingos, são algo distintos. Para começar não conhecemos as cronologias absolutas para estes monumentos.

No núcleo de S. Domingos, a par de um dólmen de corredor (curto) surgem em épocas posteriores (Calcolítico/Bronze) monumentos funerários tipo "cairn".

Os habitats aparentemente contemporâneos destes monumentos surgem no local polarizador que é o Távora (à excepção de S. Salvador do Mundo sobre o Douro) e portanto relativamente afastados dos núcleos de monumentos. Pode-se colocar a hipótese de existirem outros locais de habitat, nas proximidades dos núcleos ou, mais provavelmente, o aproveitamento extensivo de vastos territórios por estas comunidades.

No que concerne ao III^o Milénio AC parece dar-se um processo de expansão do povoamento que virá já do Neolítico. Admitimos que as comunidades Calcolíticas da região, possam ter evoluído de um fundo Neolítico local, que se pode verificar pelo tradicionalismo e conservadorismo de certas formas cerâmicas (esféricas e semi-esféricas) sendo um aspecto distintivo a decoração.

Desse período possuímos vários padrões de localização: povoados abertos de encosta (Graíl e Povoado da Porqueira); sítios destacados na paisagem com condições naturais de defesa (S. Salvador do Mundo, N^a Sr^a de Lurdes, Chã do Murganho e Castelos Velhos de Trevões) por vezes reforçados por muralhas, muitas vezes simbólicas.

É também neste período que poderão ter surgido a Estátua-menir do Alto da Escrita e o penedo insculturado do Cabeço das Pombas. Também neste período começa a desenhar-se já uma das características do período seguinte, ou seja o controlo de vias de passagem

(fluviais e talvez terrestres) de pessoas e bens, em que paulatinamente se começam a afirmar algumas elites responsáveis por esse controlo.

Parece ter-se dado nesta altura um crescimento demográfico, que favoreceu a autonomização de algumas formações Calcolíticas e dispersão das mesmas por zonas não ocupadas ou, pelo menos, fracamente ocupadas.

Da Idade do Bronze não possuímos muitos dados (infelizmente não tivemos acesso às cerâmicas decoradas) o que dificulta sobremaneira a análise deste período, no entanto alguns traços se podem esboçar.

Existem em alguns dos contextos do II^o Milénio AC indícios de ocupações das fases iniciais do Bronze, o que pode talvez confirmar o substrato indígena das comunidades do Bronze Final da região.

Também e tal como no III^o Milénio AC parece desenvolver-se o processo de ocupação de zonas ainda fracamente ocupadas e a reocupação de locais utilizados no III^o Milénio AC.

Reflexo de novos impulsos culturais, provavelmente exógenos, atlânticos e mediterrânicos, vemos desenhar-se um quadro (durante o Bronze Final) de maior hierarquização social cujas marcas mais notórias serão o aparecimento de prováveis povoados centrais em que as elites já, relativamente poderosas, controlam a rede de povoados situados na sua dependência através de uma complexa complementaridade de funções e solidariedades, em que a extração e circulação de metais (o estanho e talvez o ouro) jogam um papel fundamental. Aliás temos provas directas da transformação de metais, nomeadamente pelo achado de um molde de fundição no povoado de S. Salvador do Mundo (que poderá ser deste período) e de um pingo de fundição exumado no Cabeço de S. João.

O controlo destas zonas poderá talvez reflectir-se na implantação de povoados em zonas sobranceiras ao Douro (Quinta da Abelheira por exemplo) e em zonas de passagem como Citânia de Longa, cujo Território será, provavelmente marcado simbolicamente pela Estátua-menir do Alto da Escrita (agora talvez acrescentada com uma arma) e do sítio rupestre de Cabeço das Pombas e a “subida” dos habitantes de Grail em período indeterminado para a referida Citânia.

Pensamos que a intensificação do povoamento desta zona nos II^o/I^o Milénios AC, se deve essencialmente à riqueza mineral desta área (ou seja riqueza em estanho e ouro).

Alguns povoados substituem a função de marcação do espaço, dos monumentos sepulcrais do IV^o e ainda do III^o Milénios AC, por poderosas muralhas, implantadas em sítios que por si só são monumentais (como é o caso de Reboledo).

As tumulações deste período perdem visibilidade, embora tenhamos evidências no núcleo de S. Domingos de “cairns” que poderão corresponder a tumulações deste período.

Não se verificam os tradicionais “depósitos de artefactos metálicos” que ocorrem noutras zonas do país, nomeadamente no Norte de Portugal. Isto não significa que não existam, apenas que não foram ainda detectados.

Dá-se agora um certo afastamento do Távora, embora essa distância não seja nem muito grande nem muito significativa. Aliás, a localização dos povoados (e dos próprios “cairns”) em zonas onde podem dominar o fluxo de pessoas e bens que se fará por terra, nos espaços entre os rios, e nos próprios rios, é um aspecto importante.

Convém assinalar um traço comum a todos os sítios tratados (à excepção de dois – Vila Chã e Cocheira) em todos os períodos, que é a localização sempre

em zonas graníticas, aspecto que se manifesta de forma clara nos sítios de S. Salvador do Mundo, N^a Sr^a de Lurdes e Quinta da Abelheira, que se localizam precisamente nas únicas pequenas manchas graníticas localizadas dentro dos xistos. O que é que concluímos daqui? Que a localização sobre os granitos deverá ter a ver com a maior capacidade de retenção de água destes substratos litológicos em relação aos xistos, o que teria certamente a ver com o aproveitamento agro-pastoril das zonas imediatamente anexas aos povoados. Acrescentemos também que essas zonas possuíam talvez solos mais profundos e um maior grau de humidade que potenciaría o aproveitamento atrás referido.

As zonas não ocupadas em nenhum dos períodos tratados (ou seja, as zonas vazias em termos de povoamento) são zonas xistentas ou seja, marcadamente não aproveitáveis em termos agrícolas, o que não significa que o fossem em termos pastoris ou de exploração florestal.

A somar a isto é de referir que essas zonas constituem a Zona Climática Homogénea D (Douro), que pensamos, que aliás, terá tido mais importância no ermamento desta zona, do que a localização sobre os xistos. Nesta zona e com importância, por exemplo, para a agricultura e para a criação de gado, a precipitação cifra-se entre os 200 e os 1 100 mm., ao passo que na zona N (Beira Douro) se cifra entre os 800 e os 1 200 mm., ou seja, uma zona menos beneficiada em termos de chuvas, que torna, portanto, menos aproveitável a terra em períodos em que a irrigação seria uma excepção. Note-se igualmente que o índice hídrico de Thornthwaite é na Beira Douro de 60 a 80 ao passo que na zona Douro é de -20/-40.

Também a maioria dos sítios se localizam em áreas de clima de tipo T₃, onde podem ter uma maior abrangência de recursos mobilizáveis em termos económicos.

O ermamento em termos de povoamento actual desta zona, não será alheio às condicionantes atrás aduzidas. Efectivamente, nesta zona xistosa e de clima já descrito, verifica-se a quase inexistência de povoações actuais, apenas se lobrigando, de quando em quando, algumas quintas relacionadas com a produção de Vinho do Porto.

Traçámos nestas breves linhas um quadro evolutivo que esperamos possa lançar pistas para futuras investigações a serem desenvolvidas nesta zona num futuro não muito distante.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

- AGROCONSULTORES e COBA** (1991), *Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, (com “Memórias” e “Anexos” policopiados), UTAD.
- ALARCÃO**, Jorge de (1996), *Para Uma Conciliação das Arqueologias*, “Histórias e Ideias”, 7, Edições Afrontamento, Porto.
- ANTUNES**, Miguel Telles (1988), *Material Ósseo Proveniente de Fraga d’Aia - Ap.1*, de Jorge, Vítor Oliveira et alii (1988), *A Fraga d’Aia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) Arte Rupestre e Ocupação Pré-Histórica*, “TAE”, XXVIII, (1-2), SPAE, Porto, pp.227-228.
- ANTUNES**, Miguel Telles (1995), *Jazida de Castelo Velho (Freixo de Numão). Elementos Arqueozoológicos*, “TAE”, XXXV (2) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.451-456.
- ARIÈS**, Philippe (1975), *Essais Sur l’histoire de la Mort en Occident - du Moyen Age à Nos Jours*, Éditions du Seuil, Paris.
- ARNAUD**, José Morais (1978), *O Megalitismo em Portugal: Problemas e Perspectivas*, “Actas das III Jornadas Arqueológicas”, Vol.1, Lisboa, pp.99-109.
- ARNAUD**, José Morais (1993), *O Mesolítico e a Neolitização: Balanço e Perspectivas*, “O Quaternário em Portugal, Balanço e Perspectivas”, Colibri, Lisboa, pp.173-184.
- BELLO DIÉGUEZ**, José M^a (1994), *Grabados, Pinturas e Idolos en Dombate (Cabana, La Coruña). Grupo de Viseu ou Grupo Noroccidental? Aspectos Taxonomicos y Cronologicos*, “Estudos Pré-Históricos”, Vol. 2, (Actas do Seminário: O Megalitismo no Centro de Portugal), CEPBA, Viseu, pp.287-304.
- BETTENCOURT**, Ana M. S. (1995), *Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal*, “A Idade do Bronze em Portugal – Discursos de Poder”, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, pp.110-114.
- BOTELHO**, I. J. (1997), *Dos Cacos e dos Vasos. O “Castelo Velho” de Freixo de Numão, na Charneira do IIIº/IIº Mil. a. C.*, “Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular”, Tomo II, Fundação Rey Afonso Henriques, Zamora, pp.401-414.
- BRADLEY**, Richard (1991), *Monuments and Places*, “Sacred and Profane Proceedings”, Oxford University Committee for Archaeology, pp.135-139.
- BRADLEY**, R. (1993), *Altering The Earth, The Origins of Monuments in Britain and Continental Europe*, “Monograph Series”, 8, Society of Antiquaries of Scotland, Edinburgh.
- BUTZER**, Karl W.(1989), *Arqueologia-Una Ecologia Del Hombre: Método y Teoria Para Un Enfoque Contextual*, Ediciones Bellaterra, Barcelona, pp.203-246.
- CARVALHO**, Pedro M. Sobral de e **GOMES**, Luís Filipe Coutinho (1995), *A Necrópole Megalítica de Nossa Senhora do Monte (Penedono, Viseu)*, “Estudos Pré-Históricos”, Vol. 3, CEPBA, Viseu, pp. 243-253.
- CARVALHO**, Pedro M. Sobral et alii (no prelo), *O Concelho de S. João da*

Pesqueira – Testemunhos do Tempo e do Homem, Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, Arqueohoje Lda, S. João da Pesqueira.

CRIADO BOADO, Felipe (1989), *Megalitos, Espacio, Pensamiento*, “Trabajos de Prehistoria”, 46, Dep. De Prehistoria do C. de Estudios Históricos, Madrid, pp.75-98.

CRIADO BOADO, Felipe (1993), *Visibilidad e Interpretacion del Registro Arqueologico*, “Trabajos de Prehistoria”, 50, Dep. de Prehistoria do C. de Estudios Históricos, Madrid, pp.39-56.

CRIADO BOADO, F. *et alii* (1986), *La Construcción del Paisaje: Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza (Galicia)*, “Arqueoloxia/Investigación”, 1, Santiago de Compostela.

CRIADO BOADO, F. *et alii* (1991), *Arqueología del Paisaje – El Área Bocelos-Furelos Entre los Tiempos Paleolíticos y Medievales*, “Arqueoloxia/Investigación”, 6, Santiago de Compostela.

CRUZ, Domingos J. da (1988), *O Megalitismo do Norte de Portugal*, (Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular - Vol. I), “TAE”, XXVIII (1-2), SPAE, Porto, pp.15-49.

CRUZ, Domingos J. da (1995), *Cronologia dos Monumentos com Tumulus do Noroeste Peninsular e da Beira Alta*, “Estudos Pré-Históricos”, Vol. 3, CEPBA, Viseu, pp.81-109.

CRUZ, Domingos J. da (1998), *Expressões Funerárias e Culturais do Norte da Beira Alta (V-II milénios a.C.)*, “Estudos Pré-Históricos”, Vol. 6, (Actas do Colóquio: A Pré-História na Beira Interior), CEPBA, Viseu, pp. 149-166.

CRUZ, Domingos J. da (2000), *Expressões Funerárias do Centro de Portugal (Vº-IIIº Milénio AC)* (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), Vol. III, ADECAP, Porto, pp.375-377.

CRUZ, M.^a das Dores (1995), *A Cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão, V.^a N.^a de Foz Côa)*, “TAE”, XXXV (3) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.257-268.

DAVIDSON, I. e **BAILEY**, G. N. (1984), *Los Yacimientos, Sus Territorios de Explotación y la Topografía*, “Boletín del Museo Arqueológico de Madrid”, II, Museo Arqueológico de Madrid, pp.25-43.

DELIBES DE CASTRO, G. (1995), *Ritos Funerários y Estructura Social Entre las Comunidades Neolíticas de la Submeseta Norte*, in **FÁBREGAS VALCARCE**, R. (ed.) *Arqueoloxia da Morte*, Xinxo da Limia, Vigo, pp.61-94.

DOMÍNGUEZ, Myriam López (1998), *Arqueologia como Hermenéutica. Megalitismo y Espacio Cultural en el Interfluvio del Torto com el Távora (Portugal)*, (Dissertação de tese de mestrado), pp.33-122, 142, 144-148, 152, 155, 159,176.

FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (ed.) (1995), *La Realidad Funerária en el Noroeste del Neolítico a la Edad del Bronce. Arqueoloxia da Morte*, Xinxo da Limia, Vigo, pp.97-114.

FÁBREGAS VALCARCE, Ramón e **BRADLEY**, Richard (1995), *El Silencio de las Fuentes: Prácticas Funerarias en la Edad del Bronce del Noroeste y su Contexto Europeo*, “Complutum”, 6, Madrid, pp.153-166.

FÁBREGAS VALCARCE, Ramón e **RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO**, M. (1997),

El Noroeste de la Península Ibérica en el III e II Milénios: Propuestas Para una Síntesis, "Saguntum", 30, Valencia, pp.191-216.

FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Victor M. e **ZAPATERO**, Gonzalo Ruiz (1984), *El Análisis de Territorios Arqueológicos: Una Introducción Crítica*, "Arqueologia Espacial", 1, Teruel, pp.55-69.

FERREIRA, A.B. (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*, "Memórias do Centro de Estudos Geográficos", 4, Lisboa.

FERREIRA, Agostinho Campos (1990), *Antas de Paredes da Beira (Contribuição para o seu Inventário)*, "Homenagem a J. R. dos Santos Júnior", Vol. 1, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, pp.219-223.

FERREIRA, Narciso e **SOUSA**, M. Bernardo (1994), *Notícia Explicativa da Folha 14-B (Moimenta da Beira)*, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.

FIGUEIRAL, Isabel (1988), *Análise Antracológica*-Ap.4, de Jorge, Vítor Oliveira *et alii* (1988), *A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) Arte Rupestre e Ocupação Pré-Histórica*, "TAE", XXVIII, (1-2), SPAE, Porto, p. 233.

FIGUEIRAL, Isabel (1993), *Castelo Velho – Análise Antracológica (1º Relatório – Anexo 1 de Jorge, S.O. (1993), O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no Contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal*, "TAE", XXXIII (1-2) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.217-220

FIGUEIRAL, Isabel (1994), *A Antracologia em Portugal: Progressos e Perspectivas*, "TAE", XXXIV (3-4) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.428-448.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1933), *Esbôco Duma Carta Regional de Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 56-66, 88-96.

GOMES, L. F. Coutinho (1996), *A Necrópole Megalítica da Lameira de Cima (Penedono – Viseu)*, "Estudos Pré-Históricos", Vol. 4, CEPBA, Viseu, pp.155-184.

GOMES, L. F. Coutinho *et alii* (1998), *O Dólmen de Areita (S. J. da Pesqueira – Viseu)*, "Estudos Pré-Históricos", Vol. 6, (Actas do Colóquio: A Pré - História na Beira Interior), CEPBA, Viseu, pp.33-94.

GONÇALVES, A. A. Huet de B. e **CRUZ**, Domingos J. da (1994), *Resultado dos Trabalhos de Escavação da Mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real)*, "Estudos Pré-Históricos", Vol. 2, (Actas do Seminário: O Megalitismo no Centro de Portugal), CEPBA, Viseu, pp.171-232.

JORGE, S.O. (1990a), *A Consolidação do Sistema Agro-Pastoril*, "Portugal das Origens à Romanização", Capítulo III, Nova História de Portugal, Vol. 1, 1ª parte, Coordenação de Jorge Alarcão, Direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa, Presença, pp.102-162.

JORGE, S.O. (1990b), *Complexificação das Sociedades e sua Inserção numa Vasta Rede de Intercâmbios*, "Portugal das Origens à Romanização", Capítulo V, Nova História de Portugal, Vol. 1, 1ª parte, Coordenação de Jorge Alarcão, Direcção de Joel Serrão e A.H.

Oliveira Marques, Lisboa, Presença, pp.213-251.

JORGE, S.O. (1990c), *Desenvolvimento da Hierarquização Social e da Metalurgia*, "Portugal das Origens à Romanização", Capítulo IV, Nova História de Portugal, Vol. 1, 1ª parte, Coordenação de Jorge Alarcão, Direcção de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Presença, pp.163-212.

JORGE, S.O. (1993), *O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no Contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal*, "TAE", XXXIII (1-2) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.179-216.

JORGE, S.O. (1998), *Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): Breve Genealogia de Uma Interpretação*, "Estudos Pré-Históricos", Vol.6 (Actas do Colóquio: A Pré-História na Beira Interior), CEPBA, Viseu, pp.279-293.

JORGE, S. O. (1999), *Domesticar a Terra – As Primeiras Comunidades Agrárias em Território Português*, Trajectos Portugueses, 45, Gradiva, Lisboa.

JORGE, S. O. (2000), *Introdução: Breve Evolução da Pré-História Recente do Norte de Portugal (do VIº ao IIº Milénio AC)* (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), Vol. IV, ADECAP, Porto, pp.7-12.

JORGE, S. O. e JORGE, V. O. (1978), *Sobre o Conceito de Pré-História – Breve Apontamento*, "Revista de Guimarães", LXXXII, pp.247-257.

JORGE, V. O. (1982a), *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto – Monumentos e sua Problemática no Contexto Europeu*, (Dissertação

de Doutoramento), policopiado, pp. 21-28, 157-180.

JORGE, V. O. (1982b), *O Neolítico – A Emergência das Sociedades Agrícola-Pastoris na Perspectiva da Pré-História*, "Arqueologia", 6, GEAP, Porto, pp.11-18.

JORGE, V. O. (1987), *Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): Conhecimentos Actuais e Linhas de Pesquisa a Desenvolver*, "El Megalitismo en la Peninsula Ibérica", Ministério da Cultura, Madrid, pp.111-125.

JORGE, V. O. (1991), *Novos Dados Sobre a Fraga d'Aia (Paredes da Beira-S. J. Pesqueira)*, "TAE", XXXI, (1-4), SPAE, Porto, pp.181-184.

JORGE, V. O. (1998), *Algumas Reflexões em Torno da Arte Rupestre do Centro – Interior do País, Com Principal Referência ao Côa*, "Estudos Pré-Históricos", Vol. 6, (Actas do Colóquio: A Pré-História na Beira Interior), CEPBA, Viseu, pp.195-205.

JORGE, V. O. e DELIBRIAS, G. (1988), *Uma Data de C14 Para a Fraga d'Aia-Ap.3*, de Jorge, Vítor Oliveira et alii (1988), *A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) Arte Rupestre e Ocupação Pré-Histórica*, "TAE", XXVIII, (1-2), SPAE, Porto, pp.231-232.

JORGE, V. O. et alii (1988a), *A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) Arte Rupestre e Ocupação Pré-Histórica*, (Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular - Vol. I), "TAE", XXVIII, (1-2), SPAE, Porto, pp.201-226.

JORGE, V. O. et alii (1988b), *O Abrigo Com Pinturas Rupestres de Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S.*

João da Pesqueira) – *Notícia Preliminar*, “Arqueologia”, 18, GEAP, Porto, pp.109-129.

KALB, Philine (1987), *Monumentos Megalíticos Entre Tejo e Douro*, “El Megalitismo en la Península Ibérica”, Ministério da Cultura, Madrid, pp.95-109.

MIRANDA, J. M. *et alii* (1986), *Bases Para el Estudio de las Relaciones Entre el Medio Geográfico y los Asentamientos Humanos*, “Arqueología Espacial”, Teruel, 7, pp.199-208.

MONTEIRO, J. Gonçalves (1991), *Tabuaço (esboços e subsídios para uma monografia)*, Câmara Municipal de Tabuaço, Tabuaço.

MONTEIRO - RODRIGUES, Sérgio (2000), *A Estação Neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no Contexto do Neolítico Antigo do Noroeste Peninsular. Algumas Considerações Preliminares* (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), Vol. III, ADECAP, Porto, pp.149-180.

PERPÉTUO, João M. A., *et alii*(1999), *Tabuaço – Um Passado Presente*, Câmara Municipal de Tabuaço, pp.4, 7, 10-16, 75-76, 99-101, 111-114, 128-129, 142-144, 147-149, 159-163, 178-181, 188, 261-262, 277-279.

RENFREW, Colin (1984a), *Approaches to Social Archaeology*, Harvard University Press, Cambridge, pp.3-59.

RENFREW, Colin (1984b), *Arqueologia Social de los Monumentos Megalíticos*, “Investigación y Ciencia”, 88, Madrid, pp. 70-79.

RIBEIRO, O. e **LAUTENSACH**, H (com. e actualiz. de Suzanne Daveau) (1987a), *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, Edições Sá da Costa Lda, Lisboa.

RIBEIRO, O. e **LAUTENSACH**, H (com. e actualiz. de Suzanne Daveau) (1987b), *Geografia de Portugal. IV. A Vida Económica e Social*, Edições Sá da Costa Lda, Lisboa

RIBEIRO, O. e **LAUTENSACH**, H (com. e actualiz. de Suzanne Daveau) (1988), *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Edições Sá da Costa Lda, Lisboa

RODRÍGUEZ MARCOS, José António e **POLOMINO LAZARO**, Ángel Luis (1997), *Un Asentamiento Castreño del Bronce Antiguo en la Cuenca del Douro: El Pico Romero en Santa Cruz de la Salceda (Burgos)*, “Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular”, Tomo II, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp.579-589.

SANCHES, Maria de Jesus (1992), *Pré-História Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, “Monografias Arqueológicas”, 3, GEAP, Porto, pp.59-154.

SANCHES, Maria de Jesus (1997a), *O Castro de Palheiros – Murça. Notícia Preliminar das Escavações de 1995 e de 1996*, “Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular”, Tomo II, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp.389-398.

SANCHES, Maria de Jesus (1997b), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro I*, SPAE, Porto.

SANCHES, Maria de Jesus, *Manifestações Artísticas, Megalíticas e Outras no Quadro da Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, texto policopiado fornecido pela autora.

SANCHES, Maria de Jesus (2000a), *As Gerações, A Memória e a Territorialização em Trás-os-Montes (IVº-IIº Mil. AC)*. Uma Primeira Aproximação ao

- Problema (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), Vol. IV, ADECAP, Porto, pp.123-145.
- SANCHES**, Maria de Jesus (2000b), *Reflexões Sobre o Povoamento do Neolítico Inicial do Norte de Portugal (VIº-IVº Mil. AC)* (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), Vol. III, ADECAP, Porto, pp.181-197.
- SANCHES**, Maria de Jesus (2002), *Sobre a Ocupação do Neolítico Inicial, - Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo* (Actas do 2º Colóquio Internacional Sobre Megalitismo), Gonçalves V.S., ed., Lisboa, IPA (no prelo).
- SENNA-MARTINEZ**, João Carlos (1994), *Megalitismo, Habitat e Sociedades: A Bacia do Médio e Alto Mondego no Conjunto da Beira Alta (c. 5200-3000 BP)*, “Estudos Pré-Históricos”, Vol. 2, (Actas do Seminário: Megalitismo no Centro de Portugal), CEPBA, Viseu, pp.15-29.
- SENNA-MARTINEZ**, João Carlos (1995), *Entre Atlântico e Mediterrâneo: Algumas Reflexões Sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o Desenvolvimento do Bronze Final Peninsular*, “A Idade do Bronze em Portugal – Discursos de Poder”, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, pp.118-122.
- SENNA-MARTINEZ**, João Carlos *et alii* (1993), *A Pré – História Recente*, “O Quaternário em Portugal, Balanços e Perspectivas”, Colibri, Lisboa, pp.185-198.
- SILVA**, A. Ferreira da e **RIBEIRO**, M. Luísa (1991), *Notícia Explicativa da Folha 15-A – Vila Nova de Foz Côa*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- SILVA**, A. Ferreira da *et alii* (1989), *Notícia Explicativa da Folha 11-C – Torre de Moncorvo*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- SILVA**, Armando Coelho F. da *et alii* (1993), *Pré-História de Portugal*, Universidade Aberta, Vol.57, Lisboa.
- SILVA**, A.R. Pinto (1988), *Material Botânico Proveniente da Fraga d’Aia - Ap.2*, de Jorge, Vítor Oliveira *et alii* (1988), *A Fraga d’Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) Arte Rupestre e Ocupação Pré-Histórica*, “TAE”, XXVIII, (1-2), SPAE, Porto, pp.229-230.
- SILVA**, Fernando A. Pereira da (1997), *Contextos Funerários da Idade do Bronze nos Planaltos Centrais do Centro-Norte Litoral Português: Tradição ou Inovação?*, “Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular”, Tomo II, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp.605-618.
- SILVA**, Maria de Fátima Matos da (1994), *Carta Arqueológica do Concelho de Paredes de Coura – Uma Perspectiva de Arqueologia Espacial*, “TAE”, XXXIV (1-2) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.477-494.
- SOUSA**, M. Bernardo e **SEQUEIRA**, António J. D. (1989), *Notícia Explicativa da Folha 10-D (Alijó)*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- SUÁREZ OTERO**, J. e **FÁBREGAS VALCARCE**, R. (2000), *O Neolítico en Galicia. Estado da Cuéstiión* (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), Vol. III, ADECAP, Porto, pp.136-143.
- SUÁREZ OTERO**, José *et alii* (1998), *El Neolítico en Galicia: Nuevas Evidencias y Nuevas Perspectivas*, “Madrider Mitteilungen”, XXXIX, Madrid, pp.1-13.

VALERA, António Carlos (1994), *Diversidade e Relações Inter-Regionais no Povoamento Calcolítico da Bacia do Médio e Alto Mondego*, “TAE”, XXXIV (1-2) (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), SPAE, Porto, pp.153-176.

VÁZQUEZ VARELA, J. M. (1996), *Aspectos Sociales de la Transición del Calcolítico a la Edad del Bronce en Noroeste de la Península Ibérica*, “Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular”, Tomo II, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp.565-567.

VILAÇA, Raquel (1995), *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*, “Trabalhos de Arqueologia”, n.º 9, IPPAR, Lisboa, pp.380-394, 408-423.

Foi utilizada ainda a Cartografia dos Serviços Cartográficos do Exército na Escala 1:25 000, folhas N.º 116, 127, 128, 129, 138, 139, 140, 148 e 149.

Também se utilizaram as Cartas Corográficas de Portugal do Instituto Geográfico e Cadastral na Escala 1:50 000, folhas N.º 10-D, 11-C, 14-B e 15-A.

Igualmente recorreu-se às Cartas de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal elaboradas por Agroconsultores e Coba na Escala 1:100 000, folhas N.º 10, 11, 14 e 15.

Algumas Abreviaturas Utilizadas

ADECAP – Associação Para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular

CEPBA – Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta

GEAP – Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

SPAE – Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

TAE – Trabalhos de Antropologia e Etnologia

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ANEXOS

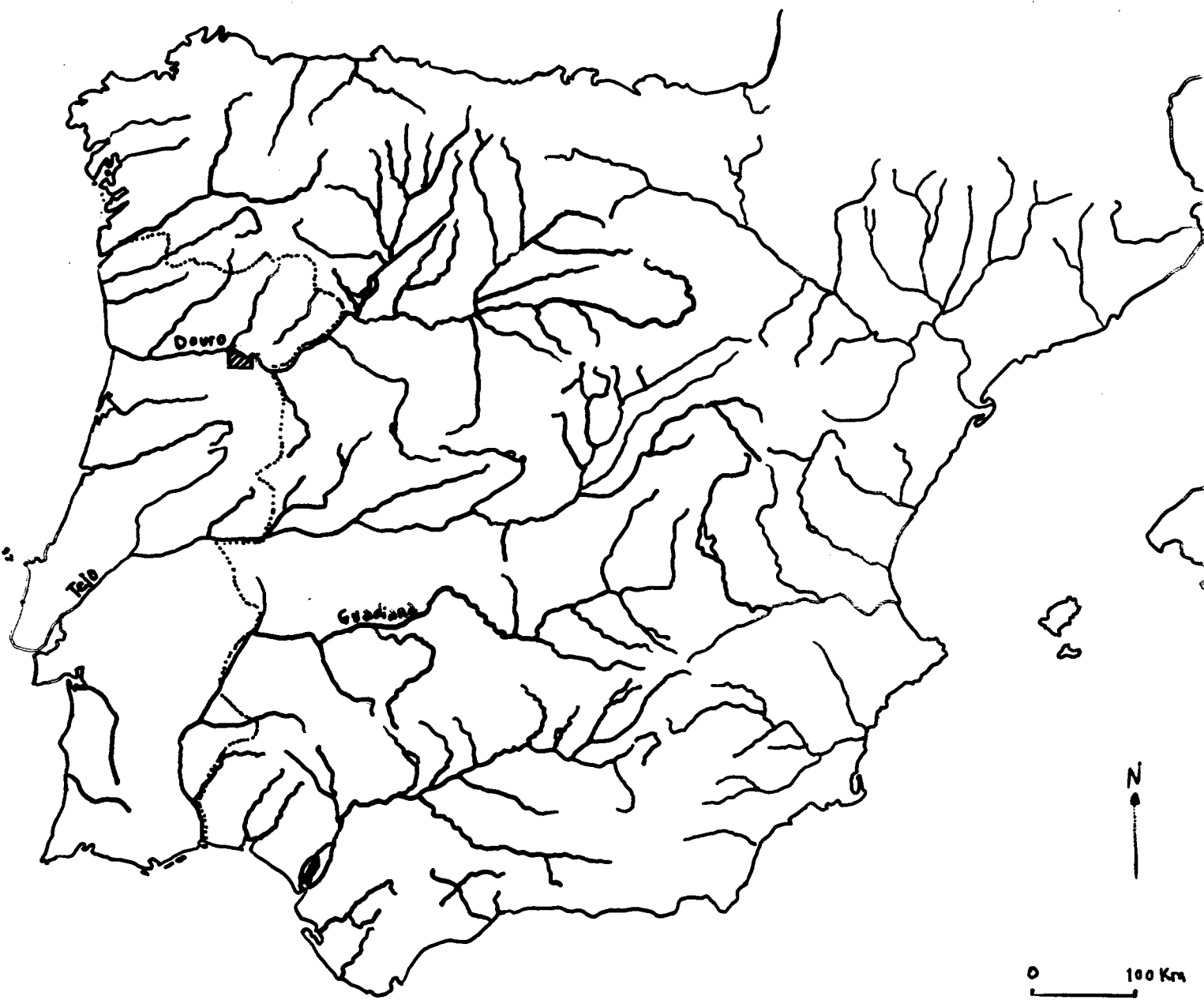


Fig.1 – Localização da área estudada (Concelhos de Tabuaço e S. João da Pesqueira) na Península Ibérica

N
↑

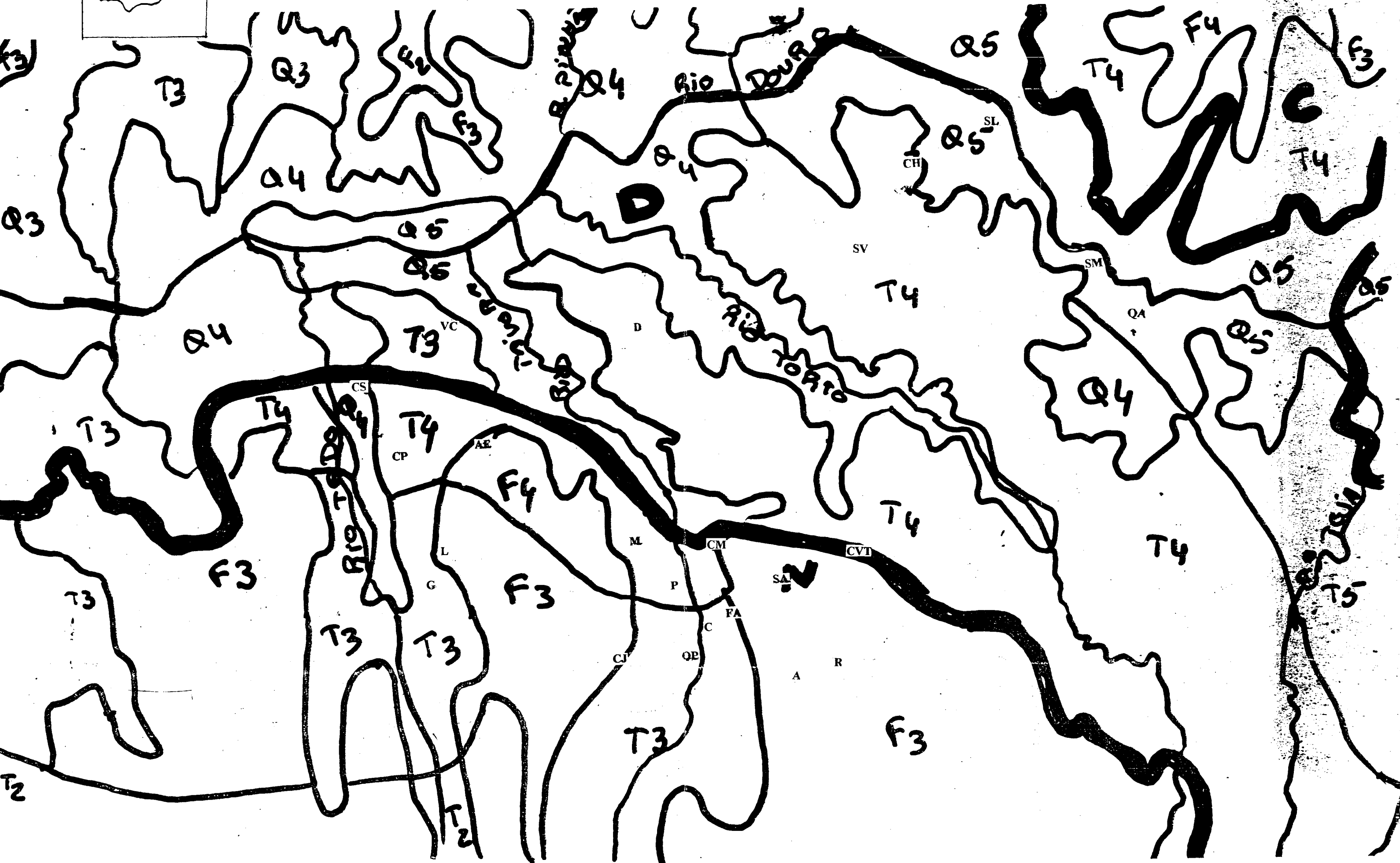
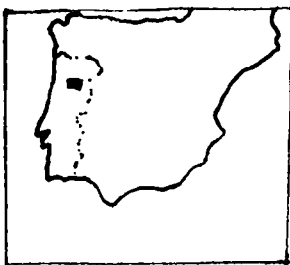


Fig.2 - Regiões Naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro (Seg. Agroconsultores e Coba), adaptado, escala 1:100 000; **D** - Douro; **N** - Beira Douro; **C** - Carrazeda; **FA** - Fraga d'Áia; **A** - Núcleo de Areita; **SV** - Núcleo da Sr^a do Vencimento; **D** - Núcleo de S. Domingos; **VC** - Vila Chã; **P** - Povoado da Porqueira; **SM** - S. Salvador do Mundo; **C** - Castelinhos; **CI** - cabeça de S. João; **CM** - Chã do Murganho; **CVT** - Castelos Velhos de Trevões; **SL** - N^o Sr^a de Lurdes; **G** - Graff; **AE** - Alto da Escrita; **SA** - N^o Sr^a da Assunção; **R** - Reboledo; **M** - S. Mamede; **QP** - quinta dos Pinheiros; **L** - Cifânia de Longa; **CS** - Castro do Sabroso; **CH** - Cocheira; **QA** - Quinta da Abelheira; **CP** - Cabeça das Pombas.

Zonas Climáticas

F - Terra Fria de Transição

F₂ 1 000 - 1 200 mm.

F₃ 800 - 1 000 mm.

F₄ 600 - 800 mm.

T - Terra de Transição

T₂ 1 000 - 1 200 mm.

T₃ 800 - 1 000 mm.

T₄ 600 - 800 mm.

T₅ < 600 mm.

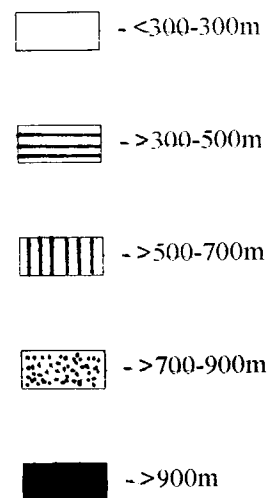
Q - Terra Quente

Q₃ 800 - 1 000 mm.

Q₄ 600 - 800 mm.

Q₅ < 600 mm.

Fig. 3 - Estações arqueológicas da área em estudo, localizadas segundo os seguintes patamares altimétricos: - <300-300m/>300-500m/- >500-700m/>700-900m/>900m. na escala 1:100 000; +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); FA - Fraga d'Aia; A₁ - Dólmen 1 de Areita; A₂ - Dólmen 2 de Areita; A₃ - Dólmen 3 de Areita; A₄ - Dólmen 4 de Areita; A₅ - Dólmen 5 de Areita; SV₁ - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; SV₂ - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; SV₃ - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; D₁ - Dólmen 1 de S. Domingos; D₂ - Mamoa 2 de S. Domingos; D₃ - Mamoa 3 de S. Domingos; D₄ - Mamoa 4 de S. Domingos; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira; SM - S. Salvador do Mundo; C - Castelinhos; CJ - Cabeço de S. João; CM - Chã do Murganho; CVT - Castelos Velhos de Trevões; SL - N^a Sr^a de Lurdes; G - Grail; AE - Alto da Escrita; SA - N^a Sr^a da Assunção; R - Reboledo; M - S. Mamede; QP - Quinta dos Pinheiros; L - Longa; CS - Castro do Sabroso; CH - Cocheira; QA - Quinta da Abelheira; CP - Cabeço das Pombas.



N
↑

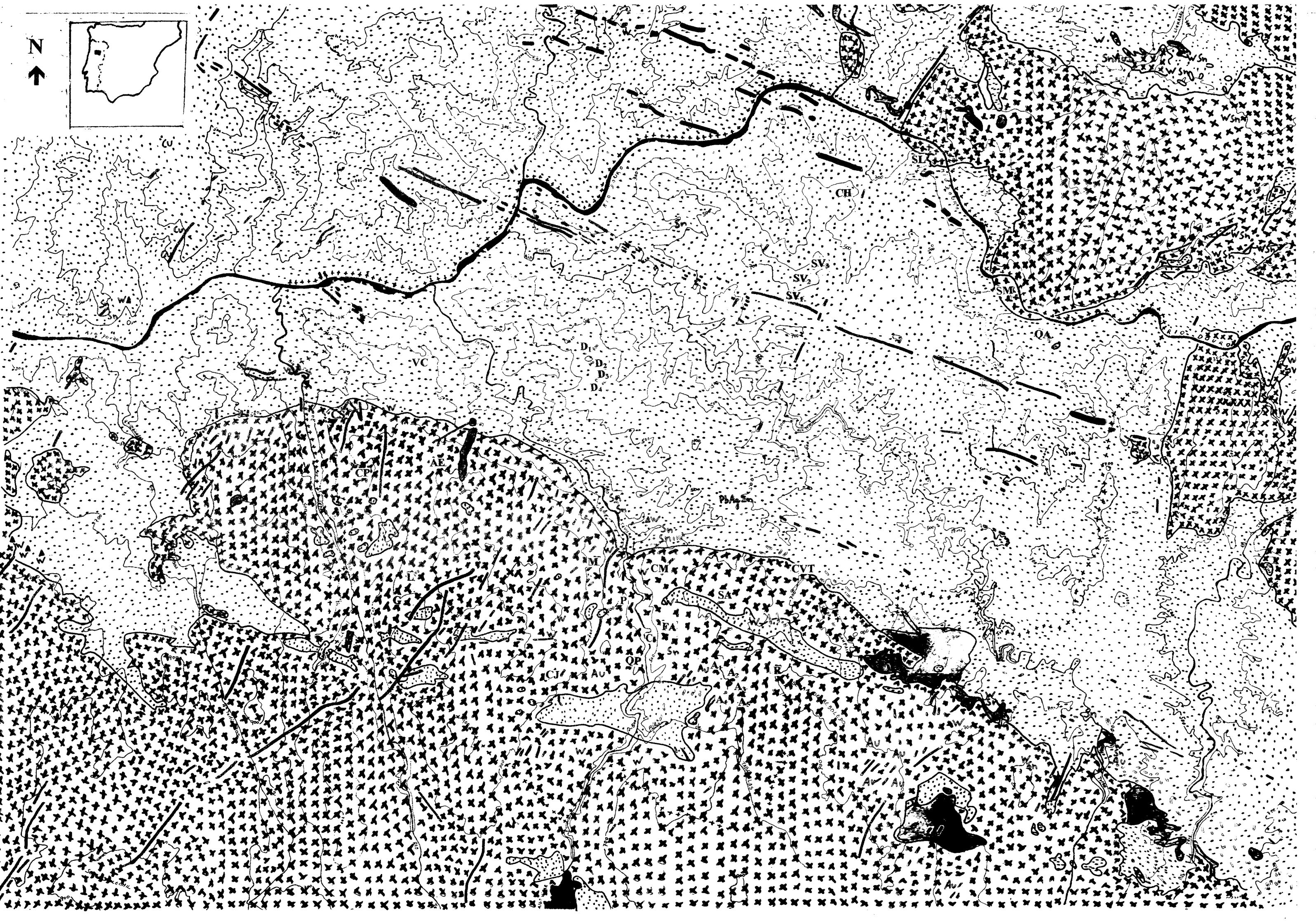
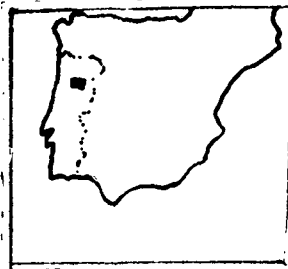








Fig.4 - Mapa geológico da área em estudo, na escala 1:100 000: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); **FA** - Fraga d'Aia; **A₁** - Dólmen 1 de Areita; **A₂** - Dólmen 2 de Areita; **A₃** - Dólmen 3 de Areita; **A₄** - Dólmen 4 de Areita; **A₅** - Dólmen 5 de Areita; **SV₁** - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; **SV₂** - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; **SV₃** - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; **D₁** - Dólmen 1 de S. Domingos; **D₂** - Mamoa 2 de S. Domingos; **D₃** - Mamoa 3 de S. Domingos; **D₄** - Mamoa 4 de S. Domingos; **VC** - Vila Chã; **P** - Povoado da Porqueira; **SM** - S. Salvador do Mundo; **C** - Castelinhos; **CJ** - Cabeço de S. João; **CM** - Chã do Murganho; **CVT** - Castelos Velhos de Trevões; **SL** - N^o Sr^a de Lurdes; **G** - Graíl; **AE** - Alto da Escrita; **SA** - N^o Sr^a da Assunção; **R** - Reboledo; **M** - S. Mamede; **QP** - Quinta dos Pinheiros; **L** - Longa; **CS** - Castro do Sabroso; **CH** - Cocheira; **QA** - Quinta da Abelheira; **CP** - Cabeço das Pombas.

	Xistos
	Granitos
	Anfibolitos
	Calcários
	Quartzos
	Aplito, pegmatito e aplito-pegmatito

FRAGA d'AIA



Fig.5 – Localização de Fraga d'Aia, C.M.P. 1:25 000, folha nº 139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Fraga d'Aia (FA)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Abrigo Rupestre Neolítico

B – Localização:

TOPÓNIMO – Penedo dos Macacos

LUGAR – Fraga d'Aia

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 03' 43'' N.

Longitude – 01^o 38' 06'' E. Lx.

Altitude absoluta – 592 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: Antunes, 1988: 227-228; Carvalho *et alii* (no prelo); Figueiral, 1988: 233; Jorge, 1991: 181-184; Jorge *et alii*, 1988a: 221-226; Jorge *et alii*, 1988b: 109-129; Jorge e Delibrias, 1988: 231-232; Sanches, 1997b; Sanches, 2000: 181-197; Sanches, 2002.

D – ACESSOS: O acesso ao sítio faz-se por um estradão de terra batida que se dirige para Oeste (cerca de 1 500 m.) flectindo depois para Sul passando pelo lugar de Pereira de Vinhas (cerca de 900 m.). A partir deste ponto percorrem-se cerca de 250 m. na direcção de Sudoeste, atravessando-se primeiro uma zona aplanada e em seguida uma encosta íngreme a cerca de 250 m..

E - DESCRIÇÃO: O sítio de Fraga d'Aia é um pequeno abrigo granítico, constituído por uma pequena plataforma, sobranceira ao Rio Távora, delimitada por penedos e uma “parede de fundo”, inclinada que contém várias pinturas a vermelho. A plataforma tem uma largura máxima de 8 m. por 5 m. de comprimento (40 m² – 0,004 ha).

As pinturas podem distribuir-se por dois grupos pictóricos que corresponderão a duas fases distintas. As tintas utilizadas são planas, de tons monocromáticos de vermelho, que vão do vermelho vinhoso ao vermelho sanguíneo. Não existe qualquer tinta de preparação prévia, nem evidências de delimitação ou esboço prévio dos motivos pintados. Apenas o friso decorado encaixado mais à direita foi apainelado por martelagem e eventual fricção, conservando-se um pequeno rebordo saliente na parte superior dos motivos pintados neste friso. O primeiro grupo de pinturas é constituído por uma cena de caça, na qual intervém um antropomorfo, armado com o que poderá ser um arco e um cervídeo de longas hastes. Esta será provavelmente a primeira fase decorativa, a que se deverão somar outros restos antropomorfos esquemáticos, embora aparentemente dissociados desta primeira cena. Na segunda fase, devem incluir-se um variado leque de motivos antropomórficos, agrupados ou não entre si. Pode identificar-se um zoomorfo que aparenta ser um bovídeo. O mais esquemático dos antropomorfos deste conjunto está aparentemente montado em pé sobre um outro zoomorfo de espécie dificilmente identificável, que em posição de salto é seguro ou puxado por um traço que poderá ser uma rédea, ligado a uma outra personagem de maiores dimensões e estranhos

atributos nos longos membros inferiores. Podem isolar-se junto a estes dois personagens mais cinco antropomorfos, todos orientados para a direita (excepto o antropomorfo que segura ou puxa o zoomorfo). Parecendo presidir a este friso e olhando de frente todas as outras figuras, encontra-se um outro antropomorfo (JORGE *et alii*, 1988a: 202-203; JORGE *et alii*, 1988b: 116-125).

F – ESPÓLIO: ● 46 peças de pedra lascada, destacando-se 1 micrólito geométrico em sílex (camada 2b, quadrado D3), uma ponta de seta fragmentada em sílex (c.2a, D2), uma lamela em sílex (c.3, E3);

● 3 enxós: uma de provável anfíbolito (c.3, C2), uma de silimanite (c. de revolvimento a 50 cm. de profundidade, C4) e uma outra de anfíbolito bastante alterado (c.2a, F3);

● 16 moventes em granito de moinhos manuais, provenientes das camadas (7 deles da c.3 do E3);

● 2 fragmentos de elementos fixos de moinhos manuais em granito (c.2a, E2);

● 9 seixos rolados: 1 em quartzito talvez utilizado como percutor (c.2b, D5), os restantes são em xisto, quartzito, quartzo leitoso e 1 em turmalinito xistento;

● vários fragmentos de cerâmica decorada: com impressões “penteadas” executadas de modo arrastado, dispostas em linhas que se distribuem em faixa paralelamente ao bordo; incisões paralelas entre si e paralelas ou perpendiculares ao bordo, dispostas em sequência horizontal, sendo estas faixas delimitadas em cada topo por uma linha incisa ou de puncionamentos; existe um recipiente decorado com incisões curtas e fundas sobre o lábio e um outro com uma fiada de quatro perfurações;

● vários fragmentos de cerâmica manual lisa;

● 2 fragmentos de “cilindros” em argila na c.2b (E3 e D3);

● fragmentos ósseos de mamíferos;

● elementos vegetais carbonizados.

G – CRONOLOGIA (genérica): VI^o - IV^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O Abrigo de Fraga d’Aia foi alvo de intervenções arqueológicas durante os anos de 1987 e 1988.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 14.

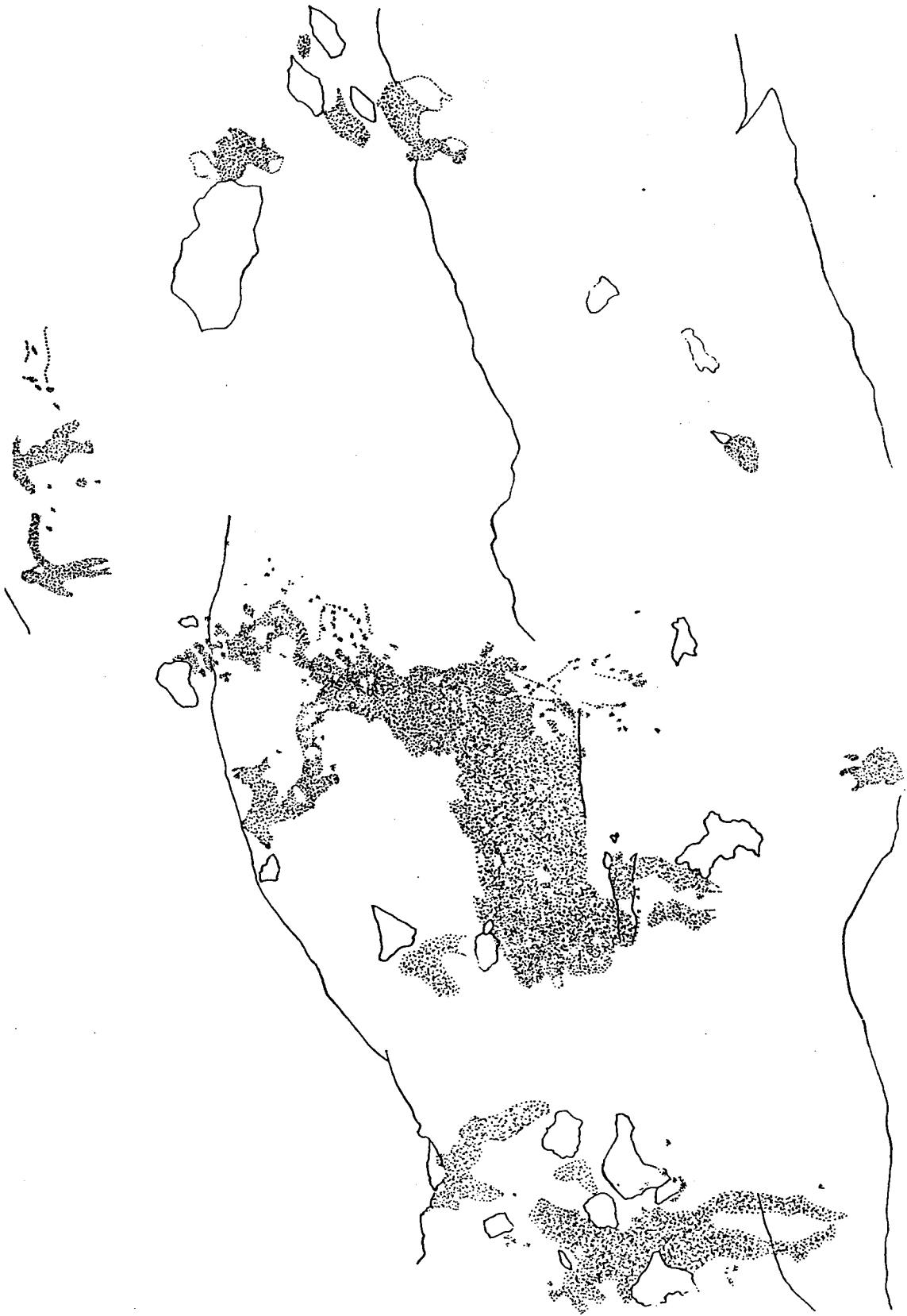


Fig.6 -- Fraga d'Aia. Possível cena de caça a um cervídeo (Seg. Jorge et alii, 1988b, 117).



Fig 7 -- Fraga d'Aia. Friso de antropomorfos e zoomorfos (Seg. Jorge et alii, 1988b, 118).

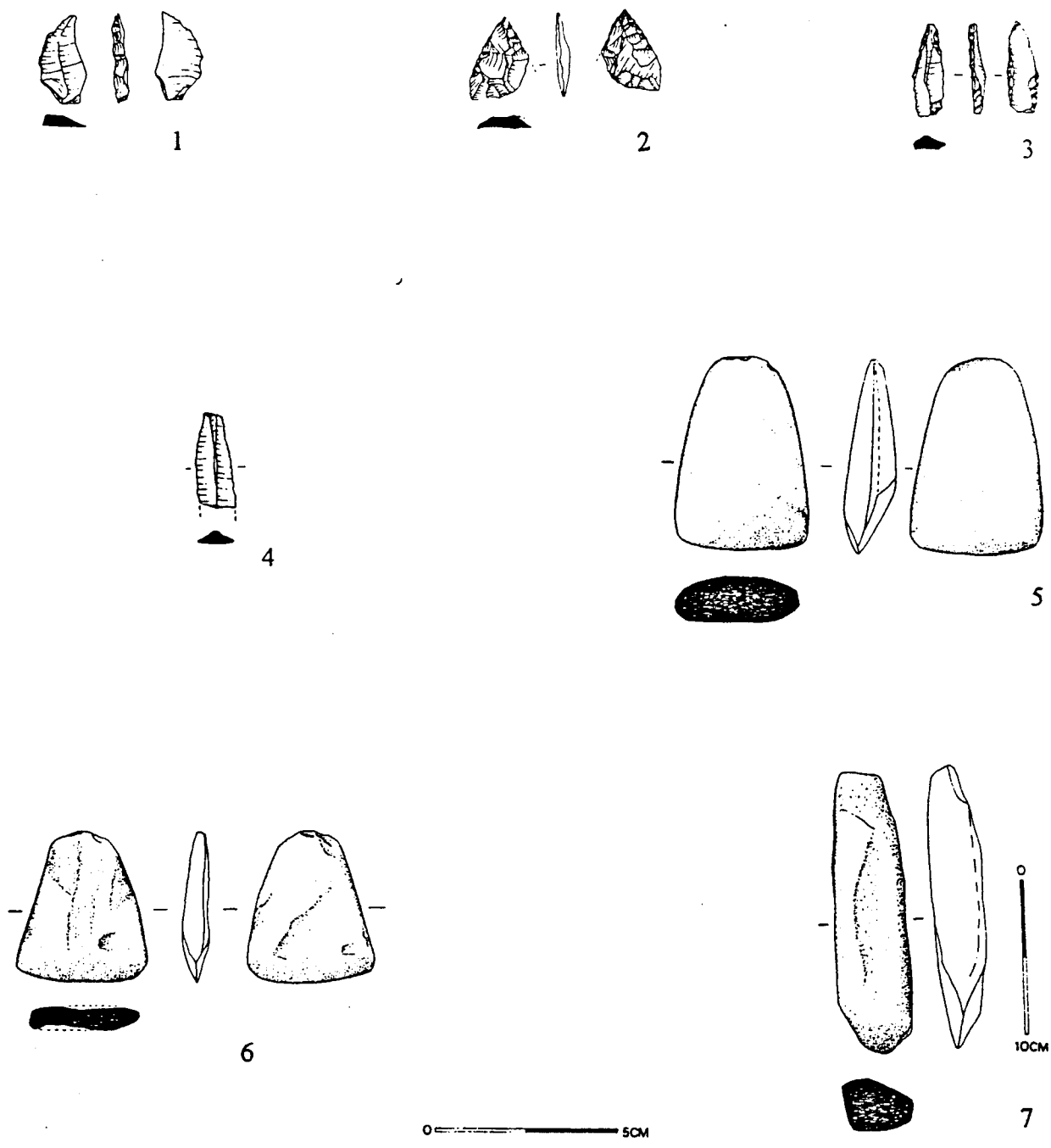
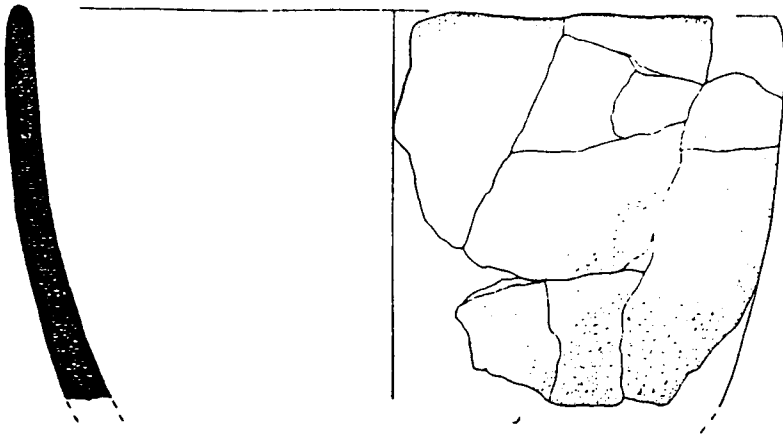
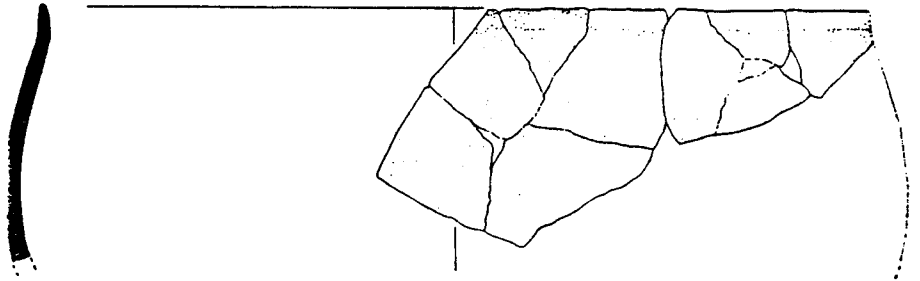
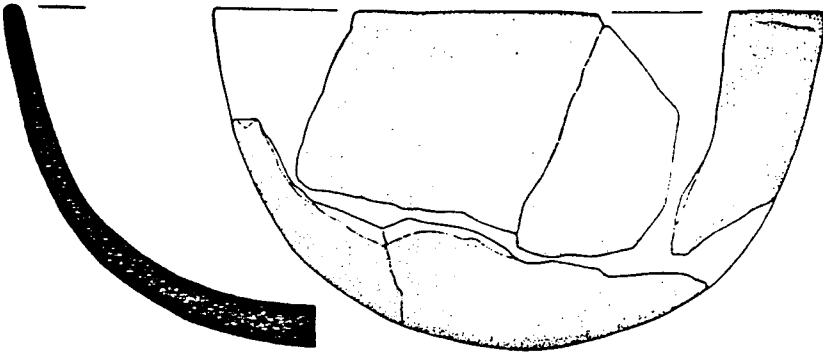


Fig. 8 – Fraga d’Aia. Materials líticos (Seg. Jorge *et alii*, 1988, Est. II).



0 4 cm



0 1 cm

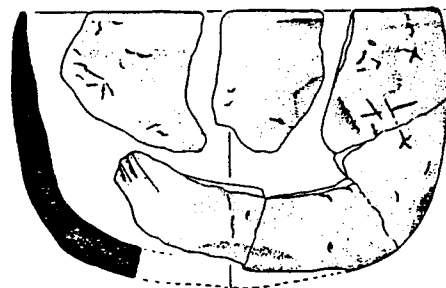
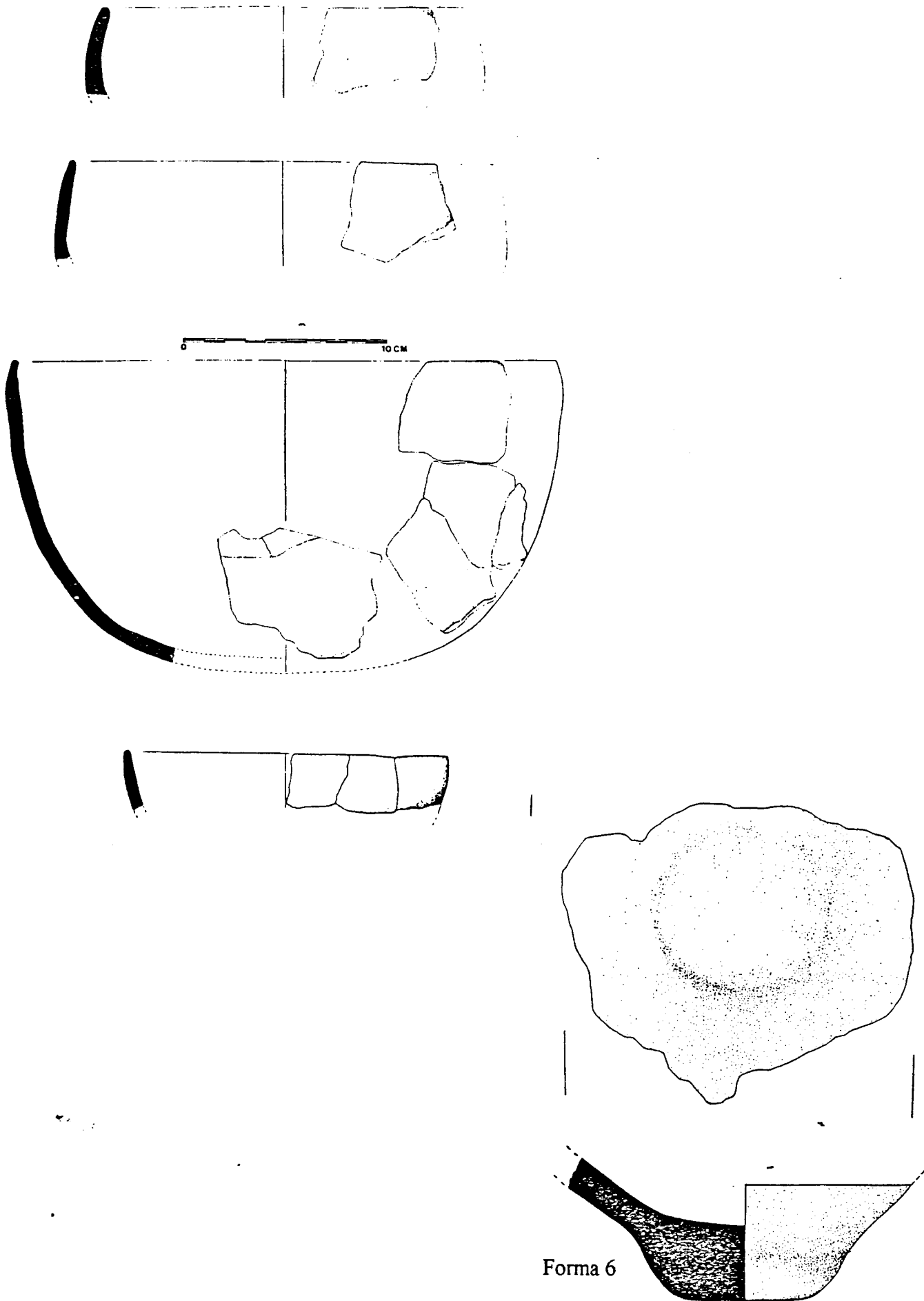


Fig. 9 – Fraga d’Aia. Materiais cerâmicos lisos (Seg. Jorge *et alii*, 1988b, 128 e Jorge *et alii*, 1988a, Est. IV - VI).



Forma 6

Fig. 10 – Fraga d’Aia. Materiais cerâmicos lisos (Seg. Jorge *et alii*, 1988b, 128 e Jorge *et alii*, 1988a, Est. IV - VI).

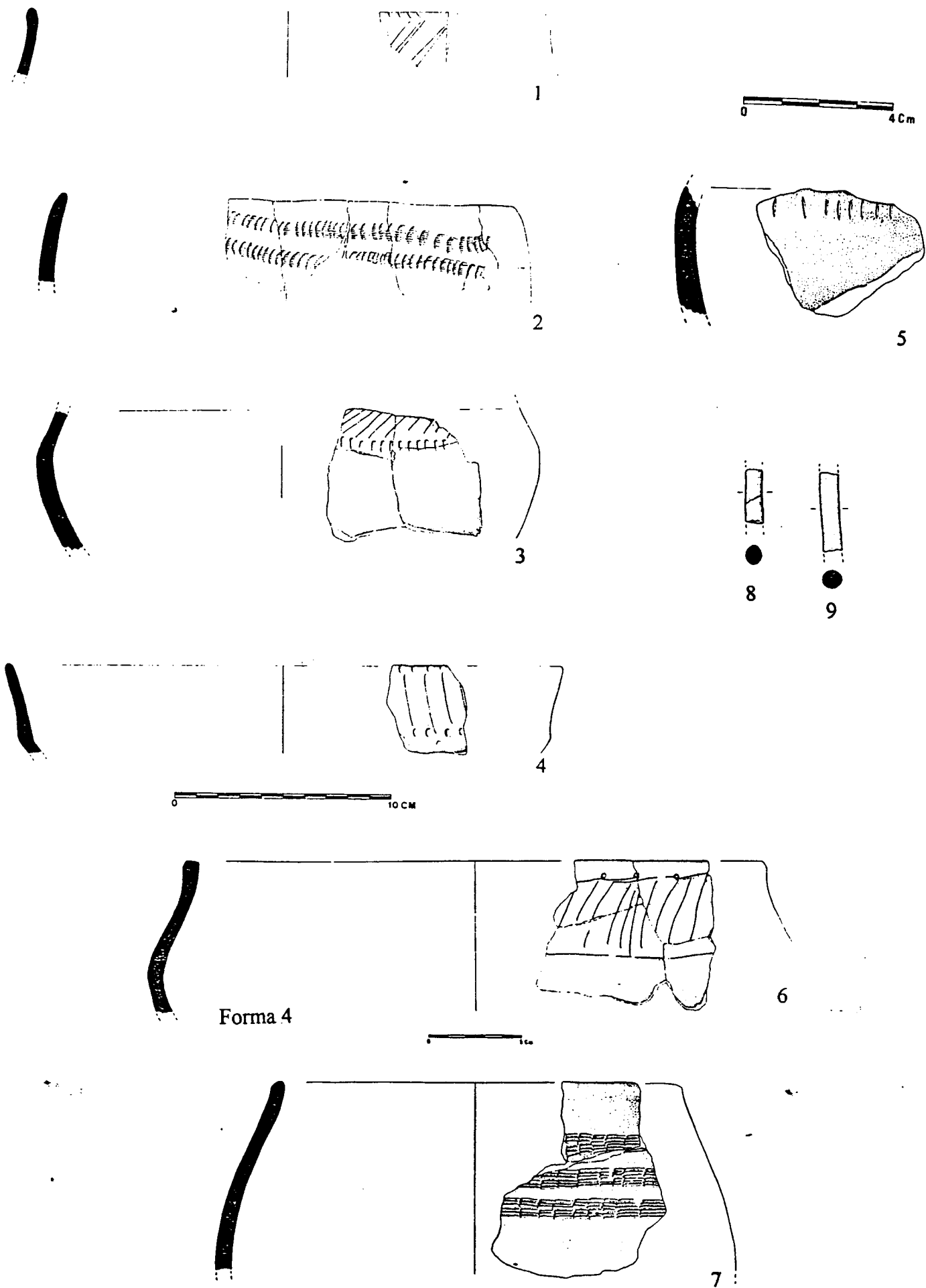


Fig. 11 – Fraga d’Aia. Cerâmicas decoradas (1-7) e fragmentos cilíndricos em argila (8-9) (Seg. Jorge *et alii*, 1988b, 128-129 e Jorge *et alii*, 1988a, Est. III - VI).

FRAGA D'AIA E NÚCLEO DE AREITA

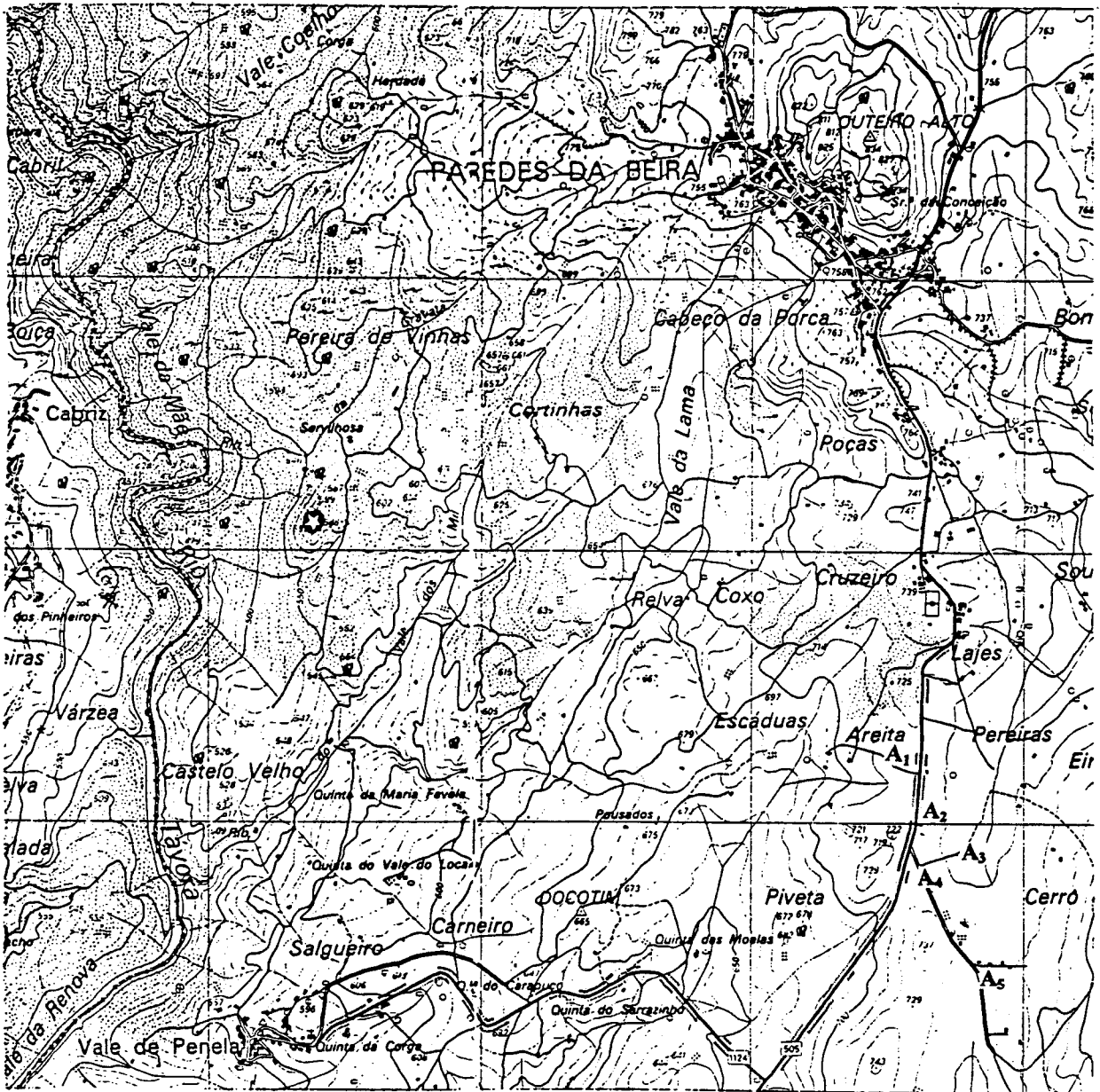


Fig. 12 – Distância relativa entre Fraga d'Aia e o Núcleo Megalítico de Areita (A₁, A₂, A₃, A₄, A₅), C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

NÚCLEO DE AREITA



Fig. 13 – Localização do Núcleo Megalítico de Areita, C.M.P. 1:25 000, folha nº139

DÓLMEN 1 DE AREITA

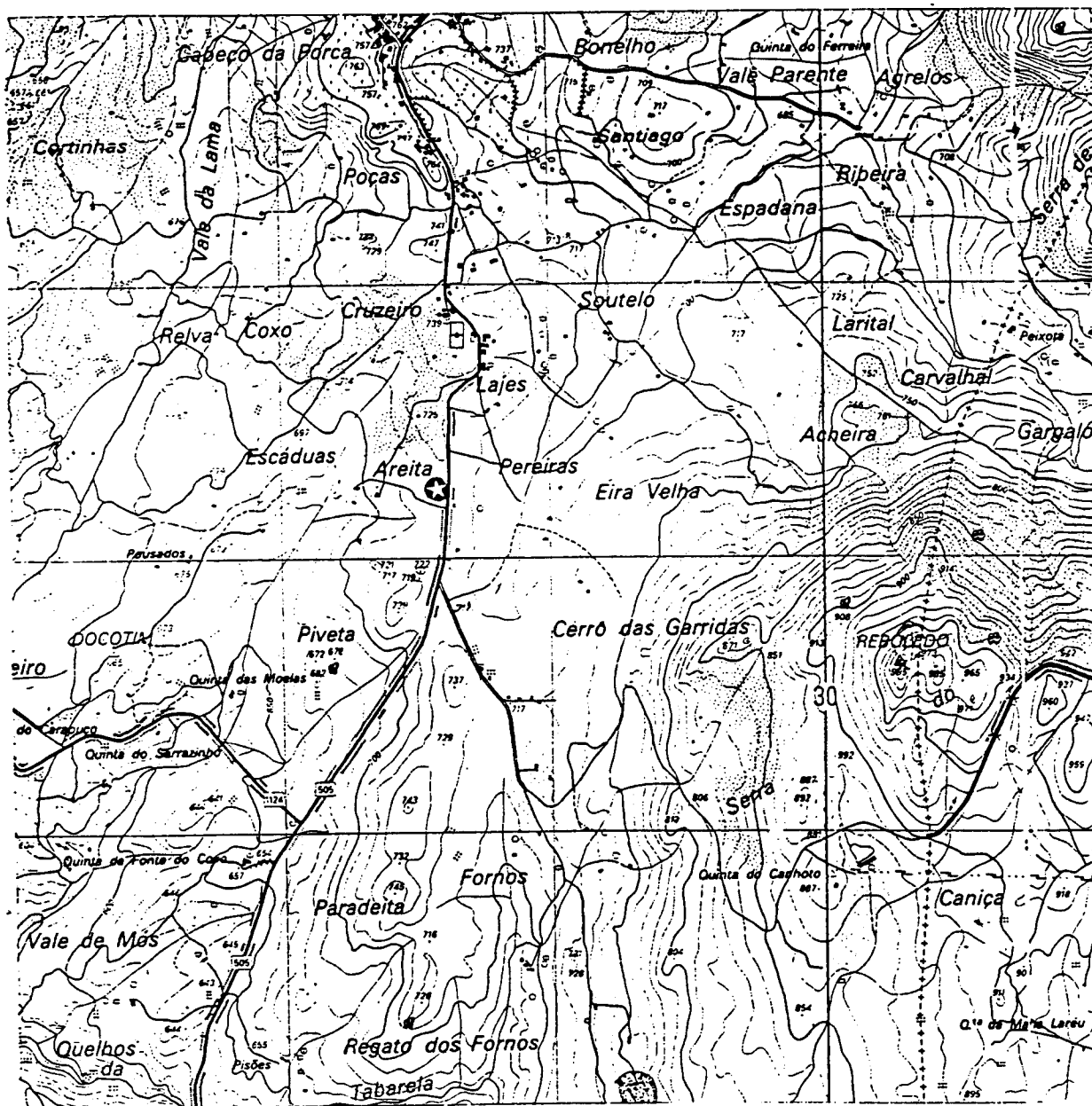


Fig. 14 – Localização do Dólmen 1 de Areita, C.M.P. 1:25 000, folha nº139

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 1 de Areita (A₁)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Areita; Anta da Bouça da Sr^a Berta

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 02' 39" N.

Longitude – 01° 39' 40" E. Lx.

Altitude absoluta – 723 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo); **Ferreira**, 1990: 220 - 223; **Gomes et alii**, 1998: 33 – 94.

D – ACESSOS: Tomando a Estrada Municipal 505 que segue de Paredes da Beira para Riodades, percorrem-se cerca de 2 Km.. O monumento situa-se a cerca de 30 m. à direita da estrada de alcatrão, encontra-se sinalizado.

E – DESCRIÇÃO: Trata-se de um monumento de grandes dimensões de tipo “clássico”, conservando ao todo onze (11) esteios em granito, de câmara poligonal alargada e corredor médio bem diferenciado quer em planta, quer em alçado. O desnível entre a altura da câmara e do corredor é de 1,60 m.. A câmara, formada por sete (7) esteios, mede 3,70 m. de comprimento, a sua largura é de 4,40 m. e a altura varia entre os 3,44 e os 3,70 m.. O corredor mede 4,16 m. de comprimento e a sua largura é de 2 m. à entrada, a meio de 2,50 m. e, junto à câmara de 3,14 m., a sua altura vai aumentando à medida que se avança para o interior: 1,50 m. à entrada e 2 m. junto à câmara. Da cobertura conserva-se a laje de cobertura da câmara e uma do corredor e, ainda, uma laje de “cutelo” que fecharia o espaço da câmara por cima do corredor. Adossado interiormente ao esteio 5 encontra-se uma estrutura de tipo “caixa” em granito, composta por duas lajes delgadas, verticais, apoiadas na face maior e encostadas a outra disposta horizontalmente na base. Ligeiramente inclinada para o centro da câmara, possui um espaço aberto trapezoidal, aumentando de altura no sentido da abertura: 0,73/0,96 m.; a altura varia entre os 0,46 e os 0,61 m..

A mamoa, de contorno algo irregular, é tendencialmente subcircular, com 22 m. de extensão no eixo O-E e cerca de 24 m. no eixo N-S, sendo delimitada exteriormente por blocos e lajes de dimensões consideráveis, apoiadas obliquamente nas terras compactas da mamoa, possuía uma espessura máxima de 1,70 m. junto ao esteio de cabeceira. A estrutura lítica de revestimento era composta por lajes de médias e grandes dimensões, em granito, dispostas obliquamente sobre o contraforte, não raras vezes perfeitamente imbricadas.

Os esteios 4 e 7 da câmara ostentam diversos motivos gravados através de martelagem e/ou fricção, formando sulcos pouco profundos. À esquerda do observador,

e a cerca de 20 cm. da face lateral do esteio 7 (laje de cabeceira), observa-se uma sequência de três (3) linhas verticais em ziguezague. Ao nível da base, a primeira a apresenta um apêndice curvo, a que se lhe segue prolonga-se por uma linha oblíqua tocando a linha horizontal que delimita o painel. À direita observa-se um motivo sub-rectangular com os bordos arredondados, interiormente segmentado a meio por uma linha vertical que, iniciando-se a 14 cm. do topo, se comparte através de seis (6) linhas horizontais, formando um conjunto de catorze (14) pequenos rectângulos; no topo, dois (2) círculos dispostos lado a lado, e sensivelmente simétricos, são unidos no exterior por um motivo de configuração ovalada, que por sua vez, se liga a três (3) figuras subquadrangulares ladeadas à direita por um quadrado internamente segmentado por uma linha vertical cortada por uma horizontal. À esquerda deste motivo sub-rectangular e unindo-se à linha côncava que o delimita, surge uma outra representação do género de menores proporções, internamente segmentada por cinco (5) linhas horizontais, uma das quais dividida a meio por uma linha vertical; ao nível do topo, e ainda no interior, observam-se duas (2) pequenas covinhas dispostas simetricamente de cada lado; nos cantos superiores, e pelo exterior, define-se um traço oblíquo e um triângulo. À direita destas figuras sub-rectangulares pode-se observar um terceiro motivo similar igualmente segmentado ao nível médio superior por três (3) linhas horizontais, uma das quais dividida a meio por uma linha vertical; na metade inferior pode-se ver uma sequência dupla de dois (2) círculos dispostos lado a lado e um “esteliforme” com seis (6) raios; no exterior uma linha oblíqua e uma curva.

Cerca de 20 cm. para a direita e ladeado por uma nova linha vertical em ziguezague pode-se observar um quarto motivo sub-rectangular lateralmente encimado por duas pequenas protuberâncias; no interior e ao nível do topo surgem dois (2) círculos simétricos dispostos lado a lado seguindo-se um pequeno sulco vertical; a meio segmentando-o e desenvolvendo-se para o exterior, uma linha horizontal em ziguezague; na metade inferior duas (2) covinhas simétricas dispostas de cada um dos lados. A sensivelmente 25 cm. do motivo anterior, podem-se ver duas (2) linhas verticais dispostas em ziguezague. O painel completa-se com uma linha horizontal contínua, que o delimita inferiormente. Com 1,72 m. de extensão, segmenta um dos motivos sub-rectangulares.

No esteio 4, ao nível do topo pode-se lobrigar um pequeno motivo em U.

F – ESPÓLIO: • 1 fragmento cerâmico decorado com 2 bandas horizontais de linhas incisas;

- 8 fragmentos cerâmicos lisos de recipientes ovóides e semiesféricos;
- 1 peça cilíndrica em argila;
- 42 micrólitos, sendo 37 em sílex e 5 em quartzo hialino;
- 3 lâminas em sílex;
- 2 machados em pedra polida;
- 1 goiva;
- 1 enxó em silimanite;
- 1 percutor em quartzito;
- 3 000 contas discóidais em xisto, 13 em variscite, 12 cilíndricas, 1 trapezoidal e 1 globular em fluorite;
- 4 elementos de moinhos manuais em granito;
- 2 seixos rolados (1 em quartzo e outro em quartzo leitoso);
- grande quantidade de vestígios osteológicos;
- fragmentos vegetais carbonizados.

G – CRONOLOGIA (genérica): IV^o - III^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais quatro (4) monumentos localizados a 200 m. SE (A₂), a 450 m. SE (A₃), a 400 m. SSE (A₄) e a 900 m. SSE (A₅).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 2; fotos - 3; figuras - 28.

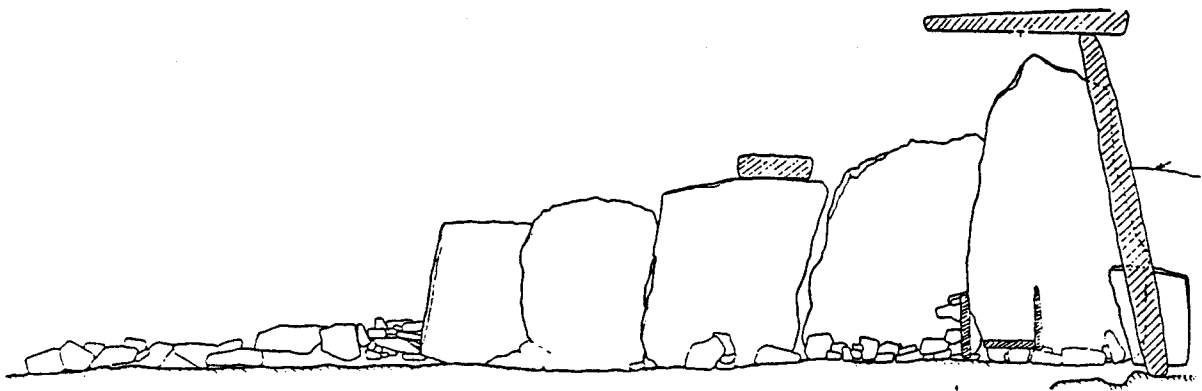
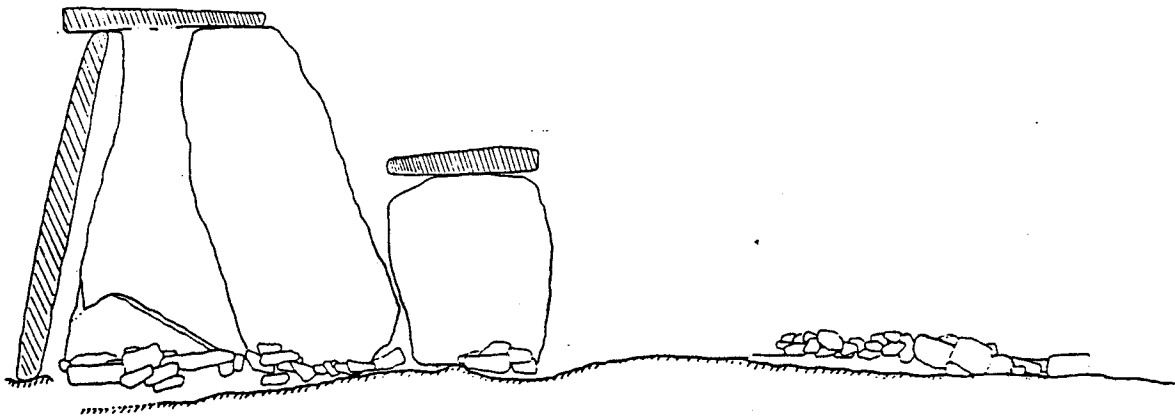


Fig. 15 – Areita 1. Alçado Norte e Sul (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 43).

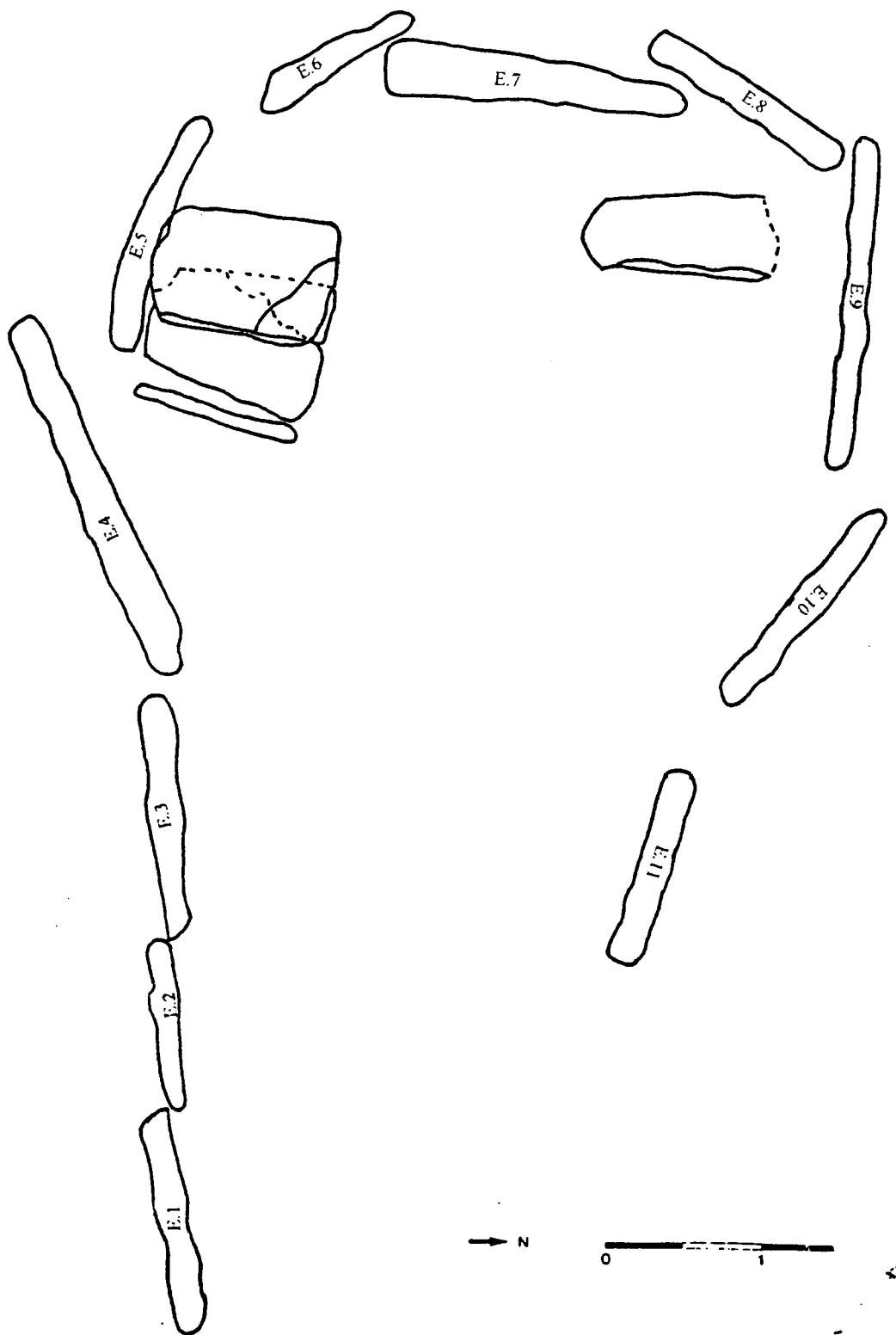


Fig. 16 – Areita 1. Planta do Dólmen (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 53).

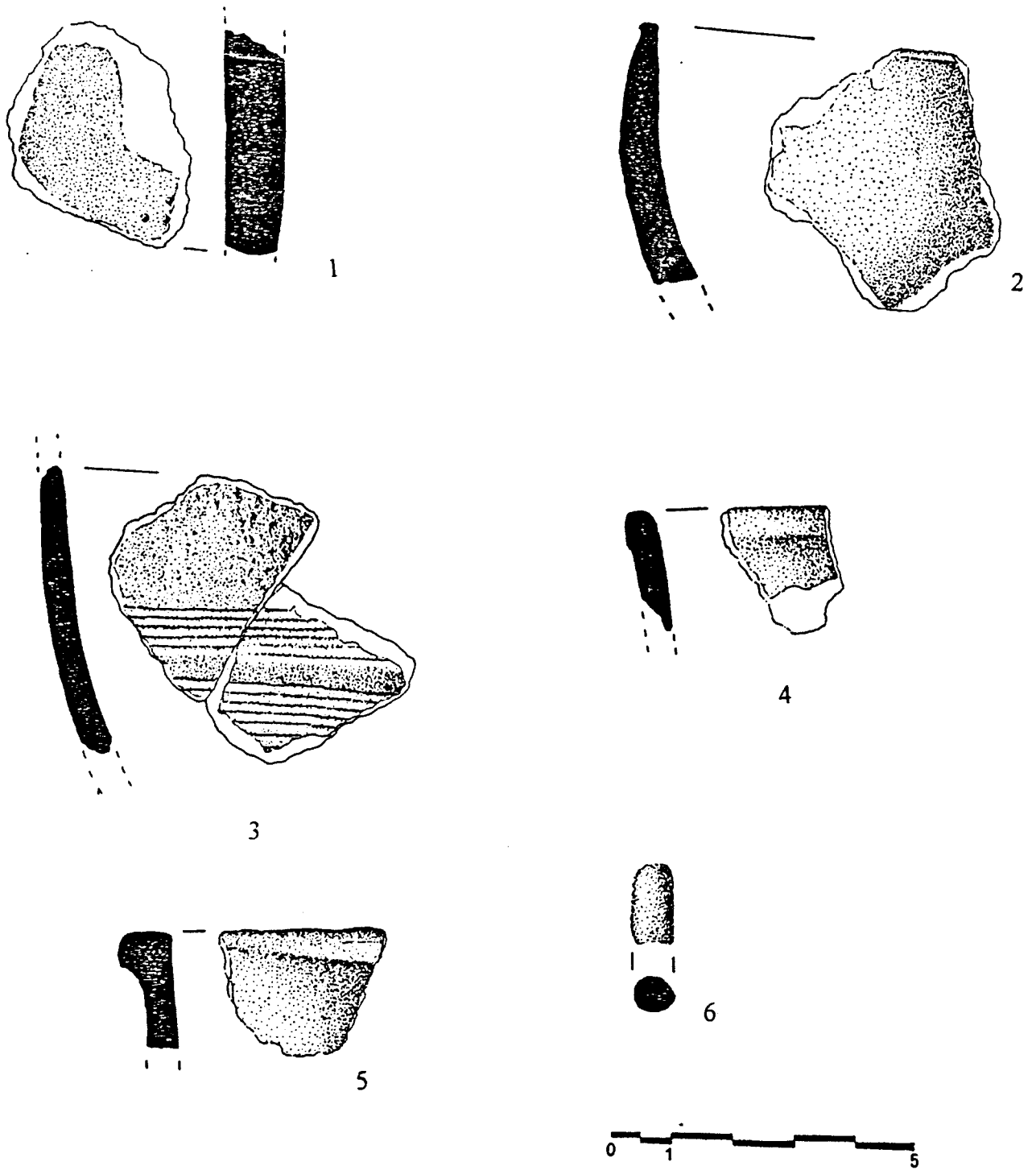


Fig. 17 – Areita 1. Fragmentos cerâmicos (1-5) e peça cilíndrica (6) (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 76).

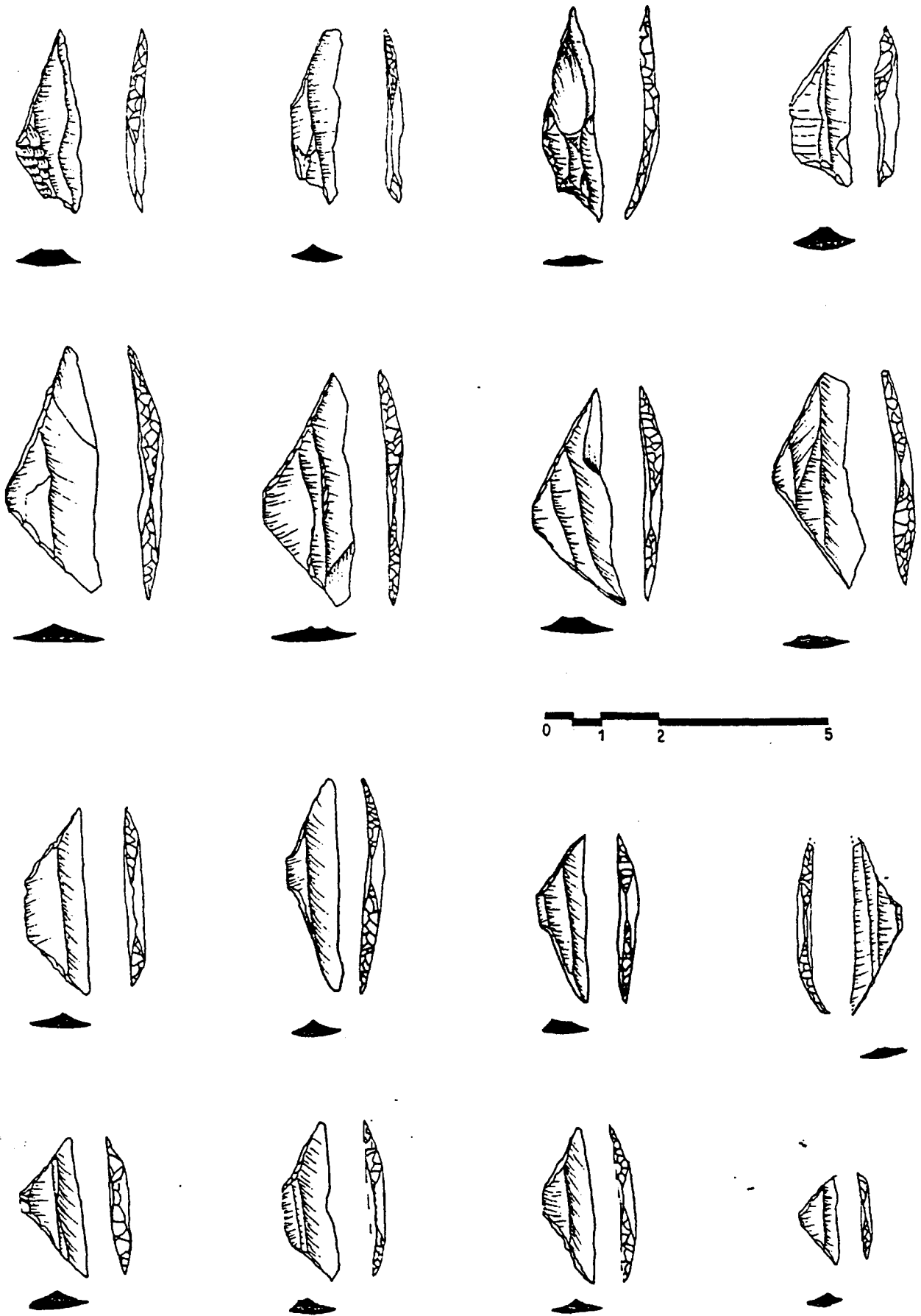


Fig. 18 – Areita 1. Micrólitos geométricos (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 72).

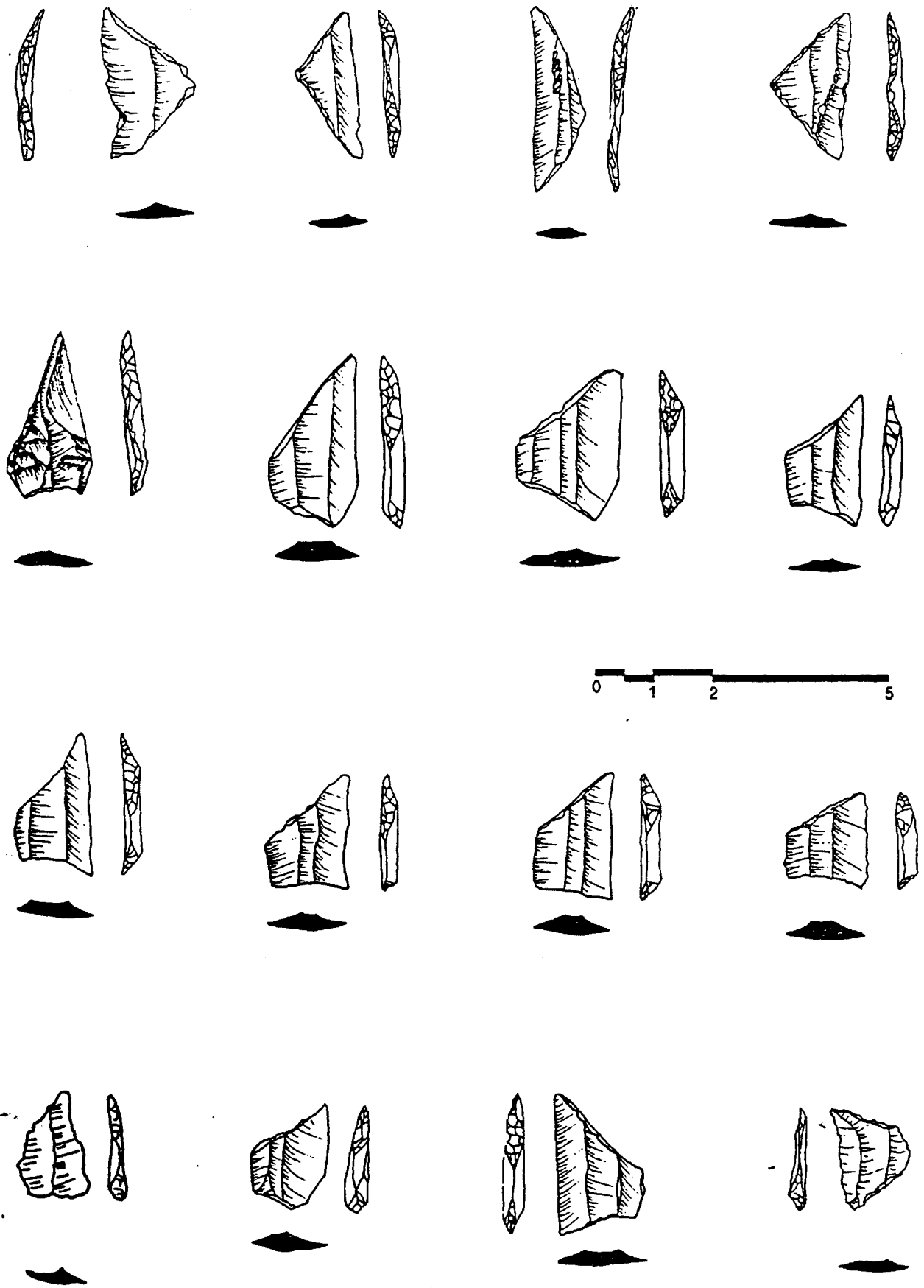


Fig. 19 – Areita 1. Micrólitos geométricos (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 73).

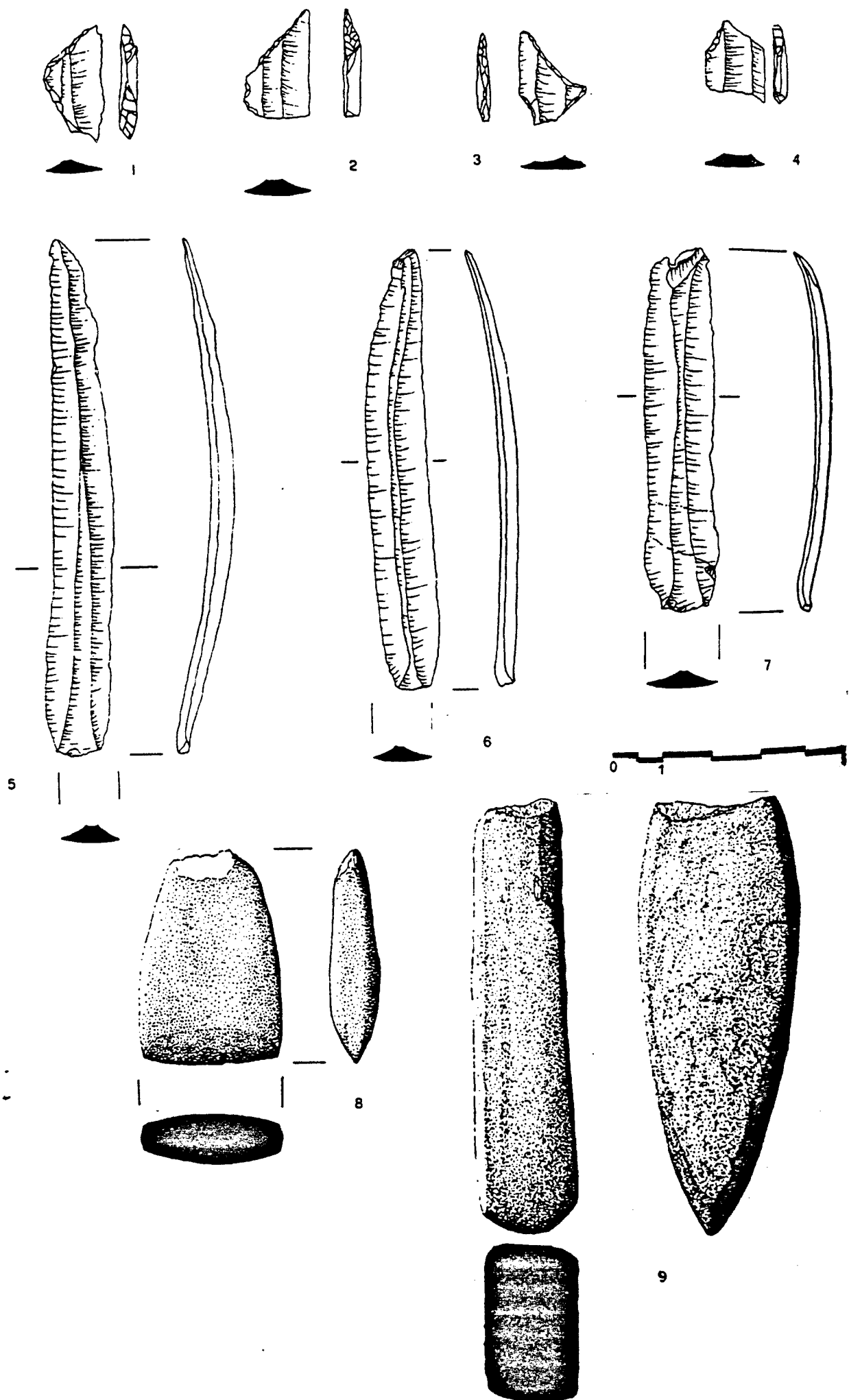


Fig. 20 – Areita 1. Micrólitos geométricos (1-4), lâminas (5-7), machados (8-9) (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 74).

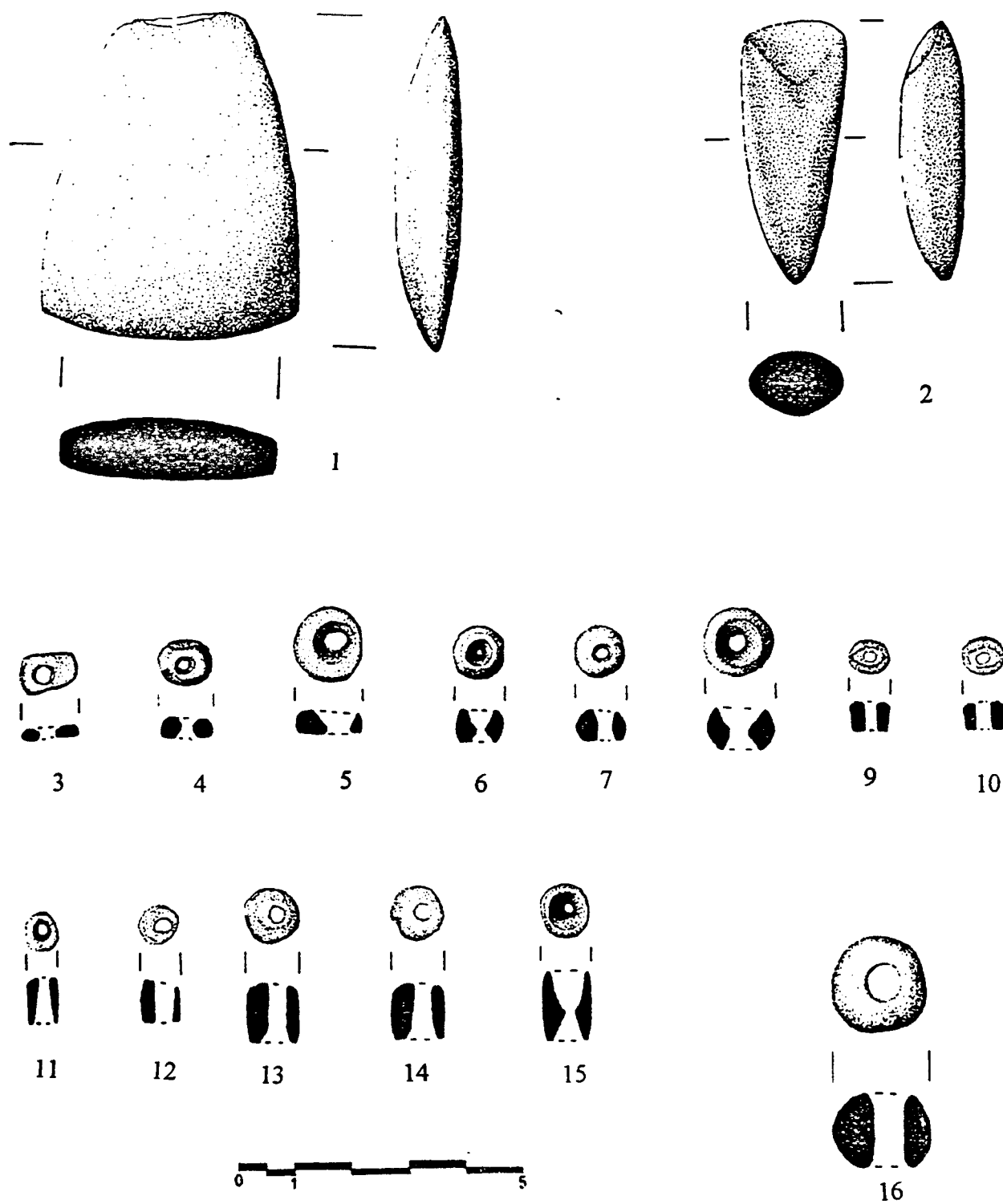


Fig. 21 – Areita 1. Enxó (1), goiva (2), componentes de adorno (3-16) (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 74-75).

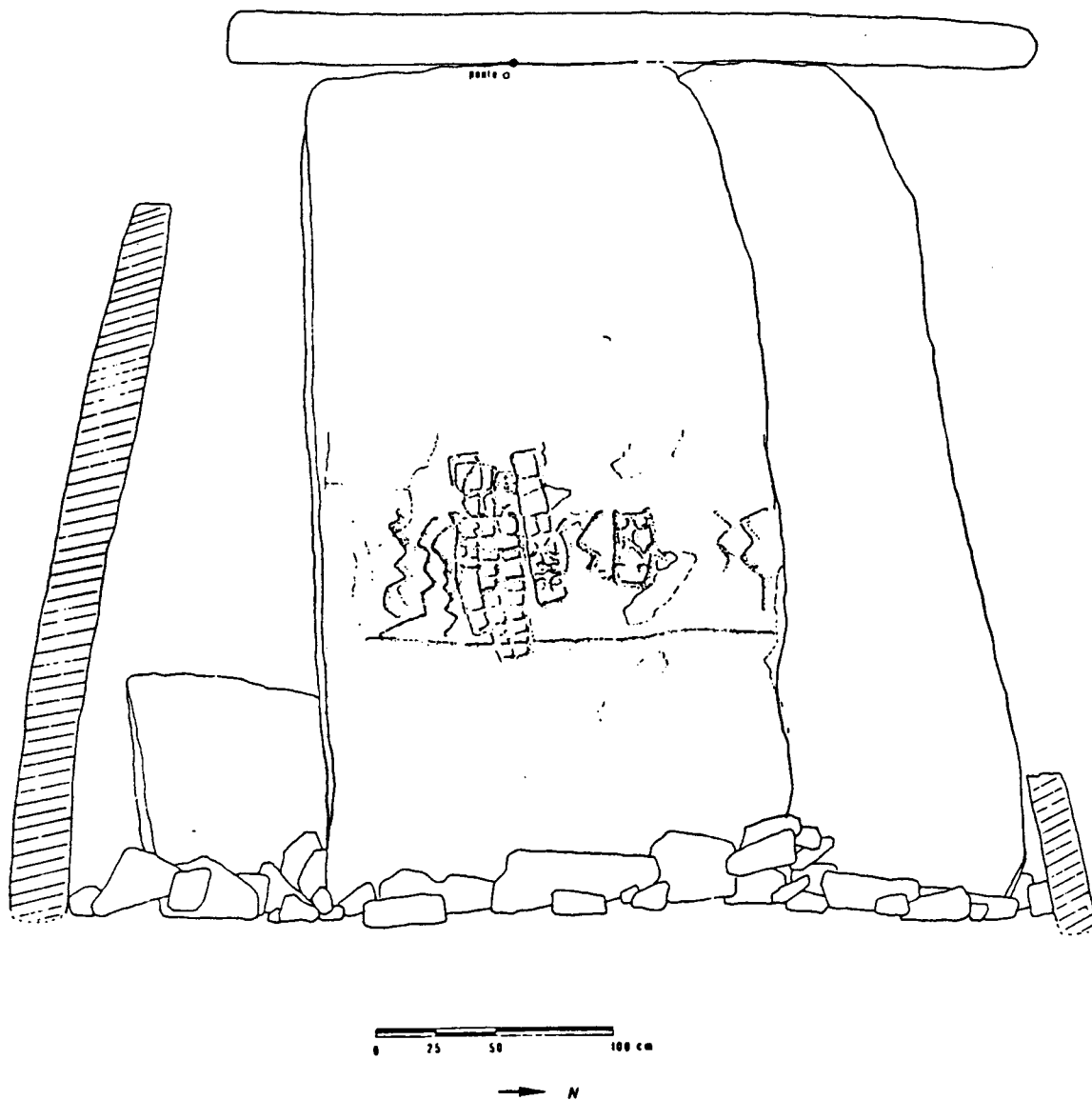


Fig. 22 – Areita 1. Laje de cabeceira com os motivos gravados (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 65).

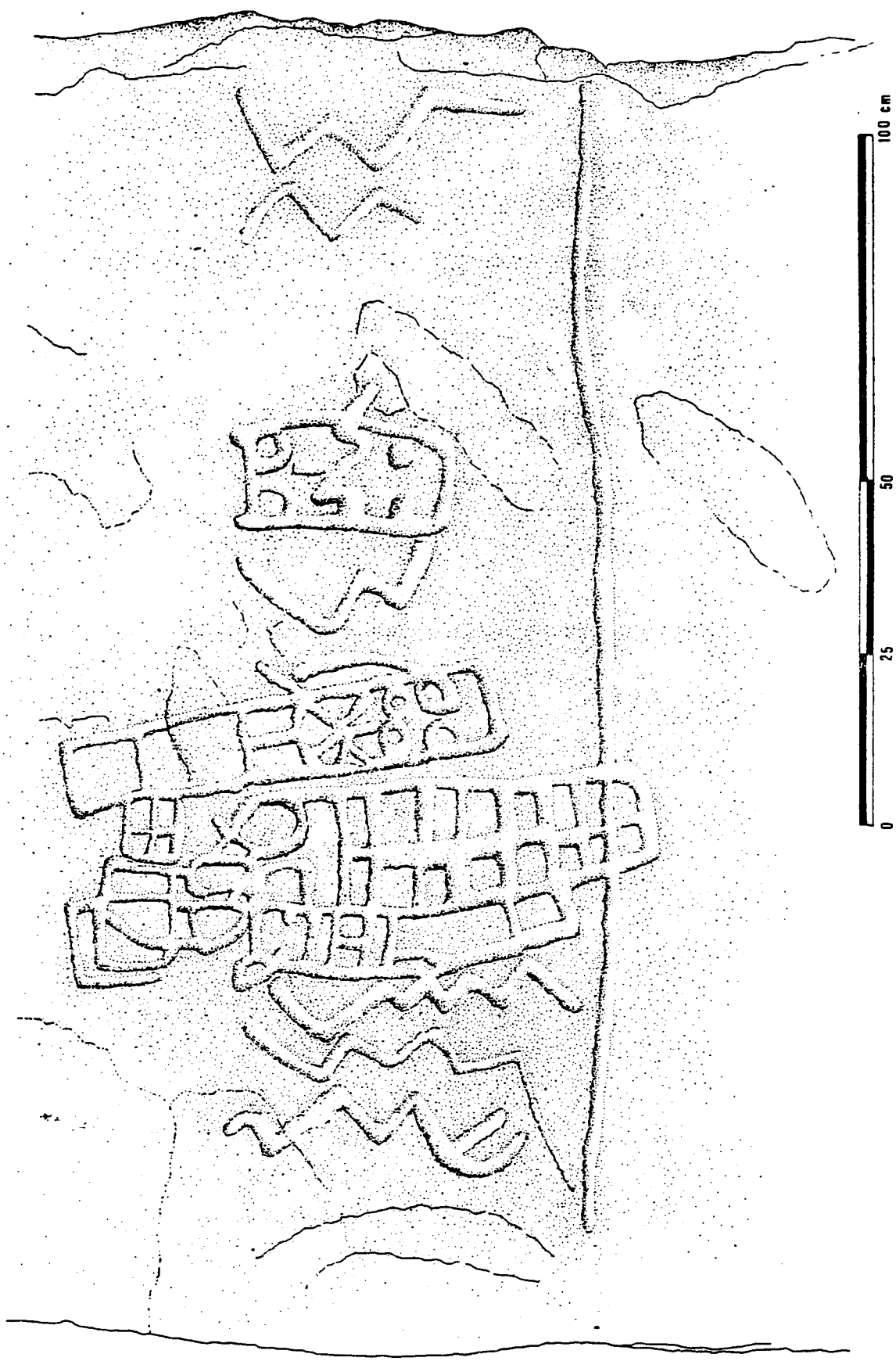
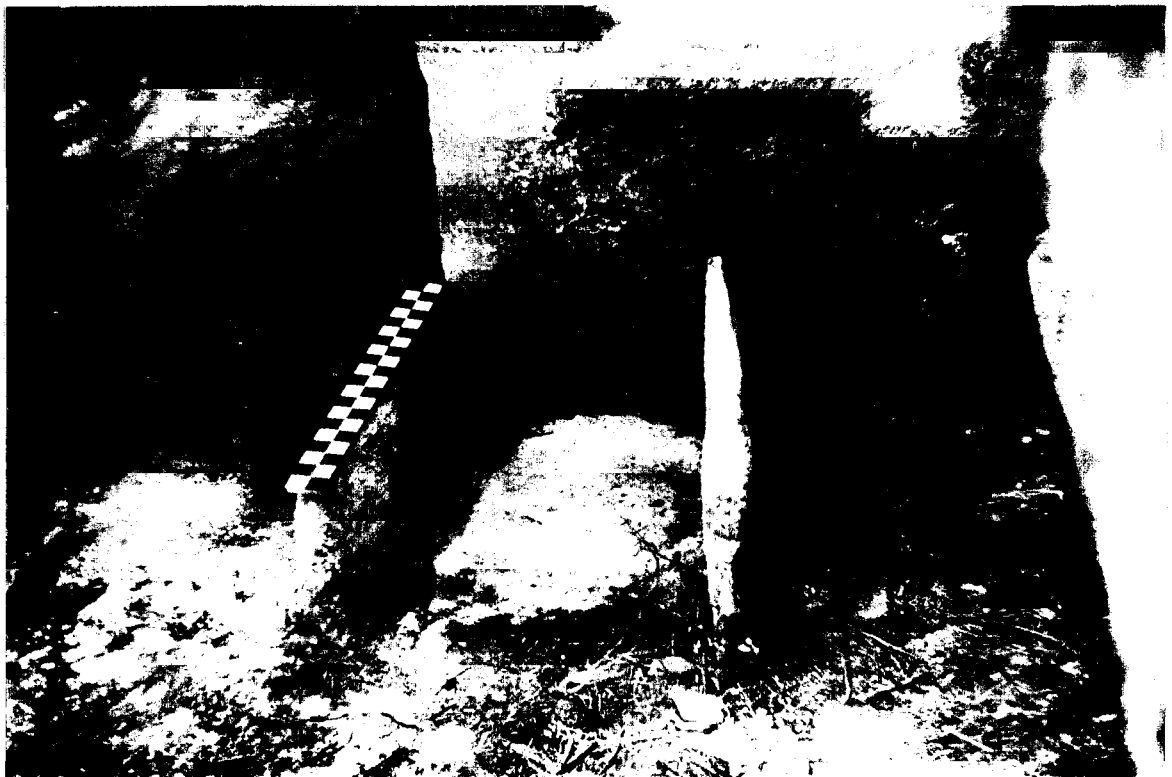


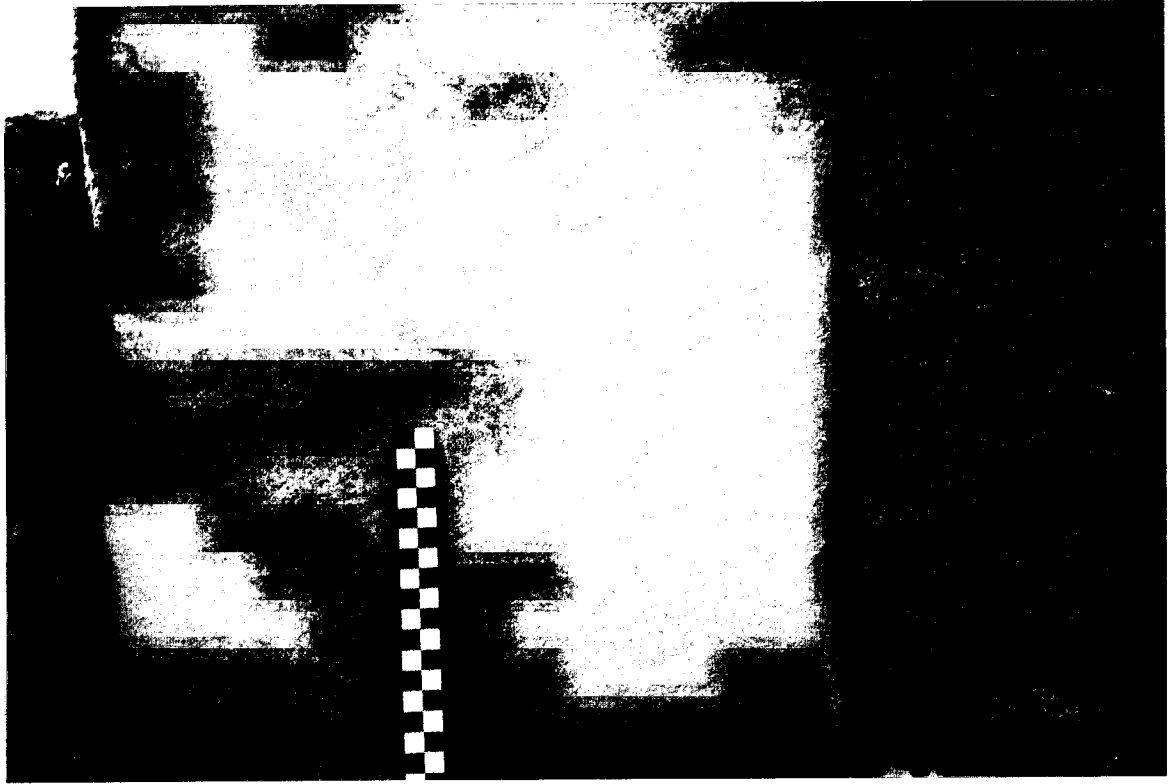
Fig. 23 - Areita I. Pormenor dos motivos gravados na laje de cabeceira (Seg. Gomes *et alii*, 1998, 66).



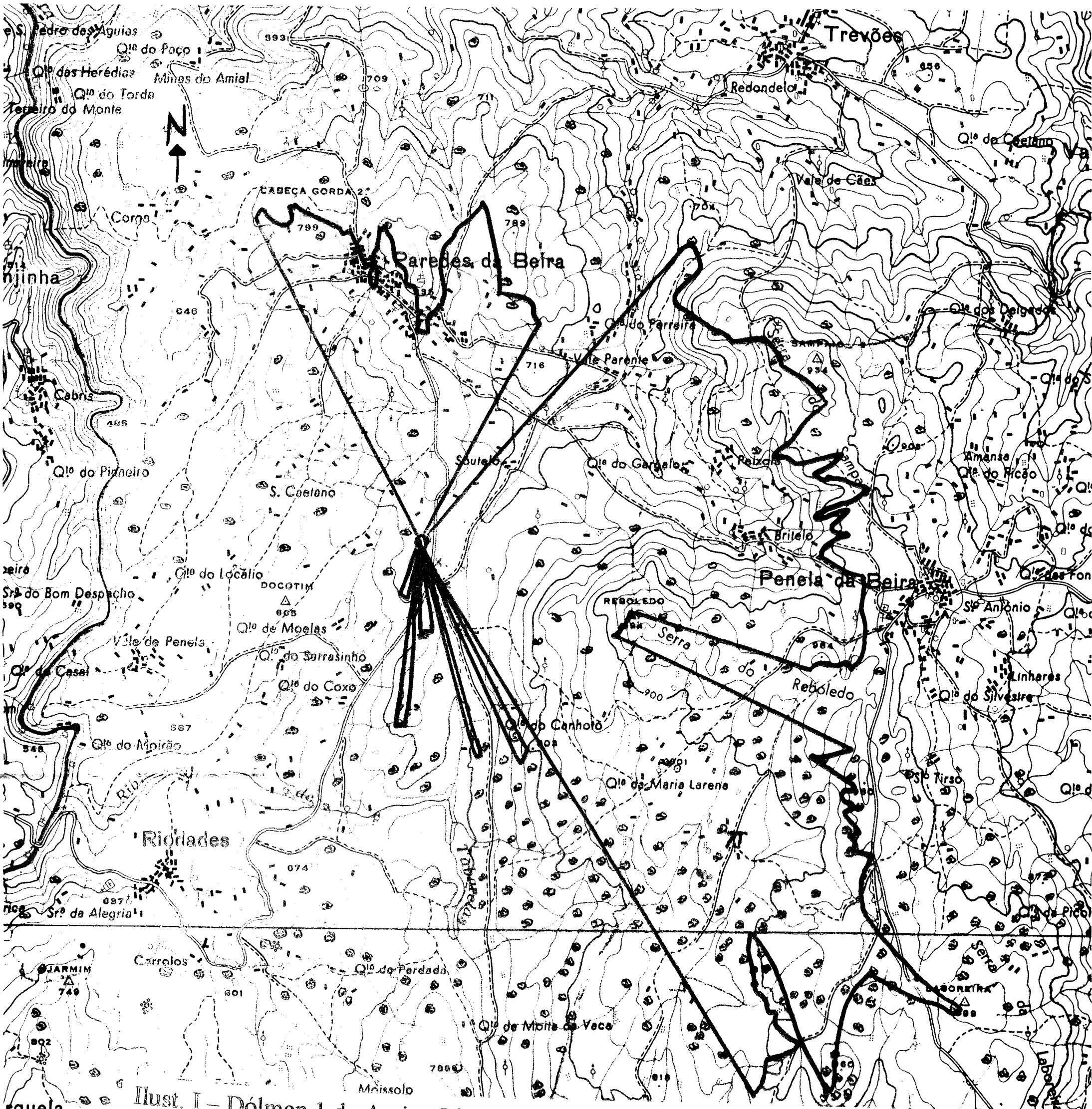
Fot. 1 – Areita 1. Vista geral do monumento.



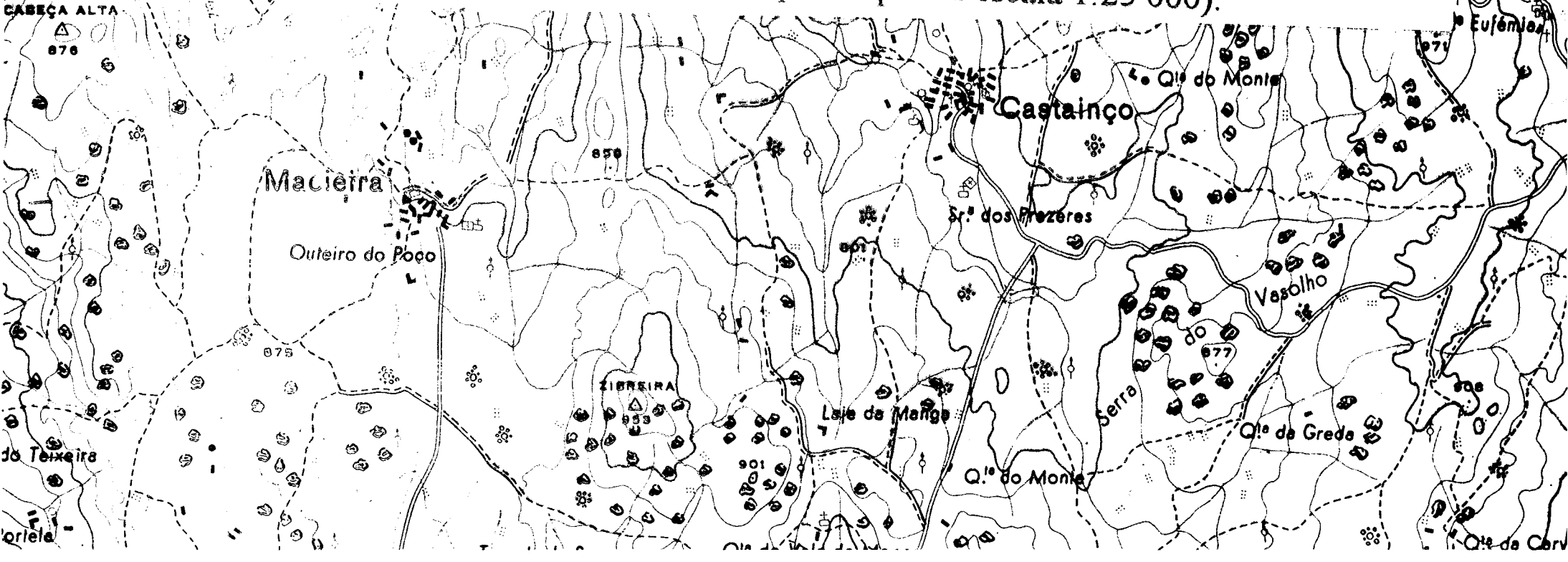
Fot. 2 – Areita 1. Estrutura de tipo “caixa”.

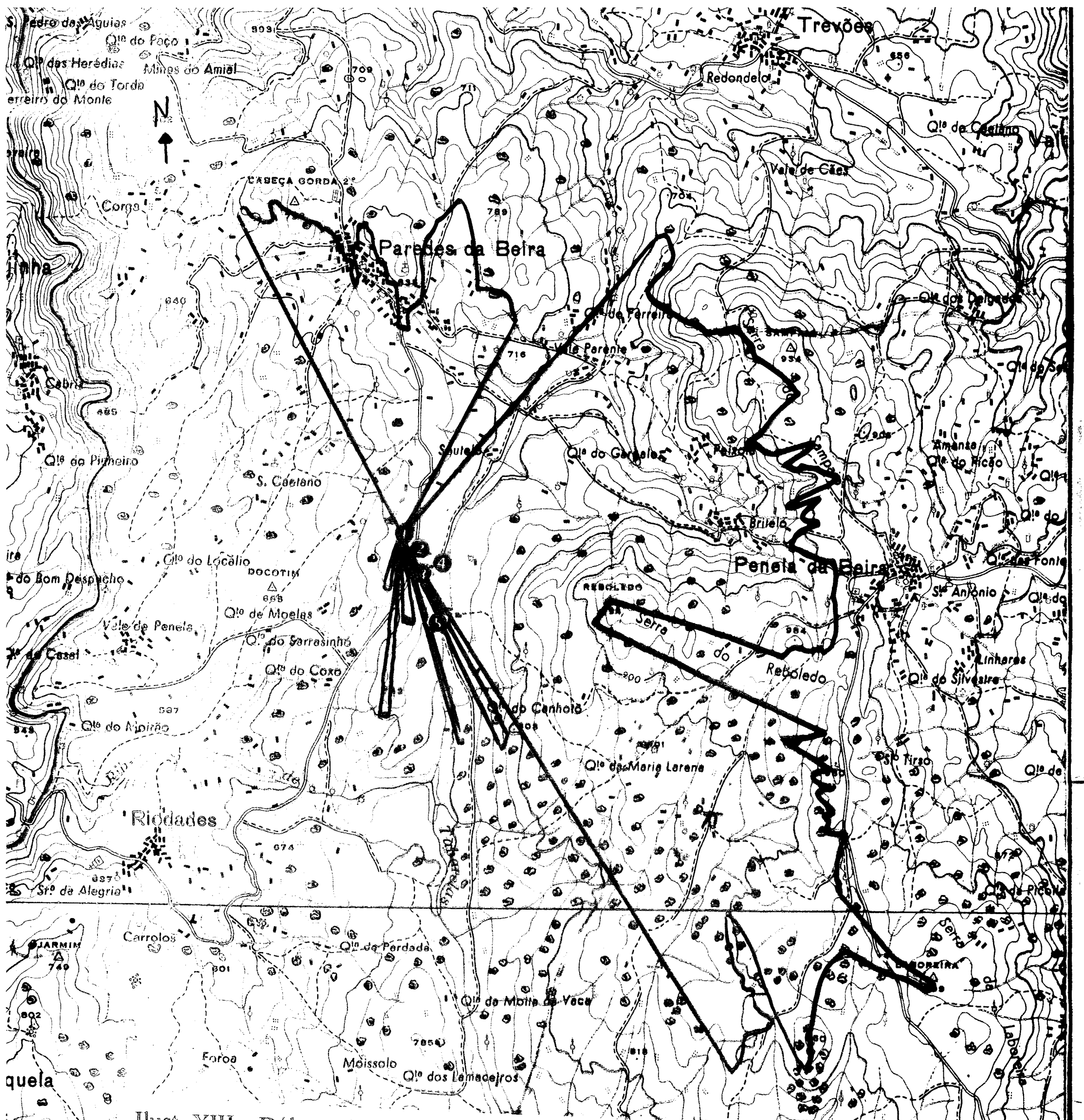


Fot. 3 – Areita 1. Pormenor da laje de cabeceira.

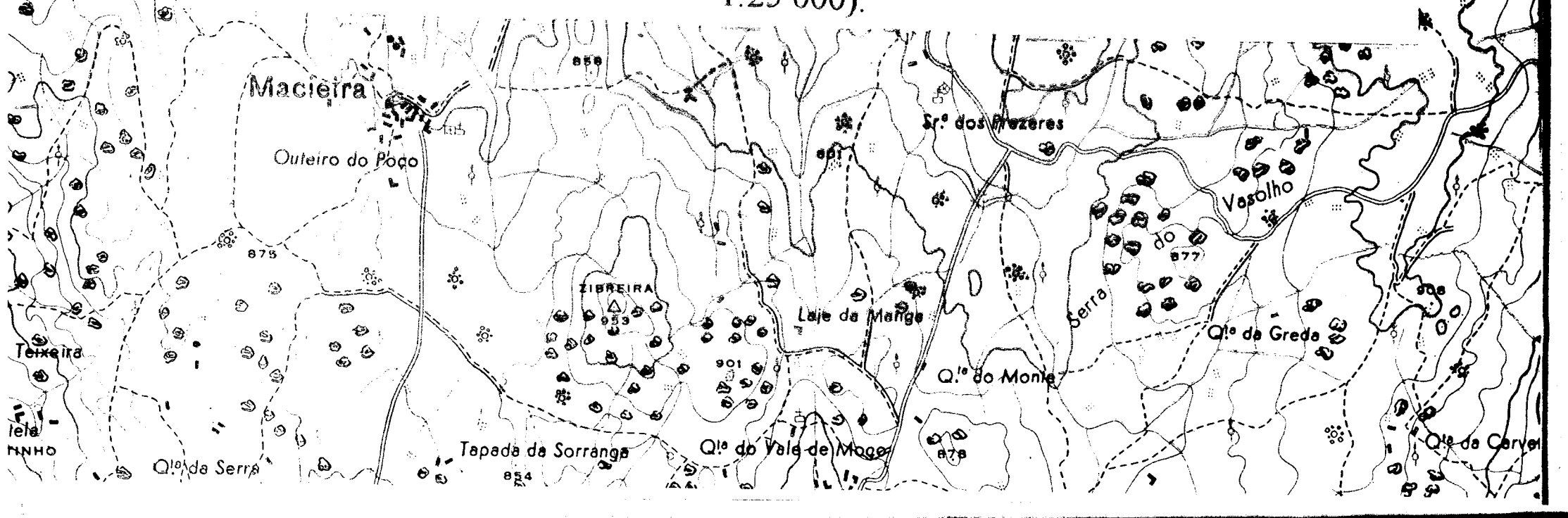


Ilust. I - Dólmen 1 de Areita. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).





Ilust. XIII – Dólmen 1 de Areita. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).



DÓLMEN 2 DE AREITA



Fig. 24 – Localização do Dólmen 2 de Areita, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 2 de Areita (A₂)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Areita

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 02' 36" N.

Longitude – 01° 39' 42" E. Lx.

Altitude absoluta – 717 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo); **Ferreira**, 1990: 221; **Gomes et alii**, 1998: 38.

D – ACESSOS: Os acessos são semelhantes aos do Dólmen 1. Situa-se desta vez do lado esquerdo da estrada de alcatrão, distando desta cerca de 30 m. e 200 m. do Dólmen 1.

E – DESCRIÇÃO: O Dólmen 2 de Areita foi demolido nos inícios da década de 80 (entre os finais de 1980 e Agosto de 1981). No entanto os esteios, de granito, que se dispunham de forma imbricada, jazem em redor da mamoa. Esta apresenta-se muito compactada e é de dimensões medianas. A altura dos esteios oscila entre os 2,05 e os 2,60 m. e a sua largura varia entre os 1,05 e 1,25 m.. No centro da mamoa, onde se localizaria a câmara, existe uma profunda fossa de violação (com cerca de 1 m²), que terá afectado as camadas estratigráficas, dentro da qual se encontram vários blocos de médias dimensões em granito. Desconhece-se se teria corredor de acesso.

F – ESPÓLIO: • 1 esferóide em granito com vestígios de percussão.

G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - IIIº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais quatro (4) monumentos localizados a 200 m. NO (A₁), a 250 m. SE (A₃), a 250 m. SSE (A₄) e a 600 m. SSE (A₅).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 1; fotos - 4; figuras - 22.

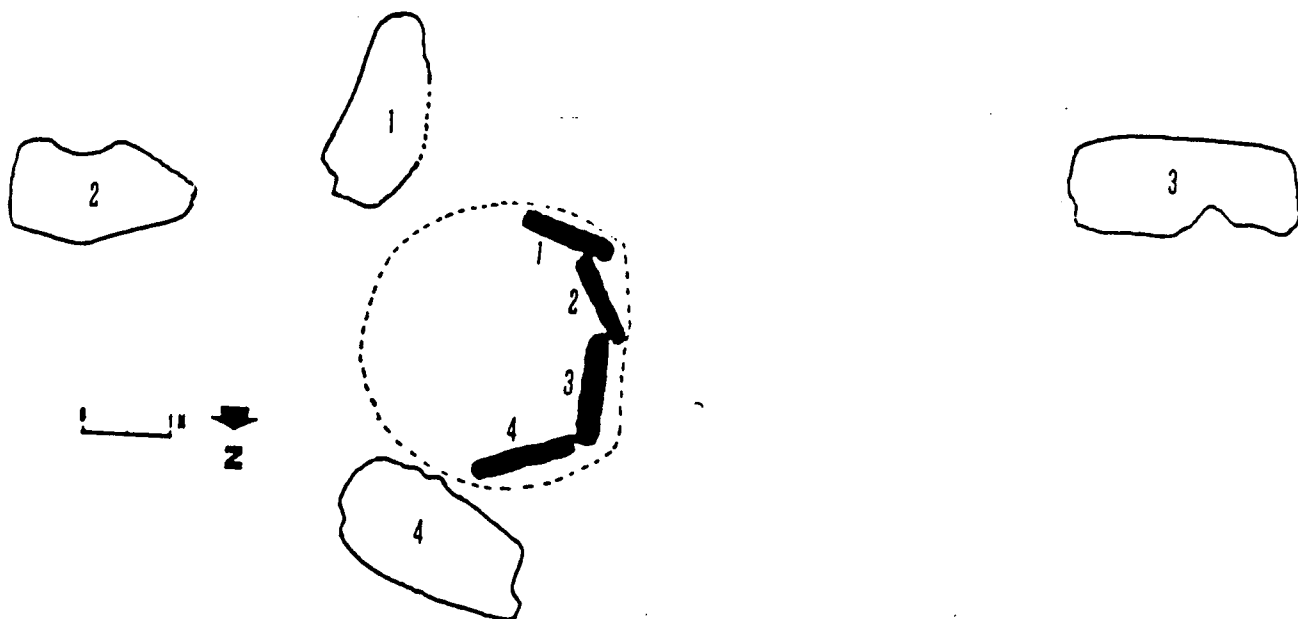


Fig. 25 – Areita 2. Esquema dos esteios antes da sua demolição. Indica-se ainda a disposição destes esteios depois da destruição deste monumento (Seg. Ferreira, 1990).

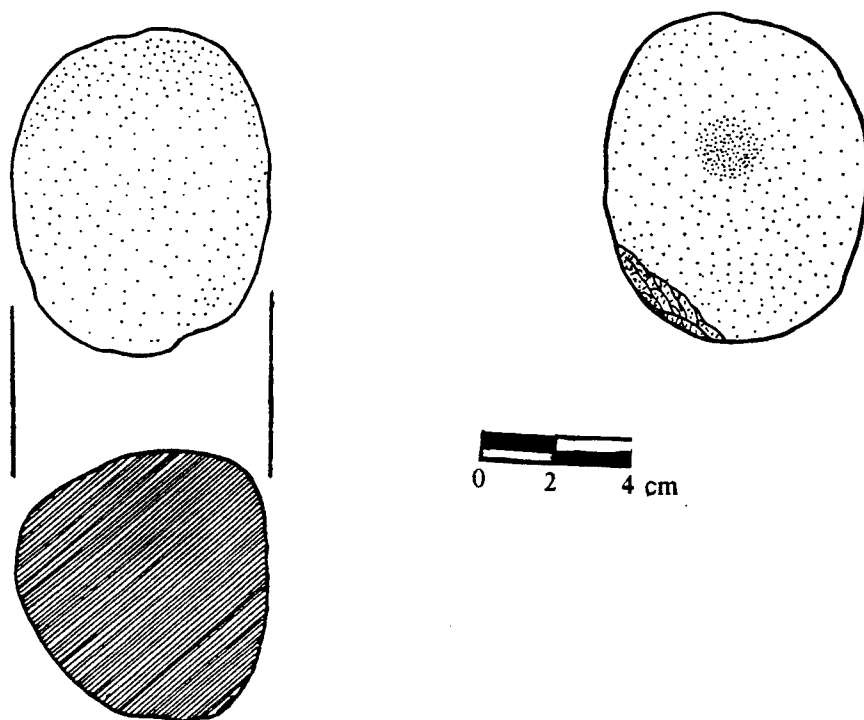


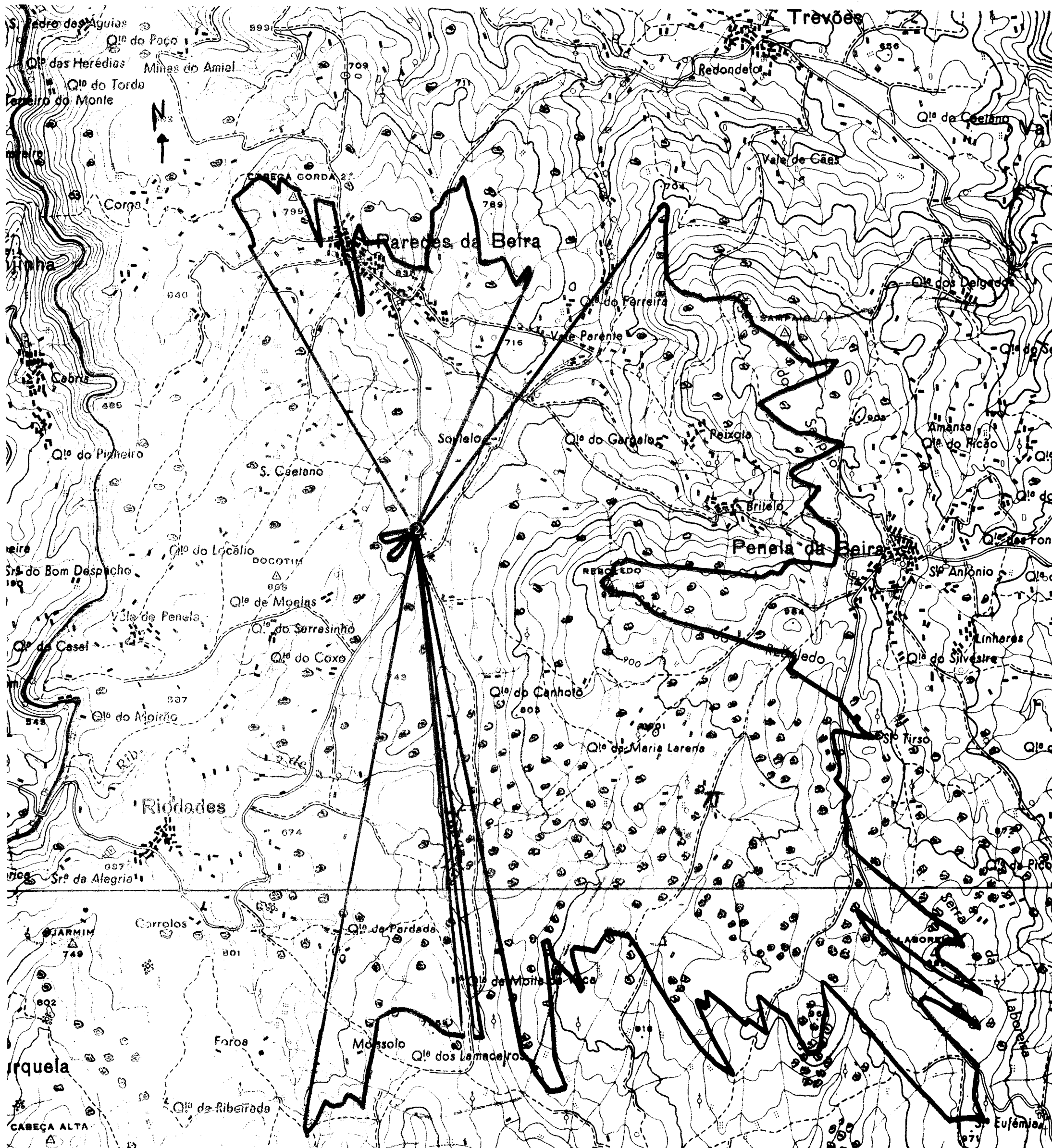
Fig. 26 – Areita 2. Esferóide em granito com vestígios de percussão.



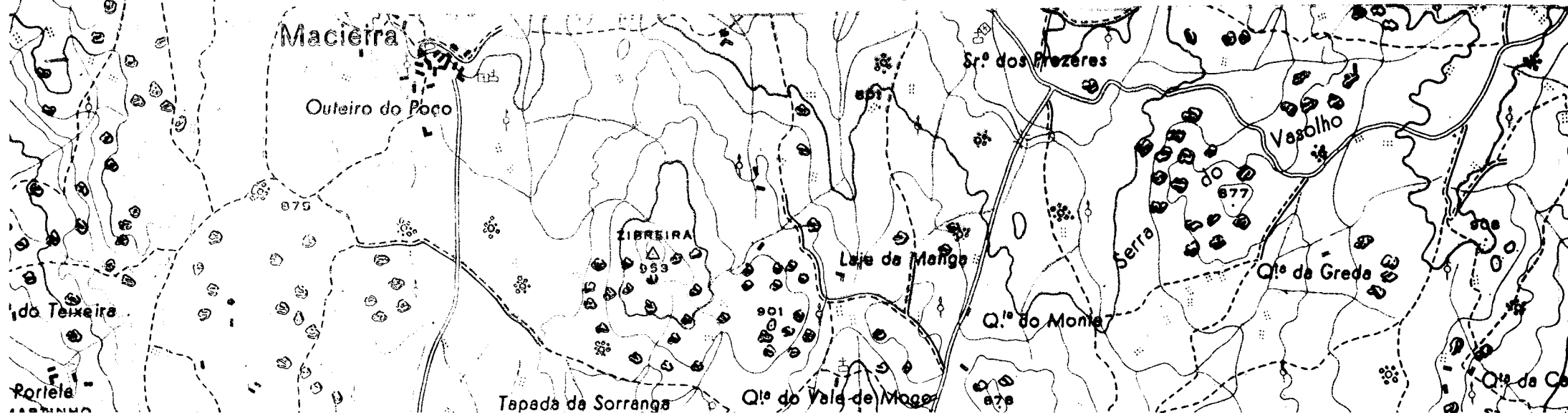
Fot. 4 e 5 – Areita 2. Esteios da câmara.

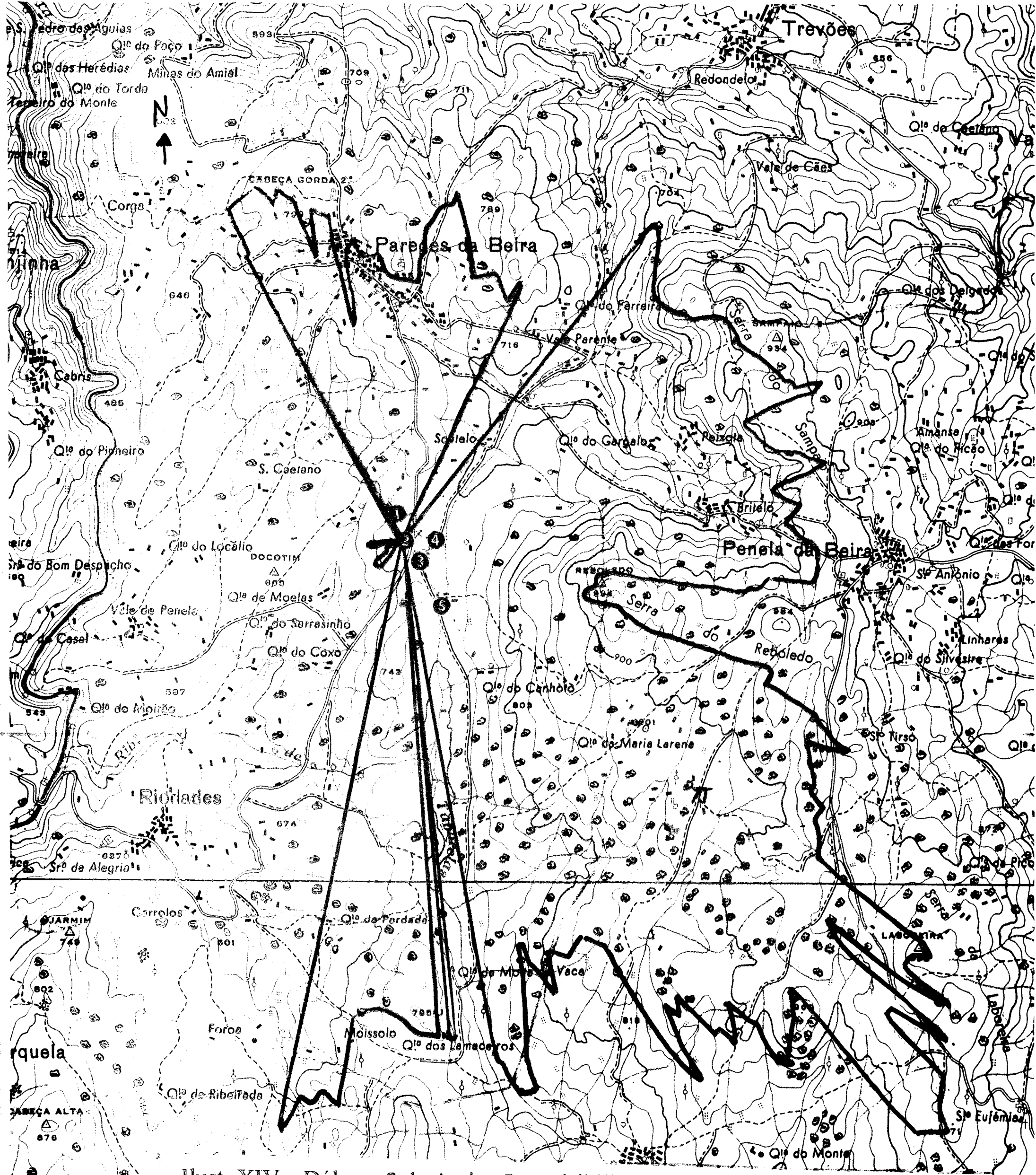


Fot. 6 e 7 – Areita 2. Esteios da câmara.

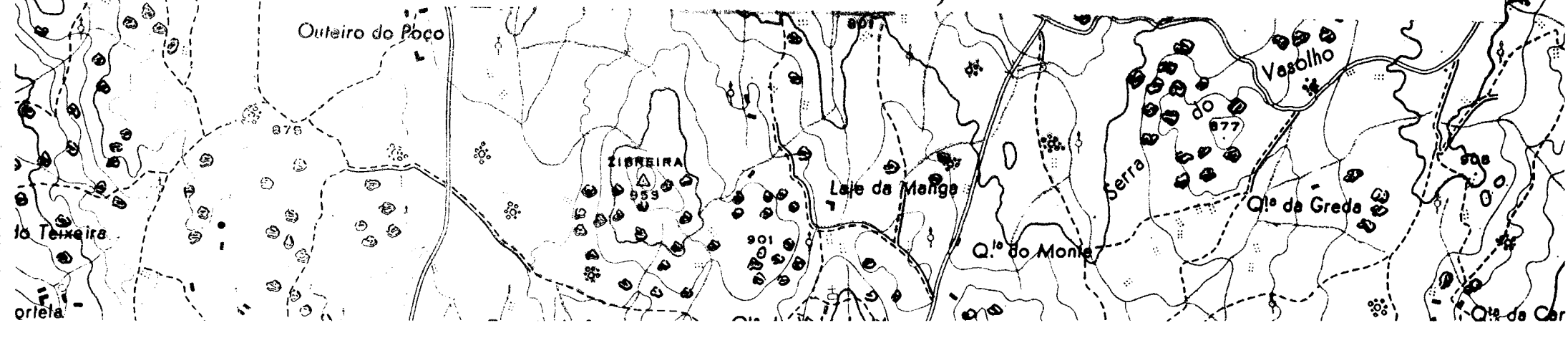


Ilust. II – Dólmen 2 de Areita. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).





Ilust. XIV – Dólmen 2 de Areita. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).



A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 3 de Areita (A₃)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Imbigo

LUGAR – Lameira das Pereiras

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 02' 27" N.

Longitude – 01° 39' 46" E. Lx.

Altitude absoluta – 717 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo); *Ferreira*, 1990: 221; *Gomes et alii*, 1998: 38.

D – ACESSOS: Seguindo pela Estrada Municipal 505 a partir do Dólmen 2, corta-se à esquerda no primeiro entroncamento, tomando a estrada que segue para Penela da Beira. Percorridos cerca de 40 m., vira-se à esquerda por um caminho carreteiro, percorrendo-se cerca de 300 m., o monumento encontra-se do lado direito.

E – DESCRIÇÃO: No lugar de Lameira das Pereiras ergue-se o monumento nº3, conhecido popularmente por “Imbigo”. A mamoa, composta por terra e pedras, apresenta cerca de 16 m. de diâmetro e 1,50 m. de altura. Pese embora o desaparecimento da laje de cobertura, esta mamoa apresenta um razoável estado de conservação, aflorando na zona central a parte superior do que parecem ser dois (2) esteios de granito. O espaço em que se implanta a mamoa é desde há muitos anos utilizado como pastagem, o que contribuiu para a sua conservação.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - IIIº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais quatro (4) monumentos localizados a 450 m. NO (A₁), a 250 m. NO (A₂), a 150 m. SO (A₄) e a 300 m. SSE (A₅).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 1; fotos - 0; figuras - 21.

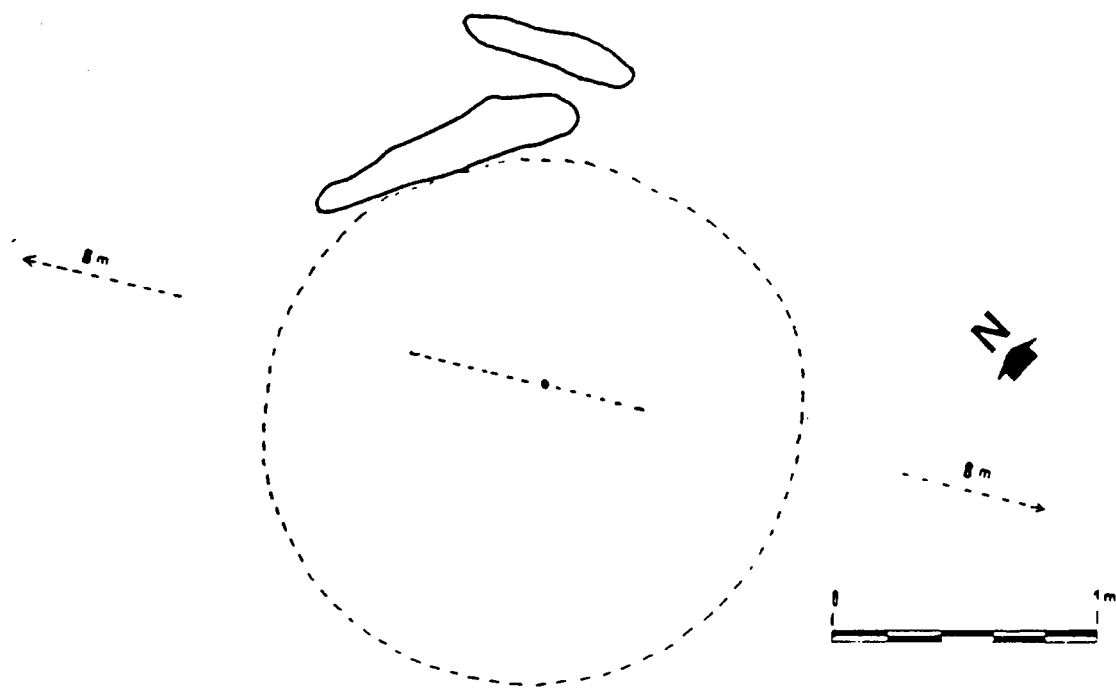
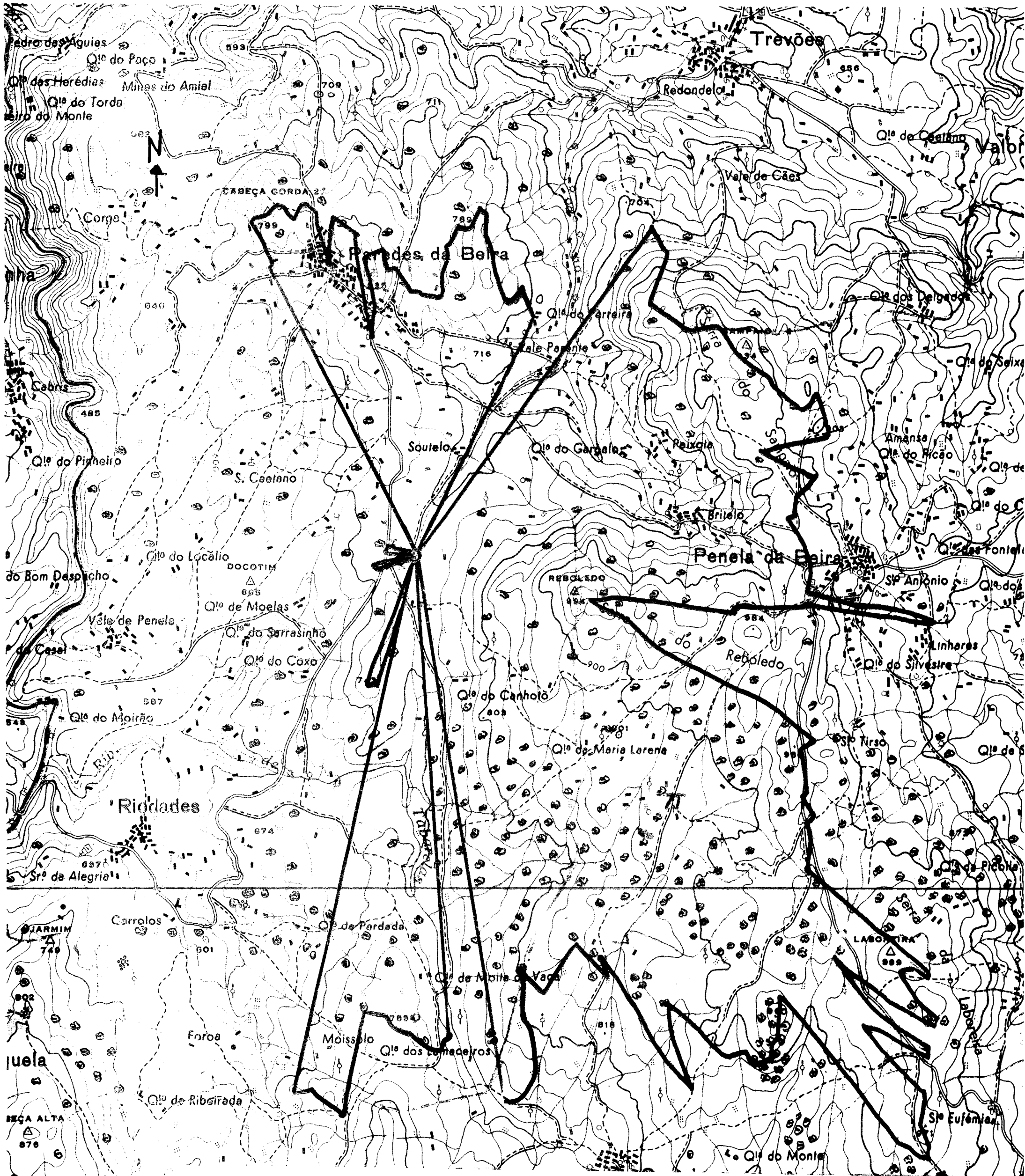
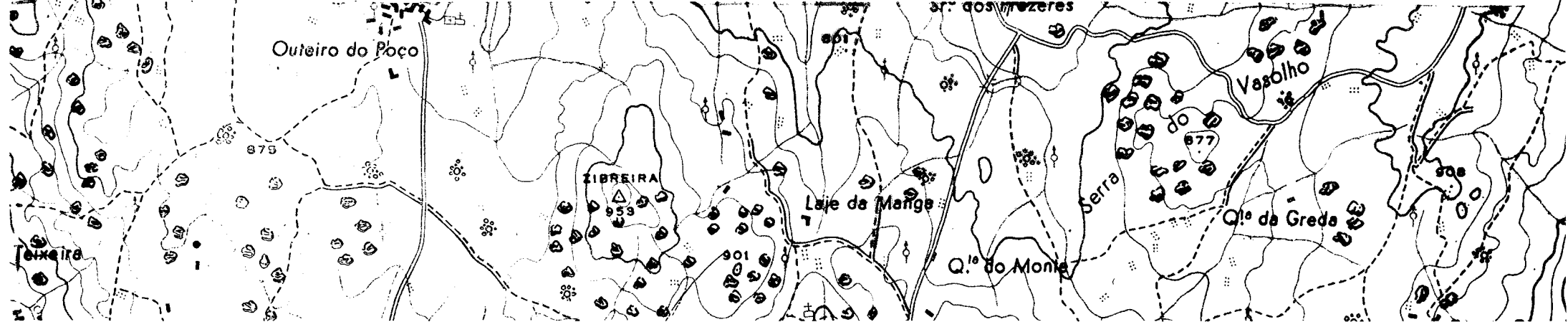
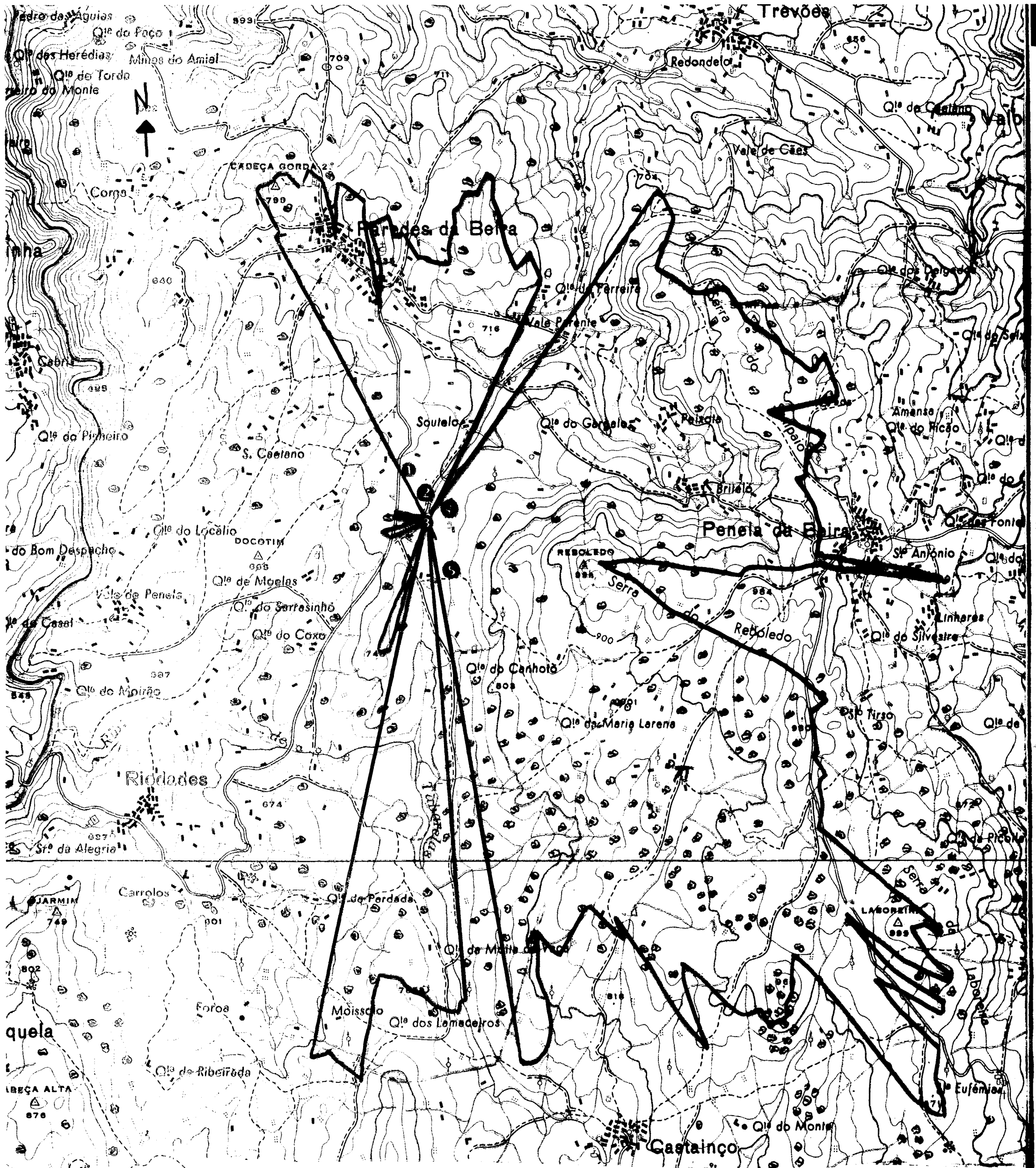


Fig. 28 – Areita 3. Esquema da mamoá (anta nº3). O círculo a ponteadado pretende mostrar a área ocupada pelo amontoado de pedra solta que está encostada à parte superior de dois esteios (Seg. Ferreira, 1990).

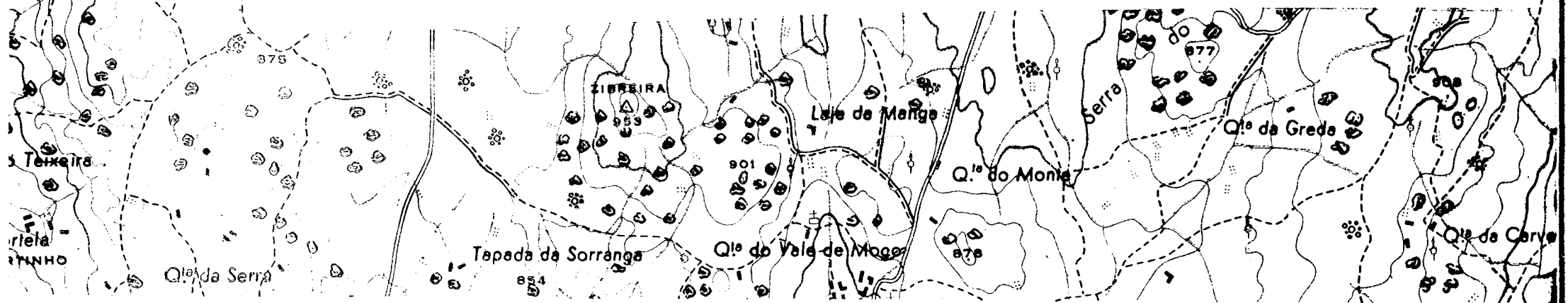


Ilust. III – Dólmen 3 de Areita. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).





Ma Ilust. XV – Dólmen 3 de Areita. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).



DÓLMEN 4 DE AREITA

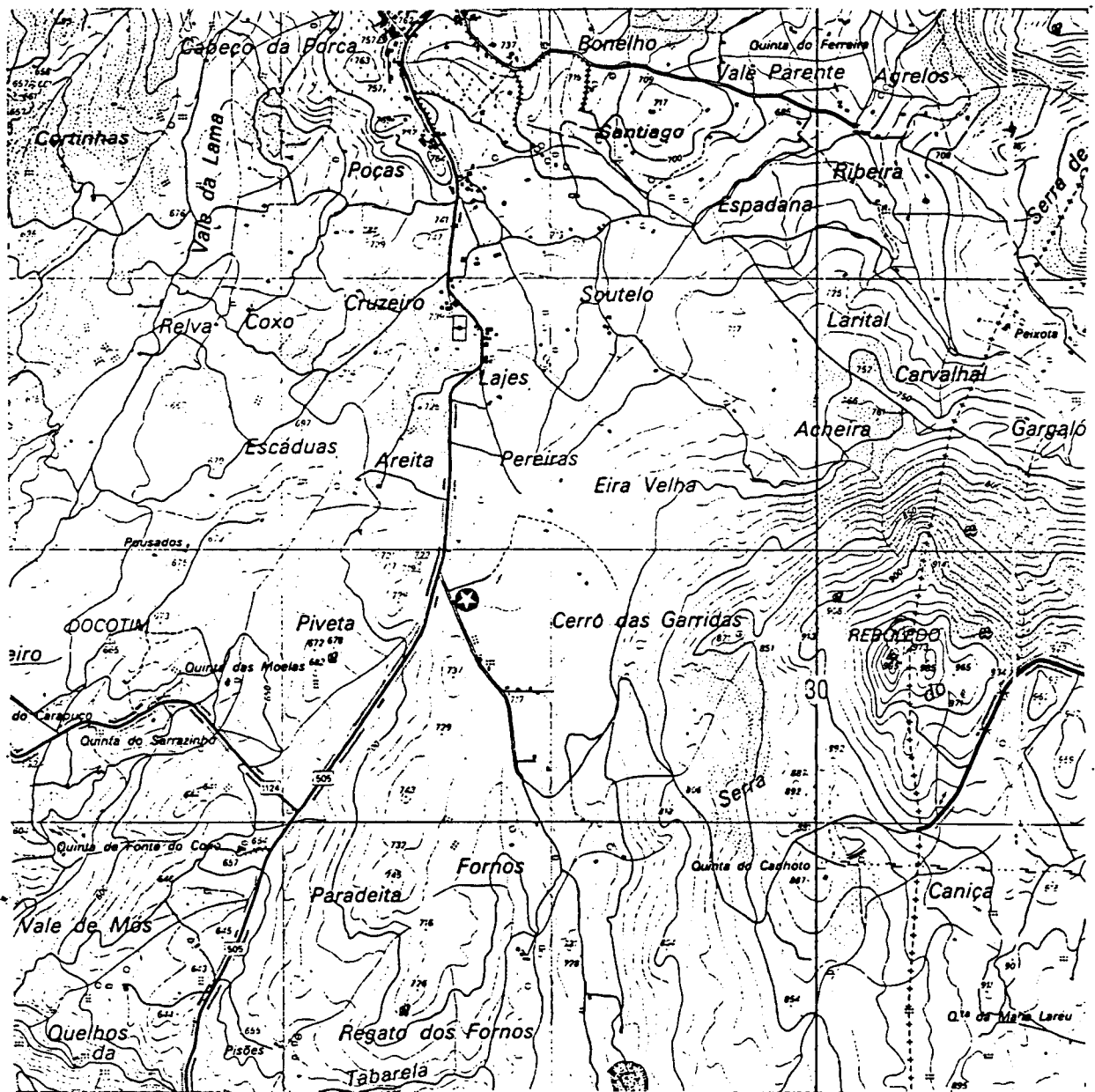


Fig. 29 – Localização do Dólmen 4 de Areita, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 4 de Areita (**A₄**)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Areita

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 02' 28'' N.

Longitude – 01^o 39' 49'' E. Lx.

Altitude absoluta – 710 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo); **Ferreira**, 1990: 220 - 221; **Gomes et alii**, 1998: 38.

D – ACESSOS: O monumento está totalmente destruído pelo que no local nada é visível.

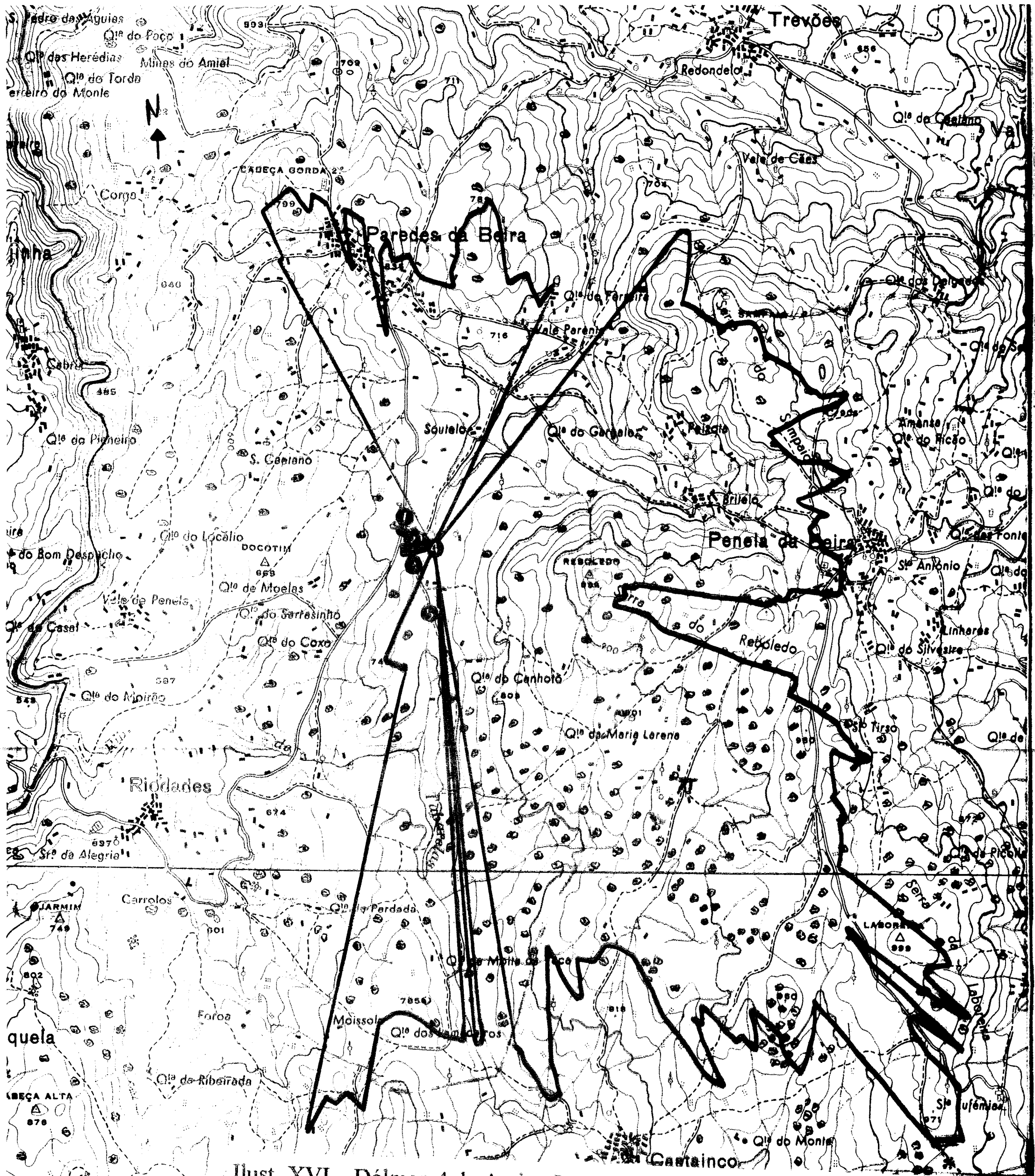
E – DESCRIÇÃO: Na encosta sobranceira ao lameiro onde se localiza o Dólmen 3 implantava-se um outro monumento que, segundo informações recolhidas pelos autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira, teria uma configuração muito semelhante ao Dólmen 1 de Areita. No campo de milho onde se implantava o monumento nada é visível visto que o mesmo foi totalmente arrasado no início da década de 40 (1943 ou 44). Os monólitos em granito, depois de talhados, foram utilizados na construção de uma eira na aldeia de Paredes da Beira.

F – ESPÓLIO: • guilhos de pedra (possíveis machados), desconhece-se o seu paradeiro.

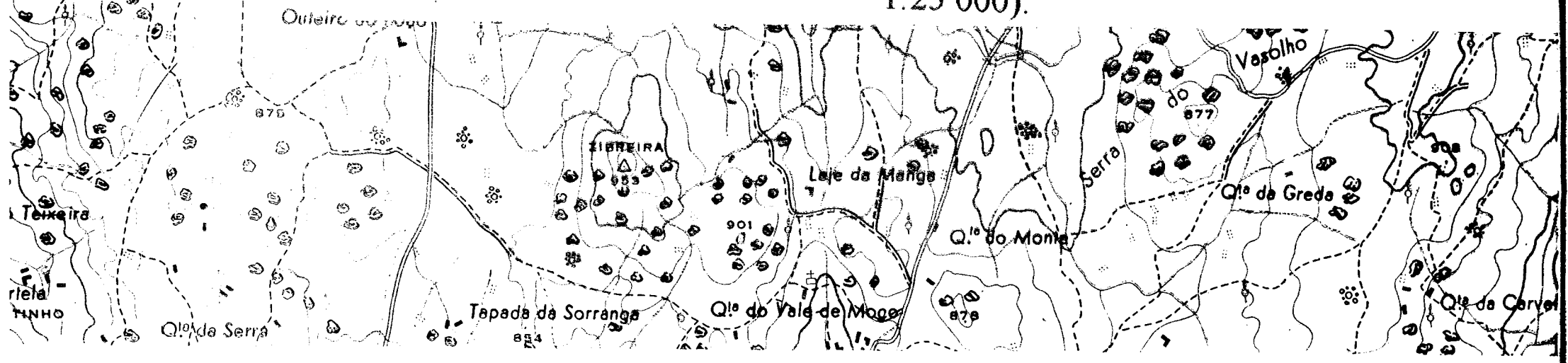
G – CRONOLOGIA (genérica): IV^o - III^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais quatro (4) monumentos localizados a 400 m. NNO (**A₁**), a 250 m. NNO (**A₂**), a 150 m. NE (**A₃**) e a 300 m. SE (**A₅**).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 21.



Ilust. XVI - Dólmen 4 de Areita. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).



DÓLMEN 5 DE AREITA

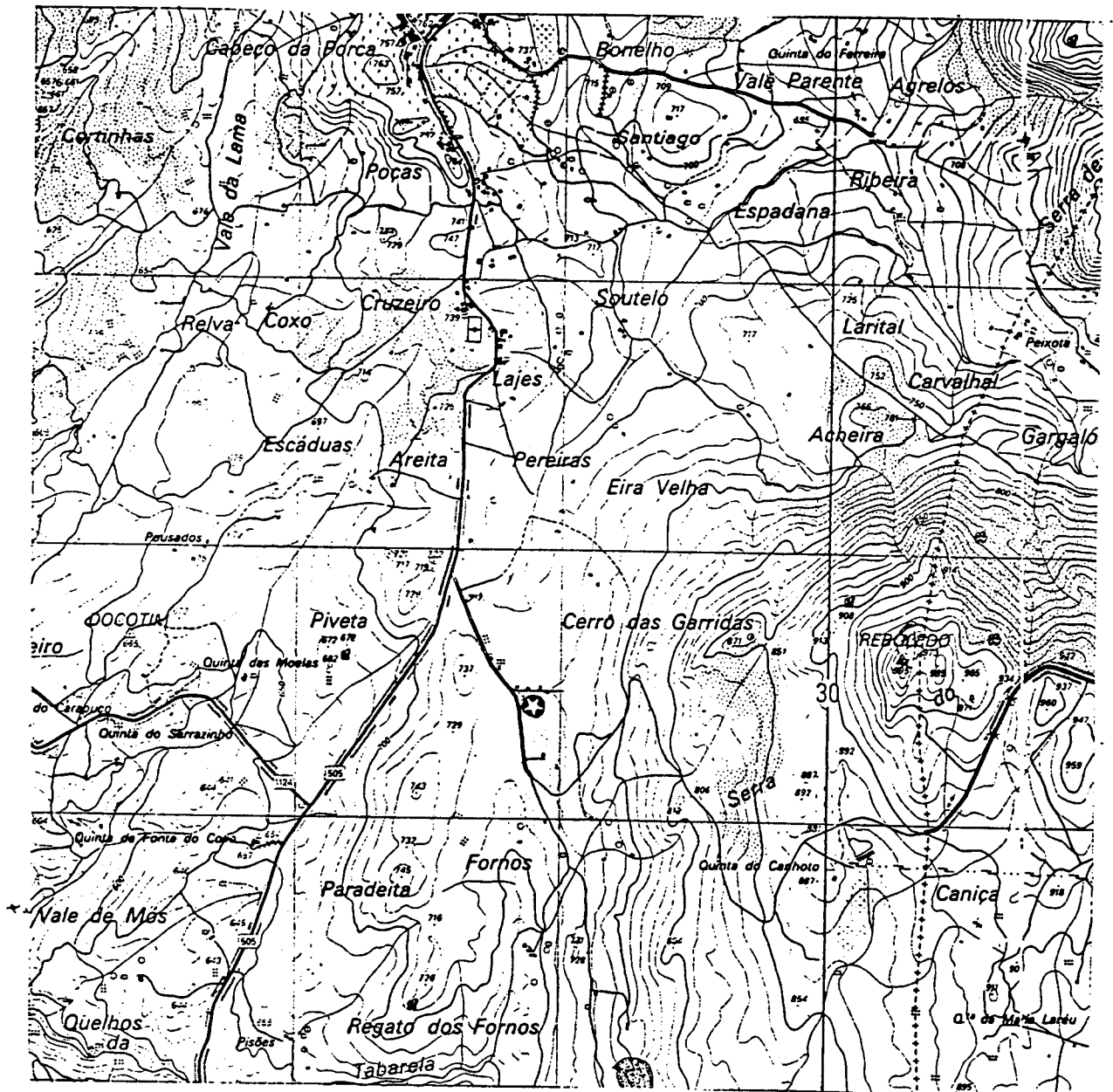


Fig. 30 – Localização do Dólmen 5 de Areita, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 5 de Areita (A₅)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Areita

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 02' 09" N.

Longitude – 01° 39' 58" E. Lx.

Altitude absoluta – 710 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo); *Ferreira*, 1990: 222; *Gomes et alii*, 1998: 38.

D – ACESSOS: Percorrendo cerca de 400 m. da estrada que segue para Penela da Beira, vira-se à esquerda por um caminho carreteiro ladeado por muros de pedra. A partir deste caminho andam-se cerca de 50 m. situando-se o monumento junto a uns palheiros do lado direito deste caminho vicinal.

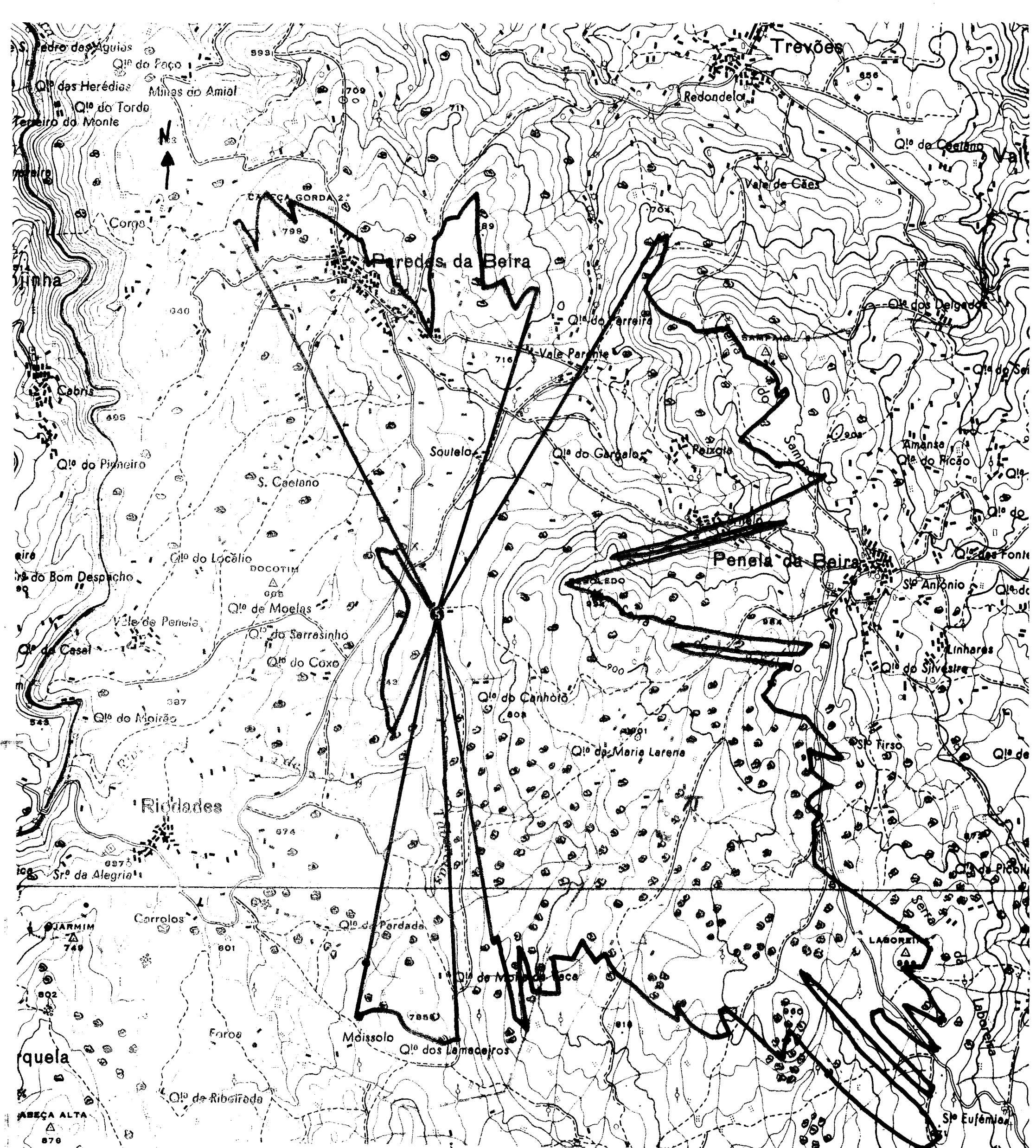
E – DESCRIÇÃO: Parcialmente truncada do lado Norte pela abertura de um caminho vicinal, ergue-se a mamoa deste monumento, de que resta ainda um montículo em terra e pedras com cerca de 15 m de diâmetro e 0,50 m. de altura. No muro que delimita o caminho conservam-se fragmentos de possíveis esteios em granito. Na parte central do montículo observa-se uma grande concentração de elementos líticos que poderão corresponder ao contraforte da mamoa.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

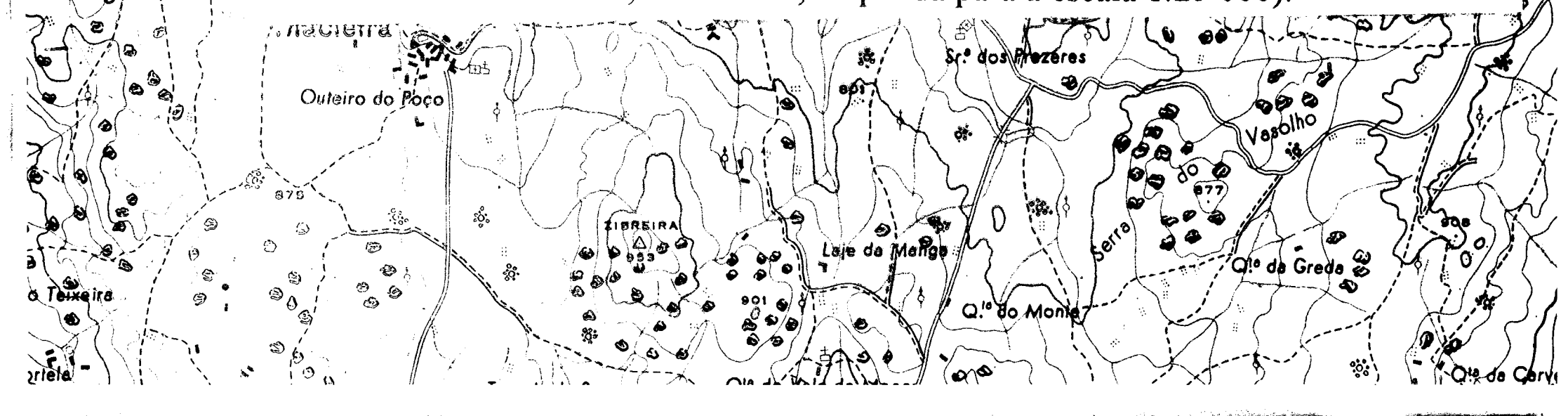
G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - IIIº mil. AC

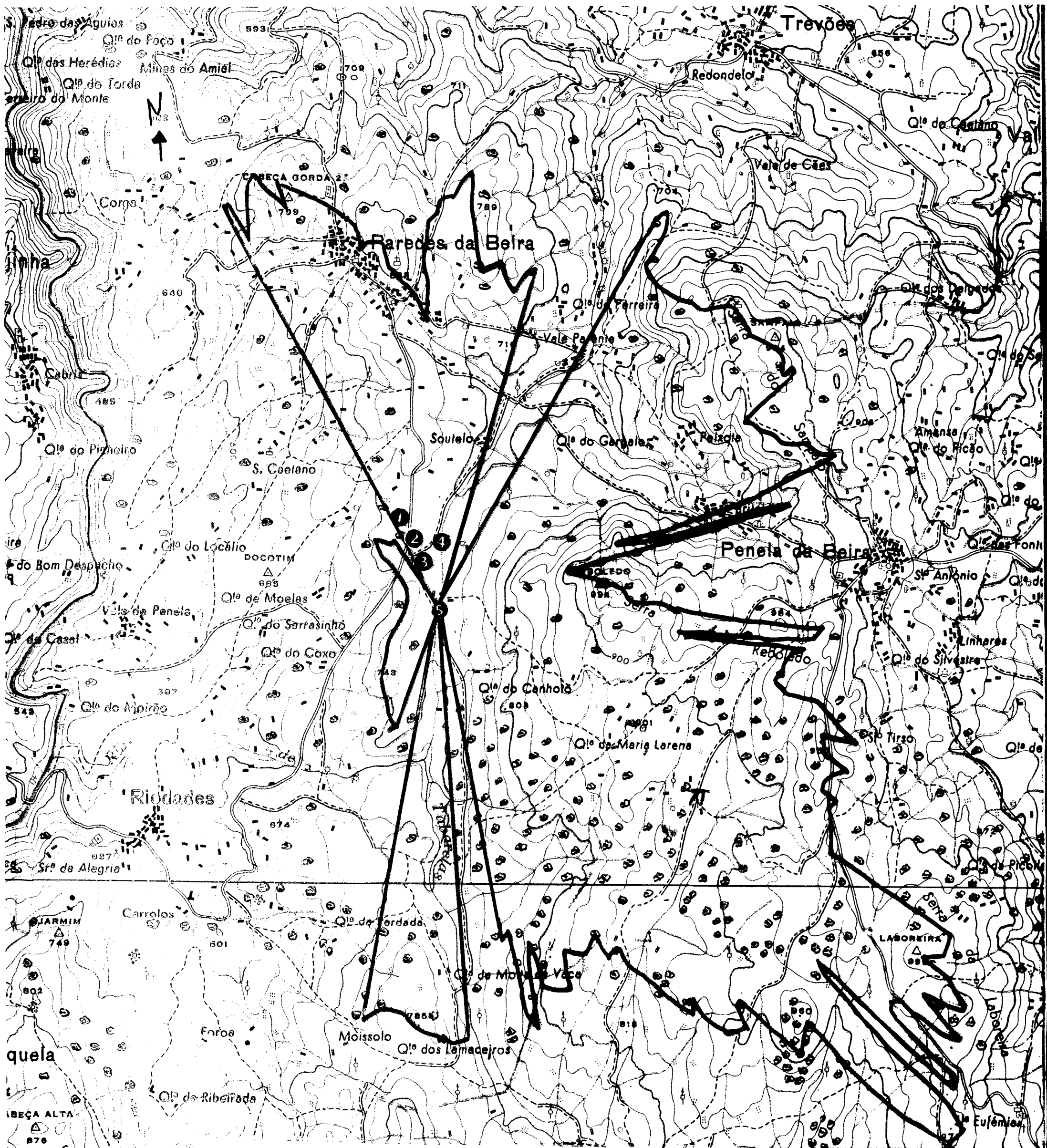
H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais quatro (4) monumentos localizados a 900 m. NNO (A₁), a 600 m. NNO (A₂), a 300 m. NNO (A₃) e a 300 m. NO (A₄).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 21.

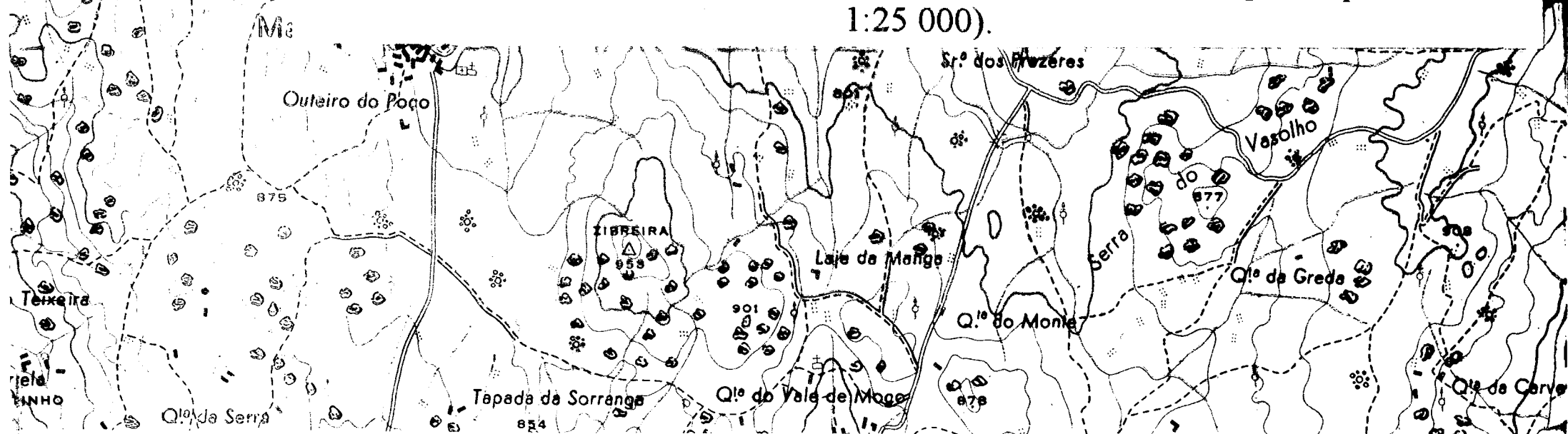


Ilust. V – Dólmen 5 de Areita. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).





Ilust. XVII – Dólmen 5 de Areita. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B, ampliada para a escala 1:25 000).



NÚCLEO DA S.^a DO VENCIMENTO

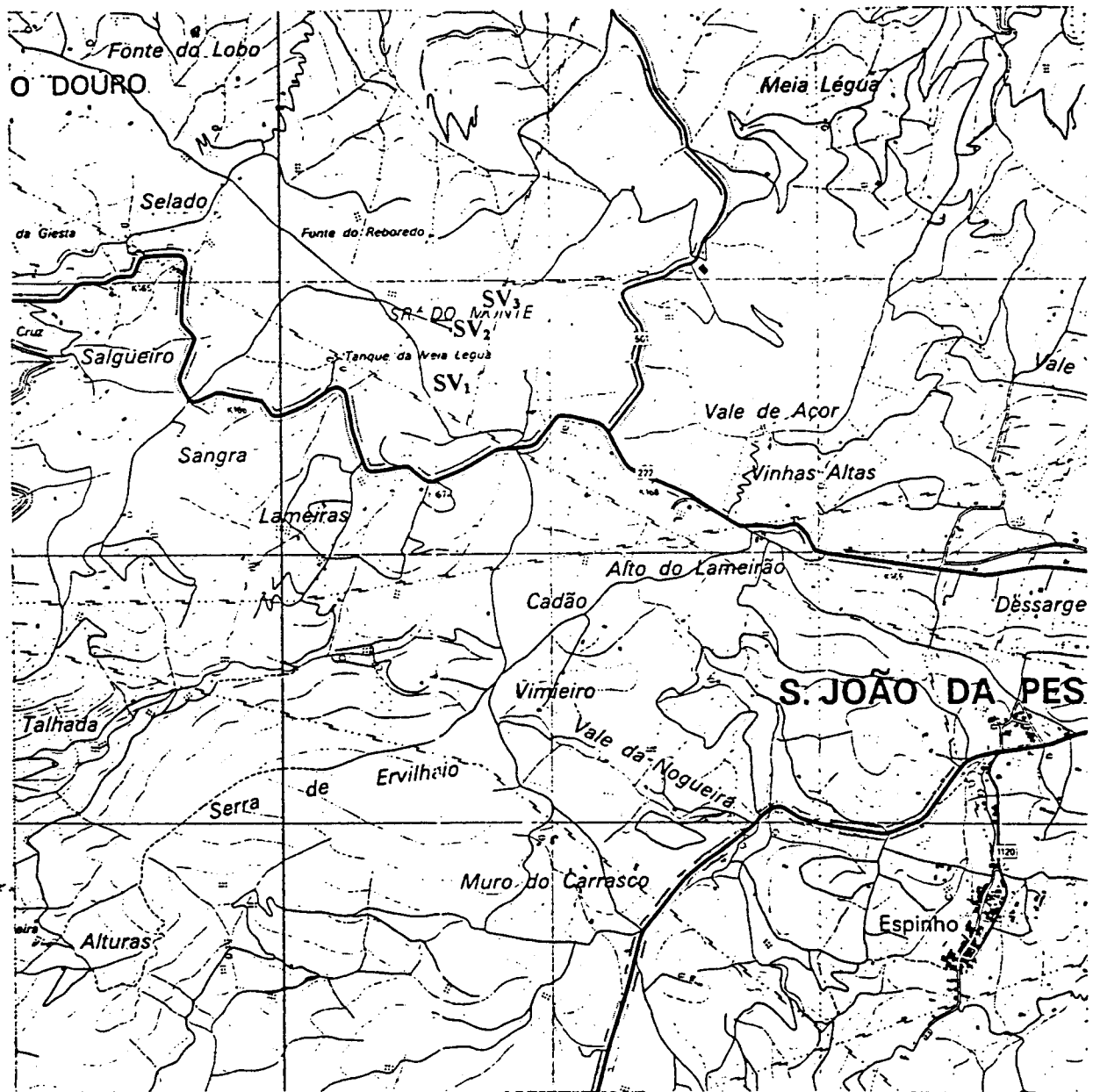


Fig. 31 – Localização do Núcleo Megalítico da S.^ª do Vencimento, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

MAMOA 1 DA Sr.^a DO VENCIMENTO

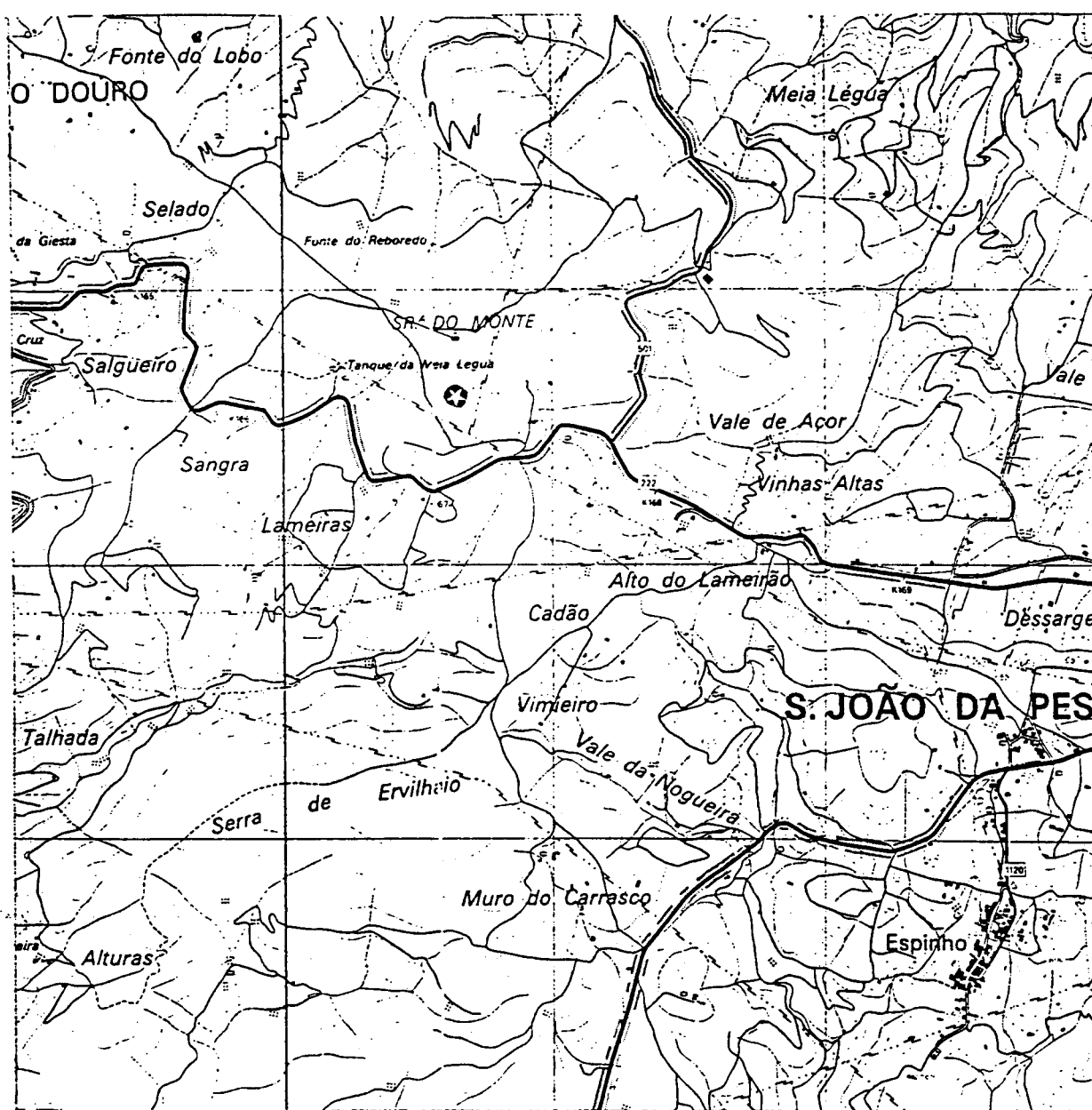


Fig. 32 – Localização da Mamoa 1 da Sr.^a do Vencimento, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento ou da Sr^a do Monte (SV₁)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Sr^a do Vencimento; Sr^a do Monte

LUGAR – Nagoselo do Douro

FREGUESIA – Nagoselo do Douro

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 09' 43'' N.

Longitude – 01^o 41' 28'' E. Lx.

Altitude absoluta – 690 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3^a edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: Tomando a Estrada Nacional 222 que segue de S. João da Pesqueira para Ervedosa do Douro percorrem-se cerca de 2 Km. encontrando-se uma placa sinalizadora da Ermida da Sr^a do Vencimento. A Mamoa 1 encontra-se a cerca de 50 m. à esquerda do caminho que parte desse cruzamento.

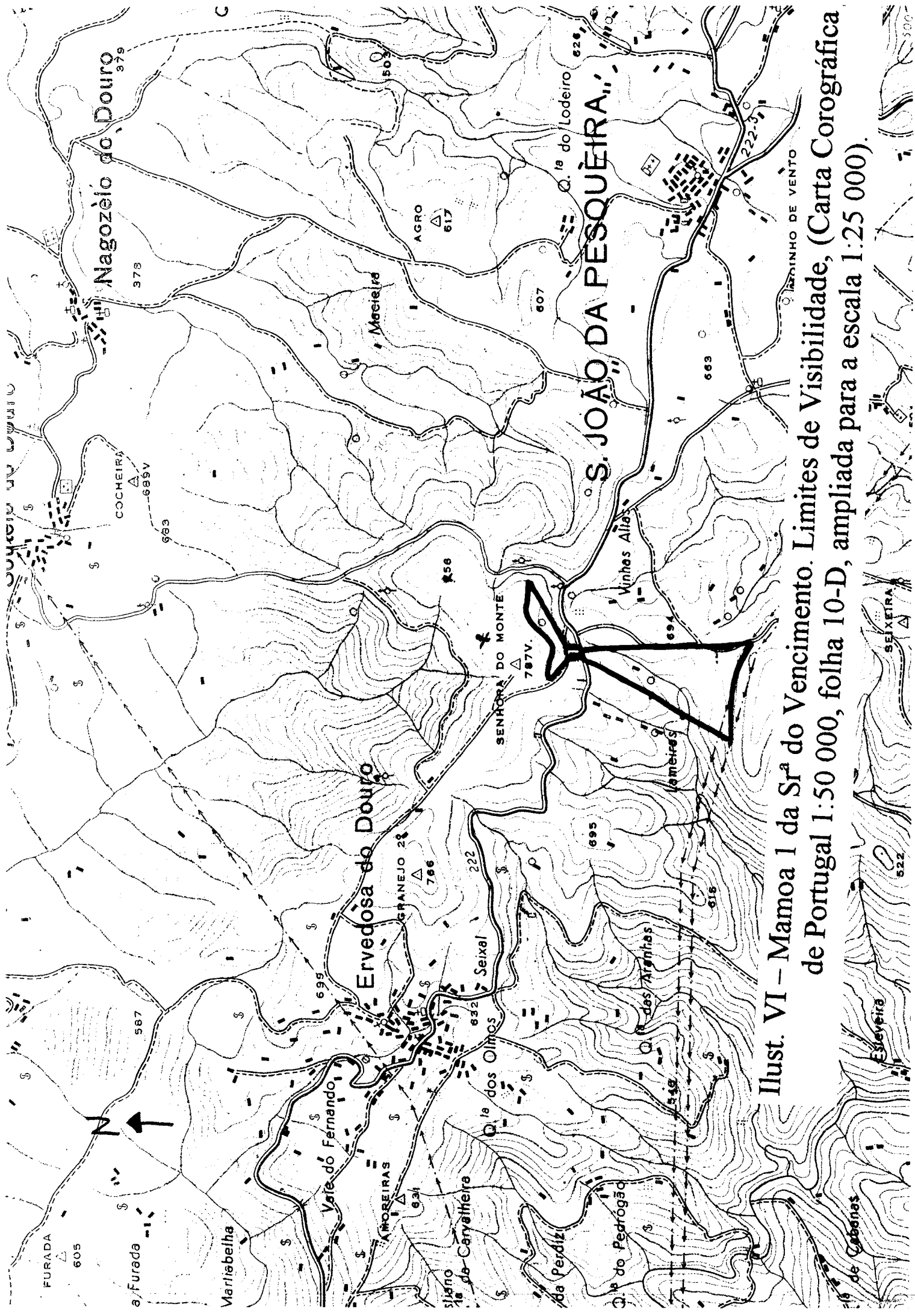
E – DESCRIÇÃO: A Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento situada no sopé do Monte da Sr^a do Vencimento apresentava cerca de 10 m. de diâmetro e 80 cm. de altura. Era composta por blocos de xisto e de quartzo, apresentando na depressão central o que pareciam ser o topo de dois (2) esteios em xisto. Segundo os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira dever-se-ia tratar de um dólmen de câmara simples. Aquando da visita ao local a referida Mamoa tinha sido completamente arrasada por máquinas agrícolas, no entanto eram visíveis no local de implantação da Mamoa alguns blocos de xisto de dimensões consideráveis.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

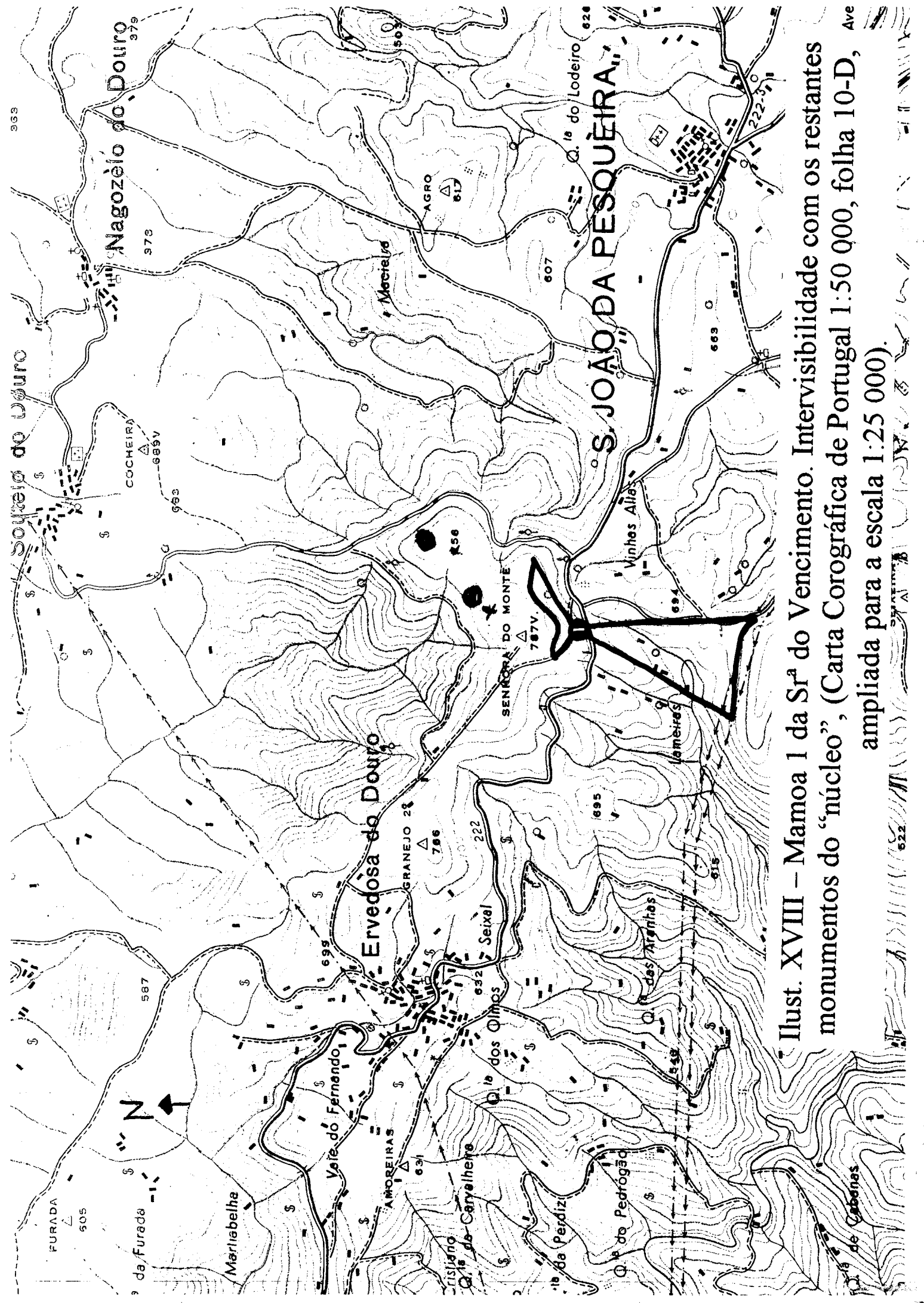
G – CRONOLOGIA (genérica): IV^o - III^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais dois (2) monumentos localizados respectivamente a 1000 m. NE (SV₂), a 1100 m. NE (SV₃).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 15.



Ilust. VI – Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento. Limites de Visibilidade. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).



Ilust. XVIII – Mamoia 1 da Sr^a do Vencimento. Intervisibilidade com os restantes monumentos do “núcleo”, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, Ave ampliada para a escala 1:25 000).

MAMOA 2 DA Sr.^a DO VENCIMENTO

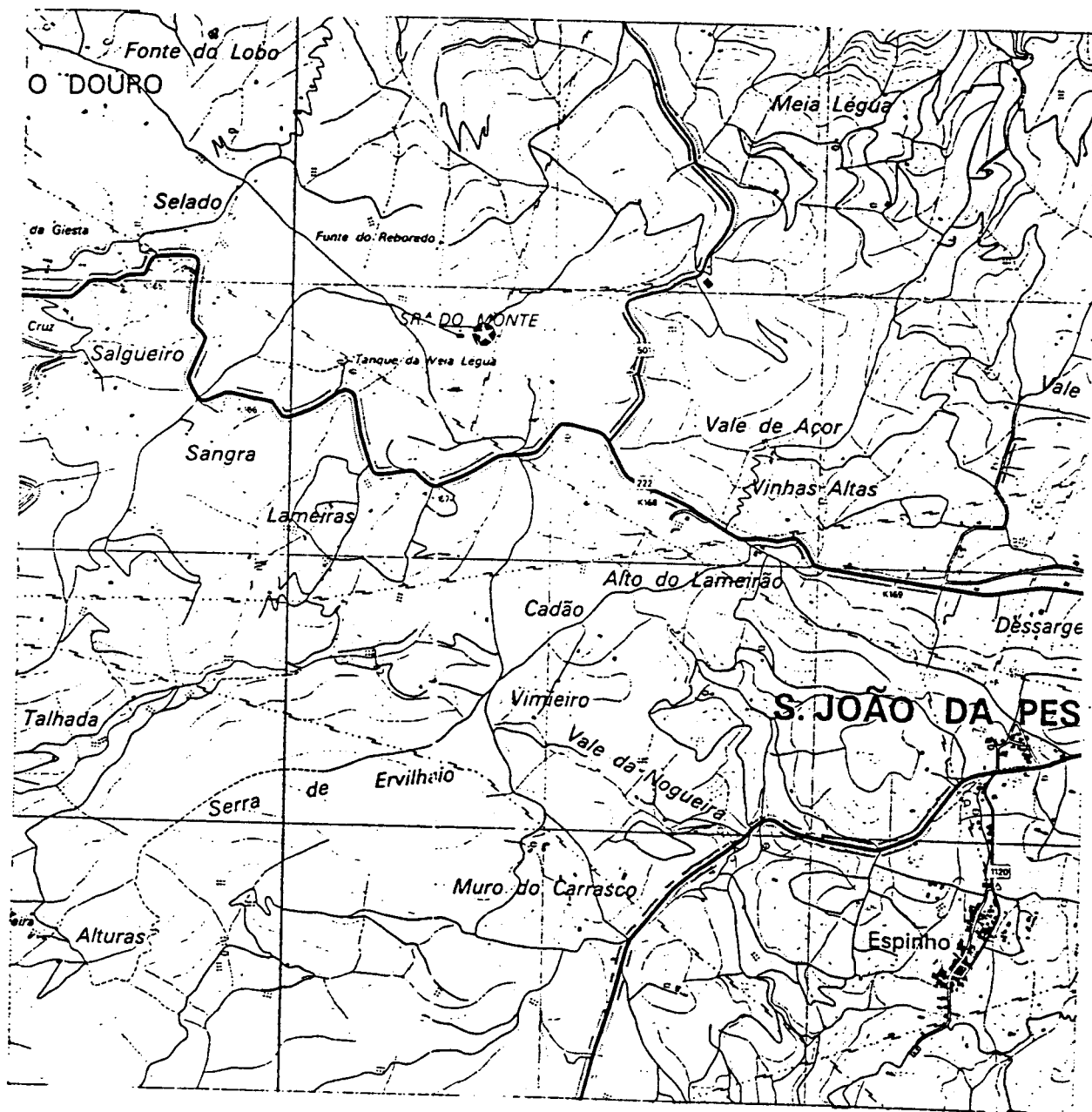


Fig. 33 – Localização da Mamoa 2 da Sr.^a do Vencimento, C.M.P. 1:25 000, folha n.º 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento (SV₂)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Sr^a do Vencimento

LUGAR – Nagoselo do Douro

FREGUESIA – Nagoselo do Douro

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 09' 43'' N.

Longitude – 01^o 41' 34'' E. Lx.

Altitude absoluta – 752 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3^a edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: Pela Estrada Nacional 222 que segue de S. João da Pesqueira para Ervedosa do Douro encontra-se uma placa sinalizadora da Ermida da Sr^a do Vencimento. A Mamoa encontra-se ao longo do caminho de terra batida que parte do lado esquerdo da Ermida.

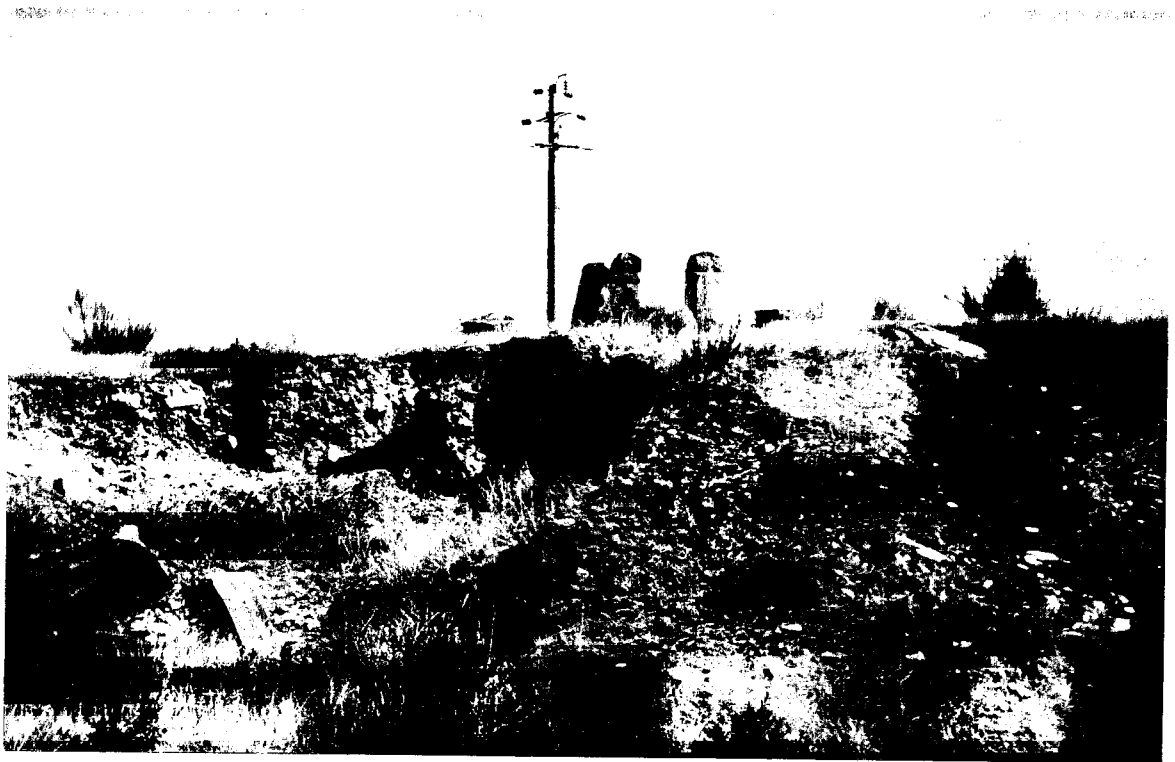
E – DESCRIÇÃO: A Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento, de forma oval, mede 15 m. no eixo E-O e aproximadamente 12,5 m. no eixo N-S (do lado Sul a Mamoa encontra-se destruída), tem cerca de 1 m. de altura e é composta por blocos de xisto e de quartzo. À superfície é possível observar-se um conjunto de oito (8) esteios em xisto, três (3) deles ainda na sua posição original (imbricados) e os restantes tombados. Pela posição dos esteios e pela sua dimensão parece tratar-se de um dólmen de câmara simples. As dimensões dos esteios são as seguintes: 0,21 m. de largura por 0,60 m. de altura; 0,60 m. de altura (acima do solo) por 0,34 m. de largura; 0,80 m. de altura por 0,25 m. de largura; 0,75 m. de altura (acima do solo) por 0,30 m. de largura; 0,65 m. de altura (acima do solo) por 0,35 m. de largura; 1,20 m. de altura por 0,35 m. de largura; 1,18 m. de altura por 0,40 m. de largura, é impossível dar a dimensão de um dos esteios, visto se encontrar completamente destruído, suportando inclusive o esteio n.º 6 (à direita na fotografia 9). A espessura média dos esteios é de 0,15 m. (conforme fotografia 9).

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

G – CRONOLOGIA (genérica): IV^o - III^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais dois (2) monumentos localizados respectivamente a 1000 m. SO (SV₁), a 100 m. SO (SV₃).

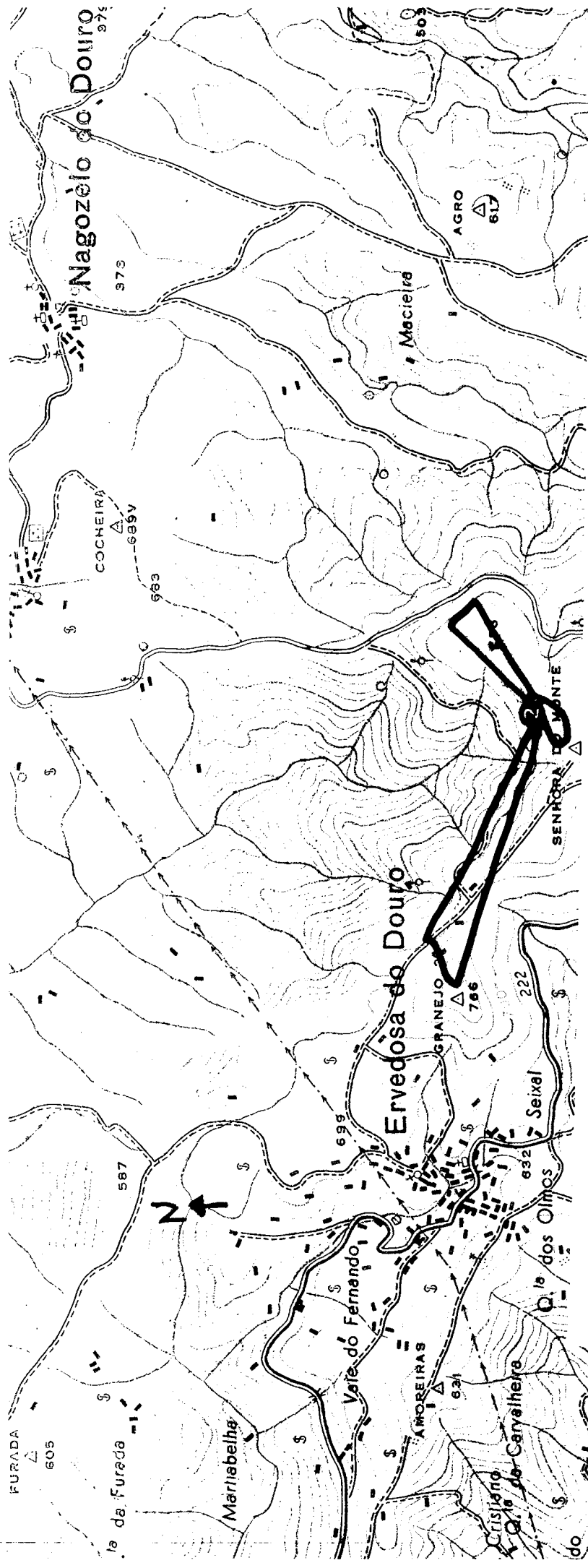
I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 3; figuras - 15.



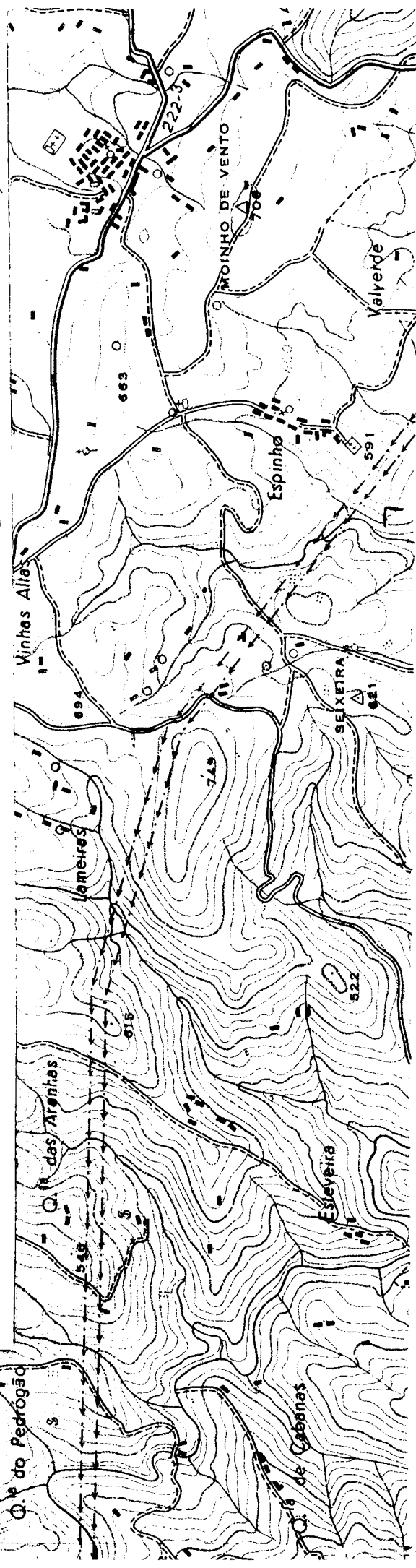
Fot. 8 – Mamoa 2 da Srª do Vencimento. Vista Oeste.

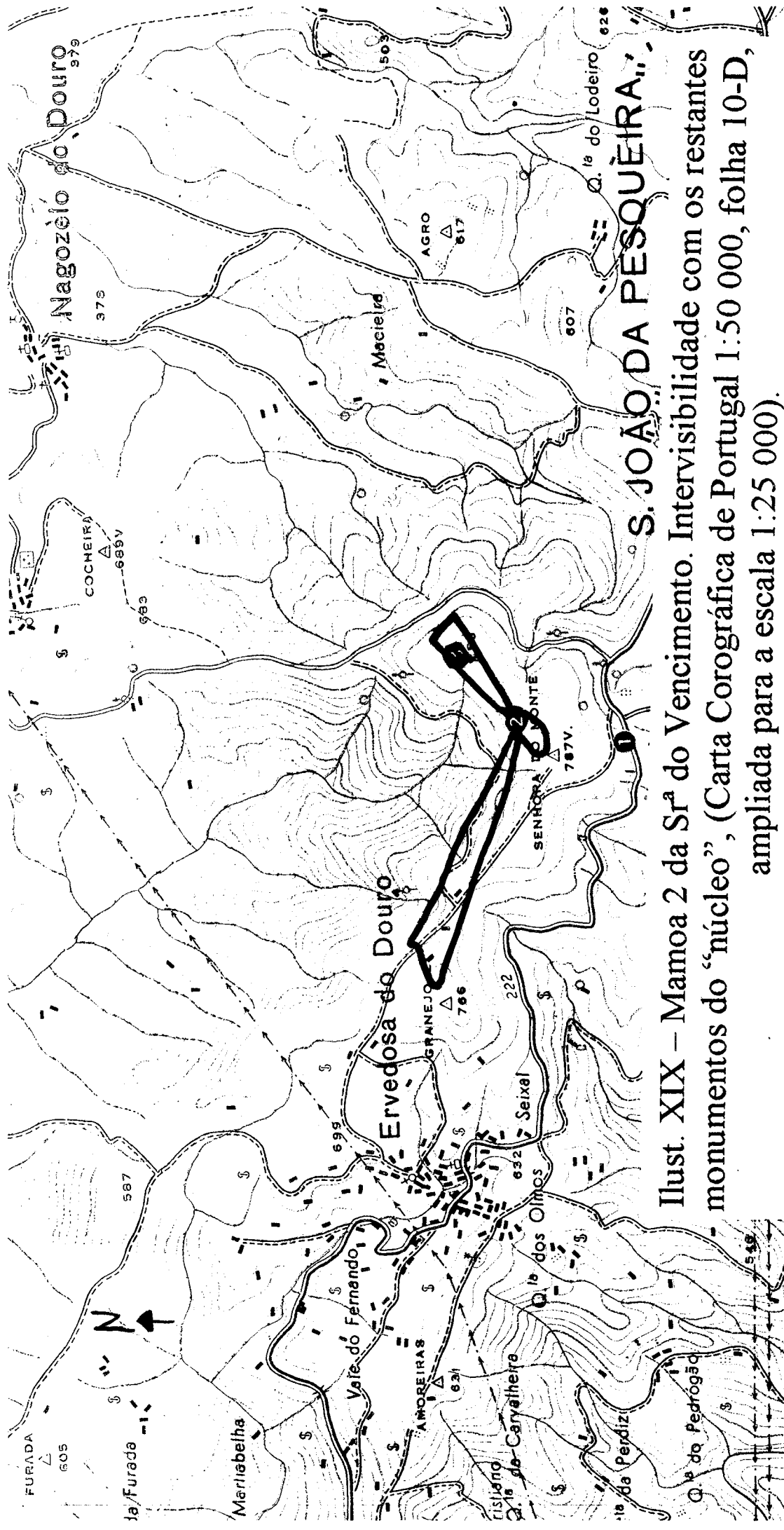


Fot. 9 – Mamoa 2 da Srª do Vencimento. Posição actual dos esteios.



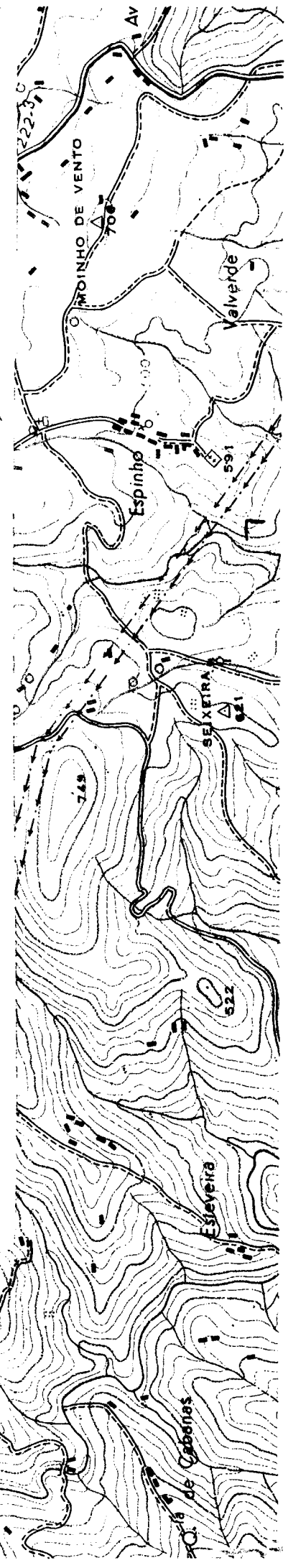
Ilust. VII – Mamoá 2 da Sr^a do Vencimento. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).





S. JOÃO DA PESQUEIRA

Ilust. XIX – Mamoia 2 da Sr^a do Vencimento. Intervisibilidade com os restantes monumentos do “núcleo”, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).



MAMOA 3 DA Sr.^a DO VENCIMENTO

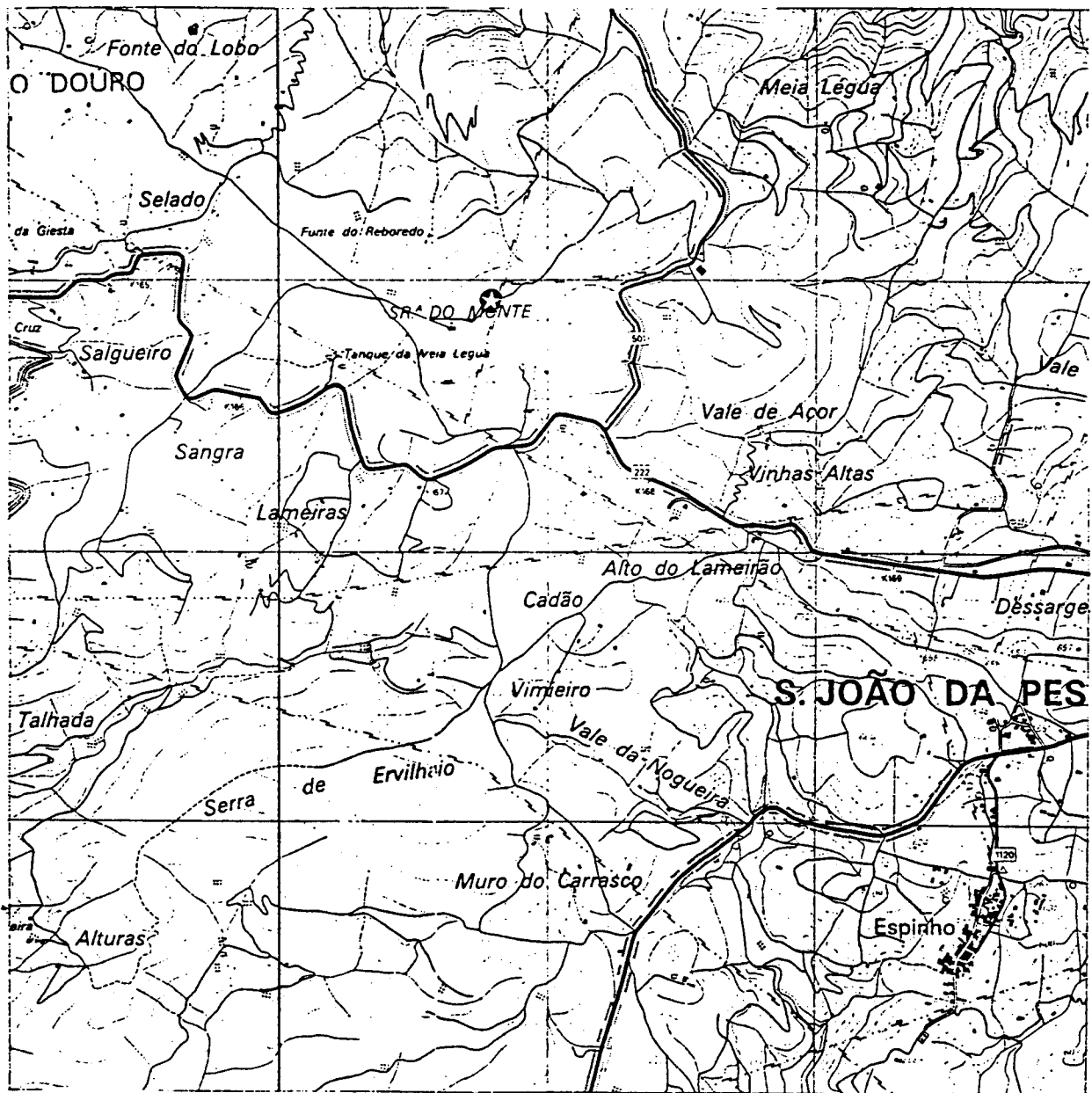


Fig. 34 – Localização da Mamoa 3 da Sr.^a do Vencimento, C.M.P. 1:25 000, folha n.º 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Mamoa 3 da Srª do Vencimento (SV₃)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Srª do Vencimento

LUGAR – Nagoselo do Douro

FREGUESIA – Nagoselo do Douro

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 09' 35" N.

Longitude – 01° 41' 35" E. Lx.

Altitude absoluta – 774 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: Os acessos são os mesmos da Mamoa 2.

E – DESCRIÇÃO: A Mamoa 3, de formato oval, mede 10,5 m. no eixo N-S e 13,5 m. no sentido E-O, tendo de altura cerca de 1 m.. É composta por blocos de xisto e quartzo. Os seus limites encontram-se danificados pelo estradão de terra batida e pelos trabalhos agrícolas de cultivo de centeio. No centro da Mamoa é possível observar-se uma fossa de violação onde são visíveis o topo de três (3) esteios em xisto pertencentes à câmara, tendo o maior deles 0,95 m. de largura por 1 m. de altura (visível), um outro mede 0,35 m. de largura por 0,95 m. de altura (acima do solo), o terceiro esteio da câmara mede 0,35 m. de largura por 0,70 m. de altura (acima do solo). Existe ainda um quarto esteio, muito provavelmente do corredor, com 0,30 m. de largura e 0,25 m. de altura. Tratar-se-á do único dólmen de corredor da necrópole. O monumento encontra-se orientado para Norte.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - IIIº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais dois (2) monumentos localizados respectivamente a 1100 m. SO (SV₁), a 100 m. SO (SV₂).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 3; figuras - 15.



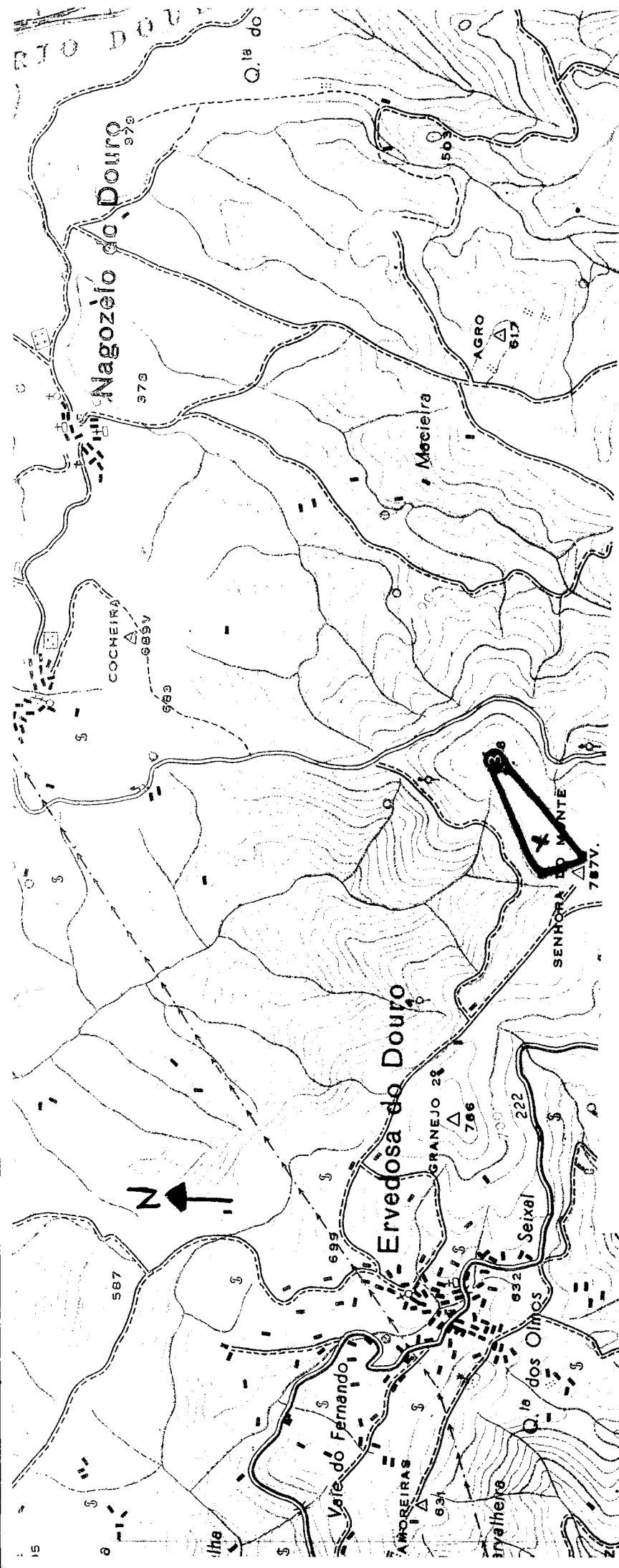
Fot. 10 – Posição da Mamoa 2 e 3 da Sr^a do Vencimento.



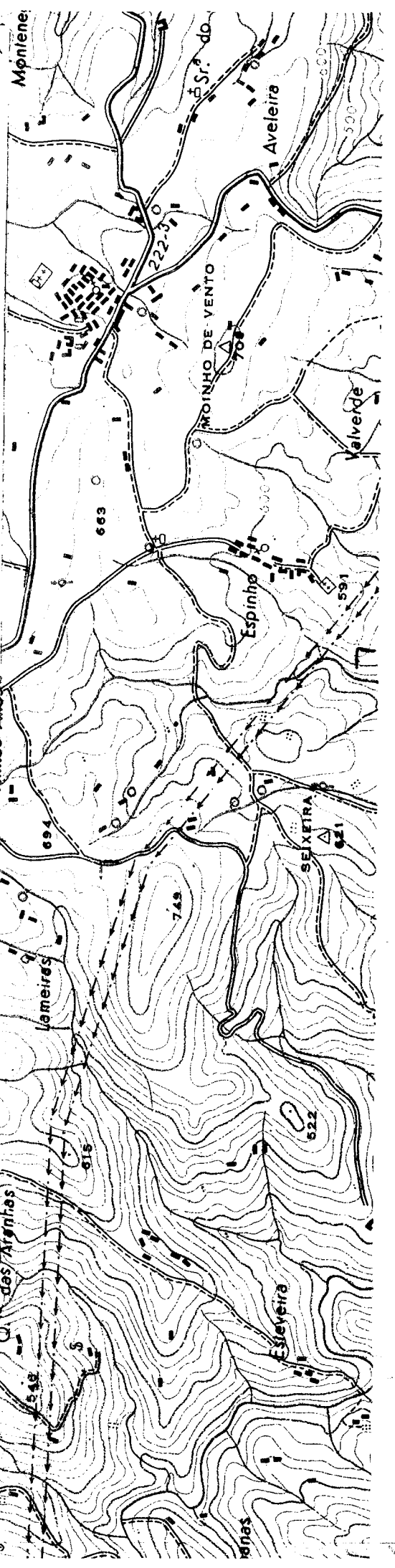
Fot. 11 – Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento. Três esteios da câmara.

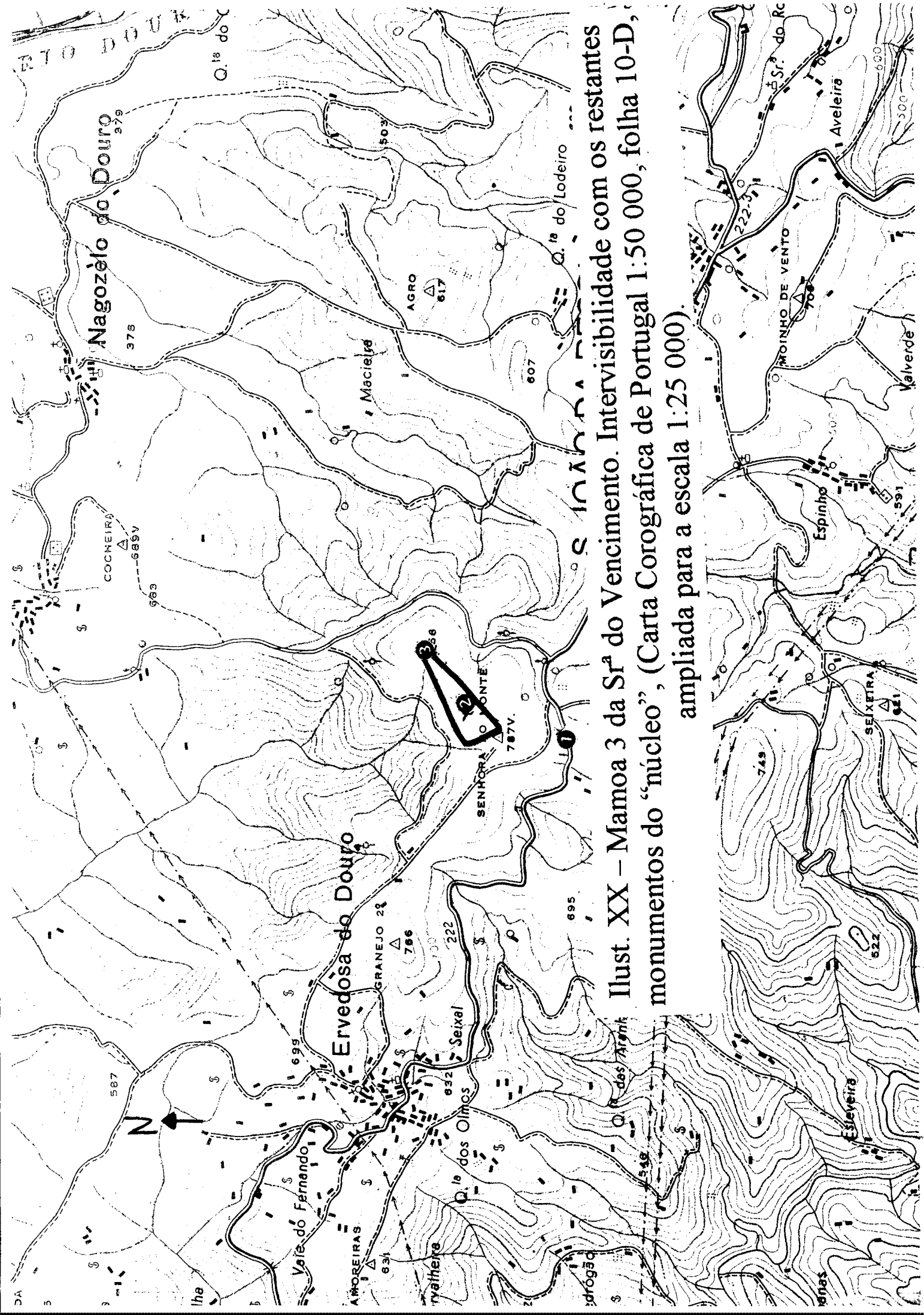


Fot. 12 – Mamoa 3 da Srª do Vencimento. Três esteios da câmara e um do corredor.



Ilust. VIII – Mamoá 3 da Sr^a do Vencimento. Limites de Visibilidade. Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).





Ilust. XX – Mamoã 3 da Sr^a do Vencimento. Intervisibilidade com os restantes monumentos do “núcleo”, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).

NÚCLEO DE S. DOMINGOS

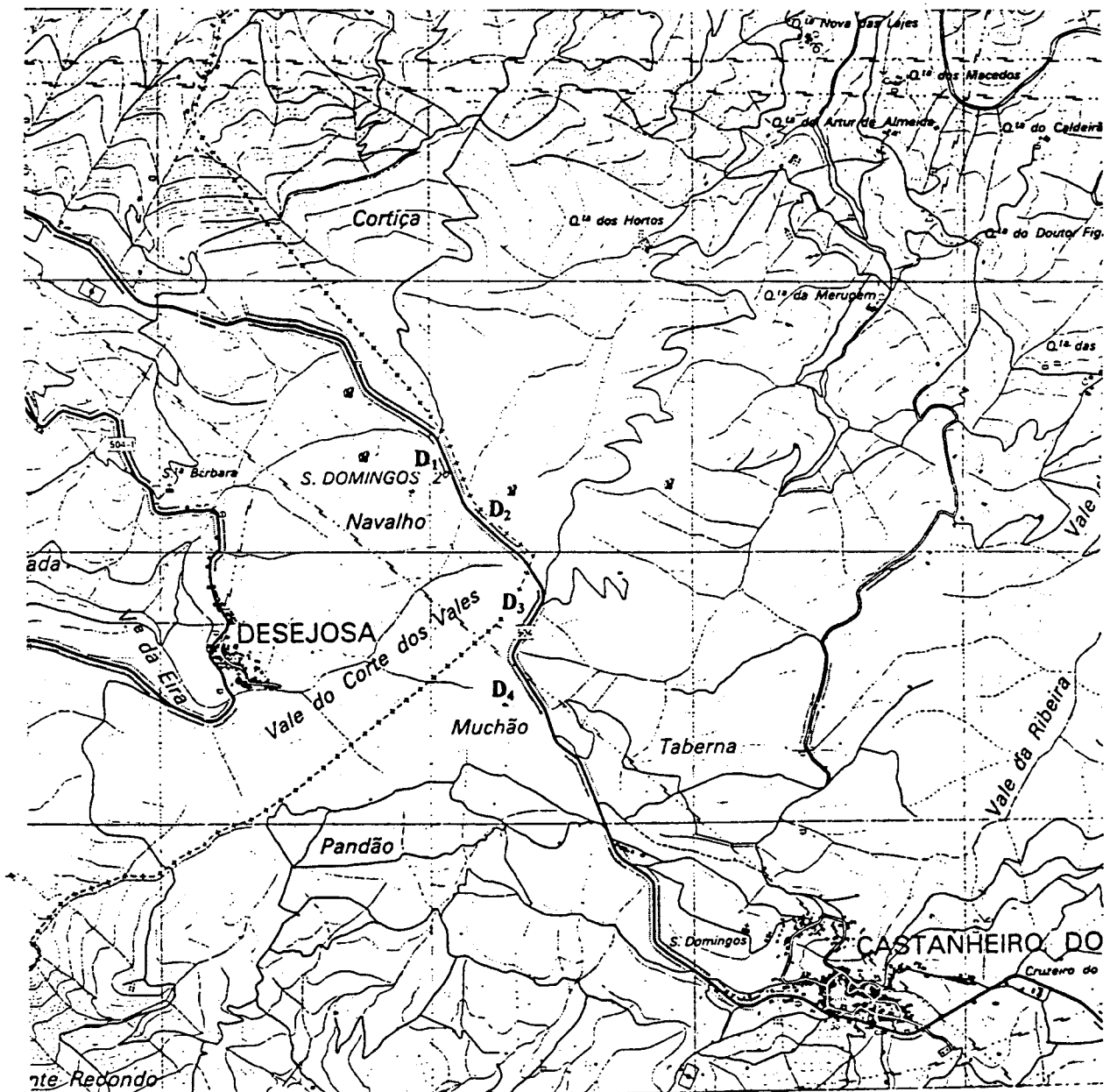


Fig. 35 – Localização do Núcleo Megalítico de S. Domingos, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

DÓLMEN 1 DE S. DOMINGOS

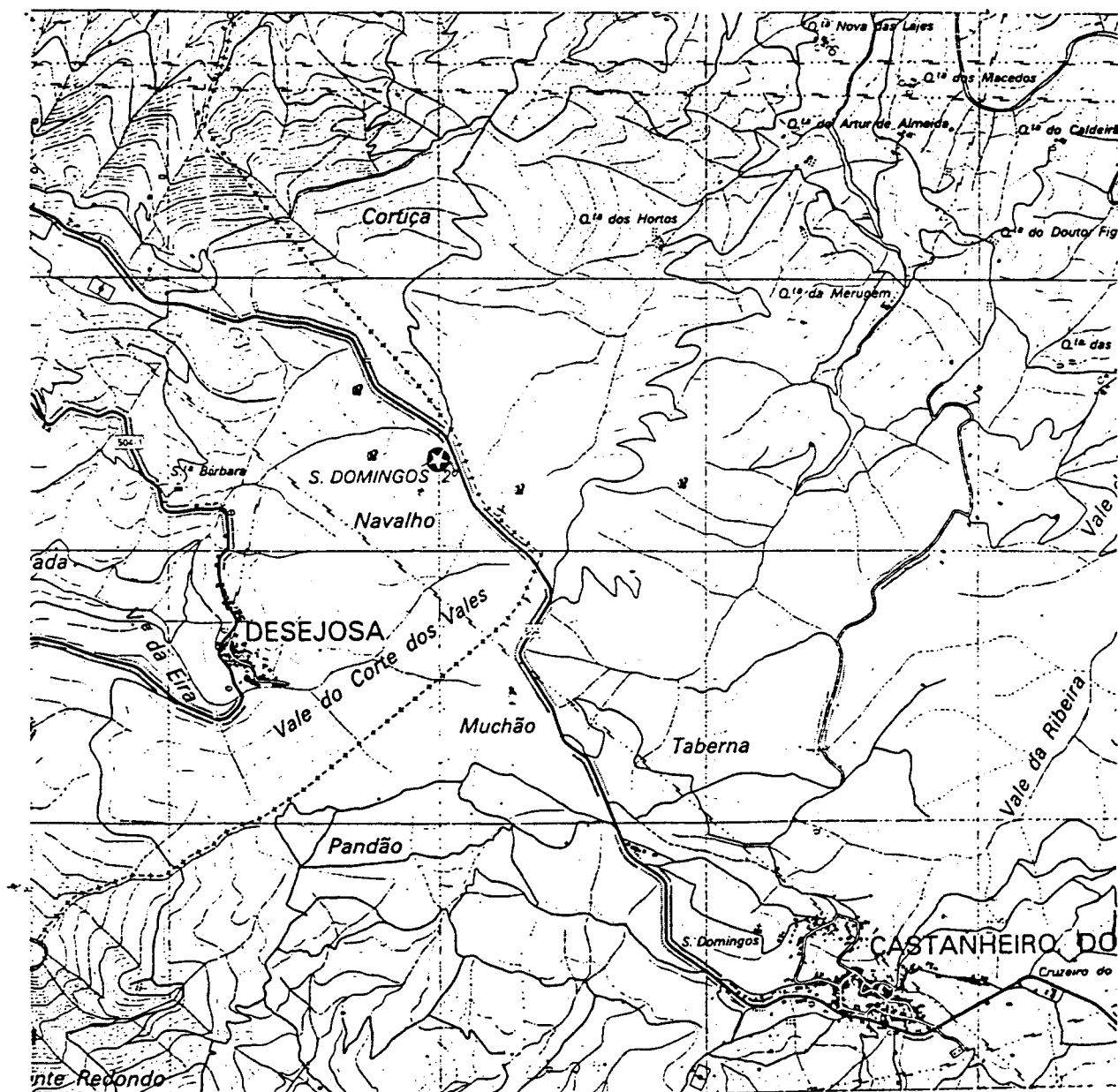


Fig. 36 – Localização do Dólmen 1 de S. Domingos, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 1 de S. Domingos (D₁)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Monte de S. Domingos

LUGAR – Monte de S. Domingos

FREGUESIA – Desejosa

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 08' 45" N.

Longitude – 01° 36' 32" E. Lx.

Altitude absoluta – 705 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: Perpétuo *et alii*, 1999: 99-102.

D – ACESSOS: O monumento encontra-se perto da Estrada Municipal 504 que segue de Valença do Douro para Castanheiro Sul. Depois de percorridos cerca de 3,5 Km., o monumento localiza-se numa pequena plataforma no sopé da vertente Este do Monte de S. Domingos.

E – DESCRIÇÃO: O Dólmen 1 de S. Domingos é um monumento megalítico de tipo clássico, em xisto, com câmara e corredor curto, bem diferenciado e com a mamoa em bom estado de conservação. De dimensões medianas, a câmara é poligonal alargada, constituída por sete (7) esteios, medindo 1,40 m. de comprimento por 1,90 m. de largura. Esta encontra-se entulhada por blocos de xisto de pequenas e médias dimensões. O esteio da cabeceira mede 1,80 m. (acima do solo) e 1,30 m. de largura, a espessura é de 0,20 m.. O corredor é pouco desenvolvido (1,50 m. de comprimento por 0,90 de largura), apresentando-se bastante estrangulado. Podem-se observar do lado Sul três (3) esteios e o topo de outros dois (2) do lado Norte. A mamoa, de forma ovalada, mede 8,45 m. na direcção E-O e 7,30 m. no eixo N-S. É composta por pedras de xisto e de quartzo leitoso de dimensões médias. Em frente ao corredor podem-se observar três (3) blocos graníticos que poderão ter sido tampas do corredor ou elementos constituintes do átrio do monumento.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - IIIº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais três (3) monumentos localizados a 200 m. SE (D₂), a 550 m. SSE (D₃) e a 800 m. SSE (D₄).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 1; fotos - 0; figuras - 16.

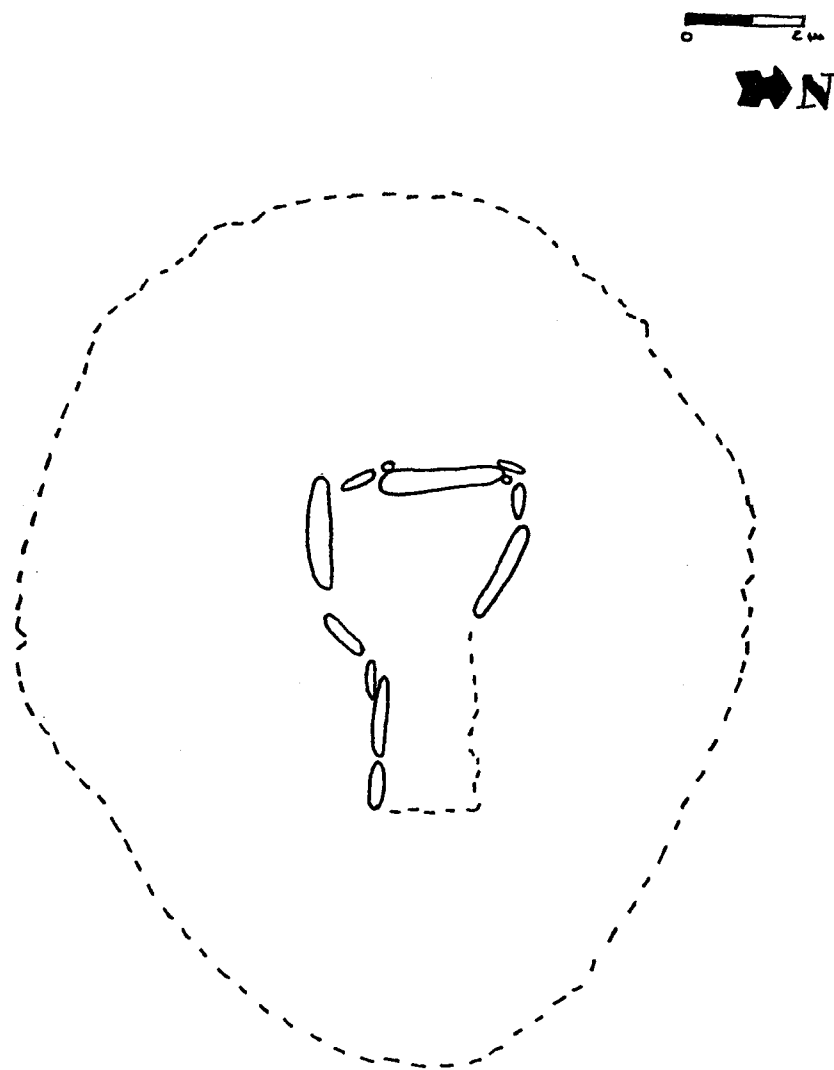
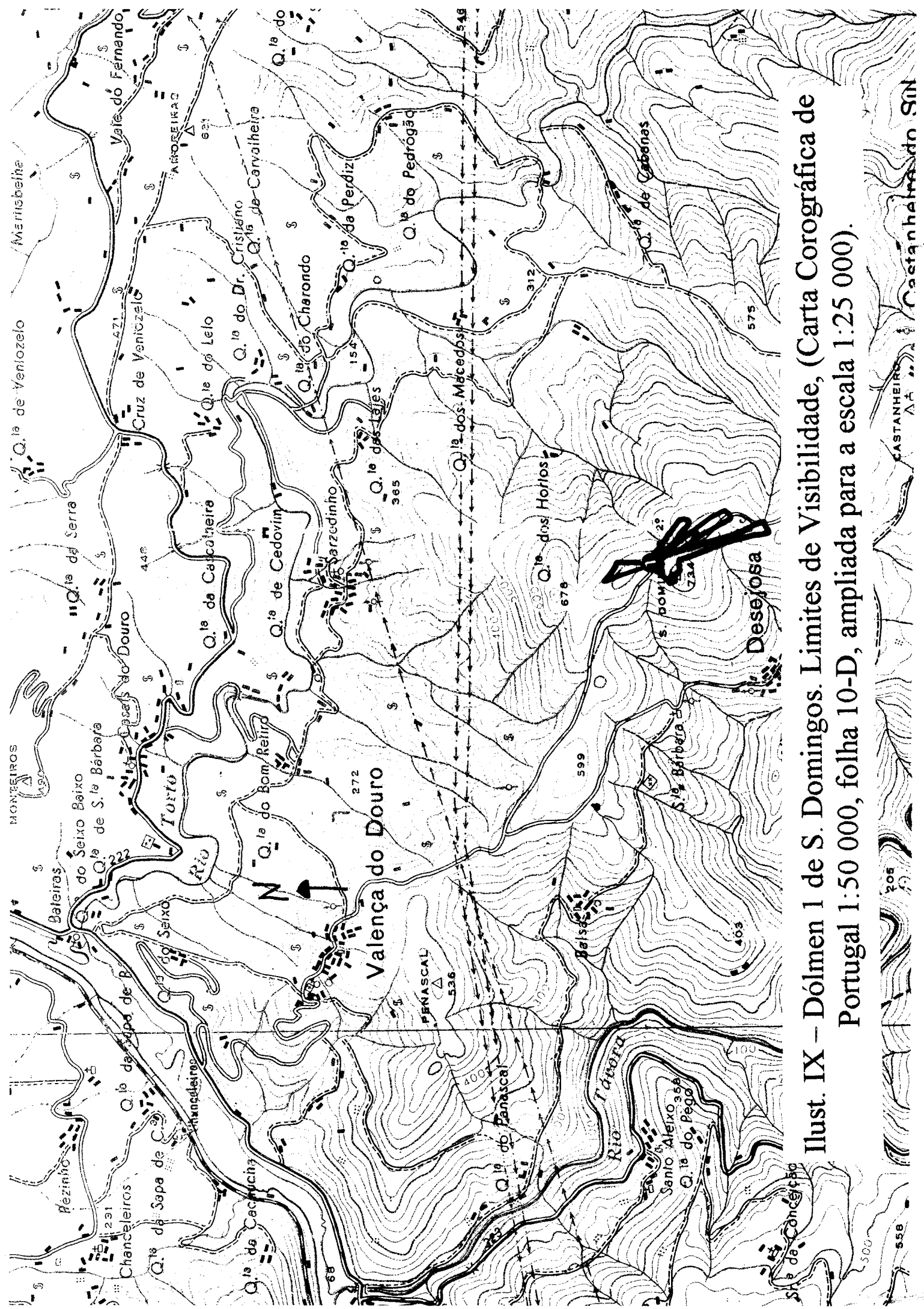


Fig. 37 – Dólmen 1 de S. Domingos. Planta (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 102).



Ilust. IX – Dólmen I de S. Domingos. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).

MONTEIROS
Q.ª de Ventozelo
Marrasbeira
Vale do Fernando
ARROZEIRAS
Cruz de Venózelo
Q.ª do Lelo
Q.ª do Dr. Cristiano
Q.ª de Carvalho
Q.ª do Charondo
Q.ª da Perdiz
Q.ª do Pedrogão
Q.ª de Cabanas
575
312
154
Q.ª dos Lagos
365
Q.ª dos Macedos
548
Q.ª dos Hortos
678
S.ª de S.ª Bárbara
S.ª do Conhecimento
734
Desejosa
599
403
PENASCAL
536
Q.ª do Panascal
400
Rio Távora
S.ª de S.ª Bárbara
S.ª do Pego
Q.ª do Pego
500
558
CASTANHEIRA
CASTANHEIRA DO S.ª

MAMOA 2 DE S. DOMINGOS

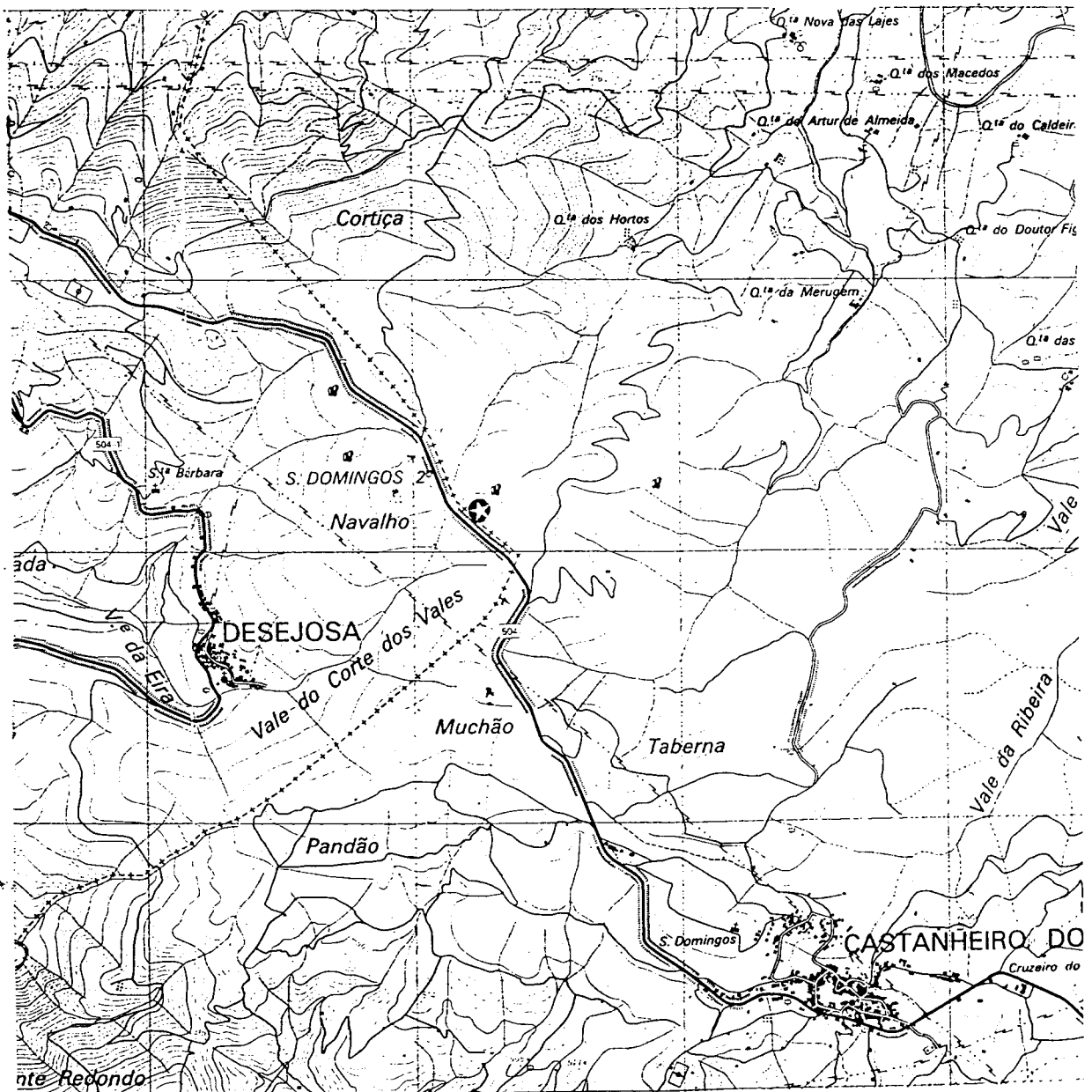


Fig. 38 – Localização da Mamoa 2 de S. Domingos, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Mamoia 2 de S. Domingos (**D₂**)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – S. Domingos

LUGAR – S. Domingos

FREGUESIA – Castanheiro Sul

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 08' 18" N.

Longitude – 01° 36' 40" E. Lx.

Altitude absoluta – 710 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: Partindo do Dólmen 1 percorrem-se 200 m. na direcção SE, situando-se o monumento bem perto do lado esquerdo da Estrada Municipal 504.

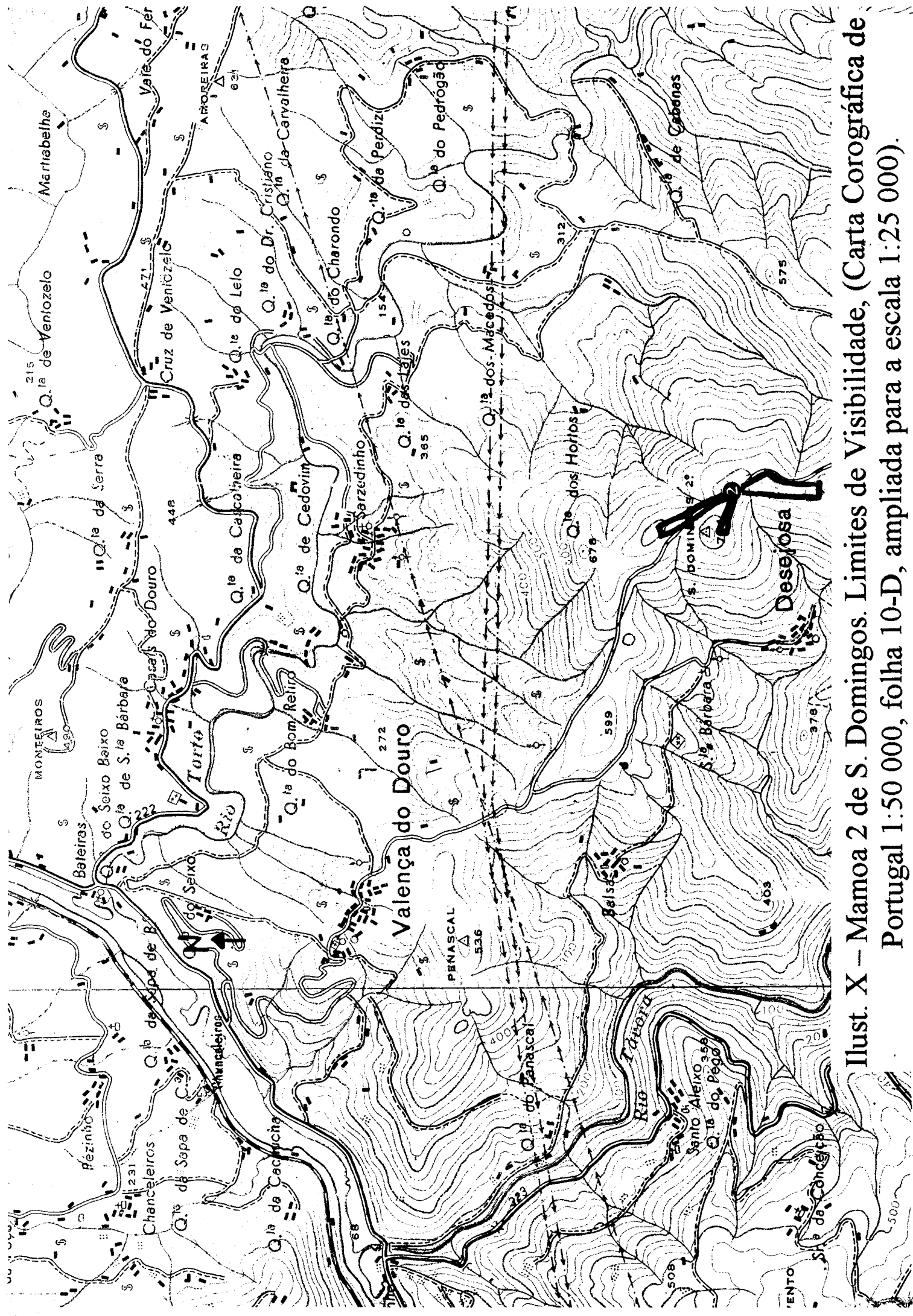
E – DESCRIÇÃO: O monumento apresenta-se bastante destruído e é constituído por uma Mamoia circular com cerca de 10,5 m. de diâmetro. Apesar de possuir uma fossa de violação, não é visível qualquer esteio.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

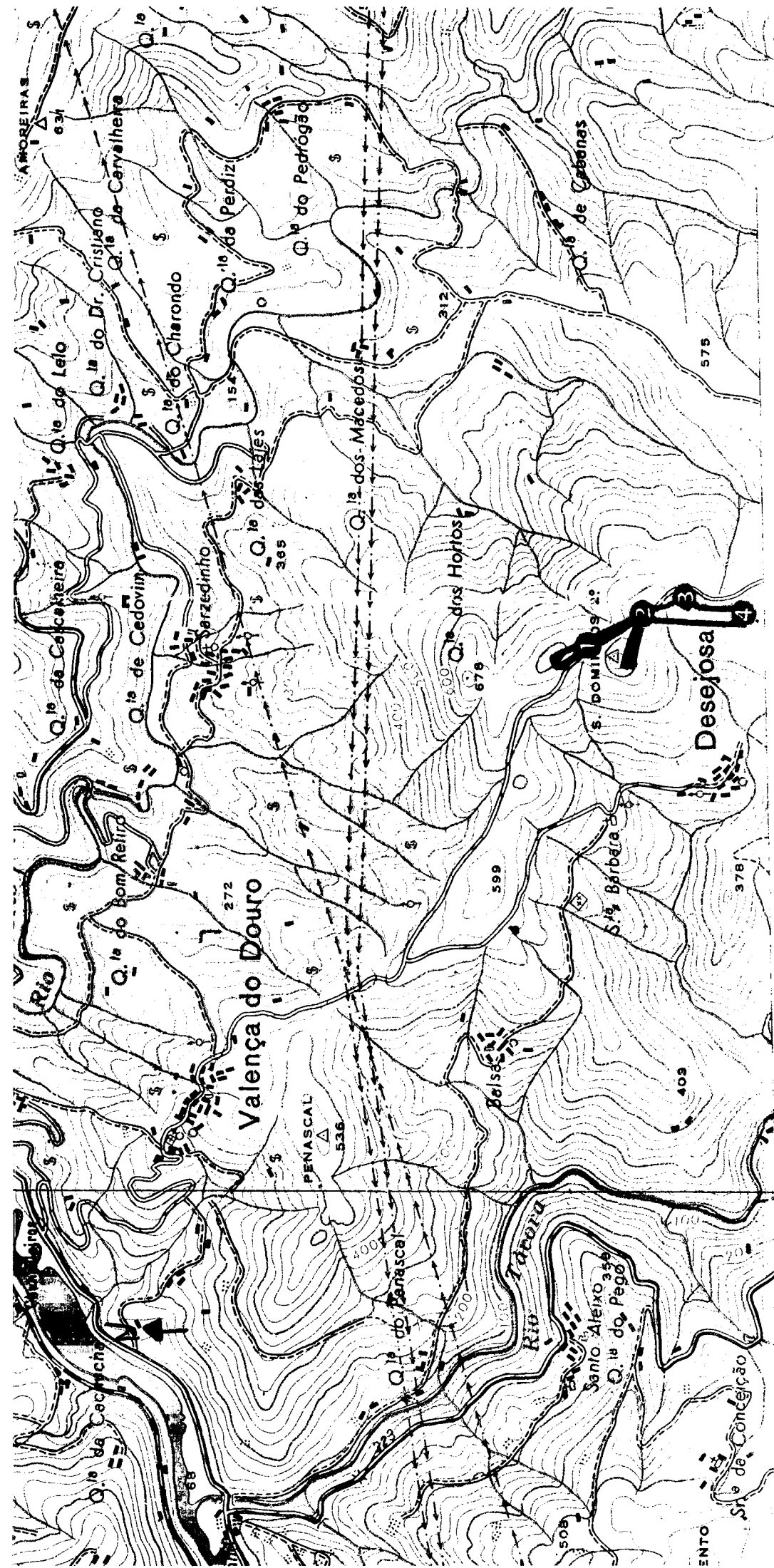
G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - 1ª metade Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais três (3) monumentos localizados a 200 m. NO (**D₁**), a 250 m. SE (**D₃**) e a 550 m. S (**D₄**).

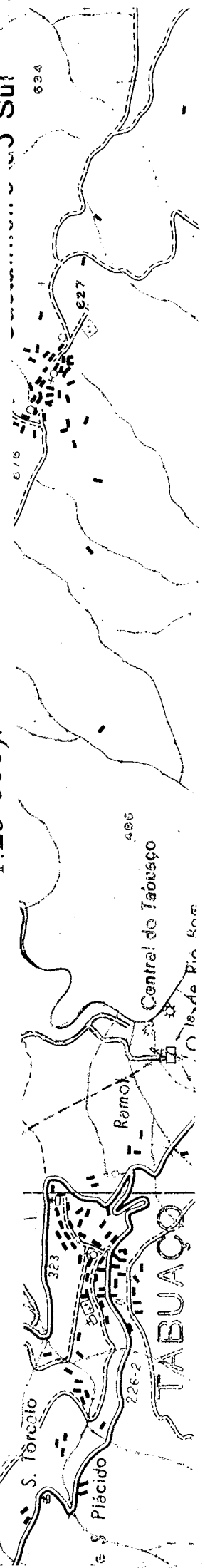
I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 19.



Ilust. X – Mamoá 2 de S. Domingos. Limites de Visibilidade. (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).



Ilust. XXII - Mamoá 2 de S. Domingos. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).



MAMOA 3 DE S. DOMINGOS

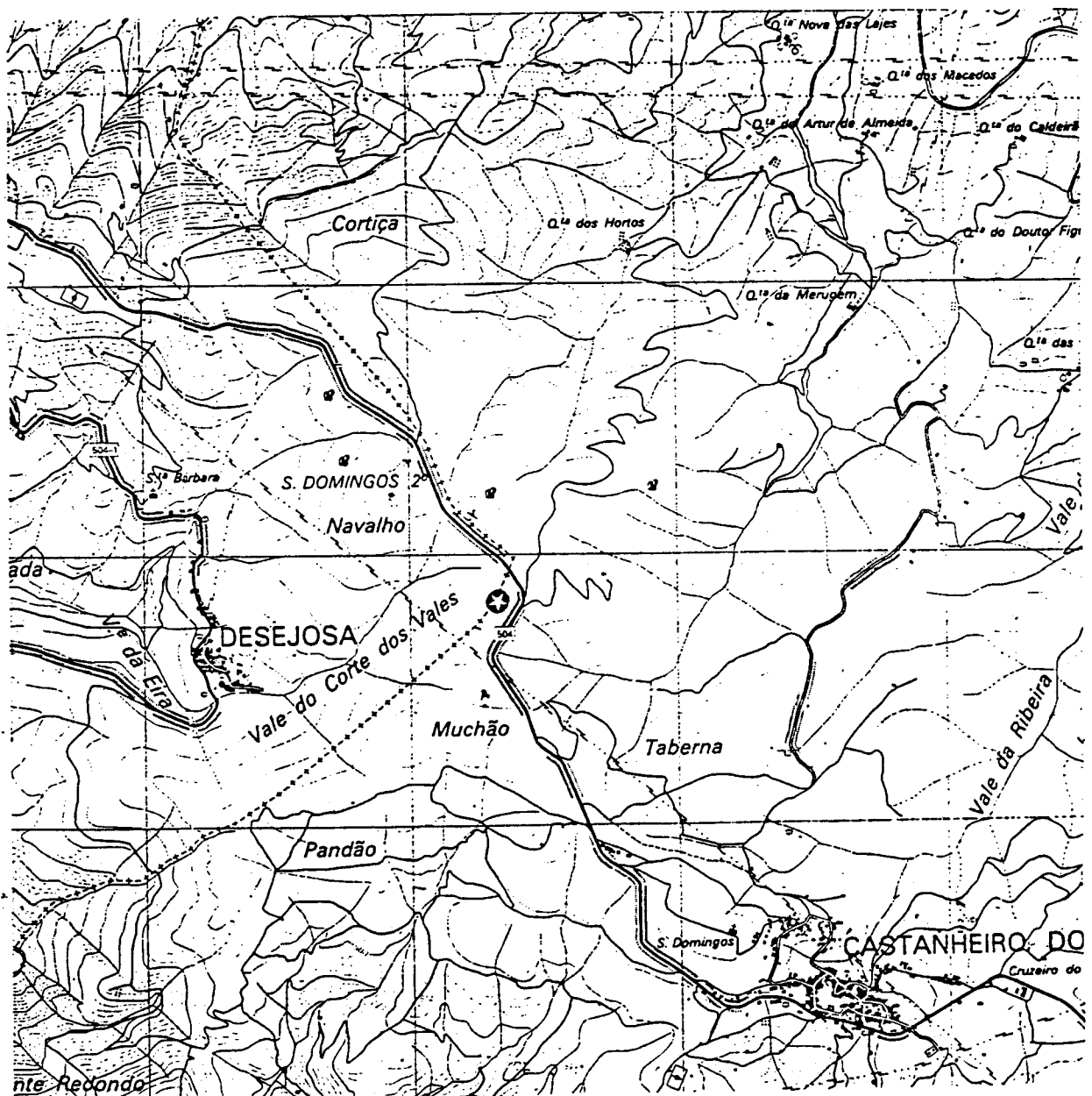


Fig. 39 – Localização da Mamoa 3 de S. Domingos, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Mamoa 3 de S. Domingos (**D₃**)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – S. Domingos

LUGAR – S. Domingos

FREGUESIA – Castanheiro Sul

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 08' 03" N.

Longitude – 01° 36' 44" E. Lx.

Altitude absoluta – 715 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: Partindo da Mamoa 2 percorrem-se cerca de 250 m. para Sudeste.

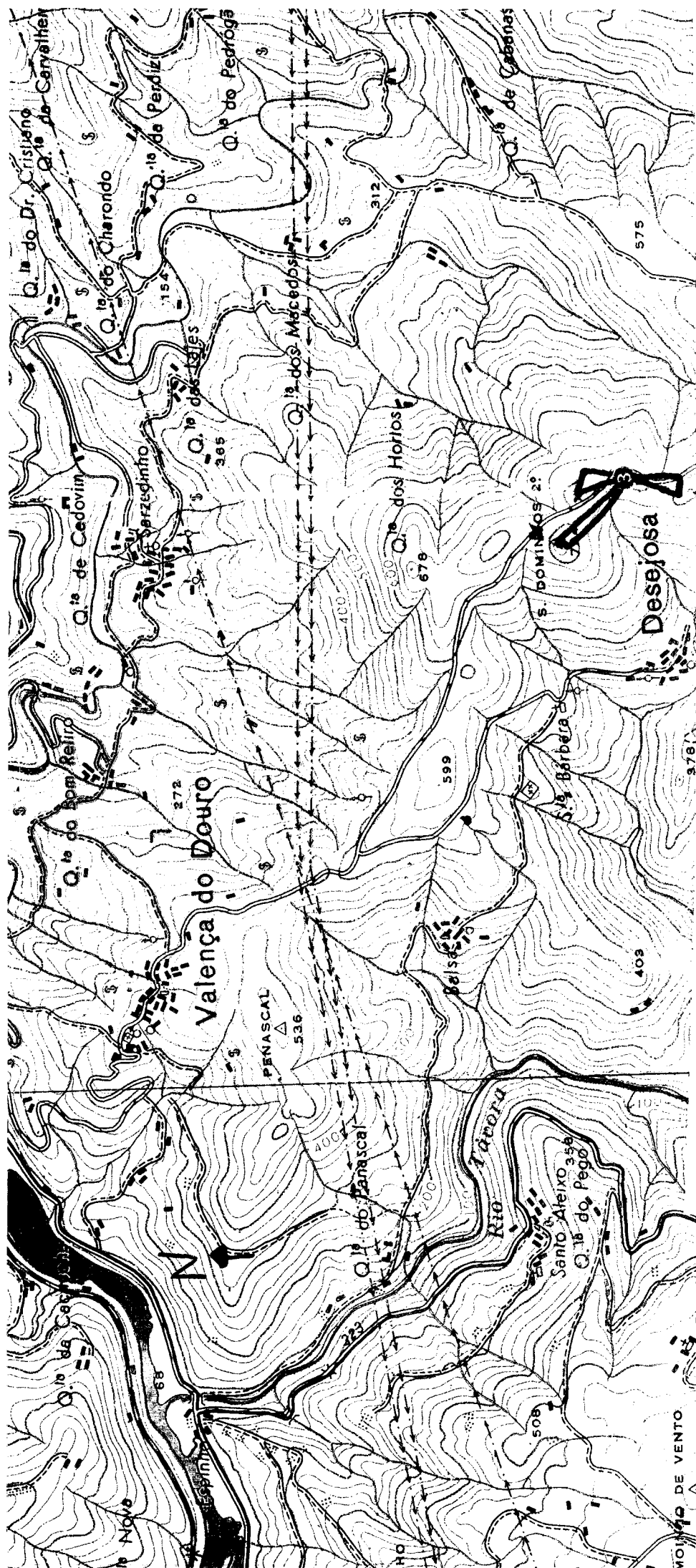
E – DESCRIÇÃO: Trata-se de uma Mamoa de tipo “cairn”, de forma circular, medindo 7,60 m. de diâmetro e 0,50 de altura, constituída por blocos de xisto de pequenas e médias dimensões. É possível observar-se, ao centro, um monólito em xisto fincado no solo.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

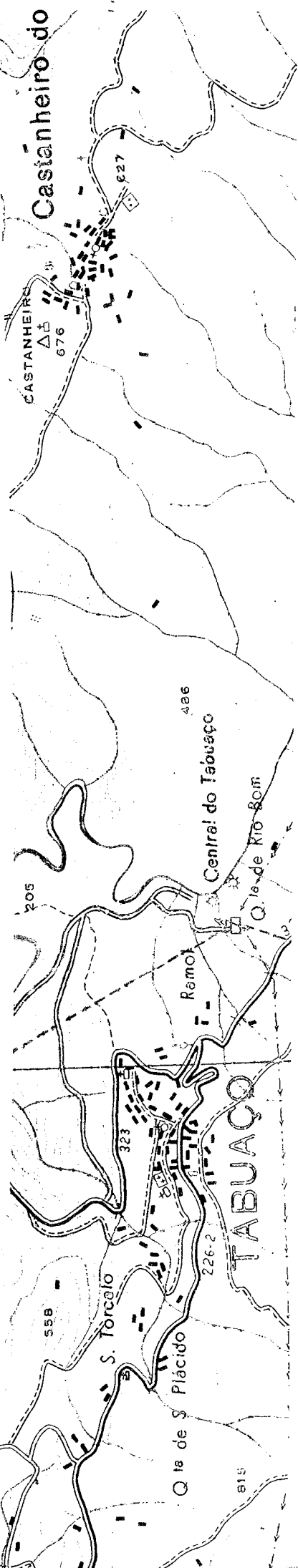
G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - 1ª metade Iº mil. AC

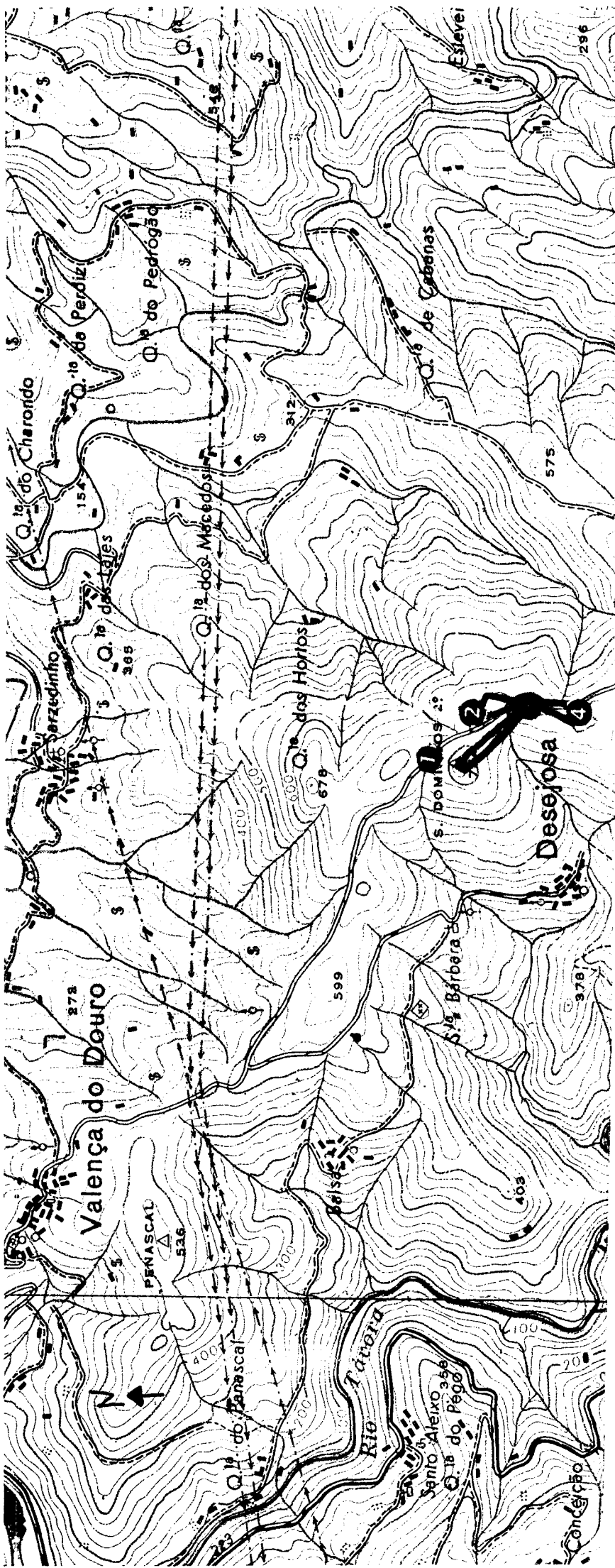
H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais três (3) monumentos localizados a 550 m. NNO (**D₁**), a 250 m. NO (**D₂**) e a 250 m. SO (**D₄**).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 19.

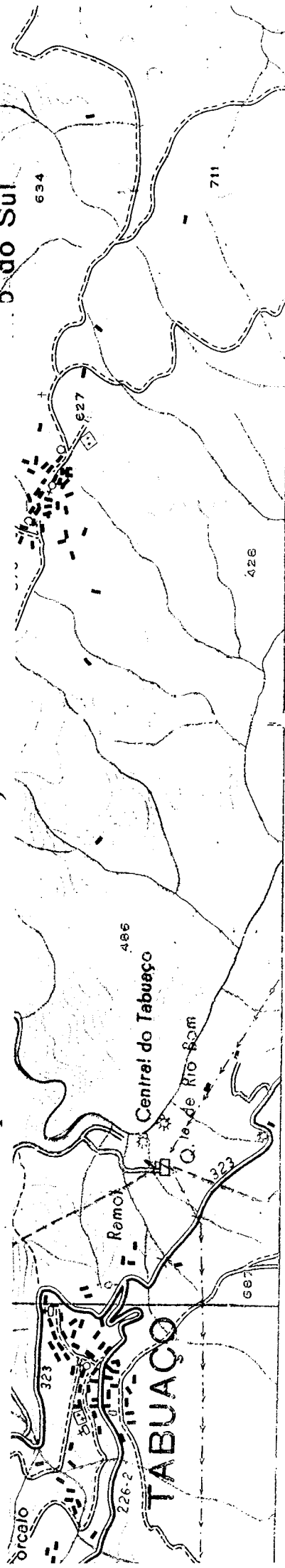


Ilust. XI - Mamoã 3 de S. Domingos. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica; Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).





Ilust. XXIII – Mamoá 3 de S. Domingos. Intervisibilidade com os restantes
 onumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada
 para a escala 1:25 000).



MAMOA 4 DE S. DOMINGOS

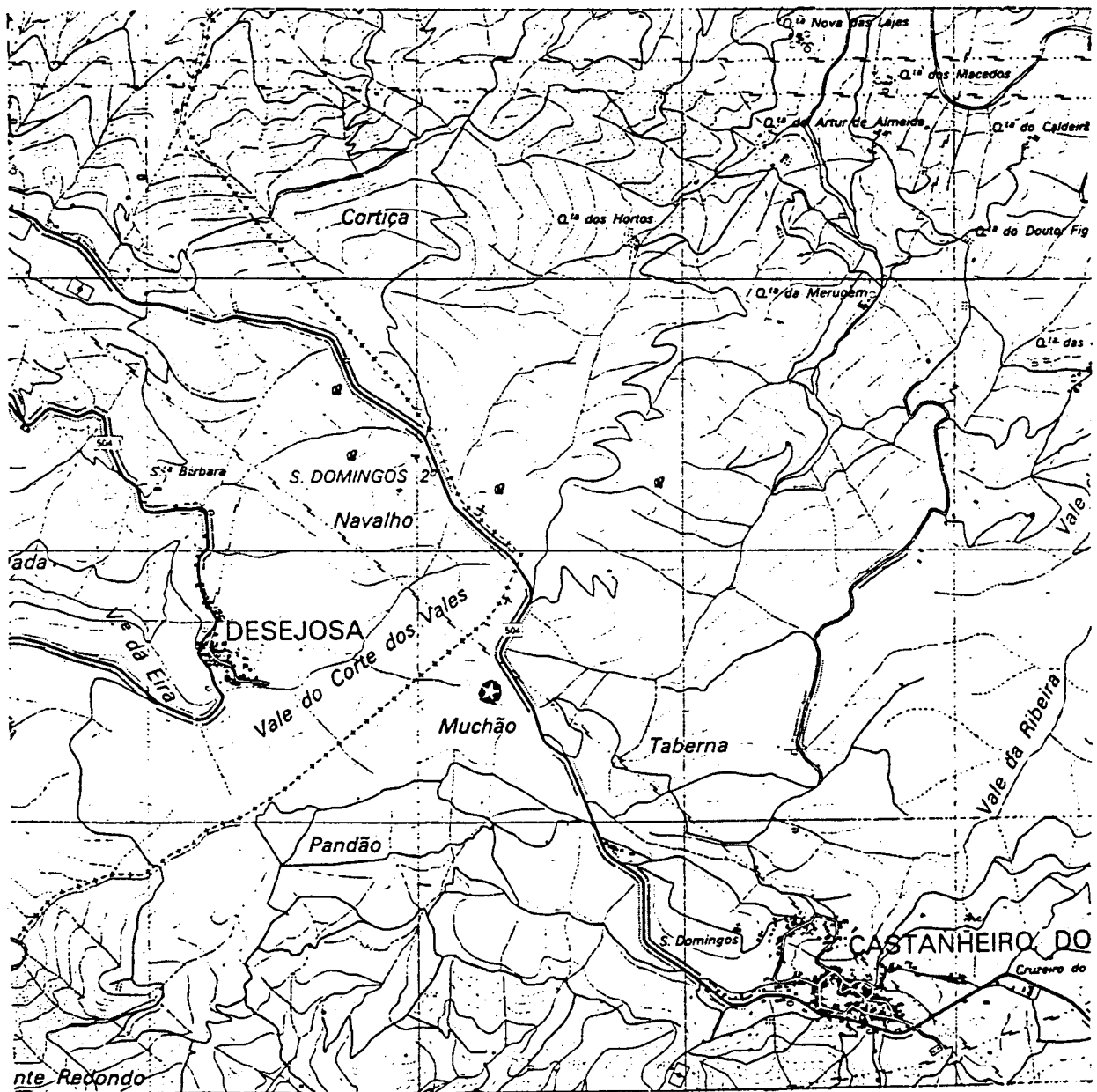


Fig. 40 – Localização da Mamoa 4 de S. Domingos, C.M.P. 1:25 000, folha nº 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Dólmen 4 de S. Domingos (**D₄**)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo

B – Localização:

TOPÓNIMO – Muchão

LUGAR – S. Domingos

FREGUESIA – Castanheiro Sul

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 07' 44" N.

Longitude – 01^o 36' 42" E. Lx.

Altitude absoluta – 714 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: A partir da Mamoa 3 percorrem-se 250 m. para Sudoeste.

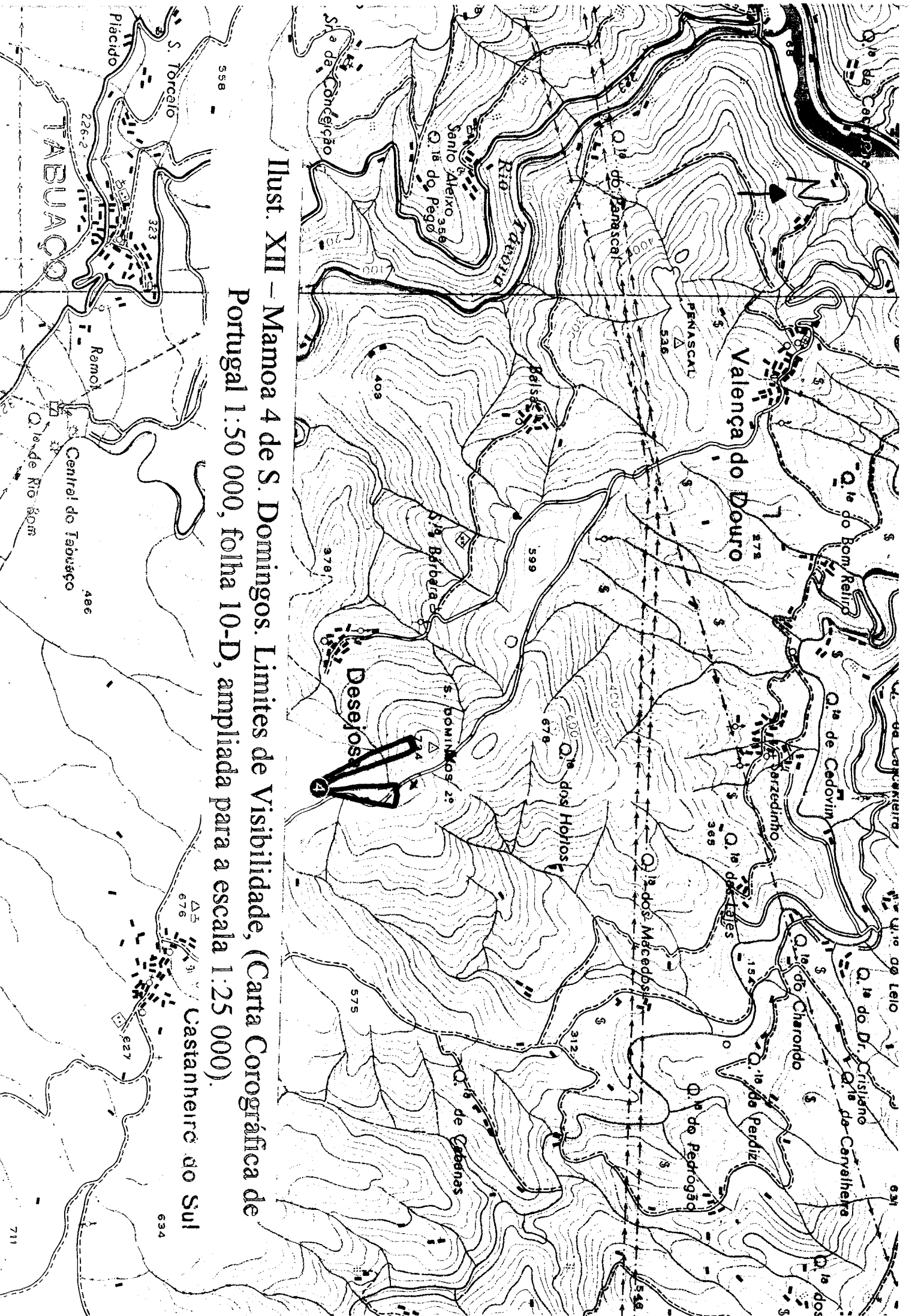
E – DESCRIÇÃO: A Mamoa é de tipo “cairn” e apresenta uma forma ovalada medindo 14,50 m. no eixo maior por 12,40 m. no eixo menor. Apresenta uma fossa de violação central não sendo visível qualquer esteio. Tal como nos restantes a matéria-prima utilizada é o xisto.

F – ESPÓLIO: ● Inexistente.

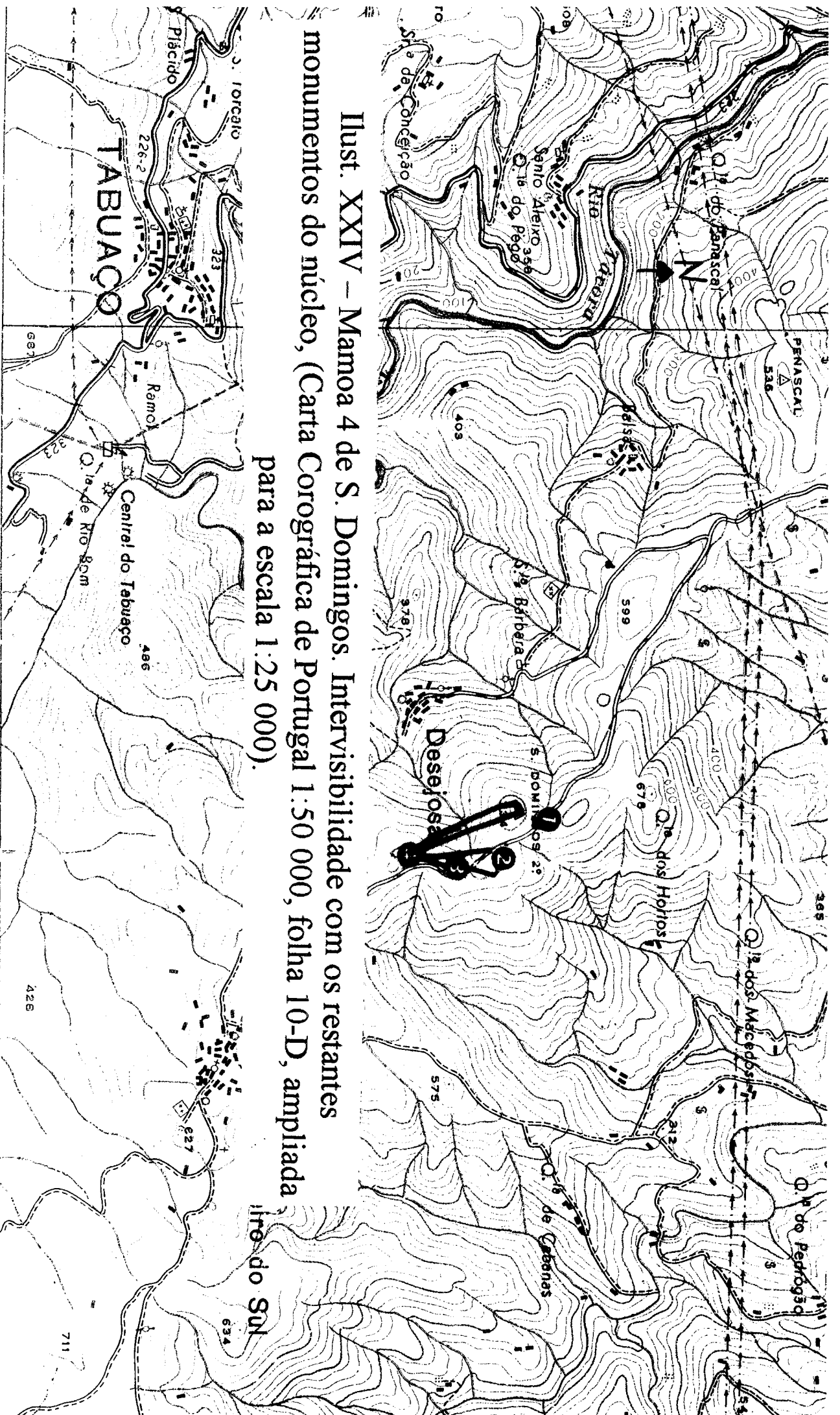
G – CRONOLOGIA (genérica): IV^o - 1ª metade I^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: O monumento faz parte de um núcleo megalítico constituído por mais três (3) monumentos localizados a 800 m. NNO (**D₁**), a 550 m. N (**D₂**) e a 250 m. NE (**D₃**).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 19.



Ilust. XII - Mamo 4 de S. Domingos. Limites de Visibilidade, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).



Ilust. XXIV – Mamoia 4 de S. Domingos. Intervisibilidade com os restantes monumentos do núcleo, (Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D, ampliada para a escala 1:25 000).

VILA CHÃ

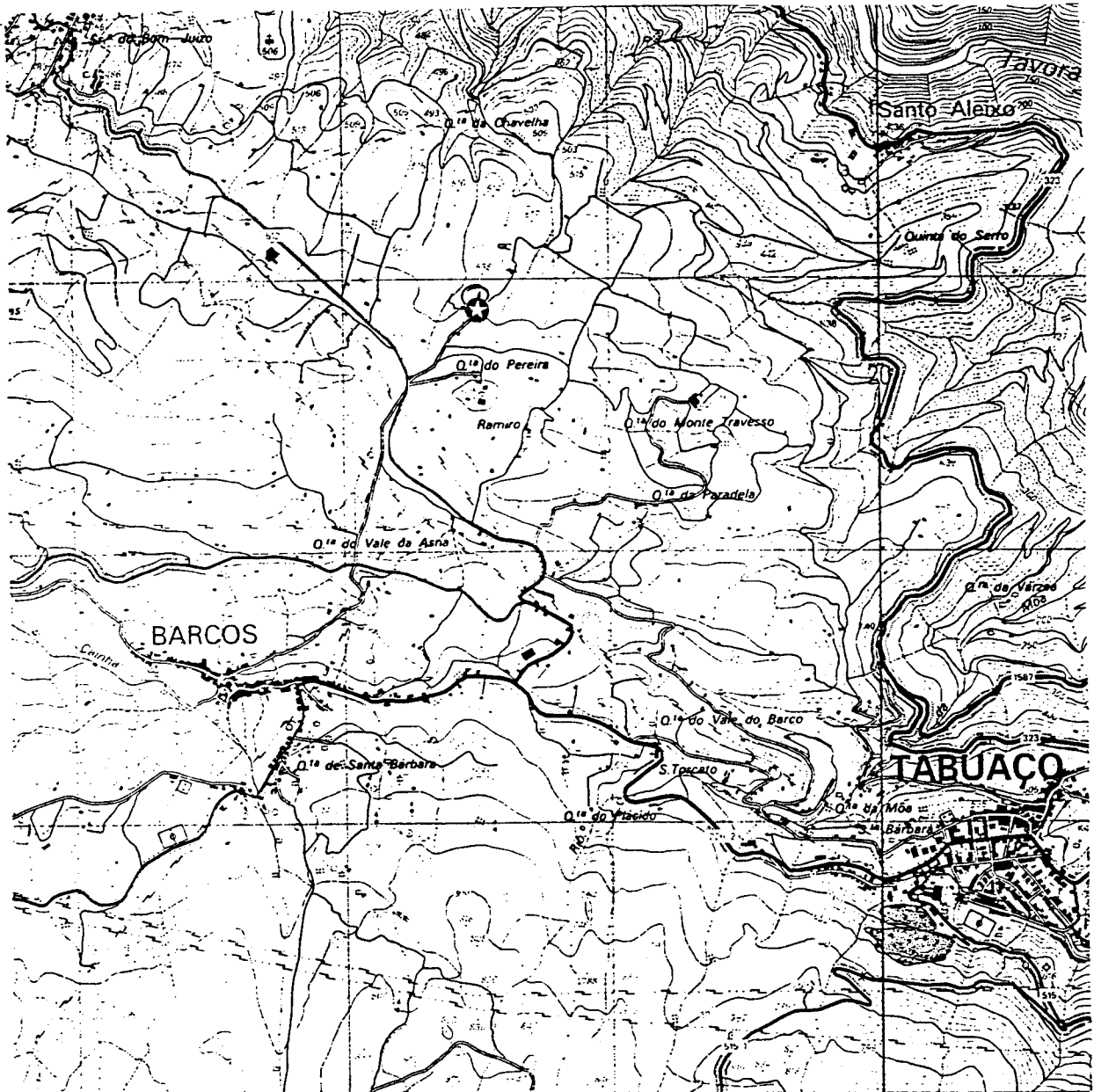


Fig. 41 – Localização de Vila Chã, C.M.P. 1:25 000, folha nº 127.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Vila Chã (VC)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Megalitismo?

B – Localização:

TOPÓNIMO – Vila Chã

LUGAR – Vila Chã

FREGUESIA – Barcos

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 08' 04" N.

Longitude – 01° 32' 43" E. Lx.

Altitude absoluta – 536 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 127 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 75-76.

D – ACESSOS: Tomar a Estrada Municipal 512 que liga Adorigo a Tabuaço. Corta-se posteriormente à direita por um estradão de terra batida ao lado da Quinta do Pereira, percorrendo-se cerca de 300 m. localiza-se a pequena Quinta de Vila Chã.

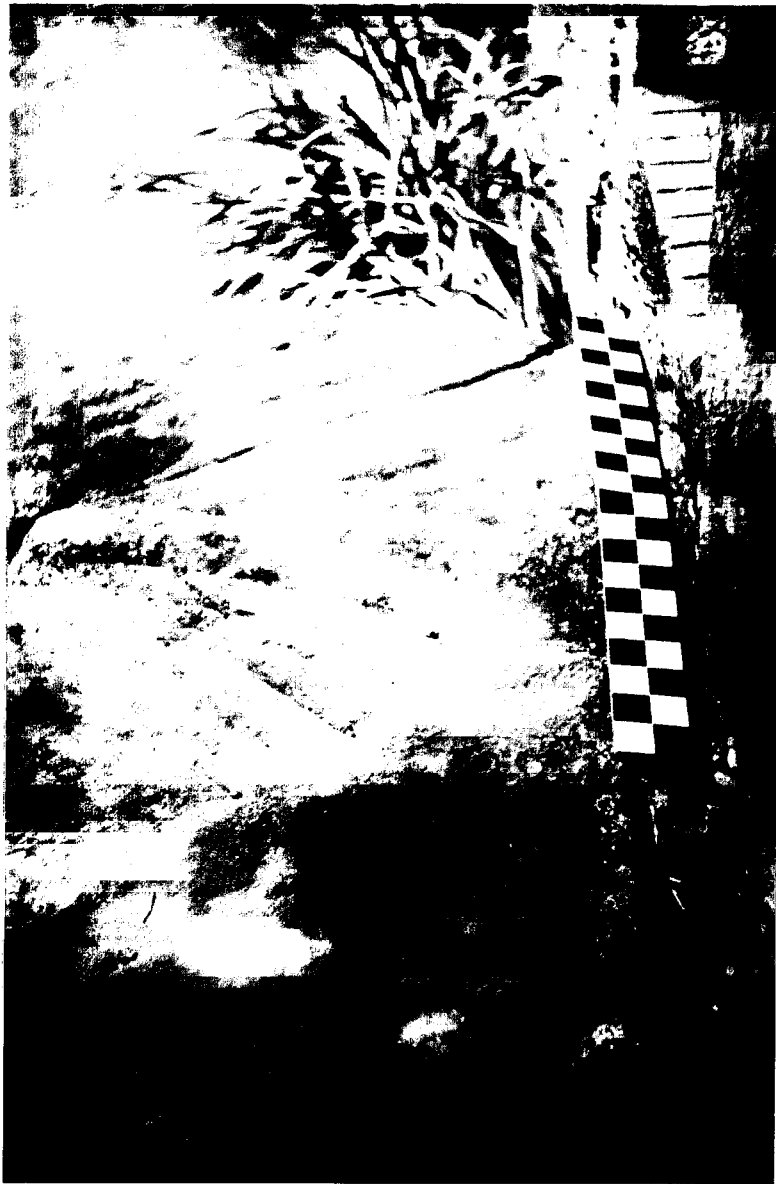
E – DESCRIÇÃO: Na soleira da porta da Quinta de Vila Chã pode-se observar um monólito que se encontra gravado com um conjunto de linhas oblíquas que formam uma espinha (possível esteio de uma anta?).

F – ESPÓLIO: • 1 machado de anfíbolito (coleção particular).

G – CRONOLOGIA (genérica): IVº - IIIº mil. AC?

H – OBSERVAÇÕES: Para além deste monólito nada mais se pôde detectar devido às profundas lavras mecânicas para o plantio da vinha e da oliveira neste local.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 1; figuras - 10.



Fot. 13 – Vila Chã. Bloco granítico insculturado com motivo em espinha.

POVOADO DA PORQUEIRA

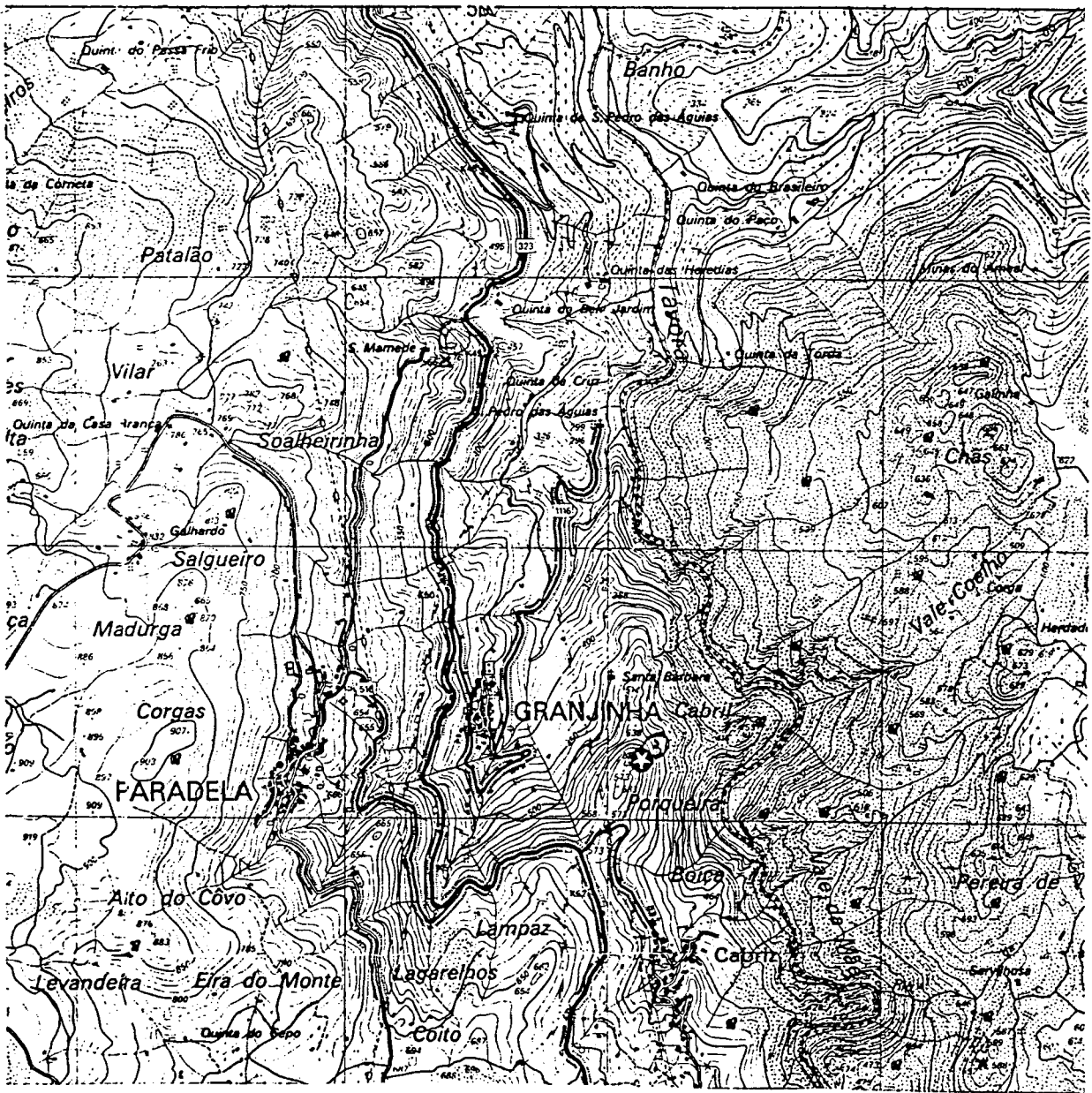


Fig. 42 – Localização do Povoado da Porqueira, C.M.P. 1:25 000, folha nº 139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Povoado da Porqueira (P)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Neolítico?/Calcolítico

B – Localização:

TOPÓNIMO – Porqueira

LUGAR – Granjinha

FREGUESIA – Granjinha

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 03' 49" N.

Longitude – 01° 37' 12" E. Lx.

Altitude absoluta – 580 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*. 1999: 112-116.

D – ACESSOS: Tomando a Estrada 323 que liga Sendim a Tabuaço, corta-se à direita sensivelmente ao Km. 52 para a localidade de Cabriz. Decorridos cerca de 200 m. vira-se à esquerda por um caminho carreteiro que conduz ao monte da Porqueira.

E – DESCRIÇÃO: O Povoado da Porqueira localiza-se numa plataforma com pendor suave, instalada entre dois contrafortes graníticos, no cimo do monte da Porqueira. De igual modo foram ocupados vários abrigos rochosos que ai existem.

Foram detectados nalguns desses abrigos cerâmicas manuais lisas e decoradas, bem como um piso (num dos abrigos) onde foram gravadas sessenta e uma (61) “covichas” de configuração maioritariamente circular e com diâmetros variáveis.

F – ESPÓLIO: • 3 fragmentos cerâmicos manuais lisos, com formatos esféricos, de fundo igualmente esférico;

• 1 fragmento de uma extremidade distal de uma colher em cerâmica;

• vários fragmentos cerâmicos decorados com gramáticas que permitem colocar o povoado no Calcolítico. Destaca-se um bordo com sequência aditiva de bandas puncionadas ou impressas com punção de extremidade múltipla; um fragmento apresenta uma sequência horizontal incisa, conjugando um registo de linhas singulares dispostas paralelamente ao bordo, com linhas quebradas horizontais criando um segundo registo, desenvolvendo-se paralelamente formando um padrão repetitivo; um outro fragmento apresenta uma linha incisa transversal que separa as linhas quebradas horizontais, formando como que uma “espinha”; finalmente um fragmento que apresenta uma sequência horizontal de banda penteada rectilínea.

G – CRONOLOGIA (genérica): IVº – IIIº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do povoado será de 0,375 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 17.

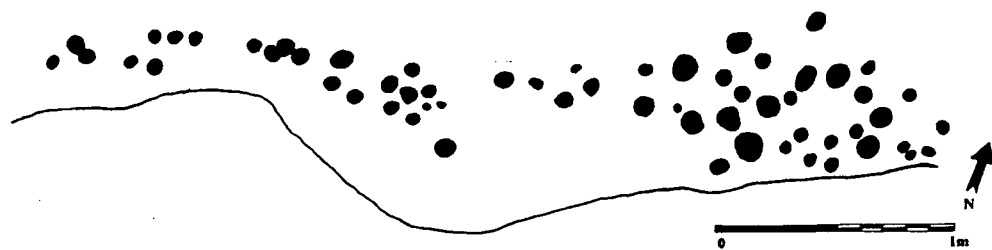


Fig.43 – Povoado da Porqueira. Piso granítico de abrigo com “covichas” (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 115).

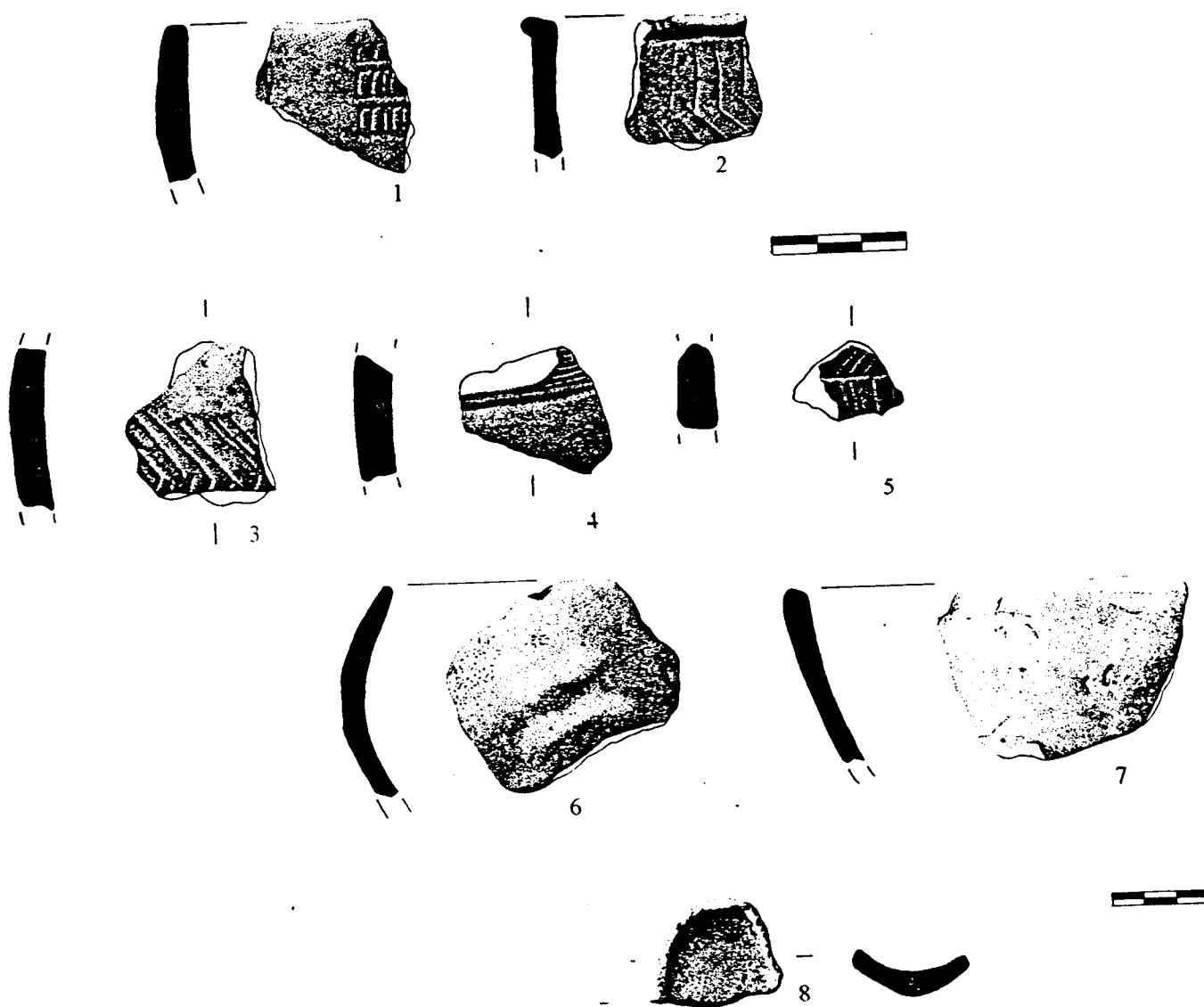


Fig. 44 – Povoado da Porqueira. Fragmentos cerâmicos decorados (1-5) e lisos (6-8) (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 113,116).

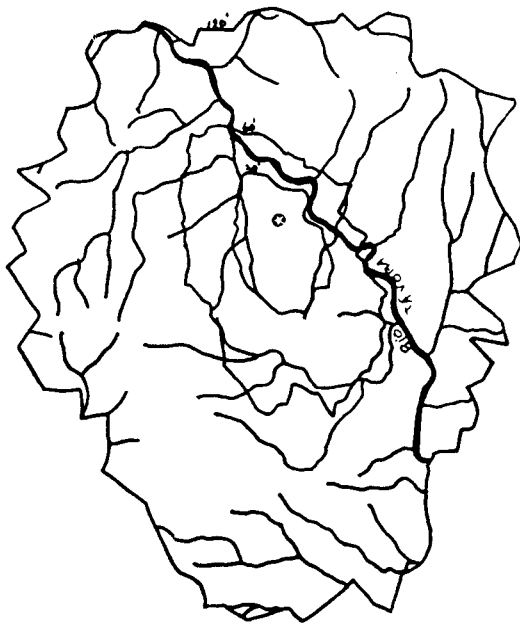


Fig. 45 – Povoado da Porqueira. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal, 1:50 000, folha 14-B), reduzida para a escala 1:100 000.

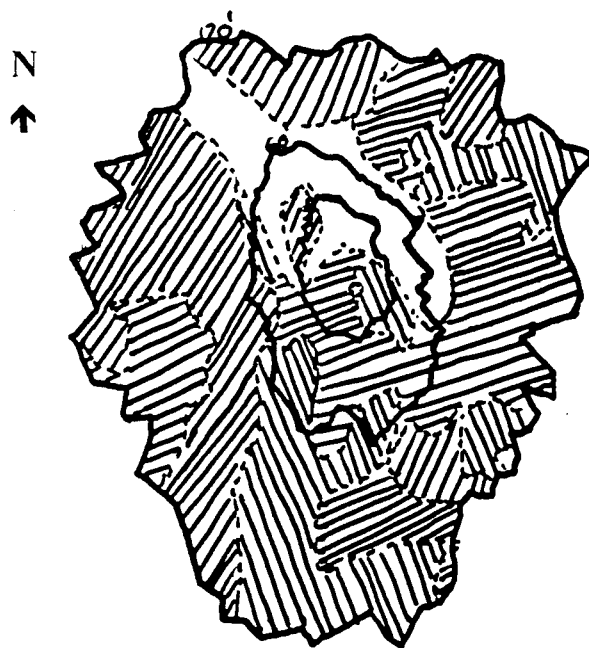
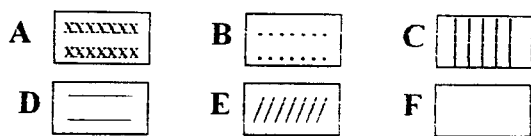


Fig. 46 – Povoado da Porqueira. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 14 (adaptado).



Fig. 47 – Povoado da Porqueira (Neolítico). Distância entre o povoado e o sítio de Fraga d'Aia (FA), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B.



Fig 47A - Povoado da Porqueira (Calcolítico). Distância entre o povoado e os povoados de Chã do Murganho (CM), Castelinhos (C) e cabeço de S. João (CJ) Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B.

S. SALVADOR DO MUNDO

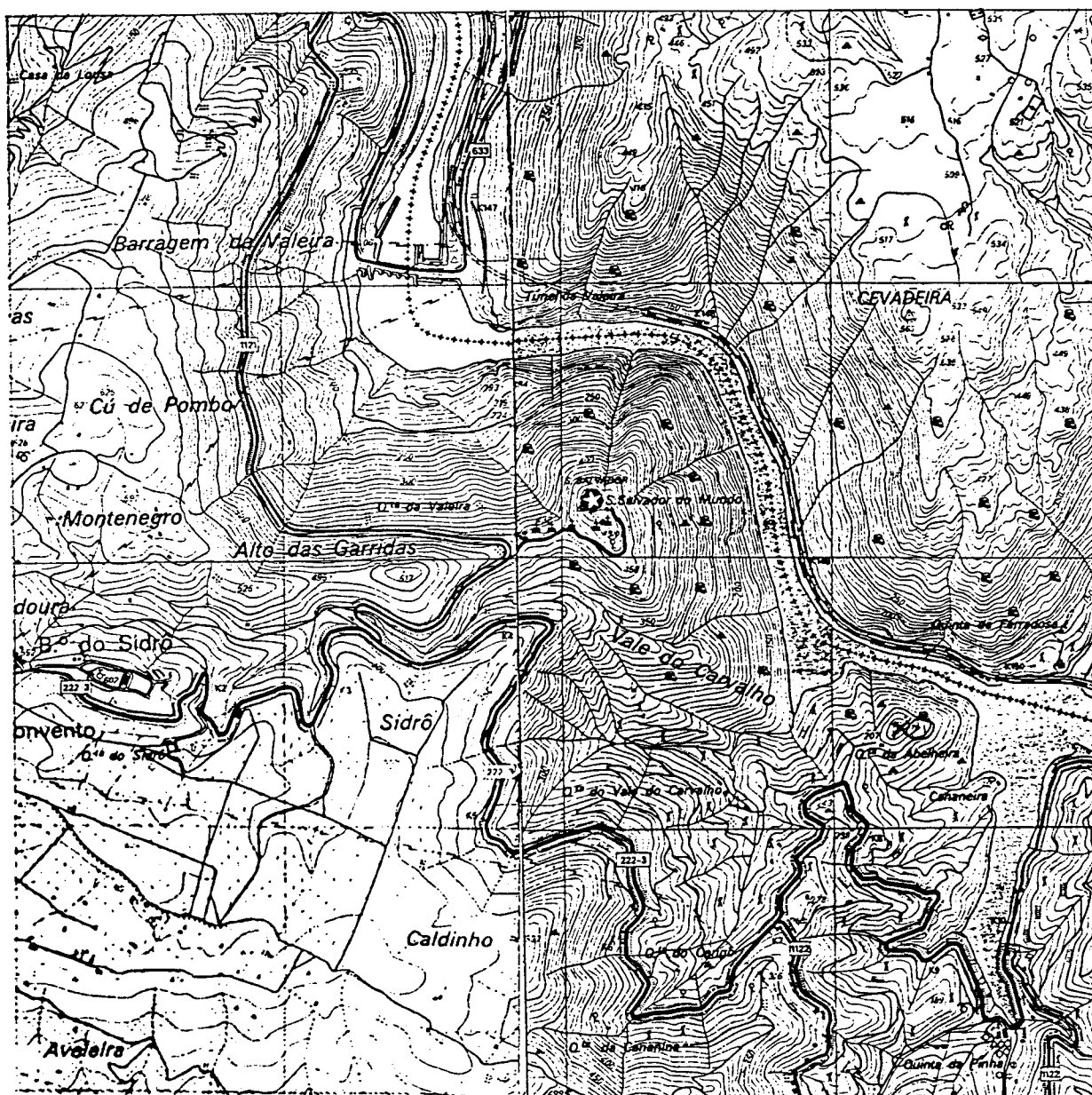


Fig. 48 – Localização de S. Salvador do Mundo, C.M.P. 1:25 000, folhas nº 129 e 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): S. Salvador do Mundo (SM)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Neolítico?/Calcolítico/Bronze

B – Localização:

TOPÓNIMO – Ermo; Castelo Velho; S. Salvador do Mundo

LUGAR – S. João da Pesqueira

FREGUESIA – S. João da Pesqueira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 09' 56" N.

Longitude – 01° 45' 59" E. Lx.

Altitude absoluta – 502 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 129 (1994 – 2ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: A partir de S. João da Pesqueira toma-se a Estrada 222-3, percorridos cerca de 3,5 Km. corta-se à esquerda pela Estrada 1121 que conduz à Barragem da Valeira. Passados cerca de 2 Km. corta-se à direita para o Santuário de S. Salvador do Mundo.

E – DESCRIÇÃO: No morro granítico alcantilado sobre o Rio Douro localiza-se o sítio de S. Salvador do Mundo. Geo-estrategicamente bem colocado, possui ocupações desde o Neolítico até à Idade Média. Este morro situa-se em frente ao Cachão da Valeira, destruído em 1807.

Neste local existem vários abrigos rochosos que poderão ter sido ocupados em época pré-histórica. Não há qualquer vestígio de muralhas, tratando-se de um baluarte natural, sendo a encosta Norte completamente intransponível, enquanto que o acesso pelos lados Sul e Oeste é possível embora com grande dificuldade.

F – ESPÓLIO:

- 1 fragmento de peso de tear em xisto;
- 1 fragmento de moinho manual em granito;
- vários fragmentos cerâmicos neolíticos com decoração (aos quais não tivemos acesso) que foram recolhidos na encosta Sul associados a abrigos rochosos;
- fragmentos cerâmicos com decoração do Calcolítico de que se podem destacar fiadas triplas de puncionamentos, bandas onduladas de cerâmica penteada, foram igualmente exumados fragmentos cerâmicos (aos quais não tivemos acesso) com decoração metopada entre outras organizações decorativas;
- vários fragmentos cerâmicos datáveis do Bronze Final;
- 1 molde cerâmico;
- cerâmicas manuais lisas.

G – CRONOLOGIA (genérica): Vº - Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,25 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 1; figuras - 19.

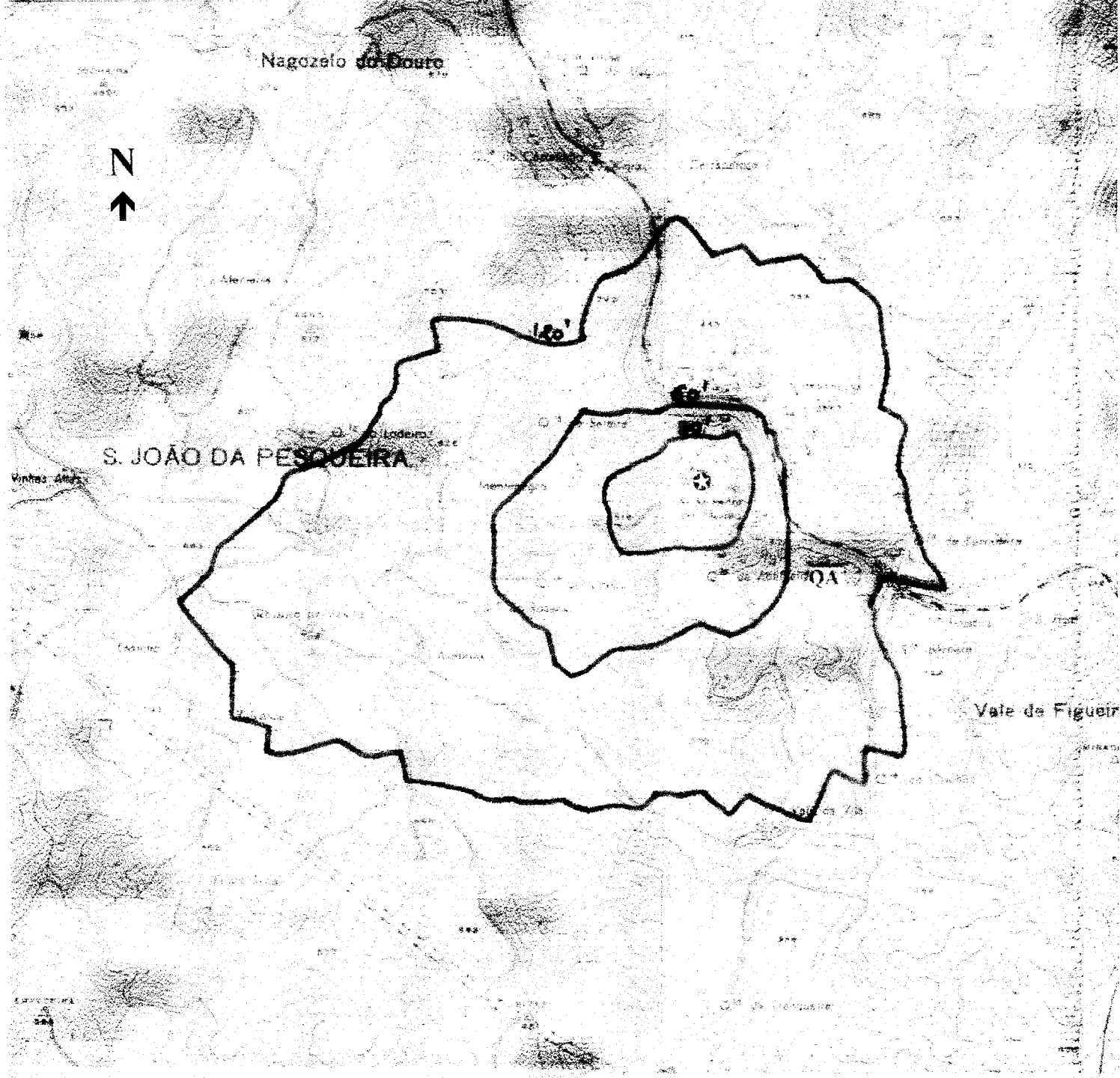


Fig.48A – S. Salvador do Mundo (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e o povoado da Quinta da Abelheira (QA), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas 11-C e 10-D.

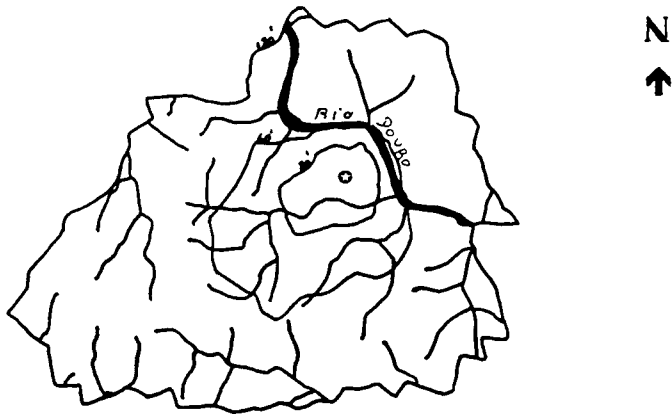


Fig. 49 – S. Salvador do Mundo. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas 11-C e 10-D), reduzida para a escala 1:100 000.

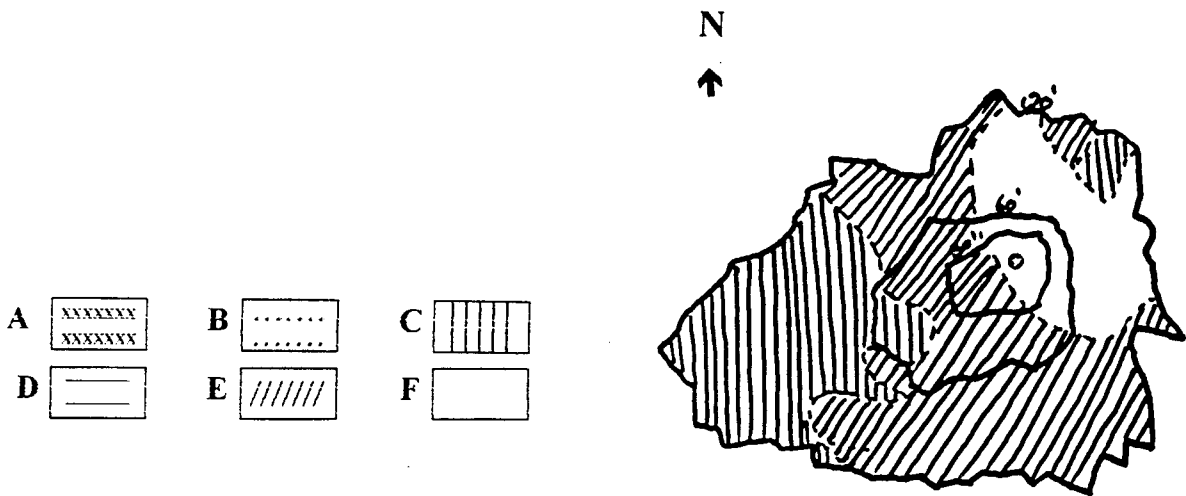


Fig. 50 – S. Salvador do Mundo. Carta de Aptidão da Terra do nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folhas 10 e 11 (adaptado).

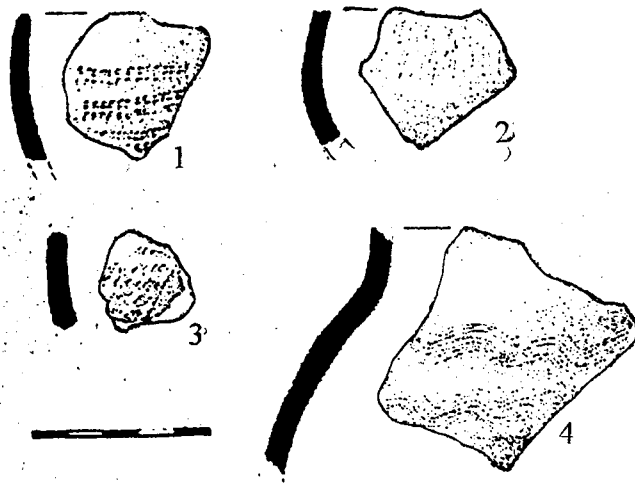


Fig. 51 – S. Salvador do Mundo. Fragmentos cerâmicos Calcolíticos (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

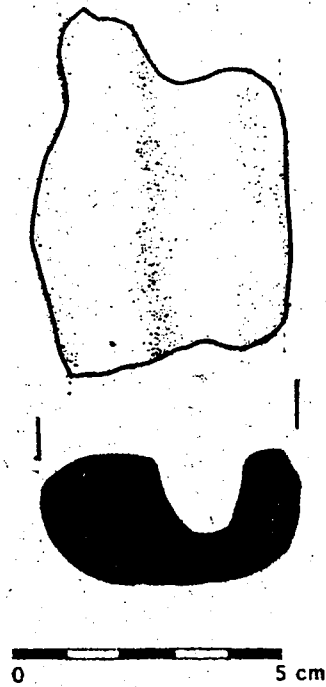
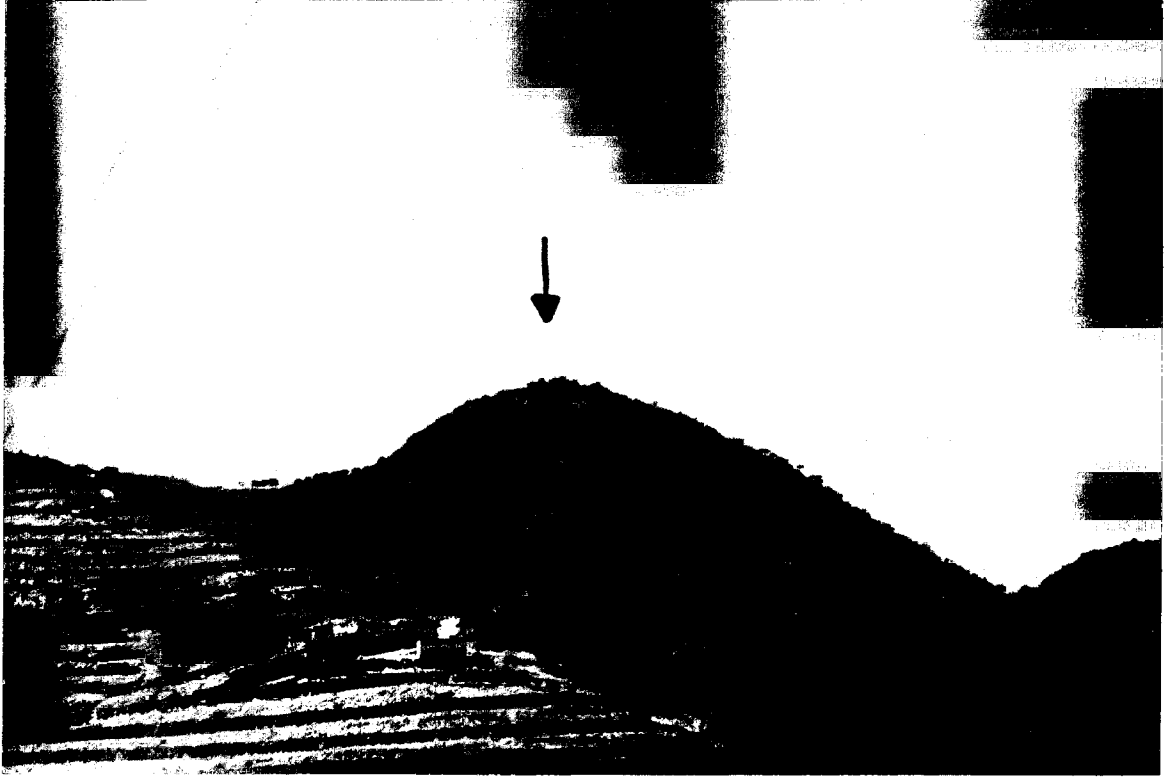


Fig. 52 – S. Salvador do Mundo. Molde cerâmico (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).



Fot. 14 – S. Salvador do Mundo. Vista NO.

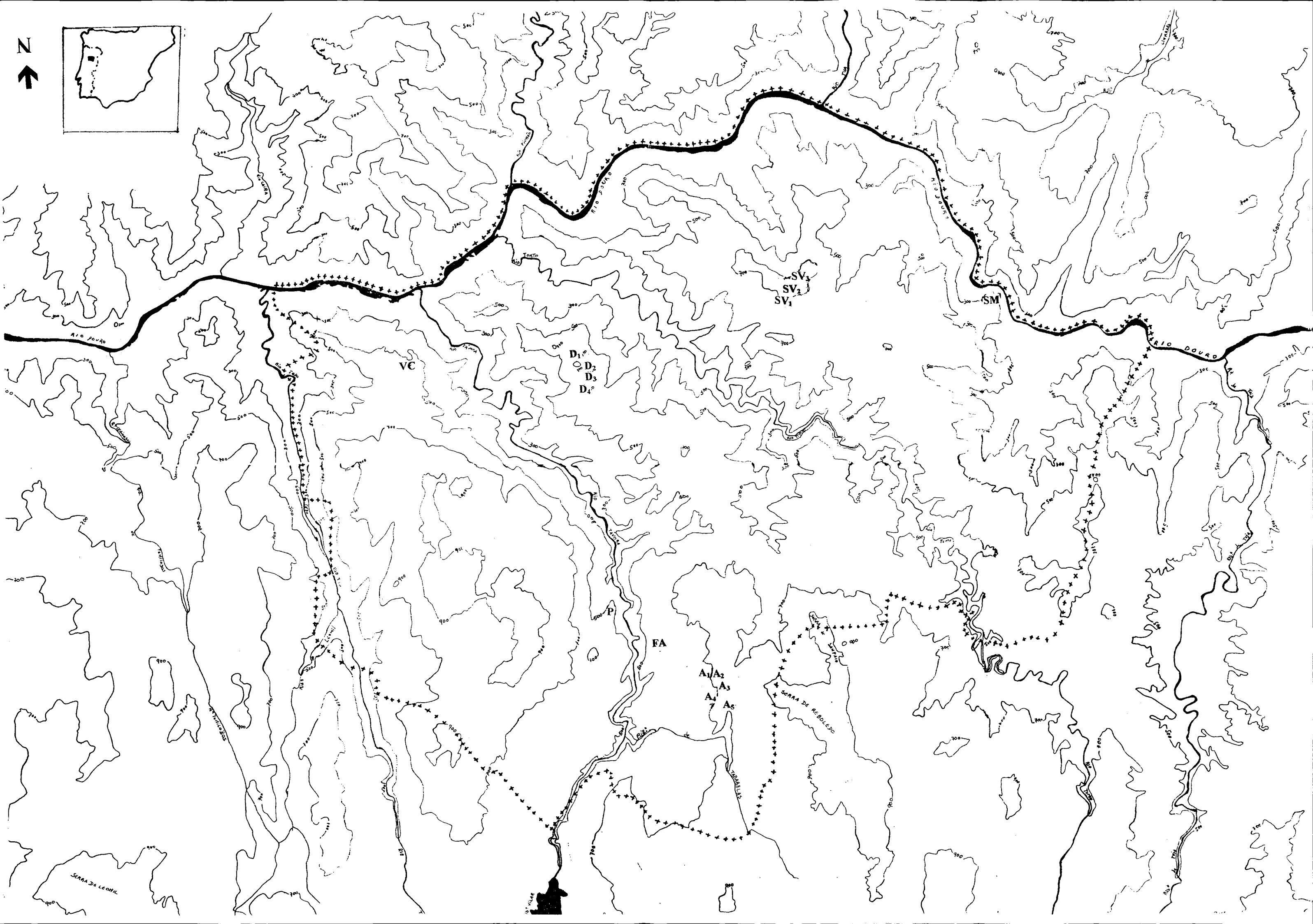
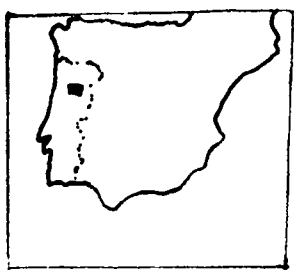


Fig. 53 - Localização das Estações Arqueológicas do Neolítico, na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); A₁ - Dólmen 1 de Areita; A₂ - Dólmen 2 de Areita; A₃ - Dólmen 3 de Areita; A₄ - Dólmen 4 de Areita; A₅ - Dólmen 5 de Areita; SV₁ - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; SV₂ - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; SV₃ - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; D₁ - Dólmen 1 de S. Domingos; D₂ - Mamoa 2 de S. Domingos; D₃ - Mamoa 3 de S. Domingos; D₄ - Mamoa 4 de S. Domingos; FA - Fraga d'Aia; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira; SM - S. Salvador do Mundo.

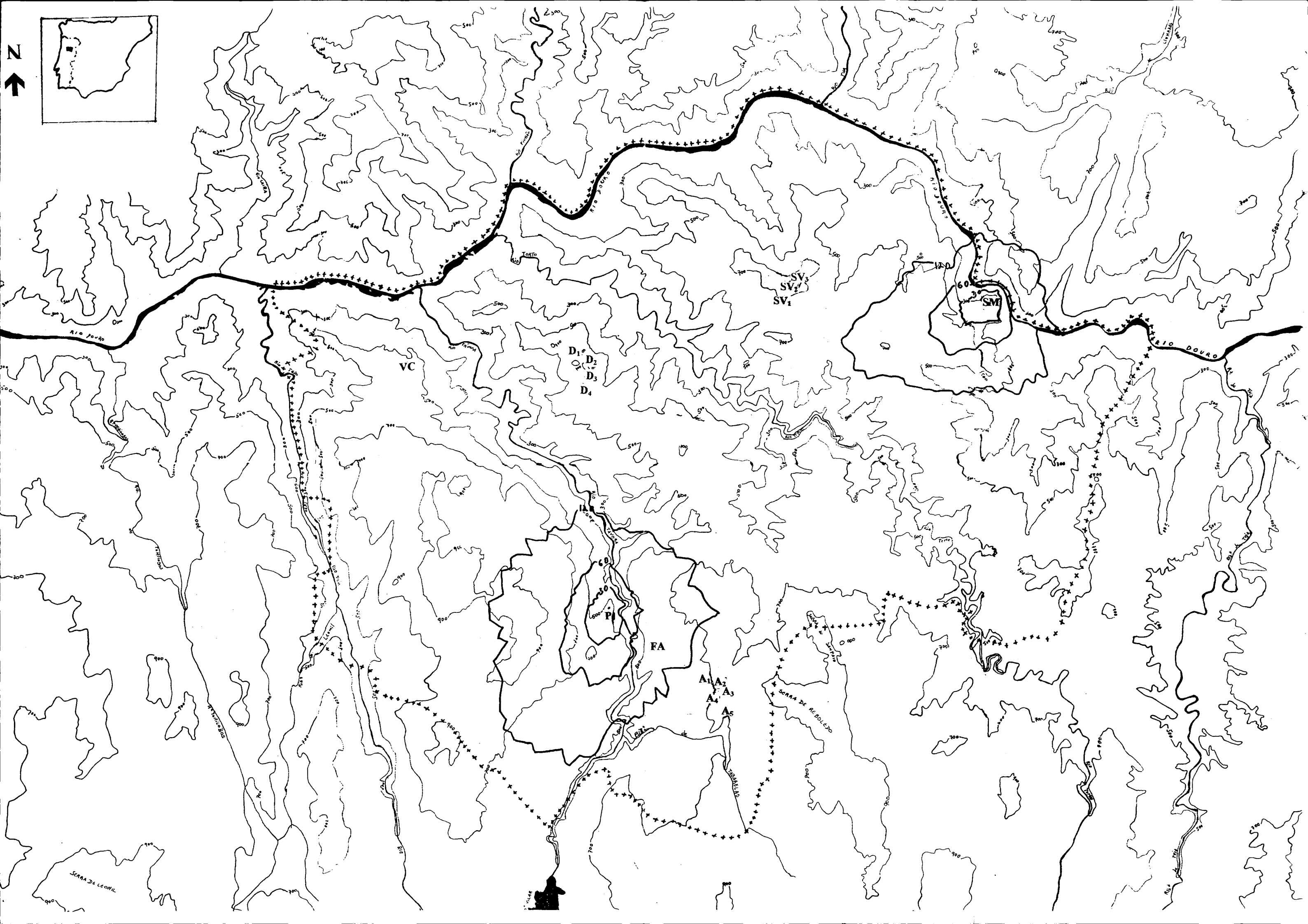


Fig. 54 - Localização das Estações Arqueológicas do Neolítico, na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); A₁ - Dólmen 1 de Areita; A₂ - Dólmen 2 de Areita; A₃ - Dólmen 3 de Areita; A₄ - Dólmen 4 de Areita; A₅ - Dólmen 5 de Areita; SV₁ - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; SV₂ - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; SV₃ - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; D₁ - Dólmen 1 de S. Domingos; D₂ - Mamoa 2 de S. Domingos; D₃ - Mamoa 3 de S. Domingos; D₄ - Mamoa 4 de S. Domingos; FA - Fraga d'Aia; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira (Territórios Teóricos de Exploração de 30°, 60° e 120°); SM - S. Salvador do Mundo (Territórios Teóricos de Exploração de 30°, 60° e 120°).

CASTELINHOS

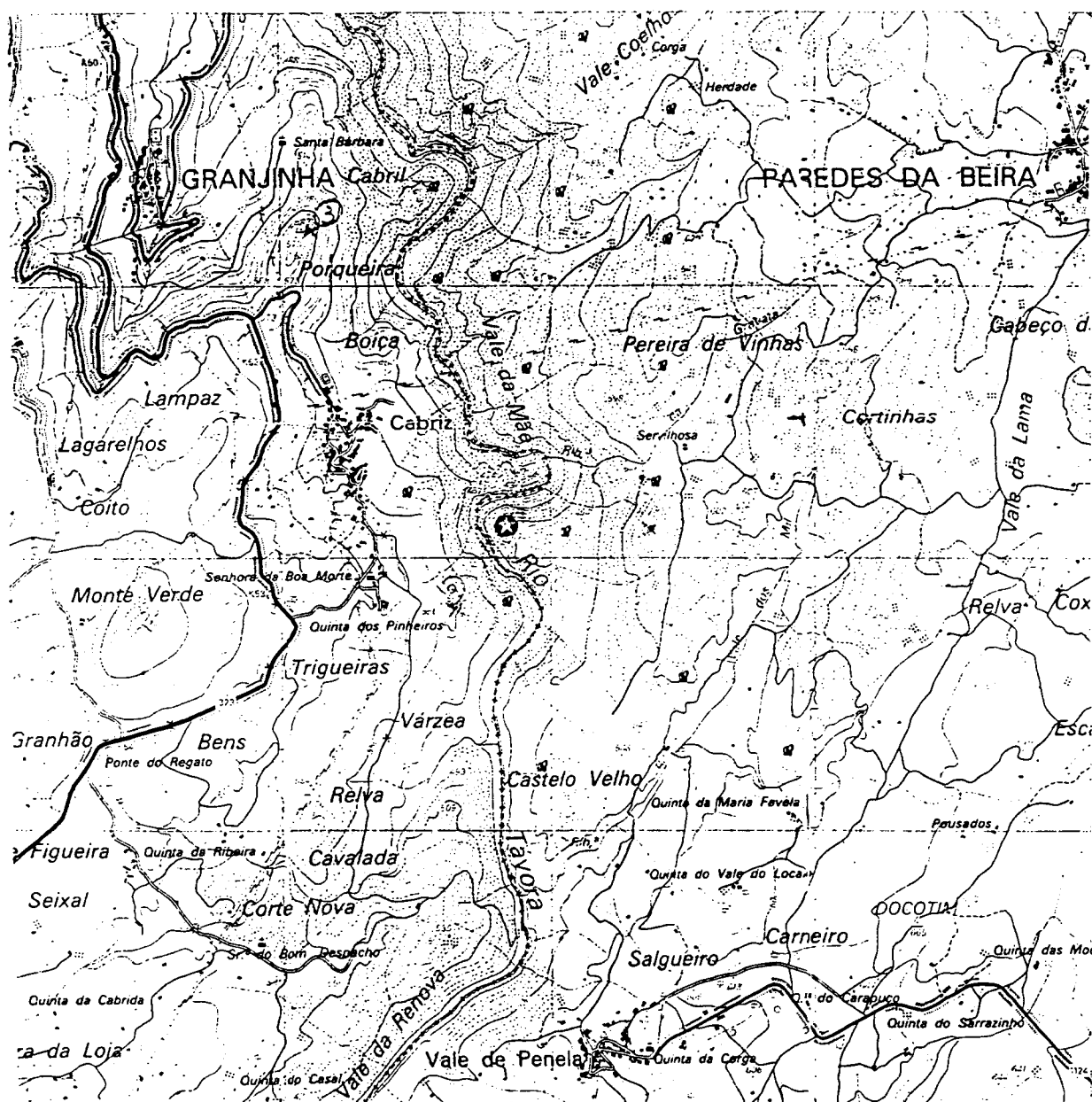


Fig 55 - Localização de Castelinhos, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Castelinhos (C)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Neolítico?/Calcolítico

B – Localização:

TOPÓNIMO – Castelinhos; Castelos Velhos

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 03' 11" N.

Longitude – 01° 37' 49" E. Lx.

Altitude absoluta – 486 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: Os mesmos que os de Fraga d'Aia. Do Abrigo desce-se até ao morro situado junto ao Rio Távora.

E – DESCRIÇÃO: Este povoado é sobranceiro ao Rio Távora, ocupando a base Oeste do maciço localmente conhecido por Castelinhos. O acesso a esta plataforma faz-se facilmente por Este e Sudeste. Os achados dispersam-se também pela encosta Este, o que permite pensar que o povoado se estende também por esta encosta. Possui uma espessa linha de muralha que envolve o monte ocupando os espaços livres entre os afloramentos graníticos. Esta é formada por blocos disformes de granito de dimensões consideráveis, não sendo visíveis quaisquer faces da muralha, sendo-o, no entanto, alguns elementos de mó. Efectivamente não existem provas inequívocas de que este povoado pudesse ter tido uma ocupação na Idade do Bronze. Refira-se a proximidade do Abrigo com pinturas rupestres de Fraga d'Aia, localizado apenas a 300 m. Este.

F – ESPÓLIO: • alguns fragmentos cerâmicos calcolíticos decorados, de que se destaca um fragmento de um vaso esférico com uma sequência horizontal de decoração penteada;

• alguns fragmentos cerâmicos datáveis do Bronze Final?

G – CRONOLOGIA (genérica): IIIº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,18 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 25.

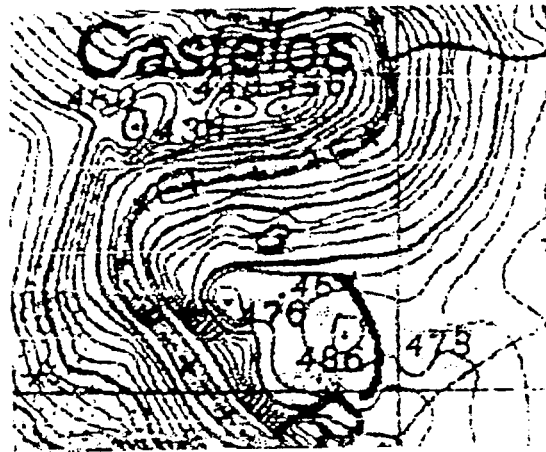


Fig.56 – Castelinhos Esquema da muralha (Seg Carvalho *et alii*, no prelo)

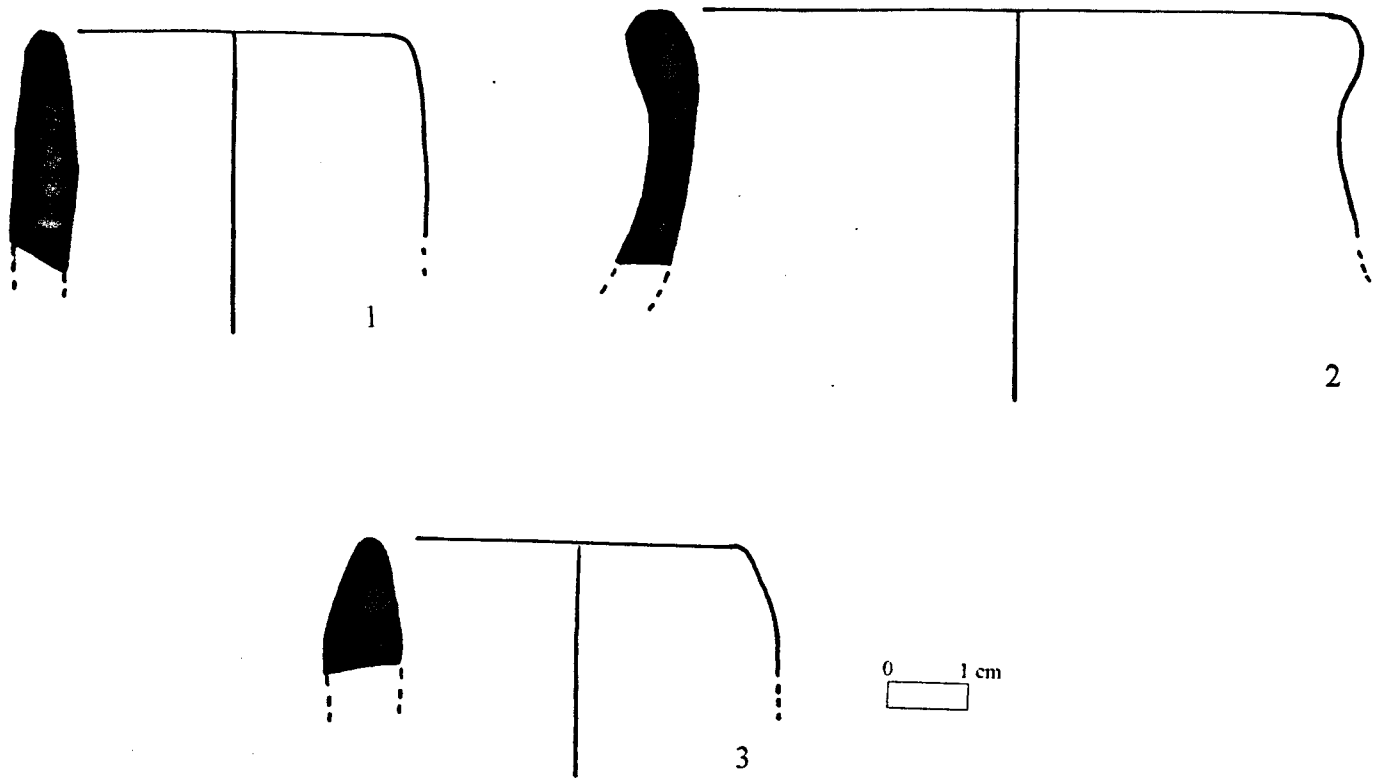


Fig. 57 - Castelinhos. Bordos lisos

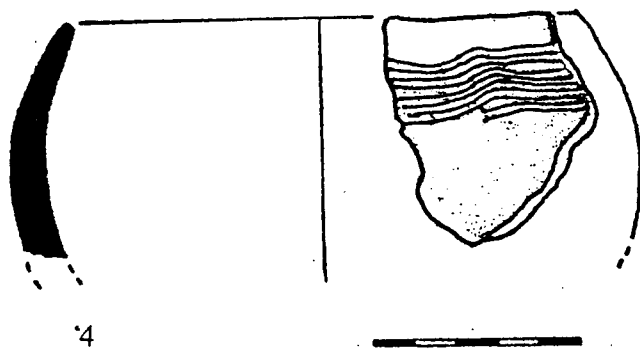


Fig. 58 - Castelinhos. Fragmento de vaso Calcólítico decorado (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo.

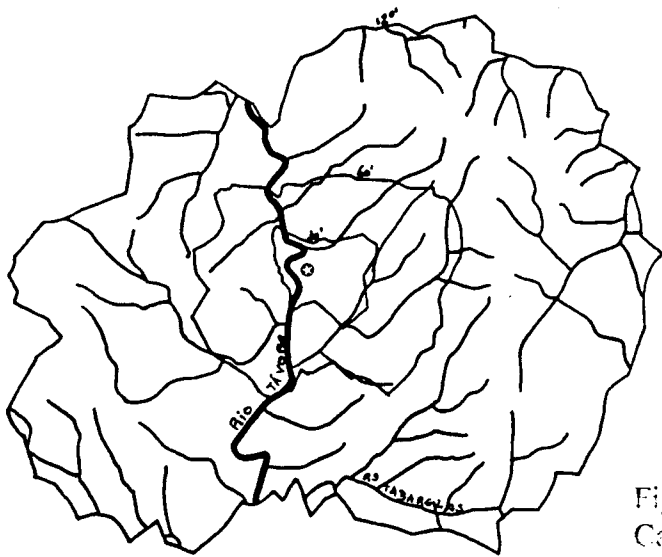


Fig 59 – Castelinhos. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

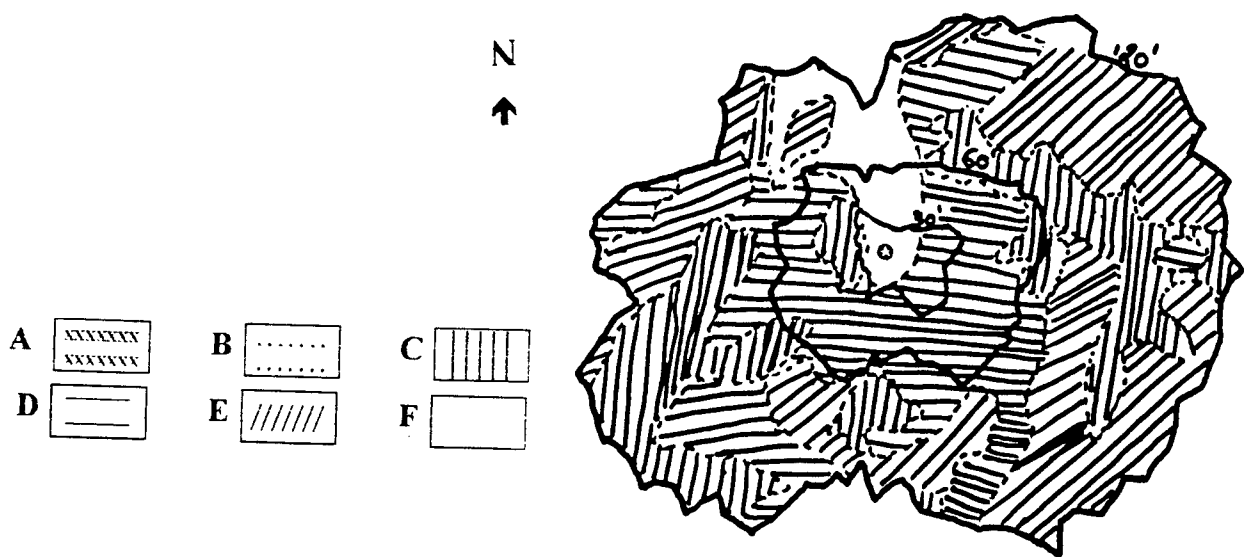


Fig 60 – Castelinhos. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 14, adaptado.

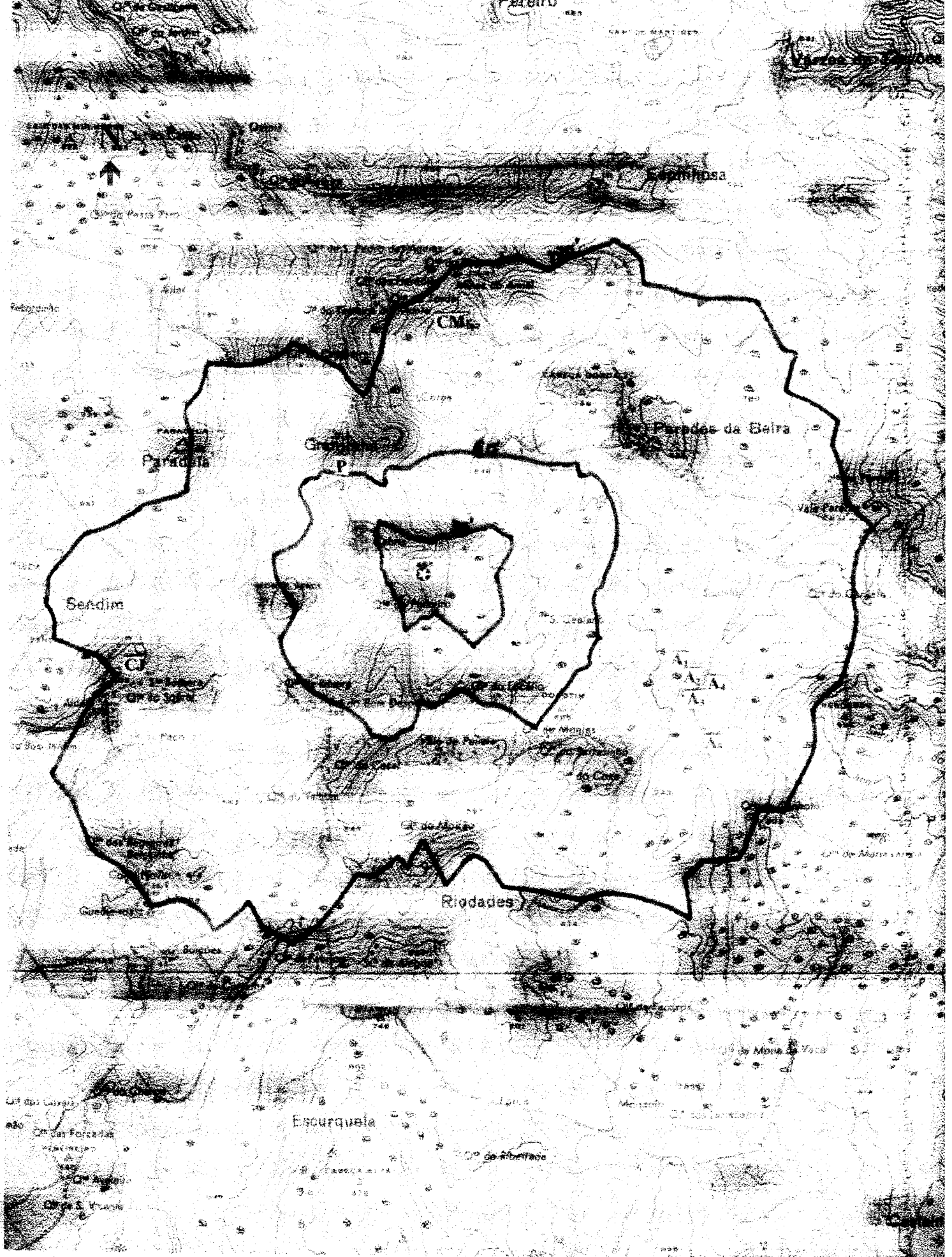


Fig.61 – Castelinhos (Calcolítico). Distância entre o povoado e os povoados de Cabeço de S. João (CJ), Chã do Murganho (CM), Povoado da Porqueira (PJ) e o núcleo megalítico de Areita (A₁, A₂, A₃, A₄, A₅), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B.

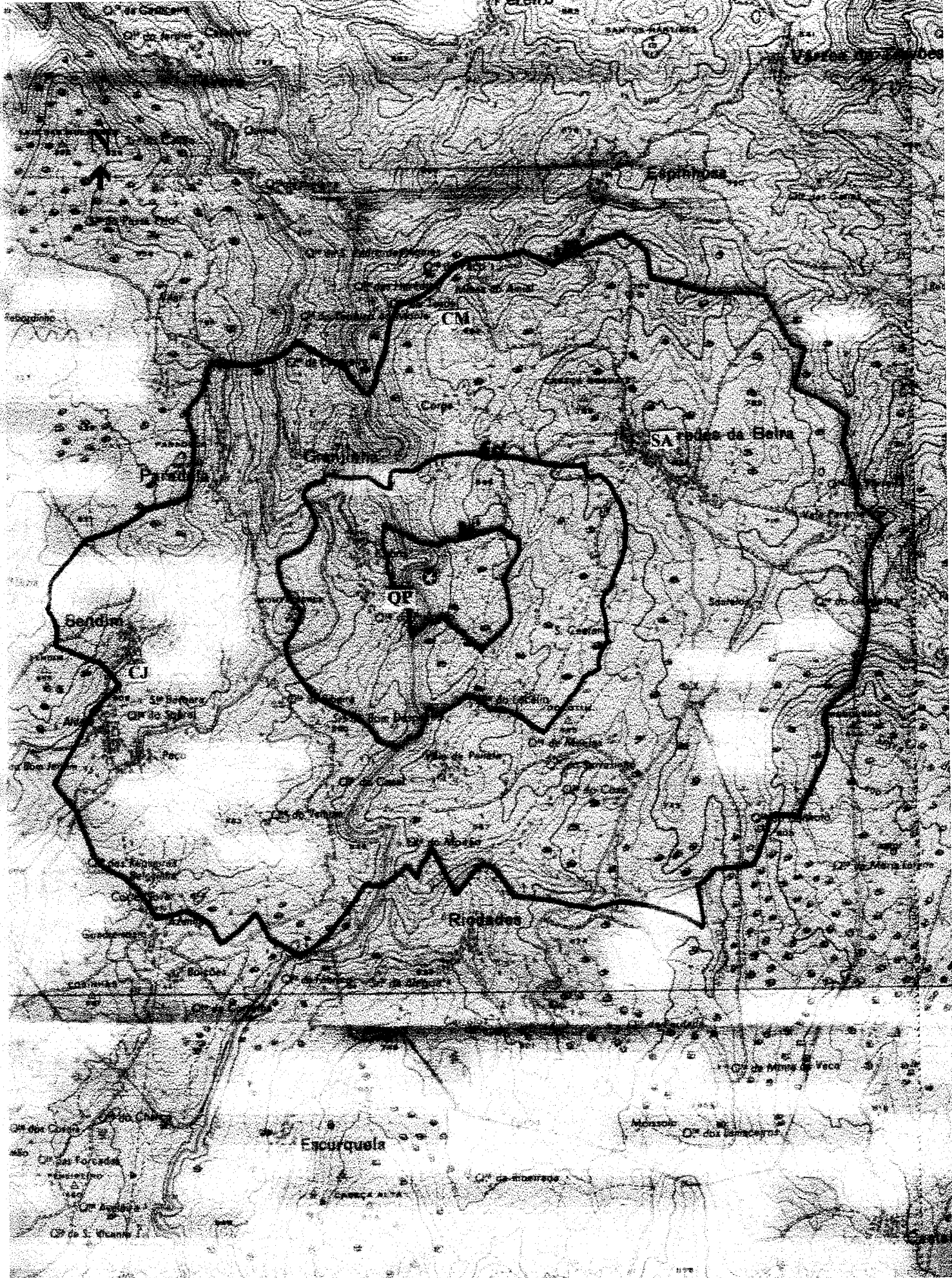


Fig. 61A – Castelinhos (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de Chã do Murganho (CM), N.ª Sr.ª da Assunção (SA), Cabeço de S. João (CJ) e Quinta dos Pinheiros (QP), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B.

CHÃ DO MURGANHO



Fig. 62 – Localização de Chã do Murganho, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Chã do Murganho (CM)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Calcolítico/Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Chã do Murganho; Carvas; Chãs

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 04' 32" N.

Longitude – 01° 38' 06" E. Lx.

Altitude absoluta – 676 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: Do cemitério de Paredes da Beira segue-se por um caminho carreteiro até ao lugar de Fortinhas.

E – DESCRIÇÃO: O povoado situa-se numa ampla plataforma irregular à cota média de 676 m., existindo um pequeno relevo no limite Noroeste com a cota de 684 m., existindo também alguns abrigos rochosos. Os materiais exumados dispersam-se um pouco por toda a plataforma existindo, no entanto, uma maior concentração no centro desta. No relevo Noroeste existe uma linha de muralha “cortando” o topo do mesmo. Esta desenvolve-se linearmente, no sentido Norte - Sul, numa extensão de cerca de 100 m. e numa vertente acidentada de difícil acesso. De salientar o facto de zonas de relativo fácil acesso não apresentarem qualquer vestígio de muralhas.

F – ESPÓLIO: ● 1 machado de pedra polida em anfíbolito;

● 1 fragmento de machado de pedra polida de anfíbolito;

● 1 machado em calcário;

● vários fragmentos de mós em granito;

● vários mós de rolo;

● 15 bordos lisos, um deles de perfil globular;

● 3 bordos decorados, de que se destaca um que apresenta uma

sequência horizontal de bandas puncionadas ou impressas com punção de extremidade múltipla, que poderá constituir ou não uma sequência de triângulos incisos invertidos preenchidos com os aludidos puncionamentos; existe um fragmento com um único puncionamento simples; um terceiro fragmento de pança decorado apresenta três incisões horizontais sendo delimitadas por uma quarta linha oblíqua incisa;

● vários fragmentos cerâmicos manuais integráveis na Idade do Bronze.

G – CRONOLOGIA (genérica): IIIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do povoado será de 0,75 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 3; figuras - 25.

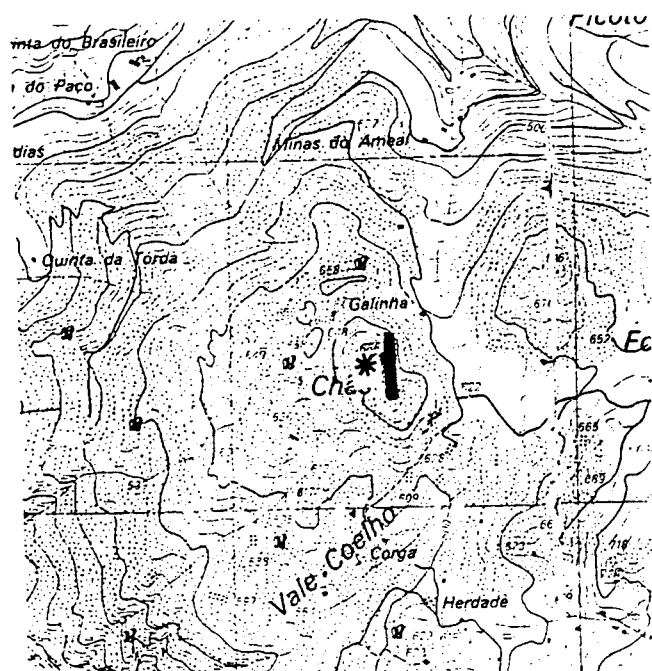


Fig. 63 – Chã do Murganho. Esquema da Muralha (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

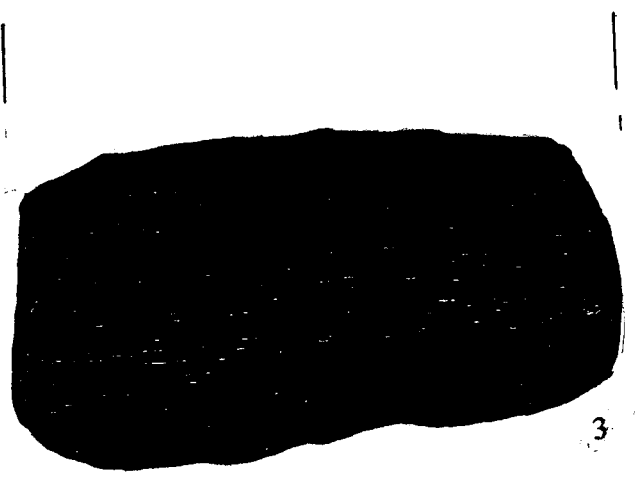
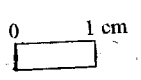
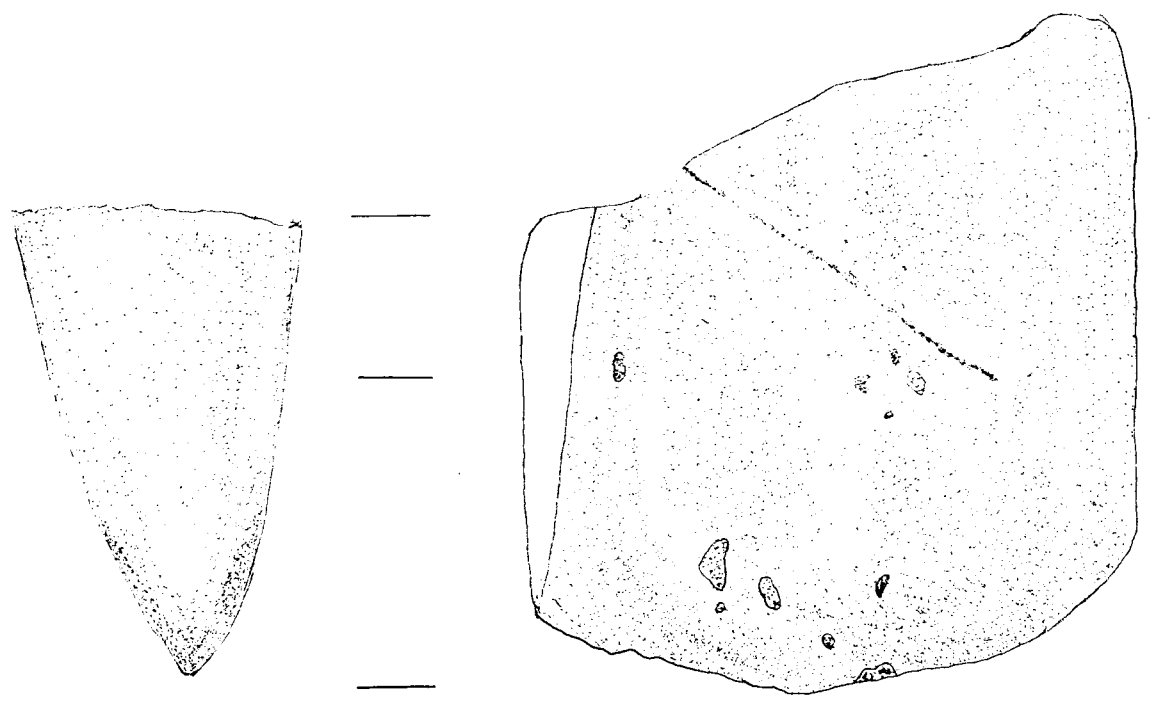
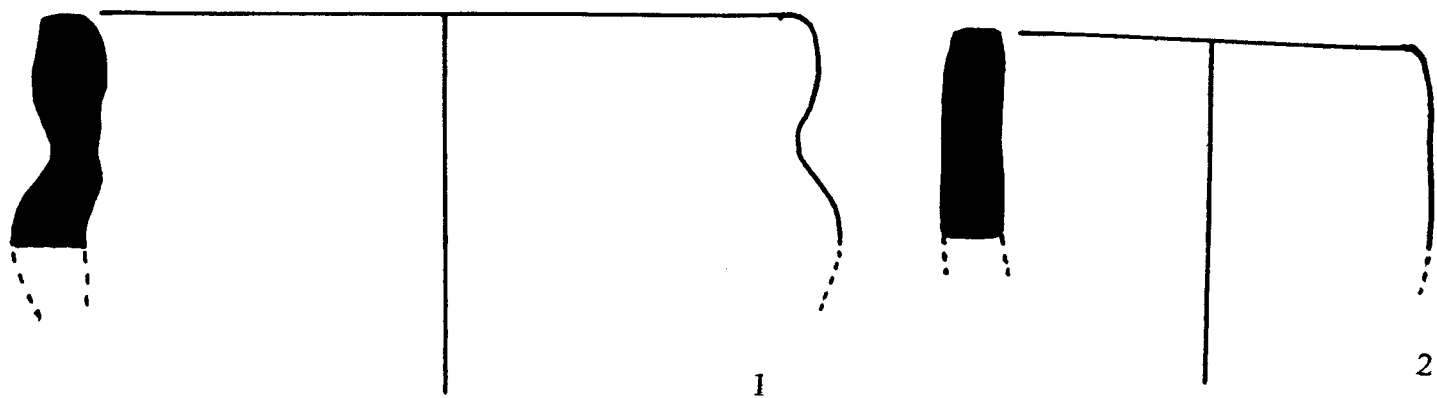


Fig. 64 – Chã do Murganho. Bordos lisos (1-2). Fragmento de machado em anfibolito (3).

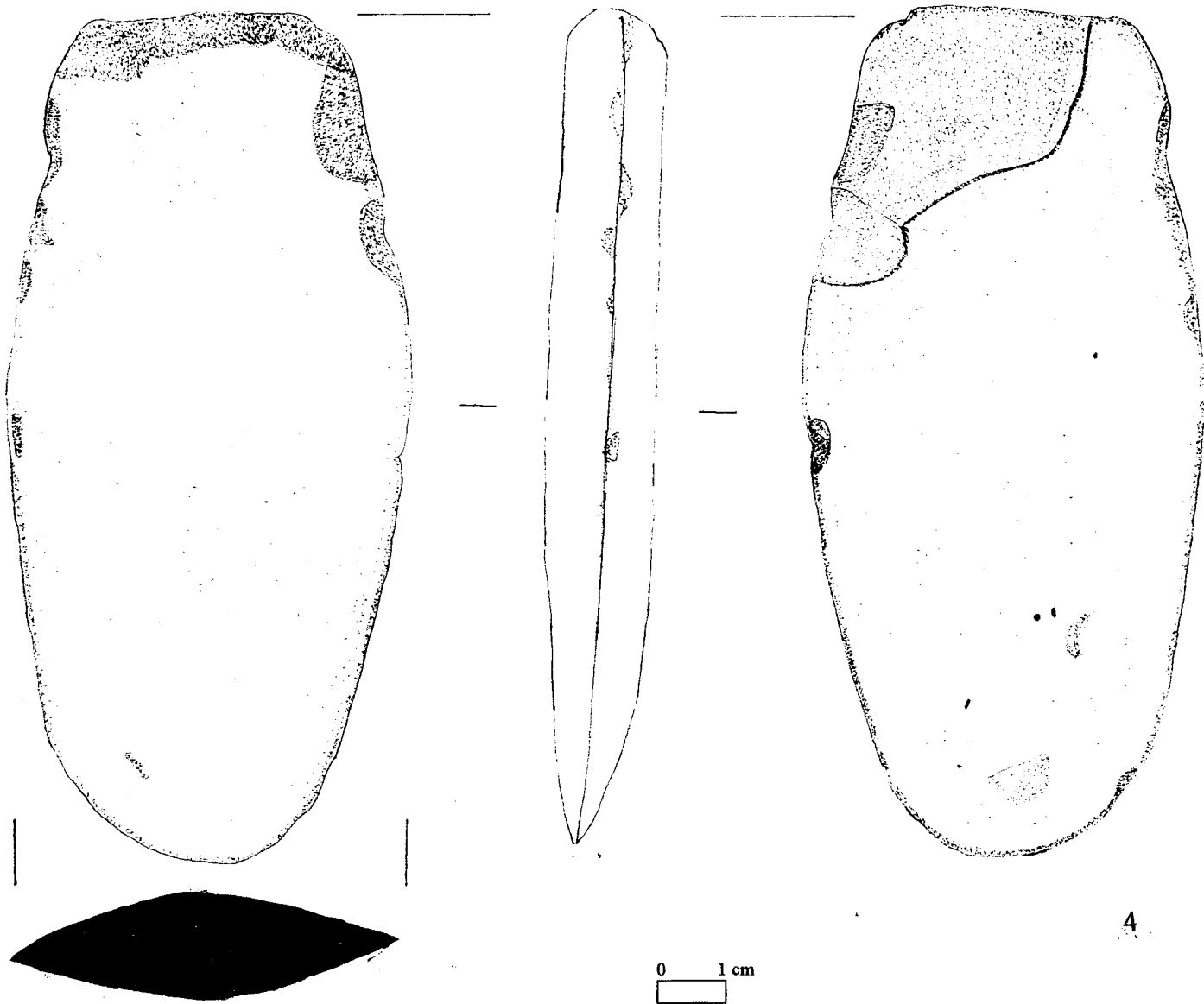
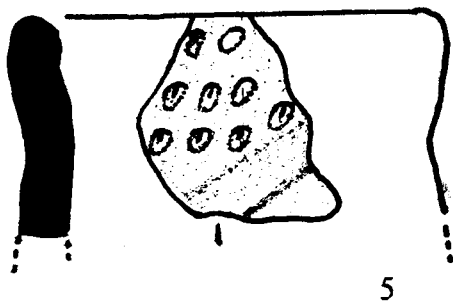
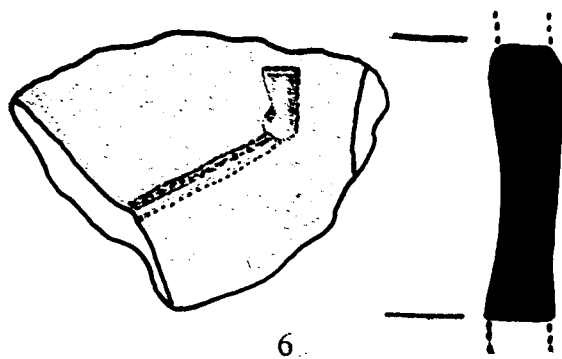


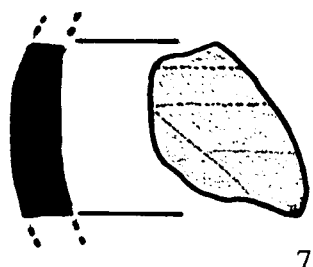
Fig. 65 – Chã do Murganho. Machado em calcário.



5

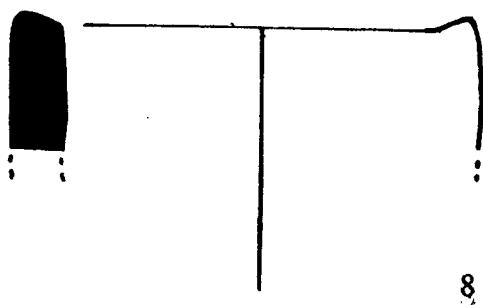


6

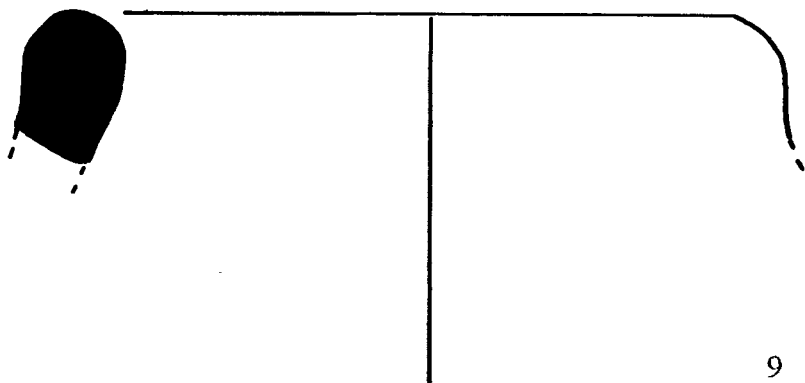


7

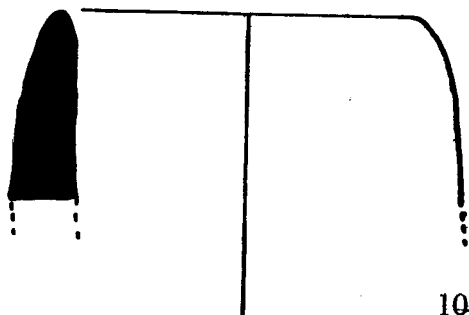
0 1 cm



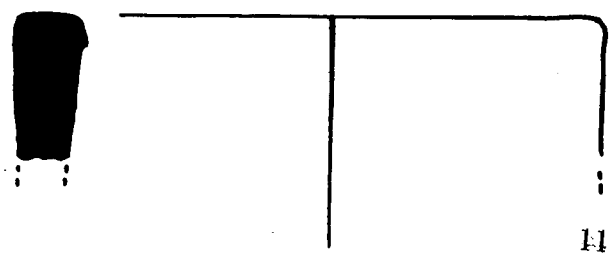
8



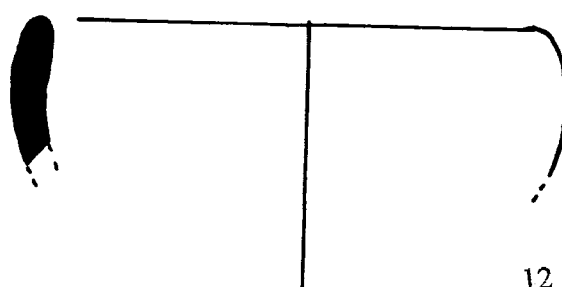
9



10



11



12

Fig. 66 – Chã do Murganho. Bordo decorado (5), fragmentos decorados (6-7), bordos lisos (8-12).

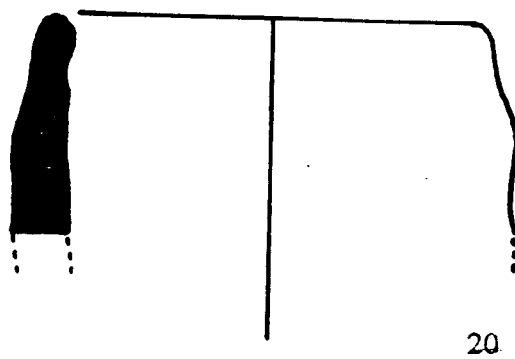
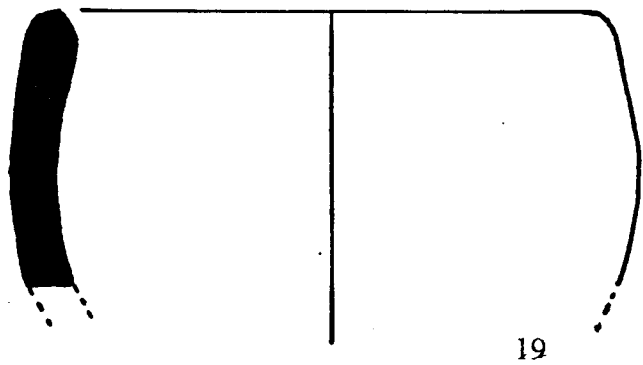
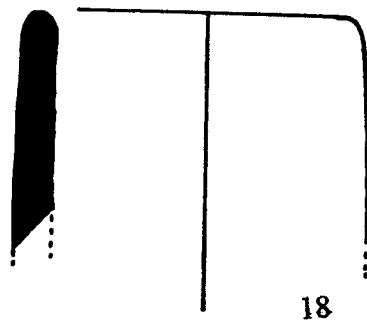
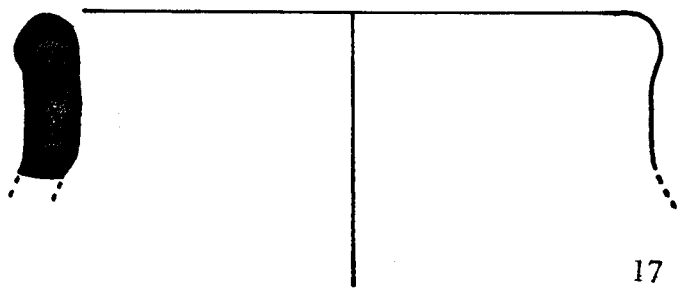
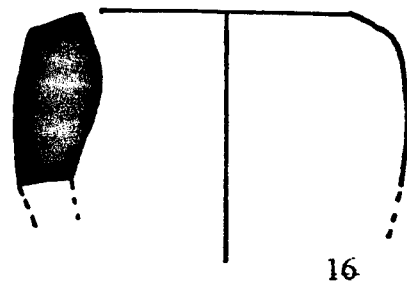
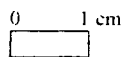
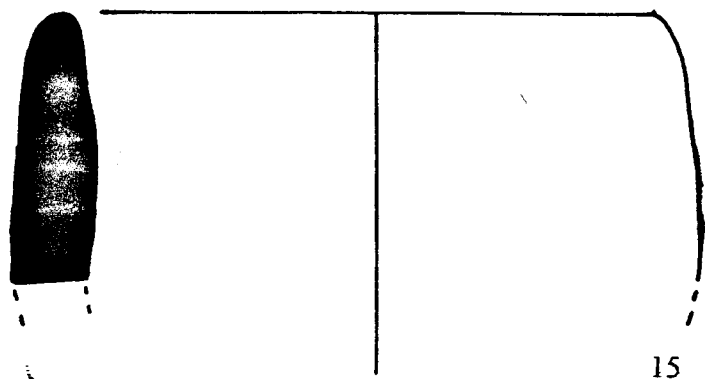
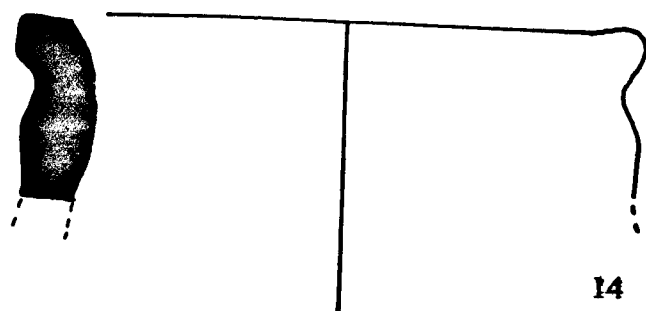
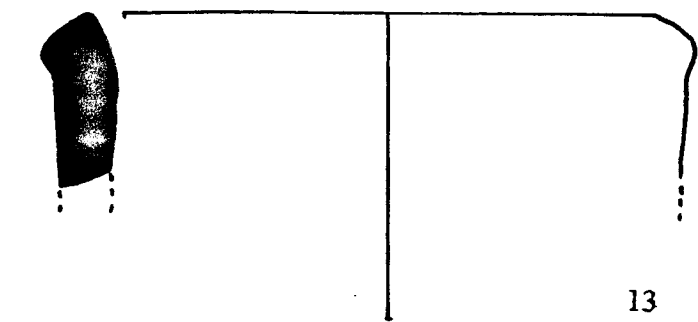


Fig. 67 – Chã do Murganho. Bordos lisos (13-20).

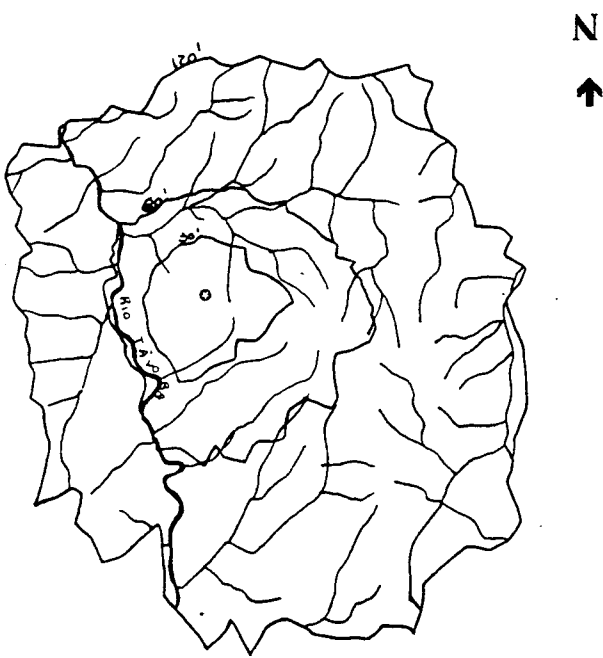


Fig. 68 – Chã do Murganho. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

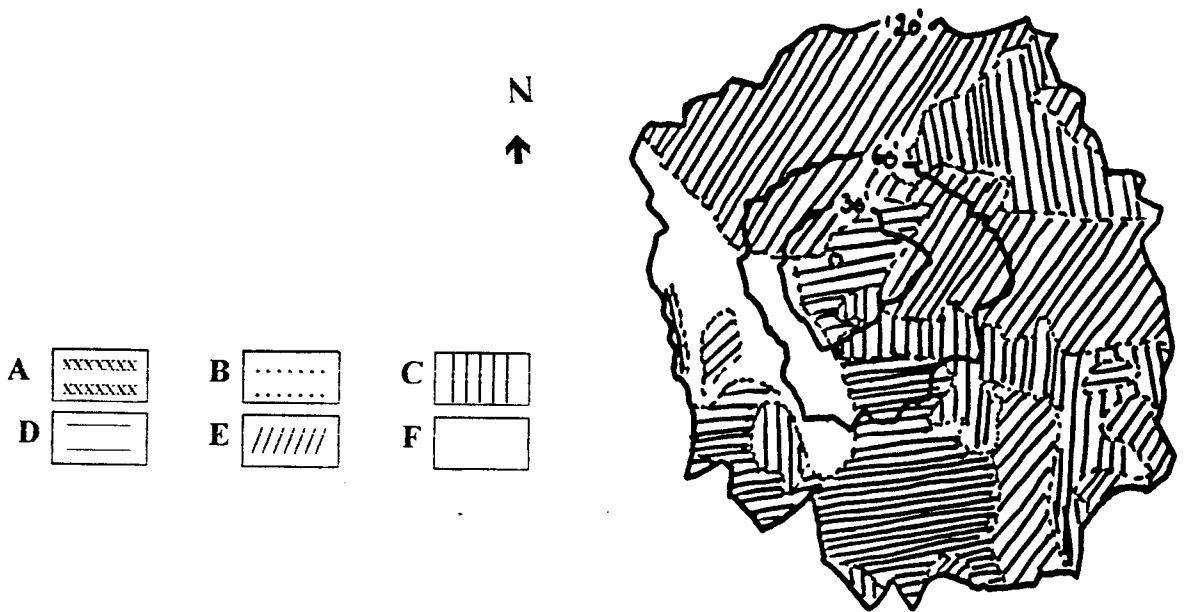
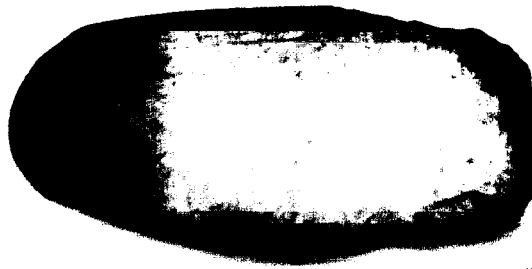


Fig. 69 – Chã do Murganho. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 14, adaptado.



Fot.15 – Chã do Murganho. Machado em calcário.



Fot.16 – Chã do Murganho. Fragmento de movente de mó em granito.



Fot.17 – Chã do Murganho. Dois fragmentos de moventes de moinhos manuais em granito.



Fig. 70 – Chã do Murganho (Calcolítico). Distância entre o povoado e os povoados de Castelinhos (C), Povoado da Porqueira (P) e o núcleo megalítico de Areita (A₁, A₂, A₃, A₄, A₅), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B.

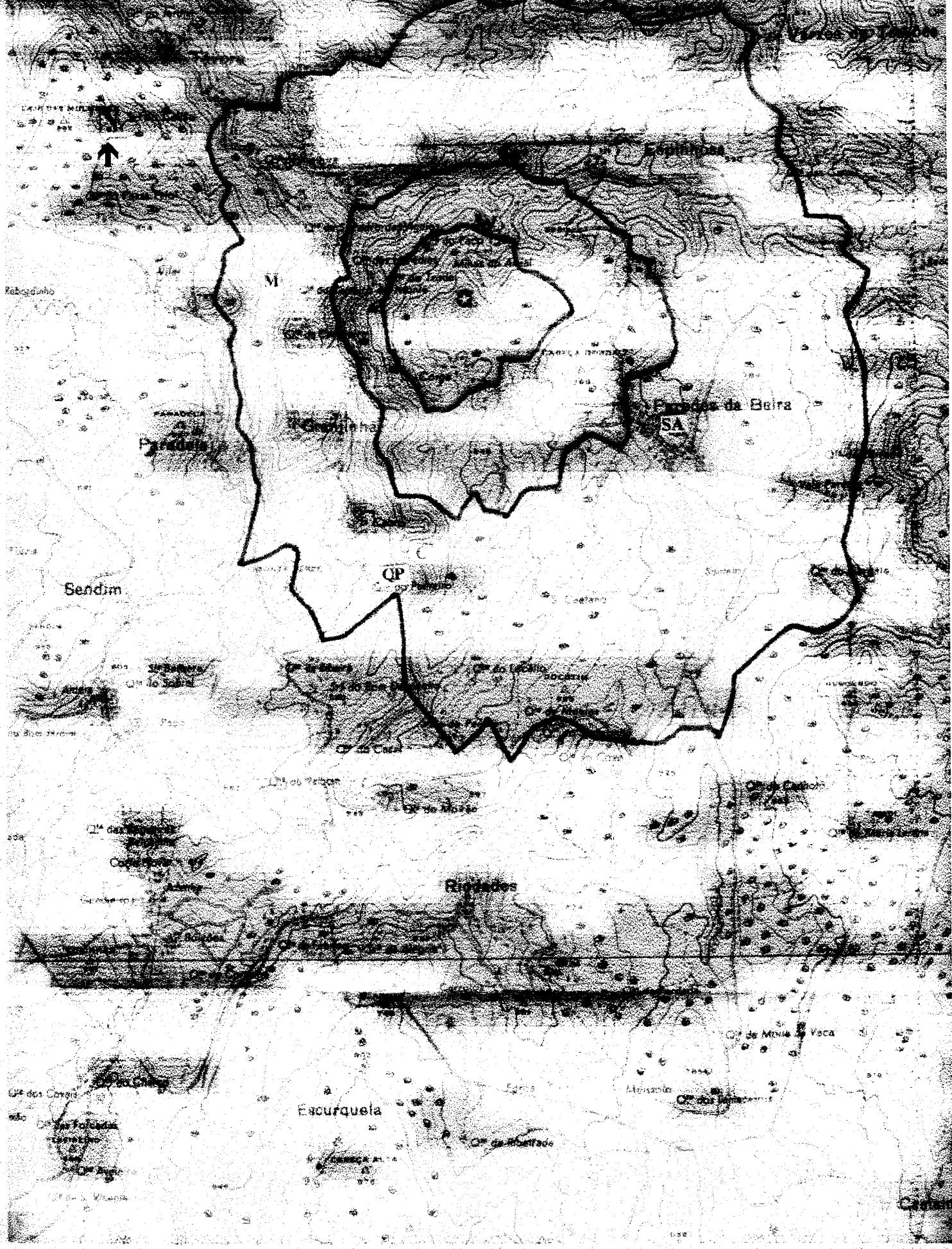


Fig 70A – Chã do Murganho (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de N.ª Sr.ª da Assunção (SA), Castelinhos (C), Quinta dos Pinheiros (QP) e S. Salvador do Mundo (SM), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B.

CASTELOS VELHOS DE TREVÕES

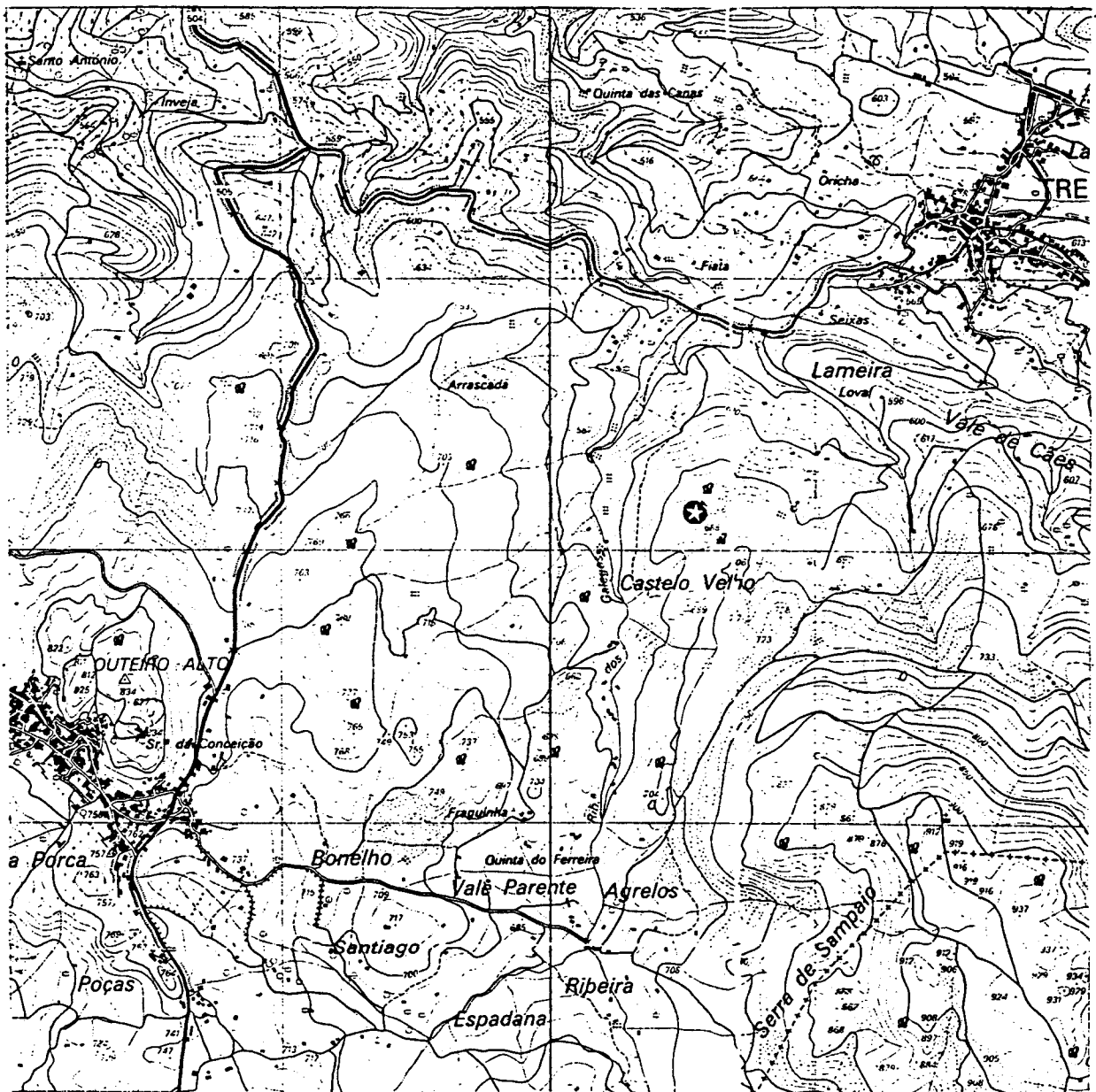


Fig. 71 – Localização de Castelos Velhos de Trevões, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Castelos Velhos de Trevões (CVT)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Calcolítico/Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Castelos Velhos

LUGAR – Trevões

FREGUESIA – Trevões

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 04' 15" N.

Longitude – 01° 41' 11" E. Lx.

Altitude absoluta – 690 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: Tomar a estrada que segue de Trevões para S. João da Pesqueira. Antes de chegar à ponte sobre a Ribeira de Galegos cortar à esquerda no primeiro caminho de terra batida.

E – DESCRIÇÃO: O habitat está localizado numa plataforma suave constituída por vários picos rochosos, na vertente NNO da Serra de Sampaio, prolongando-se para um vale encaixado na encosta NE. Entre alguns destes picos rochosos formam-se plataformas mais ou menos suaves, tendo sido ocupada uma delas, de pendor suave, delineada pelos picos de cotas 732, 720 e 712 m.. Os achados arqueológicos distribuem-se não só por esta plataforma, mas também pela encosta virada a N/NE e por um pequeno vale encaixado onde nasce uma linha de água (afluente da Ribeira de Galegos). Nos limites Este e Norte da plataforma existem vestígios de uma estrutura defensiva (muralha), constituída por blocos pétreos de pequenas e médias dimensões, formando uma linha em torno da plataforma superior. A abertura de um estradão rompeu não só parte desta muralha, como também, uma estrutura que é composta por um muro de pedras que atravessa transversalmente a encosta sobranceira ao vale encaixado. Os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira afirmam que a interpretação como muralha desta estrutura não parece plausível uma vez que a mesma se encontra a meio da encosta, o que faria com que apenas protegesse a zona superior do povoado, deixando o referido vale sem protecção.

Os mesmos autores exumaram, no caminho de terra batida, um dormente de moinho manual em granito, onde foram gravadas pelo menos dez (10) “covinhas”. Infelizmente o monólito estava deslocado da sua posição original tendo sido arrastado aquando da abertura do caminho.

F – ESPÓLIO: • 1 fragmento de um machado de pedra polida em anfibolito;

• vários fragmentos de moventes e dormentes de moinhos manuais em granito;

• 1 dormente com “covinhas”;

• fragmentos cerâmicos datáveis do Calcolítico decorados com puncionamentos, penteados arrastados e com triângulos invertidos preenchidos com incisões. Pode-se destacar um fragmento de um vaso decorado com puncionamentos sob o bordo e com perfurações, provavelmente para suspensão;

• cerâmicas manuais do Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): III^o - meados I^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,75 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 1; figuras - 22.

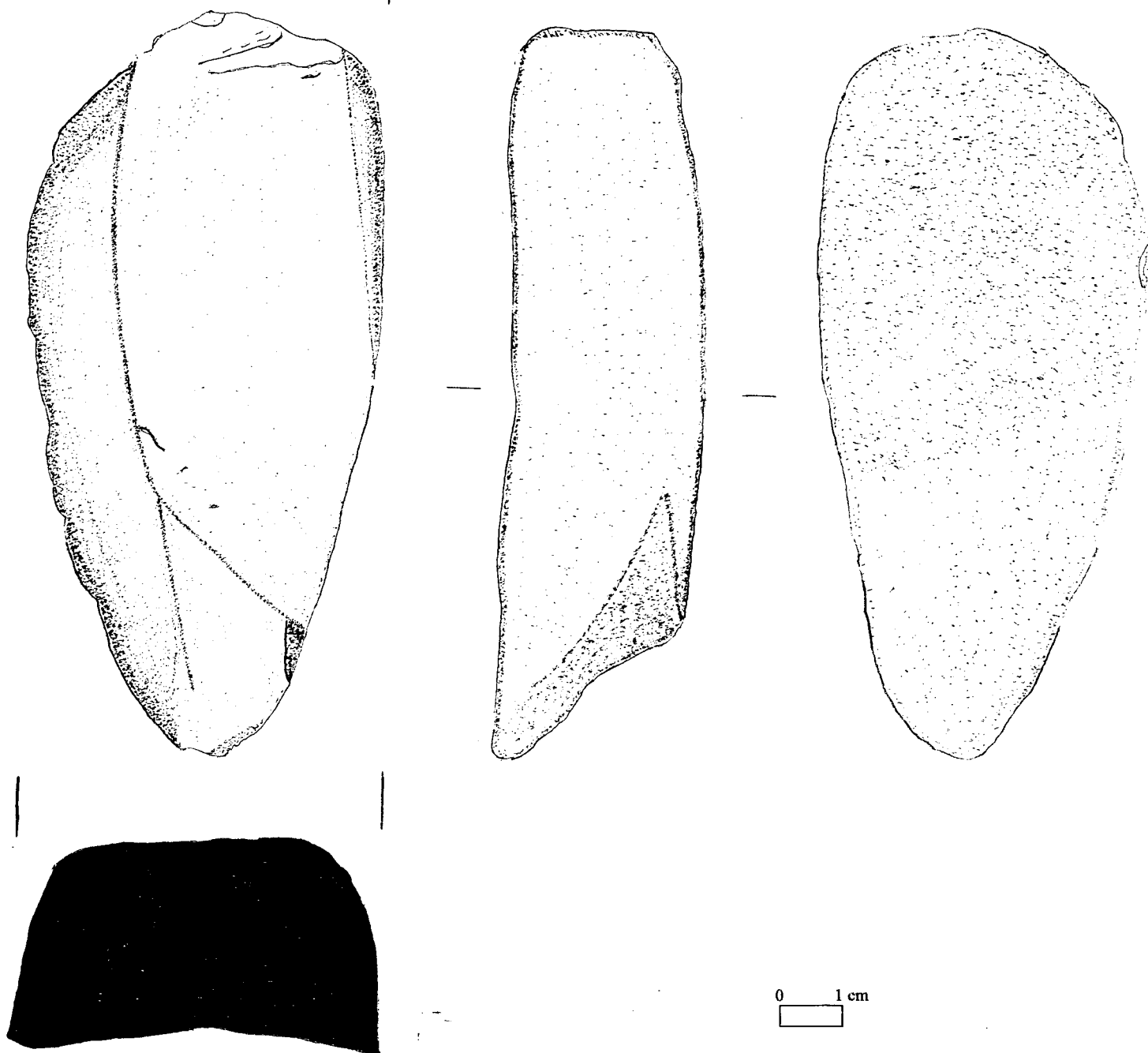


Fig. 72 – Castelos Velhos de Trevões. Fragmento de manchado em anfibólito.

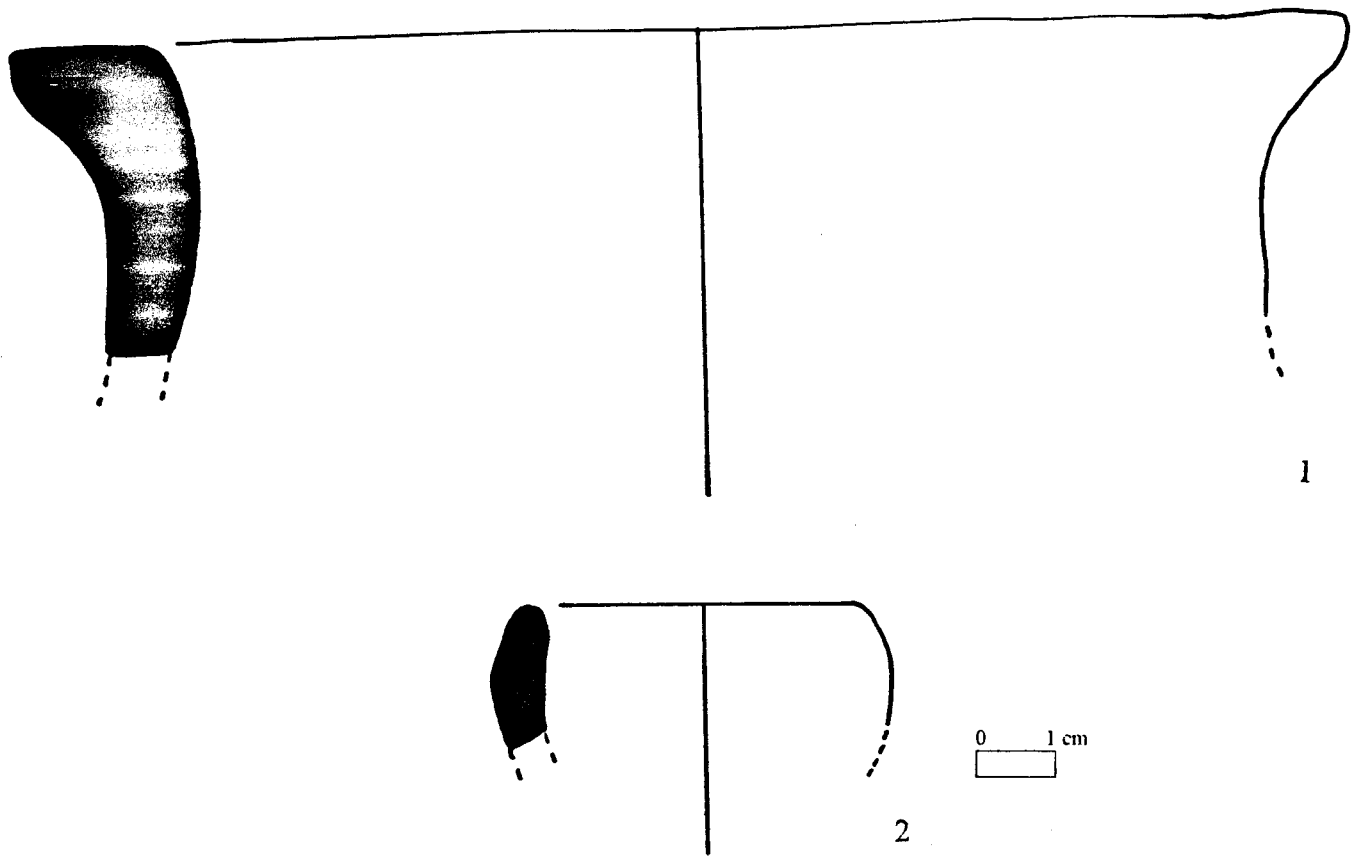


Fig. 73 – Castelos Velhos de Trevões. Bordos lisos.

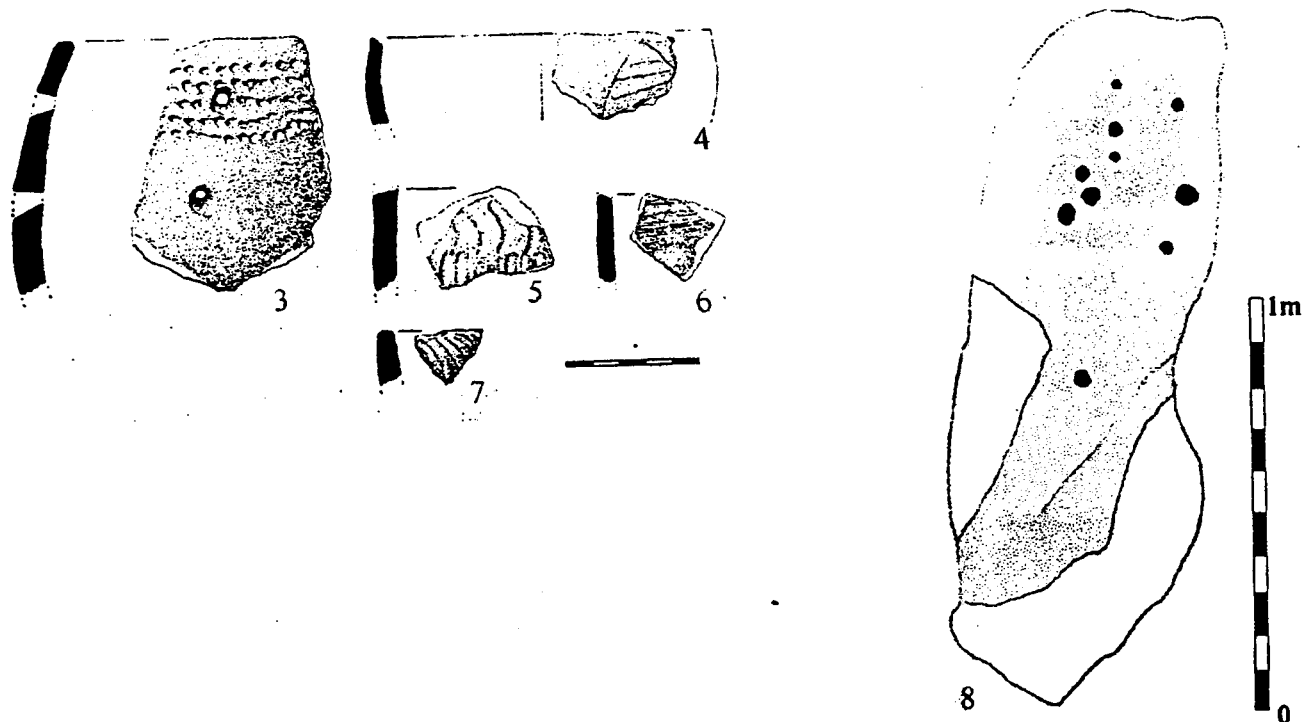
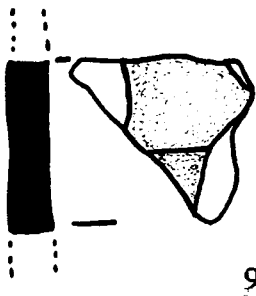
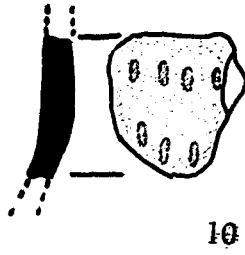


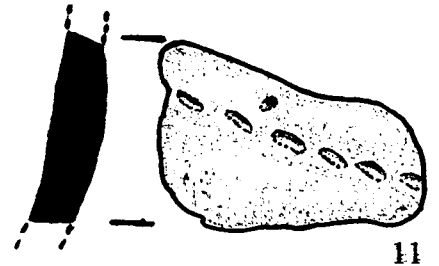
Fig. 74 – Castelos Velhos de Trevões. Fragmentos cerâmicos Calcolíticos decorados (12-16); mó com "cavinhas" (17) (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).



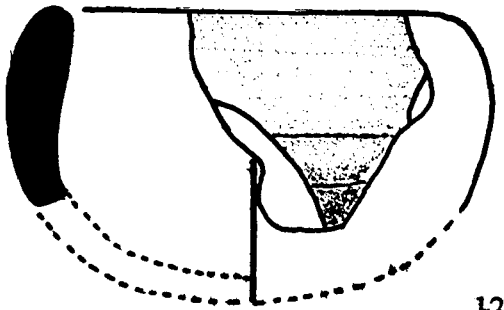
9



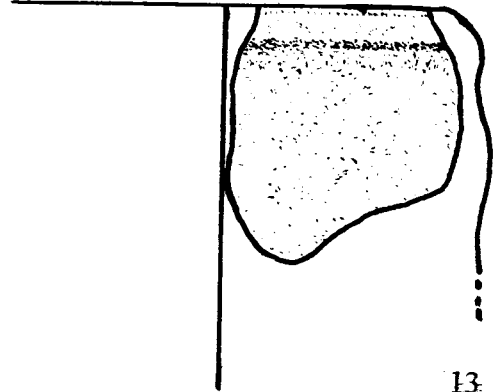
10



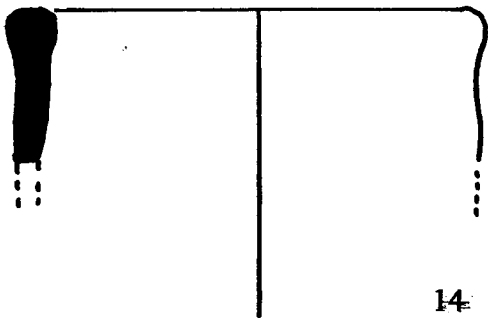
11



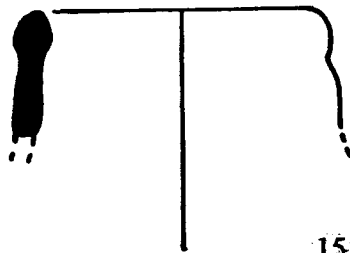
12



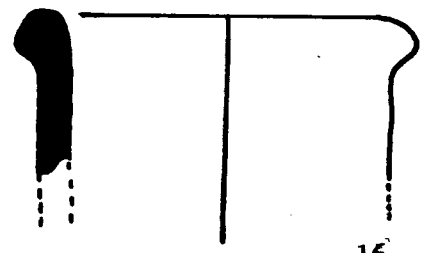
13



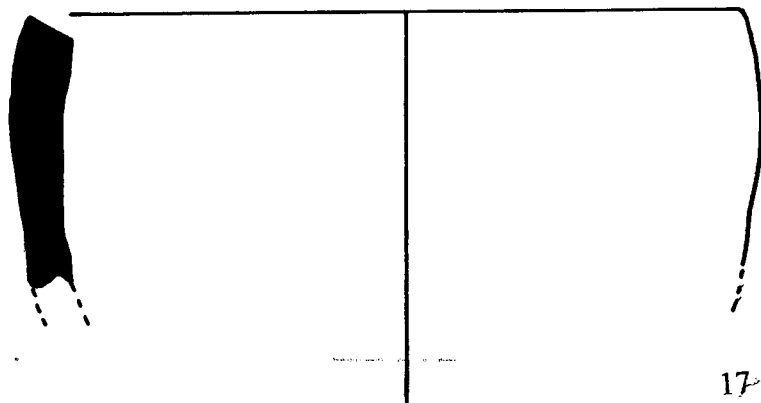
14



15



16



17

Fig. 75 – Castelos Velhos de Trevões. Fragmentos decorados (9-11), bordos decorados (12-13), bordos lisos (14-17).

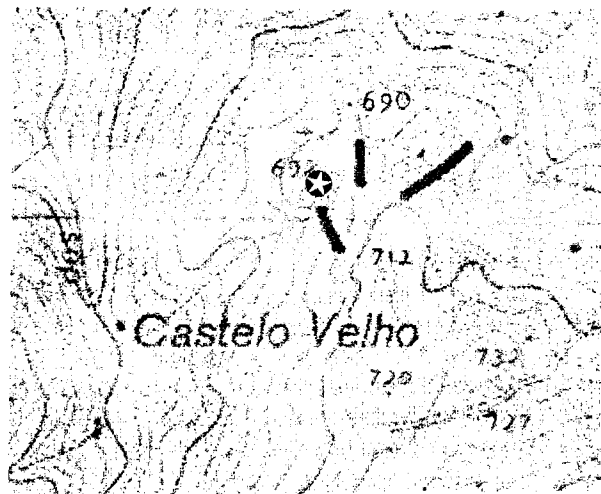
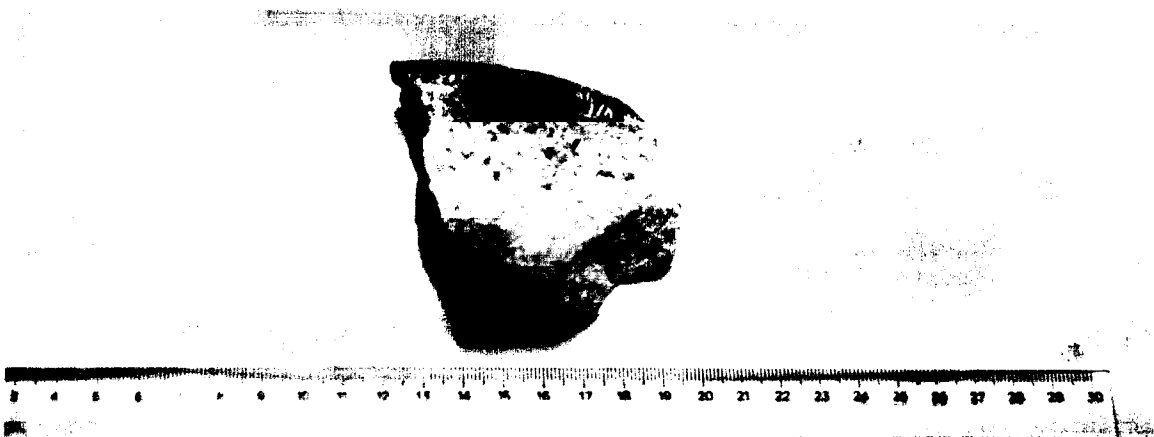


Fig.76 – Castelos Velhos de Trevões. Esquema da muralha (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).



Fot.18 – Castelos Velhos de Trevões. Fragmento de movente de mó.

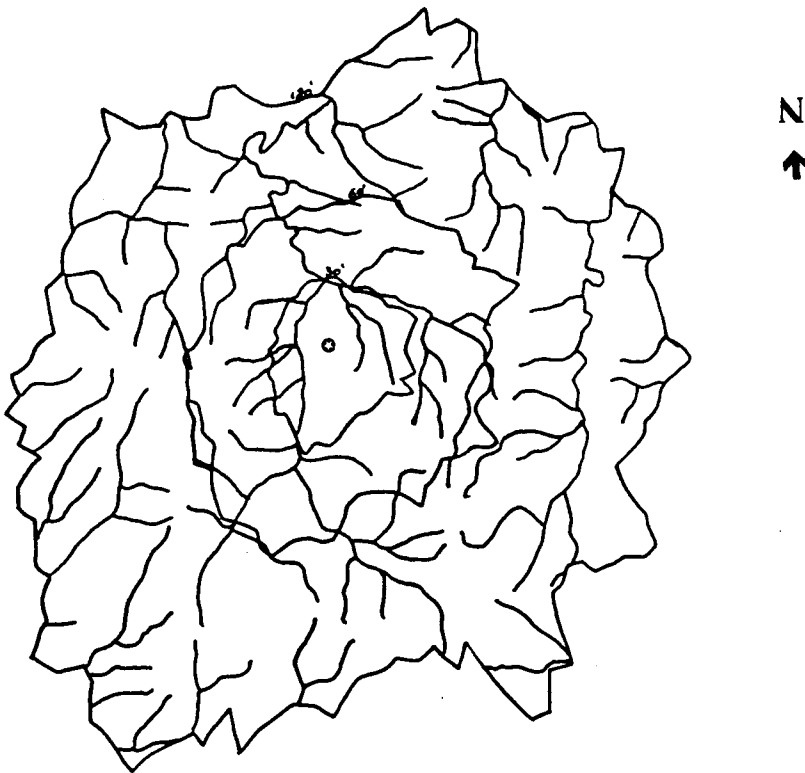


Fig.77 – Castelos Velhos de Trevões. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

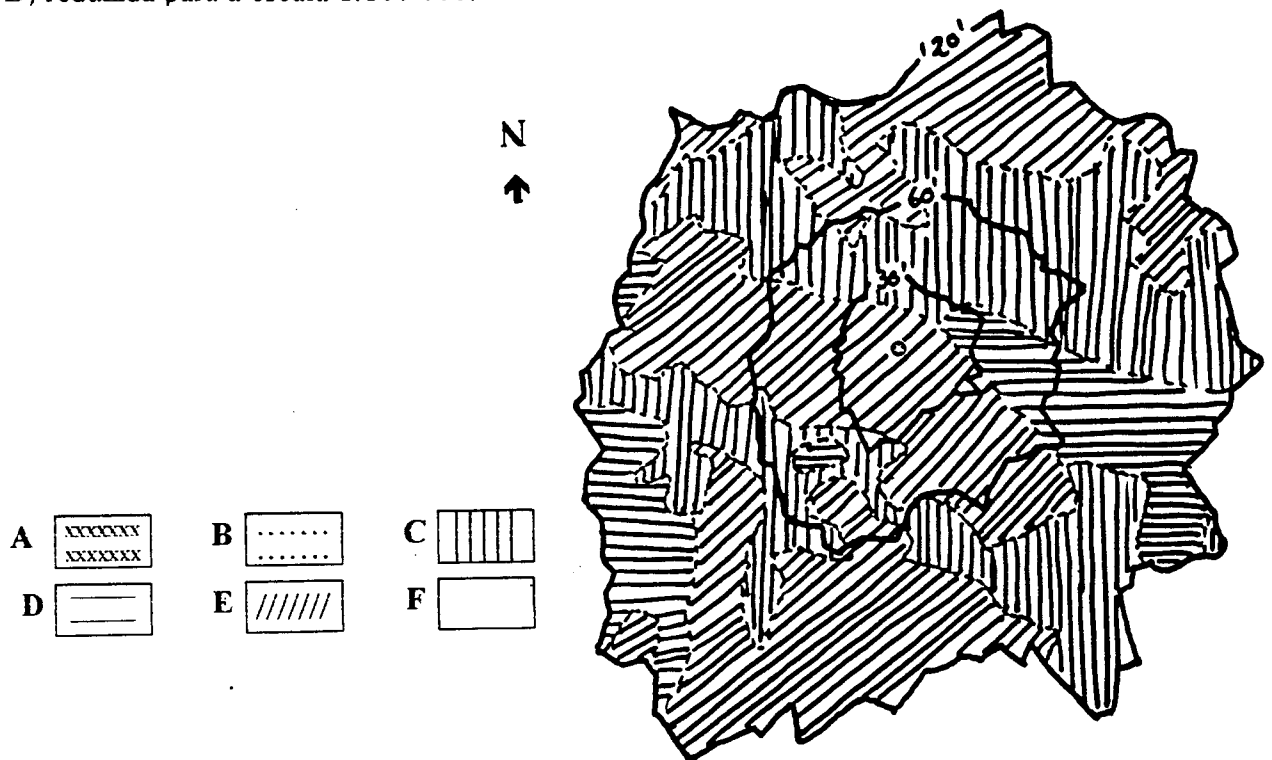


Fig.78 – Castelos Velhos de Trevões. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 14, adaptado.

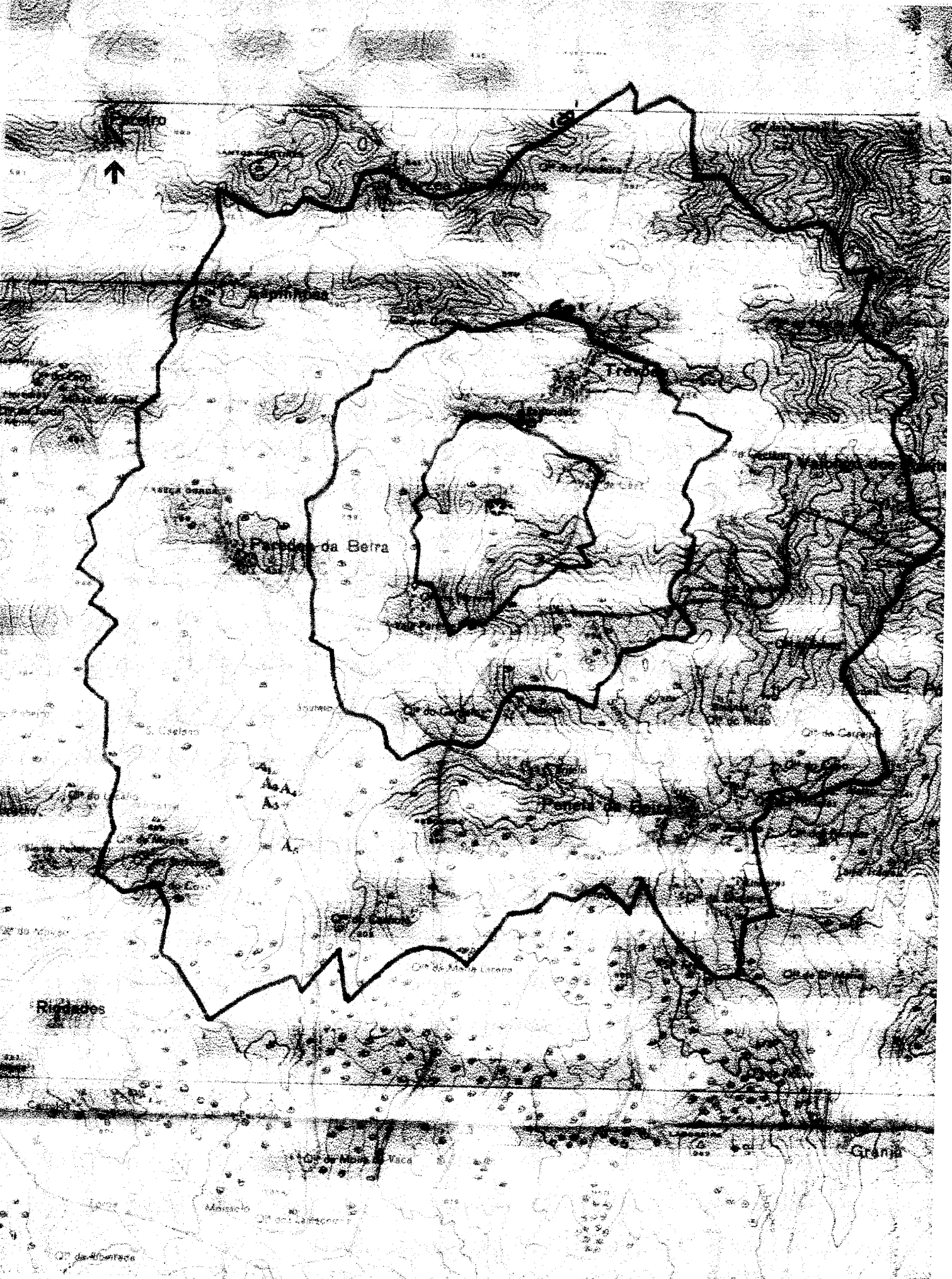


Fig. 79 – Castelos Velhos de Trevões (Calcolítico). Distância entre o povoado e o núcleo megalítico de Areita (A₁, A₂, A₃, A₄, A₅), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas nº 14-B e 10-D.

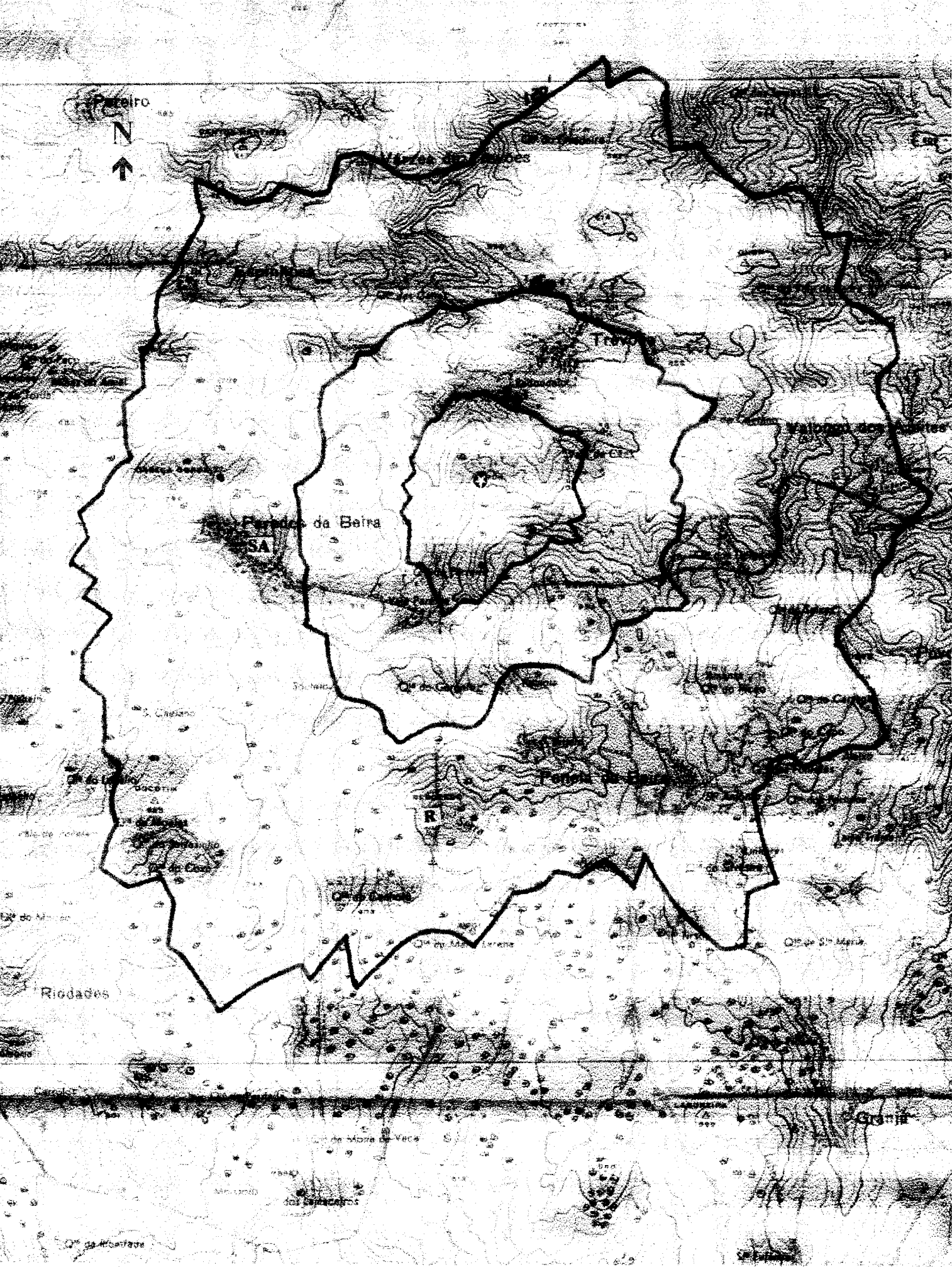


Fig. 79A – Castelos Velhos de Trevões (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de N.ª Sr.ª da Assunção (SA) e Reboledo (R), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas nº 14-B e 10-D.

CABEÇO DE S. JOÃO

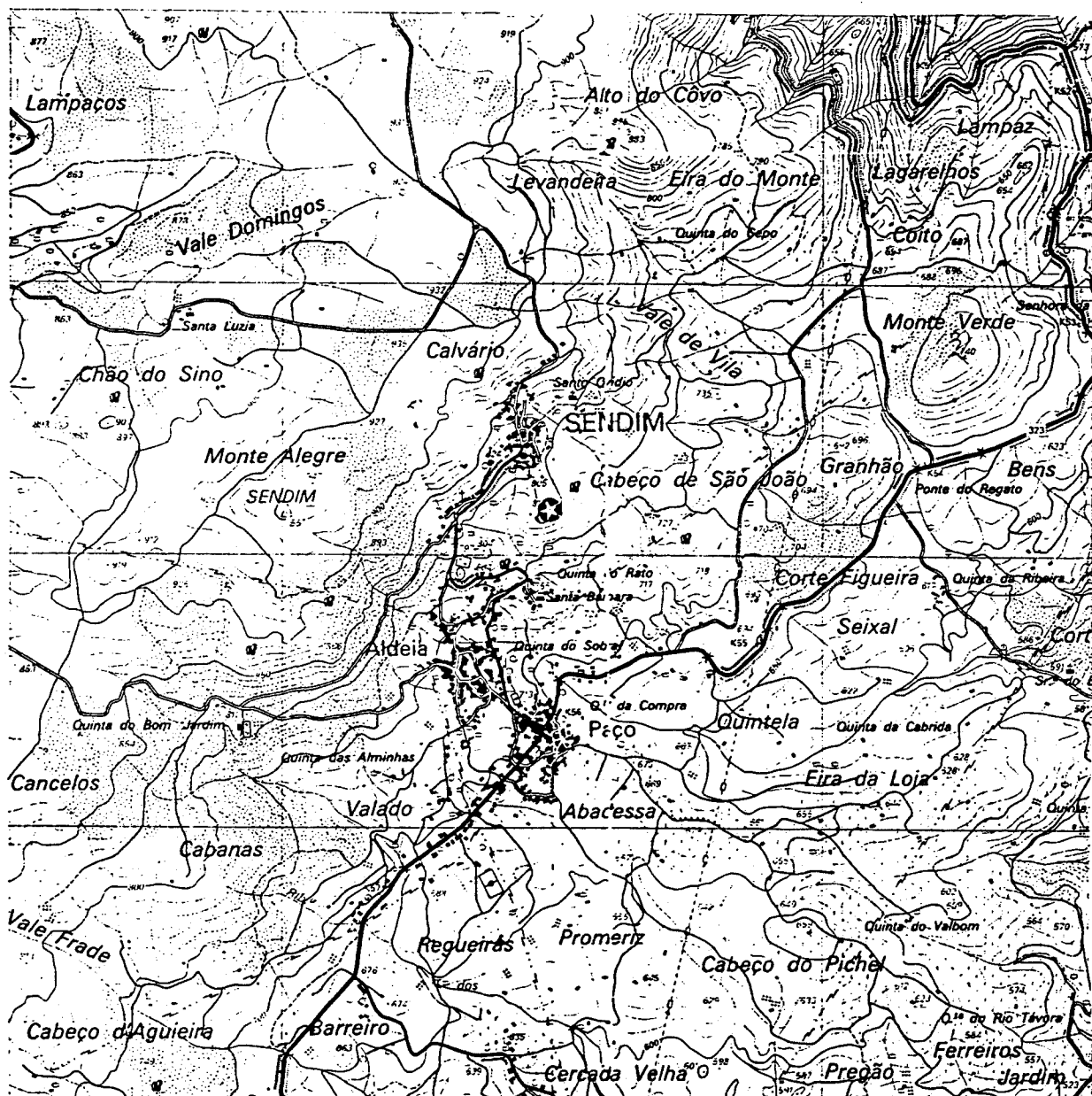


Fig 80 – Localização do Cabeço de S. João, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Cabeço de S. João (CJ)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Calcolítico/Bronze

B – Localização:

TOPÓNIMO – Alto de S. João

LUGAR – Sendim

FREGUESIA – Sendim

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 02' 56" N.

Longitude – 01^o 35' 30" E. Lx.

Altitude absoluta – 812 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 178-180.

D – ACESSOS: Partindo da Igreja Matriz de Sendim, segue-se por um caminho vicinal, por detrás da Igreja.

E – DESCRIÇÃO: O povoado localiza-se num cabeço granítico de grandes proporções em remate de esporão, existindo diversos abrigos rochosos de dimensões consideráveis (alguns com mais de 2 m. de altura por 5 m. de comprimento e outros tantos de largura). Estes abrigos, cerca de dez (10), concentram-se sobretudo na vertente Este do morro, virados para terrenos de cultivo (na actualidade) de produtos hortícolas, propiciados por terrenos de tipo lameiro, onde passa uma pequeníssima linha de água. O sítio não possui qualquer vestígio de linha de muralhas. Os vestígios exumados indicam uma ocupação do Bronze Final.

F – ESPÓLIO:

- vários fragmentos cerâmicos manuais de pastas grosseiras;
- 1 fragmento decorado datável do Bronze Final, decorado com uma banda de incisões oblíquas delimitadas inferior e superiormente por uma linha incisa;
- 1 fragmento decorado com uma incisão oblíqua em relação ao bordo;
- 1 pingo de fundição de volframite.

G – CRONOLOGIA (genérica): III^o - meados I^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,56 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 3; figuras - 22.

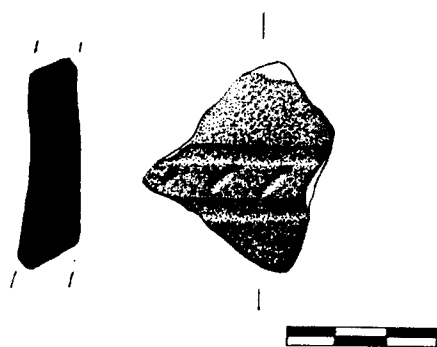


Fig. 81 – Cabeço de S. João Fragmento cerâmico (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 179).

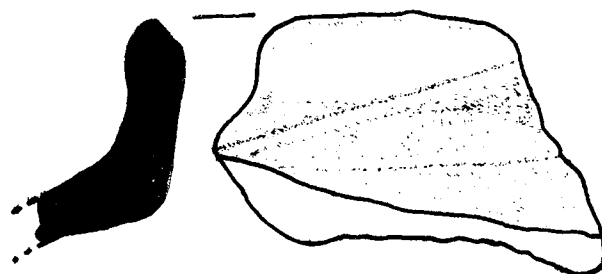


Fig. 82 – Cabeço de S. João. Bordo cerâmico decorado.



Fot. 19 – Vista SE do Cabeço de S. João.



Fot.20 – Abrigos do Cabeço de S. João.



Fot.21 – Pormenor de um dos abrigos do Cabeço de S. João.

N

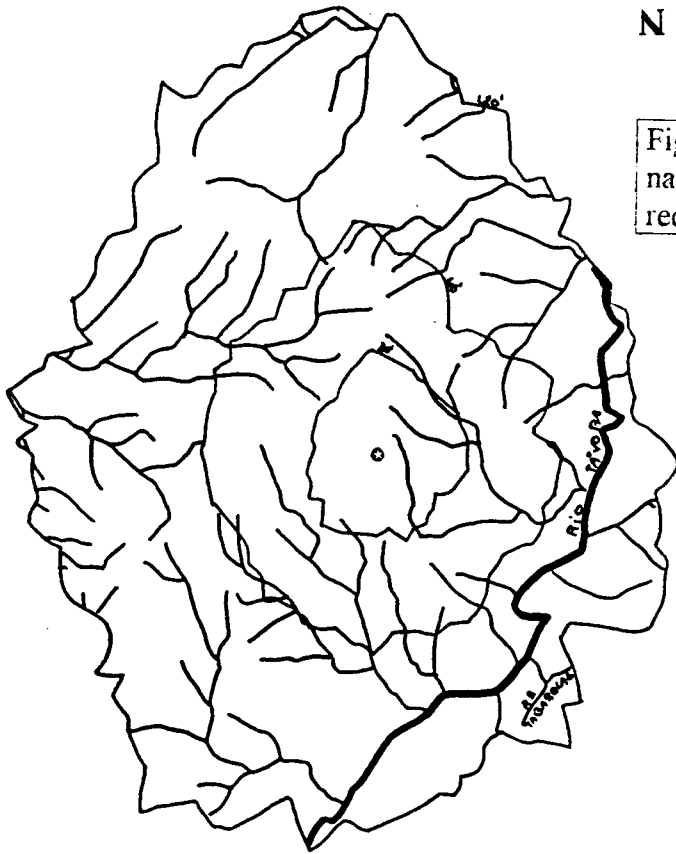


Fig.83 – Cabeço de S. João. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

N
↑

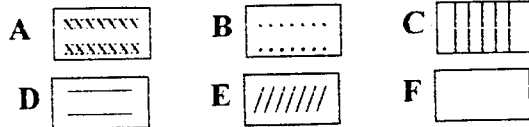
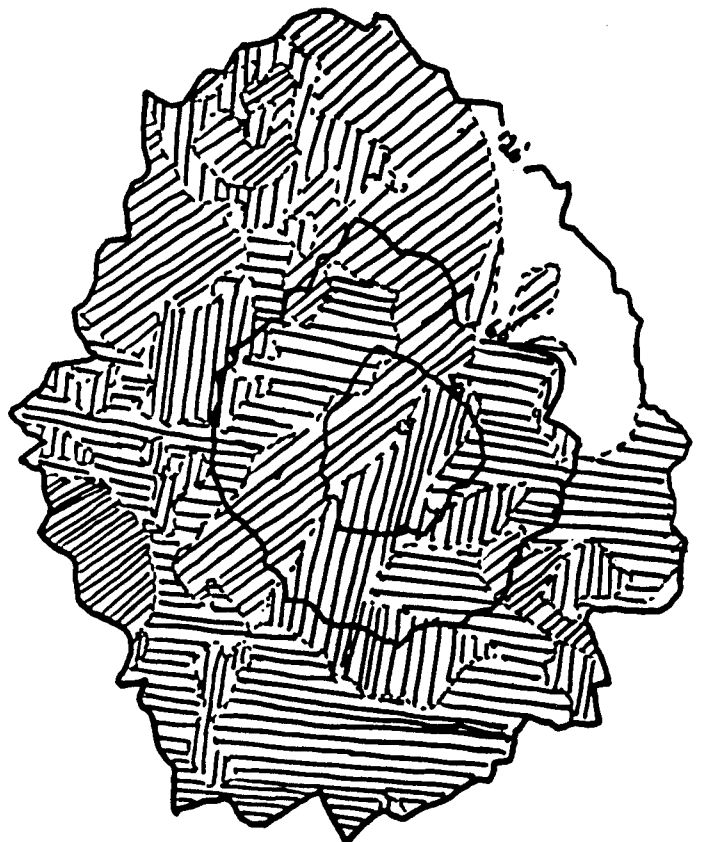


Fig.84 – Cabeço de S. João. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 14, adaptado.

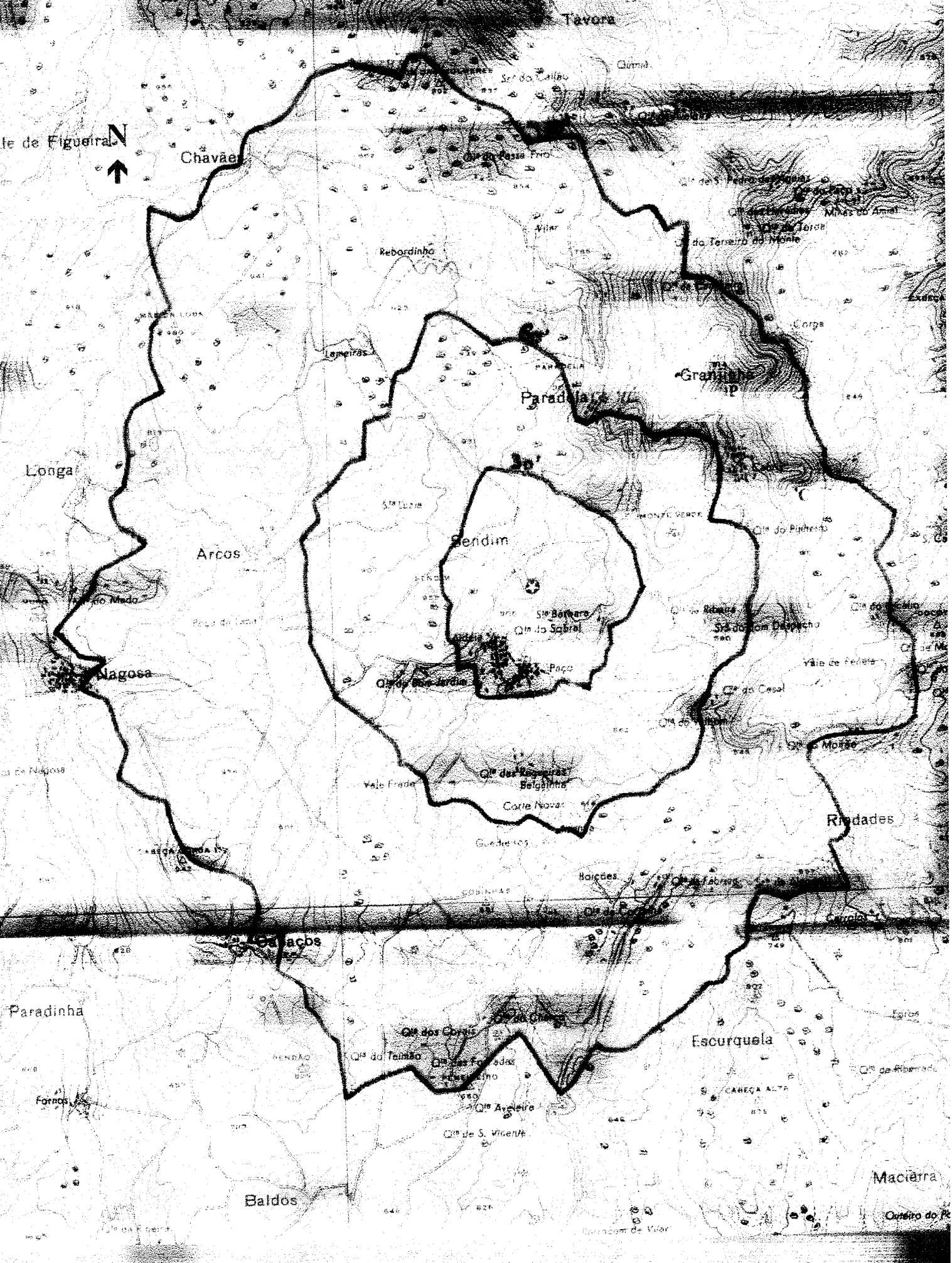


Fig 85 – Cabeço de S. João (Calcolítico) Distância entre o povoado e os povoados de Castelinhos (C) e Povoado da Porqueira (P), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha n.º 14-B.



Fig 85A – Cabeço de S. João (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados da Quinta dos Pinheiros (QP), Castelinhos (C) e S. Mamede (M), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 14-B.

GRAÍL

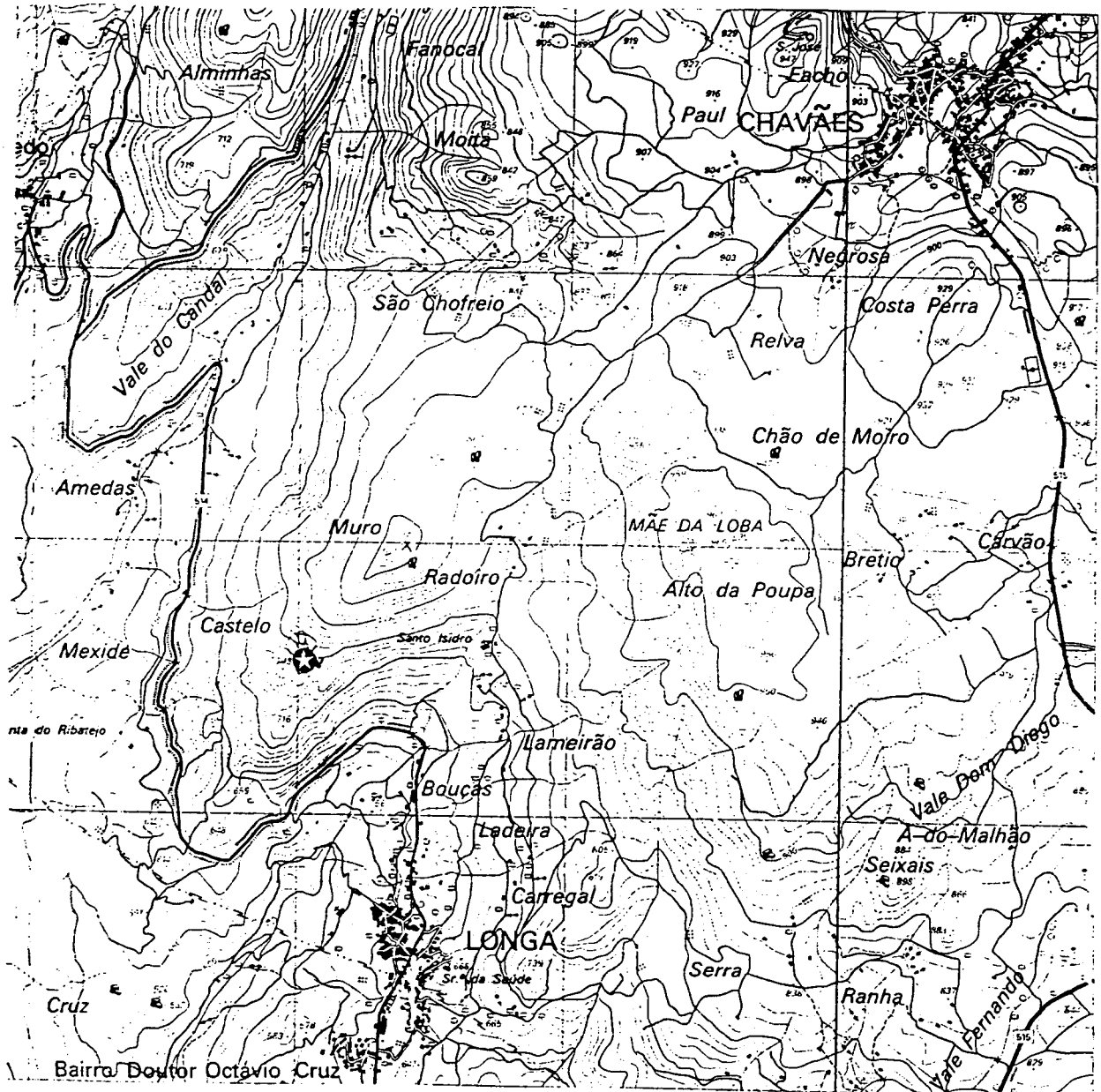


Fig. 86 – Localização de Graíl, C.M.P. 1:25 000, folha nº138.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Graíl (G)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Calcolítico

B – Localização:

TOPÓNIMO – Graíl

LUGAR – Longa

FREGUESIA – Longa

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 04' 05" N.

Longitude – 01^o 32' 18" E. Lx.

Altitude absoluta – 725 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 138 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 128-130.

D – ACESSOS: Toma-se a Estrada Municipal 514 até à saída da povoação de Longa, tomando-se depois um estradão à direita.

E – DESCRIÇÃO: Este povoado foi localizado pela equipa da Arqueohoje, localizando-se a meia encosta (do morro onde se localiza a Citânia de Longa), aproveitando pequenas plataformas e abrigos rochosos.

F – ESPÓLIO: • vários fragmentos cerâmicos lisos e decorados datáveis do Calcolítico, de que se podem destacar algumas organizações decorativas, como sejam as penteadas e fiadas de puncionamentos, cerâmicas com decorações incisas verticais e horizontais.

G – CRONOLOGIA (genérica): III^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do povoado será de 0,5 ha.

Estes materiais encontram-se em exposição no Núcleo Museológico do Posto de Turismo de Tabuaço.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 2; figuras - 13.

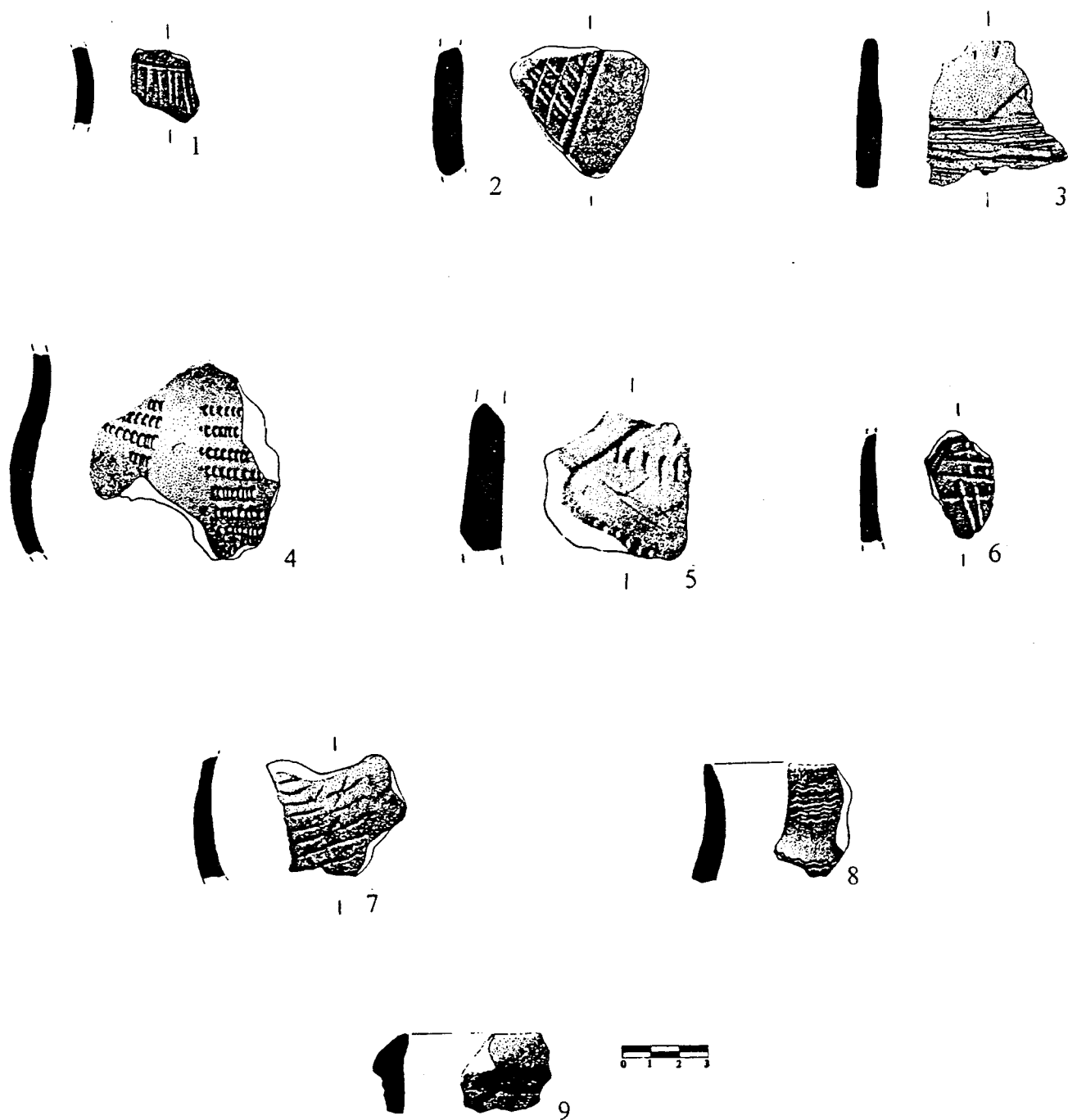


Fig.87 – Grail. Fragmentos cerâmicos (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 130).

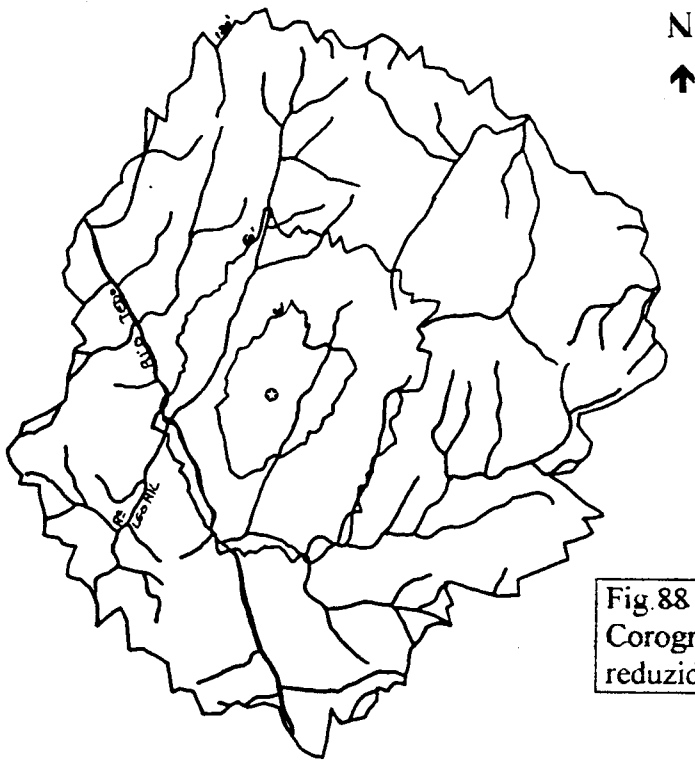


Fig. 88 – Graal. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas 14-B e 10-D) reduzida para a escala 1:100 000.

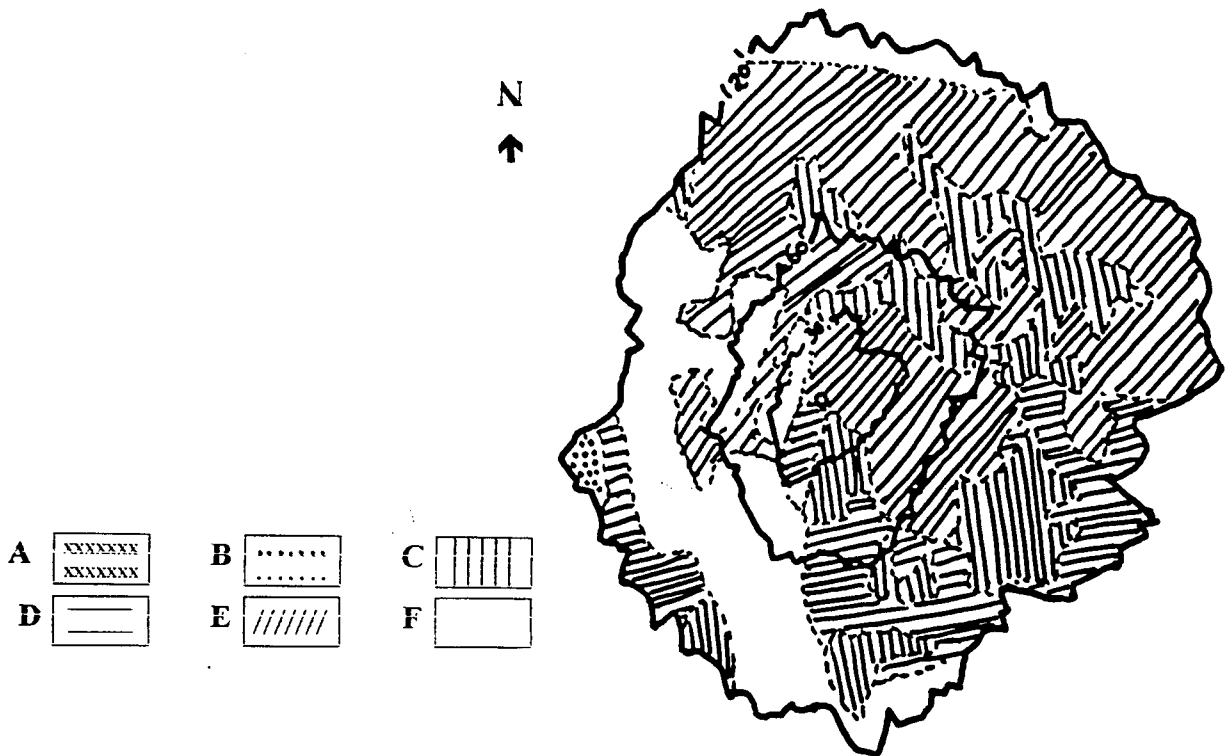


Fig. 89 – Graal. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folhas 14 e 10, adaptado.



Fot.22 – Graíl. Local de implantação do povoado.

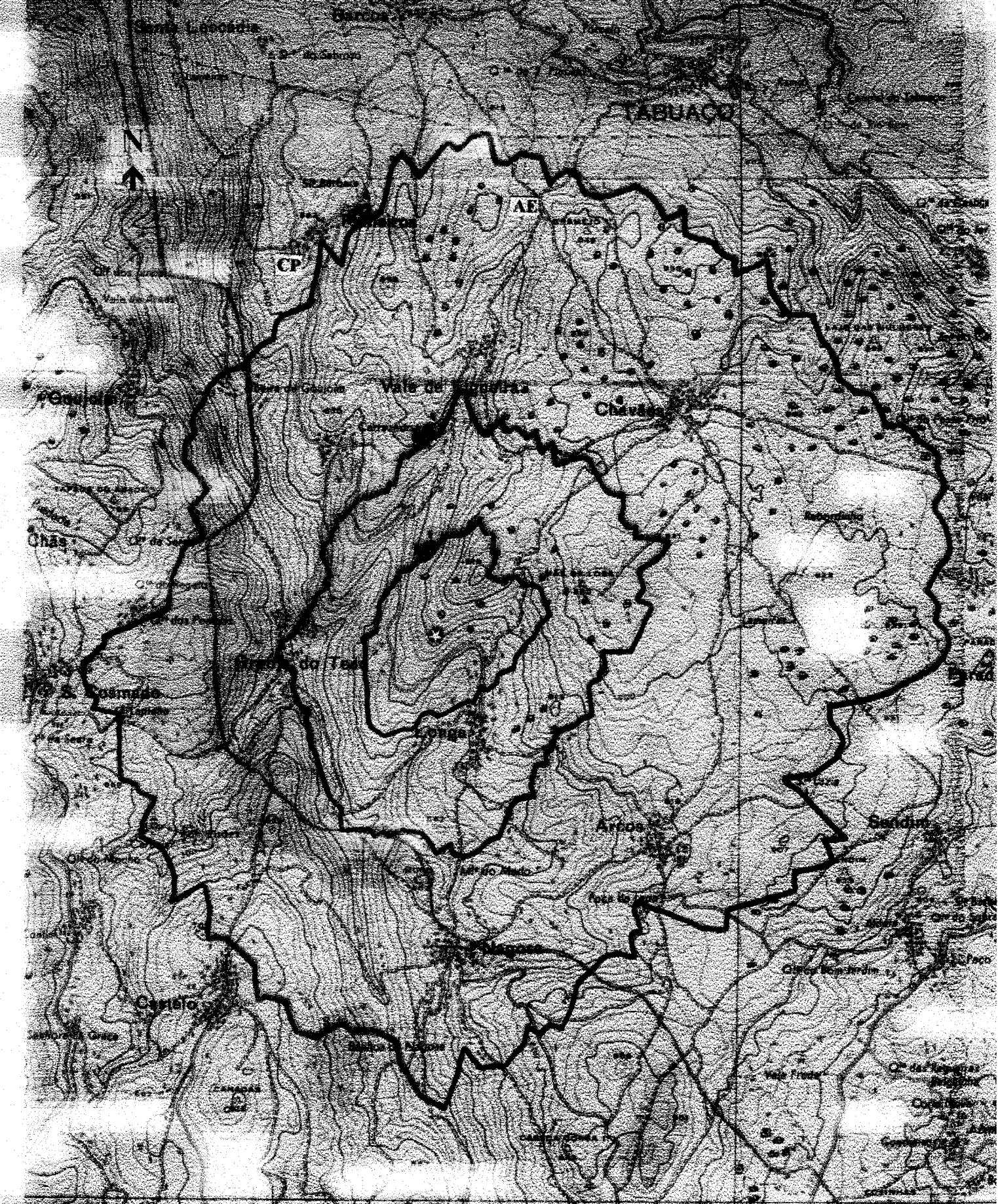


Fig.90 – Grail (Calcolítico). Distância entre o povoado e os sítios de Cabeço das Pombas (CP) e Alto da Escrita (AE), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 14-B.

N.^a Sr.^a DE LURDES

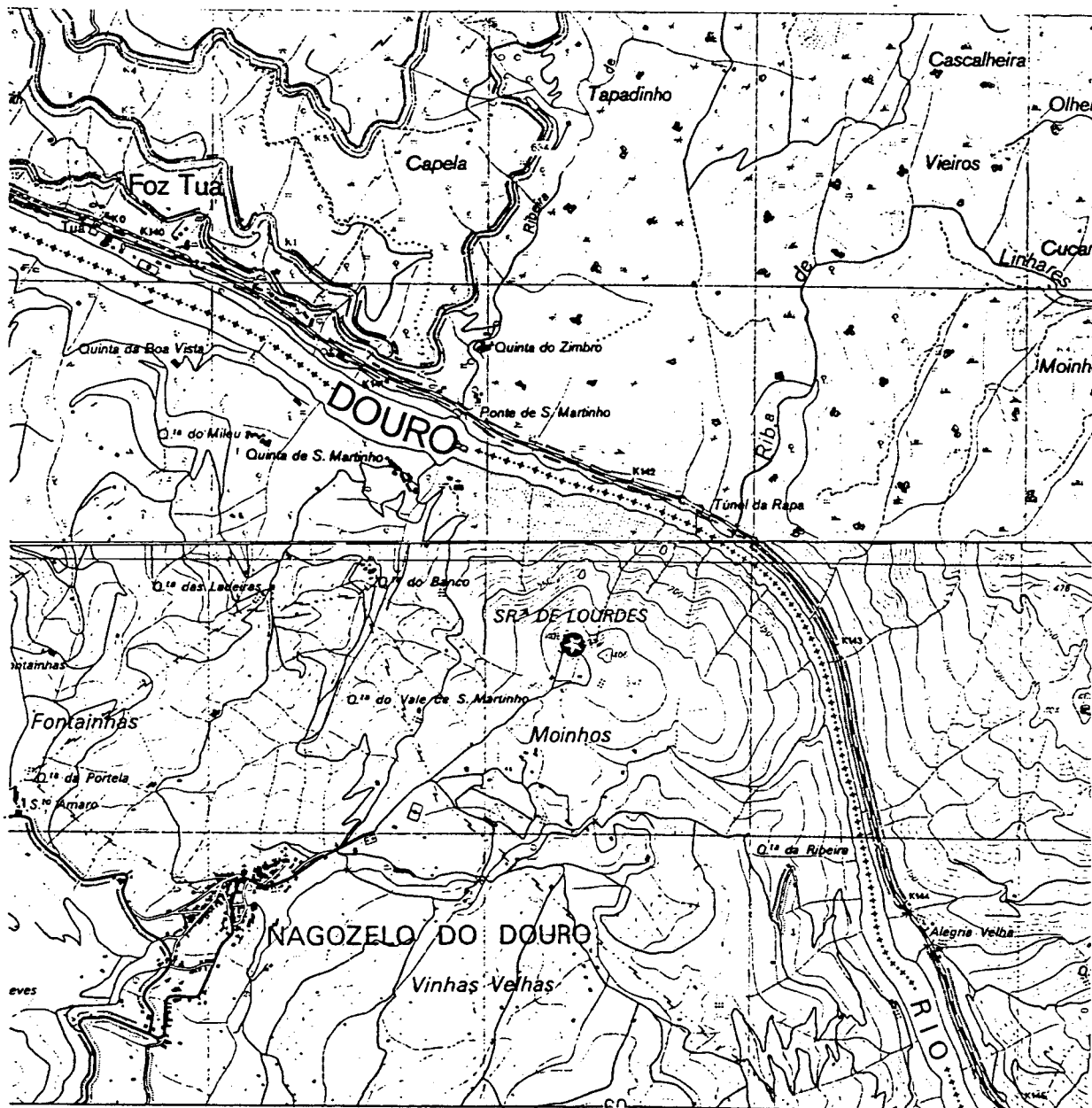


Fig.91 – Localização de N.^a Sr.^a de Lurdes, C.M.P. 1:25 000, folhas nº128 e 116.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): N^a Sr^a de Lurdes (SL)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Calcolítico/Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – N^a Sr^a de Lurdes

LUGAR – N^a Sr^a de Lurdes

FREGUESIA – Nageselo do Douro

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 09' 43" N.

Longitude – 01^o 43' 58" E. Lx.

Altitude absoluta – 406 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3^a edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: A partir do final da estrada que liga o cemitério de Nageselo do Douro à povoação, toma-se a estrada de terra batida que conduz à Ermida de N^a Sr^a de Lurdes.

E – DESCRIÇÃO: Localizado no ponto mais alto de um morro granítico, o qual através de uma pequena plataforma, se une a um outro maciço, encontra-se o sítio de N^a Sr^a de Lurdes. Ambos se encontram rodeados por abrigos rochosos. Completamente inacessível, o lado Norte encontra-se virado para o Rio Douro e na encosta Sul, mais suave, pode-se observar uma linha de muralha que se prolonga até ao topo do maciço localizado a Este. Os materiais arqueológicos atribuíveis ao Calcolítico foram exumados, na sua grande maioria, na encosta Sul e nalguns dos abrigos rochosos, ao passo que os do Bronze foram encontrados nos patamares superiores do maciço onde se encontra a Ermida de N^a Sr^a de Lurdes.

F – ESPÓLIO: ● 3 machados em anfibolito;

● 1 enxó em anfibolito;

● 1 peso de tear em quartzito;

● 1 peso de rede em quartzito;

● 2 contas de colar discóides em variscite;

● vários elementos de dormentes e moventes de moinhos manuais em granito;

● vários fragmentos de cerâmicas calcolíticas lisas;

● vários fragmentos de cerâmicas lisas e decoradas com punçamentos simples e arrastados, penteados simples e arrastados e plástica. Destacam-se alguns fragmentos com fiadas de triângulos incisivos sob o bordo, fiadas de linhas horizontais e verticais executadas com punção arrastado, linhas horizontais de punçamentos. Há uma especial incidência de fragmentos de recipientes decorados com linhas penteadas formando ou não bandas;

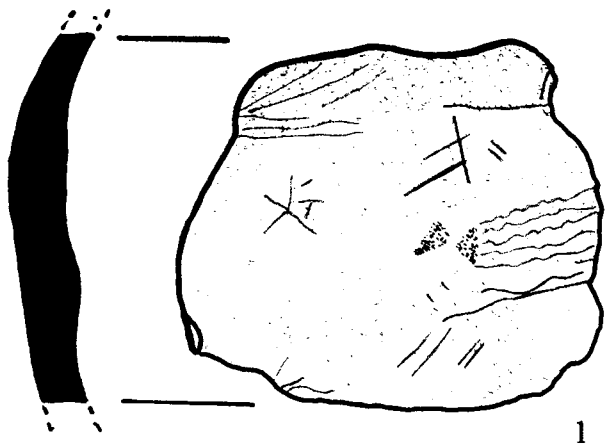
● fragmentos de grandes talhas de armazenamento com bordos muito extrovertidos datáveis do Bronze Final;

● alguns fragmentos de barro de cabana.

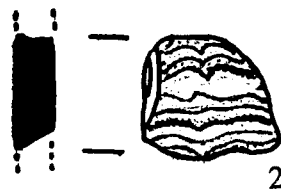
G – CRONOLOGIA (genérica): IIIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,7 ha.

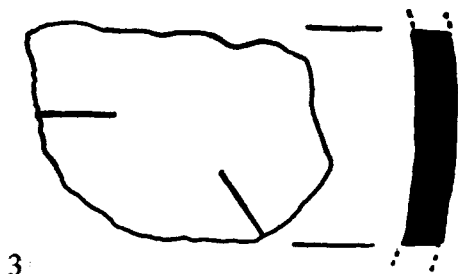
I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 6; figuras - 27.



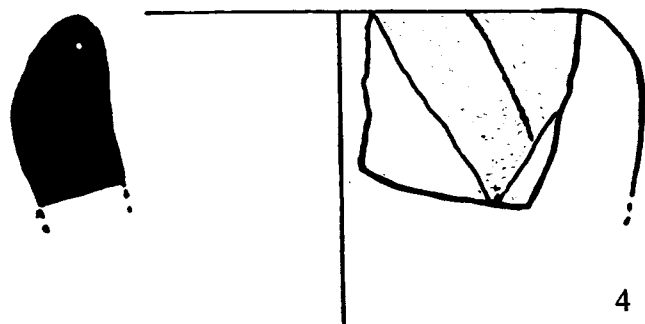
1



2

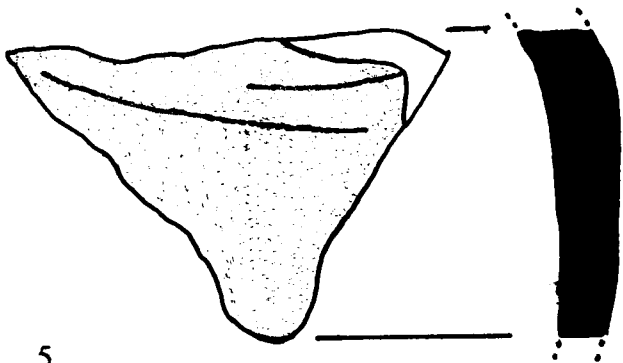


3

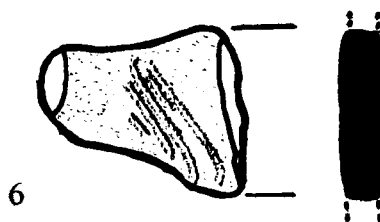


4

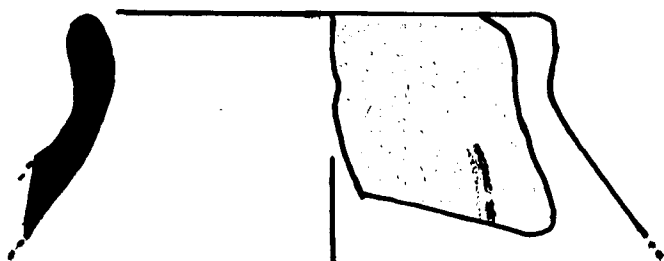
0 1 cm



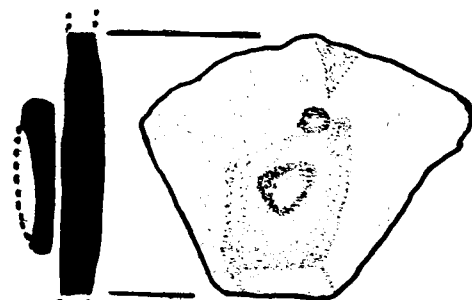
5



6

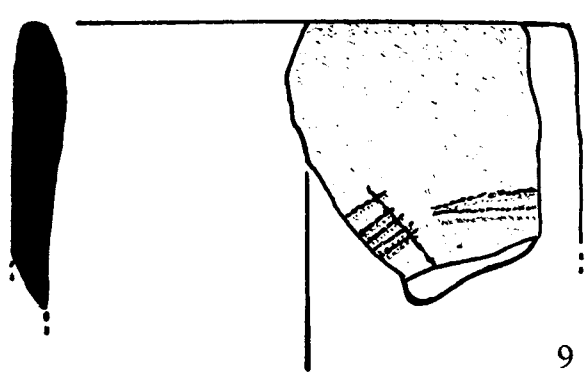


7

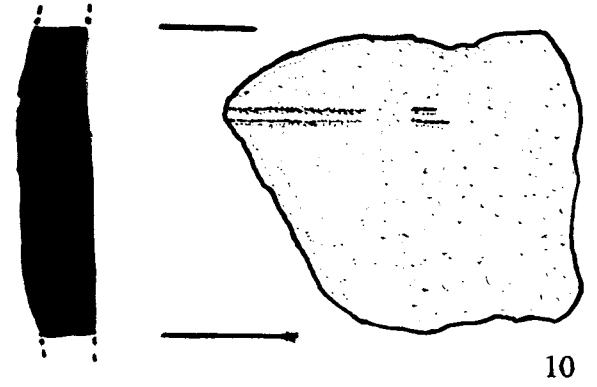


8

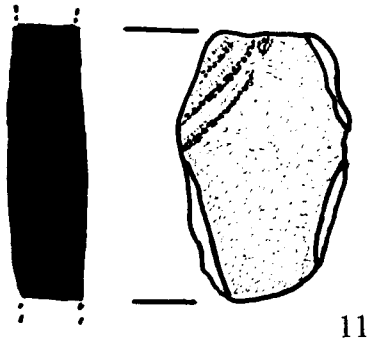
Fig. 92 - N^a Sr^a de Lurdes. Fragmentos cerâmicos decorados (1-8).



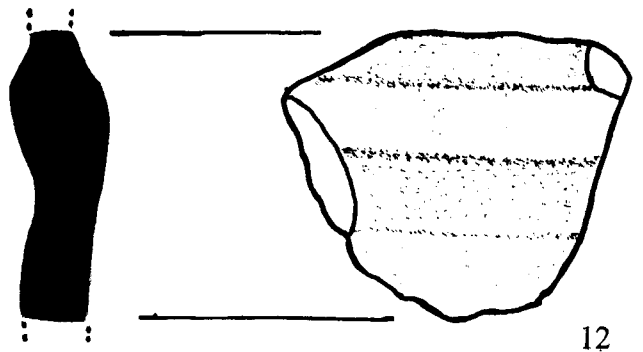
9



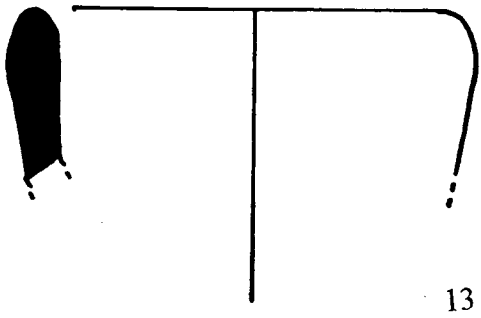
10



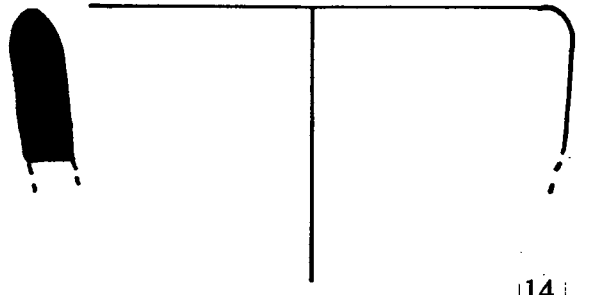
11



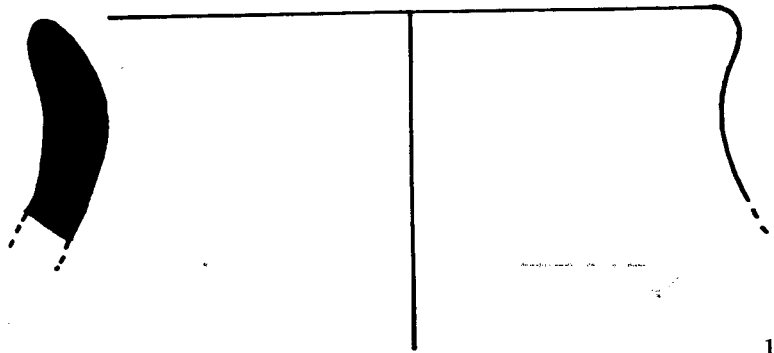
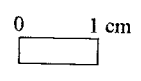
12



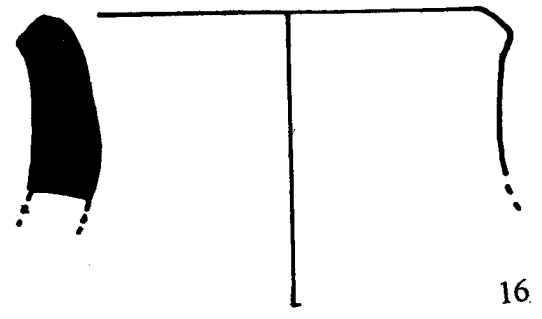
13



14



15



16

Fig. 93 - N^o Sr^a de Lurdes. Fragmentos decorados (9-12), bordos lisos (13-16).

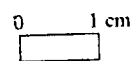
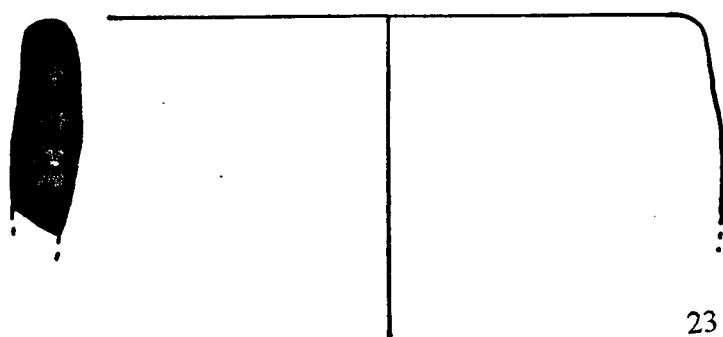
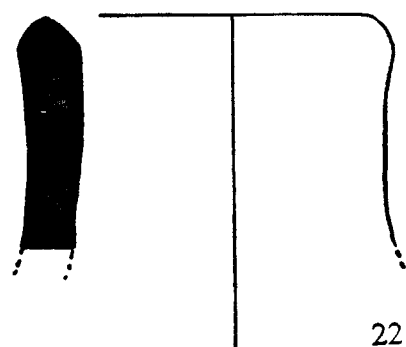
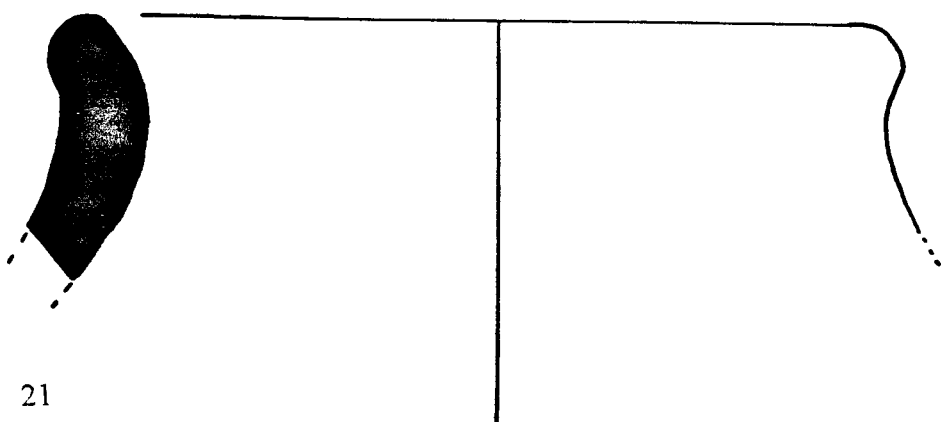
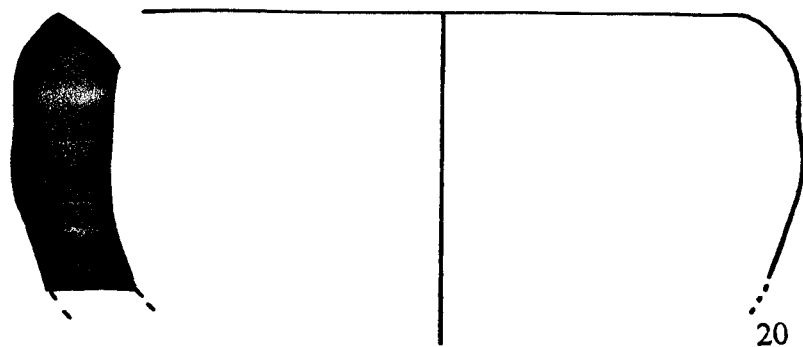
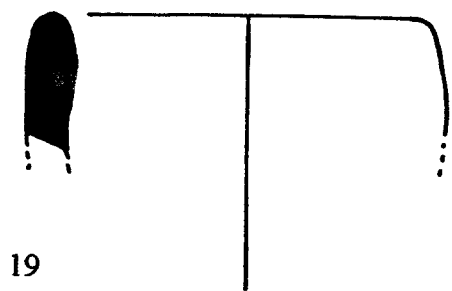
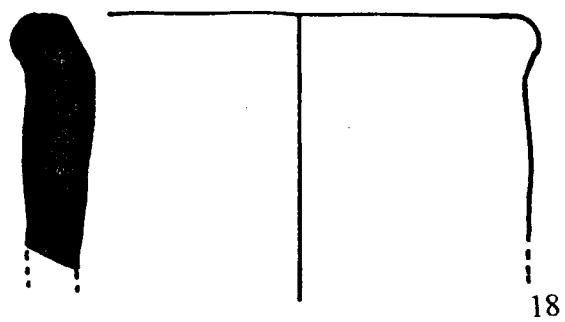
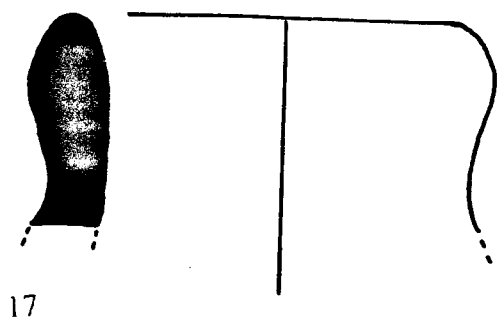
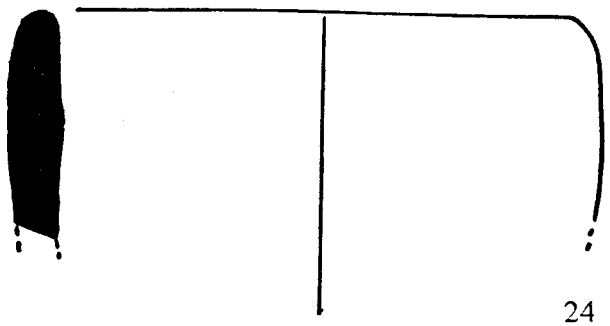
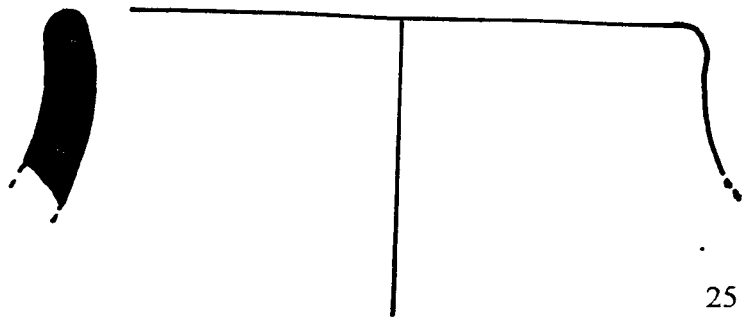


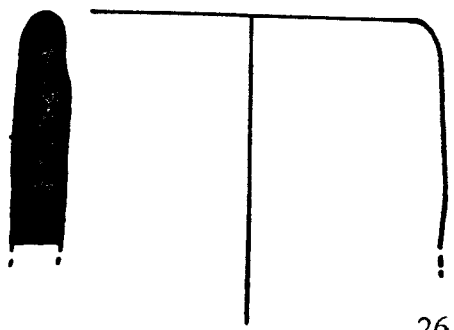
Fig. 94 – N^a Sr^a de Lurdes. Bordos lisos (17-23).



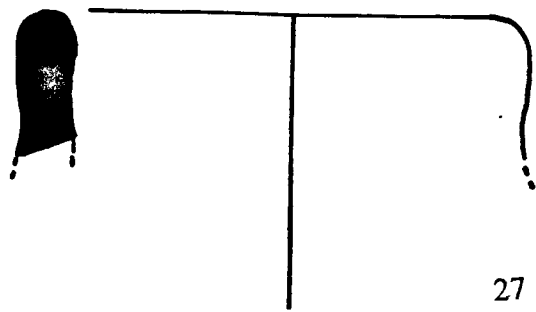
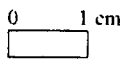
24



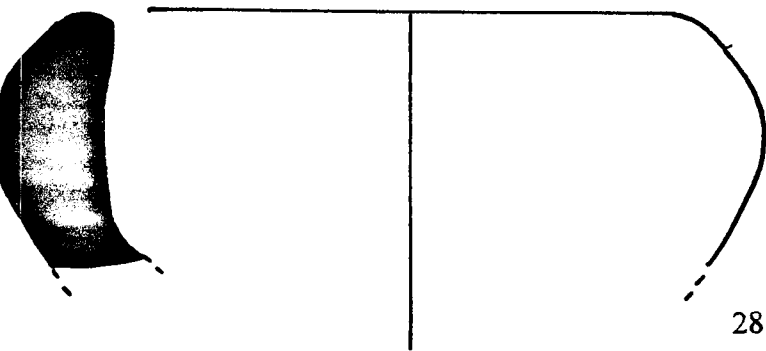
25



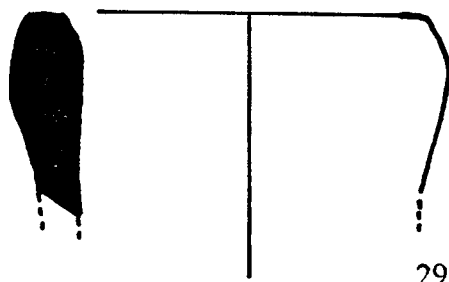
26



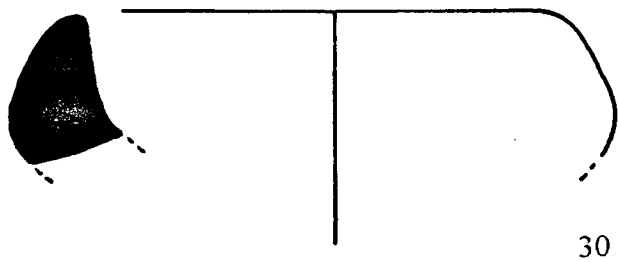
27



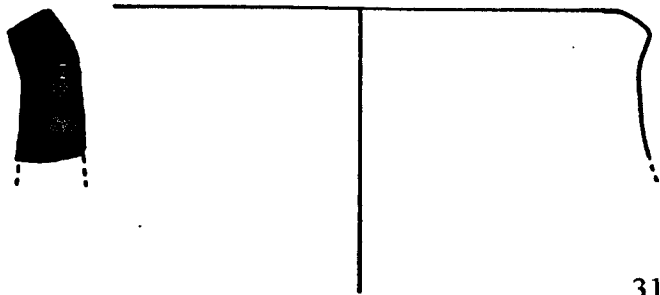
28



29

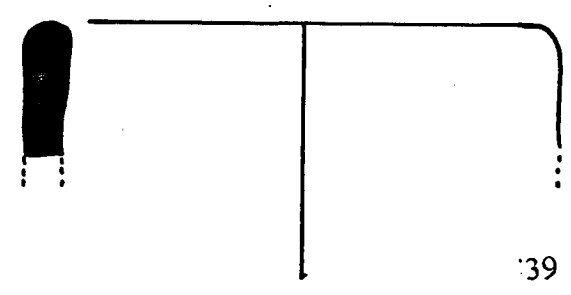
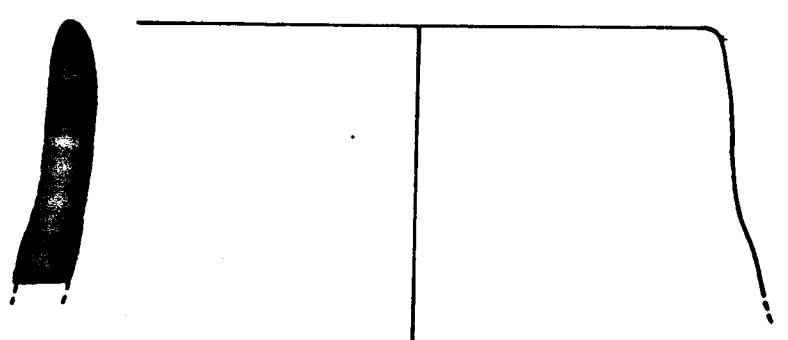
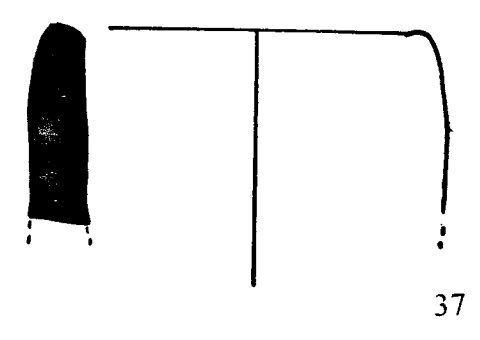
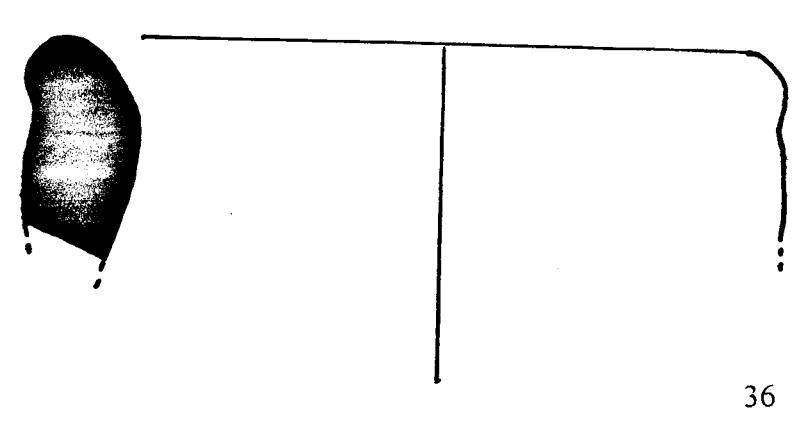
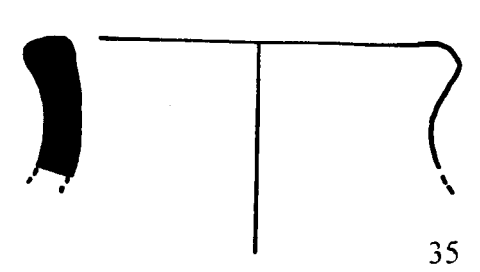
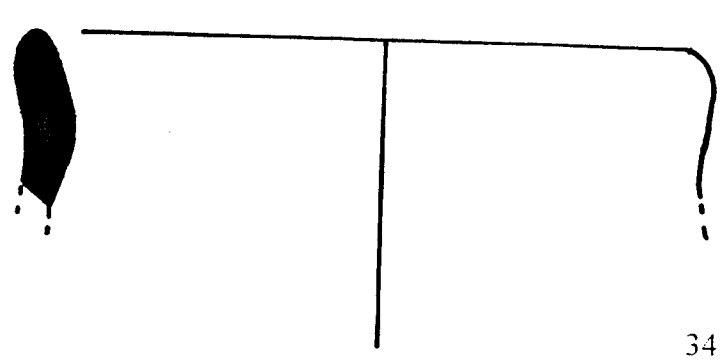
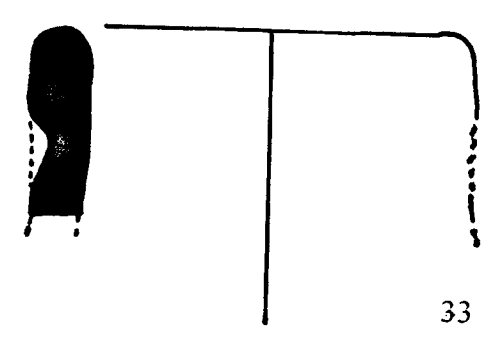
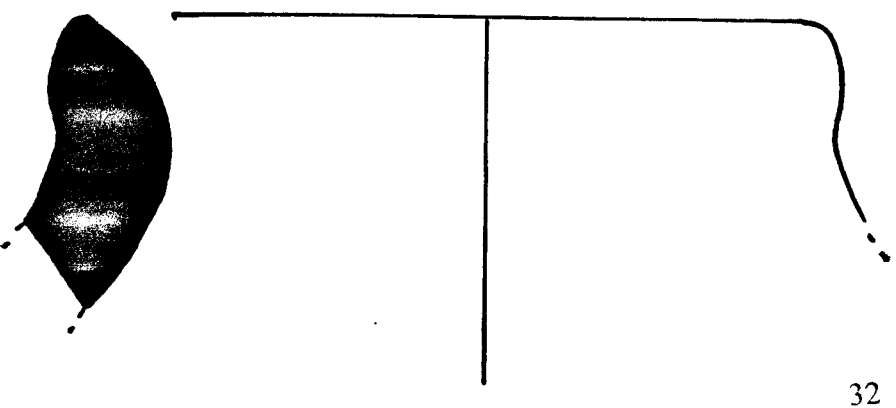


30



31

Fig. 95 – N^a Sr^a de Lurdes. Bordos lisos (24-31).



0 1 cm

Fig. 96 - N^a Sr^a de Lurdes³⁸ Bordes lisos (32-39).

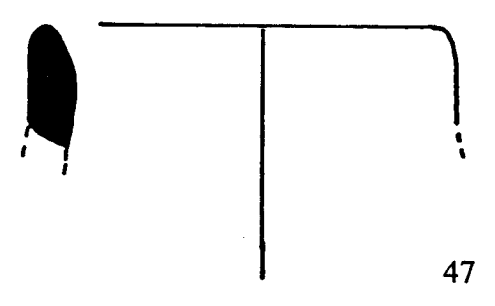
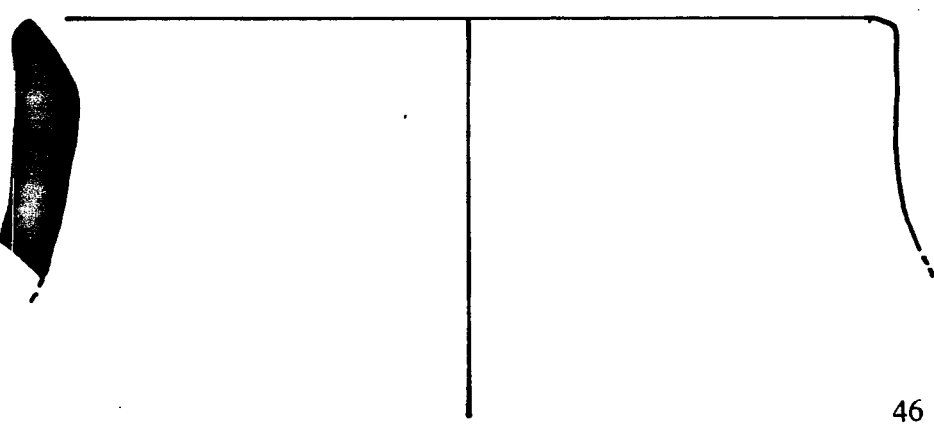
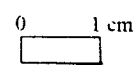
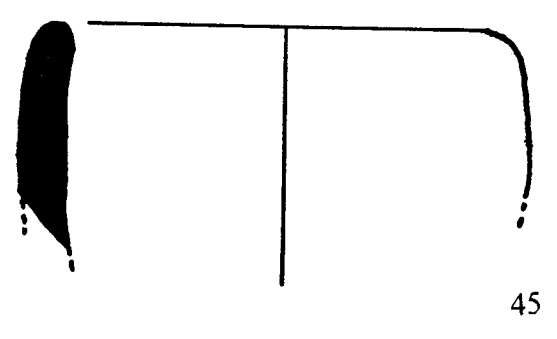
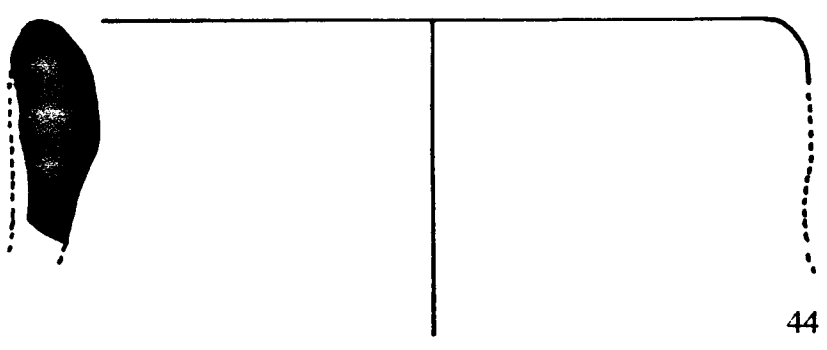
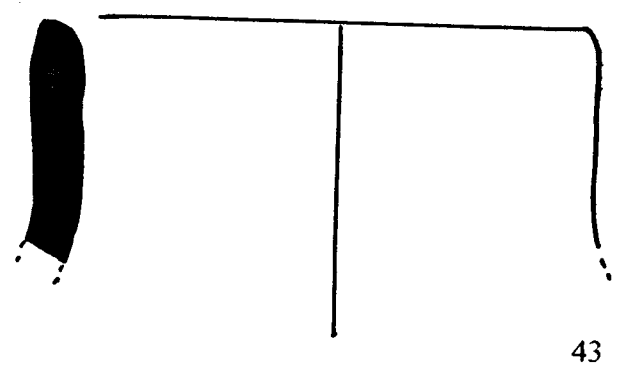
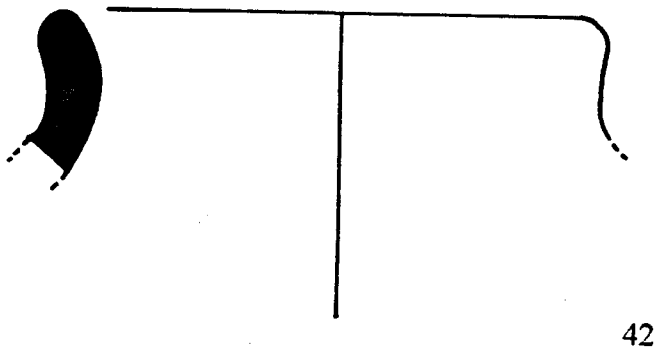
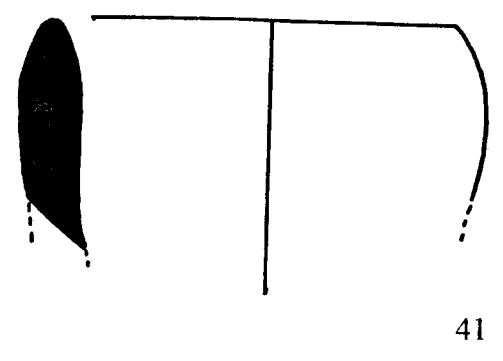
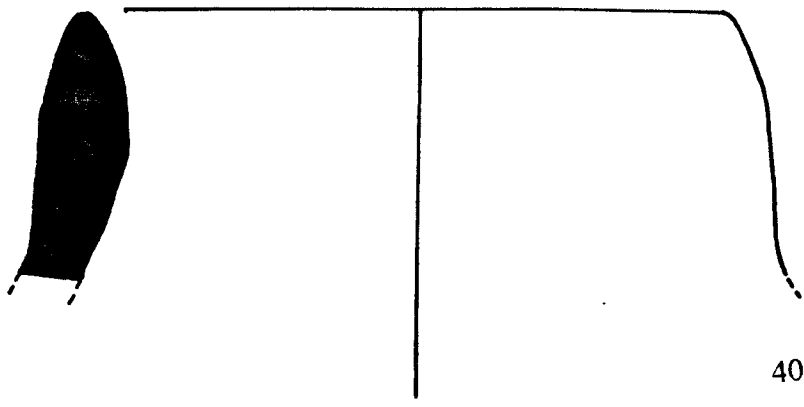
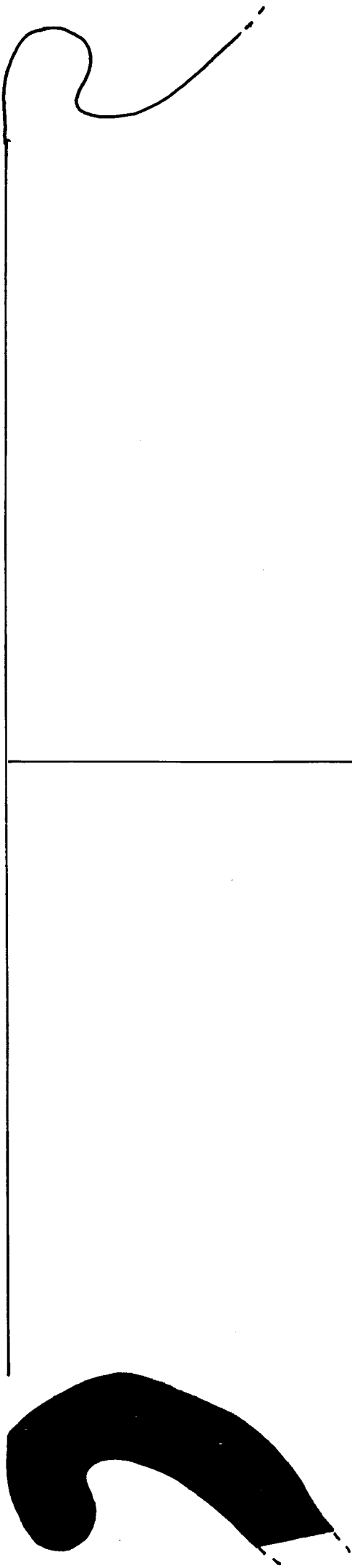


Fig. 97 - N^a Sr^a de Lurdes. Bordos lisos (40-47).



48



Fig. 98 – N^o S^o de Lurdes. Bordo de grande contentor (48).

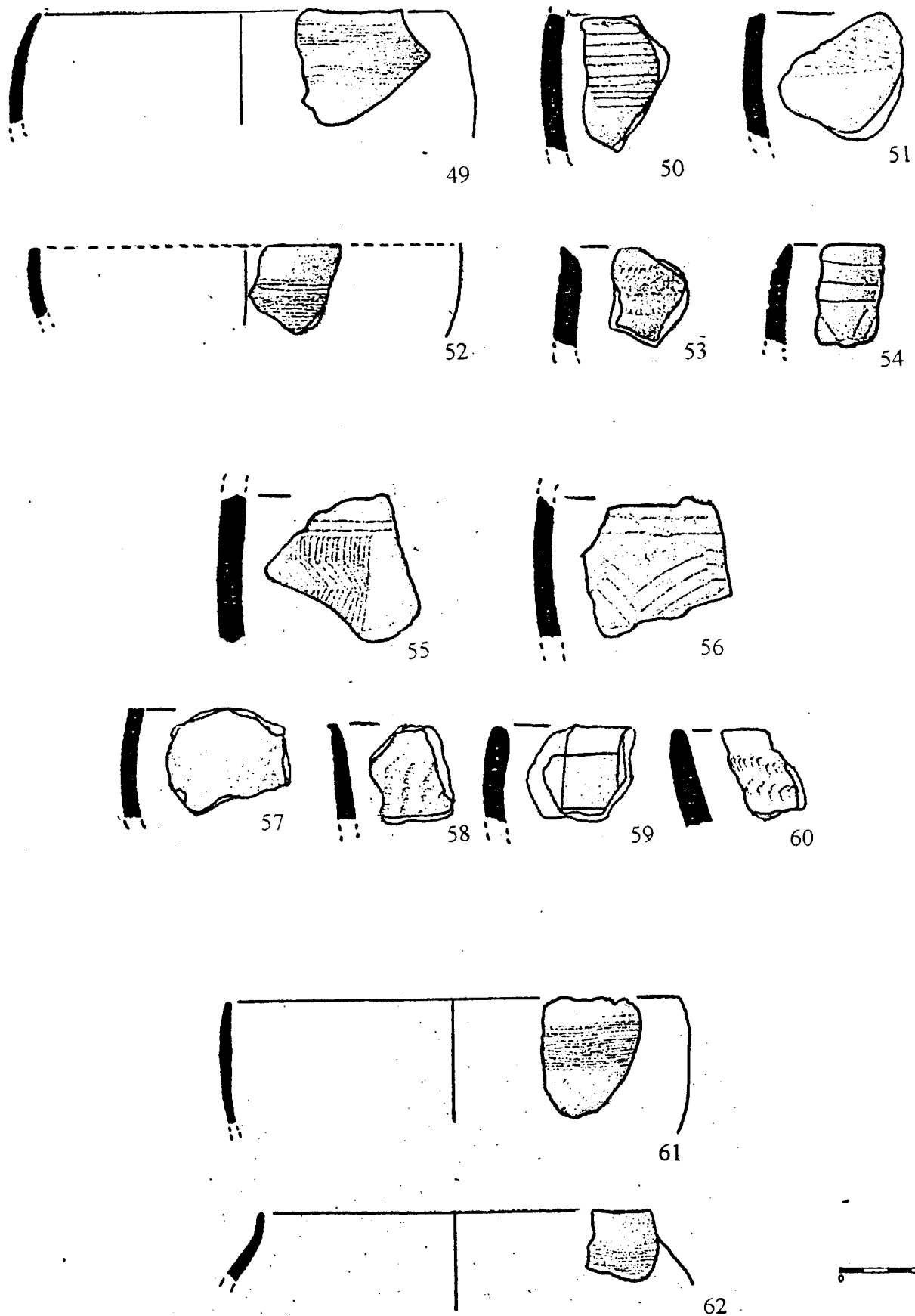


Fig.99 – Nª Srª de Lurdes. Fragmentos cerâmicos Calcolíticos (49-62), (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

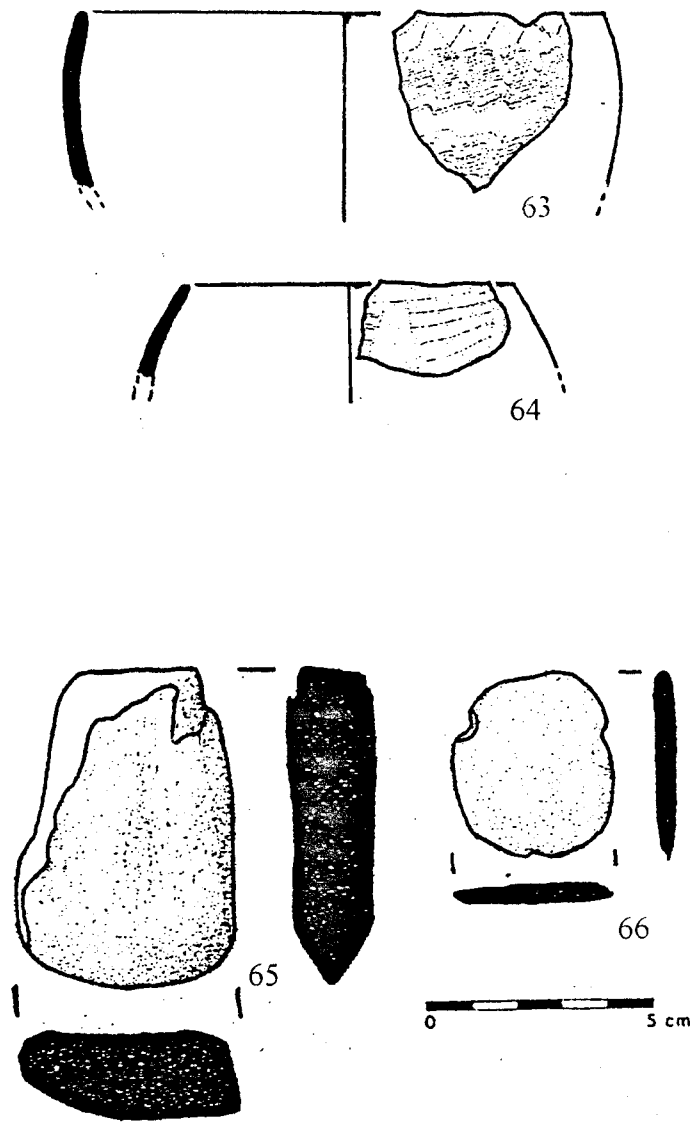


Fig.100 – N^ª Sr^a de Lurdes. Fragmentos cerâmicos Calcolíticos (63-64), um machado (65) e um peso de tear (66), (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

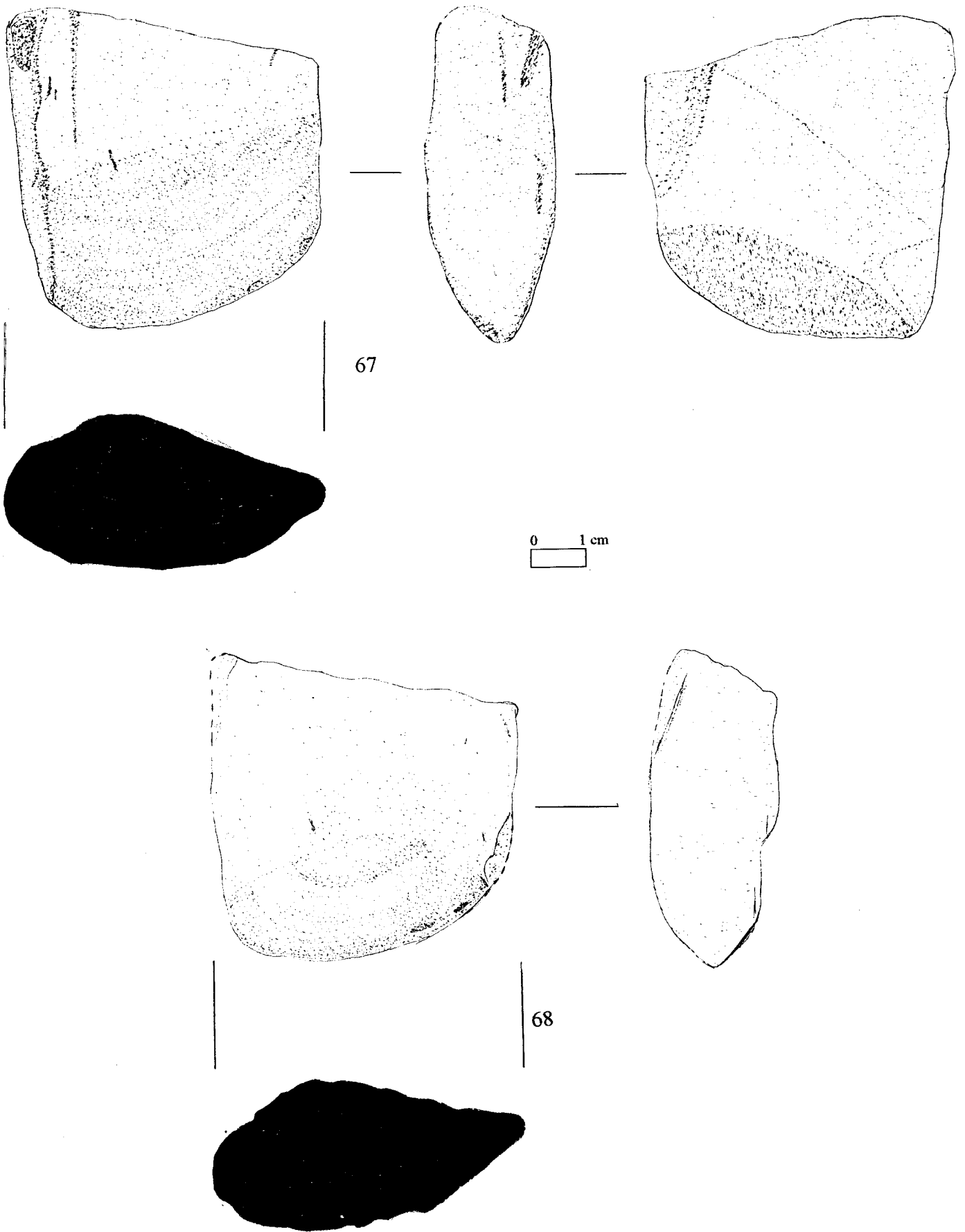
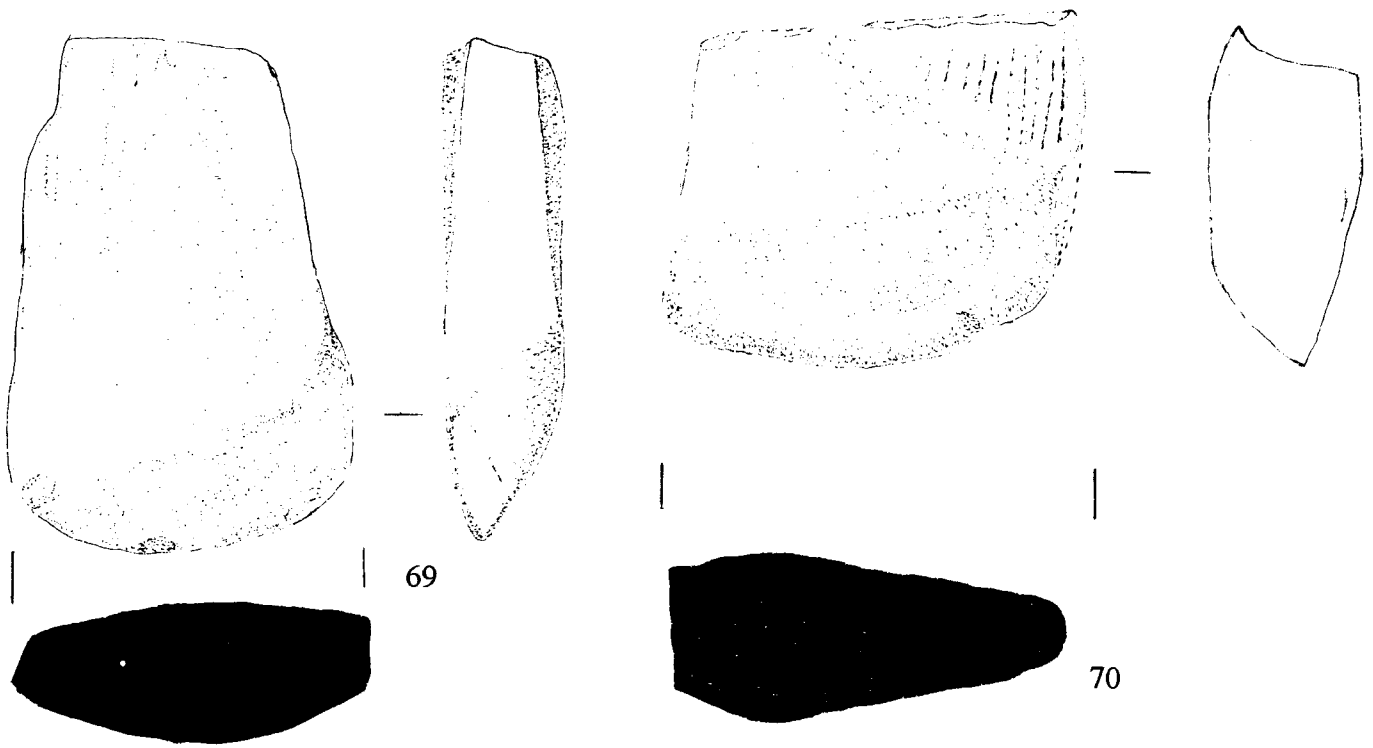


Fig.101 – N^o Sr^a de Lurdes. Fragmentos de machados em granito (67-68).



0 1 cm

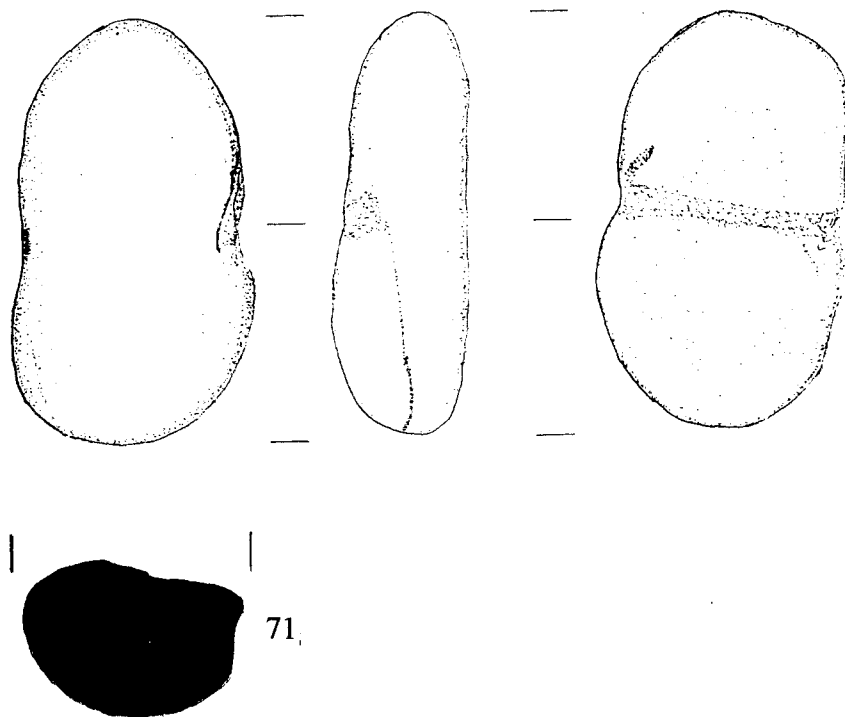
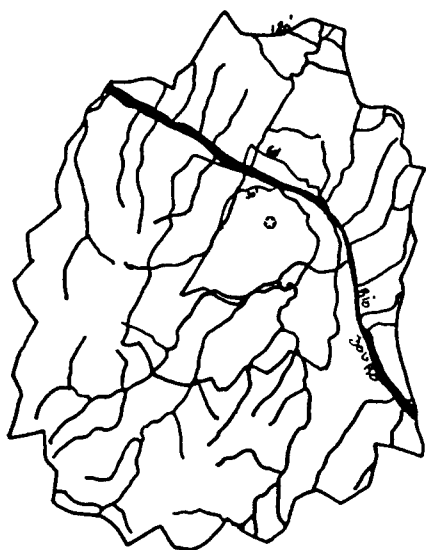
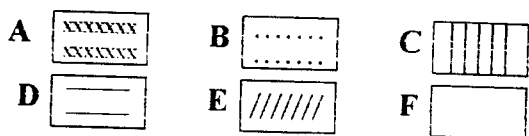


Fig.102 – N^a Sr^a de Lurdes. Machado em anfibolito (69), fragmento de enxó em anfibolito (70) e peso de rede (71).



N
↑

Fig. 103 – N^o Sr^o de Lurdes. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D) reduzida para a escala 1:100 000.



N
↑

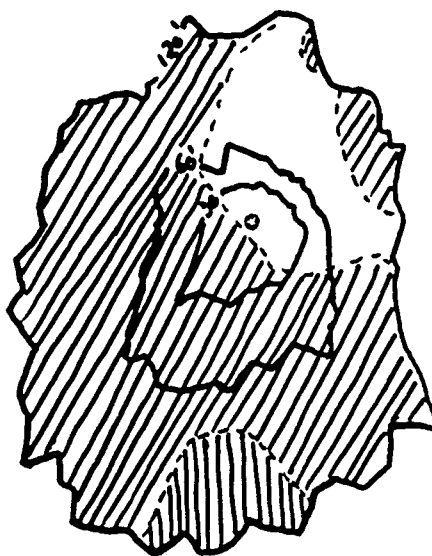
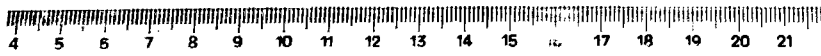
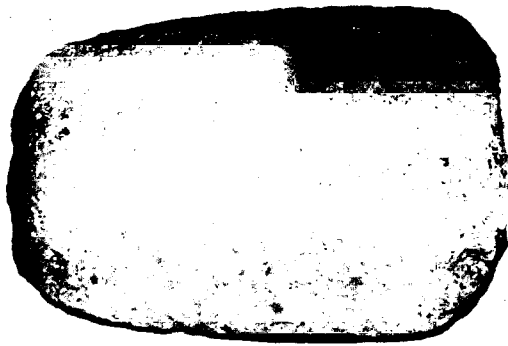


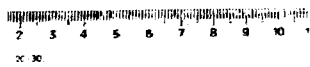
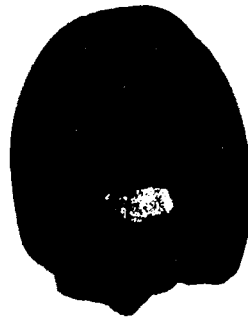
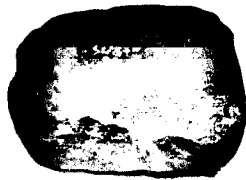
Fig. 104 – N^o Sr^o de Lurdes. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 10, adaptado.



Fot.23 – N^ª Sr^ª de Lurdes. Localização de N^ª Sr^ª de Lurdes.



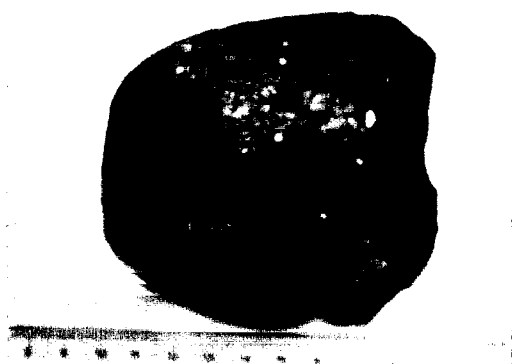
Fot.24 – N^a Sr^a de Lurdes. Movente de moinho manual.



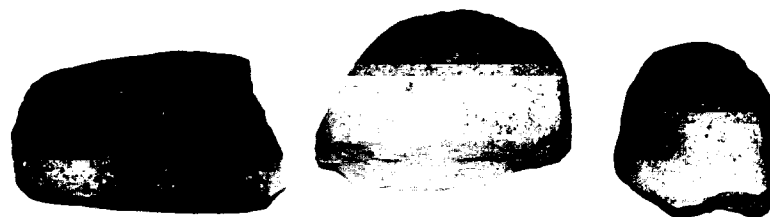
Fot.25 – N^a Sr^a de Lurdes. Um polidor e um percutor.



Fot.26 – N^a Sr^a de Lurdes. Polidor.



Fot.27 – N^a Sr^a de Lurdes. Movente de mó.



Fot.28 – N^a Sr^a de Lurdes. Fragmentos de moventes de mó.

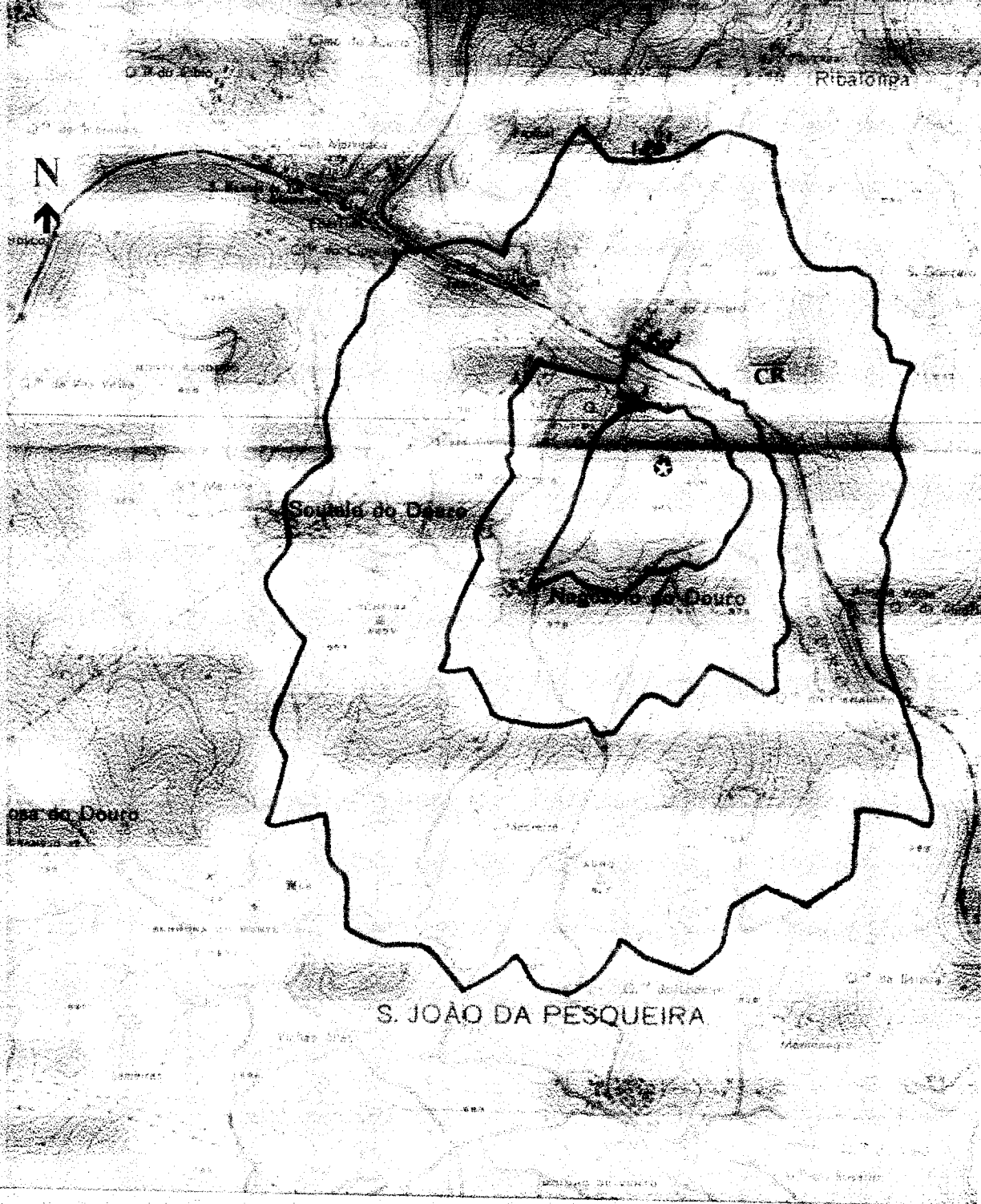


Fig. 105 – Nº Srª de Lurdes (Calcolítico). Distância entre o povoado e o povoado do Cachão da Rapa (CR), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 10-D.

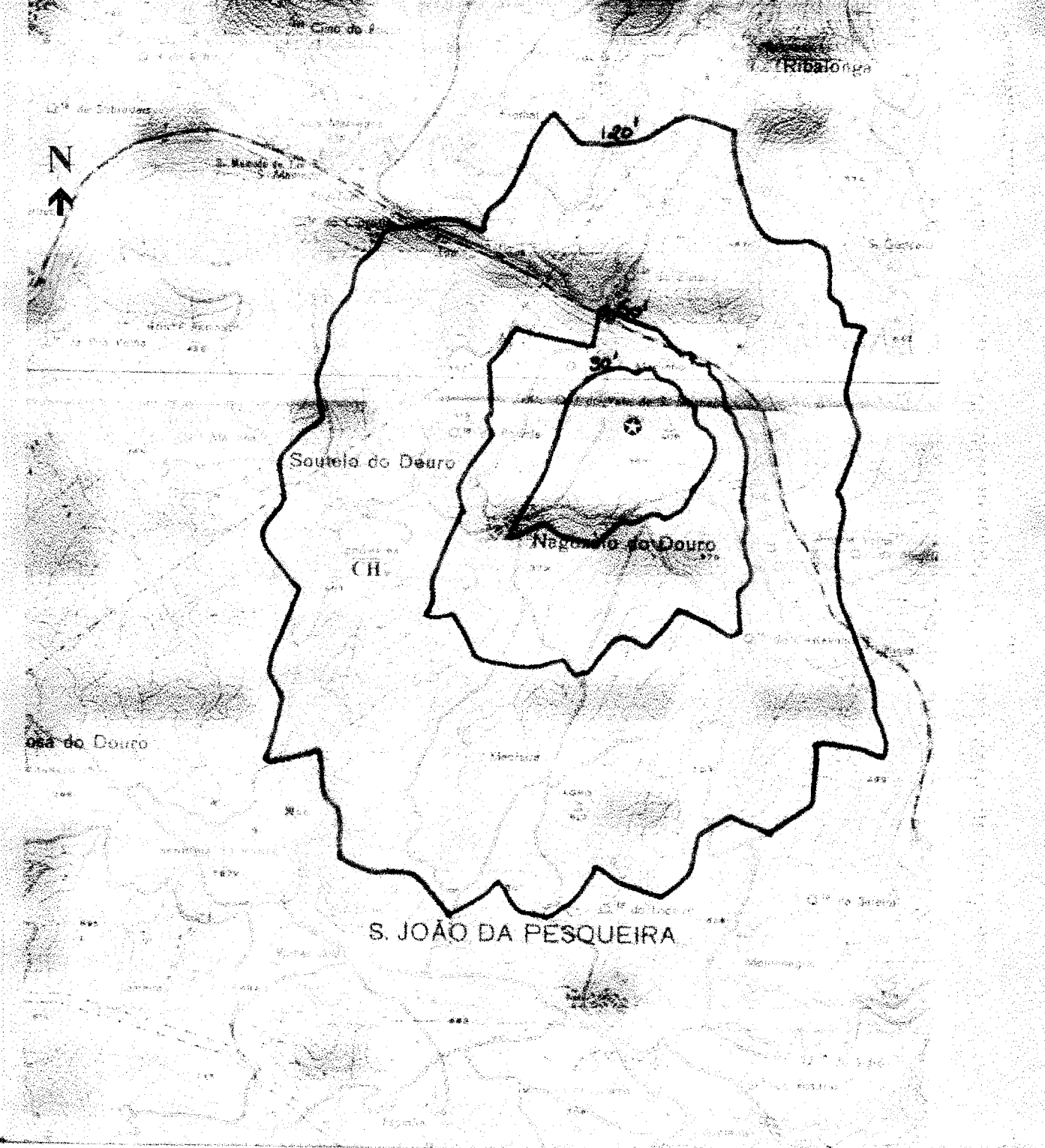


Fig. 105A – N^{ra} Sr^a de Lurdes (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e o povoado da Cocheira (CH), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 10-D.

ALTO DA ESCRITA

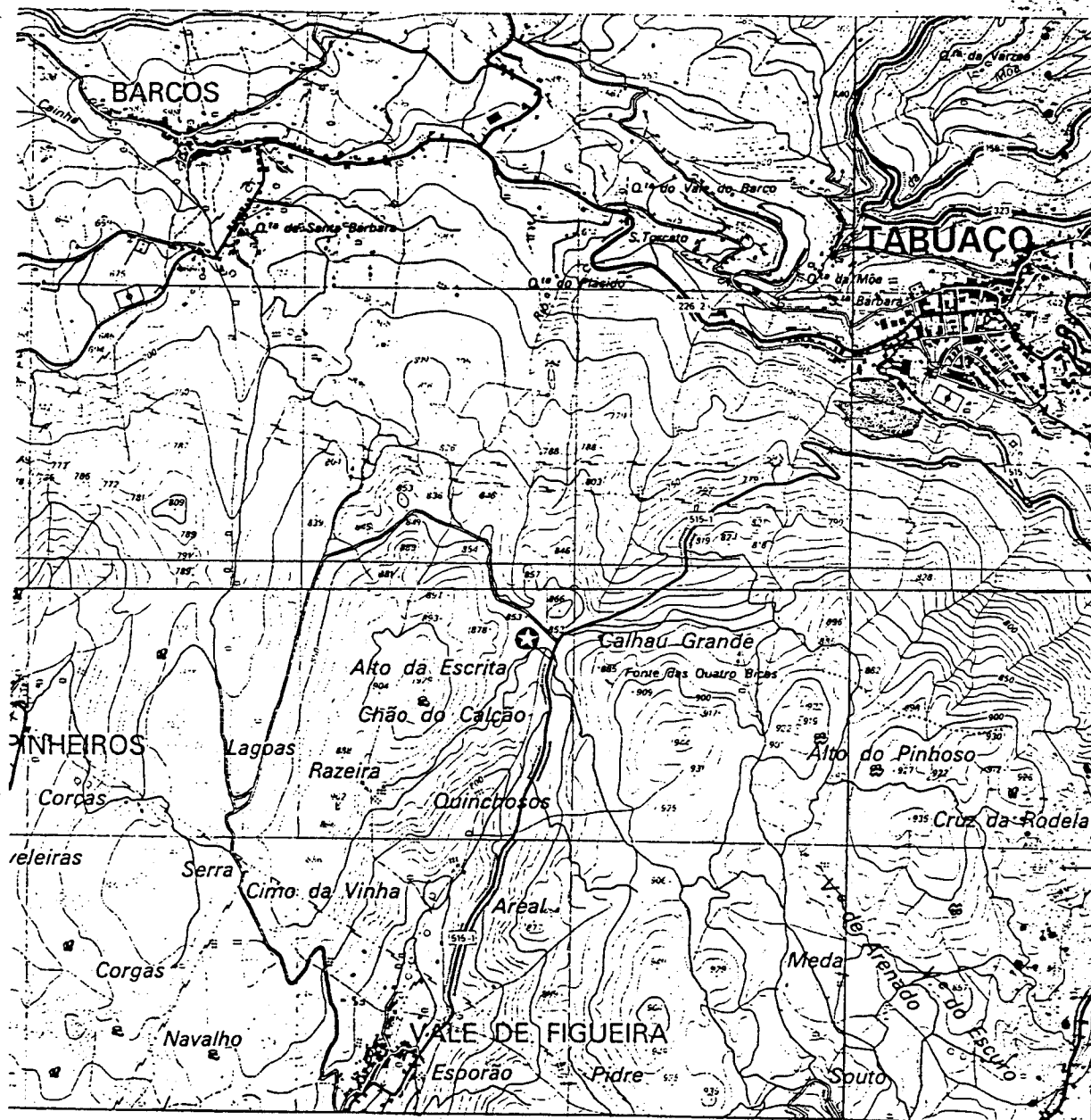


Fig.106 – Localização do Alto da Escrita, C.M.P. 1:25 000, folhas nº138 e 127.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Alto da Escrita (**AE**)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Estátua-menir

B – Localização:

TOPÓNIMO – Alto da Escrita

LUGAR – Alto da Escrita

FREGUESIA – Vale de Figueira

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 06' 15" N.

Longitude – 01° 32' 40" E. Lx.

Altitude absoluta – 860 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 138 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 276-280.

D – ACESSOS: Tomar a Estrada Municipal 515-1 que liga Vale de Figueira a Tabuaço, percorrem-se cerca de 1,5 Km. a partir da aldeia de Vale de Figueira até ao local, que se encontra do lado esquerdo da estrada assinalado por um cruzeiro em pedra.

E – DESCRIÇÃO: No ano de 1997 a equipa da empresa Arqueohoje localizou num muro de um caminho vicinal, no sítio do Alto da Escrita, uma Estátua-menir com a face principal virada para cima.

Embora deslocada da sua posição original, a peça em granito de contorno sub-retangular apresentava-se gravada nas suas quatro faces. Estas foram preparadas por picotagem para receber gravações, excepto a zona da base que deveria estar primitivamente fincada no solo. As gravações foram obtidas por picotagem, seguida de polimento, apresentando os sulcos uma secção em U.

A peça medindo 1,66 m. de altura total tem de largura 0,42 m. nas extremidades superior e inferior. A espessura é de 0,10, 0,18 e 0,11 m. respectivamente nas extremidades superior, na zona da cintura e na base.

Quanto aos motivos gravados estes encontram-se sobretudo no anverso da peça e são constituídos por um colar concêntrico de cinco (5) fiadas, sendo a sexta ao nível superior, aparentemente, o suporte da decoração peitoral. A meio da peça foi esculpido um cinturão com 0,12 m. de largura e que apresenta um total de dezasseis (16) orifícios na zona central do referido cinturão. Este contorna toda a peça inclusivamente o reverso e apresenta lateralmente, à direita, quatro (4) dos orifícios acima referidos. Ainda deste lado (direito) apresenta no topo uma linha horizontal.

No anverso, e do lado direito do observador, foi gravado um motivo pouco profundo que aparenta ser uma arma, que atravessa o cinturão, embora não perturbe nem as linhas que o constituem nem os orifícios que o mesmo apresenta.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

G – CRONOLOGIA (genérica): IIIº - 1ª metade Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: Actualmente a peça encontra-se em exposição no Núcleo Museológico do Posto de Turismo de Tabuaço.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 2; figuras - 16.

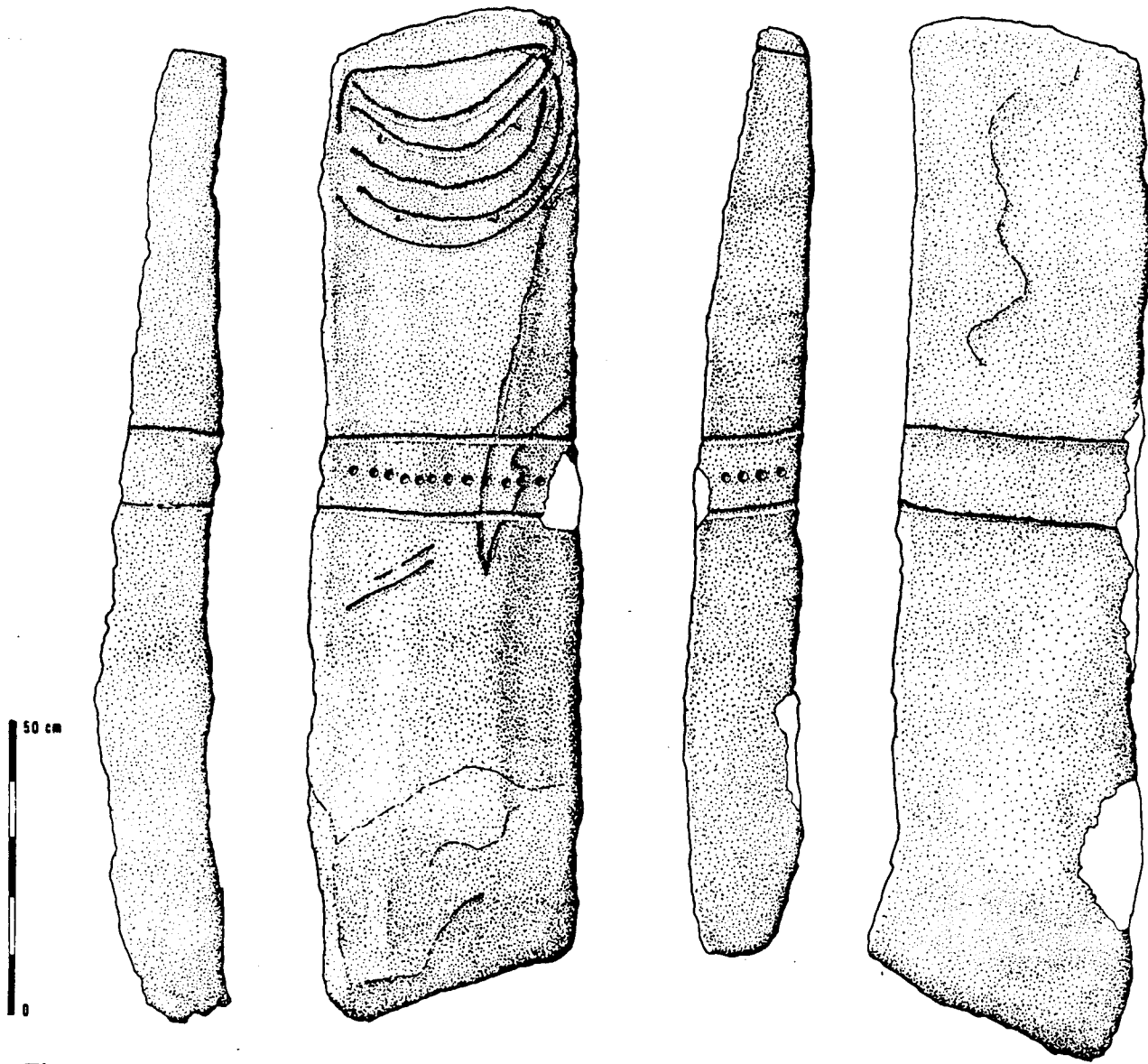


Fig 107 – Alto da Escrita. Estátua-menir, registo dos motivos gravados nas quatro faces, (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 280).

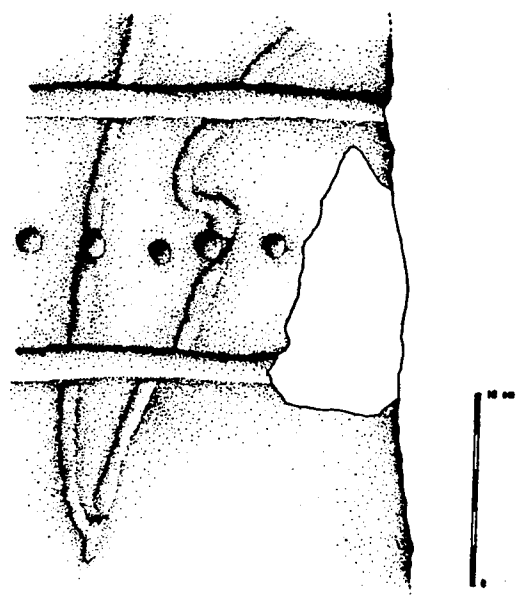


Fig.108 – Alto da Escrita. Estátua-menir, pormenor do cinturão e arma (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 279).



Fot.29 – Alto da Escrita.



Fot.30 – Estátua-menir do
Alto da Escrita.

CABEÇO DAS POMBAS

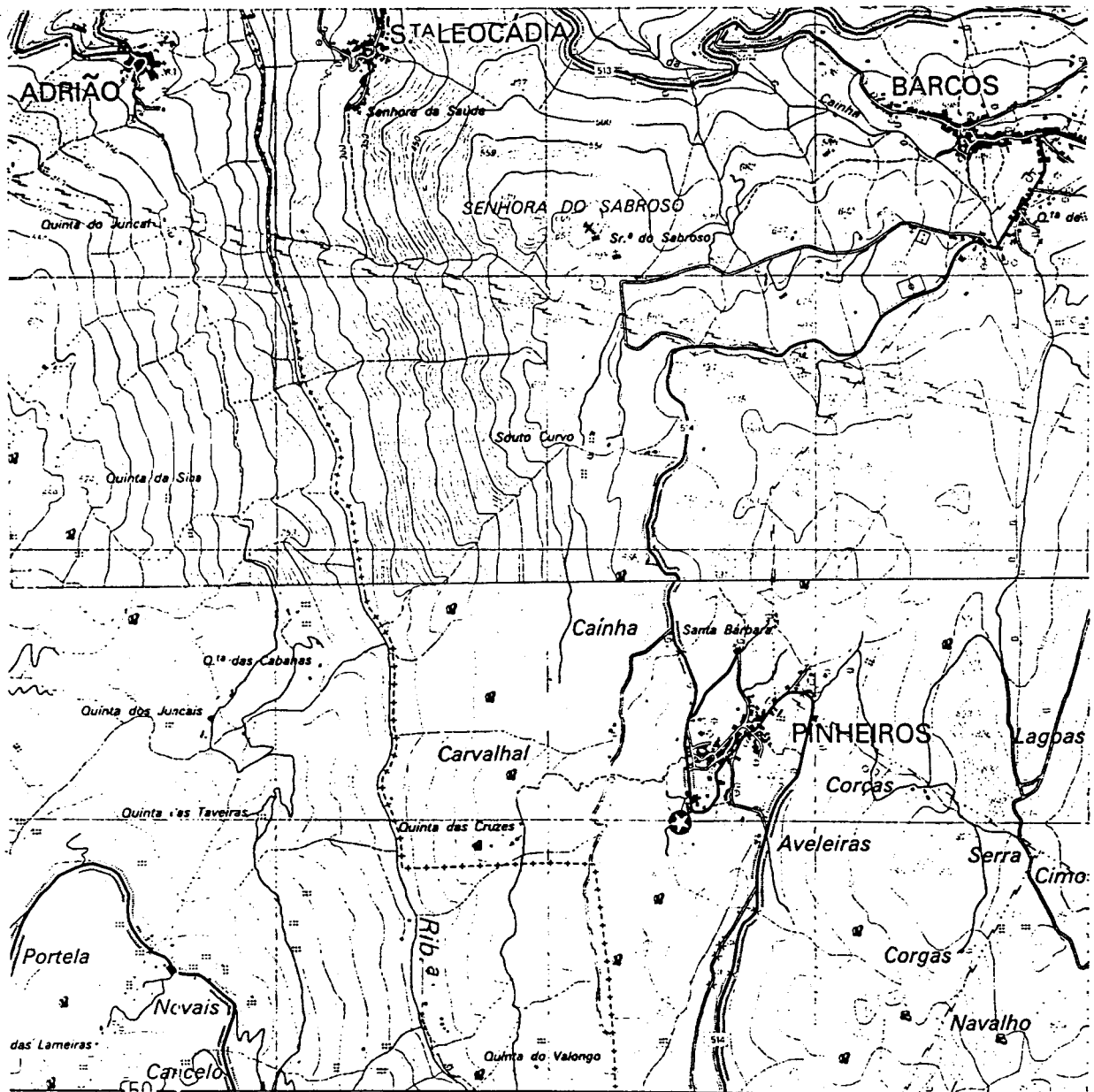


Fig.109 – Localização do Cabeço das Pombas, C.M.P. 1:25 000, folhas nº138-127.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Cabeço das Pombas (CP)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Penedo insculturado

B – Localização:

TOPÓNIMO – Cabeço da Pombas

LUGAR – Pinheiros

FREGUESIA – Pinheiros

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 05' 54" N.

Longitude – 01° 32' 26" E. Lx.

Altitude absoluta – 650 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 138 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 160-163.

D – ACESSOS: Seguindo pela Estrada Municipal 514 que liga Tabuaço a Pinheiros, à entrada desta localidade, o sítio encontra-se sinalizado.

E – DESCRIÇÃO: O sítio de Cabeço das Pombas trata-se de um afloramento granítico destacado na paisagem envolvente, onde foram gravados alguns motivos. A cronologia do sítio (por ausência de materiais associados) é incerta.

Este conjunto de gravações com óbvia significação simbólica e religiosa poderá, segundo os autores da Carta Arqueológica de Tabuaço, ser datado do Calcolítico/Idade do Bronze, com sucessivos prolongamentos e adições de novos motivos ao longo dos tempos. Podem-se destacar, para além de outras gravações mais recentes, um ramiforme de 83 cm. (com uma cara gravada no interior), um esteliforme composto por doze (12) linhas sinuosas dispostas radialmente e uma figura composta por dez (10) linhas sinuosas com as extremidades dispostas paralelamente, com o mesmo ponto de origem. As mais recentes serão um “tridente”, uma cara, uma sigla e várias figuras abstractas.

F – ESPÓLIO: • Inexistente.

G – CRONOLOGIA (genérica): IIIº - 1ª metade Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES:

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 3; figuras - 15.

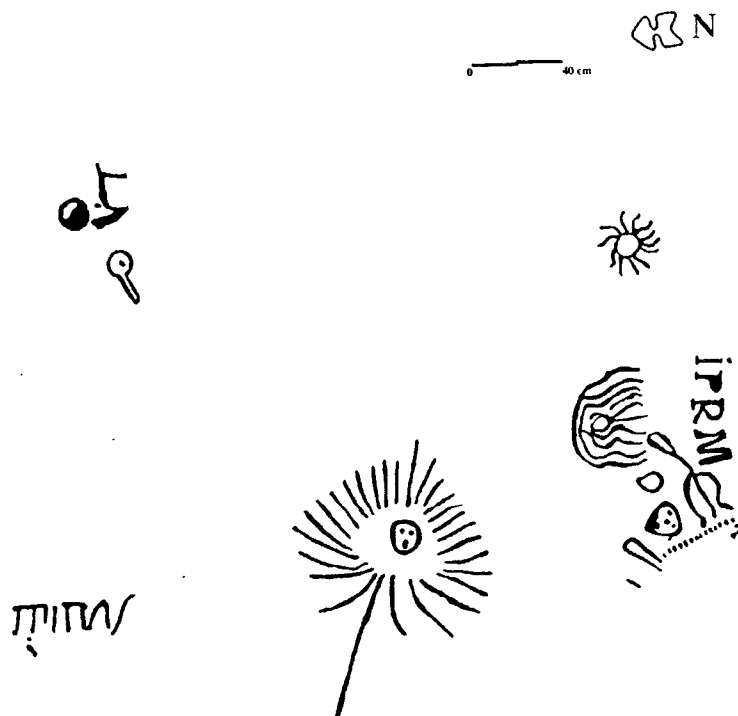


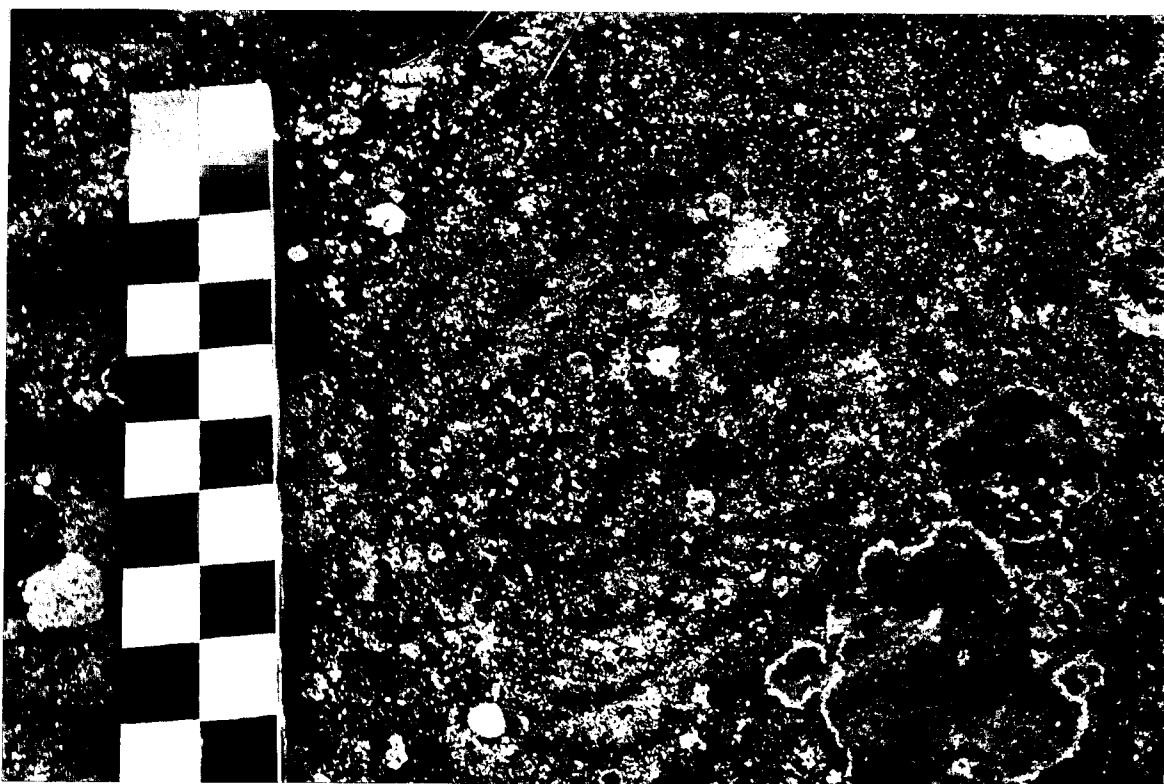
Fig.110 – Cabeço das Pombas. Gravuras rupestres (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 162).



Fot.31 – Cabeço das Pombas. Visão do conjunto do penedo insculturado.



Fot.32 – Cabeço das Pombas. Pormenor do arboriforme.



Fot.33 – Cabeço das Pombas. Motivo em “cabeleira”.

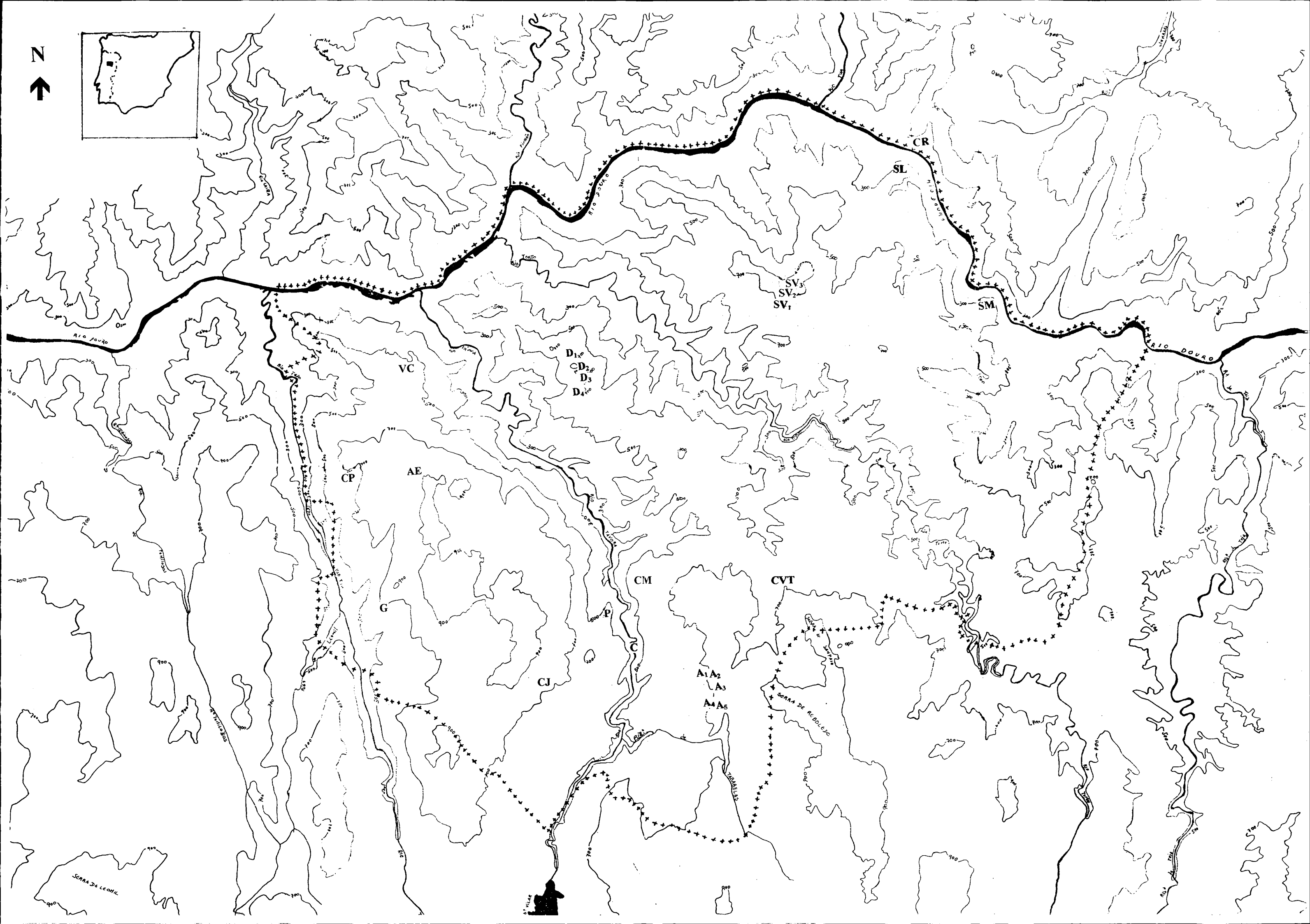
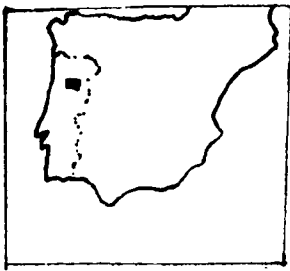


Fig.111 - Localização das Estações Arqueológicas do Calcolítico na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.; +++ - Limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); A₁ - Dólmen 1 de Areita; A₂ - Dólmen 2 de Areita; A₃ - Dólmen 3 de Areita; A₄ - Dólmen 4 de Areita; A₅ - Dólmen 5 de Areita; SV₁ - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; SV₂ - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; SV₃ - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; D₁ - Dólmen 1 de S. Domingos; D₂ - Mamoa 2 de S. Domingos; D₃ - Mamoa 3 de S. Domingos; D₄ - Mamoa 4 de S. Domingos; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira; SM - S. Salvador do Mundo; C - Castelinhos; CJ - Cabeço de S. João; CM - Chã do Murganho; CVT - Castelos Velhos de Trevões; SL - N^o Sr^a de Lurdes; G - Grail; AE - Alto da Escrita; CP - cabeço das Pombas; CR - Cachão da Rapa.

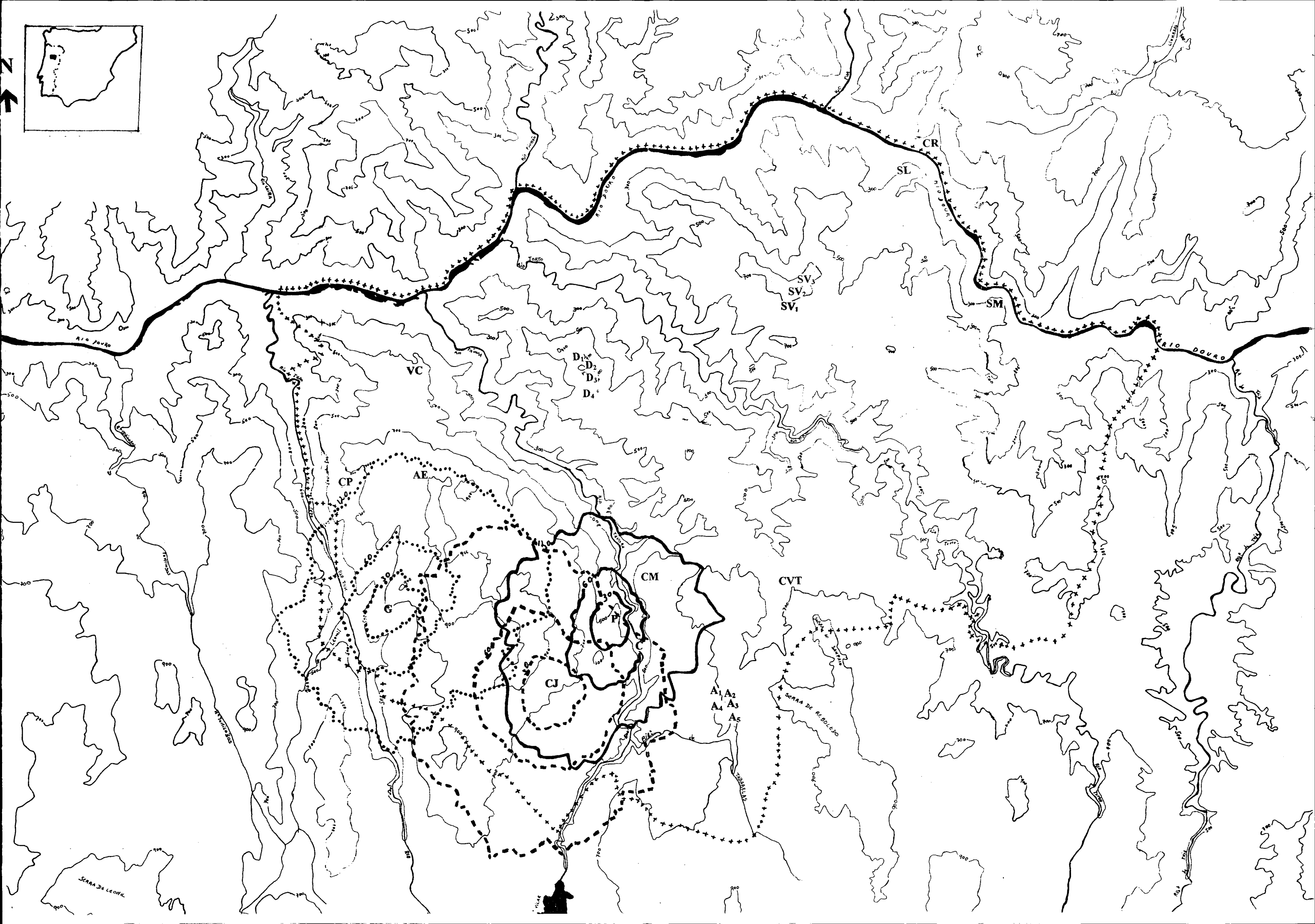


Fig. 112 - Localização das Estações Arqueológicas do Calcolítico na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.; +++ - Limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); A₁ - Dólmen 1 de Areita; A₂ - Dólmen 2 de Areita; A₃ - Dólmen 3 de Areita; A₄ - Dólmen 4 de Areita; A₅ - Dólmen 5 de Areita; SV₁ - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; SV₂ - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; SV₃ - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; D₁ - Dólmen 1 de S. Domingos; D₂ - Mamoa 2 de S. Domingos; D₃ - Mamoa 3 de S. Domingos; D₄ - Mamoa 4 de S. Domingos; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira (Territórios Teóricos de Exploração de 30°, 60° e 120° - a cheio); SM - S. Salvador do Mundo; C - Castelinhos; CJ - Cabeço de S. João (Territórios Teóricos de Exploração de 30°, 60° e 120° - a tracejado); CM - Chã do Murganho; CVT - Castelos Velhos de Trevões; SL - N^o Sr^a de Lurdes; G - Graill (Territórios Teóricos de Exploração de 30°, 60° e 120° - a ponteadado); AE - Alto da Escrita; CP - cabeço das Pombas; CR - Cachão da Rapa.

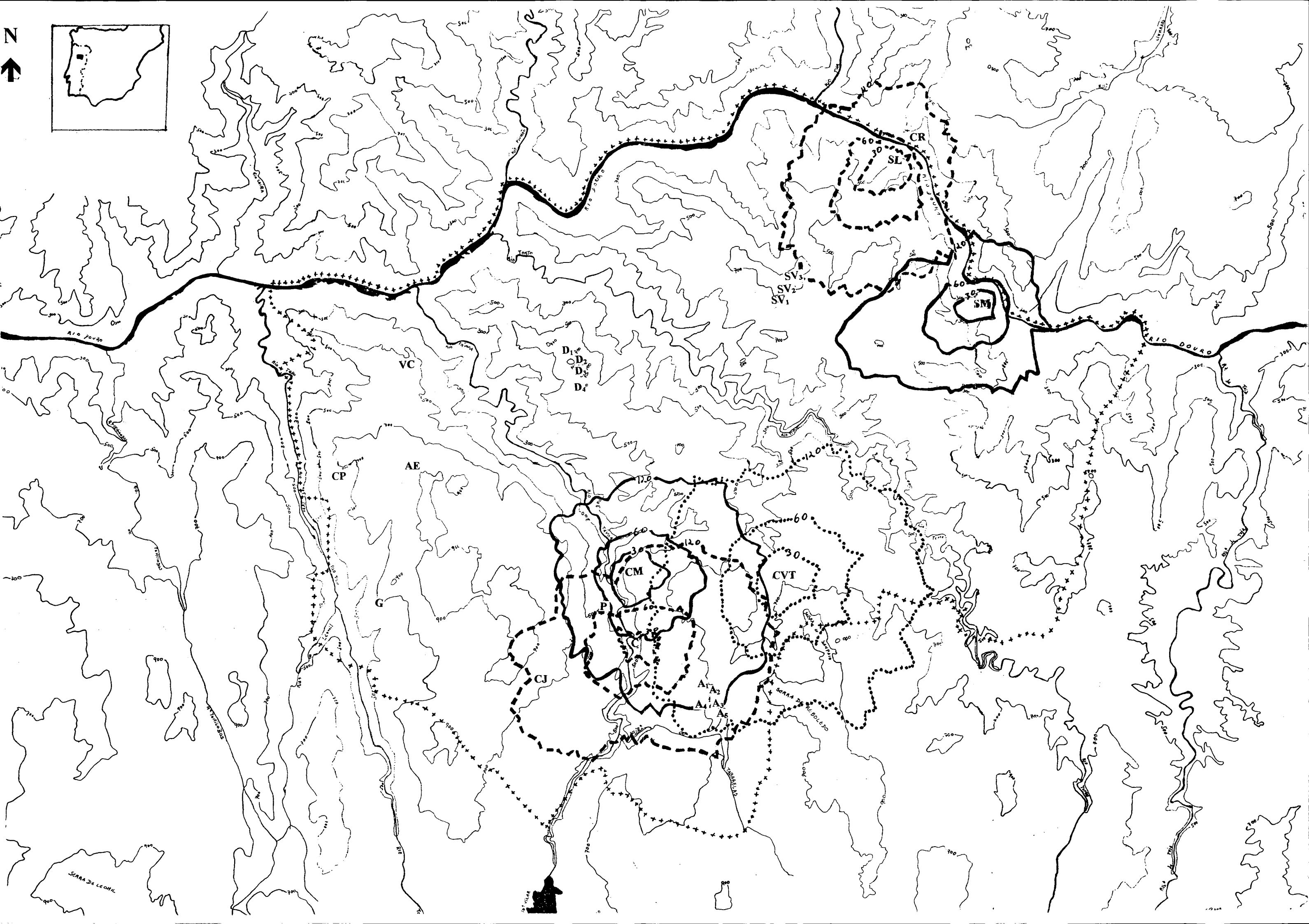
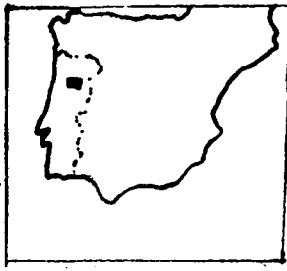


Fig. 113 - Localização das Estações Arqueológicas do Calcolítico na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.; +++ - Limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); A₁ - Dólmen 1 de Areita; A₂ - Dólmen 2 de Areita; A₃ - Dólmen 3 de Areita; A₄ - Dólmen 4 de Areita; A₅ - Dólmen 5 de Areita; SV₁ - Mamoa 1 da Sr^a do Vencimento; SV₂ - Mamoa 2 da Sr^a do Vencimento; SV₃ - Mamoa 3 da Sr^a do Vencimento; D₁ - Dólmen 1 de S. Domingos; D₂ - Mamoa 2 de S. Domingos; D₃ - Mamoa 3 de S. Domingos; D₄ - Mamoa 4 de S. Domingos; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira; SM - S. Salvador do Mundo (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a cheio); C - Castelinhos (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a tracejado); CJ - Cabeço de S. João; CM - Chã do Murganho (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a cheio); CVT - Castelos Velhos de Trevões (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a ponteadado); SL - N^o Sr^a de Lurdes (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a tracejado); G - Grait; AE - Alto da Escrita; CP - cabeço das Pombas; CR - Cachão da Rapa.

N.^a Sr.^a DA ASSUNÇÃO

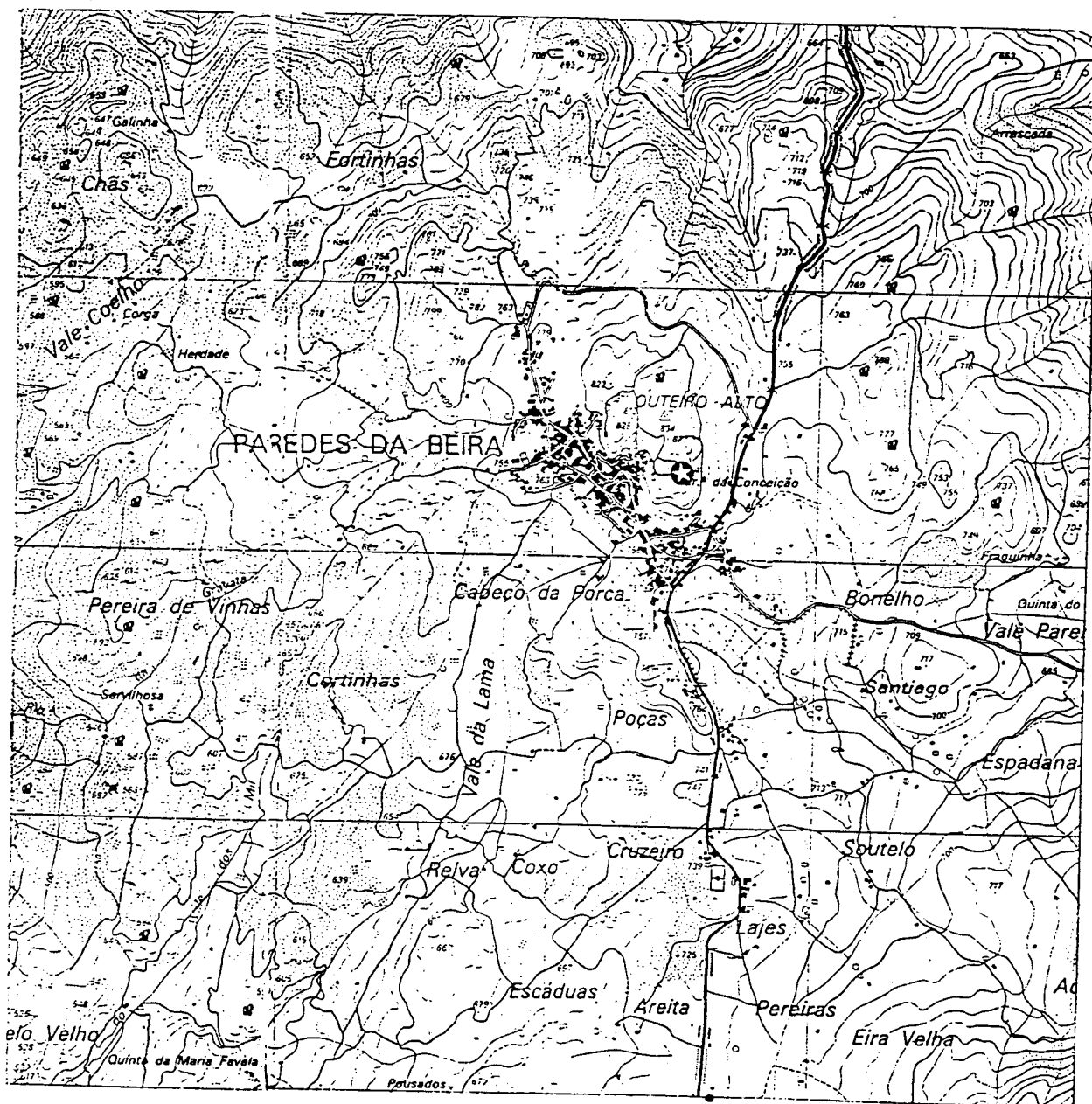


Fig.114 – Localização de N.^a Sr.^a da Assunção, C.M.P. 1:25 000, folha n.º139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): N^a Sr^a da Assunção (SA)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Sr^a da Conceição

LUGAR – Paredes da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 03' 55" N.

Longitude – 01^o 38' 06" E. Lx.

Altitude absoluta – 834 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3^a edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: Tomando a Estrada 504 que segue da Várzea de Trevões para Riodades e chegando à povoação de Paredes da Beira, encontra-se uma placa sinalizando a Ermida de N^a Sr^a da Assunção.

E – DESCRIÇÃO: O povoado localiza-se no ponto mais alto do maciço de Paredes da Beira, sendo rodeado por uma robusta muralha, com uma altura média de 1,5 m. e cerca de 3 m. de espessura, apresentando face interna e externa, sendo esta última extremamente bem cuidada, composta por blocos de dimensões consideráveis e bem aparelhados.

No interior do recinto é possível detectarem-se o topo de algumas estruturas, em pedra, circulares (restos de habitações?).

F – ESPÓLIO: • fragmentos de cerâmica manual datáveis do Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados II^o - meados I^o mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,75 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 1; figuras - 19.

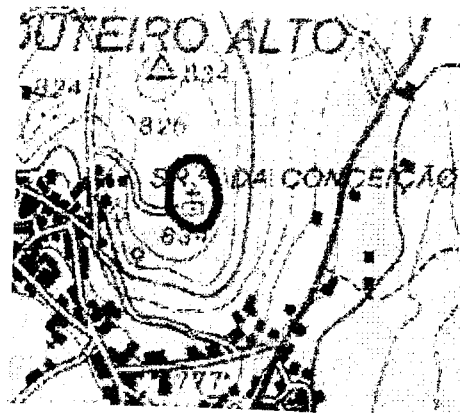
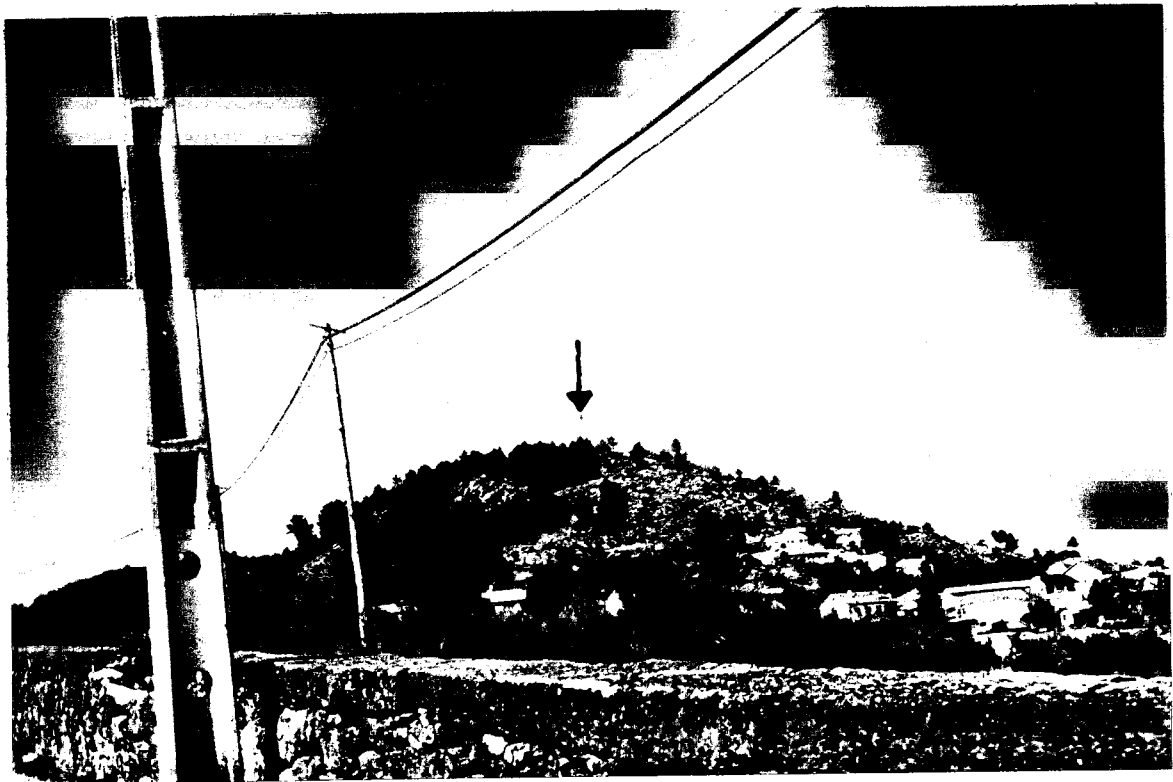


Fig.115 – N^ª Sr^a da Assunção. Esquema da muralha (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).



Fot.34 – Localização de N^ª Sr^a da Assunção.

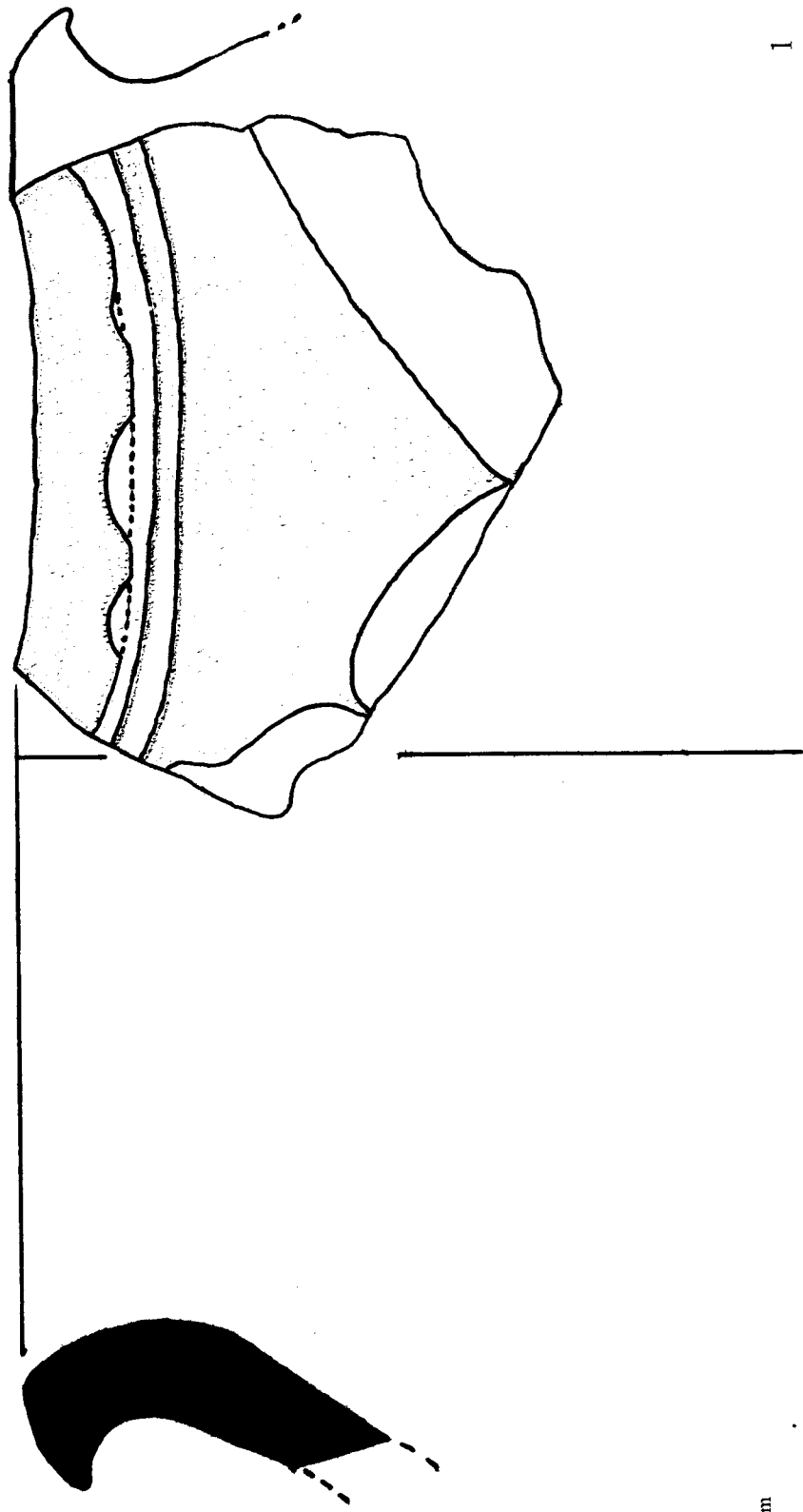
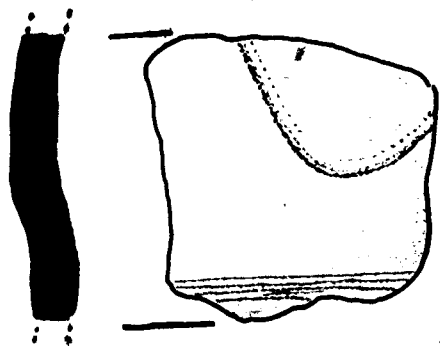
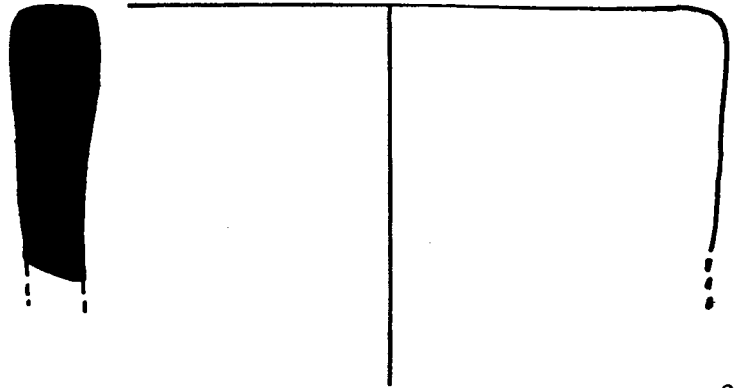


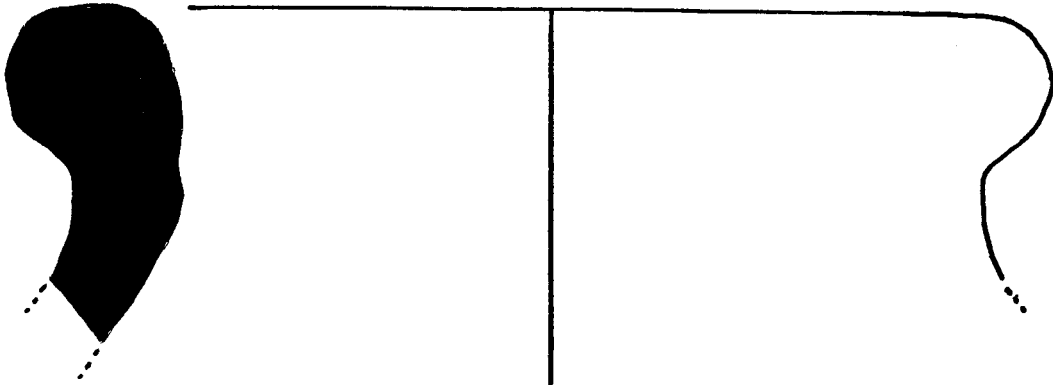
Fig. 116 – N^o Sr^a da Assunção. Bordo decorado (1).



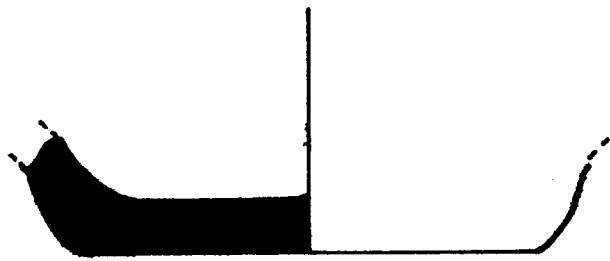
2



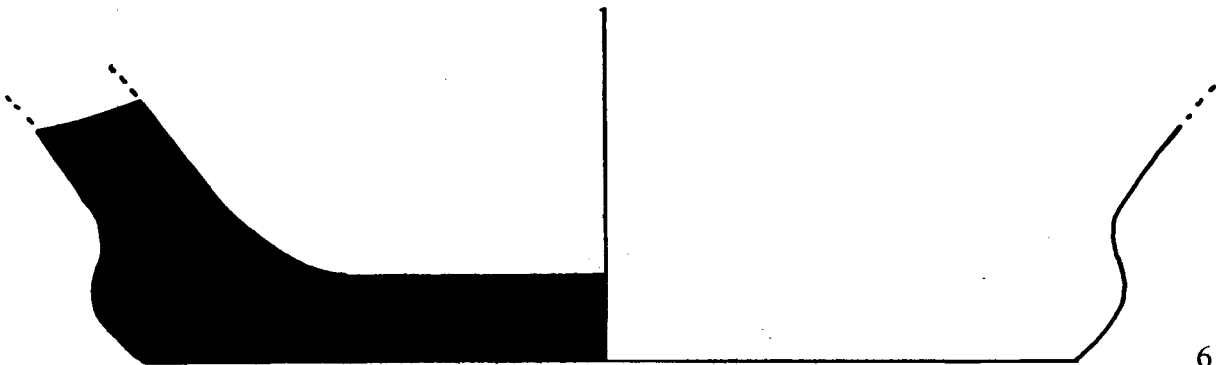
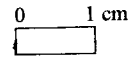
3



4



5



6

Fig.117 – N^a Sr^a da Assunção. Fragmento decorado (2), bordos lisos (3-4), fundos (5-6).

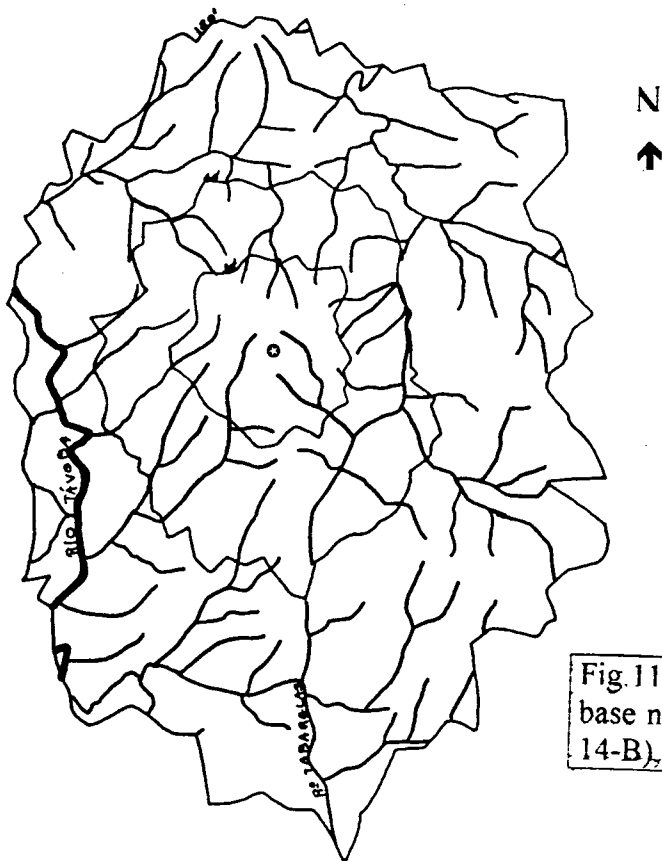


Fig.118 - Nº Srª da Assunção. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B), reduzida para a escala 1:100 000.

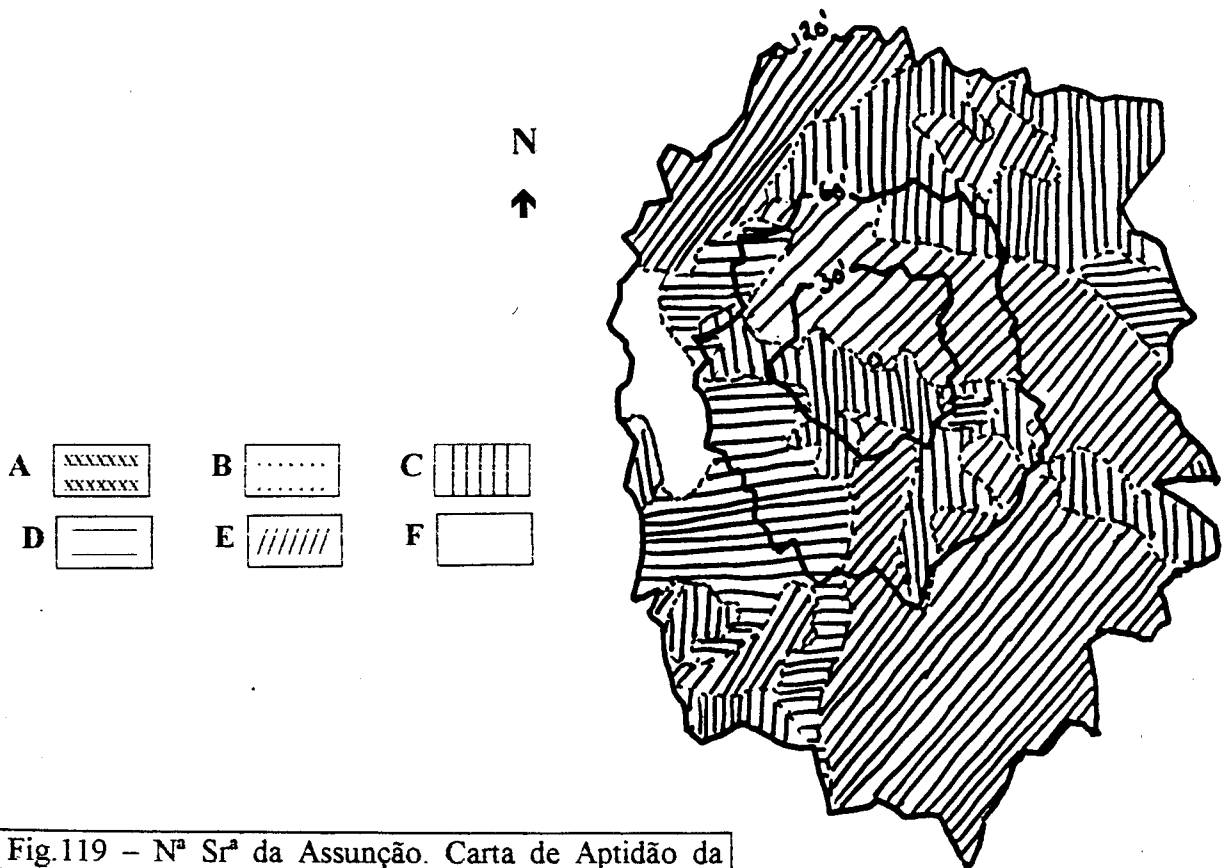


Fig.119 - Nº Srª da Assunção. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba), 1:100 000, folha 14, adaptado.

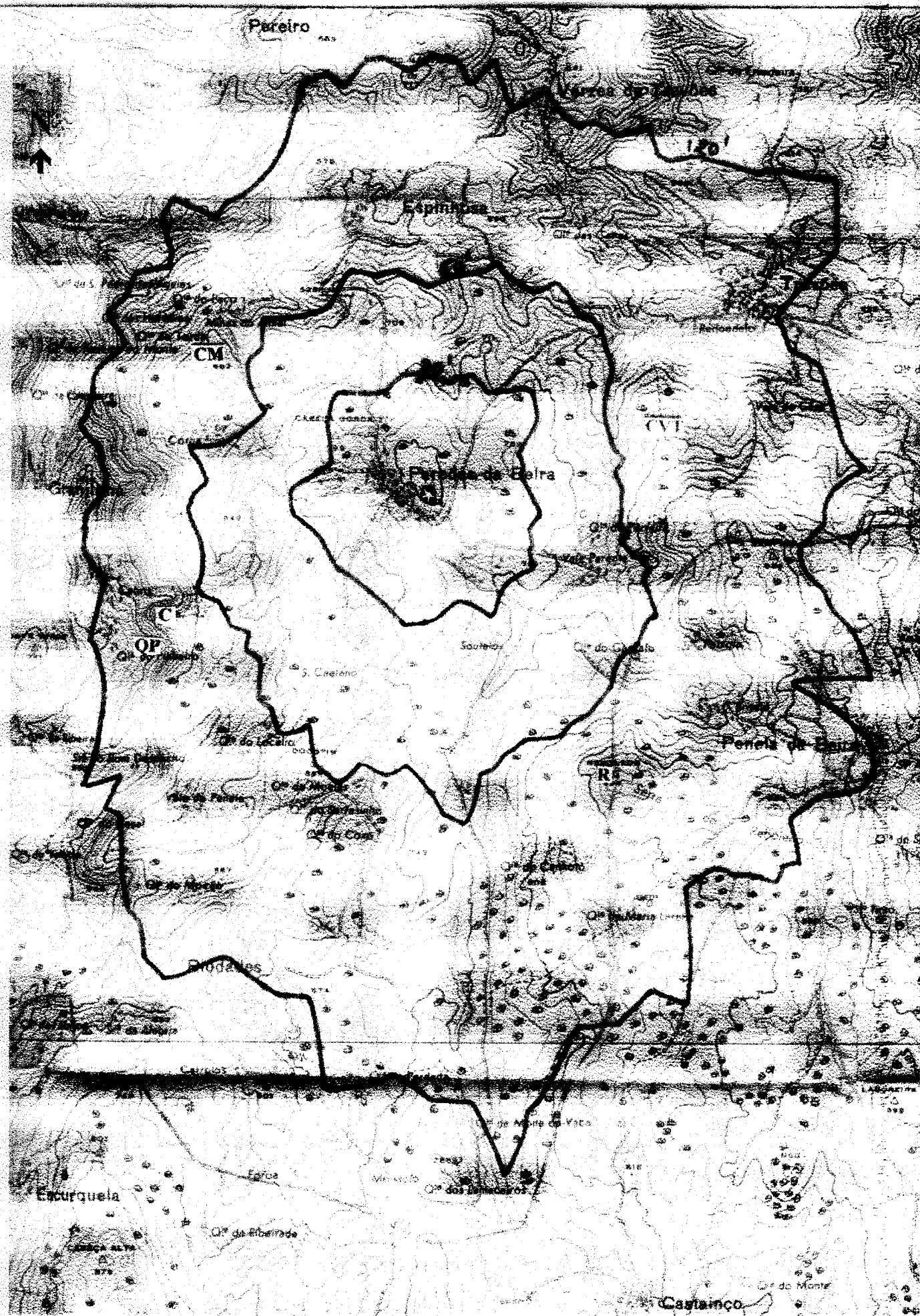


Fig 120 – N.ª Sr.ª da Assunção (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de Chã do Murganho (CM), Castelos Velhos de Trevões (CVT), Castelinhos (C), Quinta dos Pinheiros (QP) e Reboledo (R), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha n.º 14-B.

REBOLEDO

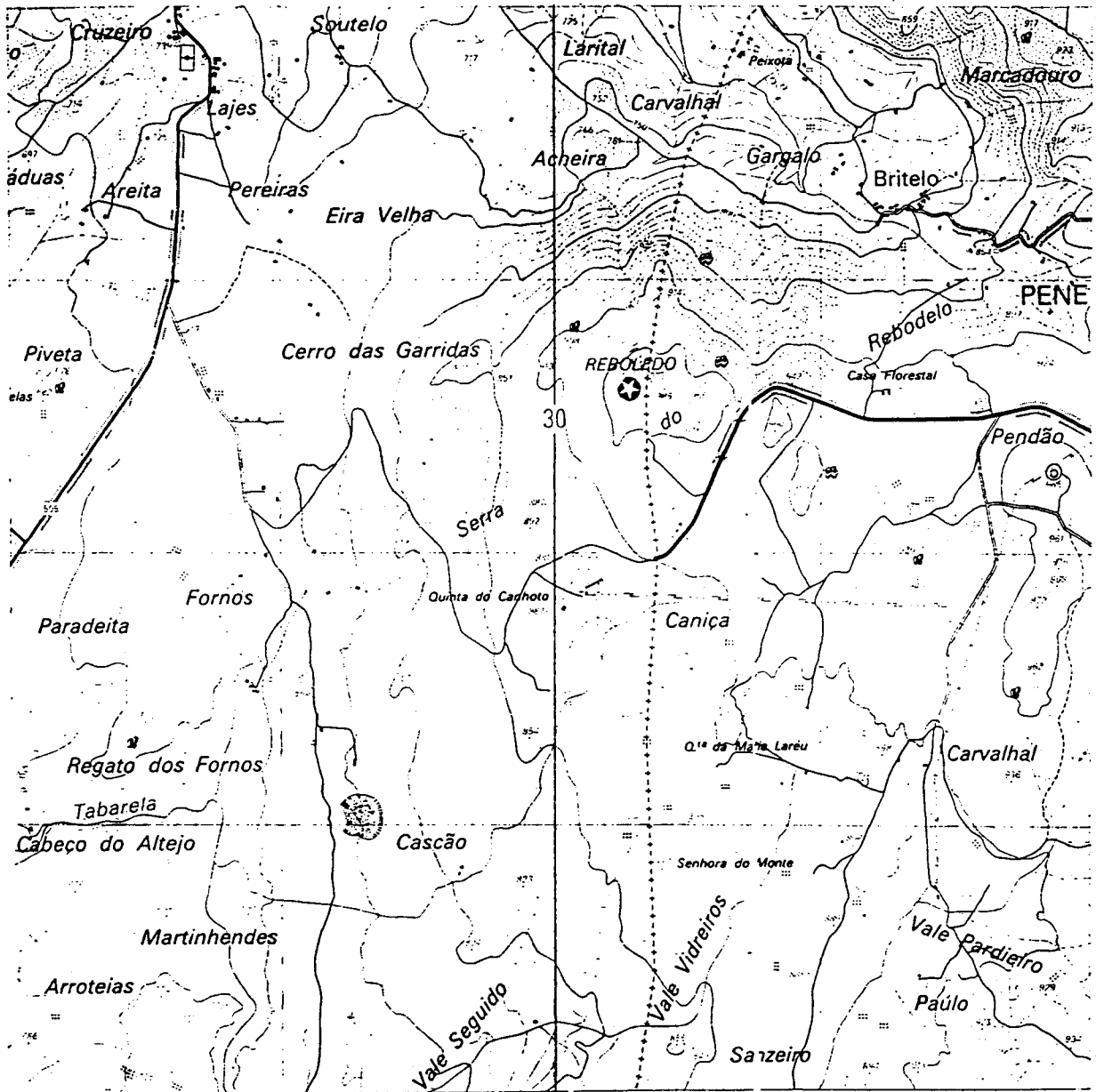


Fig.121 – Localização de Reboledo, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Reboledo (R)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Reboledo; Reboredo

LUGAR – Penela da Beira

FREGUESIA – Paredes da Beira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 02' 16" N.

Longitude – 01° 40' 53" E. Lx.

Altitude absoluta – 973 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: Seguir na estrada que sai de Penela da Beira (concelho de Penedono) em direcção à Srª do Monte durante sensivelmente 2 Km. Corta-se por um caminho carreteiro que leva ao sítio assinalado por um marco geodésico.

E – DESCRIÇÃO: O povoado de Reboledo localiza-se na Serra do Reboledo, ocupando uma plataforma com 973 m. de altitude que é delimitada a Este e a Oeste por dois picos montanhosos com 995 e 985 m. de altitude respectivamente. Todavia, o primeiro destes picos montanhosos também possui vestígios de ocupação, ostentando inclusive, uma linha de muralha com cerca de 2 m. de espessura, que envolve completamente a pequena plataforma que aí se forma, ocupando os espaços livres entre os afloramentos rochosos. A plataforma dos 973 m. é acessível quer pelo lado Norte, quer pelo lado Sul, apresentando nesses pontos linhas de muralhas.

F – ESPÓLIO:

- vários fragmentos cerâmicos manuais lisos;
- vários fragmentos de tacinhas de pastas depuradas;
- vários fragmentos de potes de armazenamento;
- vários fragmentos com decorações incisas profundas formando motivos em triângulo e losango;
- 1 fragmento com ornatos brunidos, que formam um motivo triangular;
- 1 fragmento cerâmico com decoração tipo “Baiões/Santa Luzia”;
- 1 pendente de xorca em bronze;
- 1 agulha em bronze.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 2,5 ha., a área da plataforma superior é de 0,68 ha (pejada de afloramentos e blocos graníticos).

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados – 0; fotos – 0; figuras – 16.

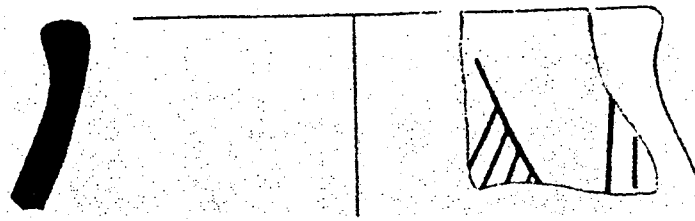


Fig. 122 – Reboledo. Fragmento cerâmico com decoração tipo “Baiões/Santa Luzia”, Esc. 1:1 (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

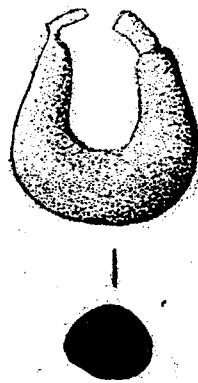


Fig. 123 – Reboledo. Pendente de xorca em bronze, Esc. 1:1 (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

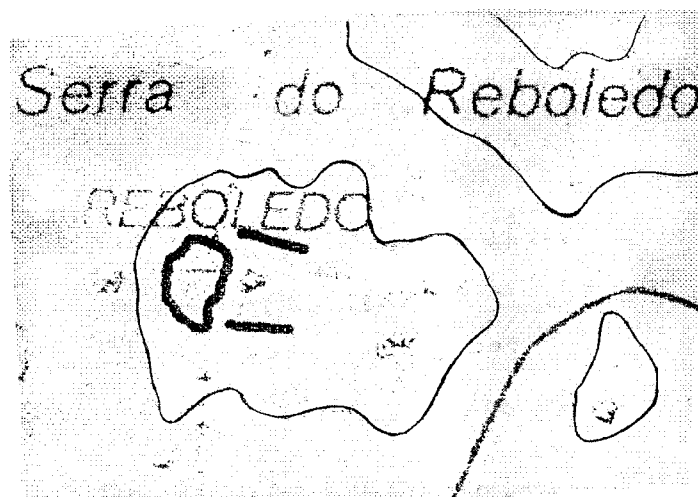


Fig. 124 = Reboledo. Esquema da muralha (Seg. Carvalho *et alii*, no prelo).

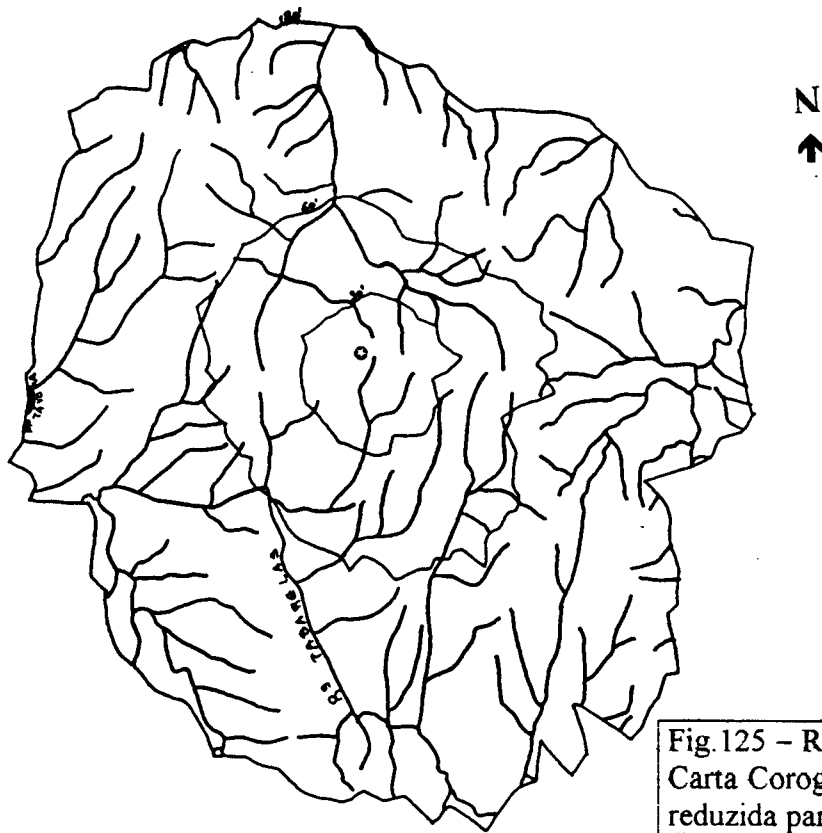


Fig.125 - Reboledo. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

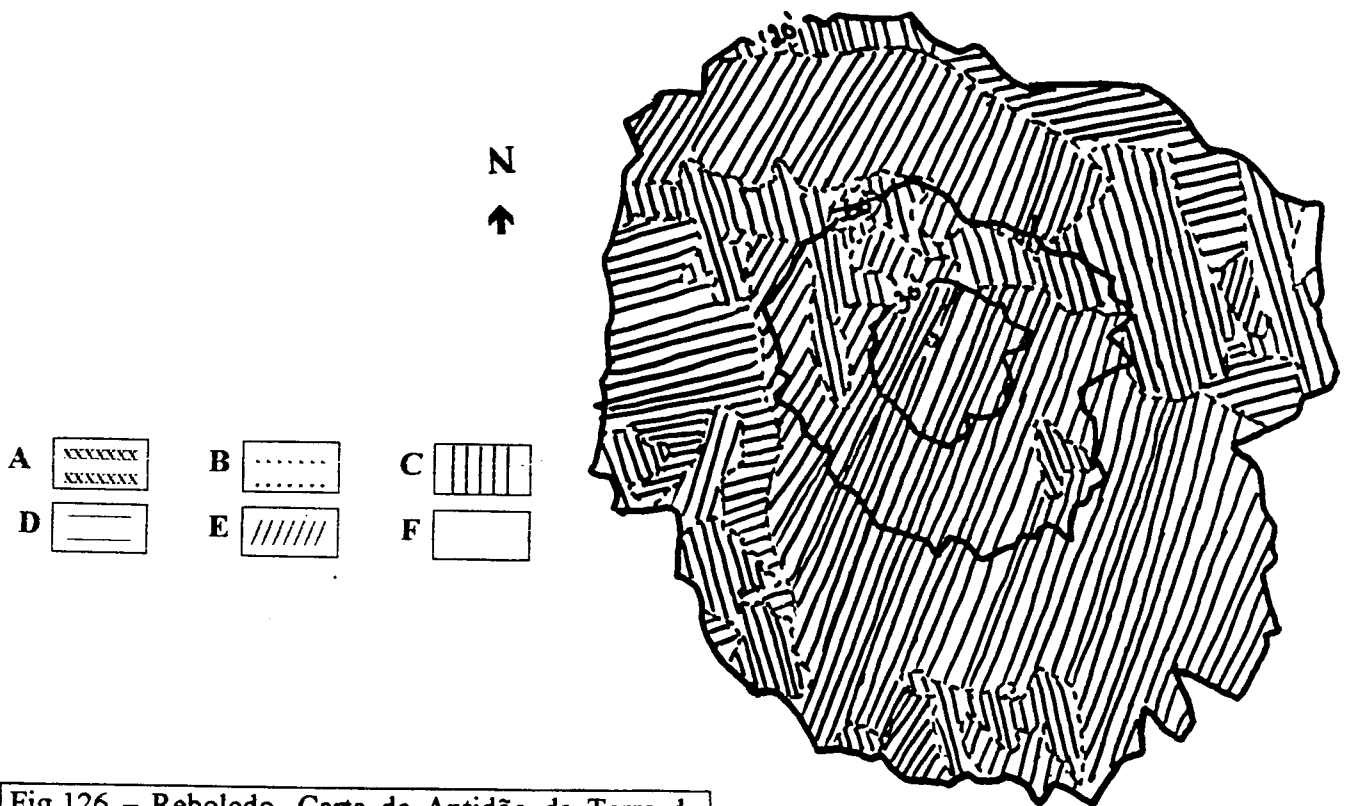


Fig.126 - Reboledo. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folha 14, adaptado.



Fig. 127 – Reboledo (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de N^a Sr^a da Assunção (SA) e Castelos Velhos de Trevões (CVT), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha n^o 14-B.

S. MAMEDE

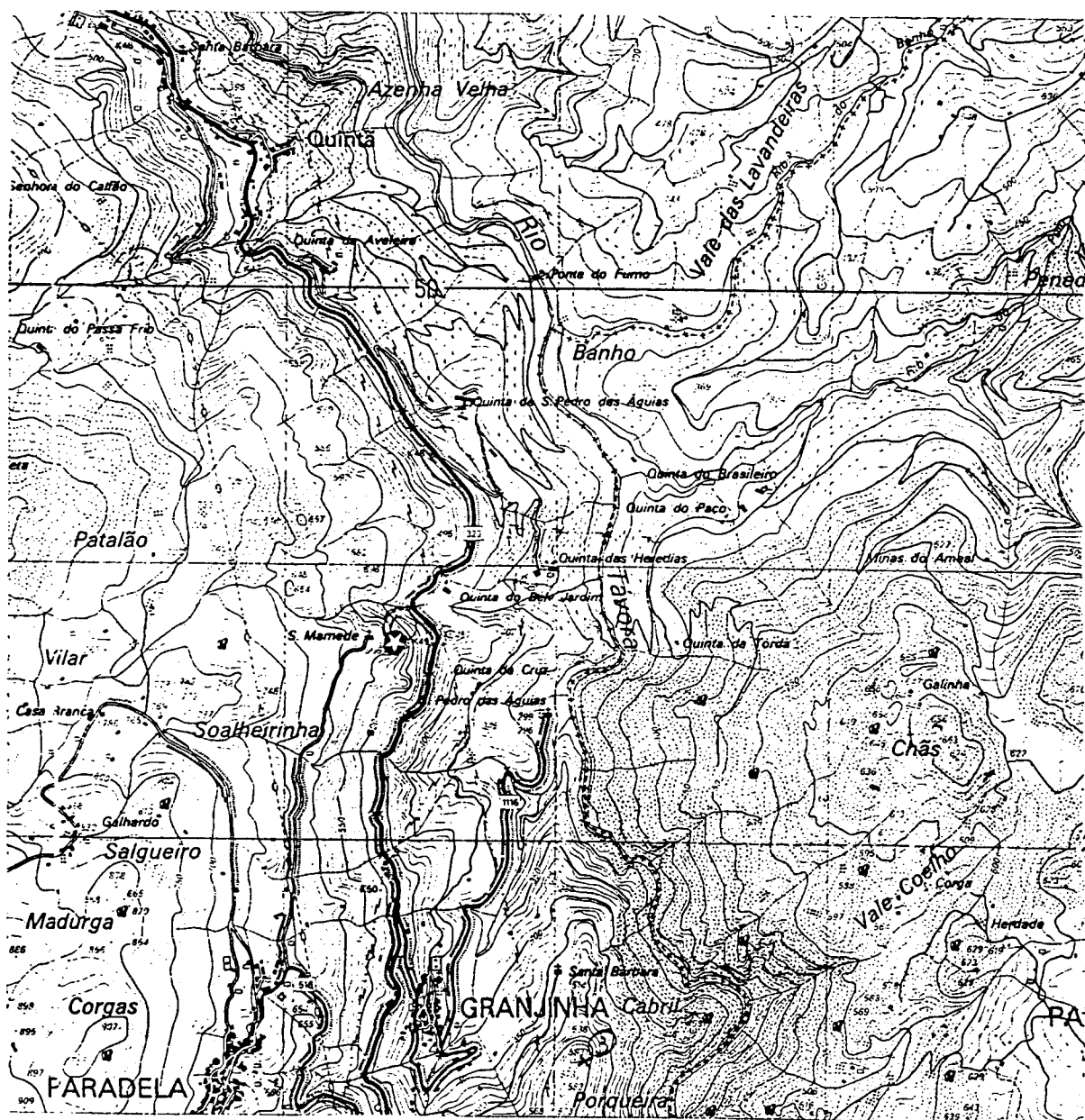


Fig. 128 – Localização de S. Mamede, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): S. Mamede (M)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – S. Mamede

LUGAR – Paradela

FREGUESIA – Paradela

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41^o 04' 35'' N.

Longitude – 01^o 36' 42'' E. Lx.

Altitude absoluta – 578 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: Perpétuo et alii, 1999: 145-146.

D – ACESSOS: Seguir pela estrada de terra batida que começa ao lado da Escola Primária da aldeia de Paradela até à Ermida de S. Mamede.

E – DESCRIÇÃO: O sítio de S. Mamede está localizado numa plataforma, encaixada entre dois picos graníticos, sobranceira ao Rio Távora. Embora defendido naturalmente, foi ainda construída uma muralha sem grande monumentalidade, constituída por pedras de pequenas e médias dimensões.

F – ESPÓLIO: • alguns fragmentos cerâmicos manuais datáveis do Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,25 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 1; figuras - 13.

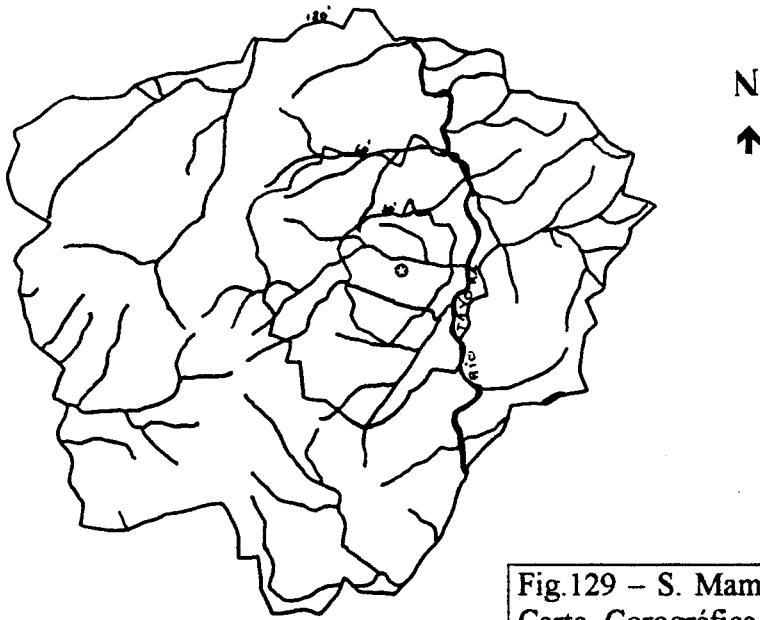


Fig.129 – S. Mamede. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

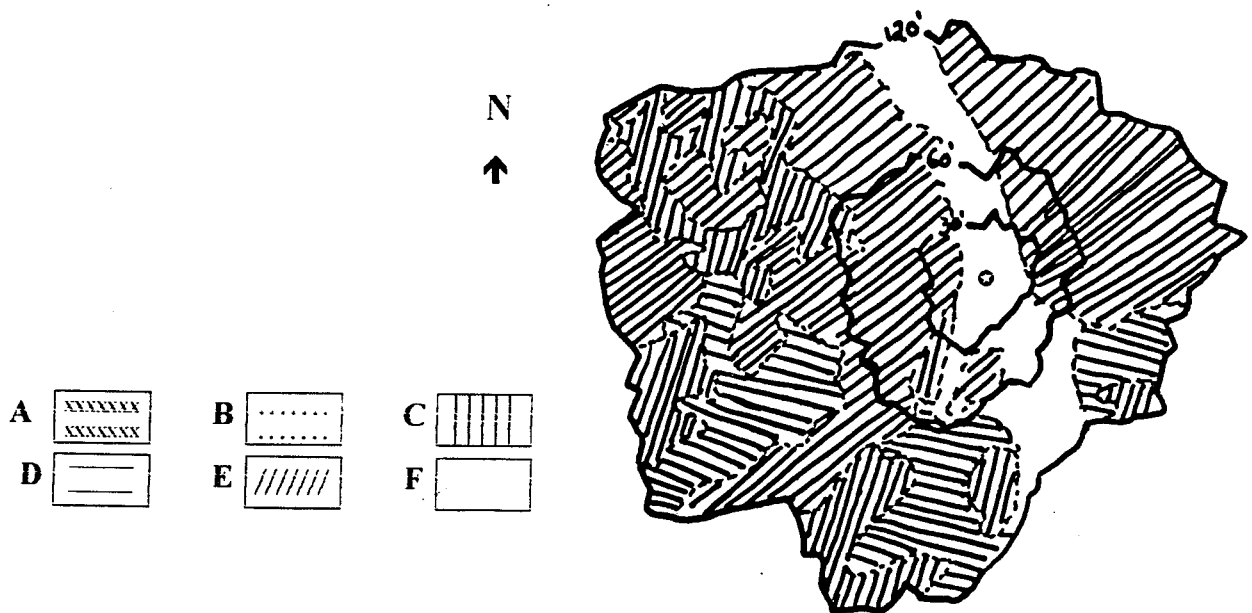


Fig.130 – S. Mamede. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folhas 14, adaptado.



Fot.35 – S. Mamede. Vista Sul.

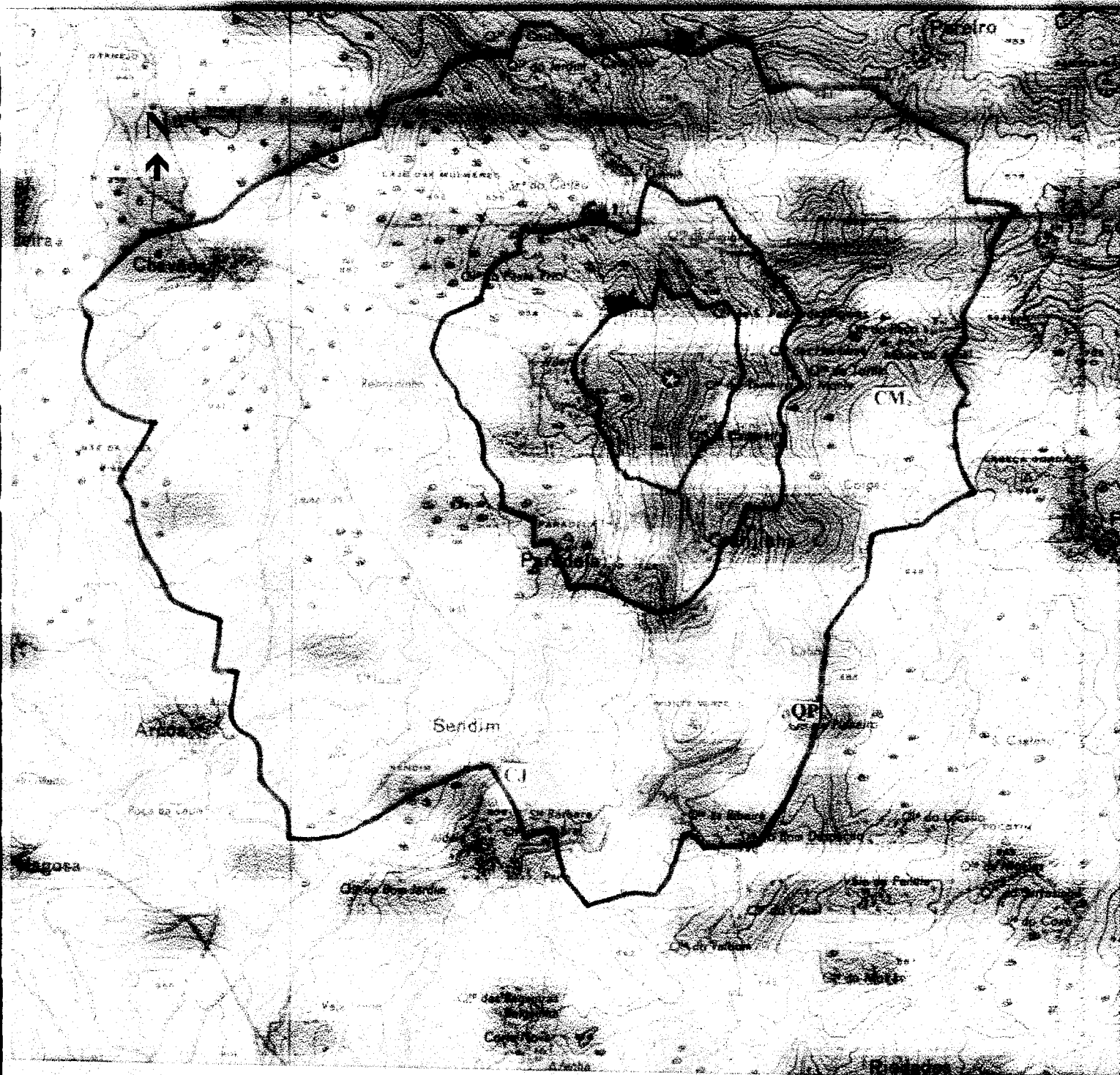


Fig 131 – S. Mamede (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de Cabeço de S. João (CJ), Quinta dos Pinheiros (QP) e Chã do Murganho (CM), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 14-B.

QUINTA DOS PINHEIROS

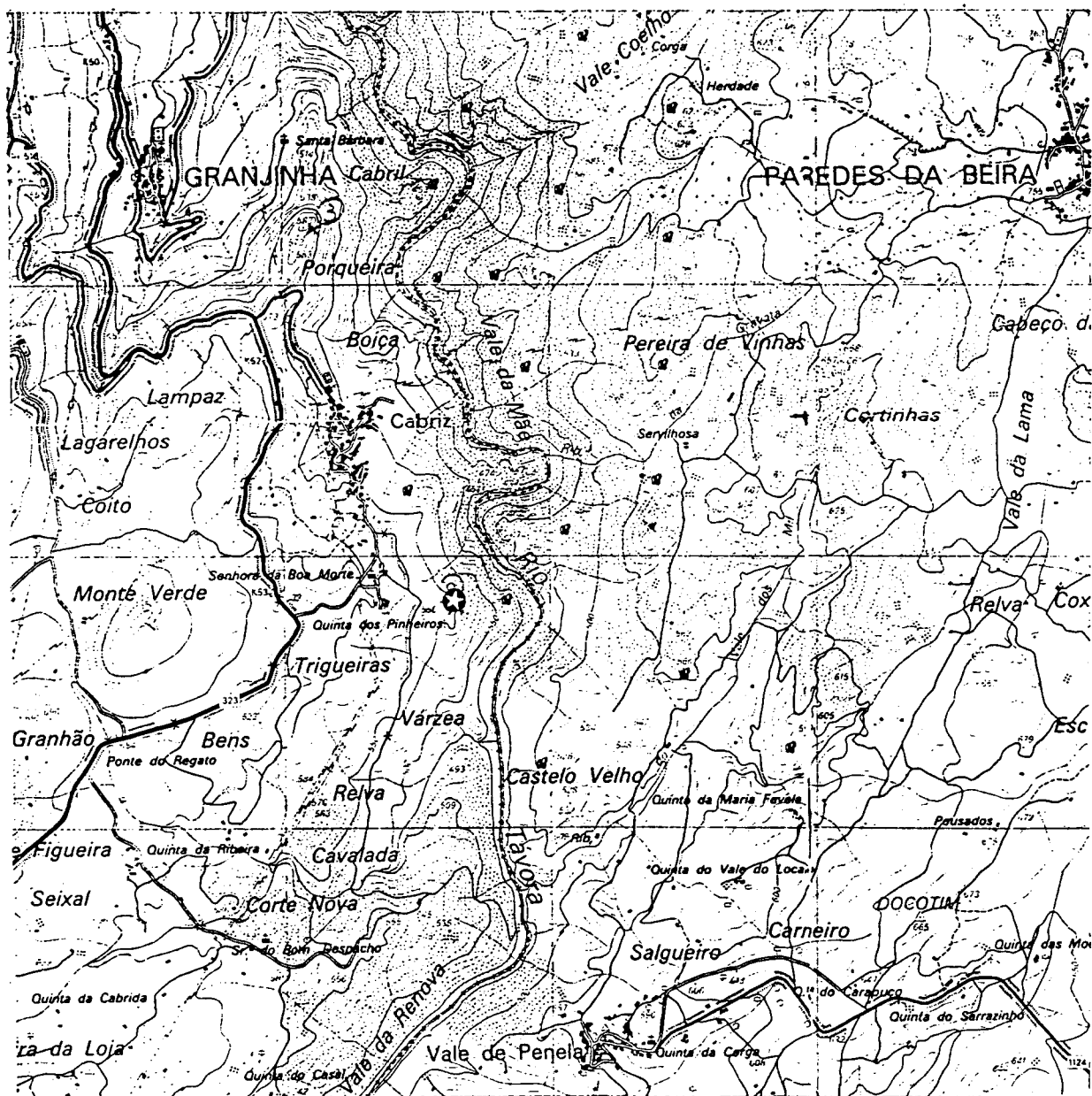


Fig.132 – Localização da Quinta dos Pinheiros, C.M.P. 1:25 000, folha nº139.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Quinta dos Pinheiros (QP)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Quinta dos Pinheiros

LUGAR – Cabriz

FREGUESIA – Sendim

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 03' 12" N.

Longitude – 01° 37' 24" E. Lx.

Altitude absoluta – 560 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 139 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 183-184.

D – ACESSOS: O acesso faz-se por um caminho de terra batida que sai pelo lado Sul da aldeia de Cabriz.

E – DESCRIÇÃO: O sítio da Quinta dos Pinheiros localiza-se numa plataforma encaixada entre dois contrafortes graníticos sobre a margem esquerda do Rio Távora, para o qual desce a encosta escarpada que o limita a Este. O sítio não possui qualquer vestígio de estruturas defensivas, possuindo no entanto uma excelente posição geoestratégica.

F – ESPÓLIO: ● 3 moventes e 1 dormente de moinhos manuais em granito;
● vários fragmentos cerâmicos lisos datáveis do Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº – meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 1,5 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 2; figuras - 16.

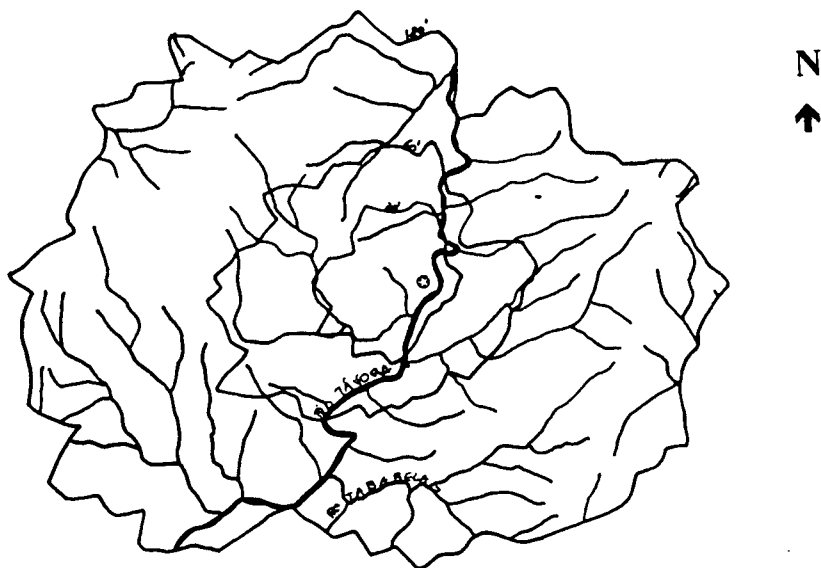


Fig.133 – Quinta dos Pinheiros. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

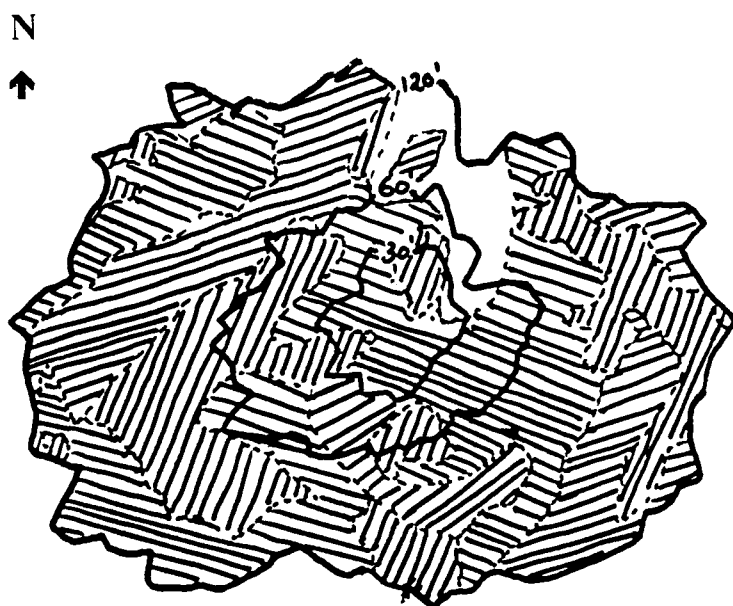
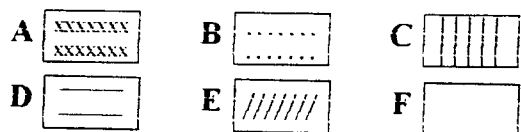


Fig.134 – Quinta dos Pinheiros. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folhas 14, adaptado.



Fot.36 – Quinta dos Pinheiros. Vista Oeste.



Fot.37 – Quinta dos Pinheiros. Vista SO.

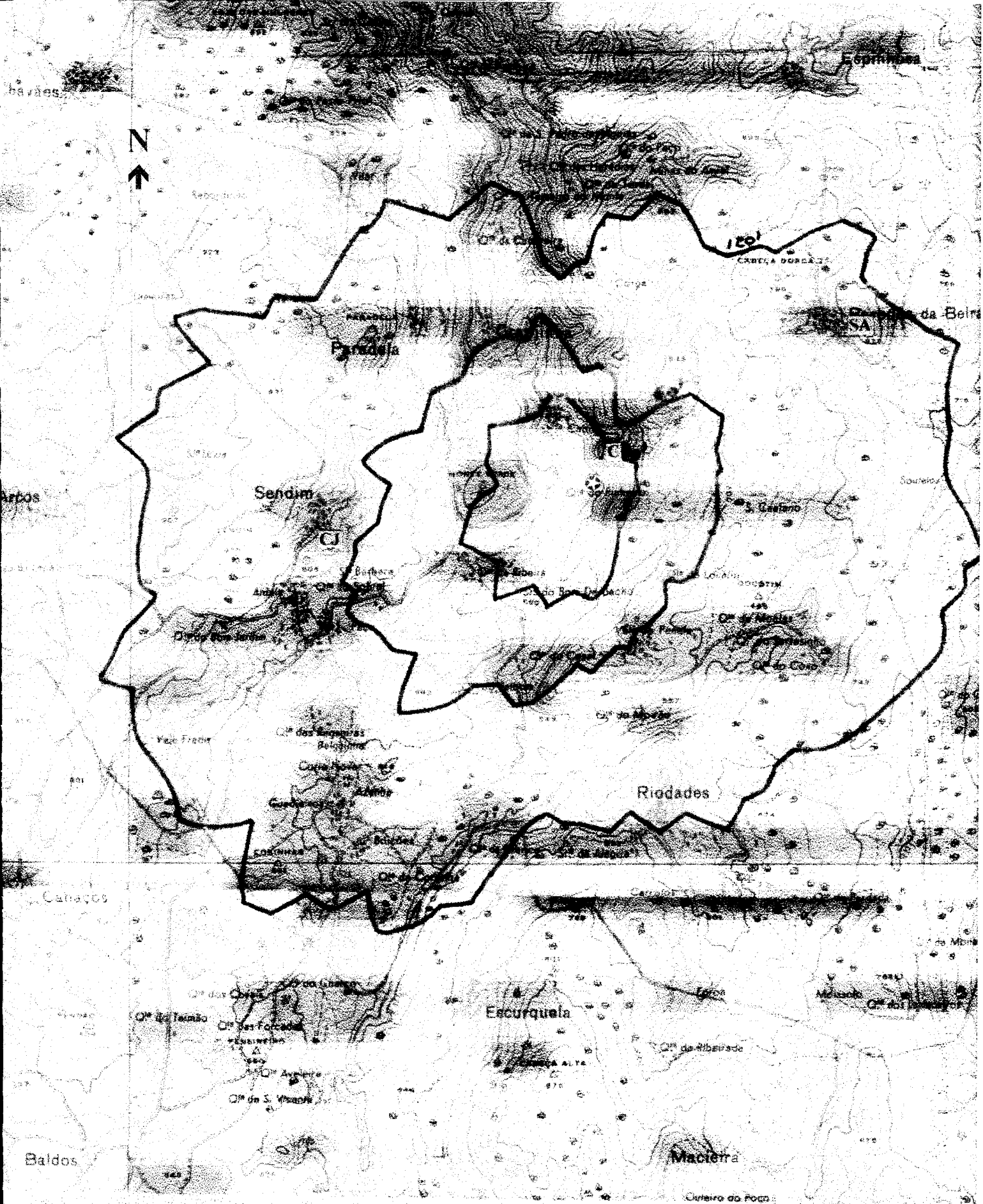


Fig. 135 – Quinta dos Pinheiros (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os povoados de Castelinhos (C), Cabeço de S. João (CJ) e N.ª Sr.ª da Assunção(SA), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 14-B.

CITÂNIA DE LONGA

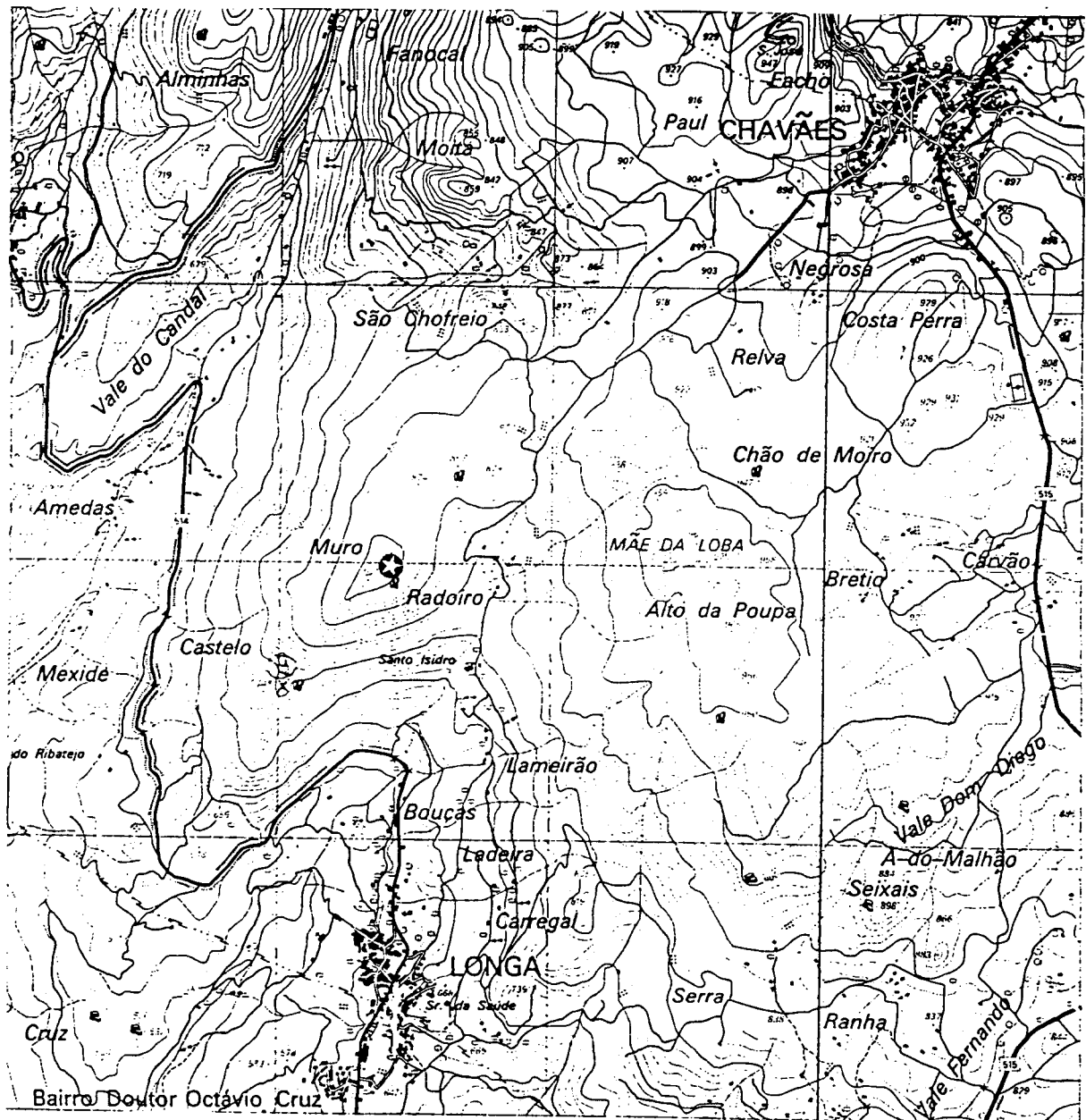


Fig.136 – Localização da Citânia de Longa, C.M.P. 1:25 000, folha nº138.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Citânia de Longa (L)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Muro

LUGAR – Longa

FREGUESIA – Longa

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 04' 15" N.

Longitude – 01° 32' 26" E. Lx.

Altitude absoluta – 918 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 138 (1997 – 3ª edição):

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Perpétuo et alii*, 1999: 131-136.

D – ACESSOS: Pelos caminhos de terra batida sinalizados a partir de Longa ou de Chavães.

E – DESCRIÇÃO: A Citânia de Longa encontra-se localizada no topo arredondado de um imponente e escarpado morro de 918 m. de altitude. O acesso mais fácil faz-se pelo lado NE, onde se implanta uma grande muralha com cerca de 250 m., que ajuda a completar a defesa natural e a cortar o acesso ao povoado. Aquando do restauro desta muralha foi recolhido um grande número de moventes e dormentes de mós manuais em granito (mais de duas centenas). A cerca de 50 m. acima pode observar-se uma nova linha de muralha bastante arruinada, sendo as suas proporções bem menores do que a anterior. O solo primitivo do povoado encontra-se muito alterado devido ao aproveitamento agrícola, com o cultivo de centeio e o plantio de pinheiros, castanheiros e sobreiros.

F – ESPÓLIO: • 1 machado de pedra polida em anfibólito;

• vários elementos de moinhos manuais;

• 2 fragmentos cerâmicos decorados de que se destaca um de tipo “Baiões/Santa Luzia”;

• algumas dezenas de fragmentos cerâmicos manuais lisos datáveis do Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 1,75 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 2; figuras - 12.

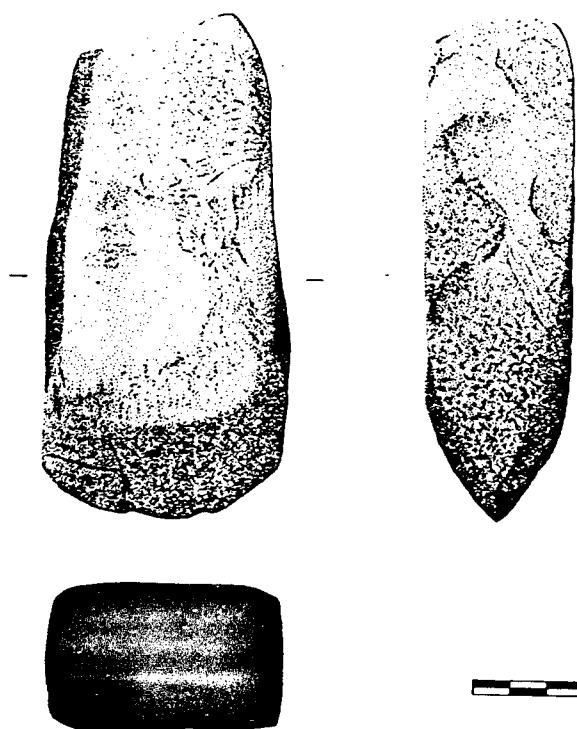


Fig. 137 – Citânia de Longa. Machado de pedra polida (Seg. Perpétuo *et alii*, 1999, 133).

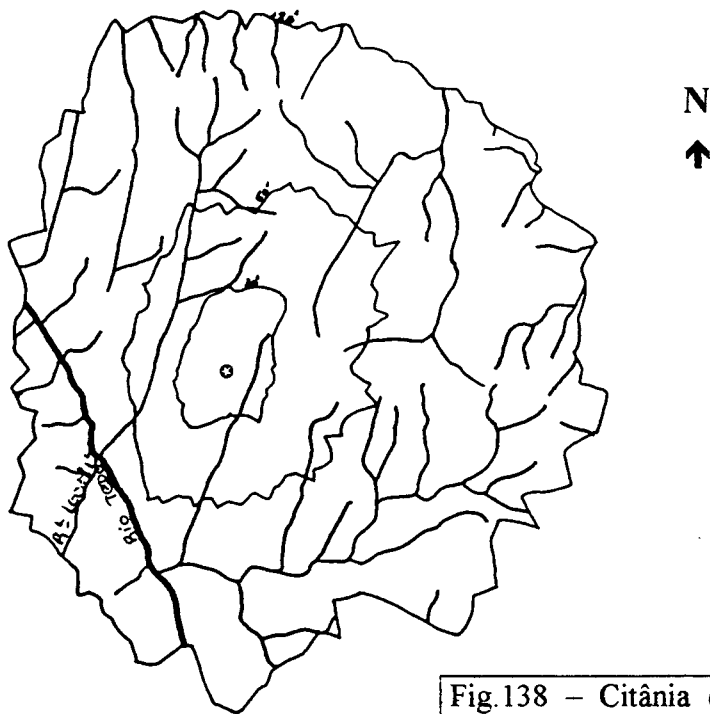


Fig.138 – Citânia de Longa. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas 14-B e 10-D) reduzida para a escala 1:100 000.

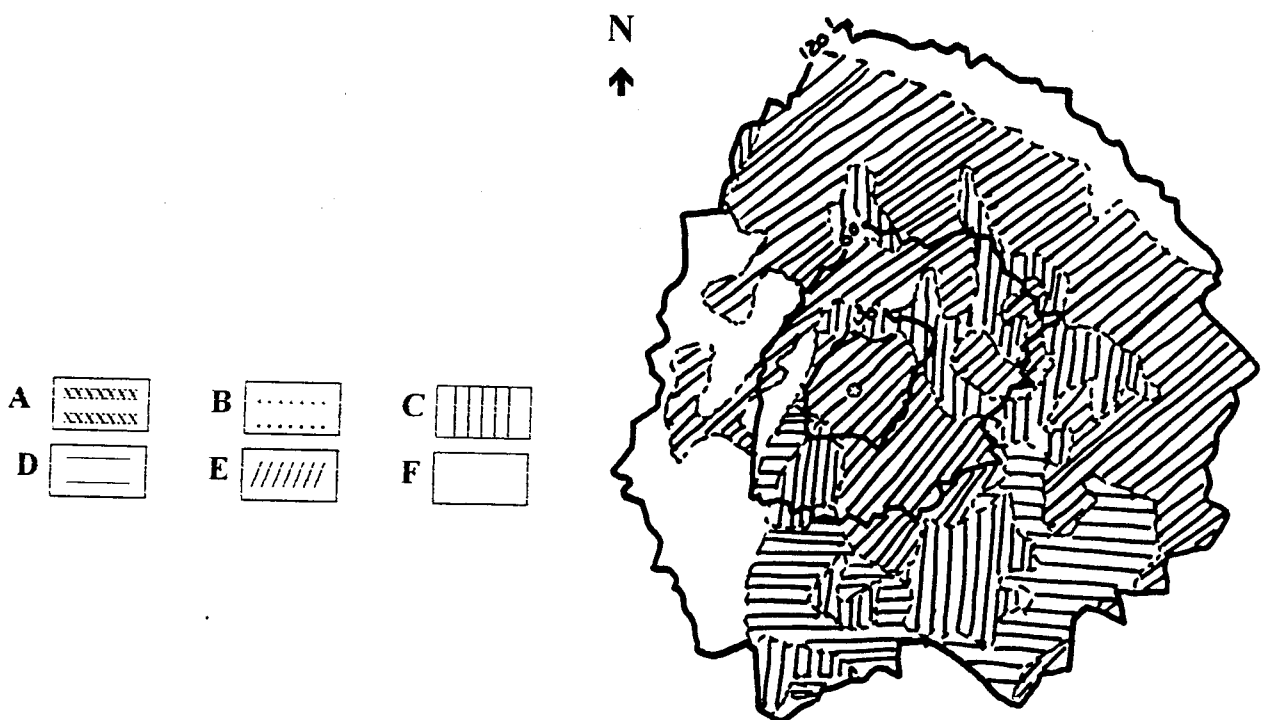
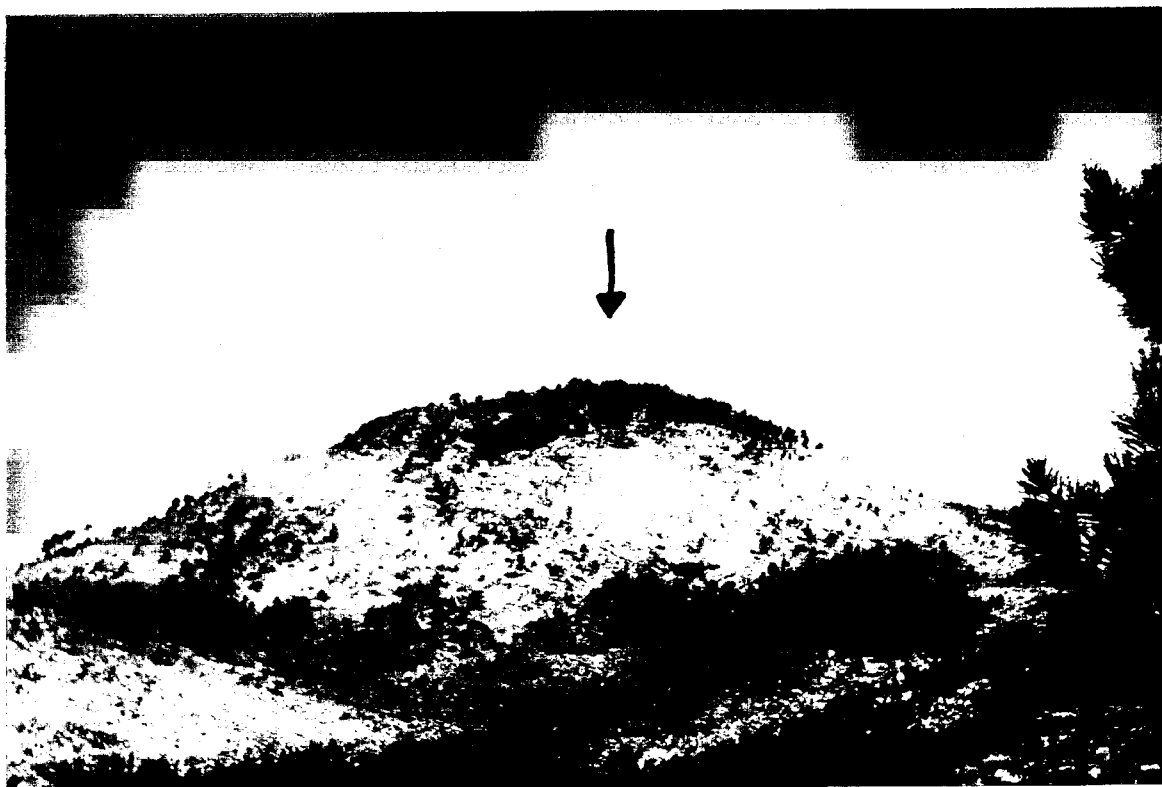


Fig.139 – Citânia de Longa. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folhas 14 e 10, adaptado.



Fot.38 – Localização da Citânia de Longa.



Fot.39 – Localização da Citânia de Longa e do povoado Calcolítico de Graíl.

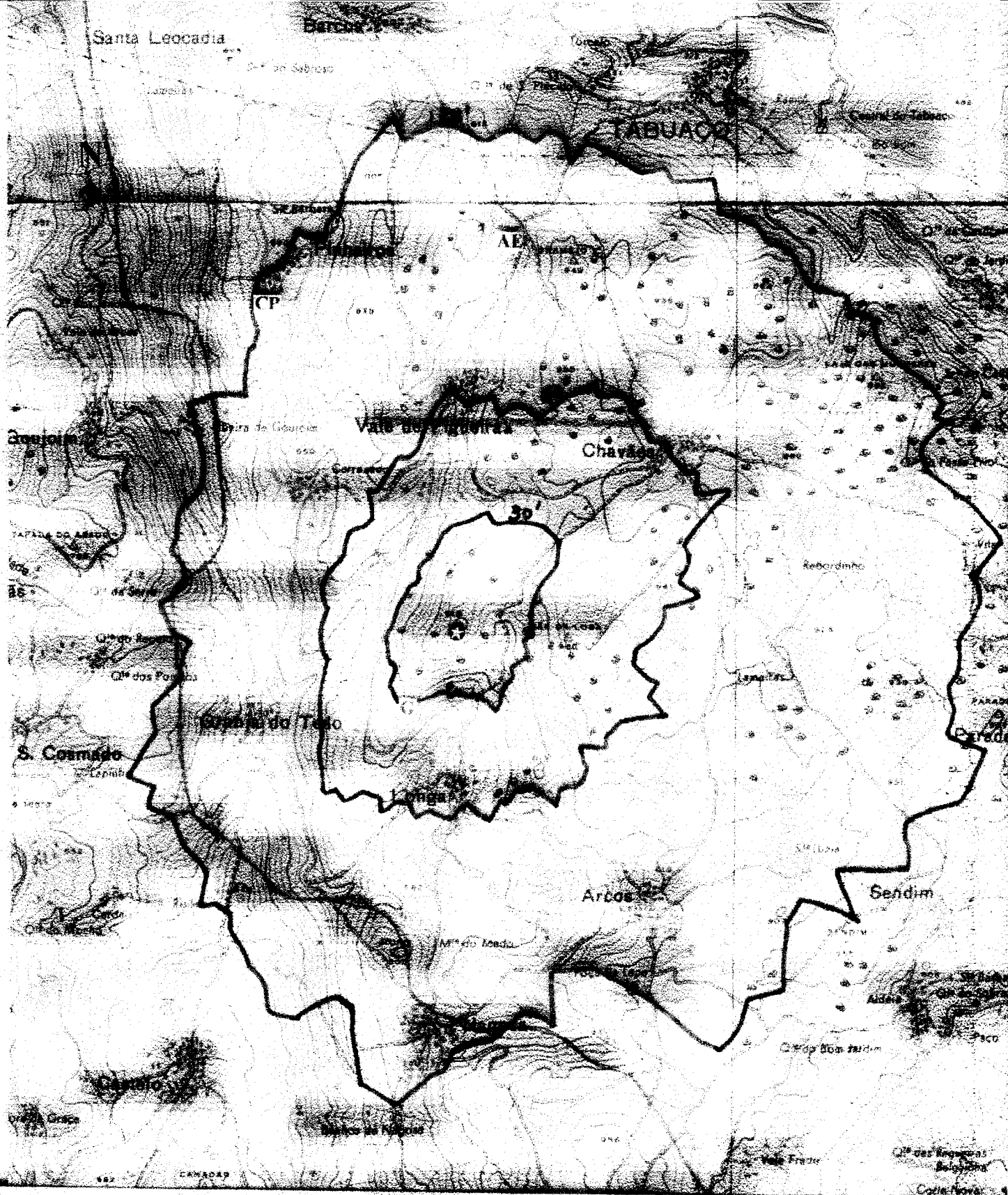


Fig. 140 – Citânia de Longa (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os sítios de Cabeço das Pombas (CP), Alto da Escrita (AE) e o povoado Calcólítico de Grail (G), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 14-B e 10-D.

CASTRO DO SABROSO

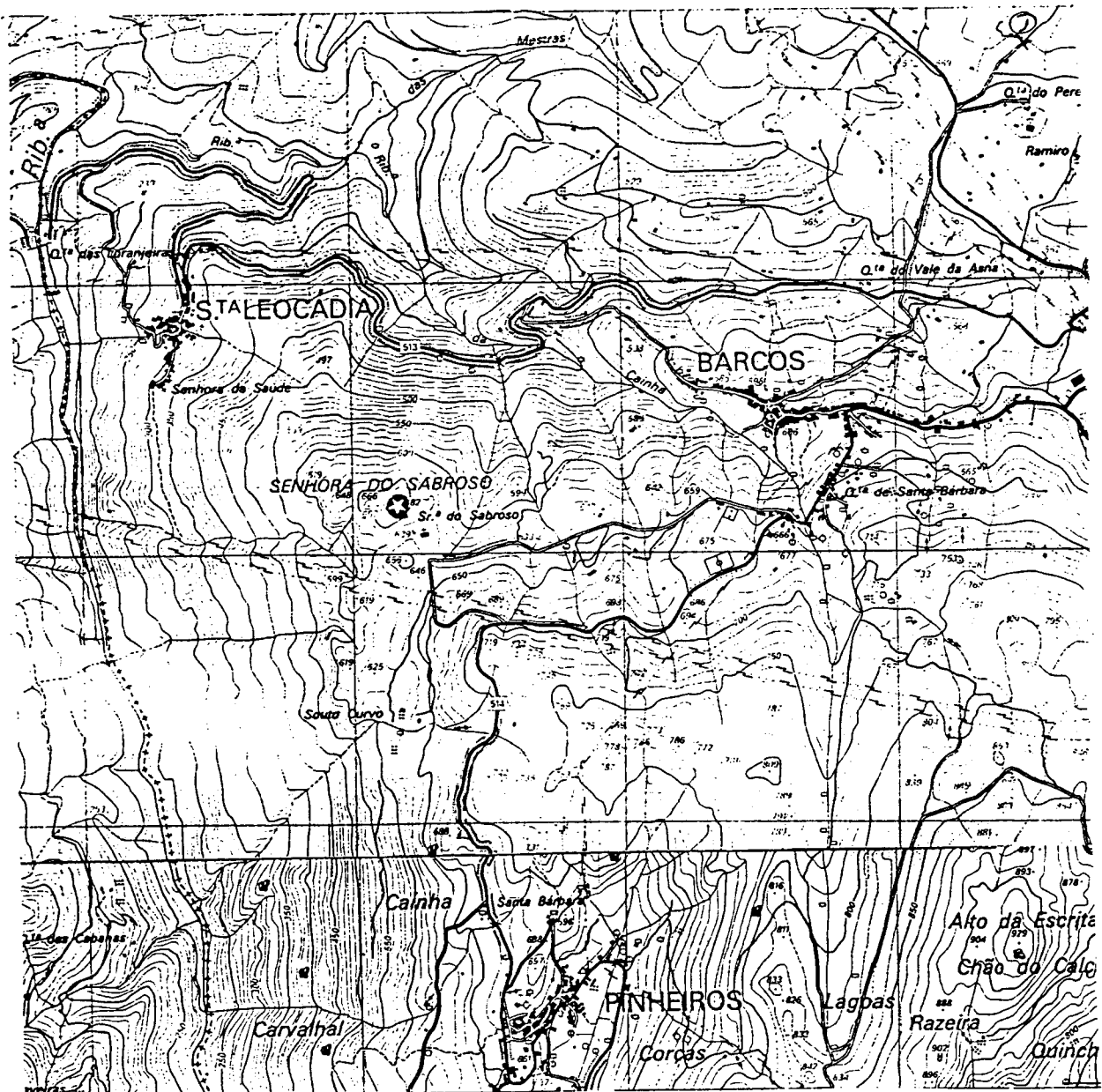


Fig.141 – Localização do Castro do Sabroso, C.M.P. 1:25 000, folhas nº127 e 138.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Castro do Sabroso (CS)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Sabroso; Cabeça da Pena

LUGAR – Barcos

FREGUESIA – Barcos

CONCELHO – Tabuaço

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 07' 05" N.

Longitude – 01° 30' 41" E. Lx.

Altitude absoluta – 682 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 127 (1998 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Perpétuo et alii**, 1999: 77-79.

D – ACESSOS: Pela Estrada Municipal 514 no sentido Pinheiros – Barcos, corta-se à esquerda pela estrada de alcatrão com a indicação do Santuário Românico de Sabroso.

E – DESCRIÇÃO: O sítio de Sabroso implanta-se numa pequena plataforma no topo de um morro granítico pejado de afloramentos dessa mesma rocha. Esta localização particular leva-nos a crer que a ocupação do topo do monte tenha sido muito reduzida, devido à quase total inexistência de espaço para a edificação de estruturas habitacionais. Terão sido, provavelmente, também ocupados os muitos abrigos naturais sob rocha que se espalham um pouco por todas as encostas do monte (alguns de consideráveis dimensões). Pode-se observar a presença de uma muralha bastante destruída, com cerca de 2 m. de largura, constituída por pedras de pequenas e médias dimensões, que orla o topo do monte. Do lado Norte, e já no sopé do monte, foi edificada uma segunda linha de muralha que se desenvolve ao longo de 50 m. entre dois afloramentos graníticos. O estado de degradação é semelhante à anterior. Refira-se ainda a posição alcantilada do sítio de Sabroso, que lhe permite visibilizar uma grande área da paisagem que o rodeia.

F – ESPÓLIO: • vários fragmentos de cerâmica manual datáveis do Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do habitat será de 0,5 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 3; figuras - 11.

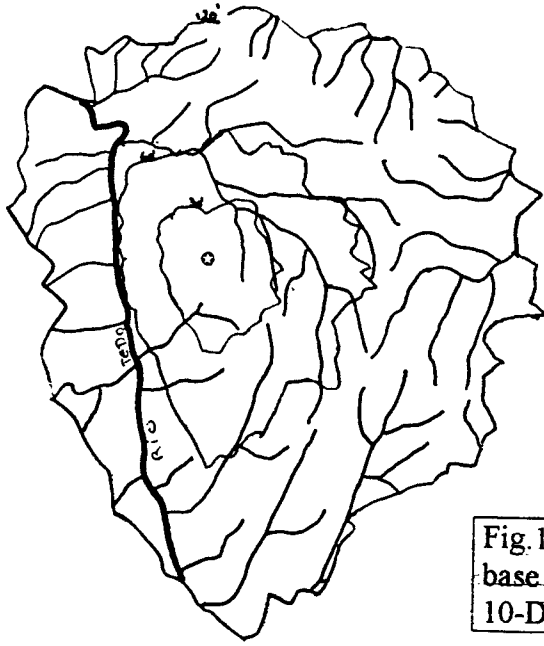


Fig.142 – Castro do Sabroso. Carta de Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas 10-D e 14-B) reduzida para a escala 1:100 000.

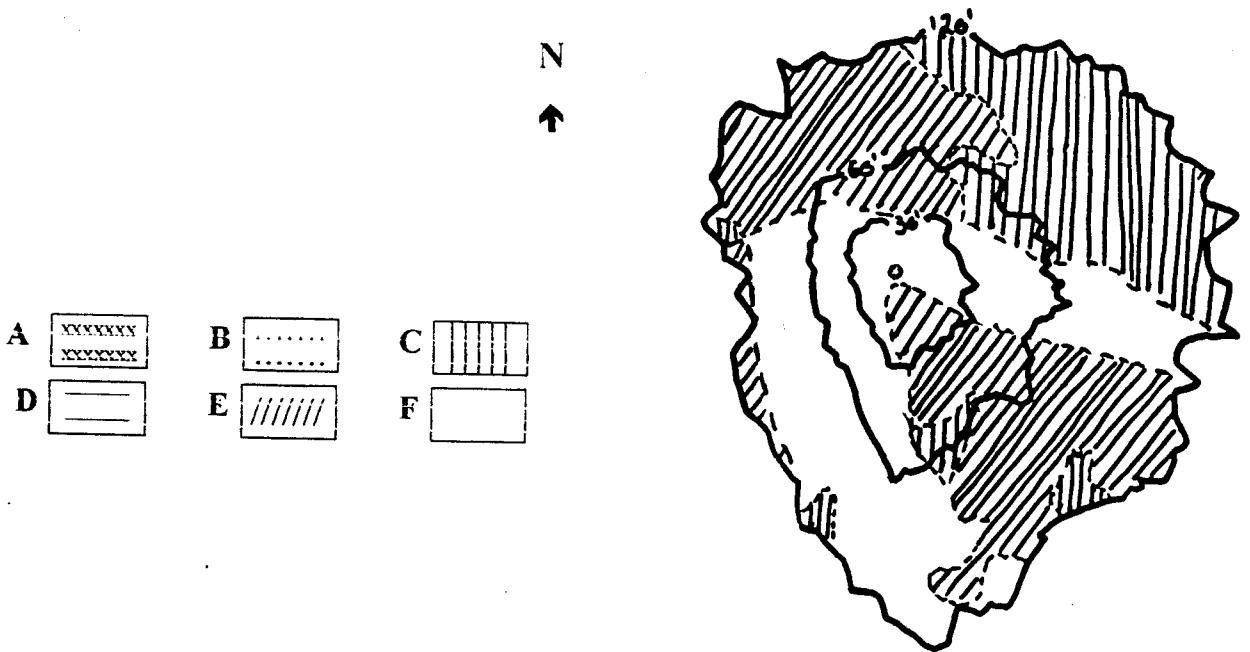
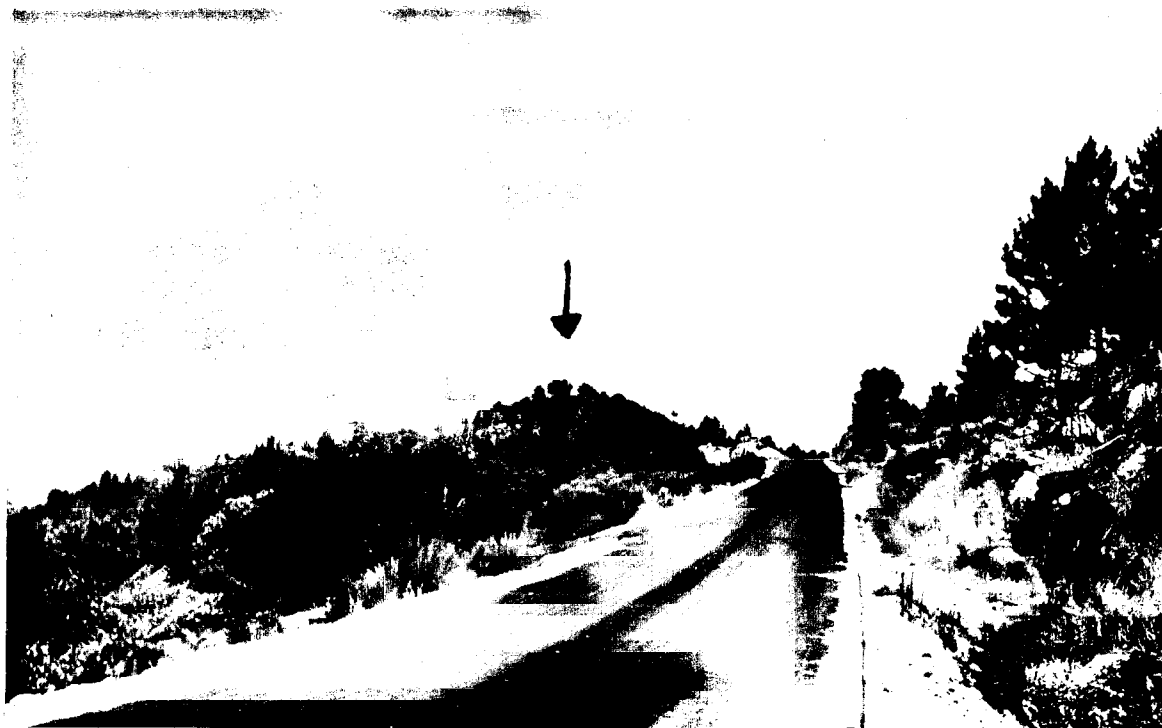


Fig.143 – Castro do Sabroso. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folhas 10 e 14, adaptado.



Fot.40 – Castro do Sabroso. Vista Sul.



Fot.41 – Castro do Sabroso. Pormenor da muralha.



Fot.42 – Castro do Sabroso. Pormenor de um abrigo rochoso.

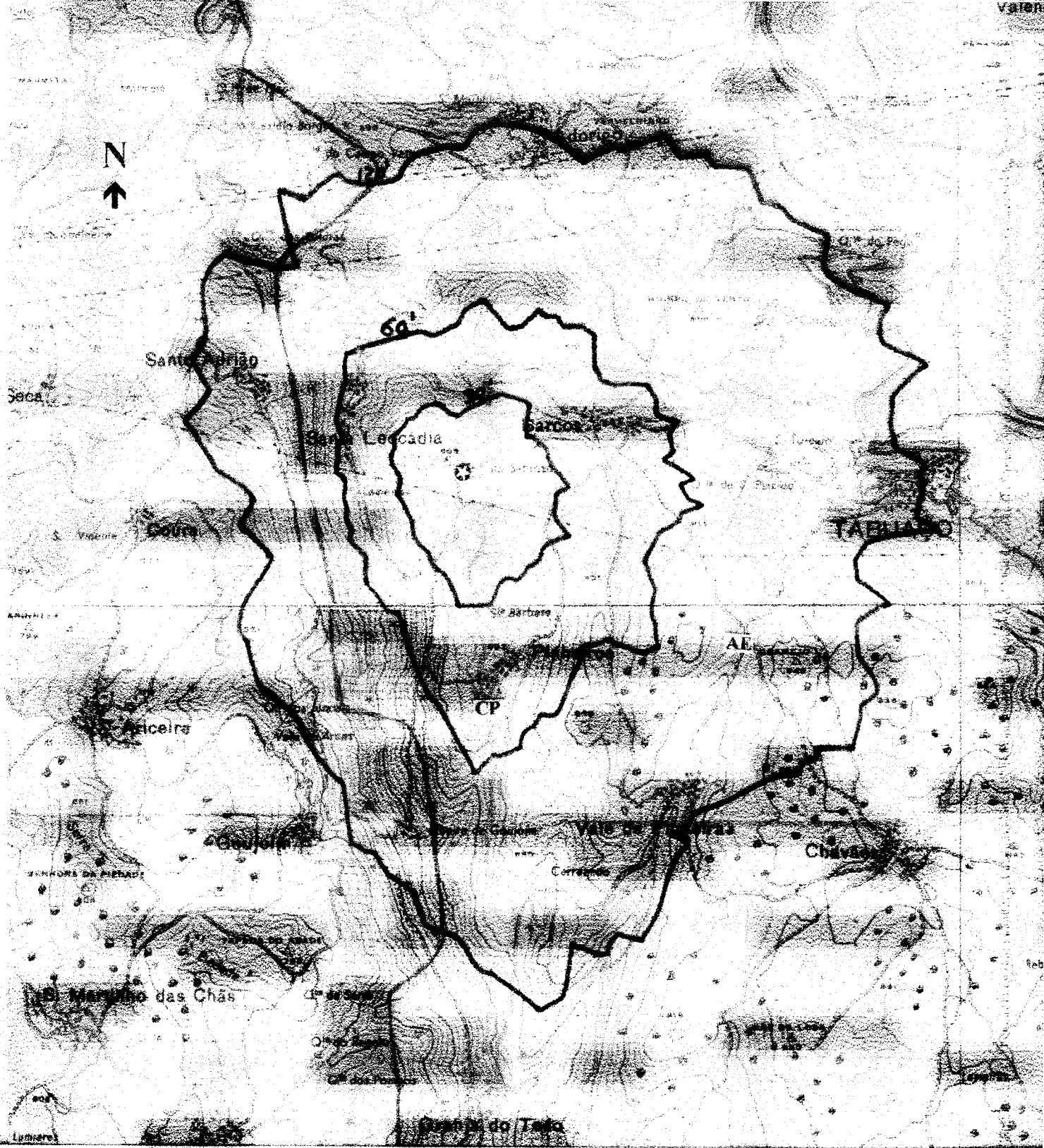


Fig. 144 – Castro do Sabroso (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e os sítios de Cabeço das Pombas (CP) e Alto da Escrita (AE), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha nº 10-D e 14-B.

QUINTA DA ABELHEIRA

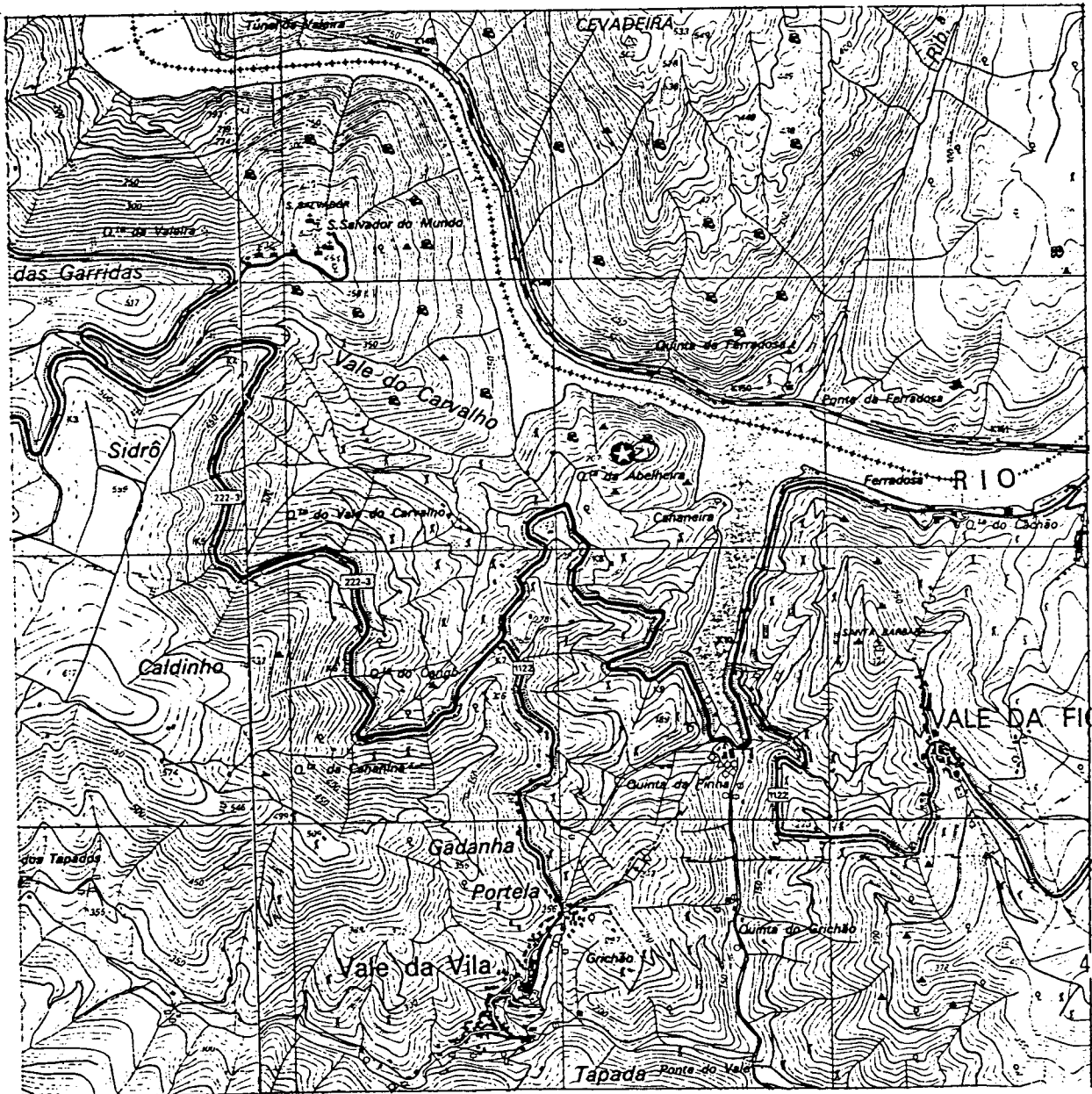


Fig. 145 – Localização da Quinta da Abelheira, C.M.P. 1:25 000, folhas nº129 e 128.

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Quinta da Abelheira (QA)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Quinta da Abelheira

LUGAR – Quinta da Abelheira

FREGUESIA – Vale da Figueira

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 08' 38" N.

Longitude – 01° 46' 46" E. Lx.

Altitude absoluta – 237 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 129 (1994 – 2ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: *Carvalho et alii* (no prelo).

D – ACESSOS: Pela Estrada nacional 222-3 que segue de S. João da Pesqueira para Vale da Figueira. Após 1 Km. do entroncamento de Vale da Vila, toma-se um caminho carreteiro à esquerda.

E – DESCRIÇÃO: A Quinta da Abelheira localiza-se no topo de um monte sobranceiro ao Rio Douro. Geo-estrategicamente colocado domina visualmente uma boa porção do Rio Douro, sendo visível a partir de S. Salvador do Mundo e vice-versa. Possui uma linha de muralha particularmente bem edificada na vertente Oeste, que circunda a coroa do monte. Foi nesta encosta que foi exumado o espólio.

F – ESPÓLIO:

- 1 fragmento de um machado de pedra polida em anfibólito;
- 1 movente em granito;
- vários fragmentos cerâmicos manuais;
- 1 fragmento cerâmico com decoração incisa com fiadas de linhas oblíquas em direcções opostas (motivo em “espinha”).

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do povoado será de 0,75 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 1; figuras - 12 .



Fig.146 – Quinta da Abelheira. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folhas 11-C e 10-D) reduzida para a escala 1:100 000.

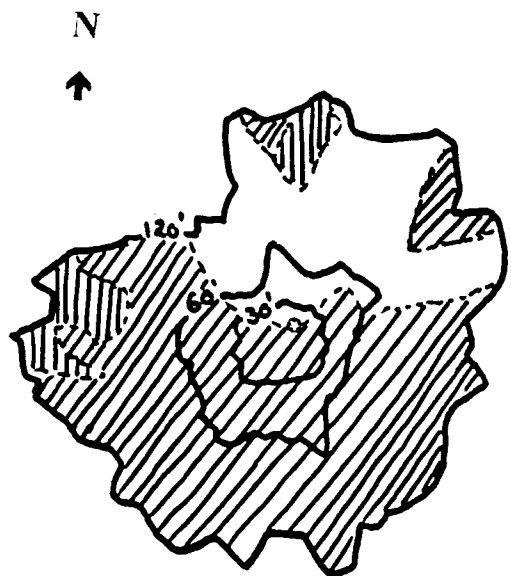
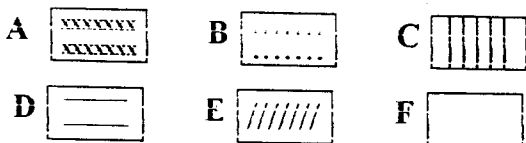
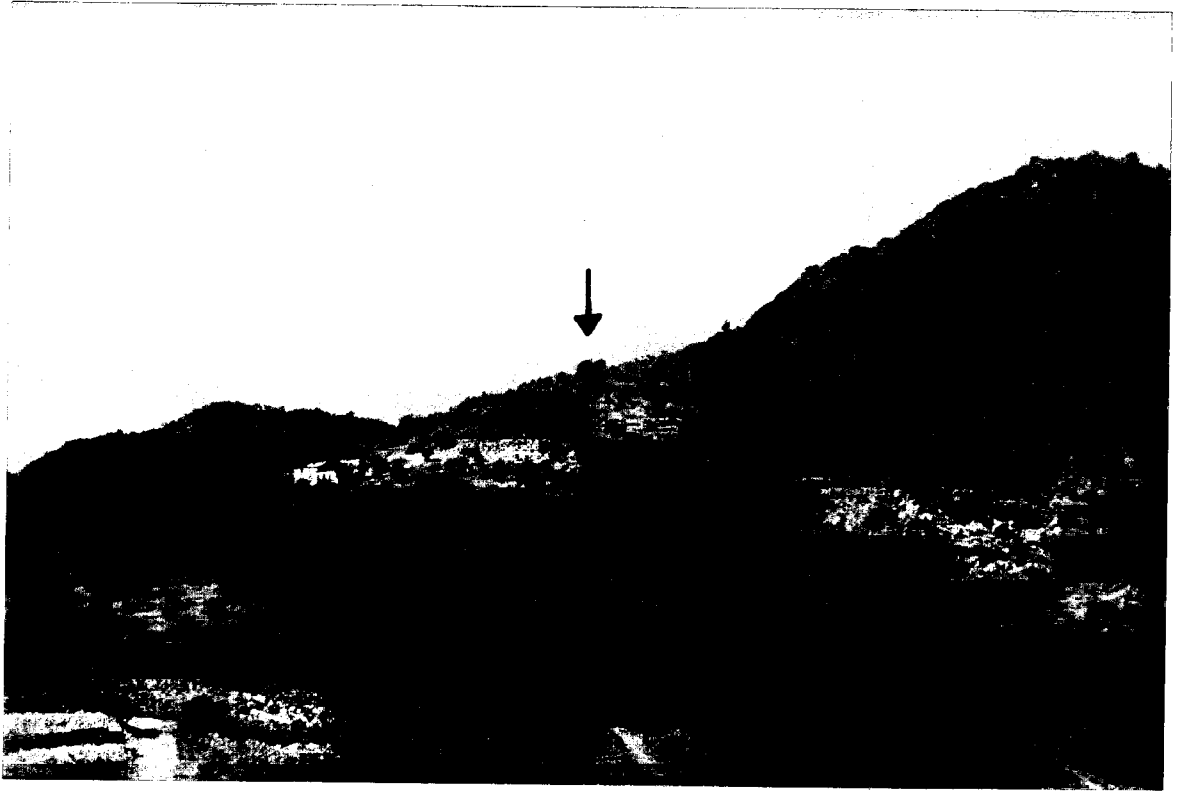


Fig.147 – Quinta da Abelheira. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folhas 10 e 11, adaptado.



Fot.43 – Localização da Quinta da Abelheira.

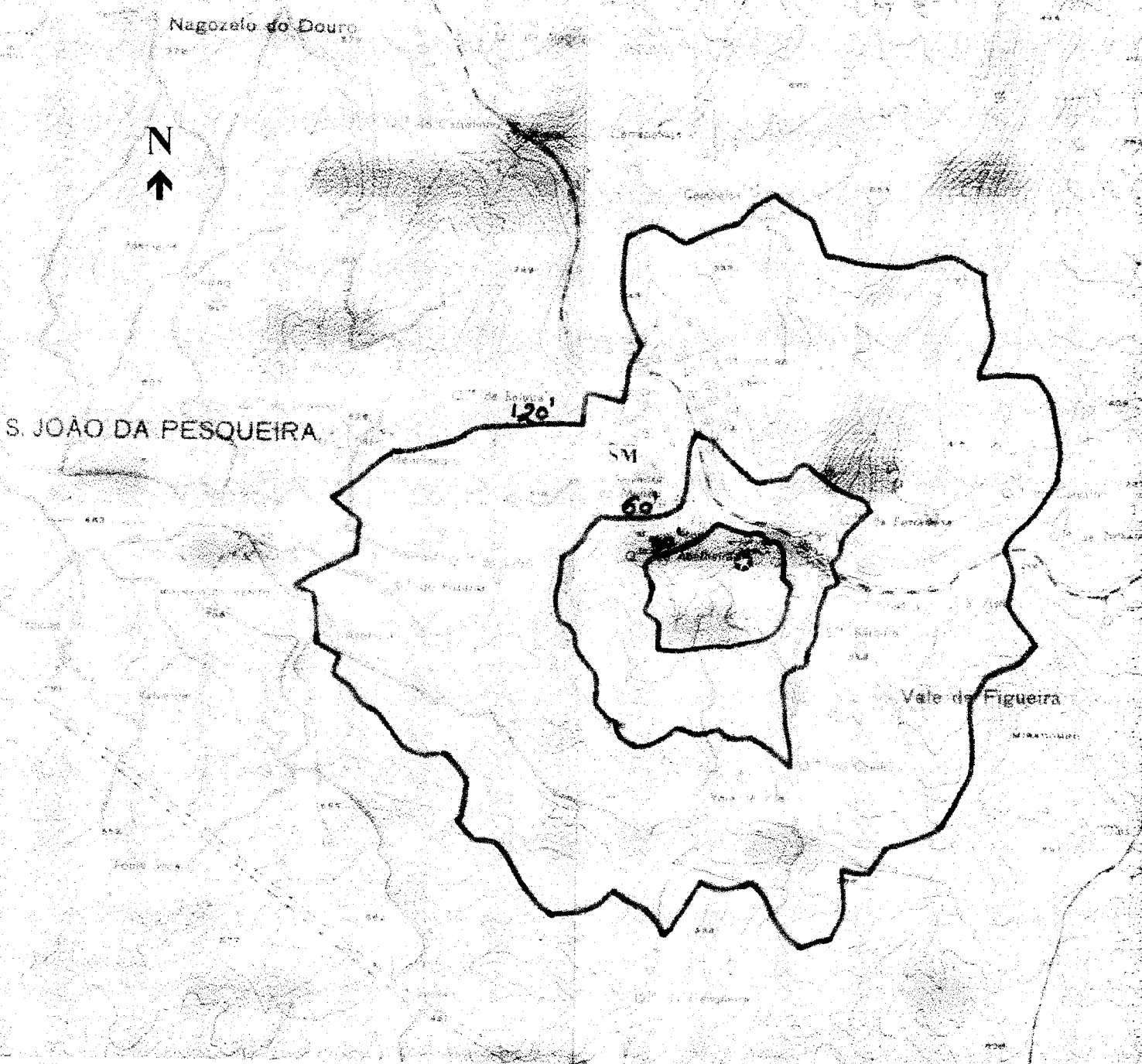


Fig. 148 – Quinta da Abelheira (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e o povoado de S. Salvador do Mundo (SM), Carta Corográfica de Portugal 1.50 000, folhas nº 11-C e 10-D.

COCHEIRA

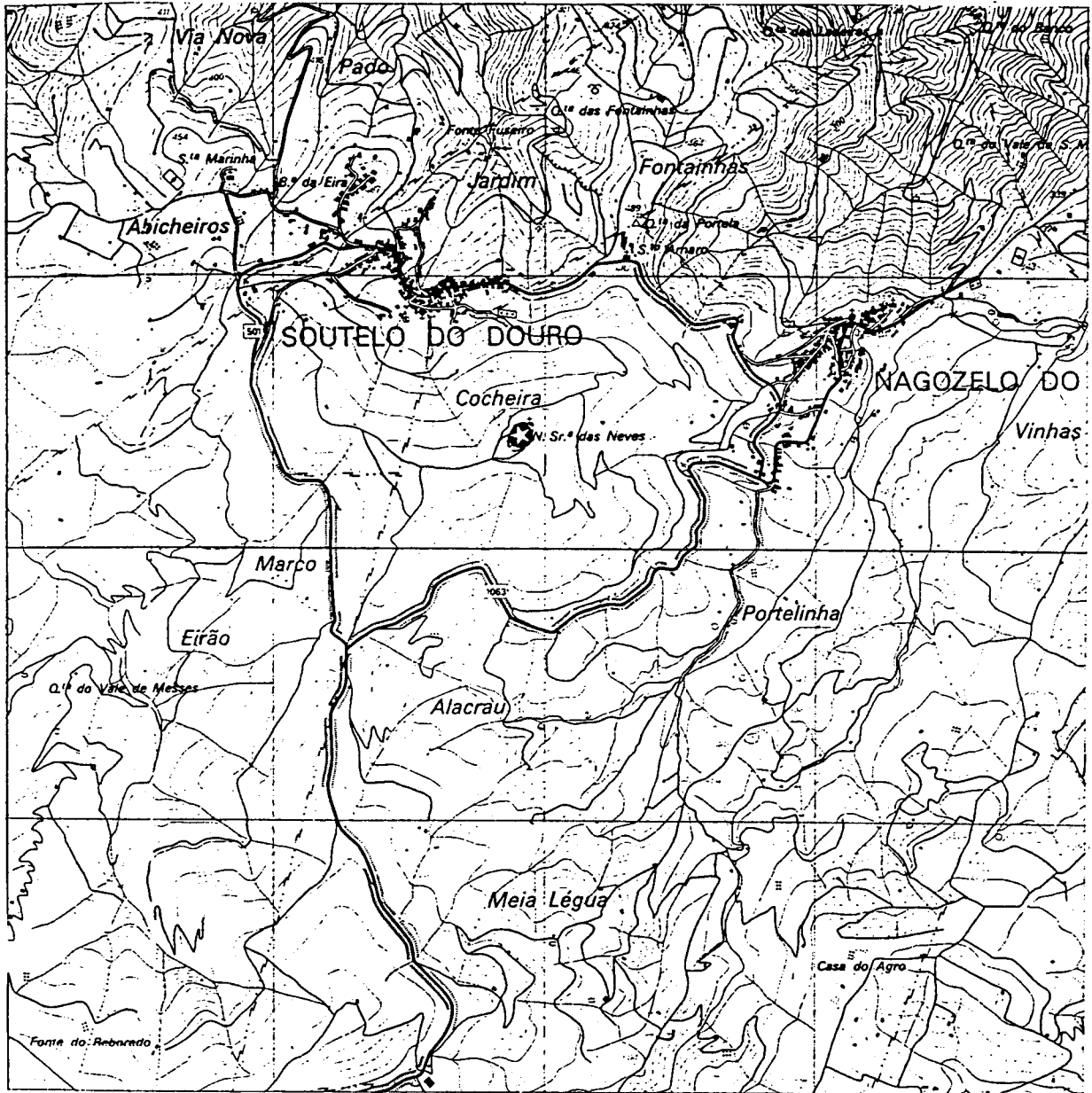


Fig.149 – Localização de Cocheira, C.M.P. 1:25 000, folha nº128

A1 – Sítio Arqueológico (denominação): Cocheira (CH)

A2 – Caracterização cronológico-cultural (genérica): Povoado (?) Bronze Final

B – Localização:

TOPÓNIMO – Cocheira

LUGAR – Nagoselo do Douro

FREGUESIA – Nagoselo do Douro

CONCELHO – S. João da Pesqueira

DISTRITO – Viseu

COORDENADAS:

Latitude – 41° 10' 43" N.

Longitude – 01° 42' 13" E. Lx.

Altitude absoluta – 689 m.

Carta Militar de Portugal na esc. 1:25 000 – n.º 128 (1997 – 3ª edição).

C – INFORMAÇÃO ESCRITA / BIBLIOGRAFIA: **Carvalho et alii** (no prelo).

D – ACESSOS: Tomar o caminho carreteiro que parte da bifurcação da Estrada Municipal 501 e a Estrada Municipal 1063.

E – DESCRIÇÃO: Próximo do ponto mais alto do monte denominado de Cocheira os autores da Carta Arqueológica de S. João da Pesqueira recolheram um pequeno número de fragmentos cerâmicos manuais, que os mesmos integram no Bronze Final. Não existem vestígios nem de muralhas nem de qualquer outra estrutura, para além dos poucos cacos recolhidos, o que nos faz duvidar da existência de um povoado neste local. Caso tenha existido estaria totalmente destruído devido à intensa prática agrícola desenvolvida no local.

F – ESPÓLIO: • reduzido número de fragmentos cerâmicos manuais lisos integráveis no Bronze Final.

G – CRONOLOGIA (genérica): meados IIº - meados Iº mil. AC

H – OBSERVAÇÕES: A extensão do povoado será de 0,37 ha.

I – ILUSTRAÇÕES: plantas/alçados - 0; fotos - 0; figuras - 12.

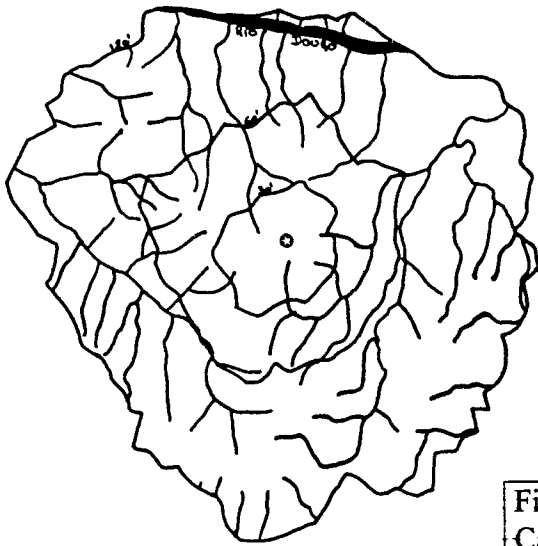


Fig.150 – Cocheira. Carta Hidrológica (com base na Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha 10-D), reduzida para a escala 1:100 000.

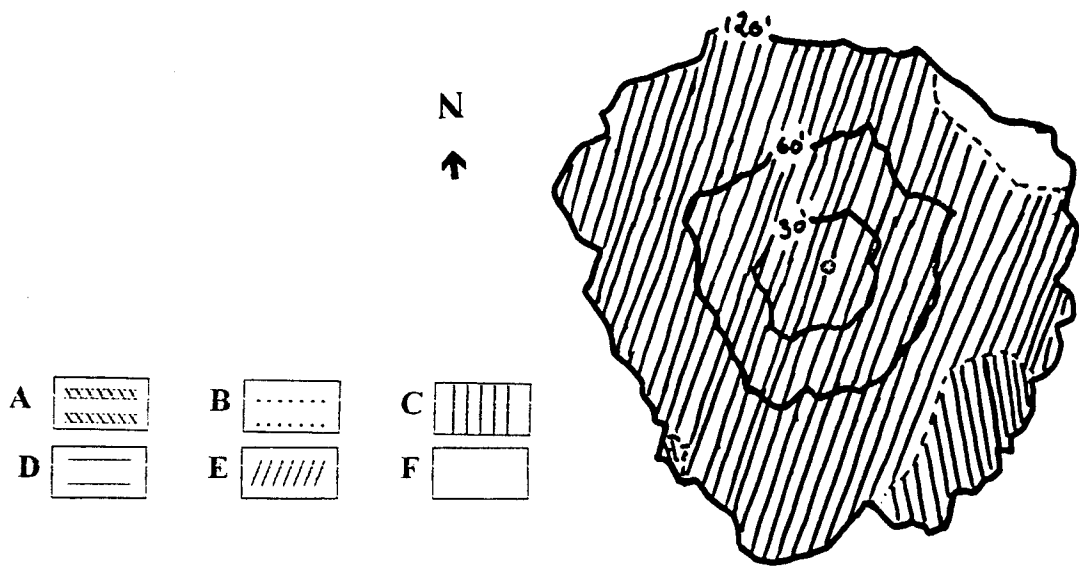


Fig.151 – Cocheira. Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal (Seg. Agroconsultores e Coba) 1:100 000, folha 10, adaptado.

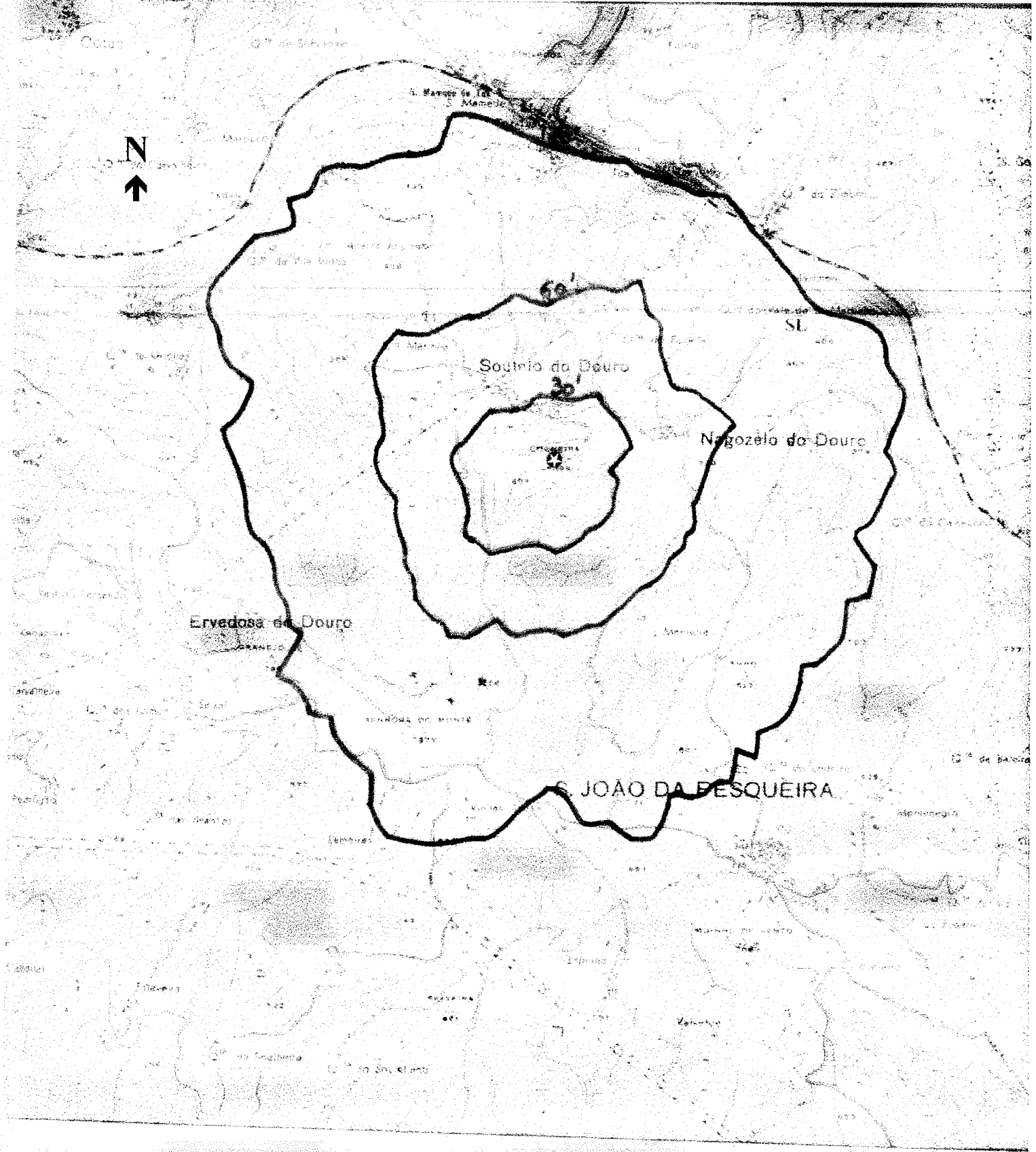


Fig.152 – Cocheira (Idade do Bronze). Distância entre o povoado e o povoado de N^ª Sr^a de Lurdes (SL), Carta Corográfica de Portugal 1:50 000, folha n^º 10-D.

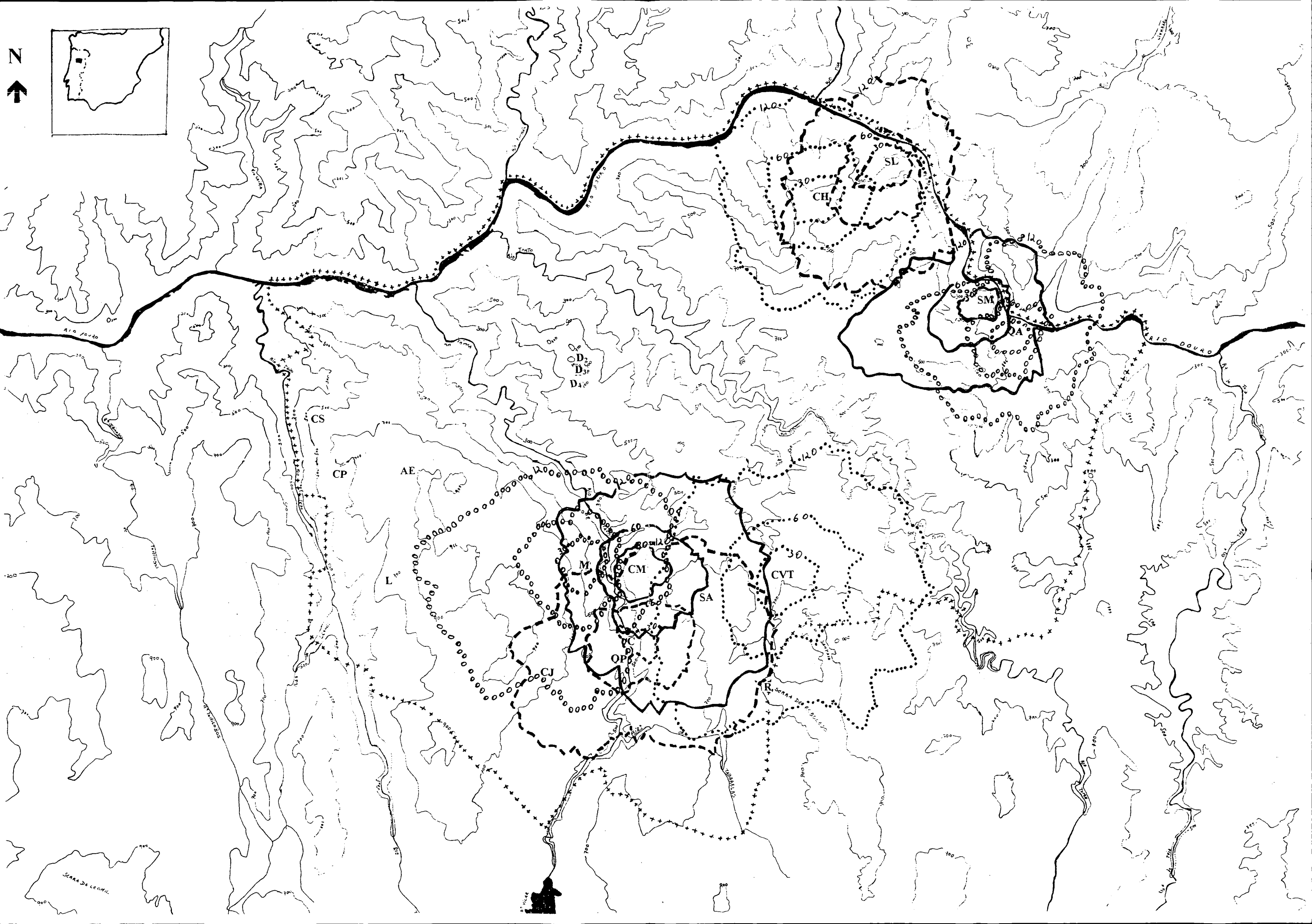
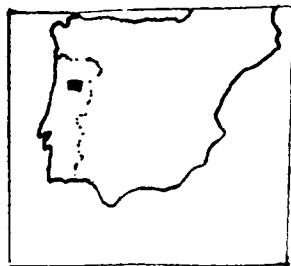


Fig.153 - Localização das estações arqueológicas da Idade do Bronze na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); **D₂** - Mamoa 2 de S. Domingos; **D₃** - Mamoa 3 de S. Domingos; **D₄** - Mamoa 4 de S. Domingos; **SM** - S. Salvador do Mundo (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a cheio); **C** - Castelinhos (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a tracejado); **CJ** - Cabeço de S. João; **CM** - Chã do Murganho (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a cheio); **CVT** - Castelos Velhos de Trevões (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a ponteadado); **SL** - N^a Sr^a de Lurdes (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a tracejado); **R** - Reboledo; **M** - S. Mamede (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a círculos); **QP** - Quinta dos Pinheiros; **CS** - Castro do Sabroso; **CH** - Cocheira (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a ponteadado); **QA** - Quinta da Abelheira (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a círculos); **CP** - Cabeço das Pombas; **AE** - Alto da Escrita; **L** - Citânia de Longa; **SA** - N^a Sr^a da Assunção.

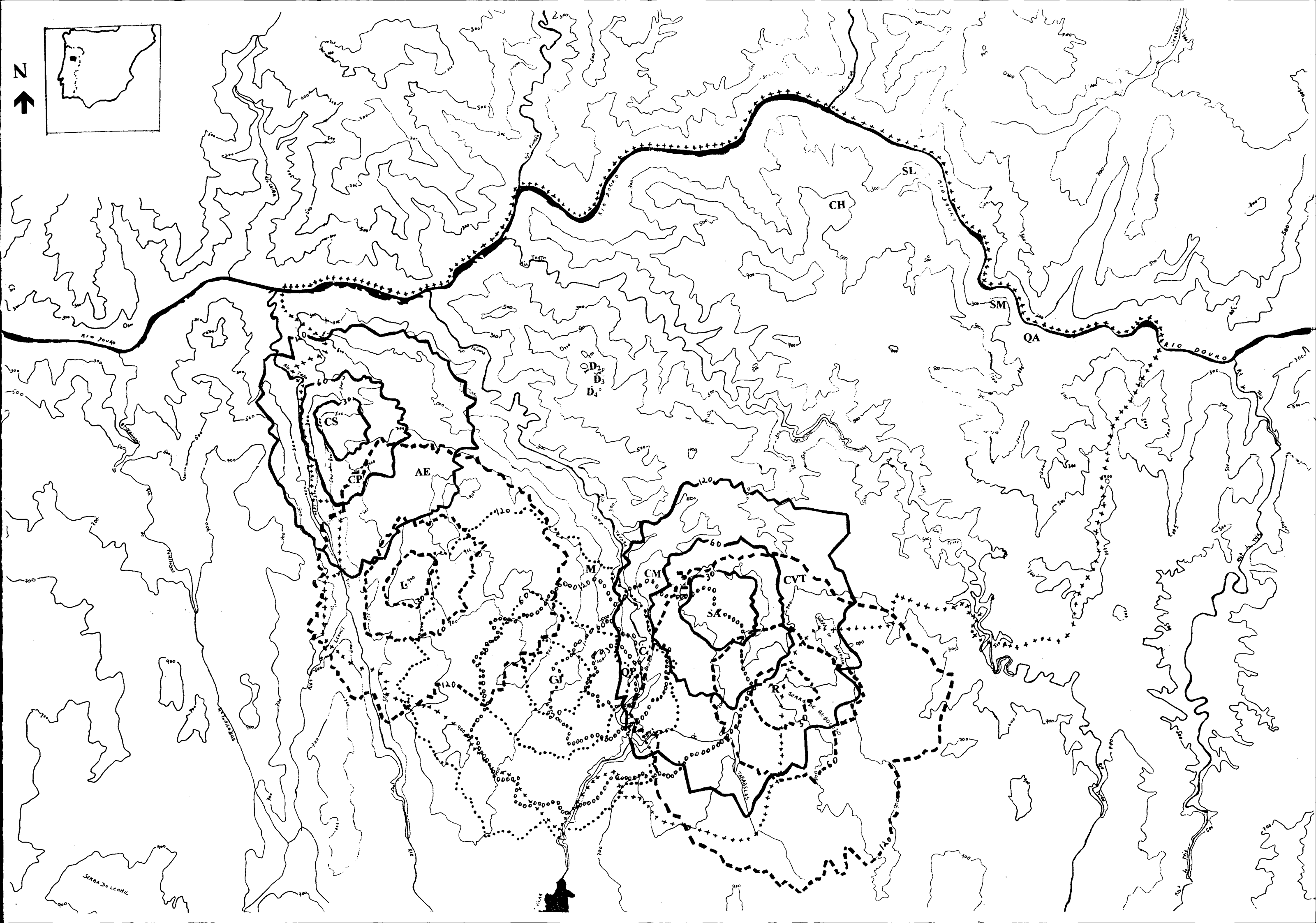
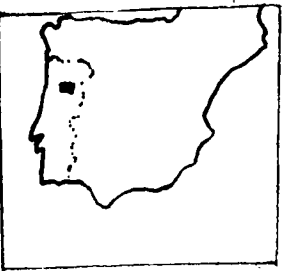


Fig.154 - Localização das estações arqueológicas da Idade do Bronze na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); **D₂** - Mamoa 2 de S. Domingos; **D₃** - Mamoa 3 de S. Domingos; **D₄** - Mamoa 4 de S. Domingos; **SM** - S. Salvador do Mundo; **C** - Castelinhos; **CJ** - Cabeço de S. João (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a ponteadado); **CM** - Chã do Murganho; **CVT** - Castelos Velhos de Trevões; **SL** - N^a Sr^a de Lurdes; **R** - Reboledo (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a tracejado); **M** - S. Mamede; **QP** - Quinta dos Pinheiros (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a círculos); **CS** - Castro do Sabroso (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a cheio); **CH** - Cocheira; **QA** - Quinta da Abelheira; **CP** - Cabeço das Pombas; **AE** - Alto da Escrita; **L** - Citânia de Longa (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a tracejado); **SA** - N^a Sr^a da Assunção (Territórios Teóricos de Exploração de 30', 60' e 120' - a cheio).

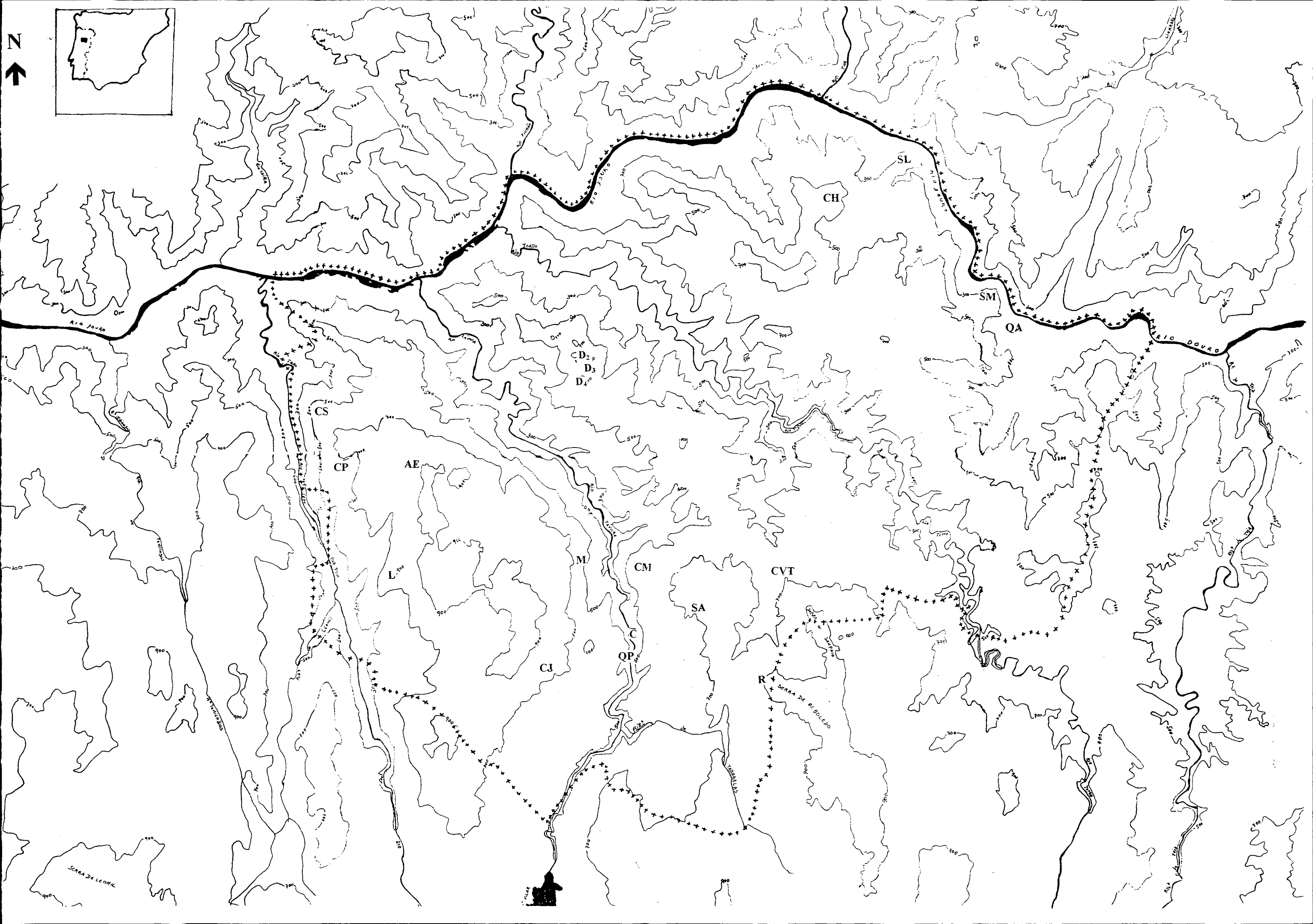
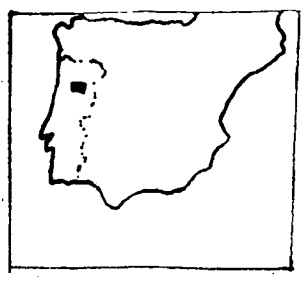


Fig.155 - Localização das estações arqueológicas da Idade do Bronze na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); **D₂** - Mamoa 2 de S. Domingos; **D₃** - Mamoa 3 de S. Domingos; **D₄** - Mamoa 4 de S. Domingos; **SM** - S. Salvador do Mundo; **C** - Castelinhos; **CJ** - Cabeço de S. João; **CM** - Chã do Murganho; **CVT** - Castelos Velhos de Trevões; **SL** - N^a Sr^a de Lurdes; **R** - Reboledo; **M** - S. Mamede; **QP** - Quinta dos Pinheiros; **CS** - Castro do Sabroso; **CH** - Cocheira; **QA** - Quinta da Abelheira; **CP** - Cabeço das Pombas; **AE** - Alto da Escrita; **L** - Citânia de Longa; **SA** - N^a Sr^a da Assunção.

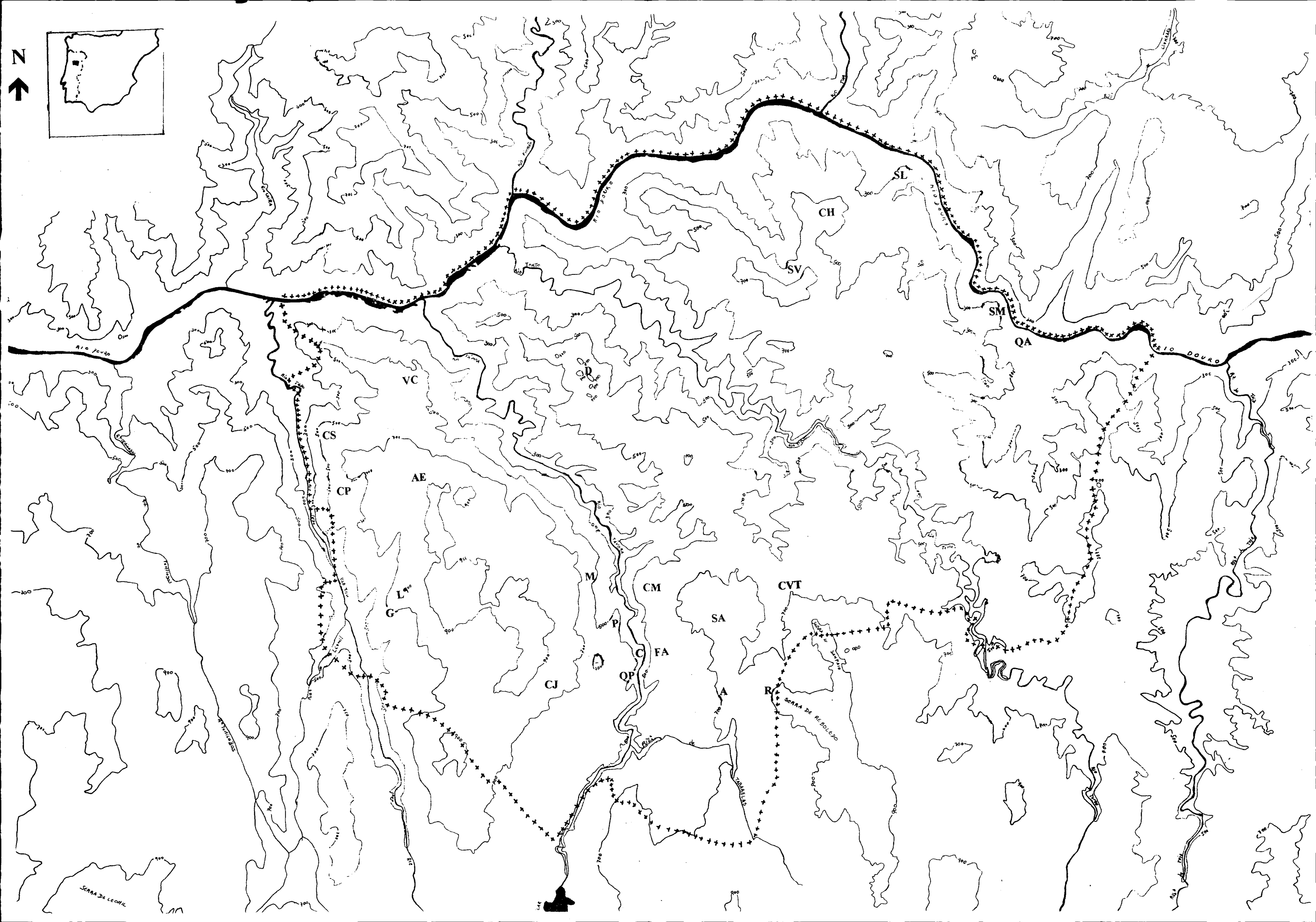
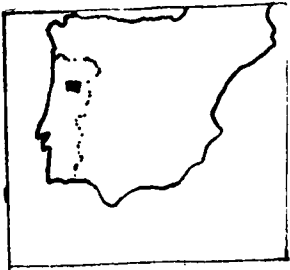


Fig.156 - Localização das estações arqueológicas da área em estudo, na escala 1:100 000, estando também representadas as curvas de nível de 300, 500, 700 e 900 m.: +++ - limite da área em estudo (concelhos de Tabuaço e de S. João da Pesqueira); A - Núcleo megalítico de Areita; SV - Núcleo megalítico da Srª do Vencimento; D - Núcleo megalítico de S. Domingos; FA - Fraga d'Aia; VC - Vila Chã; P - Povoado da Porqueira; SM - S. Salvador do Mundo; C - Castelinhas; CJ - Cabeço de S. João; CM - Chã do Murganho; CVT - Castelos Velhos de Trevões; SL - Nª Srª de Lurdes; G - Graíl; R - Reboledo; M - S. Mamede; QP - Quinta dos Pinheiros; CS - Castro do Sabroso; CH - Cocheira; QA - Quinta da Abelheira; CP - Cabeço das Pombas; AE - Alto da Escrita; L - Citânia de Longa; SA - Nª Srª da Assunção.